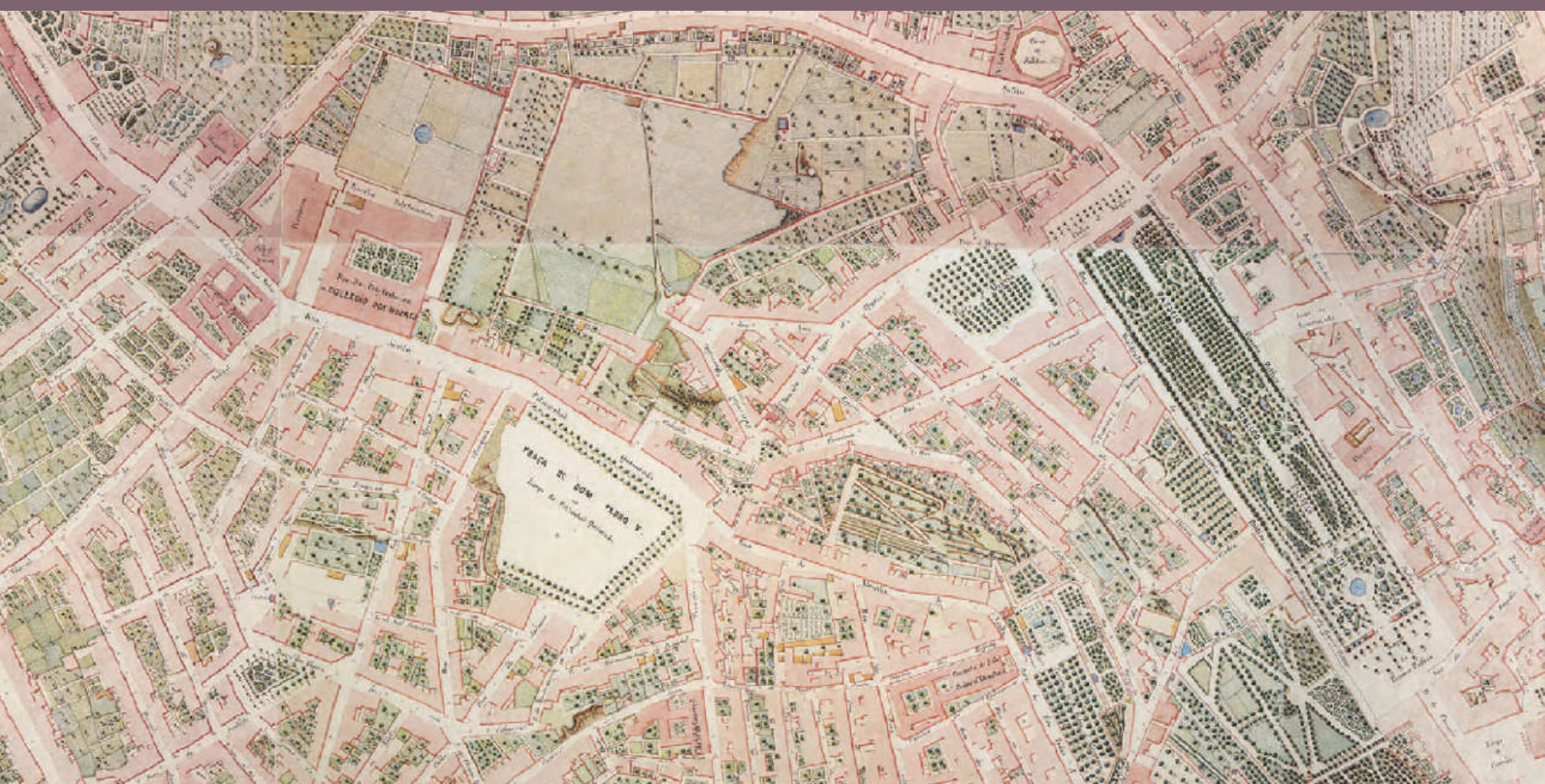
O arvoredo, os jardins e parques públicos de Lisboa (1755 – 1965)

três séculos de património botânico, paisagístico e cultural

Coordenação Editoral
Ana Luísa Soares

LISBOA
CÂMARA MUNICIPAL

LISBOA
Vencedor 2020
CAPITAL VERDE
EUROPEIA
Uma iniciativa da comissão Europeia



O arvoredo, os jardins e parques públicos de Lisboa (1755 – 1965)

três séculos de património botânico, paisagístico e cultural

Ficha Técnica

Título:
O arvoredo, os jardins e parques públicos de Lisboa (1755 – 1965) - três séculos de património botânico, paisagístico e cultural

Coordenação Editoral:
Ana Luísa Soares | arquiteta paisagista, professora auxiliar do Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa & coordenadora do Jardim Botânico da Ajuda (JBA/ISA/ULisboa) & Centro de Ecologia Aplicada "Prof. Baeta Neves" (CEABN), unidade de investigação do Instituto Superior de Agronomia (ISA) da Universidade de Lisboa (ULisboa), que integra a Rede de Investigação em Biodiversidade e Biologia Evolutiva (InBIO), em parceria com o Centro de Investigação em Biodiversidade de Recursos Genéticos (CIBIO) da Universidade do Porto (CEABN-InBio/ISA/ULisboa).

Apoio à Coordenação Editoral:
Ana Raquel Cunha | arquiteta paisagista, estudante de doutoramento, do Programa LINK – Doutoramento em Arquitetura Paisagista e Ecologia Urbana, com bolsa financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (ref.ª 2020.04824.BD) & Centro de Ecologia Aplicada "Prof. Baeta Neves" (CEABN), unidade de investigação do Instituto Superior de Agronomia (ISA) da Universidade de Lisboa (ULisboa), que integra a Rede de Investigação em Biodiversidade e Biologia Evolutiva (InBIO), em parceria com o Centro de Investigação em Biodiversidade de Recursos Genéticos (CIBIO) da Universidade do Porto (CEABN-InBio/ISA/ULisboa) & Centro de Investigação em Agronomia, Alimentos, Ambiente e Paisagem (LEAF/ISA/ULisboa).

Textos:
Ana Clemente, Ana Filipa Leite, Ana Luísa Soares, Ana Raquel Cunha, Ana Rita Simões, Andreia Cunha, Andreia Leite, Andreia Sousa, Carolina Herculano, Célia Coelho, César Garcia, Conceição Colaço, Cristina Castel-Branco, Dalila Espírito Santo, David Felismino, David Jacques, Dora Lampreia, Elsa Isidro, Francisco Castro Rego, Isabel Silva, Joana Fournier, João Azambuja, João Santos, José Monteiro, Marc Treib, Maria Cristina Duarte, Maria José Cachaço, Maria Manuel Romeiras, Mário Fortes, Marisa Marques, Marta Malheiro, Miguel Brilhante, Miguel Garcez, Mike Robinson, Nélia Domingos, Paulo Forte, Paulo Simões, Pedro Arsénio, Pedro Cal, Sónia Talhé Azambuja, Susana Morais, Teresa Andresen, Teresa Chambel, Teresa Grilo, Teresa Marques, Teresa Vasconcelos.

Levantamentos botânicos:
Teresa Vasconcelos (Coordenadora), Ana Filipa Leite, Ana Luísa Soares, Ana Raquel Cunha, Andreia Cunha, Carolina Pina, Dalila Espírito-Santo, Isabel Silva, Joana Fournier, Maria Cristina Duarte, Maria Miguel Ribeiro, Mélanie Rosa, Paulo Forte, Pedro Arsénio, Sónia Talhé Azambuja, Teresa Antunes, Vanda Coutinho.

Produção gráfica das plantas e listagens dos levantamentos arbóreos:
Ana Raquel Cunha e Mariana Tomé I arquitetas paisagistas

Consultadoria SIG (Cartografia):
João Jorge I arquiteto paisagista

Nota de abertura:
José Sá Fernandes | Vereador do pelouro do Ambiente, Estrutura Verde, Clima e Energia da Câmara Municipal de Lisboa

Prefácio:
Cristina Castel-Branco| professora associada com agregação do Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa

Posfácio:
Teresa Chambel | arquiteta paisagista, Diretora da Revista Jardins

Nota Final:
José Manuel Pinto Paixão | Vice-Reitor da Universidade de Lisboa

Revisão de texto:
Helena Estevens

Revisão científica e tradução:
Cristina Castel-Branco | arquiteta paisagista, professora associada com agregação do Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa & Centro de Ecologia Aplicada "Prof. Baeta Neves" (CEABN), unidade de investigação do Instituto Superior de Agronomia (ISA) da Universidade de Lisboa (ULisboa), que integra a Rede de Investigação em Biodiversidade e Biologia Evolutiva (InBIO), em parceria com o Centro de Investigação em Biodiversidade de Recursos Genéticos (CIBIO) da Universidade do Porto (CEABN-InBio/ISA/ULisboa).

Maria Manuel Romeiras | bióloga, professora auxiliar do Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa (ISA/ULisboa) & Centro de Investigação em Agronomia, Alimentos, Ambiente e Paisagem (LEAF/ISA/ULisboa) & Centro de Ecologia, Evolução e Alterações Ambientais (cE3c), FCUL & Academia das Ciências de Lisboa (ACL).

Design da Capa:
Margarida Velez I designer gráfica

Design gráfico e paginação:
Margarida Velez I designer gráfica

Fotografia da Capa: Extrato do Atlas da Carta Topográfica de Lisboa. 1856-1858. Levantamento por Filipe Folque, Carlos Pezerat, Francisco Goullard e César Goullard. Original, planta colorida. Escala [1:1000]. Lisboa: [s.n.]. © AML, Lisboa.

Créditos fotográficos - particulares:
Ana Luísa Soares, Ana Raquel Cunha, Ana Rita Basto, Andreia Leite, Andreia Sousa, António Sacchetti, Carolina Herculano, César Garcia, Cristina Castel-Branco, Elsa Isidro, Fátima Peralta, Francisco Sá da Bandeira, Francisco Salvação Barreto, Henrique Ruas, Isabel Silva, Jorge Guerra, Jorge Sousa, Maria Cristina Duarte, Mariana Tomé, Mário Fortes, Paulo Forte, Rio Plano – arquitetura paisagista.

Créditos fotográficos – Instituições, Arquivos e Espólios:
Cracóvia: Biblioteca da Universidade Jagiellon.

Lisboa: Arquivo de António Facco Vianna Barreto, Arquivo Histórico da Economia e Transição Digital, Arquivo Municipal de Lisboa (Arquivo Arco do Cego, Arquivo Fotográfico, Arquivo Histórico, Arquivo Intermédio, Gabinete de Estudos Olisiponenses, Hemeroteca Digital), Assembleia da República, Biblioteca Nacional de Portugal, Centro de Informação Geoespacial do Exército, Direção Geral do Património Cultural, Fundação Calouste Gulbenkian – Biblioteca de Arte e Arquivos, Instituto de Investigação Científica Tropical, Universidade de Lisboa, Instituto Superior de Agronomia e Museu Nacional do Azulejo.

Créditos das ilustrações: Ana Clemente | arquiteta paisagista

Edição:
Câmara Municipal de Lisboa

Impressão:
Rainho & Neves, Lda.

1.ª Edição

Tiragem:
700 exemplares

Setembro de 2021

ISBN:

Depósito Legal N.º 489574/21

Esta primeira edição foi publicada em 2021 © 2021 e resulta do convite feito pela Câmara Municipal de Lisboa no âmbito da Lisboa Capital Verde Europeia 2020.

Citação do livro:
Soares, A. L. (Coord.) (2021). *O arvoredo, os jardins e parques públicos de Lisboa (1755 – 1965), três séculos de um património botânico, paisagístico e cultural* (1.ª Ed.). Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

Citação capítulo do livro (exemplo):
Castel-Branco, C., Soares, A. L., & Cunha, A. R. (2021). Evolução histórica dos jardins e espaços públicos de Lisboa. *In* A. L. Soares (Coord.), *O arvoredo, os jardins e parques públicos de Lisboa (1755 – 1965), três séculos de um património botânico, paisagístico e cultural* (1.ª Ed., pp. 19-27). Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

Citação de um dos 60 jardins do livro (exemplo):
Cunha, A. R., Soares, A.L., & Azambuja, S. T. (2021). VII.2. Jardins Botânicos: Jardim Botânico da Ajuda. *In* A. L. Soares (Coord.), *O arvoredo, os jardins e parques públicos de Lisboa (1755 – 1965), três séculos de um património botânico, paisagístico e cultural* (1.ª Ed., pp. 56-63). Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

© CML, Lisboa
Sem autorização expressa da Coordenação Editorial não é permitida a reprodução parcial ou total desta obra desde que tal reprodução não decorra das finalidades específicas da divulgação e da crítica.

Indíce

Nota de abertura 11
José Sá Fernandes

Prefácio 13
Cristina Castel-Branco

Introdução 17

I. Evolução histórica dos jardins e espaços públicos de Lisboa 19
Cristina Castel-Branco, Ana Luísa Soares e Ana Raquel Cunha

II. O legado das árvores nas ruas de Lisboa: o registo até 1981 29
Teresa Andresen

III. O turismo cultural europeu e os jardins históricos 35
Mike Robinson

IV. O papel do inventário do património paisagístico na salvaguarda de jardins históricos europeus 39
David Jacques

V. Os jardins e os parques de Lisboa 45
Marc Treib

VI. LX Gardens – Metodologia do inventário do património paisagístico de Lisboa 49
Ana Luísa Soares, Sónia Talhé Azambuja, João Azambuja, Teresa Marques, Isabel Silva, Elsa Isidro, Pedro Arsénio e Ana Raquel Cunha

VII. LX Gardens – 60 jardins e parques históricos de Lisboa 53

II.1. Uma viagem por três séculos: nota explicativa 53
Ana Raquel Cunha e Ana Luísa Soares

VII.2. Jardins Botânicos 55
Jardim Botânico da Ajuda 56
Jardim Botânico de Lisboa 64
Jardim Botânico Tropical 72
Parque Botânico da Tapada da Ajuda (Tapada Real de Alcântara) 78

VII.3. Jardins 87
Alameda D. Afonso Henriques 88
Avenida da Liberdade (Passeio Público) 92

Jardim Avelar Brotero (Alto de Santo Amaro) 96
Jardim Braamcamp Freire (Campo dos Mártires da Pátria) 98
Jardim Constantino 102
Jardim da Biblioteca Nacional 104
Jardim da Capela de São Jerónimo 106
Jardim da Estrela (Guerra Junqueiro) 108
Jardim da Fundação Calouste Gulbenkian 112
Jardim da Torre de Belém 116
Jardim das Amoreiras (Marcelino Mesquita) 120
Jardim das Damas do Palácio Nacional da Ajuda 124
Jardim de Santos (Nuno Álvares) 128
Jardim do Campo Grande 130
Jardim do Campo Pequeno (Marquês de Marialva) 134
Jardim do Largo da Luz (Teixeira Rebelo) 138
Jardins do Palacete de São Bento 140
Jardim do Palácio Beau Séjour 146
Jardim do Palácio Burnay 148
Jardim do Palácio Galveias (Biblioteca Municipal) 152
Jardim do Príncipe Real (França Borges) 154
Jardim das Francesinhas (Lisboa Antiga) 158
Jardim Roque Gameiro (Cais do Sodré) 160
Jardim Teófilo Braga (Parada) 162
Jardim da Assembleia da República 164
Jardins do Palácio Nacional de Belém 166
Jardins do Palácio Pimenta (Museu da Cidade) 170

VII.4. Praças 173
Praça Afonso de Albuquerque 174
Praça D. Luís I (Jardim Sá da Bandeira) 178
Praça da Alegria (Jardim Alfredo Keil) 180
Praça das Flores (Jardim Fialho de Almeida) 184
Praça de Londres 186
Praça do Império 188

VII.5. Miradouros 193
Jardim do Castelo de São Jorge 194
Jardim 9 de Abril 196
Jardim Botto Machado (Campo de Santa Clara) 200
Jardim do Largo das Necessidades (Olavo Bilac) 202
Jardim do Torel 204
Jardim São Pedro de Alcântara (António Nobre) 206
Miradouro da Graça 210
Miradouro da Nossa Senhora do Monte 212
Miradouro da Penha da França 214
Miradouro de Santa Luzia 216
Miradouro de Alto de Santa Catarina 218
Miradouro do Monte Agudo 220

VII.6. Parques 223
Parque do Monteiro Mor 224
Parque do Vale do Silêncio 228
Parque Eduardo VII 232
Parque José Gomes Ferreira (Mata de Alvalade) 238
Parque Florestal de Monsanto 242

VII.7. Quintas de Recreio 247
Quinta das Conchas e dos Lilases 248
Quinta de Santa Clara 252
Tapada das Necessidades 256
Jardim do Palácio das Laranjeiras (Palácio Farrobo) 260
Quinta dos Azulejos (Quinta dos Embrechados) 264
Parque Bensaúde (Quinta de Santo António das Frechas) 266

VIII. Três séculos de plantação nos Jardins Históricos de Lisboa: conhecer o passado e registar o presente para adaptar ao futuro 261

VIII.1. Metodologia do inventário arbóreo 261
Ana Raquel Cunha, Ana Luísa Soares, Teresa Vasconcelos, Sónia Talhé Azambuja, Pedro Arsénio, Isabel Silva, Paulo Forte, José Monteiro, Miguel Brilhante, Francisco Castro Rego

VIII.2. O arvoredo dos jardins e parques históricos de Lisboa: registo da sua diversidade em 2014 272
Ana Raquel Cunha, Ana Luísa Soares, Sónia Talhé Azambuja, Pedro Arsénio, Isabel Silva, Paulo Forte, Dalila Espírito-Santo, Maria Cristina Duarte, Teresa Antunes, Maria Manuel Romeiras, Miguel Brilhante, Teresa Vasconcelos

VIII.3. As árvores em números: discussão dos resultados 302
Ana Raquel Cunha, Ana Luísa Soares, Teresa Vasconcelos, Maria Cristina Duarte, Maria Manuel Romeiras, Miguel Brilhante, Francisco Castro Rego

IX. Proposta de percursos temáticos 307
Sónia Talhé Azambuja, Ana Raquel Cunha, Conceição Colaço, Ana Clemente e Ana Luísa Soares

X. Considerações finais 319
Cristina Castel-Branco

Posfácio 323
Teresa Chambel

Nota final 325
José Manuel Pinto Paixão

Agradecimentos 327

Ficha Técnica do Projeto 329

Bibliografia 331



Miradouro da Graça, Lisboa © Francisco Sá da Bandeira

Nota de abertura

José Sá Fernandes
Vereador do Pelouro do Ambiente,
Estrutura Verde, Clima e Energia
da Câmara Municipal de Lisboa



É um exercício notável, um imenso trabalho sistematizado por diversas tipologias. Desde os primeiros e até 1965, são 60 jardins botânicos, jardins, praças, miradouros, parques e quintas de recreio, com ligação ao e-book, lançado também em parceria com a Câmara Municipal de Lisboa (CML) no âmbito da Lisboa Capital Verde Europeia 2020, onde se referenciam cerca de 30 mil árvores.

O livro suplantou a expectativa, que era alta. Cada espaço é descrito com passado, projeto e fotografia de hoje. É delicioso e estimulante percebermos a evolução da urbe através destes contrastes e das influências marcantes de determinadas épocas.

Entre meados do século XIX e início do século XX, começou o verde público dentro da cidade, isto é, foi o "triunfo dos jardins" em Lisboa (cf. Prof. Ana Duarte Rodrigues in *O Pelouro dos Passeios e Arvoredos de Lisboa* (1840-1900), coleção Capital Verde, ed. BNP2020). Mais tarde, primeiro com a intervenção de Duarte Pacheco, e depois com a ação da primeira geração de arquitetos paisagistas portugueses que Francisco Caldeira Cabral formou, houve outra explosão de ideias, conceitos e práticas, como Teresa Bettencourt da Câmara tão bem nos explica em *"Espaço Público de Lisboa"* (Coleção Capital Verde, edição CML2021). Hoje e na última década e meia a aposta foi concretizar o Plano Verde e quase todos os corredores verdes idealizados por Gonçalo Ribeiro Telles e seus discípulos, num total de mais de 240 ha de nova área verde municipal, mas isso é assunto para outro compêndio, pois a abrangência temporal dos jardins deste, como o próprio título indica, não apanha o período mais recente e o de hoje.

E se aqueles citados livros nos surpreenderam, o mesmo acontece com o presente, cuja investigação e conteúdo valoriza e enriquece o conhecimento sobre a arquitetura paisagista.

A professora Ana Luísa Soares e a sua equipa utilizaram um método brilhante, que é o de deixar o leitor adivinhar, atenta a essência de cada um dos locais, os seus atributos e singularidades. Se juntarmos a isto o facto de as árvores que aí cresceram terem agora o seu bilhete de identidade público, ficamos com uma informação bastante completa para prestar aos cidadãos de Lisboa, o que poderá, para muitos, ser o início de um relacionamento único e intemporal com o seu concelho.

Chamar as árvores e os jardins pelo seu nome gera empatia e ajuda-nos a perceber as suas raízes, despertando-nos curiosidade histórica e cultural, mas também apego e afeto e isso, claramente, é-nos aqui transmitido. O regulamento do arvoredo recentemente aprovado e em vigor, será, esperemos, o garante da correta e eficaz preservação deste património.

É, obviamente, com satisfação, que notamos que muitos dos 60 jardins elencados, nomeadamente aqueles cuja responsabilidade pertence à C.M.L., não perderam as suas características e propriedades, estão relativamente bem preservados e que um número significativo teve reabilitações e recuperações efetuadas nos últimos anos. Este trabalho tem, também, esta particularidade de, em vários casos, anotar o desenho, a obra e o restauro.

O Município de Lisboa tem identificadas e georreferenciadas 70 mil árvores, das 90 mil existentes. Entretanto, foi assinado um novo protocolo com o Instituto Superior de Agronomia (ISA) para que, em conjunto, se consiga prosseguir esse objetivo para as restantes árvores, sejam de alinhamento, sejam em jardins e parques. Em breve, saberemos o nome e a localização de todas as árvores de Lisboa, muitas delas com placa identificativa e respetivo *QR code*, algumas já colocadas, incluindo nos sítios ora em apreço.

Neste quadro, a realização agora levada a cabo pelo ISA é um complemento inestimável, há muito pretendido, pelo que todos os agradecimentos serão sempre escassos.

Saliente-se a sobriedade e categoria do design e a clareza dos escritos da editora e da sua equipa. O livro, certamente, vai ser uma referência, um documento de consulta, de estudo, de procura de fontes.

Aliás, quer o prefácio, quer a introdução, quer os primeiros capítulos de enquadramento, para além de fazerem uma boa síntese da História dos Jardins, através dos tempos, internacionalmente e em Portugal, tecem precisamente aquele elogio.

A ideia de terminar a edição, mapeando e indicando hipóteses de passeios, através de percursos específicos, é muito interessante, subtil e lisboeta, até pela temática escolhida para cada um. Vale a pena percorrê-los.

E é com esta sugestão, entre o que aprendi e as caminhadas que já programei, que digo e repito, que um dia destes irei merendar junto de um dos exemplares de flores-de-merenda, que agora sei onde encontrar, num destes 60 jardins históricos da minha terra. Até lá…. Muito obrigado.

Lisboa, 23 de agosto de 2021



Terra grande, Tapada da Ajuda, Lisboa. 2020. © António Sacchetti.

Prefácio

Cristina Castel-Branco
Professora associada com agregação
do Instituto Superior de Agronomia
da Universidade de Lisboa

Incide este livro sobre os jardins botânicos, praças, miradouros, parques e quintas de recreio que se foram construindo em Lisboa depois do Terramoto de 1755, focando-se sobretudo naqueles que nasceram para ter acesso público e incluindo os que a cidade ao crescer absorveu no seu tecido urbano e deixaram de ser quintas de recreio privadas, passando à função de espaço público.

Hoje em dia, a imagem aparente da cidade de Lisboa vista de cima ou de barco, a partir do Tejo, é um casario contínuo onde se destacam manchas verdes formando uma teia irregular, dispersando-se pelas colinas. Nas zonas planas, mais interiores, as manchas verdes formam linhas. São o copado deste arvoredo saudável e verde gozando da localização de Lisboa (47º de latitude) junto do estuário e do Tejo e da sua chegada ao mar, em excelente combinação entre a influência benigna do oceano e a amenidade de clima que desde cedo permitiu que nesta cidade se experimentasse com sucesso uma vasta diversidade de espécies ao ar livre e nos locais abrigados do vento.

O projeto LX Gardens usa o LX em dois sentidos: correspondendo à palavra Lisboa e significando 60 em numeração romana, pois este livro constitui um estudo aprofundado de 60 jardins de Lisboa classificados por jardins botânicos, jardins, parques, praças, miradouros e quintas de recreio. E não exagero concluir que a equipa que levou por diante este levantamento e estudo conduziu o projeto a um nível de rigor e a uma dimensão de dados que a arquitetura paisagista e a sua história ainda não conheciam.

O mérito da coordenação do projeto cabe à professora Ana Luísa Soares, que, ao longo destes últimos anos, foi garantindo a junção de infinitos dados e conduziu vários especialistas, alguns deles coautores do livro, a contribuírem para a interpretação da informação compilada.

Na estruturação do programa e na incidência do estudo do arvoredo de Lisboa, e só de Lisboa (o país, como eu sugerira, teria sido impossível), foi essencial o empenho da professora Sónia Talhé Azambuja – o seu grande conhecimento no que toca à história da arte dos jardins tornou-se um dos pilares no arranque deste projeto. As juniores Ana Luísa Soares e Sónia Talhé Azambuja contaram com o imprescindível apoio, rente, das jovens arquitetas paisagistas Elsa Isidro e Isabel Silva que ajudaram a delinear e a implementar a investigação no seu início e a recolha de dados numa base de dados onde se apoiou todo o projeto com robustez, permitindo chegar até à publicação deste livro.

A parte científica do projeto não seria possível sem a contribuição dedicada da engenheira Teresa Vasconcelos, grande especialista em botânica com uma sabedoria acumulada há gerações, e do professor Pedro Arsénio que acompanhou sabiamente todo o registo dos 27.610 exemplares em SIG (Sistema de Informação Geográfica) agora georreferenciados nestes 60 jardins. Com esta base de dados rigorosa, a Câmara Municipal de Lisboa conta agora com uma ferramenta imprescindível para melhor manter e conhecer a grande "infraestrutura" que é o arvoredo que cobre a cidade de Lisboa.

Quando um inventário como estes se vai constituindo ao longo de sete anos, é necessário que a arrumação de dados e o acesso à informação seja robusto, e ao leme dessa nave esteve a arquiteta paisagista Ana Raquel Cunha, braço direito da Ana Luísa Soares e a quem devemos a possibilidade de aceder com tanta facilidade à informação dos arquivos históricos bem como à localização das 27.610 árvores que o projeto registou.

A Universidade de Lisboa, o Instituto Superior de Agronomia e o seu Centro de Ecologia Aplicada "Professor Baeta Neves", onde o projeto foi conduzido, assinou um protocolo com a Câmara Municipal de Lisboa para que a informação compilada no projeto LX Gardens, de que este livro reporta o desenvolvimento e os resultados, possa servir a municipalidade e os lisboetas. Esta oferta de informação servirá para melhorar o arvoredo da cidade, tornando-a disponível para quem trabalha na gestão dos espaços públicos onde o copado destes conjuntos de árvores são a peça mais estruturante, e por baixo da qual as pessoas encontrem conforto, segurança, espaço aberto, locais de encontro social espontâneo, frescura, beleza e ligação à Natureza.

A função dos jardins e a sua absoluta necessidade nas comunidades humanas e ainda mais nas urbanas tornou-se evidente para todos durante a hibernação de 2020 e 2021, devido ao confinamento a que a pandemia obrigou. É intencional a opção por não se usar a expressão "espaços verdes", designação introduzida no século XX que força estes espaços permeáveis da cidade a perderem a sua identidade. Essa expressão, falsamente inovadora, não permite captar a marca que deixam como obras de arte reveladoras de um momento histórico e de uma relação com a Natureza que evoluiu ao longo do tempo.

Os jardins botânicos, jardins, parques, praças, miradouros e quintas de recreio de Lisboa têm encanto e alma, ligam-nos à terra e é onde nos reencontramos a nós próprios em harmonia com a Natureza. É talvez essa a função mais importante dos jardins e essa a causa que leva ao seu aparecimento em todas as civilizações, como um pulsar indispensável à Humanidade em qualquer sítio do globo.

Edmund Bacon escreveu uma frase lapidar sobre a surpreendente persistência das várias culturas em refazer em múltiplas versões o Paraíso idealizado, no qual se vão manifestando o requinte e a qualidade de cada uma das civilizações através da construção de jardins: "veremos sempre que nas épocas que vão amadurecendo em civilidade e elegância, os homens constroem primeiro nobres edifícios e depois belos jardins: como se os jardins fossem o sinal de uma perfeição maior." (Bacon, 1980). Sobre esta frase comenta Baridon: "A palavra é profunda. Revela-nos a razão

das grandes criações como Versalhes, Het Loo, Petrodvoretz ou Hampton Court, que foram assuntos de Estado conduzidos por políticos de visão planetária. Assim se operou a convergência de um projeto político com uma realização artística. Assim se completaram obras nas quais toda uma época pede à Natureza – aliás ela própria em permanente mutação – de transmitir às gerações futuras a imagem daquilo que esta desejara ser." (Baridon, 2000, p. 5).

Em Portugal, grandes homens seguiram este trilho em que a celebração política se enlaça na criação artística e transmite ao futuro uma mensagem e uma imagem de perfeição consubstanciada num jardim. A partir da reconstrução de Lisboa, conduzida pelo Marquês de Pombal, esta prática passou do espaço privado para o da esfera pública, em especial com a construção do Passeio Público. No século XIX, seguindo o exemplo de Inglaterra, muitas formas de composição das quintas privadas são adotadas para os parques públicos e, no século XX, quintas oitocentistas foram convertidas em jardins para o público. Não podemos esquecer a sua origem de procura do paraíso individual, e ninguém como Sophia descreve a intensa sede de espaço aberto e Natureza que podemos saciar com a poesia e beleza que encontramos num jardim.

O Jardim

O jardim está brilhante e florido
Sobre as ervas, entre as folhagens,
O vento passa, sonhador e distraído,
Peregrino de mil romagens.
[...]
E no seu bailado levada
Pelo jardim deliro e divago,
Ora espreitando debruçada
Os jardins do fundo do lago,
Ora perdendo o meu olhar
Na indizível verdura
Das folhas novas e tenras
Onde eu queria saciar
A minha longa sede de frescura.

Andresen, S. M. B. (2003). *Obra Poética, Dia do Mar.* Editorial Caminho, p. 13.

Lisboa, 31 de agosto de 2021





Jardim Botânico da Ajuda, Lisboa. 2018. © Ana Raquel Cunha.



Jardim Keil do Amaral, Monsanto, Lisboa. 2010. © António Sacchetti.

Introdução

Enquanto contributo para a arte paisagista na cidade de Lisboa, este livro centra a abordagem nos espaços públicos, na sua génese e distribuição espacial, no cruzamento de influências culturais de origens geográficas diversas e no desenho e na composição arbórea dos jardins e parques históricos da cidade. A criação destes espaços verdes urbanos onde a botânica se alia à arte configurou numa paisagem cultural única e singular da capital portuguesa. O alcance do estudo vai de 1755 aos anos 60 do século XX. Este desafio foi possível graças ao projeto de investigação LX Gardens − Jardins e Parques Históricos de Lisboa: estudo e inventário do património paisagístico (Ref.ª PTDC/EAT-EAT/110826/2009), financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) e desenvolvido de 2011 a 2014, tendo como principal objetivo estudar, valorizar e divulgar este património paisagístico de Lisboa.

O carácter interdisciplinar desta investigação permite dar a conhecer os jardins lisboetas e a sua relação com a expansão urbana. Foi estudada a evolução dos jardins desde o século XVIII, com a criação do Passeio Público (atual Avenida da Liberdade) até ao período do modernismo nos anos 60 do século passado, com a expansão das Avenidas Novas, Olivais e Restelo.

Foi também registada a localização, quantificação e identificação de espécies arbóreas no levantamento de arvoredo realizado em 2014, no âmbito do projeto acima referido. Este inventário possibilitou também o estudo da diversidade de espécies arbóreas que se destacam pela sua antiguidade, pela sua originalidade de proveniência geográfica, por marcarem a memória de um lugar e/ou por terem um papel relevante na conservação de espécies ameaçadas no seu *habitat* natural.

A informação recolhida neste estudo foi tratada numa base de dados relacional com a criação de um inventário e pretende contribuir para o conhecimento e salvaguarda do património paisagístico bem como para a sua divulgação na vertente cultural e turística.

Assim, no âmbito da Lisboa Capital Verde Europeia 2020, este livro testemunha a história de 60 jardins e parques lisboetas, e divulga o registo do seu arvoredo, realizado no ano 2014, com a identificação e a localização das 27.610 árvores, com uma diversidade de 799 espécies.

O legado desta riqueza arbórea e paisagística reforça de forma determinante o inestimável valor deste conjunto de parques e jardins públicos e aponta para o compromisso sério de conservar, valorizar e divulgar este património vegetal. Acrescem na relevância do tema abordado "árvores e jardins", os seus evidentes benefícios ao serviço do ecossistema urbano e fica patente o reconhecimento de envolver os seus responsáveis na agenda atual da sustentabilidade – resiliência urbana, qualidade do ar, mitigação das alterações climáticas, biodiversidade, redução da temperatura e conservação das espécies botânicas. É crucial garantir a conservação deste património através de medidas que as protejam, pois ele é o substrato que assegura a diversidade, a beleza e a cor de Lisboa.

Os primeiros dois capítulos apresentados por especialistas nacionais refletem sobre os jardins e parques públicos de Lisboa à luz das tendências e estilos internacionais sublinhando as formas próprias locais dos miradouros e quintas de recreio, no âmbito da história da arte dos jardins. Analisa-se depois o que foi o arvoredo das ruas de Lisboa, o seu inventário e a sua gestão pelos técnicos da Câmara Municipal de Lisboa na segunda metade do século XX.

Os três capítulos seguintes, escritos por especialistas internacionais, analisam o papel do turismo cultural europeu e os jardins históricos, e a importância dos inventários do património paisagístico na salvaguarda dos jardins históricos europeus. Dão também a sua opinião abalizada sobre os jardins e os parques de Lisboa, valorizando aqueles que mais conhecidos são no mundo da arquitetura paisagista internacional.

O capítulo VI apresenta a metodologia abordada neste estudo para o inventário do património paisagístico de Lisboa. O seguinte constitui o cerne do trabalho do projeto LX Gardens e foi escrito por 33 autores apresentando a história específica de cada um dos 60 jardins e parques históricos de Lisboa, rematando, no capítulo VIII, com uma análise da diversidade do arvoredo dos jardins históricos da cidade.

O capítulo IX conta com a contribuição, de cinco autoras envolvidas no projeto LX Gardens, de uma proposta de percursos temáticos que serve uma função turística e cultural para o conhecimento específico da cidade através dos seus jardins, parques e miradouros.

A obra termina com as considerações finais escritas por uma autora e professora de História da Arte dos Jardins, nas quais consigna a contribuição que este livro representa como registo a identificação das árvores nos jardins urbanos e da legislação que as defende, e aponta para o futuro do arvoredo que tem agora uma base para decisões informadas que valoriza esta infraestrutura urbana, essencial aos tempos de mudança que vivemos. Por último relembra a relevância do restauro, salvaguarda, valorização e divulgação do património paisagístico.



Antigo Passeio Público (atual Avenida da Liberdade), século XIX. [MNL 99-G, Pág.31, nº121]. © CMLEO, Lisboa.

I. Evolução histórica dos jardins e espaços públicos de Lisboa

Cristina Castel-Branco, Ana Luísa Soares e Ana Raquel Cunha

I.1. Introdução

Lisboa encontra-se numa zona de transição entre o oceano Atlântico e o Mediterrâneo e entre África e a Eurásia em posição de interface: entre o estuário do Tejo e o oceano Atlântico, onde a presença de água doce e água salgada propiciam as condições ideais de passagem para muitas espécies migratórias (Santos *et al.*, 2015).

As características topográficas da cidade dobrada em colinas e com a exposição sul virada para o estuário do Tejo permitiu condições de coexistência de diferentes espécies arbóreas originárias de díspares regiões biogeográficas. De acordo com Santos *et al.* (2015), estas conjunturas permitem oferecer uma biodiversidade acima da média de outras cidades europeias. Esta diversidade botânica confere um inestimável valor estético a Lisboa.

Os jardins de Lisboa foram desenhados desde cedo em iluminuras que datam do século XV, em gravuras do século XVI, em painéis de azulejos e pinturas que retratam toda a cidade e onde os jardins ficam destacados por entre o casario. Ilídio de Araújo fez-nos o retrato destes jardins: "as gravuras da Lisboa Quinhentista (tanto a de Georg Braun, incluída no *Civitate Orbis Terrarum* como a de Jeremias Wolff) mostram-nos logo no primeiro plano, junto do cais da Ribeira, dois edifícios cada um com seu jardim anexo, cercado de alto muro. [...] Tudo leva a crer que os nossos hortos, que existiam no princípio do século XVI, eram pequenos quintais enclausurados dentro de altos muros que vedavam qualquer vista para o interior..." (Araújo, 2020, p. 77), com registos como o de Simon de Bening, que apresenta o Paço de Santos o Velho também cercado de muros e plantado de árvores que parecem laranjeiras, confirmamos a informação de Ilídio de Araújo que refere o l*aranjal do jardim*. Lisboa tem assim o seu *pedigree* de jardins registados desde o tempo do seu dinâmico Renascimento. A chegada à India e o contacto com as civilizações mogol e hindu, onde a vida se passava nos jardins, influenciaram de seguida o traçado do jardim português e os novos modelos dos jardins mais geométricos e maiores, a que acrescem os grandes tanques decorados a azulejos (Castel-Branco, 2019).

Diz-nos também Ilídio de Araújo que "As pequenas praças e largos iam surgindo com as novas realizações urbanísticas, impostas pela expansão das vilas e cidades para fora das muralhas medievais. [...] Aparecem neles os primeiros chafarizes públicos e erguidos, por vezes, à sombra do copado dos arvoredos". Na génese das primeiras praças públicas destacam-se dois elementos de conforto e frescura: a fonte e o copado do arvoredo no espaço público, preparado para o encontro social.

A cidade de Lisboa, na segunda metade do século XVIII, é obrigada a reconstruir-se e a renascer das cinzas de um terramoto com um enorme incêndio e do maremoto. A maioria dos jardins de Lisboa perderam-se com o Terramoto de 1755. Esta data marca o início do projeto LX Gardens que incide sobre os jardins de Lisboa e o registo do arvoredo que neles se encontra, alguma dela plantada por isso no virar do século XVIII para o século XIX. A partir destas datas sabemos também que a evolução urbanística de Lisboa está intimamente relacionada com a criação de jardins, parques, praças, miradouros e decorre também da absorção de quintas de recreio para dentro do seu tecido urbano transformando-as em parque públicos.

No mundo ocidental, a evolução do jardim privado e os seus princípios têm paralelos com o espaço aberto na cidade, e as formas que ambos utilizam convergem no momento histórico em que os princípios do jardim privado − propriedade de um grupo restrito − se aplicaram à cidade ao parque público para ser utilizado por muitos.

"Na Idade Média, o jardim configura-se como *hortus conclusus* dentro da fortaleza medieval onde o espaço defendido e amuralhado era escasso restando o espaço público mínimo, indispensável para a circulação. O único espaço aberto era eventualmente o terreiro do mercado, por vezes fora de portas, e o arraial das festas" (Castel-Branco, 1994, p. 143). Em Lisboa, alguns destes espaços abertos eram miradouros como o de Santa Luzia ou de São Gens (mais tarde conhecido por Nossa Senhora do Monte) ou o de Santa Catarina e iremos em traços largos observar de que forma a Natureza foi entrando cada vez mais para o tecido urbano até meados do século XX durante o modernismo que constitui o *terminus* do projeto LX Gardens.

Nesta evolução, torna-se também evidente a forma como esta cidade vai adotar e depois adaptar aos modelos que vêm de fora, de Londres, de Paris, de Nova Iorque, sem perder a sua marca e a sua identidade portuguesa.

No Renascimento, a introdução do elemento céu e luz marca a diferença na *piazza* onde se reserva para o público, mais espaço urbano de qualidade. O aparecimento da primeira praça como espaço público projetado surge, segundo Bacon, em 1427, na Piazza da Santissima Annunziata em Florença com uma mudança significativa onde se introduz uma área grande, de articulação com as outras ruas, adornada com elementos como fontes e estátuas e arcadas mas sem vegetação (Bacon, 1980, p. 108).

Na Roma de Sisto V (1585-1590), a introdução de eixos visuais e ruas direitas unindo as *piazze*, marcadas por elementos escultóricos e arquitetónicos, criou uma rede de espaços abertos com luz. São os eixos barrocos que servirão de modelo para jardins privados como Vaux le Viconte e Versalhes, traçados por André Le Nôtre, respetivamente para a nobreza e para o rei. No século seguinte, em Paris, com a extensão das Tuilleries, em 1615, ao geometrismo dos eixos barrocos, são aplicadas linhas de vegetação.

A geometria aplicada aos elementos naturais tem, como vimos, origem no jardim privado, mas é transposta para a cidade, e o crescimento das formas da cidade passa a fazer-se segundo eixos geométricos e quadrículas onde a vegetação alinhada passa a ter lugar.
Ao mesmo tempo que se aplicava com êxito esta receita ao espaço

urbano, criando alamedas para passeio e acentuando a geometrização do tecido urbano numa afirmação de grandeza e domínio do Homem sobre a Natureza, tomava corpo em Inglaterra um fenómeno de oposição a esta tendência: os jardins paisagistas manifestando uma relação do Homem com a Natureza oposta em 180º àquela que se expressava nos grandes eixos geométricos de André Le Notre. Esta nova forma de projetar jardins do século XVIII, na esfera privada dos grandes proprietários ingleses foi diretamente tomada e adaptada para a cidade, criando-se no século seguinte o parque público: uma grande (centenas de hectares) área irregular onde existiam zonas de solo fértil, água, vegetação, luz, céu aberto e fauna em liberdade, passa a fazer parte da estrutura da cidade do século XIX. O modelo de parques privados como Chatsworth ou Stourhead foi adotado no Parque de Birkenhead e no *Regend's Park* e adaptado por Frederick Law Olmsted para Nova Iorque, dando origem ao grande e pioneiro Central Park. Este passou a ser o modelo de tantos outros parques urbanos espalhados pelo mundo e modelo também para o Paris de Alphand e para a Lisboa do século XIX.

No final do século XIX, cria-se em Boston o primeiro corredor verde dentro da cidade: uma área contínua de elementos naturais embutidos no tecido urbano e composto por todos os elementos e processos naturais: solo, água em movimento, céu, luz, vegetação e fauna, criando um pulmão verde para a cidade junto ao mar. Será Duarte Pacheco, nos anos 30 do século XX, o político que fez avançar esta ideia de grande mancha verde rodeando a cidade de Lisboa. O Parque de Monsanto é delineado, emparcelado num total de 1000 hectares, plantado sobre terrenos agrícolas que haviam fragmentado a serra de Monsanto, uma iniciativa visionária e pioneira que permite ainda hoje manter Lisboa com um índice de 26,8 m^2/habitante (Soares & Castel-Branco, 2007, p. 289).

O desafio do projeto LX Gardens, que decorreu de 2011 a 2014, foi de conhecer a história de 60 jardins bem como realizar o respetivo levantamento arbóreo. Os espaços verdes alvo desta análise foram agrupados em seis tipologias: jardim botânico, jardim, praça, miradouro, parque e quinta de recreio. Este estudo, ao atravessar três séculos de história, contribui para o conhecimento deste património paisagístico, onde a botânica de aliou com arte de fazer jardins.

O capítulo VII deste livro, dedicado à história e diversidade arbórea destes 60 espaços verdes, encontra-se estruturado de acordo com as referidas tipologias na seguinte distribuição: quatro jardins botânicos, 27 jardins, seis praças, 12 miradouros, cinco parques e seis quintas de recreio.

I.2. Jardins Botânicos

Segundo o *Botanic Gardens Conservation International* (BGCI), jardins botânicos são instituições que detêm coleções documentadas de plantas vivas com objetivos de investigação científica, conservação, exposição de plantas e educação. Na última década do século XXI, maior ênfase foi dada ao papel dos jardins botânicos quanto à conservação de plantas raras e ameaçadas, à sustentabilidade e ao respeito pelos acordos internacionais de conservação e ética.

O BGCI tem um sistema de acreditação para distinguir entre jardins e jardins botânicos, e, seguindo estes critérios, Lisboa detém três jardins botânicos e o Parque Botânico da Tapada da Ajuda, onde existe uma reserva botânica criada no século XX para apoio ao ensino do Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa.

Já ficou escrito por historiadores de botânica e verificado pela prática que o clima de Lisboa é propício à aclimatação de plantas e permite que espécies tanto de climas temperados como de subtropicais aqui vivam e se reproduzam. Este atributo potencia o sucesso quando se instala uma coleção de plantas exóticas ao ar livre. Lisboa cedo se tornou um local ideal para a junção de plantas em jardins botânicos, pois ao seu clima se associa a história pioneira da descoberta do caminho marítimo para outros continentes, na qual as viagens de plantas eram uma constante.

Portugal foi pioneiro na publicação dos estudos sobre plantas exóticas medicinais com a obra de Garcia de Orta, publicada em Goa, em 1568, *Coloquios dos simples e Drogas da India*, e, em Lisboa, surge uma primeira lista de espécies de plantas medicinais, redigida por um médico alemão Gabriel Grisley (*Viridarium Grisley Lusitanicum,* 1661), que, por ordem de D. João IV, organiza com estas plantas um primeiro horto botânico em Xabregas, disponível para o estudo e seguindo o movimento europeu da criação de jardins botânicos nas grandes cidades. De facto, durante os séculos XVI e XVII, em várias cidades europeias, sobretudo através das suas universidades, inicia-se o estabelecimento de jardins botânicos para apoio à medicina e à publicação de floras relativas a cada região.

Durante a segunda metade do século XVIII, por todos os países da Europa afirmava-se a importância da botânica expressa tanto na consolidação do ensino nas universidades, como na criação de coleções vivas e classificadas em jardins botânicos. Em Lisboa, enquanto cabe a Vandelli o mérito de criar o primeiro jardim botânico português na Ajuda, em 1768, e o de impulsionar a criação da Academia de Ciências de Lisboa, a primeira flora portuguesa é da responsabilidade de Félix de Avelar Brotero, e a cadeira de Botânica e Agricultura foi seu grande mérito em Coimbra (Castel-Branco, 1999).

Ambos foram diretores dos 3,8 hectares do Jardim Botânico da Ajuda (JBA) e ambos disputaram um lugar na história das ciências em Portugal, lançando as bases de uma sistematização e conhecimento do mundo das plantas.

Depois do seu restauro em 1997 e da reposição da coleção de plantas que se havia perdido, o JBA renovou a sua atividade científica, convergindo o restauro com a emergência do grande movimento mundial de conservação da Natureza.

Como forma de tornar economicamente sustentável a atividade do jardim, foi instalado um restaurante localizado na estufa poente, desenvolveram-se atividades de educação ambiental, cursos de jardinagem e foi fundada a Associação dos Amigos do Jardim Botânico da Ajuda (AAJBA)[1] para apoiar a conservação do jardim. Esta associação oferece hoje, múltiplas atividades lideradas pela sua presidente Sónia Talhé Azambuja. O jardim conta também com um grupo ativo de voluntários mobilizados pela atual diretora Ana Luísa Soares que dinamiza as atividades do JBA, atendendo à sua natureza como património autêntico da história das ciências de Lisboa e como guardião da função ecológica que a botânica assume na conservação do planeta.

No século XIX, a função científica do JBA viu-se preterida pela que se instalou no Jardim Botânico da Escola Politécnica, criado para o ensino da Botânica na referida escola no centro de Lisboa. A sua instalação deve-se ao conde Ficalho (1837-1903), figura de proa da corte, da cultura e das ciências em Portugal (Castel-Branco *et al*., 2002) e, segundo Ramalho Ortigão, "[...] Homem da côrte, homem do campo, homem d'estudo, naturalista, literato, artista, poeta, historiador, agronomo, mordomo-mór no paço, estadista no conselho d'estado, legislador na camara dos pares, professor na Escola Polytechnica, ambaixador da côrte da Russia, presidente da Academia". O conde de Ficalho implementa o desenho paisagístico e a instalação das coleções do jardim botânico, iniciando-as em 1873 e inaugurando o jardim em

1 A Associação dos Amigos do Jardim Botânico da Ajuda foi fundada, em 1999, por Cristina Castel-Branco, Iole Sala, Teresa Chambel, Ana Luísa Soares e Francisco Castro Rego com o apoio de Berta Marinho e Rogério Moura.

1878, contando com a colaboração dos mestres-jardineiros Edmund Goeze, Jules Daveau e Henri Fernand Cayeux. Hoje dirigido pela Marta Lourenço, o jardim tomou o nome de Jardim Botânico de Lisboa e tem uma função de recreio e educação ambiental muito ativa. Conta com o apoio da Liga de Amigos do Jardim Botânico de Lisboa[2], criada em 1986, atualmente com o seu presidente Júlio Moreira.

O Jardim Botânico Tropical já foi jardim colonial, depois Jardim Museu Agrícola e Tropical, e é nele que melhor se prova a facilidade de aclimatação de espécies subtropicais em Lisboa. Graças a uma excecional exposição a sul, é o jardim de exóticas por excelência, vindas da Índia, da Nova Zelândia, Austrália, China, Japão e Brasil, exibindo ao ar livre palmeiras, cicadófitas, citrinos e catos que não aguentam temperaturas negativas.

Criado, no século XX, como um destaque do Jardim do Palácio de Belém, este é o maior dos jardins botânicos de Lisboa, ocupando sete hectares em Belém e tendo o seu momento áureo na Exposição do Mundo Português em 1940. Durante a Expo'98, o jardim foi utilizado para acolher as plantas chegadas para o Jardim Garcia de Orta (Castel-Branco & Rego, 1998, p. 161). Definiu-se uma área de ensombramento no jardim tropical, e as plantas transportadas em navios e aviões ficaram em "quarentena e controlo no Jardim-Museu Agrícola Tropical por acordo com a Direcção-Geral da Proteção das Culturas» (Castel-Branco & Rego, 1998, p. 180), permitindo, com a colaboração desta instituição, acautelar a entrada de doenças e garantir o fortalecimento das plantas antes da plantação nos Jardins Garcia de Orta.

A Liga de Amigos do Jardim Botânico Tropical[3] foi constituída em 2005 e, atualmente, com o seu presidente João Alves, mantém uma atividade forte ligada ao jardim.

É de salientar também uma função cada dia mais importante nos jardins botânicos; a formação de jardineiros e o seu treino com profissionais diplomados que possam manter e transmitir os saberes da prática de manutenção de plantas. Este tipo de ensino técnico, ausente nos jardins botânicos de Lisboa, poderia ser retomado pois neles se encontram concentrados os fatores que permitiriam o sucesso dessa transmissão de conhecimentos tão necessária.

I.3. Jardins

Esta publicação regista e analisa os jardins de Lisboa existentes desde 1755, após o terramoto que destruiu praticamente toda a zona baixa da cidade e cuja reconstrução, liderada pelo Marquês de Pombal, implementou o projeto de Eugénio dos Santos e Carlos Mardel. A operação de reconstrução constituiu um desafio na história do urbanismo da cidade de Lisboa e da Europa. Outros focos de urbanização beneficiaram do projeto de Eugénio dos Santos, entre eles, o bairro da Cotovia, atualmente o Jardim das Amoreiras, na época próximo de uma unidade fabril instalada por Pombal (França, 2005, p. 38).

Em 1764, numa iniciativa pioneira liderada pelo Marquês de Pombal, foi criado em Portugal, pelo arquiteto Reinaldo Manuel o primeiro jardim desenhado para o público, o Passeio Público, espaço gradeado e de acesso restrito mas representando o primeiro espaço projetado e arborizado de Lisboa integrado no plano da reconstrução da cidade no pós-terramoto. O Passeio Público rematava a norte o plano iluminista da Baixa Pombalina e marcou fortemente a forma urbana de Lisboa (Calado, 1998, p. 9).

O Passeio Público segue de perto o desenho do jardim privado do século XVIII, harmoniosamente ordenado como obra de arte, com plantas, água, estatuária, projetado para o convívio humano, segundo regras geométricas. Como ficou já escrito os jardins públicos seguem os estilos dos jardins privados e, no final do século XVIII, os jardins saem dos parâmetros geométricos do Renascimento e o período barroco, virando-se para a própria paisagem pintada por artistas paisagistas e utilizam essa obra de arte a duas dimensões como tema de inspiração e modelo de imitação para os seus jardins. Nesse momento, o conceito de jardim e de paisagem aproximam-se de tal maneira que nos perdemos a tentar defini-los e a tentar distingui-los, como Correia & Castel-Branco descrevem "os quatro rios do Paraíso extravasaram o seu leito confinado à visão dos pensadores e à gula dos privilegiados, e alagaram os campos da paisagem inteira, com todos os seres e todas as coisas que moravam nela" (Correia & Castel-Branco, 1994, p. 97).

A industrialização dos fins do século XIX, atraindo o excedente da população do campo em direção à cidade, conduziu a um aumento da população urbana. Além do acréscimo da população, verificou-se uma desordem nos modos de vida, o que desencadeou problemas de equipamento de saneamento básico. A resposta para a resolução de planeamento surge no decurso do século XIX, através dos planos urbanísticos de Pézerat e de Malaquias Ferreira Leal, que dotaram a cidade de latrinas e chafarizes, assim como da introdução de alterações na rede de esgotos (Correia, 1984, p. 11).

Na segunda metade do século XIX, os lisboetas estavam cientes da importância dos espaços verdes urbanos e, de facto, são vários os exemplos de jardins que surgem na cidade que revelam na sua conceção o sentimento português: reservados ao passeio calmo e contemplativo, associados às latadas, aos alegretes, aos bancos, aos revestimentos a azulejo, às coleções de árvores exóticas de flores e ao conceito de "ir e passear no jardim público".

Dos jardins que começaram a aparecer, alguns foram antigas cercas conventuais que se converteram, como o Jardim da Estrela (1852), o Jardim do Palacete de São Bento (século XIX), o Jardim da Assembleia da República (1940) e o Jardim das Francesinhas (1949).
Outros tipos de locais de encontro arborizados começam a ser criados seguindo o modelo inglês privado dos squares, depois adaptado na restruturação de Haussmann em Paris, gradeado mas já com acesso público, ou seja, praças pequenas equipadas com bancos, canteiros, bebedouros, arborizadas e com caminhos para se passear dentro do seu próprio bairro. Mais tarde, estes *squares* converteram-se em jardins como o Jardim de São Pedro de Alcântara (1864), o Jardim do Príncipe Real (1859 e 1863), o Jardim da Praça das Flores (século XIX), o Campo de Santa Clara (1865), o Campo de Santana (1895) e a Praça da Alegria (1882). Mais tarde, outras praças surgem integradas nos planos urbanístico como o Jardim de Santos (1873), o Jardim da Parada (c. 1880), o Jardim Constantino (1889) e o Jardim Félix Avelar Brotero (início do século XX).

De antigas quintas de recreio privadas encontramos hoje também um legado de jardins que a cidade recebeu e adaptou, enriquecendo-se com património paisagístico do século XVIII com o Jardim do Palácio das Galveias, o Jardim do Palácio Pimenta e, do século XIX, com o Jardim do Palácio Beau Séjour.

As primeiras décadas do século XX, com o regime do Estado Novo, instaurado em 1926, e com a divulgação do movimento moderno e os novos conceitos de *Garden city*, a urbanização na cidade de Lisboa passou irreversivelmente a incluir jardins, praças e parques. Esta

2 A Liga de Amigos do Jardim Botânico de Lisboa foi criada, em 1986, por Fernando M. Catarino, António Ferreira Gonçalves dos Reis, Maria Lisette Coelho Lebreiro Caixinhas e Maria de Lourdes da Silva Mendes.

3 A Liga de Amigos do Jardim Botânico Tropical foi constituída, em 2005, por Maria Cândida Liberato, José Eduardo Mendes Ferrão e Isabel Reis Moura. A sua primeira direção foi constituída por Jorge Braga de Macedo, Maria da Conceição Casanova, Renato Berardo, José Eduardo Mendes Ferrão, Maria Cândida Liberato, Isabel Reis Moura, António Eduardo Leitão, Maria Cristina Duarte, José Manuel Berardo, António Lopes Melo e Maria da Graça Macieira.

nova política conduz à modificação do tecido urbano da cidade, com expropriações e demolições, surgindo espaços como a Alameda D. Afonso Henriques, a Praça do Império, a Praça do Areeiro ou a Praça de Londres e o Parque de Monsanto (Isidro, *et al.*, 2010, p. 13).

Em Lisboa, a expansão e a significante transformação da cidade a partir dos anos 40 do século XX ficou marcada pela realização do bairro de Alvalade, inteiramente planeado pelo município e desenhado pelo arquiteto Faria da Costa, iniciado em 1947 e integrado no Plano Diretor de De Gröer. É de salientar que, no final daquela década, uma equipa de jovens arquitetos paisagistas vem integrar os quadros da Câmara Municipal de Lisboa, coincidindo com a época onde quer o desenho urbano quer a arquitetura se atualizam segundo as linhas da Carta de Atenas (Tostões, 1997, p. 105). Acabados de formar por Caldeira Cabral, estes engenheiros agrónomos com o curso de Arquitetura Paisagista introduzem na câmara a novidade de uma nova profissão responsável pela qualidade dos espaços verdes a partir de 1948. Entram para a Câmara de Lisboa os seguintes arquitetos paisagistas: Azevedo Coutinho (1948), Ribeiro Telles (1950), Edgar Fontes (1953) e mais tarde entram Álvaro Dentinho (1957) e Sousa da Câmara (1961) (Andresen *et al.*, 2003, p. 212). Com eles estreia-se uma nova etapa dos espaços verdes em Portugal (Tostões, 2003, p. 105). A sua primeira experiência na câmara teve lugar nos bairros de Alvalade e Encarnação, onde as suas intervenções consistiam na elaboração de planos de plantação e de rega. De referir alguns dos projetos de arquitetura paisagista emblemáticos dessa época: o Jardim da Praça de Londres (1950), de Azevedo Coutinho; o Jardim do Castelo de São Jorge (1959) e o Jardim da Capela de São Jerónimo (c. 1950), ambos assinados por Ribeiro Telles; o Jardim da Torre de Belém (1953-58) e o Jardim da Biblioteca Nacional de Portugal (1955-60), os dois da autoria de Vianna Barreto (Andresen et al., 2003, p. 214).

O final da década de 50 foi assinalado com a obra da sede e museu da Fundação Calouste Gulbenkian, onde se assumiu por inteiro a modernidade. De facto, desenvolveu-se um projeto de arquitetura paisagista, da autoria de Vianna Barreto e Ribeiro Telles, onde a construção modernista foi integrada num inovador jardim com todas as características do movimento modernista.

I.4. Praças

A História da Arte de Jardins poderia ser contada pela forma como se foram transmitindo os estilos, as técnicas e os saberes no manusear da Natureza para a tornar mais confortável, adaptada e bonita para os humanos. É o caso das praças de bairro, que surgem em Lisboa no século XIX, tendo a sua origem em Inglaterra, e que foram sendo adaptadas, chegando até à capital portuguesa. Em Londres, com a expansão da cidade no século XVIII, surgiu um tipo de pracetas, *square* quadrados que constituíam a peça central da área residencial de uma nova classe social alta, contribuindo para uma paisagem urbana, mas refletindo, com a disposição das suas árvores e relvado, uma imagem inspirada na paisagem rural. As pracetas britânicas, apesar de darem acesso só aos habitantes dos bairros que tinham uma chave privada para as usar, trouxeram muita vegetação para o interior dos quarteirões residenciais e influenciaram o desenho das pequenas praças de bairro no resto da Europa.

A boa manutenção destes *squares*, tipo pátios coletivos, pertencentes e mantidos pelo condomínio, eram fechados e os únicos utentes eram os habitantes da praça usufruindo do jardim com os vizinhos. Voltado do exílio de Londres, quando foi eleito e levado a imperador, Napoleão III inicia a renovação urbana profunda de Paris e, durante este movimento de 1851 a 1881, encabeçado por Haussmann, assiste-se à criação de vários modelos de espaços públicos arborizados. Convencido da excelente influência dos *squares*, tanto no bem-estar como na saúde da população, o imperador decide conceder este benefício aos parisienses de uma forma mais democrática. O *square* parisiense manterá as grades à volta da praça para ser fechado à noite e evitar que seja vandalizado, mas, durante o dia, todos, sem discriminação, terão acesso a ele. Serão implantados os *squares*, não apenas para alguns grupos de casas, mas em diversas zonas da cidade. A partir de 1856, o plano Haussmann inclui 24 destes squares parisienses desenhados por Alphand que irão inspirar outras capitais na Europa.

A transmissão desta pequena inovação urbana acelera-se com a publicação, entre 1867 e 1873, de *Les Promenades de Paris*, de Adolphe Alphand, livro que faz uma recolha e sistematiza a grande obra de ajardinamento e renovação efetuada em Paris por Napoleão III, Haussmann, Alphand e Davioud. A componente de engenharia, o registo de soluções e a quantificação de gastos fizeram desta obra uma referência para trabalhos públicos urbanos noutras cidades, pois apresenta para cada jardim e parque uma memória descritiva, um plano geral, pormenores de construção e o preço final de obra.

A produção em série acompanhou também este movimento de criação de espaços públicos e a indústria do ferro forneceu as peças úteis a uma nova prática de estar, homogeneizando os gradeamentos, os quiosques, as portarias, os bebedouros, as casas de jardinagem. Assiste-se à estandardização do mobiliário urbano com modelos de bancos públicos, candeeiros, grelhas/grades mas também com as máquinas para o bombeamento e adução de água, e a construção de estufas.

A Praça do Príncipe Real é uma das primeiras praças ajardinadas, à imagem das *squares* de Londres e Paris e desenhada, em 1859, pelo jardineiro paisagista João Francisco da Silva contendo todos os elementos menos o gradeamento. Lisboa adaptou assim as suas *squares*, mudando-lhes o nome para praça e seguindo o modelo e a composição: caminhos serpenteantes, canteiros de flores, árvores, bancos, candeeiros, bebedouros e um lago ou fonte conforme a disponibilidade em água. No caso do Príncipe Real elementos preexistentes permitiram uma identidade própria. A vista para toda a cidade e o repuxo central muito alto, alimentado pela Mãe d'Água nas Amoreiras. Ao longo do século XIX, casas e palácios foram ocupando a periferia desta praça reduzindo-lhe as vistas, e a praça passou a chamar-se jardim por isso pertence neste livro à classe dos jardins.

Outras praças se construíram seguindo o mesmo modelo em Lisboa; a das Flores, (Jardim Fialho de Almeida), no século XIX, com tílias que lhe criam um ambiente de sombra e grande conforto, a da Rocha Conde de Óbidos (1879), que também saiu da classe de praça, a Praça da Alegria (Jardim Keil do Amaral), com metrosíderos da Austrália, que cresceram e ocuparam com a sua sombra quase todo o espaço, a praça do novo bairro de Campo de Ourique (1880), que também passou a ser considerado jardim apesar da sua exígua dimensão.

Na passagem para o século XX, marcada por uma decoração e estatuária de Estado Novo surge a Praça Afonso de Albuquerque (1940), em frente ao palácio de Belém, onde grandes pinheiros compõem o espaço centrado na estátua do navegador e herói da Índia, e a Praça D. Luís I (1862), junto ao mercado da Ribeira, quadrada como as *squares* de origem, e celebrando a figura do rei.

Nos anos 40, a Praça do Império, apesar de manter a forma quadrada, já não segue a génese das *squares* e é uma praça de aparato com uma fonte monumental a celebrar o império e as colónias portuguesas. A praça de Londres é a primeira praça a ser desenhada por um arquiteto paisagista da primeira geração, Manuel Azevedo Coutinho, e introduz novidades da transição para o modernismo.

Estas praças, pequenos jardins de bairro e miradouros revelaram-se preciosos durante o confinamento a que a população de Lisboa nos

anos 2020 e 2021 foi forçada. Foi neles possível passear e apanhar sol, sentar-se em bancos, correr, andar de bicicletas, trotinetes e skates sem sair do bairro. Especialmente para os miúdos e os jovens pais, o valor dos jardins redobrou por ser o único local de descompressão para a família. A precisarem de sol e de movimento depois de tantos dias parados, até piqueniques se fizeram sobre toalhas, à inglesa, e a praça substituiu o ginásio; sozinhos ou em grupos, muitos lisboetas privados de ginásios passaram a fazer exercício físico com ou sem mestres nas praças e jardins.

I.5. Miradouros

Lisboa é feita de colinas no cimo das quais há pequenos jardins chamados miradouros e deles se vê a cidade e o Tejo. Ver o Tejo não é só um exercício romântico de apreciação da paisagem, pois estes espaços de vistas profundas que podem parecer sobras de traçados de ruas e cadastros antigos são, de facto, núcleos ancestrais de uma ocupação orgânica mas intencional em Lisboa e têm uma origem não importada de modelos estrangeiros, mas autenticamente lisboeta. Desde cedo, ver o Tejo em Lisboa foi ver a partida das caravelas, rezar pela chegada dos navegadores e, com angústia e alvoroço, assistir ao seu retorno ao Tejo de Lisboa − essa prática ocorria nos miradouros; eles eram fundamentais.

O Tejo ligava-nos ao mundo, trazia nas suas águas sem distinção a alegria do reencontro, a tristeza da ausência, a riqueza ou a miséria. No cimo das colinas de Lisboa, donde se veja bem o Tejo, aparecem desde o século XIV capelas que relembram a espera, a oração e com elas a contemplação da água e da cidade em colinas. Em seu redor, pequenos espaços de encontro, com vista, foram transformados em jardins com bancos, árvores e balaustradas de ferro, têm formas irregulares e deles se desfrutam horizontes de Tejo, casario branco ponteado de torres e zimbórios de igrejas. São jardins feitos de vistas que os estrangeiros que vivem em Lisboa muito utilizam e valorizam como espaços autenticamente lisboetas

Os mais antigos miradouros parecem ser o de São Gens, agora Nossa Senhora do Monte do século XII, o de Santa Luzia, que surge na gravura Georg Braun, incluída no *Civitate Orbis Terrarum* em meados do século XVI, e aqueles relacionados com a chegada dos barcos; a Ermida de São Jerónimo e a Penha de França. Fernando Pessoa, "um poeta do olhar" (Pessoa, 1997, p. 21) – escreveu um guia de Lisboa para o estrangeiro que a visite e refere a maioria dos 12 miradouros escolhidos pela equipa LX Gardens, confirmando-os como pontos essenciais que fazem a magia de Lisboa e "que o olhar cicerone de Pessoa nos quer ensinar a ver." (Pessoa, 1997, p. 23).

As colinas de origem da velha Lisboa que foi sendo fenícia, romana, árabe e portuguesa manteve o traçado orgânico e a graça da autenticidade dos seus espaços íngremes donde o Tejo se descobre em brilho azul a partir dos miradouros da cidade original. O jogo de vistas entre a colina poente do bairro alto e a colina do castelo, prosseguindo pelo festo até à Penha de França, permite reconhecer a nascente um rosário de miradouros verdejantes que têm início na mancha verde de pinheiros do castelo, depois os miradouros que melhor do que ninguém Pessoa descreve:

"[…] encontramos São Pedro de Alcântara, um terraço de onde se obtém uma das mais belas vistas de grande parte da cidade. Daqui se podem ver várias colinas da parte oriental de Lisboa – Castelo, Graça, Senhora do Monte, Penha de França –, boa parte da cidade baixa, e encostado a ela, o rio, largo e calmo, tendo lá à frente, na margem sul, o Barreiro, Alcochete, etc. À noite o panorama é igualmente extraordinário." (Pessoa, 1997 p. 87).

As colinas descritas correspondem ao festo das colinas que do castelo se estendem para norte e onde surge, já depois de Fernando Pessoa descrever esta paisagem, o miradouro do Monte Agudo de 1951, formando mais uma mancha de pinheiros-mansos que pontuam o casario da cidade.

Em sentido inverso, de todos os miradouros desse festo nascente se avista o de São Pedro de Alcântara e nele vale a pena parar junto da balaustrada à sombra de lódãos-bastardos (*Celtis australis*) e jacarandás (*Jacaranda mimosifolia*), e apreciar Lisboa. Se a luz estiver dourada ao fim da tarde, este é um dos sítios que melhor oferece a beleza do coração de Lisboa antiga.

O percurso do miradouro de São Pedro de Alcântara ao de Santa Catarina a pé e sem subir muito, faz-se por dentro do bairro Alto pela Rua da Rosa, típica via estreita que desemboca no Largo do Calhariz e daí se vê ao fundo a mancha verde de árvores do miradouro de Santa Catarina. Local privilegiado que fica muito alto, mas muito próximo do Tejo e cai a pique sobre os telhados de Lisboa. A vista sobre o estuário e a Arrábida ao fundo surge sob a copa das árvores que criam a sombra confortável de que precisamos para apreciar o Tejo e Almada.
Lisboa estende-se para poente pela margem do rio até Belém. Desde cedo os palacetes foram surgindo entremeados com conventos ao longo da estrada do rio. Na desembocadura do Tejo, havia praias de água já salgada, donde saíam as caravelas. Os nomes das praias revelam esta história de longuíssimas viagens. Uma das praias deu o nome a um convento do século XVII, o de Nossa Senhora do Bom Sucesso, que evoca bem a história dos Descobrimentos: quem a ela chegasse, depois das longas viagens nas caravelas atravessando os oceanos, teria tido bom sucesso na empresa das Índias, da China, do Japão ou do Brasil.

Na colina mais alta do Restelo foi construída, por ordem de D. Manuel, uma capelinha, pertencente à cerca do Mosteiro dos Jerónimos. "Conhecem-se nomes de funcionários, e aparece o de Boytac à cabeça de campanha de pedreiros e carpinteiros, com obra medida a preceito. Datará de então (1514) a pequena capela de São Jerónimo, no alto da cerca (que rapidamente seria levantada), atribuída a Boytac com o desenho "manuelino" da sua porta simples" (França, 2007, p. 149). A motivação do rei era o agradecimento pelo retorno bem-sucedido das caravelas da armada de Vasco da Gama da Índia. Da capela de São Jerónimo via-se o mar até ao infinito e dali se rezava e se pedia para que as viagens terminassem bem e trouxessem os homens são e salvos de volta às suas famílias. Rapidamente se tornou um lugar de encontro, miradouro para o oceano, tal como os outros miradouros onde as capelas precederam a criação de um pequeno jardim com grandes vistas.

Quando no horizonte se avistava um ponto negro, espalhava-se o anúncio por toda a cidade e, em redor das capelas (onde hoje se encontram os miradouros), lugar primeiro da visão e do início da esperança, as missas e as orações não paravam. Não se sabia o que traziam as caravelas, e a multidão juntava-se então, esperando ansiosa a lenta aproximação do barco.

A luz de Lisboa, vinda do sol e do reflexo do Tejo, contribui para o sucesso destes miradouros. É preciso passear e parar nos miradouros de manhã ou de tarde conforme a exposição das colinas para nascente, para poente ou sobre o Tejo para realmente se conhecer Lisboa.

I.6. Parques

Com dimensão superior aos jardins públicos, foram sendo implantados na cidade outros espaços verdes importantes de uso privado e/ou para ensino, entre os quais o Jardim Botânico da Ajuda (1768), a Tapada das Necessidades (século XVIII), o Jardim Botânico de Lisboa (1873) e o Jardim Botânico Tropical (1912/14), que, através da "arte" dos seus jardineiros paisagistas, horticultores e viveiristas, influenciaram e

difundiram o gosto das plantas consideradas "novidades" pelos jardins públicos da capital.

Paralelamente, o crescimento acentuado de pedidos de arborização à câmara, com a justificação da componente estética da cidade e como medida "higiénica", de salubridade e de saúde (Tostões, 1992, p. 23), terá também justificado a ideia, no século XIX, de criar parques públicos para servir a população que apenas se concretizaram já no século XX.

Nesta publicação são apresentados cinco dos parques estruturantes da cidade e que marcam o período em estudo, o Parque Florestal de Monsanto, o Parque Eduardo VII, o Parque do Monteiro-Mor, a Mata de Alvalade e o Vale do Silêncio.

A história do Parque Florestal de Monsanto remonta a 1868, quando foi idealizada a intenção de criar um parque na serra de Monsanto. No entanto, esta obra só veio a concretizar-se em 1934, pelo ministro das Obras Públicas engenheiro Duarte Pacheco, que cria o Parque Nacional de Monsanto. Em 1943, finalmente estava definido em toda a extensão o Parque Florestal de Monsanto, com uma área de cerca de 1000 hectares (Rodrigo, 1943), acompanhando-se a expansão urbana da zona ocidental da cidade, limitada pelo Parque de Monsanto (1000 hectares expropriados para regime florestal), por onde passa a nova autoestrada que liga a cidade ao Estádio Nacional (projeto dos arquitetos paisagistas Francisco Caldeira Cabral e de Konrad Wiesner), e pela encosta do Restelo, urbanizada de acordo com o plano de Faria da Costa.

Também em 1879, apesar do desagrado com o fim do Passeio Público, a cidade expandiu-se para norte com a abertura de um moderno boulevard dos lisboetas — a denominada Avenida da Liberdade — que integra o projeto das Avenidas Novas, de Ressano Garcia (Azambuja, 2001, p. 142). A proposta do traçado da Avenida da Liberdade remata numa rotunda encimada pelo Parque Central da cidade — semelhante aos *Champs Elysées* ou o bosque de Bolonha —, o qual se previa a construção do Parque da Liberdade, mais tarde denominado por Parque Eduardo VII (Tostões, 2003, p. 100).

Em 1887, o engenheiro Ressano Garcia sugere a realização de um concurso internacional para o futuro parque. Das 29 propostas apresentadas, destacam-se as três primeiras propostas, da autoria dos arquitetos paisagistas Henri Lusseau, Henri Duchène e Eugène Deny (Marques, 2009). Mas a unanimidade da proposta vencedora recai sobre o projeto de Henri Lusseau, com traçado organicamente romântico, propondo alamedas, lagos integrados na morfologia do terreno. Como testemunho da referida proposta, extraímos uma breve descrição da memória descritiva:

"A memória projecto de Henri Lusseau providencia, com bastante detalhe, a descrição e justificação do traçado e composição do parque, para uma superfície de mais de 38 hectares, mas é de particular interesse a análise que Jules Daveau, enquanto membro do júri do concurso e, portanto, conhecedor de todos projectos, ofereceu aos leitores do Jornal de Horticultura Prática em Maio de 1888. Afirma Daveau neste periódico portuense que Henri Lusseau, 'architecto-paisagista muito conhecido, e premiado com muitas medalhas nas exposições parisienses a que tem concorrido' definiu uma álea principal, prevista no programado concurso, circundando o parque, e uma 'ramificação que torna o parque obliquamente, augmentando a extensão e a cariedade do passeio em carruagem'. Os caminhos secundários, 'de curvas elegantes, ligando-se entre si sem esforço, são em número sifficiente, e conduzem o passeante aos pontos mais interessantes do parque'. Também os maciços e as plantas isoladas nos relvados estariam 'bem grupados, e serão de algum modo a moldura dos diversos pontos de vista, dispostas com arte'. Em frente da estrada principal, na zona mais baixa do parque e junto à 'álea de cintura', foi projectado um lago com uma área de 1 hectare, com 'contomos acidentados, mas de curvas elegantes' bem-adaptados à paisagem do local, com uma ilha ligada à margem por uma única ponte." (Marques, 2009, p. 178 e 179).

A proposta de Henri Lusseau, apesar de muito apreciada, tinha uma execução muito dispendiosa e teve de ser adaptado pelo município para uma solução mais económica. O novo orçamento chegou a ser aprovado e apresentado publicamente em 1888 como o "projeto de transformação de Lisboa". No entanto, sem verba e sem expropriações realizadas, a obra foi ficando para trás. Em 1908, é retomada a vontade de se concretizar a construção do parque, durante a primeira vereação republicana, pelo arquiteto Ventura Terra, mas mais uma vez a obra não teve continuação. Só mais tarde, em 1945, é que o novo presidente da câmara, tenente-coronel Salvação Barreto (1860-1934) concretizaria a execução do Parque Eduardo VII ao convidar o jovem arquiteto municipal Francisco Keil do Amaral (1910-1975), já com obra feita e apreciada no Parque de Monsanto, para projetar e concluir este parque já com uma história atribulada (Tostões, 1992, pp. 65-69).

Ainda no ano 1945 iniciam-se as obras de um outro grande jardim, proposta também de Keil do Amaral, denominado Campo Grande. Neste novo jardim, ensaiaram-se os primeiros relvados pontuados de árvores, projetou-se um grande lago e dotou-se o espaço de equipamentos desportivos. Este espaço verde, apesar da sua grande dimensão, inclui-se neste livro na tipologia de jardim.

O Parque Florestal de Monsanto, o Parque Eduardo VII e o Jardim do Campo Grande, todos assinados pelo arquiteto Keil do Amaral, atestam a arte de fazer cidade ou "jardim" e valorizam os conceitos de tradição e modernidade da época (Tostões, 1992).

No início dos anos 50 do século XX, como consequência da expansão urbana, dá-se a abertura de novos arruamentos e a construção dos novos bairros, já com a integração na equipa da câmara da primeira geração de arquitetos paisagistas formados por Francisco Caldeira Cabral no Instituto Superior de Agronomia (Cunha, 2014). Surgiram também os primeiros projetos de arquitetura paisagista, com uma componente projetual mais completa, como é o caso do primeiro plano para o espaço da atual Mata de Alvalade, de Ribeiro Telles (Andresen, Câmara & Carvalho, 2003) e, posteriormente, o projeto do Parque do Vale do Silêncio, da autoria de Sousa da Câmara.

Também alguns dos jardins e parques aqui estudados, atualmente de carácter público, fazem parte de antigas quintas de recreio que se adaptaram a novas funções no século XX, como é o caso do Parque do Monteiro-Mor. Por vezes, estende-se a toda a propriedade, ou parte, onde o espaço murado é tratado meticulosamente com alamedas de ciprestes talhados que envolvem os campos de cultivo ou, nos canteiros e talhões de produção, o remate é dado por topiária de buxo. O conforto dos caminhos cobertos de vinhas em latada, as fontes dispersas pela quinta e trabalhadas em esculturas de pedra ou revestidas a azulejos, as capelas e miradouros a pontuar nos recantos mais afastados da casa não nos permitem afirmar onde começa a quinta e onde acaba o jardim. Todos estes elementos conferem as qualidades de proteção, beleza e conforto que se espera encontrar num parque e que se aplicam a tantas quintas.

I.7. Quintas de recreio

Vejamos o que nos deixou publicado, em 1940, o primeiro arquiteto paisagista português com o seu olhar novo, acabado de chegar de Berlim, onde se diplomou no *Institut fur Landschafts-und gartengestaltung* (Instituto de Paisagismo e Horticultura) da Universidade de Berlim. Numa conferência proferida no Instituto Superior de Agronomia, durante a Primeira Exposição Nacional de Floricultura, promovida, em 1940, pela Câmara Municipal de Lisboa, Francisco Caldeira Cabral discursa sobre o ponto de situação dos jardins e quintas portuguesas quando comparadas com os movimentos europeus e americanos que

haviam passado do século XIX para o século XX, adaptando-se às novas formas de vida.

No arranque da profissão de arquiteto paisagista, oiçamos o que nos diz o mestre sobre as quintas de recreio de Lisboa e vejamos de que forma as adaptaram a parque de acesso público ao longo do século XX em Lisboa.

"Mantêm as nossas quintas, de que há tantos e tão bons exemplos nos arredores de Lisboa, as suas características de sempre, que costumamos filiar no século XVIII, mas que me parecem provir antes da *villa* rústica do Renascimento italiano. Encontraram, porém, tal eco e perduraram tanto entre nós que muito conviria estudá-las de perto para se poder apurar até que ponto a nossa quinta foi criação portuguesa típica" (Cabral, 1940, p. 8).

Caldeira Cabral irá, durante cerca de 60 anos de ensino, investigação e prática profissional, debruçar-se sobre esta procura dos traços próprios da quinta/jardim português que o distinguem dos jardins de outras culturas. No seu livro *Fundamentos da Arquitetura Paisagista*, de 1993, sintetiza (Cabral, 1993, p. 115-128) quatro traços de "carácter", consequência do clima e temperatura, da localização de Portugal entre o Mediterrâneo e o Atlântico, e da sua história sociopolítica. Surgem estes traços, em cada jardim português, isolados ou em combinações e marcam bem a diferença e a essência do jardim português. Um quinto elemento é anunciado no texto de 1940 que bem se aplica às quintas de recreio dos arredores de Lisboa, que são os muros e o recato dos jardins atrás deles escondidos.

O primeiro traço de distinção do jardim português "o uso de plantas vivazes" de flor, nomeadamente árvores e arbustos de origens exóticas, é determinado pela história e pelo clima, o qual permite que tanto as plantas de regiões temperadas, como as das zonas subtropicais, tenham aqui encontrado condições certas para crescimento e reprodução, possibilitando uma extraordinária diversidade de flores e folhagens nos jardins nacionais. A história da abertura dos caminhos marítimos para outros continentes reflete-se nos jardins e quintas através da grande variedade de árvores e arbustos que fomos trazendo e aclimatando, e que, uma vez naturalizadas, fazem parte das plantas habituais vivazes dos quintais, dos jardins e das quintas em Portugal. São as cameleiras e as nespereiras que trouxemos do Japão, são as laranjeiras e as glicínias que trouxemos da China, são as lagerstroémias, a cana-índica e a mélia que trouxemos da Índia, são os jacarandás, o piripíri e a lúcia-lima, que trouxemos da Brasil e tantas outras que vivem a céu aberto em Portugal (Castel-Branco, 2010, p. 7). A diversidade de árvores e arbustos de flor é um sinal desta história de trocas marítimas com todos os continentes e do clima benigno que as acolhe. Em 1940, Caldeira Cabral alerta que "plantam-se estas bordaduras com grande número de espécies e variedades que nos garantam uma floração continuada durante todo ano e um aspeto quanto possível verde [...] Para as bordaduras vivazes temos condições óptimas para as manter todo o ano porque o problema do inverno não existe em quase todo o país e muitas espécies que lá fora perdem a folha aqui conservam-na até à rebentação" (Cabral, 1940, p. 12-15), e ainda hoje, nas quintas históricas, a exuberância de florações de plantas exóticas é uma marca dos seus jardins.

O segundo traço decorre da topografia acidentada que levou a um sistema de ocupação urbana que se instala no topo das colinas e vai preenchendo as encostas de cima para baixo, privilegiando as vistas, as grandes aberturas sobre o mar ou sobre os vales. Os jardins seguiram esta tradição e as vistas profundas são quase um ponto de partida do jardim português. Caldeira Cabral identifica na quinta da Penha Verde em Sintra, criada por de D. João de Castro em 1543, um traço original, próprio da forma de construir a paisagem em Portugal "outra característica nossa: Aproveitamos sempre que possível a encosta, intensamente arborizada, construindo pequenos miradoiros nos melhores pontos de vista, que são como janelas abertas sobre a paisagem"(Cabral, 1993, p. 27), exprimindo um princípio ilustrado de forma total na Penha Verde.
A história deste país e a sua localização determinam dois outros elementos de distinção do jardim português: a cultura islâmica, com uma permanência de quatro séculos no território que hoje é Portugal, deixou vestígios nas formas decorativas com especial evidência no uso de azulejos. Peças cerâmicas de grande durabilidade, cores fortes e sistemas geométricos de repetição, os azulejos nos jardins portugueses podem cobrir todas as peças construídas que ornamentam o jardim: fontes, nichos, bancos, escadarias, casas de fresco, muros, muretes e alegretes, ou podem surgir em faixas discretas nas paredes que se refletem nos lagos. Escreve Caldeira Cabral sobre este traço próprio de Portugal que "Igual valor têm os nossos bancos, alegretes, azulejos, tanques e tantos outros motivos, não perdendo de vista, no entanto, que eles não constituem por si o essencial que será sempre o modo do seu emprego e a concepção geral do plano" (Cabral, 1940, p. 14). Os azulejos são parte integrante dos jardins portugueses que os distinguem dos outros jardins do mundo.

A sabedoria árabe do uso da água em agricultura foi herdada pela cultura portuguesa. Indispensável à sobrevivência das plantas tanto nas hortas como no jardim, durante quatro meses de verão árido, a água armazenada em cisternas, em tanques, recolhida em minas e elevada por complexos sistemas de noras é distribuída nos jardins portugueses de formas variadas. Mas, antes de cumprir a sua função de rega, é posta ao serviço da arte e faz nos nossos jardins requintados espaços de conforto e beleza onde o céu se espelha onde a luz se polariza em gotículas que sobem em repuxos. Em 1940, diz-nos Caldeira Cabral, "Outros elementos valiosos encontramos nas nossas quintas e campos, como sucede por exemplo com as múltiplas formas de latadas e bardos [...] Citarei um motivo de todos tão conhecido e tão abundante na região de Lisboa – o tanque coberto pela latada [...] vemos que esta associação − tanque, latada, banco − é perfeita debaixo do ponto de vista funcional de que tanto se orgulha o nosso tempo. A sombra da latada impede a evaporação da água no verão, e conserva uma humidade e frescura de que a planta e o homem beneficiam. Nunca encontramos tal motivo no norte da Europa − é que nós gozamos a sombra e eles o sol!" (Cabral, 1940, pp. 12-15).

A esta prática do uso da água veio juntar-se a certa altura uma outra cultura, também de raízes islâmicas. A descoberta do caminho marítimo para a Índia em 1498 e os 400 anos de vida comercial na Índia puseram as classes dominantes portuguesas em contacto com a cultura mogol, cujo gosto pelos jardins é conhecido e bem documentado. A sua necessidade de grandes extensões de água, os lagos sagrados dos templos onde tudo se reflete e os pavilhões para tomar o fresco, assentes sobre os canais de água, ponteados de repuxos e onde a água é o eixo de todo o jardim, impressionaram os portugueses, permitiram-lhes entender o jardim como um espaço de permanente vivência de noite e de dia, sobretudo se a água permitisse maior conforto e beleza no espaço exterior.

A presença da água em grandes tanques surge primeiro nas quintas da Bacalhoa e Torres e depois na quinta dos marqueses de Fronteira, espalhando-se depois pelos jardins portugueses; é o epítome das diferentes heranças culturais do país: a necessidade de reservas de água para rega fez aparecer os grandes tanques, junto a eles os pavilhões para tomar o fresco e as paredes decoradas de azulejos a refletirem-se na água, criando um elemento de distinção dos jardins portugueses.

Sobre o quinto elemento que Caldeira Cabral identifica em 1940 como traço português; o muro em redor da propriedade jardim ou quinta, escreve o mestre "em todos os nossos jardins e quintas o muro desempenhou sempre um grande papel e peço que não o condenemos sem primeiro lembrar que já há 3000 anos no Egipto havia muros e

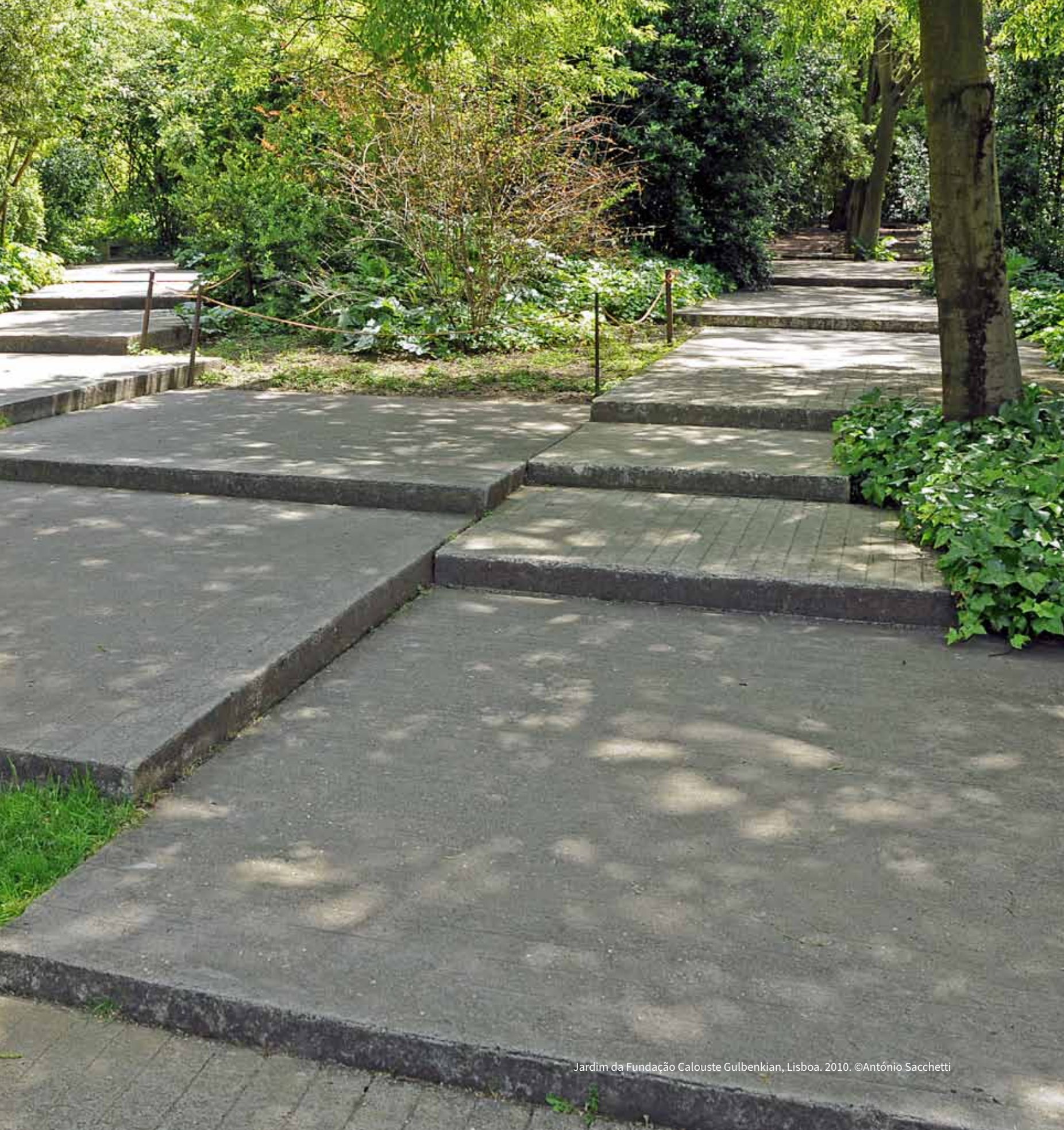
que os houve sempre depois na Grécia, na Itália e em Espanha. [...] justamente em Lisboa, a terra dos muros, existiram dentro das suas quintas maravilhosas sebes de buxo e murta [...] o que não impede que sejam sempre vedadas pelos tais muros hoje tão mal tratados" (Cabral, 1940, p. 14).

Perguntamo-nos a que quintas se referiria Caldeira Cabral em 1940? Algumas certamente desaparecidas. As quintas de recreio de Lisboa estudadas no projeto LX Gardens são seis e todas elas foram em tempos quintas privadas que seguem de perto estes traços do jardim ou quinta portuguesa. É interessante analisarmos se a abertura ao público lhes amputou algum destes cinco traços que constituem o carácter do jardim português. A Quinta das Conchas e dos Lilases, a Quinta de Santa Clara, a Quinta Real das Necessidades, agora chamada Tapada, a Quinta das Laranjeiras, a Quinta dos Azulejos e a Quinta de Santo António das Frechas, agora Parque Bensaúde, são descritas na sua história e na sua vegetação, é nosso dever garantir a sua manutenção e identidade como jardins portugueses.

Neste discurso, Caldeira Cabral levanta um tema de grande atualidade em 1940 e que se mantém atual hoje em dia, o restauro e a renovação do jardim português: "no jardim junto à casa de habitação, poderemos encontrar elementos formais, em tudo dignos de serem seguidos, nos nossos pátios e jardins dos séculos XVII e XVIII, que vivendo da sua simplicidade da harmonia das proposições merecem cuidados estudo que pode vir a ser base segura da renovação do jardim português" (Cabral, 1940, p. 14).

Por fim terminamos a recordar a qualidade da exposição sobre jardins históricos portugueses que esteve patente durante o ano de 2020 e 2021, promovida pela Câmara Municipal de Lisboa e desenhada e pensada pela Associação Portuguesa de Jardins Históricos, a qual integra a comemoração da Lisboa Capital Verde Europeia 2020, à qual se alia a vontade de continuar a renovar os nossos jardins públicos, tal como refere Francisco Caldeira Cabral. "Neste ano das Comemorações Centenárias, ano de meditação do que fomos no passado e ainda mais de preparação do que havemos de ser no futuro, ficamos devendo ao Município de Lisboa duas importantes iniciativas que se completam: a Exposição Nacional de Floricultura e a obra de renovação dos nossos jardins públicos há tanto desejada por todos, mas que só agora foi possível empreender" (Cabral, 1940, p. 16).





Jardim da Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa. 2010. ©António Sacchetti



Torre de Belém, Lisboa. 2021. © Francisco Sá da Bandeira.

II. O legado das árvores nas ruas de Lisboa: o registo até 1981

Teresa Andresen
Arquiteta paisagista, presidente da Direção da Associação Portuguesa dos Jardins Históricos

As árvores da cidade de Lisboa associadas à história de 60 jardins e parques públicos são o tema deste livro que nos oferece um inventário da maior importância e que tem como objetivo último a conservação, a valorização e a divulgação do património arbóreo. Aponta para o número impressivo de 27.610 exemplares – identificados e georreferenciados – e contempla 799 espécies! É o resultado de um perseverante trabalho de investigação com um olhar sobre um intervalo de tempo de três séculos que simultaneamente valoriza os jardins e os parques públicos da cidade.

Elas existem noutros espaços da cidade, nomeadamente no espaço privado e nos demais espaços públicos que Lisboa foi adquirindo ao longo destas últimas cinco décadas, sobretudo na sua periferia. Muitos destes foram construídos sobre antigas quintas de recreio, contribuindo para perpetuar a salvaguarda de algum património arbóreo existente nos jardins e matas destas estruturas. Muito desse património foi abandonado e destruído, mas a crescente compreensão da importância da árvore e do seu valor na cidade permitiu também que ele tenha vindo a ser salvaguardado. As árvores de Lisboa são incontornavelmente um fator identitário desta capital antiga e atlântica.

As árvores, como todos sabemos, têm um papel primordial no ecossistema urbano, mas elas assumem uma dimensão cultural particular quando as encaramos no contexto histórico da cidade. Se vivemos extasiados com o progresso do conhecimento, da ciência e da tecnologia, também o nosso conhecimento das árvores – e da natureza em geral – tem tido uma evolução extraordinária. Já não dizemos mais "o Homem e a Natureza", mas sim "o Homem na Natureza" (as pessoas na Natureza!) ou "somos Natureza". Esta publicação surge no princípio de uma década em que, depois de sucessivas crises, das financeiras às ambientais e perante uma crise pandémica, assumimos a importância da nossa religação e reconciliação com a Natureza e despertamos para áreas inimagináveis como a neurobiologia vegetal e a perceção de que a sobrevivência da Humanidade passa pela inteligência das plantas e pelo nosso entendimento delas enquanto seres comunicantes. Stefano Mancuso, o botânico italiano, ou Peter Wohlleben, o engenheiro florestal alemão, respetivamente nascidos em 1965 e 1964 e autores dos livros *A inteligência das plantas* (2013) e *A vida secreta das plantas* (2015), representam bem esta tomada de consciência e são instrumentais para romper com a "cegueira vegetal" generalizada da sociedade. Mas temos ainda um longo caminho a percorrer!

A propósito das árvores em espaço urbano, além dos jardins e parques, há ainda um espaço público singular onde as encontramos e onde elas desempenham uma função particular: as ruas, os largos e as praças. As ruas, com a sua linearidade, são um espaço público de grande especificidade sob o ponto de vista das árvores onde, além do alinhamento, impera a definição do compasso ou o espaçamento entre árvores e a predisposição para a escolha de uma espécie única. As raízes, os troncos e as copas das árvores ficam sujeitas a condicionantes específicas de desenvolvimento em resultado do elevado nível de impermeabilização do solo, da disponibilidade de espaço em função da distância, altura e profundidade da edificação e do sucesso do efeito de alinhamento das espécies, além de outros aspetos como a poluição atmosférica, o elevado grau de sujeição a maus-tratos e a sua reação a podas inclementes. Enquanto as ruas são predominantemente espaços de circulação – pedestre no passeio e automóvel e ciclável nas faixas de rodagem –, os largos e praças são igualmente espaços de circulação, mas também de estada e podem ser mais ou menos arborizados – ou mesmo não arborizados. Mas que diferença faz uma árvore, só uma que seja, num largo ou numa praça! Os largos tendem a ser orgânicos, resultando de um 'alargamento da rua' ou de uma evolução de um espaço sobrante, e as praças tendem a ser lugares 'ordenados' e de conceção contemporânea com a edificação. Nos largos e nas praças, as árvores são elementos notáveis de composição mas também de animação!

Os campos e os rossios juntos das portas das muralhas das cidades acompanharam o crescimento destas e nas cidades e vilas muralhadas acompanharam a sua sucessão e expansão, mesmo quando, na maioria dos casos, as muralhas foram derrubadas uma vez perdida a sua função defensiva. Eles persistem nas nossas cidades, fazem parte da sua rede de espaços públicos, mais ou menos orgânicos, mais ou menos ordenados, são espaços multifuncionais, primordialmente identificados como campos de feira onde se assegurava o abastecimento da cidade, se faziam transações várias, se fazia justiça, se aparcavam os animais, se exercitavam armas, se socializava... Foi precisamente nestes espaços que se instalaram os primórdios dos jardins públicos a que geralmente chamamos alamedas – ocupando parcial ou totalmente o espaço – com os seus alinhamentos de árvores sob as quais as pessoas se passeavam beneficiando da sombra nos dias quentes. Estes espaços foram posteriormente murados/gradeados – protegidos dos animais –, constituindo pequenas cercas, 'alindados' com fontes, bancos e miradouros... floreiras e canteiros. Também se instalaram alamedas de raiz, muitas vezes em lugares de amplas vistas.

Sempre tenho pensado que esta ideia de 'emparelhar e alinhar árvores" vem da sabedoria do cultivo dos campos, nomeadamente de olivais e pomares. No Porto, o Jardim da Cordoaria (que foi campo e depois alameda por ordem de Filipe I, penso que a exemplo da Alameda de Hércules, em Sevilha), espaço de cordames para os navios, foi antes Campo do Olival onde, além de um olival, constava um enorme ulmeiro que ainda conheci e que era designado por 'árvore da forca'. Mais tarde, as feiras dos campos e dos rossios foram empurradas para fora de portas e a primeira rede urbana de jardins públicos foi nascendo sobre estes espaços públicos. É assim em Lisboa, é assim em Braga, é assim no Porto, é assim em Coimbra, é assim em... Em Santarém, o Jardim da República, rodeado de conventos, foi Chão da Feira, foi Rossio Fora da Vila, foi Passeio da Rainha... naturalmente, não podemos esquecer os campos ou terreiros na frente das igrejas dos conventos e mosteiros, com funções idênticas, mas também espaços importantes de cerimoniais religiosos, ou as paradas militares junto a quartéis. Em várias cidades europeias as muralhas obsoletas deram lugar a alamedas como é o emblemático caso do *Ringstrasse* de Viena de Áustria.

A nossa cultura de recreio é ancestral e nasceu nos santuários, lugares de devoção e peregrinação, e é daqui que partiu/desceu para os campos

e rossios junto às portas das cidades, e muitos destes ora se tornaram alamedas, ora passeios públicos, ora jardins públicos e criaram a nossa primeira rede urbana de espaços verdes a par da construção dos primeiros jardins públicos 'modernos', muitos construídos sobre antigas cercas conventuais depois da extinção das ordens religiosas em 1834, como é o emblemático caso do Jardim da Estrela, em Lisboa, construído na cerca do Convento Beneditino da Estrela. É uma história muito própria, ainda a investigar, esclarecer e sistematizar, com aspetos comuns a muitas outras culturas europeias mas sem a génese de uma rede de jardins públicos associada à abertura ao público de propriedades reais como em Londres, em Berlim, em Paris, etc.

Assim, de modo breve e ligeiro, resumi a origem da construção de jardins e parques públicos e do percurso das árvores em espaço urbano do qual faz parte a arborização das ruas. Em 1982, elaborei o relatório final da licenciatura em Engenharia Agronómica e de Curso Livre de Arquitetura Paisagista no Instituto Superior de Agronomia, intitulado *Árvores de Arruamento de Lisboa. Contribuição para a sua Classificação*, depois de um período de estágio na Câmara Municipal de Lisboa, sendo diretor de Espaços Verdes o arquiteto paisagista Edgar Sampaio Fontes e tendo a arquiteta paisagista Ana Maria Pais de Azevedo Correia, precocemente falecida, como coorientadora de tese, juntamente com o arquiteto paisagista Manuel Sousa da Câmara, docente no Instituto Superior de Agronomia. Aproveitei o convite da colega Ana Luísa Soares, também ela docente neste instituto, para integrar esta publicação e, 40 anos depois, revisitar esse relatório, resultado de um aturado trabalho de campo, consulta de ficheiros camarários, elaboração de fichas de inventário e aprendizagem com os mestres arboricultores da Câmara Municipal de Lisboa no ano de 1981-1982.

Esse relatório teve por objetivo a classificação patrimonial das árvores de arruamento da cidade de Lisboa e dele consta um levantamento à data de 1981 e uma análise evolutiva das árvores em caldeira nas ruas da cidade. A presente publicação versa o arvoredo nos jardins e parques públicos de Lisboa no período compreendido entre 1755 e 1965. Os dados apresentados no relatório reportavam aos anos de 1929, 1939 e 1981 tendo como suporte, respetivamente, o *Inventário do arvoredo existente nos vários logradouros públicos na cidade de Lisboa (Relativamente a 1929),* o relatório final *Árvores de arruamento. Subsídio para o estudo da arborização das ruas da cidade de Lisboa*, da autoria de D. Nuno de Sousa Coutinho, e os relatórios anuais dos Serviços de Arvoredo da CML, então sediados na Quinta do Conde dos Arcos, onde existiam o ficheiro e os viveiros de árvores. Este período vai década e meia além da data final prevista para esta publicação, mas é curioso registar que, essencialmente, o relatório trata daquilo a que hoje podemos chamar "Lisboa histórica" – mais ou menos entre a Rua Marquês de Fronteira/Campo de Ourique/Avenida Infante Santo e Avenida General Roçadas e entre a Alameda D. Afonso Henriques e a Avenida do Brasil. O enfoque da atividade municipal centrava-se então na arborização dos bairros dos Olivais e Chelas em articulação com o Gabinete Técnico de Habitação, criado em 1959 e extinto há umas três décadas. Registo na minha memória a pressão que nessa altura de 1981-82 era exercida sobre os Serviços de Arvoredo para a produção de árvores para este fim. Nos viveiros prevalecia a produção de árvores por estacaria e de crescimento rápido em que choupos – e também plátanos e lódãos – tinham a primazia, como hoje pode constatar quem visita essas paisagens urbanas 40 anos depois.

O património de árvores em caldeira nas ruas de Lisboa em 1981 prosseguia um padrão de continuidade de quatro décadas que foi recebendo 'impulsos' posteriores em resultado da XVII Exposição (1984), protagonizada nomeadamente pela intervenção na Casa dos Bicos e no Campo das Cebolas para onde se fez um transplante inédito e dispendioso de palmeiras adultas – que, entretanto, foram removidas – ou, marcantemente, da EXPO'98. Mais uma pequena nota da minha memória. Quando, em 1993, com a colega Cristina Castel Branco, prestámos assessoria à EXPO'98, após elaborarmos o primeiro contributo para o ordenamento biofísico e paisagístico (dezembro 1993) da então chamada Zona de Intervenção e já com a definição da criação de uma reserva de cerca de um terço da sua área (julho 1993) para o que então se chamou Parque da Foz do Rio Trancão – hoje Parque Tejo –, a questão prioritária foi definir perfis de arruamentos e fazer uma primeira estimativa de árvores a plantar e antecipar a necessidade da criação de viveiros. Valeu a experiência do Europarque, na Vila da Feira, inaugurado em 1995, em que, pela primeira vez, tinha sido feito um transplante de umas largas dezenas de árvores de grande porte mediante importação de viveiros italianos. A EXPO'98, além da Zona de Intervenção, implicou a construção/renovação de uma rede viária na zona oriental da cidade, com larguras generosas, que aumentou significativamente a presença de árvores de arruamento.

Já neste século, o padrão da arborização de ruas em Lisboa recorrendo a árvores em caldeira acompanhou a evolução da urbanização e parece seguir caminhos novos no que diz respeito à seleção de espécies e à sua manutenção. O recente galardão Lisboa Capital Verde Europeia 2020, a exemplo dos outros eventos internacionais a que a cidade se tem vindo a associar, está também suportado por uma valorização das árvores de arruamento da cidade.

Retomando a evolução do arvoredo das ruas da cidade, reproduzimos um quadro do relatório com o levantamento das árvores de arruamento (Quadro II01 e Gráfico II01). Este quadro mereceu como comentário o facto de as três bases de dados "nem sempre serem comparáveis por falta de prova da equivalência da área de levantamento". No entanto, entendeu-se que a similitude seria elevada. Justifica-se notar que o relatório de Sousa Coutinho data de 1939, o ano anterior à Exposição do Mundo Português, pela qual o engenheiro silvicultor Jorge Gomes de Amorim (1900-1943), chefe do Departamento de Parques e Jardins de Lisboa, tinha sido responsável no que dizia respeito aos jardins. A sua passagem pela Câmara Municipal de Lisboa foi curta, talvez seis, sete anos, pois morreu no acidente que igualmente vitimou o ministro Duarte Pacheco. Seria interessante aprofundar o impacto da sua liderança na cidade, nomeadamente nas árvores de arruamento, antecipando que possa até justificar algumas das evoluções que o quadro regista.

Dos valores recolhidos, houve vários aspetos que surpreenderam, a começar pelo facto de o número total de árvores no intervalo de tempo em causa não variar significativamente. Assumindo que a extensão de ruas arborizadas seja idêntica ao longo das cinco décadas, fomos levados a admitir que a comparação dos valores provenientes de fontes tão distintas era aceitavelmente correta. Entre as árvores que desapareceram dos arruamentos ou tenderam a desaparecer, encontrámos as amoreiras-do-papel (*Broussonetia papyrifera*), as árvores-garrafa (*Brachichiton populneum*), os eucaliptos (*Eucalyptus sp.*) as grevíleas (*Grevillea robusta*), as mélias ou cinamomos (*Melia azedarach*), as oliveiras – 850 em 1929! – (*Olea europea*), as robínias ou falsas-acácias (*Robinia pseudoacacia*) e as sóforas (*Styphnolobium japonicum var. japonicum*, antes denominada *Sohpora japonica*). O relatório identifica diferentes motivos para o desaparecimento destas espécies, mas destaco a expressão que aprendi com Mestre Domingos, responsável pelos serviços, que me explicava serem 'árvores porcas', o que na sua perspetiva tinha graves implicações na limpeza dos passeios pelas equipas camarárias e com a segurança dos peões em resultado da queda no chão das flores, frutos e sementes, além dos inconvenientes nos automóveis. Por curiosidade, registo o regresso, há uns 20 anos, das árvores-garrafas aos passeios da Avenida Sidónio Pais, que são particularmente inclinados e cujas sementes caem e se espalham intensamente, e o pavimento está irregular levantado pelas raízes (https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/469/20/ANEXO5.3.pdf). Outras árvores com tendência para desaparecer nos arruamentos foram as olaias (*Cercis siliquastrum*) e os ligustros (*Ligustrum japonicum*), que tinham registado uma subida entre 1929 e 1939. Por sua vez, em 1981, registou-se o aparecimento de novas espécies nas ruas, tais como as tipuanas (*Tipuana tipum*), as catalapas (*Catalapa bignonoides*) e os castanheiros-da-índia (*Aesculus hippocastanum*), não se fazendo referência à sua introdução. Há ainda a destacar a situação muito particular dos ulmeiros, uma árvore com uma expressiva presença nos parques, jardins e arruamentos da cidade

até aos inícios da década de 1980 (figura 1). A sua morte e remoção foram causadas pela sua suscetibilidade ao fungo *Ceratocystis ulmi*, que tem por principal vetor um inseto do género *Scolytus* e provoca a doença chamada grafiose ou doença holandesa dos ulmeiros, cujo aparecimento em Portugal data de 1933. No entanto, trata-se de uma árvore não muito recomendada para arruamentos pela sua suscetibilidade aos temporais, nomeadamente em consequência das caraterísticas do seu sistema radicular.

Com base no quadro 1, produziu-se um novo gráfico que reúne as espécies com maior permanência nas ruas de Lisboa desde a década de 1930 até à década de 1970, ou seja, cerca de meio século (Figura II01). Os lódãos revelaram-se a espécie dominante quer em quantidade (perto de 20% em 1981) quer ao longo do tempo, sendo umas árvores robustas e de porte direito, crescimento rápido, longa duração e, comparativamente, pouco exigentes em termos da manutenção e com boa adaptação às condicionantes de plantação a que estão sujeitas na rua. Porém, quando são plantadas com compasso apertado e em passeios com dimensões reduzidas, as ruas tornam-se demasiado sombrias (Figura II02). As drupas dos lódãos incluem-nos também na categoria de "árvores porcas". Em segundo lugar surgiram os plátanos, árvores de grande porte, crescimento rápido e copas densas, causadoras de alergias. Por curiosidade, registo a presença dos plátanos na Avenida da República, que, já na década de 1980, aparentavam um pequeno porte, sendo referido que teriam sido plantados na década de 1960 – cerca de 20 anos antes, provavelmente depois da construção da linha do metro nos finais de 1950. Em 2017, houve uma alteração significativa no perfil transversal desta rua de tráfego intenso integrada no projeto de requalificação do Eixo Central de Lisboa. Nomeadamente foi introduzida uma faixa central plantada com plátanos. Os plátanos mais antigos terão assim cerca de 60 anos, uma situação que não se identifica com o pequeno-médio porte destas árvores. Será interessante avaliar o desempenho dos novos plátanos. Já em 1981 se comentava a estranheza do baixo desenvolvimento dos plátanos e admitia-se que as causas estariam nas caraterísticas do solo. No quadro, em 1981, choupos tomaram uma posição dominante atingindo um valor correspondente a cerca de 25 por cento do total das árvores de arruamento. Foram árvores eleitas para substituir os ulmeiros mortos e já os referimos a propósito da referência à arborização dos bairros dos Olivais e Chelas. Não são árvores particularmente adaptadas à situação de caldeira em passeio, o seu sistema radicular causa problemas sérios e frequentes nos pavimentos, envelhecem depressa e são de certa forma incaracterísticas e com um baixo período de permanência de folha. Depois surgem outras espécies a destacar, nomeadamente os freixos (Fraxinus angustifolia) e os jacarandás (*Jacaranda mimosifolia*, antes denominado *Jarcaranda ovalifolia*), árvores com uma boa adaptação e um bom efeito nas ruas.

Ana Luísa Soares tratou o tema O valor das árvores: árvores e floresta urbana de Lisboa na sua tese de doutoramento, em 2006, recorrendo a modelos à época inovadores e iniciou um olhar atento sobre este património urbano. Coordenou o projeto LX Gardens – Jardins e Parques Históricos de Lisboa: estudo e inventário do património paisagístico, uma investigação histórico-artística e botânica da evolução dos jardins, quintas e parques históricos da cidade de Lisboa desde o século XVIII até à década de 1960. Com o seu trabalho junto das suas equipas, compilou um conhecimento aprofundado e um olhar abrangente sobre esta temática. As ruas arborizadas de Lisboa constituem uma rede de conetores ecológicos e eixos visuais e de circulação que contribuem decisivamente para a consolidação da estrutura verde urbana em articulação com outras estruturas, nomeadamente os parques e os jardins históricos, além do contributo per si de cada árvore. Assim predispus-me a elaborar este pequeno contributo que me deixou uma dúvida – se tratamos de árvores históricas nas ruas de Lisboa ou de árvores nas ruas históricas de Lisboa. São temas distintos, mas que se cruzam valendo a pena reter o dilema. Creio que com as bases de dados apresentadas e trabalhadas há 40 anos temos uma visão credível da arborização das ruas – hoje históricas – nos três primeiros quartéis do século XX. Dá para compreender a evolução quanto às espécies mas não do projeto de arborização dos arruamentos da cidade, tendo a CML nos seus arquivos documentação vasta da primeira e da segunda geração de arquitetos paisagistas que aí trabalharam – a primeira geração dedicada à novos projetos de urbanismo das décadas de 1950-60 na Encarnação, no Restelo, em Alvalade, e a segunda geração particularmente envolvida nos bairros de Chelas e Olivais nas décadas de 1960-70 – tratada pela colega Teresa Câmara e que permite aprofundar novos e diversos temas desde a evolução da conceção das caldeiras ao desenho do perfil das ruas, a opção das espécies em função do edificado ao comportamento dos ventos.

Efetivamente, as árvores plantadas em caldeiras na cidade estão sujeitas a diversos condicionalismos e, também por isso, as espécies aptas são escassas e as mais aptas fazem parte de um elenco ainda mais reduzido. Todas as espécies das ruas de Lisboa encontram-se em número elevado nos parques e jardins históricos objeto desta publicação. Curiosamente, a maioria das espécies nos arruamentos são exóticas. Lisboa é particularmente rica sob este aspeto pois beneficiou dos resultados da aclimatação das árvores chegadas aos seus jardins botânicos. Hoje, em tempo de alterações climáticas, elas refletem um conhecimento acumulado de adaptação climática e das condições urbanas adversas para um bom desenvolvimento e desempenho da sua função, nomeadamente enquanto amenizadores da temperatura. O debate sobre a opção a tomar entre espécies exóticas e espécies nativas em espaço urbano tem por vezes levado a posições radicais – "o que é nativo é bom o que é exótico é mau" –, subestimando o papel e as vantagens das espécies exóticas, sejam árvores, arbustos ou herbáceas. Nativas ou exóticas, algumas têm carater invasor, dominante ou poderão ganhá-lo e, por isso, também reclamam uma igual atenção. No debate também há algo que tem que ver com a moda e ainda mais com o "fora de moda", como é o caso da designação de plantas ornamentais e o deixar de reconhecer que plantar por razões ornamentais tem valor. As plantas nativas estão na moda e o tema chegará ou já chegou às ruas arborizadas de Lisboa. Fica o apelo para que se olhe para elas como património e laboratório.

Quadro II01 - Levantamento das árvores de arruamento na 'Lisboa histórica'
1929, 1939, 1981. © Teresa Andresen.

Ano	1929	1940	1981
ÉSPECIE			
Acer negundo L.	362	715	786
Acer pseudoplatanus L.	170	114	
Aesculus hippocastanum L.			98
Ailanthus altissima (Mill) Swingle	611	395	48
Albizzia lophanta Durazz	47	40	
Broussonetia papyrifera (l.) Vent	621	576	
Brachychiton populneus R. Br.	41		
Catalapa bignonioides Watt.	28		143
Celtis australis L.	3099	4018	3596
Ceratonia siliqua L.	41		
Cercis siliquastrum L.	662	1255	344
Cupressus sp.	281		14
Cupressus sempervirens L.	208		
Eucalyptus sp.	563		1
Fraxinus angustifolia Vahl.	77	1293	1363
Fraxinus excelsior L.	473		
Gingko biloba L.			36
Gleditsia triacanthos L.	306	405	543
Grevillea robusta A. Cunn.	226		7
Jacaranda ovalifolia R. Br.	767	922	1071
Juglans regia L.	35	270	43
Koelreuteria paniculata Laxm.	180	304	111
Ligustrum japonicum Tunb.	907	1611	186
Magnolia grandiflora L.			6
Melia azedarach L.	545	966	31
Morus alba L.	298	376	405
Olea europea L.	850		91
Paulownia tomentosa (Thumb) Steud.			
Pinus pinea L.	280		137
Pistacia lentiscus L.	30		
Platanus hybrida Brot.	2057	2000	2579
Populus alba L.	342	552	2732
Populus nigra L.	62	471	1472
Populus canescens (Aiton) Mak.	203		943
Prunus cerasifera atropurpurea Jaeg.			7
Quercus sp. (1)			20
Robinia pseudoacacia L.	1081	2477	598
Salix babylonica L.	24		1
Schinus molle L.	35		2
Sophora japonica L.	1566	2572	918
Tilia sp. (2)	142	326	1653
Tipuana tipu (Benth) Kurg.			216
Ulmus sp. (3)	2976	1186	1475
Palmeiras	435		11
Diversas	819		
TOTAL	20899	22874	21672

(1) - domina Q. pyrenaica Wild.
(2) - domina T. cordata Mill ; T. tomentosa (Moench)
(3) domina U. procera Salisb.



Figura II01 - Ulmeiro morto na Avenida da Liberdade, Lisboa. 1981. © Teresa Andresen.



Figura II02 - Lódãos na rua Ferreira Borges, Lisboa. 1981. © Teresa Andresen.

Gráfico II01 - Distribuição por ano das árvores de arruamento. © Teresa Andresen.

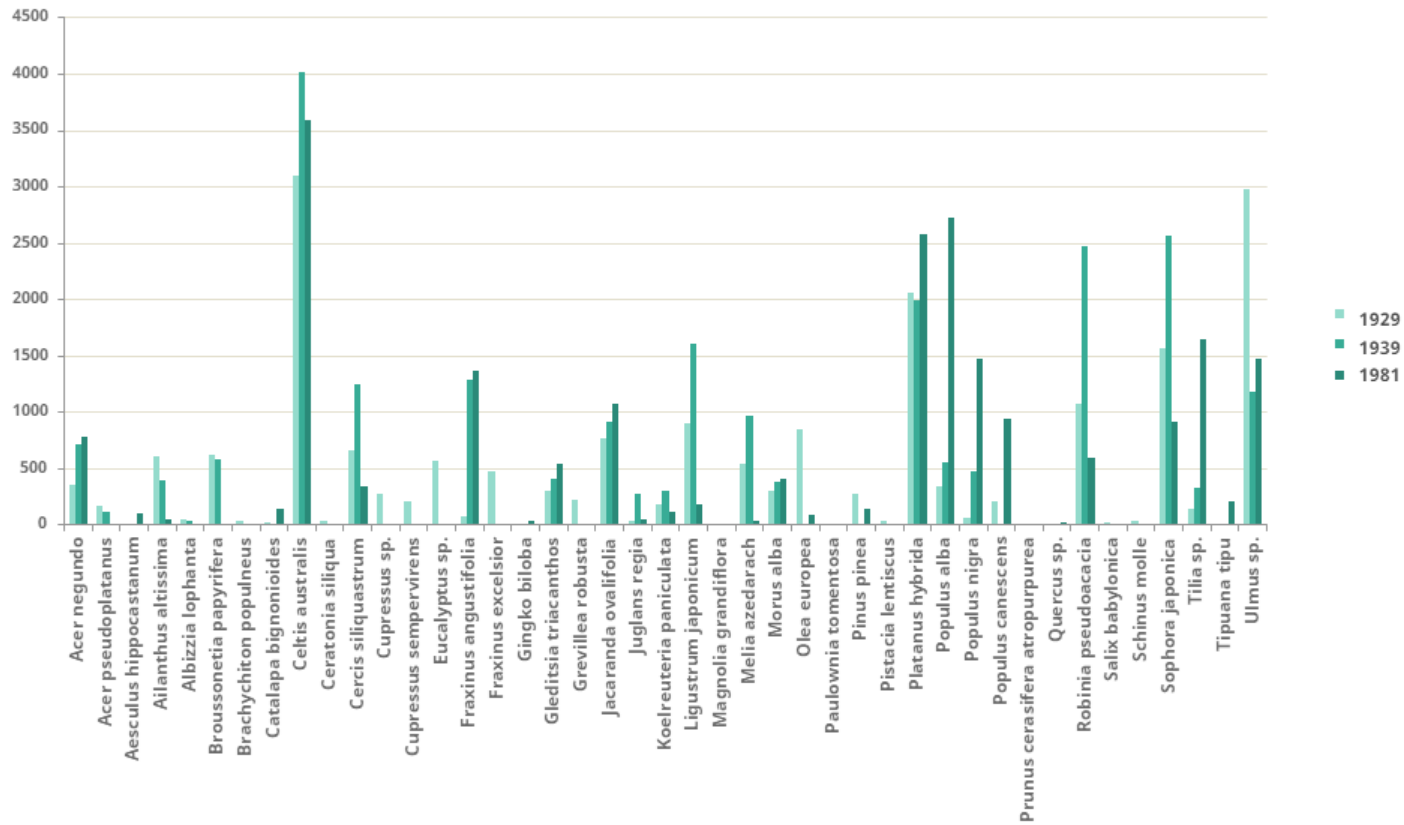
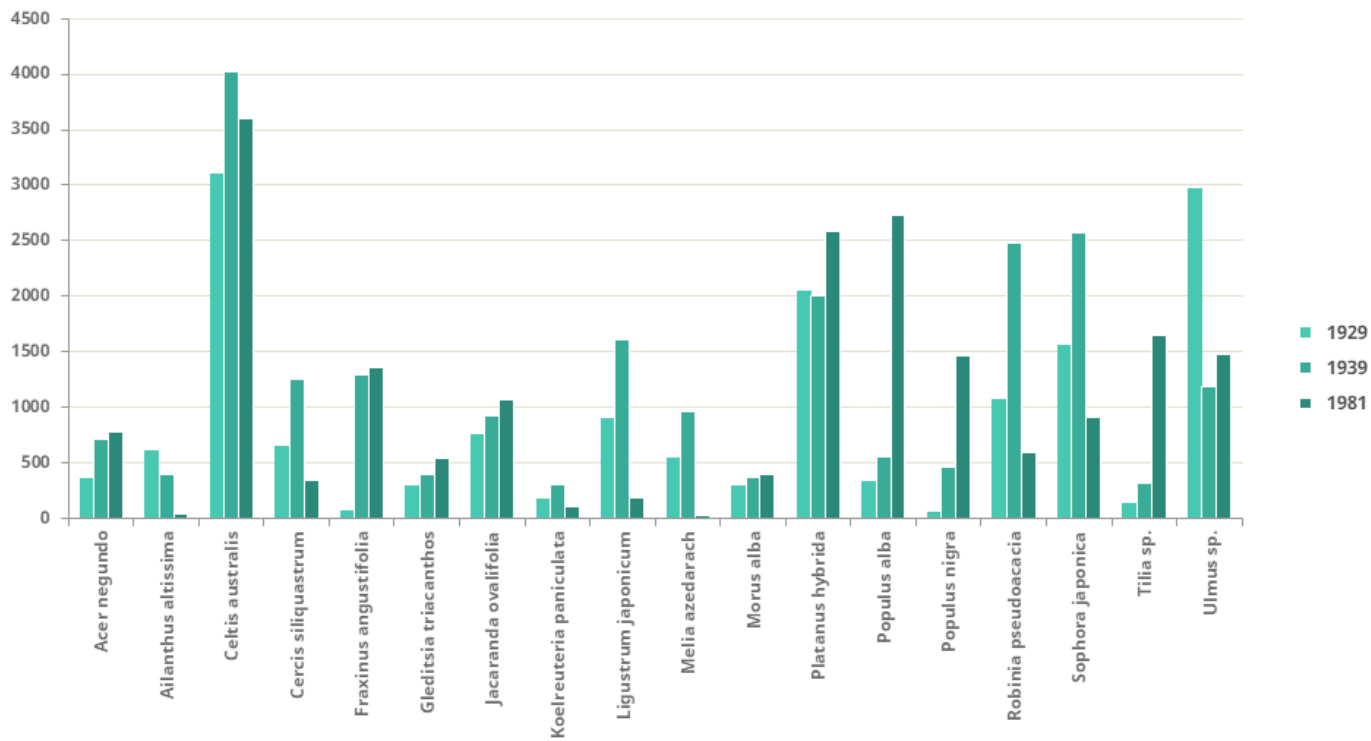


Gráfico II02 - Evolução das árvores de arruamento mais representativas. © Teresa Andresen.





Jardim Botânico Tropical, Lisboa. 2021. © César Garcia

III. O turismo cultural europeu e os jardins históricos

Mike Robinson
Leeds Metropolitan University – Reino Unido

Tal como já foi referido por diversos autores (Francis e Hester, 1990; Harrison, 2008), os jardins desempenham funções culturais, sociais, económicas, ambientais e políticas, aliciando visitantes através de qualquer destas vertentes. Essencialmente espaços de recreio da elite até aos séculos XIX e XX, os jardins foram deliberadamente concebidos para atrair, com uma combinação bem orquestrada de cores, fragâncias, paisagens e arquitetura. Se, por um lado, podemos identificar diferentes tipos culturais de jardins (Krippner et al., 2012) e diferentes respostas culturais aos seus vários estilos e traçados, por outro, reconhecemos claramente a ubiquidade do seu atrativo. Não surpreende que, no turismo contemporâneo, os parques e jardins sejam extremamente populares, quer como destino, quer como parte de uma experiência mais vasta de determinado lugar.

Ao nível mais fundamental, o jardim é uma interpretação cultural da Natureza, com um ordenamento de elementos naturais para satisfazer gostos e sentidos estéticos. A composição do jardim reflete diferentes conceções de poder: o de recriar e modificar a Natureza, o de produzir um lugar e o de seduzir os sentidos. No contexto turístico, tal poder faz gerar uma sensação de deslumbramento, uma sensação de lugar frequentemente refletida espiritualmente e um envolvimento direto e imediato dos sentidos. O poder de atração dos jardins tem sido bem demonstrado ao longo dos séculos, e o turismo de jardins não é um fenómeno novo. Contudo, o que é diferente é a própria escala deste turismo, o contínuo e crescente interesse pelos jardins e pela jardinagem como atividade de lazer, e a constante alteração das configurações espaciais e económicas que regulam o turismo de jardins.

O conceito de "jardim histórico" ficou definido na Carta ICOMOS de 1981 (*The Florence Charter*, 1982), documento relevante sobre a conservação dos jardins históricos. Este documento tinha em conta características arquitetónicas, paisagísticas, históricas e artísticas aplicadas quer a pequenos jardins, quer a grandes parques, de traçado mais formal ou mais "natural". Estes jardins são considerados legados preciosos e, em contexto turístico, são de facto vistos como património atrativo (Leask e Yeoman, 1999) mas, pela sua própria natureza, constituem também uma experiência "patrimonial" – com ligação à história do lugar.

Motivações do turista de jardins

Globalmente, desconhece-se o número total de turistas que visitam jardins. Tal como salienta Benfield (2013), no Reino Unido apenas dispomos de uma série de estimativas nacionais sobre jardins públicos e alguns dados sobre os visitantes de jardins privados com entrada paga. Por diversos motivos, é difícil apontar uma estimativa credível do número de turistas que visitam parques e jardins. Em primeiro lugar, muitos jardins são de acesso público e grátis, pelo que os números de visitantes não ficam registados através da venda de bilhetes. Em segundo lugar, o acesso livre a inúmeros parques e jardins implica que muitos visitantes o sejam apenas "de passagem" e não para especificamente visitarem aqueles espaços. Em terceiro lugar, é tão vasta a gama de tipos de jardins que a contabilização é praticamente impossível. Contudo, apesar da falta de precisão para além das fronteiras nacionais, é indubitável que os jardins são importantes destinos turísticos. A variedade de tipos de jardim fornece alguma indicação sobre os motivos de visita dos turistas. Em geral, os mais atrativos são os jardins botânicos e os festivais de flores ou de jardins. Depois, no caso dos jardins ligados a casas históricas ou a património edificado relevante, os interesses dos turistas cruzam-se, uns pela arquitetura, história ou paisagem, outros pelo interesse pela componente botânica. Na categoria de "turista de jardins", o conhecimento especializado e os níveis de interesse também variam muito, desde os jardineiros profissionais até aos "jardineiros de sofá". A ligação à jardinagem como passatempo é forte e converge com movimentos e motivações mais vastos, relacionados com benefícios para a saúde, alimentação biológica, compromisso espiritual e melhoramentos a nível doméstico. Muito importante é o facto de estes aspetos receberem intensa e constante cobertura mediática nos meios de comunicação populares, o que faz incrementar a procura. Contrastando com a dimensão dos fenómenos de turismo de jardins, a investigação sobre os motivos que levam os turistas aos jardins tem sido limitada a trabalhos focados no Reino Unido (Connell, 2005) e Estados Unidos da América (Benfield, 2013). Acresce que certos aspetos do turismo de jardins são analisados quando ele se cruza com outros tipos de turismo, como o da saúde, o de Natureza, o gastronómico e o de festivais, entre outros.

A dimensão e organização do turismo de jardins

Embora a investigação seja limitada, verifica-se que a maioria do turismo de jardins é feito de modo independente, em visitas individuais ou familiares. No entanto, ao longo das últimas décadas, surgiram vários operadores turísticos especializados que se focam quer em "visitas de jardins" quer em determinados jardins como elementos de um produto cultural mais abrangente. Tais operadores oferecem pacotes de roteiros com diversas combinações de transporte, alojamento e, frequentemente, conhecimento especializado e acesso privilegiado a jardins privados. A Europa é o principal destino de tais roteiros, elaborados em torno da grande variedade de jardins criados ao longo dos tempos, desde os claustros medievais, passando pelos jardins do renascimento ao barroco, até às coleções botânicas e às conceções modernistas do jardim. A vasta gama de jardins faz parte de uma narrativa mais ampla da Europa e implica diretamente castelos, casas históricas e monumentos, também muito apreciados pelos turistas. Enquanto certos jardins, como os jardins *Kuekenhof*, nos Países Baixos, privilegiam a horticultura e a mostra de flores, outros, como os da *Villa d'Este*, perto de Roma, são conhecidos pelos seus terraços e fontes. A diversidade e riqueza de jardins em toda a Europa, a sua acessibilidade e a sua estreita ligação com uma diversidade de património cultural atrativo tornam os jardins um dos mais populares aspetos do turismo contemporâneo. Os operadores turísticos procuram continuamente, para além da Europa e dos Estados Unidos da América, implementar o turismo de jardins em países como a China, Índia, Japão e Irão, países com história relevante no que toca aos jardins e com crescente mercado turístico nacional e internacional.

A propriedade dos jardins varia, na Europa e no resto do mundo. Casas privadas e históricas desde há muito abriram os seus jardins ao público,

mediante pagamento. Do mesmo modo, jardins e edifícios a eles associados, pertencentes ao Estado ou a fundações independentes, encontram-se abertos ao público. São estes grandes jardins que se tornaram cruciais no desenvolvimento de roteiros e itinerários turísticos. Contudo, em contexto urbano, o acesso público gratuito a parques e jardins é também parte da experiência turística urbana. O jardim no contexto da cidade é fulcral, não só em termos ambientais e por proporcionar o fundamental espaço de lazer à comunidade local, mas também por contribuir para a atratividade global da cidade para os turistas.

O jardim histórico

A combinação das características estéticas de um jardim com um ambiente histórico edificado ou com aspetos monumentais é particularmente poderosa no contexto do chamado turismo cultural ou histórico. Tal atração é dupla no mercado europeu em expansão. O espectro de jardins históricos varia entre os reconhecidos pela UNESCO como detentores de valor universal excecional e inscritos como Património Mundial, até aos que têm significado mais nacional ou até mesmo local e são protegidos (ou não) por legislação. Os jardins europeus considerado património mundial incluem o Jardim Botânico de Pádua (Orto Botanico) e o Jardim Botânico Real, em Kew Gardens, no sudoeste de Londres (Royal Botanic Gardens, Kew). Ambos são reconhecidos pelos seus elementos históricos e científicos. Por seu turno, os palácios e parques de Potsdam e Berlim apresentam importantes jardins paisagistas, mas como partes de um conjunto de propriedades históricas. Nestes casos, embora o lugar seja constituído por jardins independentes, estes fazem parte de uma paisagem cultural mais ampla. Este tipo de propriedades do Património Mundial tem a capacidade de atrair turistas.

Contrastando com tais designações de património global, alguns jardins estão associados a pequenas propriedades que constam em registos de património nacionais e, outros, em contexto de cidades e vilas, podendo ter proteção legal restrita com base no seu valor patrimonial, mas serem reconhecidas pelo valor do bem-estar que proporcionam. Isto não significa que não tenham valor "patrimonial", mas que este é considerado mais limitado. Os jardins e parques municipais são parte do património local e, embora aparentemente tenham pouco a oferecer ao turista cultural, contribuem para a singularidade e autenticidade do lugar, que o turista deseja experimentar. Tal como acontece com o *Central Park*, em Nova Iorque, ou com o *Hyde Park*, em Londres, é o encontro da Natureza num contexto urbano que se torna poderoso. Isto suscita questões interessantes sobre o valor patrimonial que atribuímos ao jardim. Poucos defenderiam que a estética é dominante na determinação desse valor. O mesmo se pode dizer do conceito de antiguidade e raridade, bem como de autenticidade e integridade. Os turistas são orientados para jardins históricos que claramente mostram tais elementos. Mas o valor encontra-se também nas vivências que acompanham os jardins históricos, de modo que os turistas podem também procurar visitar jardins pelas suas associações a figuras ou eventos históricos, à vida do projetista do jardim ou a histórias sobre como determinadas plantas ali chegaram.

Questões e desafios do turismo para o Jardim Histórico

O jardim histórico continua a ser uma importante atração turística. Isto tenderá a acentuar-se com o frequente intercâmbio global de jardinagem e a diversidade de tipos de jardins. De modo geral, os jardins históricos que já são visitados por turistas encontram-se bem protegidos e conservados. Os jardins com muita afluência podem enfrentar alguns problemas de capacidade de carga, mas a sazonalidade das visitas deve permitir algum tempo para recuperação. Os jardins continuarão a ser um recurso partilhado entre a comunidade local e os turistas nacionais e estrangeiros, e a serem apreciados por turistas de jardins, especializados ou não; de certa maneira, os jardins ligados a monumentos ou casas históricas continuarão a ampliar o valor patrimonial do lugar. À semelhança de muitos turistas culturais, o turista de jardins tem geralmente mais de 50 anos e constitui um desafio atrair gerações mais novas. Esta não é tarefa fácil e o tempo dirá se as próximas gerações sentirão a mesma necessidade de ligação ao jardim.

Para muitos jardins históricos, o problema não é receberem demasiados turistas, mas sim não receberem muitos. Com efeito, a nível internacional, os turistas focam-se normalmente nos jardins maiores e mais imponentes ou classificados como Património Mundial, ignorando muitos locais historicamente importantes e igualmente atrativos.

Em tempos de apertado escrutínio dos orçamentos públicos, os turistas e o desenvolvimento a eles associado constituem uma crescente fonte de receita que pode ser aplicada na manutenção e melhoramento dos jardins históricos. Isto levanta desafios que ultrapassam o âmbito de muitos gestores de jardins, que podem ser muito competentes em jardinagem e botânica, mas não em *marketing* turístico, gestão de media, interpretação de sítios e desenvolvimento de oportunidades comerciais essenciais.
É crucial construir a narrativa apropriada para divulgar o significado e o valor de cada jardim.

Os diversificados padrões de propriedade dos jardins históricos implicam que o planeamento e coordenação para o turismo não seja simples, mas é geralmente considerada eficaz. São os centros urbanos com vários jardins históricos e, frequentemente, um proprietário comum, que carecem de uma abordagem mais estratégica. Aqui a força reside na seriação dos jardins (Fornais *et al.*, 2013) e parques públicos que individualmente têm valor limitado para os turistas (embora valor significativo para as comunidades locais), mas que, em conjunto e com a narrativa certa, podem ser regeneradores da experiência cultural urbana.



Figura III01 -Jardim Kuekenhof, Países Baixos. © CC BY-SA 3.0 Balou46.



Figura III02 - Villa d'Este, Tivoli, Roma. © CC BY-SA 3.0 Wknight94.



Figura III03 - Jardim Botânico de Pádua (*Orto Botanico*). © CC BY-SA 3.0 Semolo75.



Figura III04 - Kew Gardens, Londres. © CC BY-SA 3.0 Daniel Case.



Figura III05 - Hyde Park, Londres. © CC BY-SA 2.0 Andre Engels.3.0 Martin St-Amant.Andre Engels.



Figura III06 - Palácio e parque de Sanssouci, Potsdam. © CC BY-SA 3.0 Sven Scharr.



Figura III07 - Central Park, Nova Iorque. © CC BY-SA 3.0 Martin St-Amant.



Jardim do Castelo de Powis, País de Gales. 2019. © Francisco Sá da Bandeira.

IV. O papel do inventário do património paisagístico na conservação dos Jardins Históricos europeus

David Jacques
Institute of Advanced Architectural Studies at York
Reino Unido

Síntese
Os inventários e registos têm inúmeras utilidades, a começar pela identificação do património. Apresentam-se diversos exemplos de inventários gerais (*all-inclusive*) e de inventários específicos (*selective*). Estes últimos são úteis para a proteção e valorização de parques e jardins e para a gestão de recursos. Os inventários mais avançados, incorporados em bases de dados, podem constituir poderosas ferramentas de pesquisa para uma grande variedade de utilizadores.

Os objetivos dos inventários
O padrão geral dos inventários de jardins e outras paisagens construídas na Europa tem pretendido:

- **revelar o número e tipologia de espaços;**
- **constituir base de consulta sobre a sua importância, com vista à sua proteção;**
- **funcionar como uma ferramenta de pesquisa.**

Os primeiros inventários, de um modo geral, tinham objetivos bastante limitados, cingindo-se à contagem de paisagens culturais num país ou região. Eram listas simples, com informação mínima sobre a tipologia, o traçado, a sua importância e outros aspetos que atualmente continuam a ser relevantes. No entanto, quando se tornou consensual que as paisagens culturais mereciam algum tipo de proteção, foi necessário aprofundar a complexidade do tipo de registos e acrescentar as razões subjacentes à necessidade de proteção. Isto implicava geralmente uma narrativa histórica e o cumprimento de certos critérios. Os inventários mais sofisticados, incorporados em bases de dados, tornaram-se então ferramentas de pesquisa. Eles permitem identificar jardins de tipo semelhante, útil para reconhecer preciosidades, por exemplo, o que releva a importância do conhecimento e avaliação dos jardins. Simultaneamente, tornaram-se uma fonte geral para investigadores que procuram o trabalho de determinados projetistas ou tipos de jardim.

Exemplos de inventários gerais
Os primeiros inventários tendiam a ser extensos, gerais e resultavam frequentemente de mapeamentos baseados em rápidas verificações no terreno. Foram assim detetados números consideráveis de paisagens culturais. Exemplos destes inventários são o de Berlim Ocidental, iniciado em 1978 e que identificou 2000 lugares só naquela cidade, bem como o do Conselho para a Conservação dos Palácios e Jardins Históricos (*Zarzad Ochrony i Konserwacji Zespolów Palacowo-Ogrodowych*) na Polónia, iniciado na década de 1970, que recorreu a equipas de licenciados desempregados, que, em 1990, tinha listado e descrito resumidamente mais de 10.000 jardins e 14.000 cemitérios.

O inventário feito pela Comissão dos Jardins Históricos na Irlanda do Norte em 1992 identificou 566 lugares. Na República da Irlanda, a Base de Dados de Jardins Históricos e Paisagens Culturais foi compilada a partir de mapas e fotografias aéreas; na fase inicial, em 2003, contabilizou 6000 lugares e, na segunda fase, em 2005, passou a incluir o estado de conservação e vulnerabilidade.
Na Áustria, Eve Berger, da Universidade de Viena, levou 20 anos a identificar 5000 jardins e, entre 2002 e 2004, publicou a obra *Historische Gärten in Österreich* [Jardins Históricos na Áustria, em português]. Na Alemanha, voluntários da *Deutscher Heimatbund* das 16 regiões da Alemanha Ocidental publicaram parte de um Registo de Parques e Jardins Históricos da República Federal da Alemanha que contabilizava já 6000 lugares na sua terceira e última edição, em 1992. Estudos apontam que poderá haver cerca de 25.000 a 50.000 parques e jardins históricos na Alemanha.

Inventários e registos para a proteção
A maioria dos governos estará ciente de que a listagem implicará pedidos de pessoal, financiamento e redução de impostos, necessários para a proteção e conservação. A tendência será, portanto, concentrarem-se nos sítios de maior importância e onde se justifique tomar medidas para alguma forma de proteção.

O modo habitual de reconhecer os jardins importantes é através de listas de monumentos e sítios históricos, nas quais os jardins são frequentemente tratados por se encontrarem associados a casas históricas. O modelo clássico foi criado em França, por decretos de 1913 e 1930. Tradicionalmente, os jardins eram referidos separadamente apenas quando tinham elementos edificados significativos, mas o âmbito da proteção está a alargar-se, por exemplo, a parques de referência, e onde o número subiu para cerca de 600. Isto, obviamente, é ainda apenas uma fração do número de jardins importantes naquele país.
Contudo, França não foi o primeiro caso. Em 1826, o czar Nicolau I decretou a elaboração do primeiro registo nacional de antiguidades arquitetónicas da Rússia, publicado em 1830. No entanto, após a revolução, as autoridades eram hostis ao património e só na sequência da queda da União Soviética houve progresso significativo. O Registo do Património Cultural lista atualmente paisagens culturais e jardins associados a edifícios. A elaboração de listas é realizada muito frequentemente por região e/ou país, o que propicia a aplicação de diferentes critérios e padrões aos jardins inventariados.

Em Itália, a lista de jardins protegidos por legislação de 1909 e 1939 foi compilada e publicada como *Ville, Parchi* e *Giardini*: *per un atlante del patrimonio vincolato* [Vilas, Parques e Jardins: por um atlas do património classificado, em português] pelo Ministério da Cultura (*Ministerio per i Bene Culturali e Ambientali*) em 1992. Esta obra referiu cerca de 3000 jardins em toda a Itália, mas tem lacunas, por exemplo os importantes jardins de *villa* de Roma ficaram pouco representados.

Nalguns países, as listas têm resultado de pesquisa mais académica sobre os jardins históricos. Em Espanha, os jardins começaram a ser inventariados como parte do património em 1931, muito baseados nas pesquisas de Xavier de Winthuysen, autor de *Jardines Clásicos de España*

(1930). Atualmente, fazem parte da lista do Ministério da Cultura cerca de 200 jardins. Recentemente, na Valónia (região francófona da Bélgica), o Inventaire des parcs et jardins historiques de Wallonie [Inventário dos parques e jardins históricos da Valónia, em português], orientado por Nathalie de Harlez de Deulin e outros, lista 1036 jardins e parques históricos, em nove volumes publicados entre 1993 e 2008.

Em Inglaterra, a Sociedade de História dos Jardins iniciou, na década de 1970, uma lista de jardins com pesquisa histórica e indicações de importância, embora com o *Heritage Act* de 1983, a *English Heritage* tenha chamado a si a investigação e a tenha publicado como *Register of Parks and Gardens of special historic interest in England* (Registo de Parques e Jardins de interesse histórico especial em Inglaterra) (1984-1988). Inicialmente havia 1185 sítios, mas novos registos foram calmamente adicionados, chegando atualmente a 1650 registos. Entretanto, um inventário de 300 sítios foi produzido na Escócia em 1986, e, no País de Gales, foram identificados 400 sítios através de um projeto iniciado pelo ICOMOS, publicados em 2002 como *Register of Landscapes, Parks and Gardens by Cadw* (Registo de Paisagens, Parques e Jardins do Cawd).

Nos inventários e os registos em números
Os inventários seletivos acima mencionados já permitem alguma noção da densidade de jardins históricos na Europa.

A minha própria estimativa relativa ao Reino Unido aponta para cerca de 10.000 jardins com interesse histórico, merecedores de reconhecimento oficial, como se pode observar no **Quadro IV01** .

Quadro IV01 - Jardins merecedores de inclusão num inventário do Reino Unido

País	Levantamento	Números	Totais
Inglaterra	Registo @ 2017	1600	
	Levantamentos locais/regionais publicados	1500	
	Levantamentos locais/regionais não publicados	900	
	Levantamentos locais/regionais potenciais (estimativa)	3200	7200
Ilha de Man	Levantamentos passados e futuros (estimativa)	50	50
Irlanda do Norte	Registo @ 2016	700	700
Escócia	Inventário @ 2017	300	
	Levantamentos regionais potenciais (estimativa)	1000	1300
País de Gales	Registo @ 2017	400	
	Levantamento local/regional (estimativa)	350	750
Total			10.000

Considerando que países "maiores", como a França, Alemanha, Itália e o Reino Unido têm, cada um, entre 7000 e 10.000 jardins de interesse histórico, poderá haver cerca de 50.000 destes jardins na União Europeia e Reino Unido.

Obviamente, os governos não se encontram preparados para investir recursos na proteção de todos estes jardins. O Reino Unido tem 3000 paisagens culturais com algum tipo de proteção oficial pelo respetivo governo; a Itália já tem um número de 3000 registos; os Países Baixos podem ter 500, só entre os anteriores a 1850. Os critérios e limiares continuarão a variar entre países, mas a contagem poderá revelar um número superior a 10.000 jardins oficialmente protegidos.

Orgulho nacional: proteção de monumentos
Os monumentos são poderosos símbolos das conquistas de um país, um sentimento que acompanhou a promoção da ideia do estado-nação no século XIX. Na Prússia, foi conferida alguma proteção a edifícios ao ser criado o cargo de conservador estatal por iniciativa de Karl Freidrich Schinkel em 1843. Contudo, regra geral, os proprietários no Reino Unido resistiram ao conceito de interesse público na propriedade privada. Portanto, enquanto a maior parte dos países da Europa ocidental adquiriu os meios para proteger os seus melhores edifícios, no início do século XX, só em 1947, após a perda de muitos e interessantes edifícios georgianos, destruídos durante a guerra, os edifícios históricos habitáveis (e não as ruínas) passaram a ser vigiados no Reino Unido.

Por toda a Europa, os registos acima referidos foram a ferramenta básica para identificar as paisagens culturais dignas de proteção. Por vezes, a mera existência de uma designação é suficiente para afastar empreendedores e engenheiros de infraestruturas. Como exemplo, houve, em 1987, um caso em Inglaterra, quando a então recentemente designada paisagem de nível I foi ameaçada por uma nova estrada. A Sociedade de História dos Jardins opôs-se, propôs um traçado diferente e ganhou o caso. Difundiu-se a notícia de que os parques e jardins eram na verdade um obstáculo, tal como as áreas de conservação da Natureza ou zonas de paisagens ou panoramas excecionais. A recomendação oficial em breve indicava que os jardins referenciados deviam ser evitados e subsequentemente o *Register of Parks and Gardens* (Registo de Parques e Jardins) e os mapas associados passaram a ser consultados como parte do processo e a ser incluídos pelos engenheiros em mapas de restrições.

Em França, um perímetro de 500 metros de proteção é automaticamente estabelecido em torno de monumentos históricos classificados. Mais recentemente, isto tem sido reforçado com uma zona de proteção do património arquitetónico urbano e paisagístico (ZPPAUP) em torno de edifícios classificados ou em vias de classificação. Os limites são definidos para responder às necessidades específicas do jardim, e o processo dá lugar a um contrato, entre o ministério e as autoridades locais, que estabelece a ZPPAUP. Isto assemelha-se às *Conservation Areas* do Reino Unido, às Zonas Especiais de Proteção em Portugal e zonas similares de proteção na maioria dos países.

Na ausência de inventários ou quando um inventário lista simplesmente jardins e parques, sem suporte cartográfico ou justificativo da sua importância, o jardim fica muito menos protegido. O inventário ou registo é frequentemente insuficiente para deter empreendedores determinados. Isto leva a muitos conflitos entre empreendedores e as autoridades. Contudo, a existência de um registo com a justificação da importância e cartografia proporciona ao decisor um argumento forte para recusar o empreendimento se assim o entender. A inexistência de tal documento é quase sempre fatal.

Distribuição de recursos
Um governo enfrenta muitos pedidos de financiamento, e têm de ser estabelecidas prioridades. Neste contexto, os jardins históricos ocupam, e bem, um lugar muito abaixo do da defesa ou do serviço social, mas por vezes requerem um nível relativamente baixo de despesa. Talvez o argumento económico seja o melhor para convencer os políticos acerca do mérito de tal despesa, querendo eu referir-me à contribuição das casas históricas e seus jardins para apoiar e incrementar o turismo. Se há fundos, estes têm de ser distribuídos de forma racional e, obviamente, um registo que indique o critério para prioridade de quais os sítios mais cruciais. A *Historic England* tende a reduzir a lista de sítios elegíveis, restringindo-a aos que pertencem a autoridades ou instituições de solidariedade locais, e questiona se não poderão ser usados outros recursos, mas o principal critério será se o sítio está ou não classificado e com que nível de importância.

A iniciativa de Parques Públicos no Reino Unido, de um modo geral bem-sucedida, só pode ser financiada porque o governo está indiretamente envolvido no estabelecimento de prioridades – são as causas assistenciais da lotaria nacional que financiam este esquema. Embora muitos parques públicos não tenham alto valor em termos de traçado, encontram-se geralmente perto de áreas desfavorecidas e ajudam assim a que os fundos provenientes da lotaria se difundam para longe das zonas mais ricas do país,

onde se situam muitos dos museus mais prestigiados.

Se o sítio não estiver registado, dificilmente obterá apoio. Recuando novamente a 1987, houve uma grande tempestade proveniente do oceano Atlântico que provocou grande devastação na Bretanha antes de passar pelo sul de Inglaterra. As atuações dos diversos governos foram muito contrastantes. O registo em Inglaterra tinha sido recentemente concluído, pelo que foi possível abordar os proprietários e definir uma estratégia nacional para a distribuição dos apoios para a limpeza e replantação. Na Bretanha, não havia listas, e o governo francês simplesmente ignorou os pedidos de apoio.

Investigação

Hoje em dia as bases de dados em linha são comuns, mas a primeira referente a jardins, que eu tenha conhecimento, foi publicada pela Universidade de York em 1998, num projeto coordenado por mim. Esta base de dados foi apresentada como *Parks and Gardens UK,* indicando 6600 jardins de importância reconhecível em todo o Reino Unido (incluindo a Escócia).

A base de dados e os procedimentos para a construir precisaram de um planeamento cuidadoso para assegurar a compatibilidade dos dados. Compilar dados de diferentes fontes acarreta inevitavelmente problemas relacionados com diferentes definições e perceções porque a informatização torna absolutamente crucial que os dados sejam comparáveis e rigorosamente reunidos. Construiu-se um formulário de levantamento e um manual para os investigadores que contribuíram. Os critérios tiveram de ser cuidadosamente definidos e foi dada orientação para a interpretação dessas definições, além de um modelo para descrições, de modo que fossem escritas de forma padronizada.

A criação de uma base de dados foi encarada como um trabalho de referência nas seguintes áreas:

• I*nvestigação*, i.e., por pesquisa segundo qualquer dos numerosos critérios. Se alguém pretende averiguar um tipo de parque ou jardim, por exemplo, parques públicos no Reino Unido, ou o trabalho de determinado projetista, a base de dados pode rapidamente mostrar lugares que merecem mais pesquisa. Investigadores que trabalharam alguns dos estudos de caso registados confirmaram que a base de dados tinha sido uma boa ferramenta para conhecerem melhor os lugares que estavam a estudar.

• *Política e implementação*, de modo que um departamento governamental, de planeamento ou turístico, possa facilmente ter acesso aos factos e estatísticas disponíveis. Por exemplo, para se saber quantos lugares se podem candidatar a um novo programa de apoio e, com base na respetiva dimensão, calcular o potencial custo envolvido. Uma base de dados deve, assim, poder promover a tomada de decisão de uma forma racional.

• *Propósitos relacionados com a história local,* para escolas e comunidades. Os não especialistas desconhecem frequentemente os tesouros que têm perto de si, e uma base de dados acessível na Internet, por exemplo, poderá ajudar as pessoas a conhecerem os jardins históricos que se encontram na sua proximidade e a saberem como podem aprofundar o conhecimento sobre eles. Daria assim suporte ao crescente interesse sobre matérias relacionadas com o orgulho e identidade locais.

Exemplos ilustrativos deste capítulo:

Um jardim formal francês: um jardim monumental clássico de França, mas agora as definições abrangem também os parques paisagísticos (IV 01)



Figura IV01 - Jardins de Vaux-le-Vicomte, Maincy. © Esther Westerveld.
https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Kasteel_van_Vaux-le-Vicomte_-_Maincy_06.jpg

Um jardim de *villa* em Roma: as *ville* em Roma constituem uma lacuna na extensa lista de jardins italianos protegidos (IV 02).



Figura IV02 - Jardim da Villa Médicis, Roma. © Jean-Pierre Dalbéra.
https://it.wikipedia.org/wiki/Villa_Medici#/media/File:Villa_Medici_Roma_01.jpg

Um jardim em terraços de uma casa solarenga do País de Gales: o registo galês está quase terminado e incluirá muitos jardins de pequenas casas solarengas como este (IV 03).



Figura IV03 - Jardim do Castelo de Powis, País de Gales. © National Trust Images / Mark Bolton
https://www.nationaltrust.org.uk/powis-castle-and-garden/features/powis-multi-layered-garden

Sanssouci ou Babelsberg, Potsdam: as autoridades da Alemanha Oriental estavam consideravelmente mais avançadas na conservação de jardins do que os seus congéneres na Alemanha Ocidental antes da reunificação (IV 04).



Figura IV04 - Jardins de Sanssouci, Potsdam. © Yuropoulos.
https://en.wikipedia.org/wiki/Sanssouci#/media/File:Reflection_of_Sanssouci_Palace.jpg

Désert de Retz, pirâmide: reparado ao abrigo de legislação que permitiu ao Estado executar a obra e cobrá-la ao proprietário (IV 05).



Figura IV05 - Pirámide no Désert de Retz, Chambourcy. © Lionel Allorge.
https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/e/e0/Desert_de_Retz_Pyramid_Icehouse_01.jpg

Alhambra ou Aranjuez: um jardim a cargo do Património Nacional Espanhol (IV 06).



Figura IV06 - Pátio das Murtas, Alhambra, Granada. © Berthold Werner.
https://pt.wikipedia.org/wiki/Alhambra#/media/Ficheiro:Spain_Andalusia_Granada_BW_2015-10-25_17-22-07.jpg



Jardim da Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa. 2010. © António Sacchetti.

V. Os jardins e os parques de Lisboa

Marc Treib
University of California, Berkeley, EUA

De todas as paisagens incluídas neste livro, o jardim da Fundação Calouste Gulbenkian é o mais conhecido além-fronteiras (Carapinha, 2006). Criado na década de 1960 para acompanhar a construção do museu e dos escritórios da fundação, os seus arquitetos paisagistas Gonçalo Ribeiro Telles e António Barreto beneficiaram de um orçamento generoso e de uma aposta no importante papel que a paisagem da Gulbenkian desempenharia na vida urbana de Lisboa. O facto de as características do jardim se manterem essencialmente intactas resulta do enorme apreço que a instituição, a cidade e o público têm pelo parque. Contudo, apesar da sua fama, o Jardim Gulbenkian é apenas um de uma constelação de espaços verdes de que Lisboa pode orgulhar-se. Como se mostra neste livro, os miradouros e os passeios, bem como os parques e os jardins públicos, estruturam e adornam o tecido urbano de Lisboa, realçando o papel dos espaços verdes na sua vida e forma.

A história da paisagem de Portugal remonta à Idade Média, colorida pela influência mourisca desde o século IX até à reconquista no século XV. Durante esse período, elementos de jardim como o tanque (uma bacia de água de dimensão considerável) entraram no vocabulário de uma tradição paisagística que se manteve depois da longa e precedente ocupação romana do território (Castel-Branco, 2014) (Carita, 1990). Elementos do jardim italiano, como as sebes topiadas, e os padrões de canteiros de buxo à francesa enriqueceram o vocabulário e propiciaram paisagens combinadas, como a magnífica Quinta de Fronteira (1644). À época da sua construção, jardins de *villa* como este ficavam fora dos limites de uma cidade que ainda se revestia de acentuado carácter medieval. Em 1755, contudo, o tecido urbano de Lisboa foi violentamente transformado por um catastrófico terramoto que destruiu a maior parte da cidade e quase todas as povoações da costa atlântica portuguesa. Em resposta, a regeneração baseada no plano urbano ortogonal encomendado e supervisionado pelo Marquês de Pombal (Sebastião José de Carvalho e Melo), recriou-se a zona da Baixa de Lisboa de uma forma completamente diferente do emaranhado de ruas que lhe era anteriormente característico (Tostões & Rossa, 2008). Perto do final do século XVIII, longe do centro da cidade e perto do palácio real, foi construído o Jardim Botânico na Ajuda (Castel-Branco, 1999). A sua fundação, como a de outros jardins de então, deu-se na sequência da introdução do sistema de classificação botânica concebido pelo sueco Carl von Linné (*Carolus* Linnaeus) e por ele publicado em *Systema Naturae* em 1735. O plano para o Jardim Botânico da Ajuda associava um nível superior, organizado segundo a classificação das espécies, a um nível inferior, dedicado às árvores e, atualmente, a uma série de canteiros delimitados por sebes e revistos por Francisco Cabral em 1941 (Andresen, 2003). Continua a ser um destino muito apreciado para educação e lazer.

Certos espaços abertos, como o Rossio, sobreviveram ao terramoto, mas viram alteradas as suas configurações anteriores ao serem integrados no plano da nova Lisboa, contrastante, o arranjo clássico de espaços como a Praça Dom Pedro IV e a Praça dos Restauradores anunciava uma nova era, que se voltava para a Europa em geral, e para a França em particular. No século seguinte, o núcleo da Baixa de Lisboa expandiu-se para noroeste ao longo da Avenida da Liberdade, que proporcionou um passeio (promenade) verde, servindo ao mesmo tempo o tráfego de carruagens e o prazer do público. No seu extremo norte, a avenida delimitada pelas linhas arbóreas contorna a Praça do Marquês de Pombal e transforma-se num grande parque batizado em honra de Eduardo VII, o rei britânico que visitou Lisboa em 1902. Nestes projetos testemunhamos a contribuição dos espaços verdes para o desenho urbano da cidade desde o plano de reconstrução de Pombal, em meados do século XVIII.



Figura V01 - Jardim da Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa. 2010. Fotografia. ©António Sacchetti

Tal como em tantos outros lugares da Europa, Lisboa procurou em França os modelos para as suas áreas verdes. Já antes das importantes reformas arquitetónicas de Paris, empreendidas pelo barão Eugène Haussmann nas últimas décadas do século XIX, Lisboa encontrara um modelo francês para os seus parques e passeios, que figuravam entre os mais importantes sucessos do planeamento urbanístico do governo português. No Jardim da Estrela de Lisboa, traçado por Jean-Baptiste Bonnard em 1852, vemos as peças da moda e ornamentos que se tornariam modelos em sítios parisienses como o *Parc des Buttes-Chaumont* (1867) ou o *Parc Montsouris* (1869). Os caminhos sinuosos, a mistura de espécies arbóreas – incluindo variedades exóticas –, o terreno de declives suaves, lagos, pavilhões e até um coreto animaram o espaço do Jardim da Estrela. As suas fontes de inspiração eram claras. Se o jardim inglês forneceu um protótipo para o naturalismo dos primeiros parques franceses, sob a orientação de Adolphe Alphand e os desenhos de Eduard André, o parque parisiense tomou uma nova forma introduzindo características como a via para carruagens, o passeio (promenade) e o relvado (*pelouse*) – todos considerados símbolos da vida moderna civilizada (Alphand, 1867-1873). Os criadores de parques em Lisboa adotariam este modelo porque a burguesia portuguesa adotou o estilo de vida francês embora se tenha mantido uma ligação residual ao gosto e produtos britânicos. Tal como Jano, para a sociedade culta de Portugal, o parque olhava em duas direções. A primeira responsabilidade era para com a vizinhança, o principal público do parque; a segunda era a atração e bom acolhimento dos visitantes de zonas circundantes, para que ali se deleitassem e, talvez até, encontrassem um consolo de verdura e um antídoto contra as tensões da vida urbana.

Os parques urbanos em Portugal apresentam diversos formatos e variam em escala, desde pequenos recreios arrancados aos exíguos espaços de bairros densamente povoados a parques de grandes dimensões, como o Parque Eduardo VII. A uma escala maior encontra-se a serra de Monsanto, plantada a partir da década de 1930, com predomínio do pinheiro-manso (*Pinus pinea*) para reflorestar as suas algo nuas encostas. Atualmente, as árvores do Parque Florestal de Monsanto desenvolveram-se a ponto de darem a sensação de um compartimento fechado e com teto a quem sob elas passa, proporcionando sombra permanente; visto dos pontos mais altos, o enorme dossel formado pelas copas de pinheiro parece um exuberante tapete de veludo verde. Contrastando nitidamente com estas paisagens aparentemente naturais, existem os espaços verdes desenhados com uma linguagem mais formal para espaços urbanos, como a Praça do Império em Belém, criada pelo arquiteto Cottinelli Telmo e inaugurada em 1940. Aqui, a linguagem internacional do quadrado, da alameda, o painel

de relvado e a fonte concorrem para uma paisagem monumental destinada a ser o cenário apropriado para ligar o Mosteiro dos Jerónimos, do século XVI, às margens do rio Tejo. Planos mais naturalísticos podem ter sido considerados adequados para o parque urbano no século precedente, mas a meio do século XX, sob a influência da ditadura que governava Portugal, o classicismo tornou-se a norma.

Recorrendo a uma metáfora biológica, os parques foram frequentemente considerados os pulmões da cidade, ou seja, zonas verdes onde os cidadãos podiam respirar livremente e escapar ao confinamento das suas casas. Tal necessidade era premente antes da vulgarização do uso do ar condicionado, num clima mediterrânico quente como o de Portugal, embora em Lisboa fosse possível procurar o fresco das margens do Tejo ou as praias da costa atlântica. Contrastando com os grandes espaços verdes do parque e da floresta, encontra-se o terraço em miniatura, o miradouro, fornecendo a residentes e a visitantes vistas esplêndidas sobre a cidade e o rio. O cimo do castelo, e os pontos de paragem ao longo do caminho que a ele conduzem, incluem pequenas bolsas de terreno aplanado onde é possível recuperar o fôlego após a subida íngreme ou talvez desfrutar de uma bebida ou de um gelado enquanto se aprecia o panorama. Na maioria dos casos, estes terraços não foram planeados, surgindo para aproveitar terreno remanescente de outras intervenções. Entre os miradouros de Lisboa, o de São Pedro de Alcântara, datado da década de 1880, é um dos mais significativos. Combina o belveder com o passeio (*promenade*), e uma ala de árvores resguarda-o da rua; o belo pavimento branco e preto – calçada portuguesa – característico dos passeios e praças da cidade acrescenta-lhe encanto e interesse. No seu conjunto, estes miradouros formam uma rede, por vezes uma cadeia, de pequenos grupos de árvores de sombra que proporcionam não só um serviço "físico", mas também paisagens notáveis.

Voltemos a meados do século XX e ao Jardim da Fundação Calouste Gulbenkian. Embora no seu plano descartasse a formalidade e o classicismo da praça urbana, o traçado do jardim não constituiu de modo nenhum um retrocesso ao naturalismo forçado dos parques parisienses do século XIX. Embora Ribeiro Telles e Barreto, os arquitetos paisagistas do Jardim Gulbenkian, possam tê-lo desenhado com uma estética vagamente inspirada pelo jardim paisagístico inglês, o seu plano foi inicialmente determinado pela necessidade de drenar o local em tempos de chuva e por uma utilização de plantas com certas características estéticas e ecológicas de crescimento e robustez, bem como capazes de definir espaços de conforto e enquadramento paisagístico (Caetano, 2003). O Jardim Gulbenkian é apenas uma, embora muito importante, peça de espaço verde na coleção de que Lisboa pode justamente orgulhar-se, uma coleção em que jardim e parque, rio e floresta, conferem à cidade pulmões e muita da sua beleza.





Figura V02 Jardim da Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa. 2010.
Fotografia. ©António Sacchetti



Extrato do Atlas da Carta Topográfica de Lisboa (em destaque o antigo Passeio Público, Miradouro S. Pedro de Alcântara e a Praça D. Pedro V). 1856-1858. Levantamento por Filipe Folque, Carlos Pezerat, Francisco Goullard e César Goullard. Original, planta colorida. Escala [1:1000]. Lisboa: [s.n.]. © AML, Lisboa.

VI. LX Gardens Metodologia do inventário do património paisagístico de Lisboa

Ana Luísa Soares, Sónia Talhé Azambuja, João Azambuja, Teresa Marques, Isabel Silva, Elsa Isidro, Pedro Arsénio e Ana Raquel Cunha

A relevância da salvaguarda, valorização e divulgação do património paisagístico, reconhecida a nível internacional, conduziu o projeto de investigação LX Gardens – Jardins e Parques Históricos de Lisboa: estudo e inventário do património paisagístico (projeto desenvolvido de 2011 a 2014, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia) à análise histórica, artística e botânica de 60 jardins e parques de Lisboa construídos entre o século XVIII e os anos 60 do século XX.

A criação do inventário permitiu conhecer estes jardins onde a botânica se aliou à arte, o que configurou um património paisagístico, único e singular da capital portuguesa. A definição de critérios para conceber a estrutura do inventário LX Gardens com recurso a uma base de dados relacional foi crucial para a identificação e registo do património paisagístico. Esta base de dados permite aceder a uma rede de informação que possibilita estabelecer relações entre cada jardim e vários parâmetros, nomeadamente o contexto histórico-político do tempo da sua criação e de eventuais modificações formais significativas, a expansão urbana, a história da arte dos jardins ou o levantamento do arvoredo. A obtenção de dados e as relações estabelecidas entre si possibilitam a interpretação do papel dos jardins como património paisagístico de valor histórico-cultural bem como o seu contributo para o ecossistema urbano, a sustentabilidade, a biodiversidade e a qualidade ambiental e estética da cidade.

O presente estudo contribui, ainda, para o conhecimento do cruzamento de influências culturais, de origens geográficas diversas, no desenho e composição arbórea dos jardins e parques da cidade e, em simultâneo, para a identificação de alguns dos mestres da arte paisagista na cidade de Lisboa nos últimos três séculos.

Objetivos do projeto LX Gardens

A arte dos jardins é um dos temas mais representativos da cultura humana, na perspetiva da busca da harmonia ideal entre o Homem e a Natureza. Entre os benefícios que os jardins oferecem destacam-se, neste estudo, o seu interesse social, histórico, botânico, paisagístico e estético, os quais possibilitam que os jardins sejam classificados como bens patrimoniais. Contudo, a maioria dos jardins históricos de Lisboa com elevado interesse, tais como o Jardim da Estrela (Figura VI01), o Jardim do Príncipe Real (Figura VI02) e o Jardim de São Pedro de Alcântara (Figura VI03), estão protegidos legalmente, não pelo seu valor patrimonial intrínseco, mas por estarem inseridos na zona de proteção de imóveis classificados. Da lista dos 60 jardins e parques alvo deste estudo, apenas três estão classificados por si só como monumentos nacionais. São eles o Jardim Botânico de Lisboa, o Jardim Botânico Tropical e o Jardim da Fundação Calouste Gulbenkian. A maioria dos restantes tem alguma proteção por se situarem na Zona Especial de Proteção de edifícios classificados. Desta forma, um dos propósitos cruciais deste inventário é contribuir para a definição de princípios e procedimentos para identificar, classificar e proteger os jardins com base no seu valor histórico e artístico, bem como contribuir para a sua preservação, valorização e divulgação como um inestimável património paisagístico de significado cultural.

De acordo com a Carta Internacional de Turismo Cultural (ICOMOS, 1999), num momento de crescente globalização, a proteção, conservação, interpretação e apresentação do património e diversidade cultural de qualquer lugar ou região constitui um desafio relevante para a sua identidade. Este projeto pretendeu, então, definir os critérios que devem ser considerados para a classificação do património paisagístico de Lisboa bem como os tópicos relevantes para o desenvolvimento de uma base de dados relacional, estruturando e relacionando diferentes tipos de dados, designadamente históricos, artísticos, botânicos, ambientais, sociais, etc. Desta forma, contribuirá para a ampliação do conhecimento atual sobre o património paisagístico de Lisboa e para a sua proteção legal e promoção no turismo cultural.

Estrutura do projeto

Este projeto, realizado por uma equipa de investigação com um forte carácter interdisciplinar, integrando especialistas das áreas científicas de arquitetura paisagista, arquitetura, história da arte, ecologia e botânica, foi estruturado do seguinte modo:

1. Pesquisa de modelos de inventários

Esta primeira fase foi alicerçada na análise de modelos de inventários já existentes. A nível nacional, analisou-se o inventário gerido pela Direção–Geral do Património Cultural (DGPC), o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), o Inventário do Património Arquitetónico (IPA), o Inventário de Sítios de Interesse – Arte Paisagista do Norte de Portugal. A nível internacional, são de referir os trabalhos do National Trust, English Heritage, Parks & Gardens UK, o Parcs et Jardins de France, o U.S. National Park Service, o Catálogo General del Patrimonio Histórico Andaluz, Catena – Digital Archive of Historic Gardens and Landscapes.

Esta investigação possibilitou definir os critérios para criar o modelo de inventário para o estudo de património paisagístico LX Gardens.

2. Criação de um modelo de inventário e desenvolvimento da base de dados relacional LX GARDENS DATABASE

O inventário do património paisagístico foi estruturado tendo em consideração os seguintes temas: história, história da arte, arquitetura paisagista, arquitetura, ecologia urbana, botânica, turismo e ciências sociais, entre outros, que permitiram delinear os campos necessários da base de dados de forma a inserir os dados recolhidos nas diferentes fases do projeto. A base de dados relacional LX GARDENS DATABASE foi construída

com o suporte de 24 tabelas (Figura VI04) e permite estabelecer relações entre os vários temas estudados (Figura VI05).

3. Recolha e inserção dos dados sobre os vários temas
A investigação histórica sobre o património paisagístico de Lisboa foi desenvolvida no Arquivo da Torre do Tombo, no Arquivo Histórico Municipal de Lisboa, no Arquivo do Forte de Sacavém, no Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa, na Biblioteca Nacional de Portugal, no Gabinete de Estudos Olisiponenses, na Biblioteca de Arte dos Arquivos Gulbenkian, no Arquivo Histórico da Economia e Transição Digital e no Arquivo da Fundação da Casa de Bragança, entre outras bibliotecas e arquivos de referência. Esta pesquisa permitiu reunir um elenco de fontes documentais, bibliográficas, cartográficas e iconográficas que contribuiu para o enriquecimento do conhecimento da evolução da arte paisagista em Lisboa dos 60 jardins e parques históricos selecionados. Numa fase posterior, os dados recolhidos foram inseridos na base de dados.

4. Realização do inventário do arvoredo
No que diz respeito à estrutura arbórea dos jardins em estudo, foram desenvolvidos levantamentos botânicos e procedeu-se à sistematização e à organização dos levantamentos já existentes, identificando-se um total de 27.610 árvores inventariadas. Este levantamento constitui uma ferramenta importante para o conhecimento e gestão do património arbóreo (Vasconcelos, et al., 2017). Todos os dados obtidos foram inseridos em Sistema de Informação Geográfica (SIG). A informação botânica recolhida foi gerida através da referida base de dados relacional. Esta vertente do património paisagístico tem especial importância pois permite disponibilizar informação relevante e atrativa para o público, como, por exemplo, a família das plantas, a origem biogeográfica, o estatuto de conservação das espécies no seu habitat natural (de acordo com as categorias da UICN – União Internacional para a Conservação da Natureza), o tipo e cor de floração, o regime de folha e outras características relevantes.

As fases anteriormente descritas do projeto permitem:

- Analisar o projeto LX Gardens no contexto urbano e ecológico bem como a sua relação com o contexto histórico e expansão da cidade de Lisboa;
- Promover o projeto LX Gardens através de percursos de visitas temáticas;
- Propor um critério de classificação para os jardins estudados, de acordo a recolha de investigação histórica, artística e botânica. Essa seriação pode contribuir para a proteção, conservação, valorização e divulgação dos jardins.

Considerações finais
Um dos principais objetivos deste projeto foi contribuir para o enriquecimento do conhecimento sobre o património paisagístico de Lisboa. Ao reunir e relacionar dados históricos, botânicos e artísticos, bem como registos cartográficos e iconográficos, foi também possível caracterizar de forma abrangente cada jardim em estudo e relacioná-lo com a cidade e com os períodos histórico-políticos da sua criação. Os resultados obtidos contribuem para a divulgação dos jardins e, consequentemente, podem contribuir para a sua proteção ao constituírem uma ferramenta útil para acionar os mecanismos legais de defesa do património. É importante, também, assinalar o papel dos jardins históricos como parte muito relevante do património cultural nacional, com os seus valores artísticos, históricos, sociais, turísticos e de recreio.

O inventário realizado evidencia três séculos de criação de jardins, testemunha o legado destes lugares, valoriza o património paisagístico bem como a sua relevância para o conhecimento da história da arte dos jardins. Colabora na conservação *ex situ* de espécies botânicas e na promoção da biodiversidade urbana. Acresce a sua importância para a quantificação dos benefícios dos serviços de ecossistemas.

Tem também como propósito ser um contributo, alicerçado nas formas de intervenção em arquitetura paisagista e ecologia urbana, para a conservação, o restauro e a gestão destes jardins históricos e da sua coleção botânica, assim como um apoio ao planeamento urbano.

Os levantamentos botânicos dos jardins históricos realizados ao longo do tempo são uma importante fonte de informação para o conhecimento aprofundado da evolução da vegetação nesses lugares. Nem sempre existem inventários botânicos dos jardins históricos desde a sua criação até aos dias de hoje, mas, quando essa informação está disponível, permite obter dados fundamentais para o entendimento dos lugares e para a história do uso da vegetação nos jardins. Por outro lado, os inventários de árvores são ferramentas essenciais para a gestão e manutenção do arvoredo urbano.

Após a conclusão do inventário do projeto LX Gardens, surgiram dois trabalhos mais recentes de inventários de jardins históricos a nível nacional: um coordenado pela arquiteta paisagista Cristina Castel-Branco, através do Centro de Ecologia Aplicada Professor Baeta Neves (CEABN) do Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa, em conjunto com o *Institut Européen des Jardins & Paysages* (IEJ&P), e outro coordenado pela arquiteta paisagista Teresa Andresen, através da Associação Portuguesa dos Jardins Históricos (AJH).

No capítulo seguinte deste livro, apresentam-se os 60 jardins e parques históricos estudados, disponibilizando-se para cada um informação sobre a história do lugar e evolução do traçado, registo cartográfico e iconográfico, bem como o estatuto de proteção de cada jardim, a existir. Acresce uma síntese do levantamento arbóreo realizado em 2014, no âmbito do projeto LX Gardens, disponibilizando-se o código do levantamento arbóreo do jardim, informação sobre o número de exemplares arbóreos, o número de espécies e o número de árvores classificadas, ou seja, legalmente protegidas pelo Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (Vasconcelos, et al., 2017).



Figura VI03 – Miradouro de São Pedro de Alcântara, Lisboa. 2008.
Fotografia. ©Elsa Isidro



Figura VI01 – Jardim da Estrela, Lisboa. 2010. Fotografia. ©António Sacchetti



Figura VI02 – Jardim do Príncipe Real, Lisboa. 2010. Fotografia. ©António Sacchetti



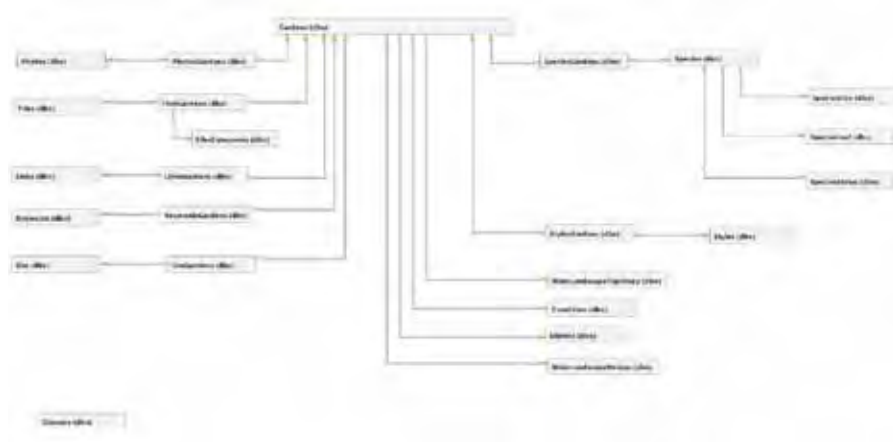


Figura VI04 - Esquema relacional da arquitetura da base de dados, desenvolvida no âmbito do projeto LX Gardens, com as relações entre as 24 tabelas. ©LX Gardens, João Azambuja.

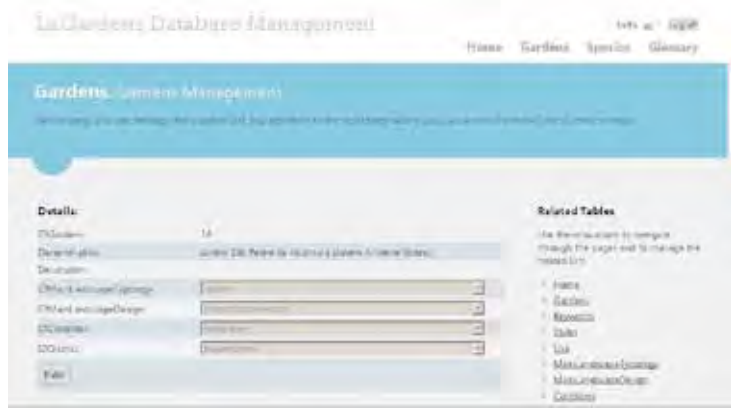


Figura VI05 - Imagem da interface do site carregamento da base de dados relacional do Projeto LX Gardens. ©LX Gardens, João Azambuja.



Jardim 9 de Abril, Lisboa. 2010. © António Sacchetti.

VII. LX Gardens 60 jardins e parques históricos de Lisboa

VII.1. Uma viagem por três séculos: nota explicativa

Ana Raquel Cunha e Ana Luísa Soares

Este capítulo é consagrado aos 60 jardins históricos estudados e contém a seguinte informação: história, localização e vista da envolvente, estrutura e área de cada espaço. Concomitantemente cada jardim está acompanhado de um registo cartográfico e fotográfico. O relato destes lugares, que por vezes também contam histórias de Lisboa e do país, relembra também memórias que tornam estes jardins únicos na cidade. A estrutura deste capítulo está delineada nas seis tipologias já referidas e quantificadas de seguida: jardim botânico (4), jardim (27), praça (6), miradouro (12), parque (5) e quinta de recreio (6).

No início de cada tipologia, é possível aceder, através do *QR Code*, ao levantamento do arvoredo de cada espaço com a sua localização, respetiva legenda e designação científica de cada espécie publicado. Toda esta informação está também publicada em formato de e-book: *Levantamento arbóreo dos jardins e parques históricos de Lisboa* (Vasconcelos *et al.*, 2017) e pode aceder através do seguinte *QR Code*.

Explore o e-book:
Levantamento arbóreo dos jardins e parques históricos de Lisboa

Uma ficha de identidade numa nota inicial para cada jardim fornece as coordenadas geográficas de localização do jardim, o código e síntese do inventário arbóreo realizado em 2014, no âmbito do projeto LX Gardens, e quantifica o número total de árvores, de espécies e de árvores classificadas pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, bem como a proteção legal a que cada jardim está afeto.

Dar especial atenção à componente histórica destes lugares e divulgar esse legado enriquecido com o espólio dos acervos históricos, cartográficos e fotográficos de Lisboa é o principal foco deste capítulo. Para fortalecer esta componente contámos com a colaboração de diversas entidades, de referir, o Arquivo de António Facco Vianna Barreto, o Arquivo Histórico da Economia e Transição Digital, o Arquivo Municipal de Lisboa (Arquivo Arco do Cego, Arquivo Fotográfico, Arquivo Histórico, Arquivo Intermédio, Gabinete de Estudos Olisiponenses, Hemeroteca Digital), a Assembleia da República, a Biblioteca Nacional de Portugal, o Centro de Informação Geoespacial do Exército, a Direção-Geral do Património Cultural, a Fundação Calouste Gulbenkian – Biblioteca de Arte e Arquivos, o Instituto de Investigação Científica Tropical, a Universidade de Lisboa, o Instituto Superior de Agronomia e o Museu Nacional do Azulejo.

É intencional a diversidade de cartografia que registamos em cada um dos jardins para permitir dar a conhecer a evolução do traçado de cada jardim bem como da expansão da cidade de Lisboa. Acresce o destaque dado à componente botânica ao divulgarmos a diversidade arbórea presente em cada jardim.

Divulgar e valorizar o legado do património paisagístico, botânico e cultural destes 60 jardins de Lisboa é o maior desafio desta publicação. Acresce o contributo que pode constituir para a salvaguarda e o restauro destes jardins históricos na cidade.





Descubra as árvores dos Jardins Botânicos aqui

VII.2. JARDINS BOTÂNICOS

JARDIM BOTÂNICO DA AJUDA

Latitude e longitude I 38.7062,-9.200792
Freguesia de Lisboa I Ajuda
Nº Inventário I 10JBA
Número de árvores I 325
Número de espécies de árvores I 163
Árvores classificadas ICNF I -
Jardim Botânico I 1768
Proteção legal I Desde 1959 Imóvel de Interesse Público por estar inserido na Zona circundante do Palácio Nacional da Ajuda, que inclui Jardim das Damas, Salão de Física, Torre Sineira, Paço Velho e Jardim Botânico (Decreto n.º 33 587, DG, I Série, n.º 63, de 27-03-1944, ZEP, Portaria, DG, 2.ª série, n.º 253 de 29 outubro 1959).
Área do jardim I 3,8 hectares

Autores I Ana Raquel Cunha, Ana Luísa Soares e Sónia Talhé Azambuja


JBA01

Localizado na encosta da Ajuda, junto do Palácio da Ajuda e museu do Tesouro Real, do Jardim Botânico Tropical, do Mosteiro de Santa Maria de Belém (Jerónimos), do Centro Cultural de Belém, do Museu dos Coches e da Torre de Belém, o Jardim Botânico da Ajuda (JBA) oferece uma vista alargada do estuário do Tejo e da margem sul e que é enquadrada pelo casario pitoresco da zona histórica da Ajuda e Belém. Murado e de forma retangular, com uma área de cerca de 3,8 hectares, está estruturado em dois terraços desnivelados. O acesso a este jardim pode ser feito através de duas entradas, uma a nascente, pela Calçada da Ajuda, e outra a poente, pela Calçada do Galvão. Desde 1910 que se encontra sob a tutela do Instituto Superior de Agronomia, da Universidade de Lisboa.

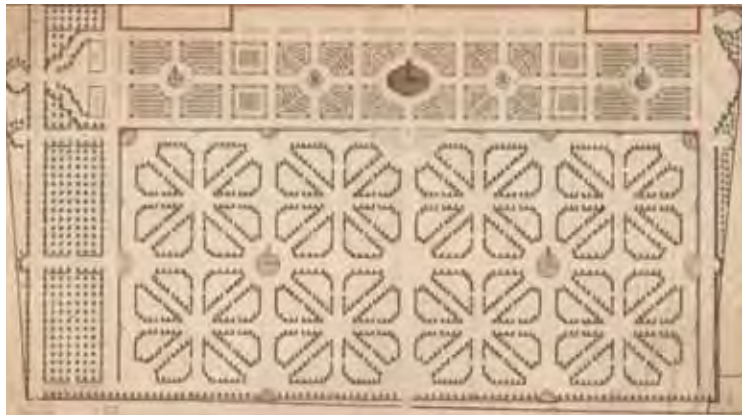
Fundado, em 1768, no reinado de D. José I (1714-1777), por ordem do secretário do Estado do Reino Sebastião Carvalho e Mello (futuro Marquês de Pombal) e indicação do italiano Miguel Franzini (1730-1810), professor do príncipe D. José e do infante D. João (futuro rei D. João VI), o jardim foi criado pelo naturalista italiano Domingos Vandelli (Domenico Vandelli, 1735-1816). Vandelli vindo de Pádua, foi convidado inicialmente para lecionar no Colégio dos Nobres, mas, devido ao atraso no início das aulas, em 1765 acaba por ser solicitado para criar este jardim botânico, desenhado com o fim de manter, estudar e colecionar o máximo de espécies do mundo vegetal, tendo sido o seu primeiro diretor. Além de uma notável coleção botânica, o jardim foi enriquecido de balaustradas, escadarias, estátuas e fontes ornamentais. O arquiteto da Casa do Infantado e das Obras Públicas, Manuel Caetano de Sousa (1738-1802), é o autor provável do projeto do jardim ao estilo barroco, que inclui a modelação do terreno em dois terraços e a construção das escadarias e balaustradas que fazem a transição entre os dois níveis. A fonte central das 40 bicas, os lagos e a estátua de D. José (1761-1788), príncipe do Brasil, neto do rei D. José I, são da autoria da Escola de Escultura de Lisboa, de escultores como Silvério Martins (1752-1795), discípulo de Machado de Castro, com a colaboração do mestre canteiro João Gomes (Mendonça, 2008). Desde a fundação que este jardim incluía o Real Gabinete de História Natural, um laboratório químico, a Casa do Risco, uma livraria especializada e um gabinete de física experimental.

Entre 1772 e 1791, Vandelli foi convidado para dirigir a instalação do Jardim Botânico da Universidade de Coimbra. Durante este período, o responsável pela administração do jardim foi o jardineiro Giulio Mattiazzi que, perante a falta de empenho na manutenção das plantas, levou a que muitas delas


JBA02


JBA03


JBA04



JBA05



JBA06



JBA07

morressem e consequentemente que o número de espécies baixasse de 5000 para apenas 1200 (Castel-Branco, 1999, pp. 63–65). Porém, constata-se que o único documento conhecido, elaborado por Vandelli no século XVIII, apresenta o registo de 1400 espécies (Vandelli, 1771).

Em Coimbra, Vandelli conhece o ilustre naturalista português Félix da Silva e Avelar Brotero (1744–1828), vindo de Paris, onde estudou medicina, que foi pioneiro dos estudos de botânica taxonómica em Portugal e escreveu a primeira flora portuguesa com registo de 1804 (Castel-Branco, 1999).

As coleções do Real Gabinete de História Natural, da Casa do Risco e de todo o núcleo museológico do Jardim Botânico da Ajuda tornaram este Real Museu numa das mais ricas instituições científicas europeias, com o importante contributo das *Viagens Philosophicas*, que se desenvolveram a partir da década de 80 do século XVIII aos domínios ultramarinos portugueses.

Por essa razão, as suas coleções suscitaram um enorme interesse na Europa, particularmente aos naturalistas do Muséum National d'Histoire Naturelle de Paris. Exemplo disso foi a visita de Étienne Geoffroy Saint-Hilaire (1772-1844), em 1807, com o intuito de estudar e selecionar os espécimes presentes na Ajuda, a fim de enriquecer a coleção do Jardin des Plantes, em Paris. Parte do espólio das coleções naturalistas do Jardim Botânico da Ajuda e do seu Real Gabinete de História Natural foi levado pelas tropas napoleónicas, na época das invasões francesas, para o atual Muséum d'Histoire Naturelle de Paris; e outra parte, para o Jardim Botânico de Rio de Janeiro, com a partida da família real para o Brasil, em 1807.

De 1811 a 1828, a administração e direção do jardim foi confiada a Félix de Avelar Brotero, que, além de o enriquecer com espécies botânicas e respetiva classificação, elaborou um catálogo das plantas em cultura no jardim onde registou 1370 espécies (Brotero, 1811-1828).

Em 1836, a administração do jardim foi confiada à Academia das Ciências, sendo novamente o espólio fragmentado. Em janeiro de 1837, aquando da criação da Escola Politécnica, reconheceu-se indispensável a existência de um jardim botânico. Assim, em outubro de 1838, o Real Museu e o Jardim Botânico da Ajuda foram incorporados na Escola Politécnica, bem como as coleções pertencentes a ambos. Em 1873, foi criado o atual Jardim Botânico de Lisboa, para onde se levaram muitas coleções do Jardim Botânico da Ajuda, voltando este último para a tutela da Casa Real. O jardim, como já referido, ficaria, a partir de 1910 sob a tutela do Instituto Superior de Agronomia.

Em 1934, sob a direção de André Navarro (1904-1989), realizaram-se no jardim obras de restauro que abrangeram arranjo geral das estufas, reparação da canalização e implantação de bocas de rega, arranjo dos caminhos e os cuidados necessários na manutenção do espaço e a sua reabertura ao público (Coutinho, 1948).



JBA08



JBA09



JBA10



JBA11

Em 1941, a passagem de um ciclone provocou estragos significativos no jardim, bem como em toda a cidade de Lisboa. Em consequência, um projeto elaborado por Francisco Caldeira Cabral (1908-1992) recupera o traçado dos canteiros do tabuleiro superior (Coutinho, 1948). Em 1948, este jardim é tema do primeiro trabalho de fim de curso em arquitetura paisagista de Manuel Azevedo Coutinho (1921-1992) sob a orientação do professor Francisco Caldeira Cabral.

Na última intervenção de restauro do Jardim de 1993 a 1997, como projeto-piloto do Ano Europeu dos Jardins Históricos, coordenada por Cristina Castel-Branco (durante a sua direção), fizeram-se importantes obras no jardim e estabeleceu-se como uma das prioridades a reposição da vastíssima coleção botânica. Para tal construíram-se 1100 canteiros em pedra no tabuleiro superior, segundo uma planta antiga do Jardim, e projetou-se o Jardim dos Aromas, no local das antigas hortas. Durante a direção de Dalila Espírito Santo, fortaleceu-se o enriquecimento da coleção no jardim, criou-se o banco de sementes e dinamizaram-se as atividades científicas, culturais e o serviço educativo no jardim.

No terraço superior, encontra-se a principal parte da coleção botânica, com plantas oriundas de diversas partes do mundo, estando organizada por oito áreas fitogeográficas: África, Região Mediterrânica, América do Norte e Central, China e Japão, Macaronésia, Austrália e América do Sul. Neste terraço são de destacar os majestosos exemplares de figueira-da-austrália (*Ficus macrophylla*); a alameda de jacarandás (*Jacaranda mimosifolia*) paralela à balaustrada; a acácia-do-japão (*Styphnolobium japonicum*); as eritrinas (*Erythrina speciosa*) junto à estufa dos pássaros (restaurante); o emblemático dragoeiro (*Dracaena draco*), que é o símbolo do Jardim Botânico da Ajuda; a *Schotia afra*; as araucárias (*Araucaria bidwillii*); no anfiteatro em relva, dois exemplares de bela-sombra (*Phytolacca dioica*) e um exemplar de cedro-cheiroso (*Cedrela odorata*).

O terraço inferior é caracterizado pelas sebes topiadas de buxo e de murta, que formam desenhos geométricos, e, no seu interior, além da presença das roseiras (*Rosa* spp.), dos jarros (*Zantedeschia aethiopica*) e das canas-índicas (*Canna indica*), apresentam-se diferentes herbáceas anuais, o que confere cor e diversidade. De destacar as seguintes árvores: flores-de-merenda-vermelha (*Lagerstroemia indica*); castanheiro-das-flores-vermelhas (*Aesculus x carnea*); mirobolano-dobrado (*Prunus x blireiana*); diferentes araucárias (*Araucaria heterophylla*; *A. cunninghamii*). Desde 2019, o jardim tem uma notável coleção de plantas de próteas, oferecida pela empresa flora Toscana, localizada no limite sul do jardim. É ainda de referir um espaço especial, que é a mata e que se localiza a oeste do jardim, onde se situa o Jardim Olisiponense.

Atualmente o JBA tem uma diversidade de cerca de 1500 espécies, e a reposição total da coleção botânica continua a ser um desafio a longo prazo, a que se procura dar resposta todos os anos, com a introdução de novas espécies, bem como com a preocupação de cumprir a função de conservar as espécies com estatuto de ameaçadas.

Este jardim encontra-se classificado, desde 1959, como imóvel de interesse público por estar inserido na zona circundante do Palácio Nacional da Ajuda, que inclui Jardim das Damas, Salão de Física, Torre Sineira, Paço Velho e Jardim Botânico (Decreto n.º 33 587, DG, I Série, n.º 63, de 27 de março de1944, ZEP, Portaria, DG, 2.ª série, n.º 253 de 29 outubro de 1959).



JBA12



JBA13



JBA14



JBA15

Legendas das imagens

JBA01 – Vista do Jardim Botânico da Ajuda a partir do tabuleiro superior, Lisboa. 2017. Fotografia. © Jorge Sousa.

JBA02 – Duarte José Fava. Extrato da Carta topográfica de Lisboa e seus subúrbios... (em destaque a área do atual Jardim Botânico da Ajuda). 1831 [1807]. Litografia. Escala [1:5000], 500 braças por palmo. Lisboa: Casa do Risco das Obras Públicas. © AML, Lisboa.

JBA03 – Silva Pinto (dir.). Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim Botânico da Ajuda). 1904-1911. Levantamento por Silva Pinto e Alberto de Sá Correia, desenho de Raul Torres. Escala [1:5 000]. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

JBA04 – Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim Botânico da Ajuda). 1950. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

JBA05 – Planta do Jardim Botânico no sítio de Nossa Senhora da Ajuda, a planta mais antiga do Jardim Botânico da Ajuda conhecida. [Séc. XVIII]. Desenho: ms., a tinta da china, aguarelado, color., em papel ; 962 X 652 mm. [D 5 C BAHOP]. Lisboa: Secretaria- Geral da Economia e Transição Digital. © SGETD/BAHE, Lisboa.

JBA06 – Dracaena draco do Jardim Real do Paço d'Ajuda. [c. 1879]. Desenho in Jornal de Horticultura Pratica, 1879, vol. X. Lisboa: Instituto Superior de Agronomia, Universidade de Lisboa.

JBA07 – Joshua Benoliel. Dragoeiro no tabuleiro superior do Jardim Botânico da Ajuda. [Dragoeiro transplantado para o tabuleiro superior do Jardim Botânico da Ajuda] 1913. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/JBN/000040]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

JBA08 – Extrato da Fotografia Aérea da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim Botânico da Ajuda). 1958. Voo USAF, folhas n.º 431/417, preto e branco. Escala [1:26 000]. Lisboa: IGEOE. © IGEOE, Lisboa.

JBA09 – Extrato da Fotografia Aérea da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim Botânico da Ajuda). 1987. Voo FAP (n.º 36), folhas n.º 431/417, preto e branco. Escala [1:17 000]. Lisboa: IGEOE. © IGEOE, Lisboa.

JBA10 – IGEOE. Extrato da Ortofotomapa da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Parque Botânico da Tapada da Ajuda). 2011. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © IGEOE, Lisboa.

JBA11 – Ilustração científica de dragoeiro (Dracaena draco L.). Final séc. XVI. Desenho: aguarela. in Libri Picturati. Cracóvia: Biblioteca da Universidade Jagiellon. © Biblioteca da Universidade Jagiellon, Cracóvia.

JBA12 – José Artur Bárcia. [Jardim Botânico da Ajuda, escadaria e estátua]. [entre 1890 e 1945]. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/BAR/000048]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

JBA13 – José Artur Bárcia. [Jardim Botânico da Ajuda, fonte monumental]. [entre 1890 e 1945]. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/BAR/000047]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

JBA14 – Eduardo Portugal. Fonte Monumental do Jardim Botânico da Ajuda. 1944. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/EDP/001984]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

JBA15 – Fonte central das 40 bicas, após o restauro, em Abril de 2018, obras financiadas pela Associação dos Amigos do Jardim Botânico da Ajuda (AAJBA), Lisboa. 2018. Fotografia. © Ana Raquel Cunha.

JBA16 – António Passaporte. Vista sobre o tabuleiro inferior da escadaria oeste do Jardim Botânico da Ajuda. [Jardim Botânico da Ajuda, tabuleiro inferior da escadaria oeste] [entre 1940 e 1959]. Fotografia. [PT/AMLSB/PAS/002950]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

JBA17 – Vista sobre o tabuleiro inferior da escadaria oeste do Jardim Botânico da Ajuda, Lisboa. 2021. Fotografia. © Ana Raquel Cunha.

JBA18 – Canteiros da coleção botânica e em pano de fundo a antiga estufa dos pássaros, do Jardim Botânico da Ajuda, Lisboa. 2021. Fotografia. © Ana Raquel Cunha.

JBA19 – Tabuleiro inferior do jardim, Lisboa. 2019. Fotografia. © Francisco Sá da Bandeira.

JBA20 – Emblemático exemplar de Ficus macrophylla, tabuleiro superior, Jardim Botânico da Ajuda, Lisboa. 2021. Fotografia. © Ana Raquel Cunha.



JBA16



JBA17



JBA18



JBA19


JBA20

CRONOLOGIA

1768 Criação da Real Tapada de Alcântara pelo rei D. João IV como parque de caça e logradouro privado da família real.

1791 Domingos Vandelli, após ter sido jubilado da Universidade de Coimbra, é nomeado diretor do Jardim Botânico.

1810 Domingos Vandelli é afastado da direção do jardim por supostos envolvimentos com os invasores franceses.

1811 Félix de Avelar Brotero é nomeado diretor do jardim.

1828 Por ordem do rei D. João V, o jardim e o museu são abertos ao público todas as quintas-feiras, desde que não coincidisse com dias santos.

1834 Através de um decreto do rei D. Pedro IV, o Dr. José de Sá Ferreira e Sanctos do Valle é nomeado terceiro diretor do jardim, cargo que exerceu durante dois anos.

1836 O Jardim Botânico e o Real Museu são entregues por decreto à administração da Academia das Ciências.

1839 O ministro dos Negócios do Reino concordou com a incorporação do Jardim Botânico na Escola Politécnica, mas não com a entrega do Museu de História Natural.

1840 O primeiro-ministro, o duque de Palmela, confiou o lugar de diretor do Jardim Botânico ao botânico austríaco Friedrich Welwitsch.

1848 O professor Dr. José Maria Grande procurou melhorar as coleções de vegetais em cultura e concluiu as determinações das plantas ainda não identificadas; o professor e conselheiro João de Andrade Corvo e o professor conde de Ficalho também contribuíram para melhorar o jardim.

1874 O jardim foi entregue à administração da Casa Real, tendo decaído progressivamente. Foi mandada edificar uma estufa para receber a coleção de orquídeas do rei D. Luís.

1910 Com a implantação da República em Portugal, o jardim passa a denominar-se Jardim Botânico da Ajuda, tendo sido entregue à tutela do Instituto de Agronomia, que se responsabiliza pela sua manutenção.

1915 O jardim é alvo de vandalismo e é encerrado.

1918 Neste ano, o professor Rasteiro fez a reconstituição do tabuleiro inferior, dando-lhe o mesmo desenho que já se observava na planta de 1869.

1934 O jardim, sob a direção do professor André Navarro, é alvo de medidas de beneficiação.

1939 O professor Caldeira Cabral, recém-regressado de Berlim, assume a direção do Jardim Botânico durante alguns meses e manteve-se posteriormente ligado ao jardim.

1941 A parte do jardim dedicada à investigação é completamente devastada pelo ciclone que assolou Portugal. O professor Francisco Caldeira Cabral recupera o jardim e determina o traçado dos canteiros do tabuleiro superior.

1975/76 O Jardim Botânico passa a ser dirigido por uma comissão de gestão constituída por um elemento da Secção de Arquitetura Paisagista, outro do Gabinete de Botânica, e outro da Secção de Construções Rurais. Durante este período, procedeu-se à identificação de mais de 100 espécies de plantas ornamentais cultivadas no jardim, servindo de apoio ao ensino e investigação em floricultura.

1993 O Conselho Diretivo do Instituto Superior de Agronomia apresenta a sua candidatura ao projeto de restauro do jardim, subsidiado pela União Europeia, tendo sido um dos selecionados.

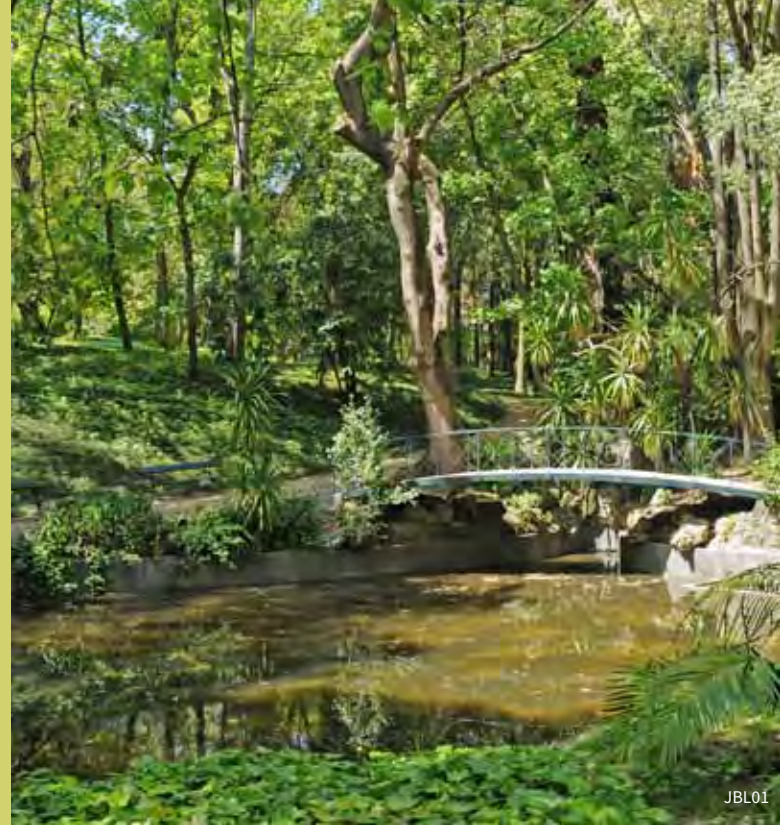
1994 Obras de restauro do jardim sob a coordenação da professora Cristina Castel-Branco.

2003 Criação do banco de sementes durante a direção da investigadora Dalila Espírito Santo.

JARDIM BOTÂNICO DE LISBOA

Latitude e longitude I 38.71859, -9.148975
Freguesia de Lisboa I Santo António
Nº Inventário I 11JBL
Número de árvores I 1128
Número de espécies de árvores I 358
Árvores classificadas ICNF I -
Jardim Botânico I 1873-1878
Proteção legal I Desde 1959 Imóvel de Interesse Público por estar inserido na Zona circundante do Palácio Nacional da Ajuda, que inclui Jardim das Damas, Salão de Física, Torre Sineira, Paço Velho e Jardim Botânico (Decreto n.º 33 587, DG, I Série, n.º 63, de 27-03-1944, ZEP, Portaria, DG, 2.ª série, n.º 253 de 29 outubro 1959).
Área do jardim I cerca de 5 hectares.

Autores I David Felismino e César Garcia



JBL01

Inaugurado em 1878, o Jardim Botânico de Lisboa, com cerca de cinco hectares, é um jardim científico e histórico, criado para o ensino prático da Botânica e da Agronomia na Escola Politécnica de Lisboa.

Instalada na cerca do antigo Noviciado de Nossa Senhora da Assunção da Cotovia (1619-1759) e do Colégio dos Nobres (1761-1837), a Escola Politécnica foi criada pelo decreto de 11 de janeiro de 1837, que instituía a construção de um conjunto de estabelecimentos para apoio à investigação e ao ensino prático das ciências (um observatório, um gabinete de instrumentos científicos, um laboratório químico, um museu de história natural) e de um jardim botânico cuja plantação foi sendo adiada devido à falta de recursos financeiros até 1878.

Em novembro de 1838, para suprir a falta de um espaço para o ensino prático da botânica e perante a falta de recursos financeiros, foi atribuída à Escola Politécnica a administração do antigo Real Jardim Botânico da Ajuda, plantado junto ao antigo Paço Velho, a partir de 1768, para instrução dos príncipes e divertimento da corte, cuja gestão dependia, desde agosto de 1836, da Real Academia das Ciências de Lisboa. Em outubro de 1839, iniciaram-se as primeiras aulas práticas de Botânica e Princípios de Agricultura da Escola (9.ª cadeira) no Alto da Ajuda, tendo por primeiro lente José Maria Grande (1799-1857). A distância geográfica entre o jardim e a escola levaram, muito cedo, o Conselho Escolar a discutir a plantação de um novo jardim na antiga cerca onde estava instalada a Escola Politécnica.

Em abril de 1842, José Maria Grande apresentou um primeiro projeto para instalação de um jardim botânico na cerca, indicando os trabalhos preliminares necessários para a sua construção: nivelamento de terrenos, desenho das condutas de água, instalação de viveiros e as plantações necessárias. O detalhe do projeto refletia a urgência provocada pelo manifesto desejo da Escola do Exército, instalada também na cerca da Escola Politécnica, de utilizar parte da mesma para apoio do ensino prático militar. A falta de recursos financeiros e a saída da Escola do Exército levaram ao adiamento do projeto, que só seria retomado em 1855, com a apresentação de um segundo projeto, mais de uma década depois de um incêndio de grandes proporções, ocorrido em 22 de abril de 1843, que arruinara a totalidade do antigo edifício do Colégio dos Nobres onde estava instalada a Politécnica. A premência da reconstrução das instalações levara à prorrogação do projeto de plantação de um jardim que foi, parcialmente, iniciada em 1859, com a compra de terra vegetal, no sítio das Amoreiras,



JBL02



JBL03



JBL04



JBL05



JBL06



JBL07

para nivelamento e preparação do terreno. Apesar do empenho, a falta de recursos financeiros ditou novamente o adiamento da plantação do jardim que foi, definitivamente, retomada em 1873.

Com a reconstrução do edifício (embora apenas concluído em agosto de 1879) e sob o impulso de Francisco Manuel de Melo Breyner (1837-1903), conde de Ficalho, lente da 9.ª cadeira, iniciaram-se os trabalhos de plantação. De 1873 a 1876, o conde de Ficalho, apoiado pelo botânico alemão Edmund Goeze (1838-1929), que trabalhara nos jardins botânicos de Kew e Coimbra (entre 1866 e 1872), desenharam e presidiram à plantação da parte superior do jardim (a chamada classe), destinada às plantas com flores e à ordenação sistemática botânica das espécies em grandes canteiros retangulares.

As espécies, dispostas de acordo com a sequência de ordens propostas no *Prodromus* (1824-1873) de De Candolle e o sistema de classificação de Bentham & Hooker, publicado no *Genera Plantarum* (1862-1883), provieram de transplantações de espécimes do Jardim Botânico da Ajuda, sob supervisão do jardineiro chefe António Ricardo da Cunha (1830-1893); de compras e trocas com os Jardins Botânicos de Kew, Paris e Berlim, selecionadas por Goeze; além de pedidos dirigidos a várias entidades estrangeiras e nacionais, nomeadamente nos territórios ultramarinos portugueses, designadamente em Goa, Damão, Diu, Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Em 1876, foi ainda instalada uma estufa, de estrutura metálica, da fábrica londrina H. Ormson, no canto noroeste da classe, para abrigo e multiplicação das plantas, que viria a ficar parcialmente destruída aquando de uma tempestade em 1878 e arruinada no decurso de bombardeamentos ocorridos durante o movimento revolucionário de 1927. Em novembro de 1878, foi publicado o primeiro *Index Seminum* do jardim.

Finda a plantação da parte superior do jardim, de novo sob o impulso do conde de Ficalho e de acordo com o desenho do jardineiro francês Jules Daveau (1852-1929), é plantada a parte inferior, o chamado *arboretum*, destinado às arvores de grande porte, nomeadamente a uma vasta coleção de palmeiras, plantadas em torno de um caminho circular que circunda o *arboretum*. Plantado em declive, para permitir a correta iluminação e ensombramento das plantas, o desenho do *arboretum* obedeceu à estrutura dos jardins de estilo romântico, com arruamentos circulares, lagos e linhas de água, com cascatas com rochas basálticas, oriundas de Monsanto.

Em 1892, o botânico francês Henri Fernand Cayeux (1864-1948), diplomado pela Escola Nacional de Horticultura de Versalhes, sucedeu a Daveau na administração do Jardim Botânico. A ele se deve o embelezamento do jardim com a produção e criação de plantas ornamentais, bem como inúmeras exposições de plantas.

A instabilidade política e social dos anos 20 e 30 do século XX levaram ao



JBL08



JBL09



JBL10


JBL11

repetido fecho do Jardim Botânico e ao seu relativo abandono. Em meados dos anos 40, o botânico Ruy Telles Palhinha, diretor do jardim, transformou a primitiva ordenação sistemática da classe, em canteiros retangulares, em conjuntos ecológicos, organizados em canteiros circulares à volta de um lago central, cuja construção poderá remontar ao Colégio dos Nobres, estando representando no levantamento cartográfico da antiga freguesia de Nossa Senhora das Mercês, da autoria do sargento-mor José Monteiro de Carvalho (c. 1756).

O desenho atual do Jardim Botânico de Lisboa corresponde, em grande parte, ao desenho de 1873-1878 e às alterações introduzidas nos anos 40 do século passado, tendo sofrido pouquíssimas mudanças desde então. As atuais coleções cultivadas do jardim são oriundas das mais diversas partes do mundo e representam um património de inegável interesse do ponto de vista vegetal, científico, histórico e cultural. Algumas coleções merecem menção especial. A notável diversidade de palmeiras, vindas de todos os continentes, confere inesperado cunho tropical a diversas localizações do jardim.

As Cicadáceas são um dos ex-líbris do jardim. Autênticos fósseis vivos, representam floras antigas, que na maioria se extinguiram. Hoje, são todas de grande raridade, havendo certas espécies que só em jardins botânicos se conservam. O jardim é particularmente rico em espécies tropicais originárias da Nova Zelândia, Austrália, China, Japão e América do Sul, o que atesta a amenidade do clima de Lisboa e as peculiaridades dos microclimas criados neste jardim.

Sem nunca perder as suas valências científicas e culturais, o jardim desempenha um papel fulcral na construção da cidade, do seu equilíbrio, da sua identidade e da sua vivência. Longe de ter um papel acessório na construção da malha urbana, o jardim estrutura o espaço da Sétima Colina, onde é a zona verde mais relevante. A sua ligação com a zona baixa da cidade − a Avenida da Liberdade − marca a união física das freguesias circundantes (Santo António e Misericórdia), estruturando e dando corpo às relações e vivências das populações locais e ocasionais nas múltiplas dinâmicas da comunidade local e da cidade em geral. O Jardim Botânico constitui, assim, um espaço de coesão urbana, fundamental e complementar ao espaço edificado e à sua articulação com a envolvente, em termos ecológicos, estéticos, culturais, históricos, sociais e económicos.

Associado à coleção viva, o Jardim Botânico de Lisboa mantém ainda um herbário, que preserva mais de 220.000 exemplares provenientes de Portugal, da Macaronésia e das antigas colónias portuguesas, além de importantes coleções históricas de plantas africanas e do Brasil; uma coleção de objetos naturais e uma xiloteca, além de um banco de germoplasma, com o objetivo da conservação *ex situ* da biodiversidade vegetal, particularmente da flora nativa e ameaçada (conservando atualmente perto de 4000 amostras de sementes).

A 4 de novembro de 2010, o Jardim Botânico foi classificado como Monumento Nacional, não só pelo seu inegável valor patrimonial vegetal, ecológico e científico, mas também pelo notável conjunto arquitetónico que preserva no seu interior, algum do qual da responsabilidade de alguns dos mais importantes arquitetos dos séculos XIX e XX: um observatório astronómico (1898, com desenho e projeto dos engenheiros Vítor Gomes da Encarnação e José Cecílio da Costa), um edifício para os herbários (1942, com desenho e projeto do arquiteto Adelino Nunes), uma estufa (1962, atual edifício da criptogamia, com desenho do arquiteto José de Almeida Segurado).

Em 2017, o *arboretum* foi parcialmente requalificado em resultado de um projeto vencedor ao Orçamento Participativo de Lisboa 2013. Em 2021, a classe foi parcialmente recuperada por iniciativa da Universidade de Lisboa, em conjunto com o plano superior do Observatório Astronómico.



JBL12


JBL13


JBL14


JBL15

Legendas das imagens

JBL01 – Arboretum do Jardim Botânico de Lisboa, com o Lago de Baixo. 2010. Fotografia. © António Sacchetti.

JBL02 – Duarte José Fava. Extrato da Carta topográfica de Lisboa e seus subúrbios... (em destaque a área do atual Jardim Botânico de Lisboa). 1831 [1807]. Litografia. Escala [1:5000], 500 braças por palmo. Lisboa: Casa do Risco das Obras Públicas. © AML, Lisboa.

JBL03 – Filipe Folque (dir.). Extrato do Atlas da Carta Topográfica de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim Botânico da Faculdade de Ciências). 1856-1858. Levantamento por Filipe Folque, Carlos Pezerat, Francisco Goullard e César Goullard. Original, planta colorida. Escala [1:1000]. Lisboa: [s.n.]. © AML, Lisboa.

JBL04 – Silva Pinto (dir.). Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim Botânico de Lisboa). 1904-1911. Levantamento por Silva Pinto e Alberto de Sá Correia, desenho de Raul Torres. Escala [1:5 000]. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

JBL05 – Paulo Guedes. Arboretum do Jardim Botânico, com o Lago de Baixo, construído na sequência da abertura do túnel do Rossio. [Jardim Botânico da Escola Politécnica de Lisboa, lago]. [1904-1907]. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/PAG/000326]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

JBL06 – Casa Fotográfica Garcia Nunes. Estufa primitiva H. Ormson do Jardim Botânico de Lisboa, instalada em 1876 e destruída em 1927. [Estufa do Jardim Botânico da Escola Politécnica de Lisboa]. [c. 1910]. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/NUN/000453]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

JBL07 – Alberto Carlos Lima. Lago do meio do Jardim Botânico, ladeado por um exemplar de salgueiro-chorão (Salix babylonica L.) atualmente desaparecido, com o Observatório Astronómico e o balão de sinais horários em segundo plano. [Observatório Astronómico da Escola Politécnica de Lisboa: balão de sinais horários]. [c. 1911-1912]. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/LIM/001207]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

JBL08 – Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim Botânico de Lisboa). 1950. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

JBL09 – Extrato da Fotografia Aérea da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim Botânico de Lisboa). 1938-1948. Voo SPLAL, folha n.º 431, preto e branco. Lisboa: IGEOE. © IGEOE, Lisboa.

JBL10 – IGEOE. Extrato da Ortofotomapa da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim Botânico de Lisboa). 2011. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © IGEOE, Lisboa.

JBL11 – Paulo Guedes. Classe do Jardim Botânico, com a arrumação primitiva em canteiros retangulares, com o o Observatório Astronómico em segundo plano. [Observatório Astronómico da Escola Politécnica de Lisboa]. [entre 1904-1907]. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/PAG/000593]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

JBL12 – Lisboa - Jardim Botânico. [s.d.]. Desenho. [MNL 12-G 013]. Lisboa: Gabinete de Estudos Olisiponenses. © CMLEO, Lisboa.

JBL13 – Fernando Manuel de Jesus Matias. Monumento a Bernardino António Gomes, filho, no Jardim Botânico com o Observatório Astronómico em segundo plano, concebido por A. Machado e busto de bronze modelado por Costa Mota em 1926. [Monumento ao doutor Bernardino António Gomes, filho, no Jardim Botânico da Escola Politécnica de Lisboa]. [1959]. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/FJM/000183]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

JBL14 – Jardim das monocotiledóneas no Jardim Botânico de Lisboa, Lisboa. 2010. Fotografia. © António Sacchetti.

JBL15 – Zona da Classe com a figueira-da-Austrália, Jardim Botânico de Lisboa, Lisboa. 2021. Fotografia. © César Garcia.

JBL16 – Perspectiva sobre a vegetação da zona do Arboretum do Jardim Botânico de Lisboa, Lisboa. 2021. Fotografia. © César Garcia.

JBL17 – Dragoeiro e coleção de cactos do Jardim Botânico de Lisboa, Lisboa. 2021. Fotografia. © António Sacchetti.

JBL18 – Palmeiras do Jardim Botânico de Lisboa, Lisboa. 2010. Fotografia. © António Sacchetti.

JBL19 – Colina do Castelo de São Jorge vista do Jardim Botânico de Lisboa, Lisboa. 2016. Fotografia. © César Garcia.

JBL20 – Monumento a Bernardino António Gomes (filho), no Jardim Botânico de Lisboa, Lisboa. 2018. Fotografia. © César Garcia.



JBL16



JBL17



JBL18



JBL19


JBL20

CRONOLOGIA

1837 Decreto de fundação da Escola Politécnica de Lisboa, determinando a sua instalação na cerca e edifício do antigo Colégio dos Nobres, bem como a criação de um conjunto de estabelecimentos de apoio à investigação e ao ensino prático das ciências: um laboratório químico, um observatório astronómico, um gabinete de física, um gabinete de história natural e um jardim botânico, este último para o ensino da botânica e dos fundamentos da agricultura (9ª cadeira).

1838 Passagem da tutela do Jardim Botânico da Ajuda, então administrado pela Academia de Ciências de Lisboa, para a Escola Politécnica para servir temporariamente ao ensino prático da 9ª Cadeira.

1839 Primeiras aulas dos alunos da Escola Politécnica no Jardim Botânico da Ajuda.

1842 José Maria Grande (1799-1857), Lente da 9ª Cadeira, apresenta ao Conselho Escolar da Escola Politécnica, um projeto para instalação de um jardim botânico na cerca da Escola.

1843 Um incêndio de grandes proporções destrói a quase totalidade do edifício do antigo Colégio dos Nobres, ocupado pela Escola Politécnica.

1855 José Maria Grande apresenta ao Conselho Escolar da Escola Politécnica, um novo projeto para instalação de um jardim botânico na cerca da Escola.

1859 Nivelamento da parte inferior da cerca da Escola e preparação dos terrenos para plantação de um jardim botânico na cerca a. Os trabalhos são supervisionados por João de Andrade e Corvo (1824-1890), substituto de José Maria Grande na direção da 9ª Cadeira. A obra é abandonada devido à falta de recursos financeiros.

1873 1876 Com a reconstrução do edifício da Escola avançada (será apenas concluído em agosto de 1879) e sob o impulso de Francisco Manuel de Melo Breyner (1837-1903), conde de Ficalho, Lente de Botânica na Politécnica e Diretor do Instituto Agrícola, inicia-se a plantação do jardim botânico na cerca da Escola. De 1873 a 1876, o conde de Ficalho, apoiado pelo jardineiro alemão Edmund Goeze (1838-1929), que trabalhou nos jardins botânicos de Kew e Coimbra (entre 1866 e 1872), desenham e presidem à plantação da parte superior do jardim (a chamada classe), destinada às plantas com flores e à ordenação sistemática botânica das espécies, em grandes canteiros retangulares. Parte das espécies plantadas provieram diretamente do Jardim Botânico da Ajuda, num trabalho colaborativo com o jardineiro chefe António Ricardo da Cunha (1830-1893).

1876 1883/84 Finda a construção da parte superior do Jardim, de novo sob o impulso do conde de Ficalho e de acordo com o desenho do jardineiro francês Jules Daveau (1852-1929), é plantada a parte inferior, o *arboretum*, destinado às arvores de grande porte, nomeadamente a uma vasta coleção de palmeiras, plantadas em torno de um caminho circular que circunda o *arboretum*.

1875 1877

Construção de um Observatório Astronómico no recinto do Jardim Botânico, em dois planos diferentes sobrepostos: no primeiro plano da parte superior do jardim, um edifício com três cúpulas de observação e um terraço com duas cúpulas de instrumentos portáteis; num segundo plano, na parte inferior do jardim, as oficinas, uma biblioteca e as casas do maquinista e do contínuo. Construído sob aterros de data recente e junto do muro de suporte do jardim superior e com os abalos resultantes da abertura do túnel do Rossio (1889-1891), o edifício é demolido a partir de 1893.

1890

Construção do Lago de Baixo, no arboreto, resultado da abertura prévia de um poço cavado no jardim para apoio às obras de construção do túnel do Rossio.

1898

Reconstrução do Observatório Astronómico, de acordo com os desenhos e projetos dos engenheiros Vítor Gomes da Encarnação e José Cecílio da Costa. Remodelado e reaberto para as aulas e investigação, é em parte o observatório que conhecemos hoje em dia e cujo edifício superior sofreu obras de recuperação e restauro, concluídas em 2021. Em 1933, o Observatório deixou de funcionar, passando a funcionar no seu interior o Gabinete de Astronomia da Faculdade de Ciências.

1917

Substituição dos plátanos, plantados em 1878, na entrada norte do Jardim Botânico, por exemplares de *Washingtonia* robusta, dando origem à atual "Rua das Palmeiras".

1926

Comemorações do Centenário da morte do botânico Bernardino António Gomes (1768 - 1823), responsável por várias contribuições originais no domínio da botânica, especialmente no tocante ao conhecimento de várias plantas brasileiras. Foi, por esta ocasião, que foram colocados no Jardim, dois bustos em homenagem: um busto do referido Bernardino António Gomes no centro da escadaria que estabelece a ligação entre os dois planos do jardim; um segundo de Bernardino António Gomes (1806-1877), médico e botânico, filho do primeiro, em pedestal, na parte superior do jardim, no terraço do Observatório.

1939

Devido ao seu mau estado, todo o sistema de rega (canais, ramais de canalização, bocas de rega) e de esgotos, originais da construção, são substituídos.

1940 1942

Construção do edifício dos Herbários, na parte superior do Jardim, de acordo com o projeto do Arquiteto Adelino Nunes (1903-1948). Encontra-se inalterado na traça original, tendo sido totalmente recuperado e restaurado em 2020.

1962

Construção de uma nova estufa (atual edifício da Criptogamia), de acordo com os planos do Arquiteto José de Almeida Segurado (1903-1988).

2010

O Jardim Botânico foi classificado Monumento Nacional.

2017

Requalificação parcial da parte inferior do Jardim Botânico, em resultado de um projeto vencedor ao Orçamento Participativo de Lisboa 2013.

2021

Requalificação parcial da parte superior do Jardim Botânico.

JARDIM BOTÂNICO TROPICAL

Latitude e longitude I 38.69906, -9.202732
Freguesia de Lisboa I Belém
Nº Inventário I 12TRO
Número de árvores I 969
Número de espécies de árvores I 187
Árvores classificadas ICNF I -
Jardim Botânico* I c. 1726 | 1906 | 1914
Proteção legal I ZEP: incluído na classificação do Palácio de Belém, parcialmente incluído na Zona Especial de Proteção do Mosteiro de Santa Maria de Belém, parcialmente incluído na Zona Especial de Proteção da Igreja da Memória. Jardim é MN: Monumento Nacional (Decreto n.º 19/2007, DR, 1.ª série, n.º 149, de 3-08-2007)
Área do jardim I 7 hectares

*1726 – data em que D. João V compra a propriedades e cria o Regius Hortus Suburbanus. 1906 – criação do Jardim Colonial
1907 – instalação do Jardim Colonial na Quinta das Laranjeiras
1914 – instalação do Jardim Colonial em Belém

Autores I Ana Raquel Cunha, Maria Cristina Duarte, Ana Luísa Soares e Maria Manuel Romeiras


TRO01

Situado, desde 1914, na zona monumental de Lisboa, junto ao Mosteiro dos Jerónimos, o jardim ocupa sete hectares de uma área contígua ao Palácio de Belém. Partilha uma centralidade que inclui outros importantes espaços culturais da capital, tais como a Praça do Império, o Museu Nacional dos Coches, o Centro Cultural de Belém, o Museu da Marinha, o Museu Nacional de Arqueologia, o Planetário Calouste Gulbenkian e a Igreja da Memória. Estende-se numa encosta, virada a sul, ao longo de 800 metros de comprimento. Do rio Tejo apenas o separa o Jardim da Praça Afonso de Albuquerque. Por ser rico em água e ser caracterizado por um microclima privilegiado na cidade, foi enriquecendo o seu espólio com uma grande diversidade de espécies tropicais e subtropicais oriundas das mais diversas regiões do globo, das quais sobressaem palmeiras, cicas, figueiras, ginkgos e um dragoeiro.

O Jardim Botânico Tropical, com os seus 115 anos de história, foi alvo de mudanças de ordem geográfica e administrativa. Inicialmente denominado Jardim Colonial, foi criado em 1906, durante o reinado de D. Carlos I (1893-1908), como dependência do Instituto de Agronomia e Veterinária, com o objetivo de apoiar o ensino da Agronomia Tropical. Em 1907, foi instalado nas antigas estufas pertencentes ao conde de Farrobo, na Quinta das Laranjeiras, e respetivos terrenos anexos (onde hoje se situa o Jardim Zoológico). Em 1914, foi transferido para o espaço da cerca do Palácio de Belém, localização que mantém até hoje (Fragateiro, 1935; Silva, 2009).

Em 1944, o Jardim Colonial funde-se com o Museu Agrícola Colonial (também criado em 1906), dando lugar ao Jardim e Museu Agrícola Colonial, deixando de estar sob a dependência do Instituto Superior de Agronomia. Em 1951, recebeu a designação de Jardim e Museu Agrícola do Ultramar e, em 1974, passa a estar integrado na Junta de Investigações


TRO02


TRO03


TRO04



TRO05



TRO06



TRO07

do Ultramar, que viria a dar origem, em 1983, ao Instituto de Investigação Científica Tropical.

O espaço, na cerca do Palácio de Belém, em que o jardim se instalou em 1914, ocupou os antigos terrenos do R*egius Hortus Suburbanus*, um singular espaço de recreação criado pelo rei D. João V, "[…] tendo a norte o palácio seiscentista dos condes da Calheta, numa zona que parecia reunir as condições topográficas e os necessários sistemas de abastecimento de água para o desempenho da função que se previra para o Jardim Colonial" (Rodrigues, 2016).

O jardim tinha como função principal o estudo e o cultivo de plantas, quer as oriundas das antigas colónias portuguesas, quer as que se destinavam ao desenvolvimento agrícola daqueles territórios. Em 1916, deu-se início à instalação do Museu Agrícola Colonial, no Palácio dos Condes da Calheta, que tinha por objetivos a divulgação dos produtos agrícolas e florestais do ultramar.

Ao jardineiro paisagista francês Henri Navel (1878-1963) coube a transferência do Jardim Colonial da localização inicial para a cerca do Palácio de Belém (Almeida, 1927). Henri Navel, formado, em 1899, pela Escola Nacional de Horticultura de Versalhes, vem para Portugal em 1909 e, entre 1910 e 1917, ocupou diversas posições, sendo de destacar: diretor do Parque de Monserrate, em Sintra; jardineiro-chefe do Jardim Botânico de Lisboa, dos Jardins dos Palácios das Laranjeiras e da Junqueira, propriedades à data do conde Burnay, e responsável pela flora do Jardim Colonial, em Lisboa (Morembert, 1965).

Relativamente ao Jardim Colonial, o desafio de Navel consistiu em organizar um jardim botânico, a partir do projeto de 1886 de um jardineiro paisagista francês, que tinha como objetivo preparar o jardim para acolher o casamento do príncipe D. Carlos com D. Amélia. Para o efeito, foram várias as remodelações executadas, sendo de destacar a conclusão do grande lago e a alteração do traçado de alguns arruamentos e talhões para a plantação de novas espécies exóticas. Note-se que, nestas intervenções, Navel teve sempre em consideração a preservação dos exemplares arbóreos que se destacavam pela beleza e interesse botânico.

Em 1940, de 23 de junho a 2 de dezembro, por ocasião da Exposição do Mundo Português, este jardim acolheu a Secção de Etnografia Colonial, a cargo do capitão Henrique Galvão (1895-1970). Após este evento, o jardim esteve encerrado para obras de remodelação, reabrindo em 1949.

Em 1949, foi construído o Jardim de Macau ou Jardim Oriental, sendo a sua entrada assinalada com o Arco de Macau. Este arco, que constitui uma réplica do arco que limita a entrada do Templo de A-Má, o mais antigo de Macau (remetendo para o local onde os portugueses atracaram em 1557), manteve-se na Exposição do Mundo Português, onde assinalava a entrada na Rua de Macau, uma reprodução de uma rua típica deste território.



TRO08



TRO09



TRO10

16-6-940

VIDA ESCOLAR

A festa do encerramento

do ano lectivo no Conservatorio Nacional

Realisou-se esta tarde, no salão do Conservatorio Nacional, a festa de encerramento do ano lectivo.

Assistiram os srs. drs. Ivo Cruz e José Lopes Mendes Justiça, respectivamente director e sub-director, os professores, as alunas e as pessoas das suas familias.

O professor Filipe Nunes de Carvalho executou sobre o cravo de Carlos da Maia e Rodrigues Coelho. E seguiu-se um concerto por orquestra, sob a direcção do professor Hermínio do Nascimento, sendo tocados trechos de Gluck, A. E. Ferreira, Marcos Portugal, David de Sousa e Strauss.

O professor dr. Ivo Cruz, antes da distribuição dos premios as recebedoras, disse:

—O que se vai ver esta tarde é a inauguração do Conservatorio dentro dos principios da escola activa que é o ponto fundamental da renovação pedagogica do Estado Novo, e representa mais um capitulo da obra que o sr. ministro da Educação Nacional portuguesa realisando. O auditorio que se inaugura hoje nas suas salas não é uma simples construção de caracter material. Ele tem funções essencialmente espiritualistas, pois a escola, em todas as suas fases de acção, deve ter sempre presente que a função a desempenhar, para que ela seja completa, humana e nacional, tem de ser essencialmente educativa.

Referindo-se a distribuição dos premios as recebedoras, frisou a acção que ali vão ser desempenhadas dentro da nova orientação do Conservatorio Nacional, e dedicou a direcção da sala das alunas, ao sr.º D. Isabel Mayer.

—Tudo o que se está a fazer publicamente pela necessidade de conservar a educação integral de alguns de nós, em que os elementos culturais não se percam, dispersando, como certas vezes acontece, por outros aspectos. Esta falta de existência. Sem o interesse, que no Estado moderno da predilecção da cultura musical.

Foram, em seguida, inaugurados o mobiliario para algumas salas e uma exposição de instrumentos musicais e livros de valor bibliografico, oferecidos e adquiridos. Nesta exposição tinham além de muitos objectos cedidos pela Direcção Geral das Alfandegas, e por particulares, uma magnifica subscrição de telas de mestre Columbano, cedidas pela Direcção Geral do Patrimonio Nacional, valiosos quadros de mestre José Malhoa, oferecidos pelo Grémio dos Importadores e Armazenistas de Baralhos e Afins, e um soberbo legado constituido por um piano de cauda e um violino Stelner, do sr.º D. Elsiry Conceiro Ferreira de Mesquita.

O «Diario de Lisboa» publicará em 2.ª tiragem o relato dos desafios da «Taça de Portugal».

O tempo que faz

Temperaturas extremas em Lisboa nas últimas 24 horas: Máxima, 29,3 graus; Mínima, 17,8.

No mesmo dia do ano passado: Máxima, 19,1 graus; Mínima, 10,7.

Tempo provável hoje em Lisboa: Bom tempo. Vento dos quadrantes N., moderado a fraco. Temperatura sem grande modificação.

(Informações do Observatorio Central Meteorologico com a colaboração do Serviço Meteorologico do Exercito).

"Quem vem lá?,,

Quem quiser compreender o drama europeu, deve ler o livro «Quem vem lá?», de Felix Correia.

Amadores de Fotografia

Copias 5 × 4 ..... 5$00 Envelação
» 4 × 3 até 6 × 6 6$50 grátis
» 5 × 5 » 6 × 9 9$00

Peliculas das melhores marcas

E um concurso em 1.º premio é o oferecido por uma **Maquina de Filmar**, só na **FOTO GAUBERT**, Rua Augusta 280, 1.º — Tel. 2.063

A EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS

O deslumbramento da secção colonial

Em duas horas, o visitante percorre todo o nosso imperio da Africa ao Pacifico, com escalas de verdadeiro encanto

Um dos aspectos mais brilhantes da grande Exposição do Mundo Português é, sem dúvida, a secção colonial. E', por assim dizer, um documentario etnografico de tres continentes: Africa, Asia e Oceania, por onde se regaze, em terras genuinamente portuguesas, o nosso velho imperio. Como armure, o sr. capitão Henrique Galvão, que havia marcado, precisamente, na sua ordem a data de inauguração para hoje, fez a sua obra completa. Nem um minuto a mais, nem um minuto a menos.

Numa rapida visita, percorremos hoje a secção colonial, no jardim do mesmo nome, que será ligada ao núcleo central da exposição de Belem, por uma galeria tão didactica como elegante, obra arquitectonica de Cassiano Branco. No vasto jardim, admiravel de especies botanicas exoticas, espalham-se dezoito grandes pavilhões, aldeias indigenas, pontes, fontes, fontes, lagos, tudo um com as suas caracteristicas proprias. Consegue-se, numa visão deslumbrante, onde o pitoresco, por vezes, alterna com a simplicidade, visitar todo o nosso roteiro imperial, desde Timor até a Guiné, não, apenas na sua estructura fisica, casas e costumes, mas ainda nos seus tipos humanos mais representativos. Numa palavra, uma verdadeira viagem as colonias.

Duas horas que valem meses, longos meses de viagens cansadas, com escalas demoradas, climas diversos, miserias religiosas, e, sobretudo, tudo o saudoso portuguesismo.

O grande edificio do Museu Agricola Colonial, que fica no fundo do jardim, de revestido duma simpatica fachada, que tem ao centro um belo friso de Almada Negreiros e um balcão onde sacada de pedras com capitéis secos, [illegible] [illegible] [illegible]

Este jardim, que ocupa uma área de cerca de 0,5 hectares do Jardim Botânico Tropical, proporciona um local onde se realçam símbolos da cultura chinesa, evocando as ligações históricas e culturais entre Portugal e a China. Neste local encontram-se desníveis e trilhos sinuosos, pontes curvilíneas e pequenos cursos de água que se iniciam numa cascata e são interrompidos por um lago. Nas espécies botânicas, é de realçar a predominância de espécies oriundas da Ásia, destacando-se os bambus.

No final do século XX, com o encerramento da Exposição Internacional de Lisboa de 1998 (EXPO'98), algumas das estruturas que pertenciam ao Pavilhão de Portugal foram aqui colocadas, como o pedestal e busto de Luís de Camões, posteriormente completado com uma réplica da Gruta dos Amores, o Pavilhão de Jardim e a vedação em ferro forjado a ladear o lago. Ladeado por sebes de bambus, o remate final deste jardim é assinalado pela Porta da Lua, erigida em finais da década de 90 (Duarte *et al.*, 2013).

Atualmente os sete hectares do jardim caracterizam-se pela diversidade botânica, pelo traçado dos caminhos e pelo seu património imobiliário e estatuária. Do edificado é de realçar os testemunhos do seu interessante passado, onde se inclui o Palácio dos Condes da Calheta (século XVII), a Estufa Principal em ferro (1914), vocacionada para acolher espécies africanas, asiáticas e americanas, e as Estufas Subterrâneas (1947), de menor dimensão.

Para a Exposição do Mundo Português, e além do já mencionado Arco de Macau, foram edificadas construções, umas provisórias, entretanto demolidas, e outras que ainda hoje permanecem no jardim, tais como: a "Casa do Chá", então chamada "Restaurante Colonial", a "Casa da Direção", antes denominada "Casa Colonial", e a "Casa do Leão", espaço que durante a referida exposição albergou um leão vivo.

Em relação à estatuária distribuída pelo jardim, destacam-se as seguintes obras: *Morte da Cleópatra*, de Giuseppe Mazzuoli (séc. XVIII), *Caridade Romana*, de Bernardo Ludovici (séc. XVIII) e *Éolo, Deus dos Ventos*, da oficina de Machado de Castro, escultor da Casa Real. Além destas peças, é possível observar 14 bustos, que representam povos das antigas colónias portuguesas em África e na Ásia, da autoria de Manuel de Oliveira, executados por ocasião de Exposição do Mundo Português.

O traçado orgânico do jardim integra alamedas com palmeiras, em que se destaca a Alameda das Washingtónias, estufas e lagos. A coleção de plantas tropicais e subtropicais recria os ambientes exóticos de onde são provenientes. A existência de plantas como o cafeeiro, a pimenteira e a caneleira faz sentir os aromas e cores de outros continentes.

A parte norte do Jardim Botânico Tropical inclui o jardim do Palácio dos Condes da Calheta, o qual apresenta um traçado formal em buxo, da autoria de Abel Pereira da Silva, desenhador e herborizador pertencente aos quadros do jardim. De referir que há registo de uma proposta anterior à do Abel Pereira da Silva para o traçado do desenho das sebes de buxo da autoria de Francisco Caldeira Cabral (1908-1992), o primeiro arquiteto paisagista português.

O Jardim Botânico Tropical apresenta um elevado número de espécies (cerca de 600, incluindo espaços verdes e estufas), maioritariamente oriundas de regiões tropicais e subtropicais. Em resultado da sua ligação ao ensino agrícola tropical, o jardim integra uma importante coleção de plantas com interesse económico, como fruteiras (abacateiro - *Persea americana*; anoneira - *Annona cherimola*; bananeira - *Musa* spp.; feijoeira - *Acca sellowiana*; goiabeira - *Psidium guajava*; jujuba - *Ziziphus jujuba*; macadamia - *Macadamia tetraphylla*; nogueira-pecã - *Carya illinoinensis*; pitangueira - *Eugenia uniflora*; sapote-branco - *Casimiroa edulis*), estimulantes (cafeeiro - *Coffea arabica*), especiarias (falsa-caneleira - *Cinnamomum burmanii*), espécies ornamentais (*Bauhinia variegata*, *Ceiba speciosa*, *Erythrina americana* e *Tipuana tipu*) entre muitas outras. Destacam-se, ainda, exemplares emblemáticos ou de porte assinalável,



TRO12



TRO13



TRO14



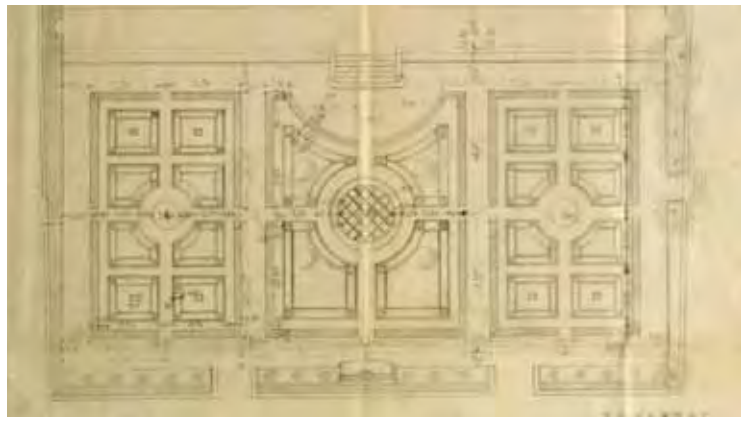
TRO15

como os de *Araucaria cunninghamii*, *A. bidwillii*, *A. heterophylla*, *Brahea edulis*, *Dracaena draco*, *Ficus macrophylla*, *F. religiosa*, *F. sycomorus*, *Washingtonia filifera*, *W. robusta* e *Yucca gigantea*, e vários exemplares de espécies ameaçadas de extinção, como *Afrocarpus mannii*, *Encephalartos altensteinii*, *E. ferox*, *E. horridus*, *E. lebomboensis*, *Eucommia ulmoides*, *Ginkgo biloba* e *Sequoia sempervirens* (Duarte et al., 2016).

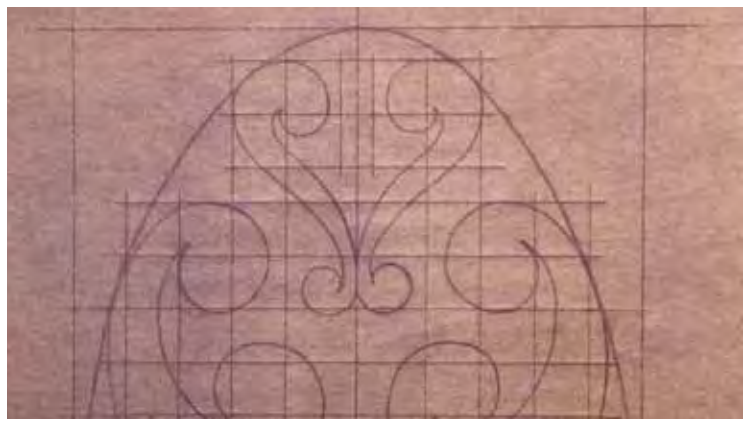
O Jardim Botânico Tropical foi classificado, em 2007, como Monumento Nacional, pelo Ministério da Cultura. Tutelado, até 2015, pelo Instituto de Investigação Científica Tropical e instituições que o precederam, a gestão do Jardim Botânico Tropical é, atualmente, da responsabilidade do Museu Nacional de História Natural e da Ciência, da Universidade de Lisboa. Em 2019 o Jardim foi alvo de um importante projeto de recuperação, pelo ateliê de arquitetura paisagista TOPIARIS, constituindo hoje um notável espaço científico, educativo, cultural e de lazer.



TRO16



TRO17



TRO18



TRO19

Legendas das imagens

TRO01 – Alameda das Washingtonias do Jardim Botânico Tropical, após as obras de recuperação, projeto do atelier Topiaris, Lisboa. 2021. Fotografia. © Ana Raquel Cunha.

TRO02 – Duarte José Fava. Extrato da Carta topográfica de Lisboa e seus subúrbios... (em destaque a área do atual Jardim Botânico Tropical). 1831 [1807]. Litografia. Escala [1:5000], 500 braças por palmo. Lisboa: Casa do Risco das Obras Públicas. © AML, Lisboa.

TRO03 – Filipe Folque (dir.). Extrato do Atlas da Carta Topográfica de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim Botânico Tropical). 1856-1858. Levantamento por Filipe Folque, Carlos Pezerat, Francisco Goullard e César Goullard. Original, planta colorida. Escala [1:1000]. Lisboa: [s.n.]. © AML, Lisboa.

TRO04 – Silva Pinto (dir.). Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim Botânico Tropical). 1904-1911. Levantamento por Silva Pinto e Alberto de Sá Correia, desenho de Raul Torres. Escala [1:5 000]. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

TRO05 – Horário Novais. [Jardim-Museu Agrícola Tropical, Palácio Calheta, frontaria sul]. [194-]. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/HNV/000140]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

TRO06 – Casa Fotográfica Garcia Nunes. Tanque situado junto ao edifício do Palácio da Calheta, utilizado em tempos pela antiga escola de natação "Os Belenenses" para aulas a crianças. Jardim-Museu Agrícola Tropical, lago. 1966. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/NUN/001368]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

TRO07 – Casa Fotográfica Garcia Nunes. Jardim de buxo do Palácio Calheta. Jardim-Museu Agrícola Tropical. 1966. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/NUN/001439]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

TRO08 – Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim Botânico Tropical). 1950. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

TRO09 – Extrato da Fotografia Aérea da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim Botânico Tropical)). 1958. Voo USAF, folhas n.º 431/417, preto e branco. Escala [1:26 000]. Lisboa: IGEOE. © IGEOE, Lisboa.

TRO10 – IGEOE. Extrato da Ortofotomapa da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim Botânico Tropical). 2011. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © IGEOE, Lisboa.

TRO11 – Jornal Diário de Lisboa. [Artigo publicado no Diário de Lisboa, com o título A Exposição do Mundo Português. O deslumbramento da secção Colonial. Em duas horas, o visitante percorre todo o nosso império da África ao Pacífico, com escalas de verdadeiro encanto]. 1940. Fotografia. [PT/AMLSB/CB/04/03/68]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

TRO12 – Eduardo Portugal. [Exposição do Mundo Português: aldeias portuguesas]. 1940. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/EDP/001560]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

TRO13 – Paulo Guedes. Jardim-Museu Agrícola Tropical. [19--]. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/PAG/000327]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

TRO14 – Arnaldo Madureira. [Jardim-Museu Agrícola Tropical, escultura decorativa]. 1961. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/ARM/001656]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

TRO15 – Arnaldo Madureira. [Jardim-Museu Agrícola Tropical]. 1961. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/ARM/001638]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

TRO16 – Luís Aboim. Jardim-Museu Agrícola Tropical, lago das serpentes. 1961. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/ABO/000037]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

TRO17 – Francisco Caldeira Cabral. Pormenor do Jardim de Buxo, projectado pelo Professor Francisco Caldeira Cabral. [s.d.]. Desenho. [CFT169.292]. Lisboa: Col. Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian I FCG – Biblioteca de Arte e Arquivos. © FCG; Fotógrafo: Manuel Silveira Ramos.

TRO18 – Abel Pereira da Silva. Pormenor do Jardim de Buxo do Jardim do Palácio da Calheta, da autoria de Abel Pereira da Silva. [s.d.]. Desenho. Lisboa: IICT, Universidade de Lisboa. © IICT; Fotógrafo: Jorge Sousa.

TRO19 – Jardim de Buxo do Jardim do Palácio Calheta, Lisboa. 2008. Fotografia. © Cristina Duarte.

CRONOLOGIA

1906 Criação do Jardim Colonial em Lisboa para o ensino Agrícola colonial no Instituto de Agronomia e Veterinária.

1907 Instalação do Jardim Colonial no jardim das Laranjeiras (antigas estufas do Conde de Farrobo)

1910 Criação do Instituto Superior de Agronomia e entregue para o ensino de Agricultura e Silvicultura a Tapada da Ajuda e o Jardim Botânico da Ajuda.

1911 Decretou-se que o Jardim Colonial fosse para o Jardim Botânico da Ajuda e passaria a denominar-se Jardim Botânico e Colonial de Lisboa (não foi concretizado).

1912 Foi decidido que o Jardim Colonial fosse instalado no parque do Palácio de Belém. Este parque já integrava a parte rústica do arrasado Palácio dos Duques de Aveiro e os terrenos da Quinta do Meio ou Quinta dos Condes da Calheta, adquirida por D. João V.

1914 Ficando o Jardim Colonial situado junto à Presidência da República, e atendendo à tradição do Hortus Regius Suburbanus que D. João V tinha instalado na Quinta do Meio, nos trabalhos de adaptação realizados para a instalação do jardim mantiveram-se todos os exemplares botânicos que mereciam conservação, assim como algumas estátuas de mármore de Carrara, reproduções de modelos clássicos, bem como duas originais de artistas italianos, sem prejuízo da sua aplicação laboral à agricultura ultramarina. Estes trabalhos conferiram ao espaço um interesse altamente educativo, não só pela sua finalidade, como também pelo seu aspeto ornamental paisagista, seguindo-se o plano concebido, ainda no tempo do rei D. Carlos, pelo jardineiro paisagista francês Henri Navel (Almeida, 1924, 1927; Fragateiro, 1935). O Jardim Colonial e o Museu Agrícola Colonial mantinham a sua dependência ao Instituto Superior de Agronomia.

1919 Foram definidos os limites do Jardim Colonial de Lisboa em relação aos do Palácio Nacional de Belém.

1944 O Jardim Colonial e o Museu Agrícola Colonial passaram a constituir um único organismo, dirigido por um agrónomo pertencente ao quadro dos serviços agrícolas ou por um professor do Instituto Superior de Agronomia, de livre escolha do Ministro das Colónias. Nesta data, esta instituição deixou de pertencer ao Instituto Superior de Agronomia.

1949 Iniciou-se a publicação anual do Index Seminum.

1951 Passou de denominar-se Jardim e Museu Agrícola do Ultramar (JMAU), de acordo com o nome da sua tutela.

1973 O JMAU foi integrado na Junta de Investigações do Ultramar.

1983 A Junta de Investigações do Ultramar, passou a ser designada Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT) e o JMAU mudou a denominação para Jardim-Museu Agrícola Tropical (JMAT).

2007 O Jardim, já com a denominação de Jardim Botânico Tropical, foi classificado como Monumento Nacional pelo Ministério da Cultura.

Desde 2015 A gestão do Jardim é da responsabilidade do Museu Nacional de História Natural e da Ciência, da Universidade de Lisboa.

PARQUE BOTÂNICO DA TAPADA DA AJUDA

Latitude e longitude I 38.71096, -9.18696

Freguesia de Lisboa I Alcântara

Nº Inventário I 68AJU

Número de árvores I inventário misto: 4.365 exemplares de 423 espécies localizados em 19 parcelas (17 hectares) e nas restantes parcelas (35 hectares) inclui a lista de 303 espécies identificadas.

Número de espécies de árvores I 471

Árvores classificadas ICNF I 4

Jardim Botânico I 1645

Proteção legal I IIP - imóvel de interesse público (conjunto intramuros) de acordo com o Decreto n.º 5/2002, *Diário da República* n.º 42, de 19 de fevereiro de 2002

Área do jardim I 100 hectares

Autores I Maria Manuel Romeiras, Ana Raquel Cunha, Maria Conceição Colaço, Ana Luísa Soares, Teresa Vasconcelos



AJU01

A Tapada da Ajuda fica localizada na freguesia de Alcântara, entre o Parque Florestal de Monsanto e o vale de Alcântara, ocupando uma área de cerca de 100 hectares. A sua história remonta ao ano de 1645, quando o rei D. João IV (1604-1656) decreta por escritura a criação de uma tapada junto ao Paço Real de Alcântara, nas terras do Rio Seco. Integrando espessas matas de zambujeiros (*Olea europaea* var. *silvestris)*, a Tapada Real de Alcântara começou por ser um local privado de caça e logradouro da família real.

Durante o reinado de D. José I (1714-1777), a Tapada da Ajuda ganhou uma nova vocação, mais voltada para a agricultura, onde predominavam as searas, os olivais, as vinhas, os campos com árvores frutíferas e as hortas (Roque, 2011). Logo após o Terramoto de 1755, com a mudança de residência da família real para o Alto da Ajuda, a Tapada Real de Alcântara passa a denominar-se Tapada Real da Ajuda (Gomes, 1935). Em 1862, quando D. Luís I (1838-1889) passa a habitar o Palácio da Ajuda, a tapada ganha prestígio como zona de caça menor de coelhos, de perdizes, de pombos e, muito ocasionalmente, de animais de maior porte como veados e cervas.

Três acontecimentos marcam a história da Tapada da Ajuda, a saber:

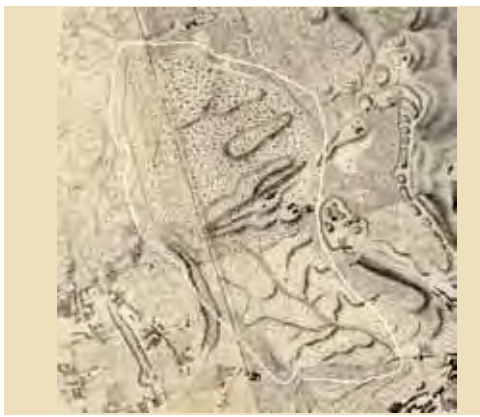
i) instalação do Observatório Astronómico de Lisboa, entre 1850 e 1880;

ii) construção do Pavilhão de Exposições para albergar a Exposição Agrícola de 1884;

iii) e a instalação do Instituto Superior de Agronomia, em 1910.

O primeiro momento está relacionado com a criação do Real Observatório Astronómico de Lisboa, ideia do astrónomo francês Hervé Auguste Faye (1814-1902), o qual, em 1850, defendia que a capital portuguesa era o único local em toda a Europa em que a luneta zenital podia encontrar a estrela de Argelander. Como o Observatório Real da Marinha não possuía as condições suficientes, o governo português contacta Faye para construir os aparelhos necessários e, em 1857, a Real Tapada da Ajuda foi o local eleito para receber este edifício.

A construção deste observatório iniciou-se em 1861, no reinado de D. Pedro V (1837-1861). Para tal, foi constituída uma comissão presidida por José Feliciano da Silva Costa (1797-1866), a qual foi dinamizada por Filipe de Sousa Folque (1800-1874). O projeto é da autoria do arquiteto francês Jean-



AJU02



AJU03



AJU04



AJU05



AJU06



AJU07

François Colson, que se inspirou no Observatório de Pulkovo, localizado a sul de São Petersburgo na Rússia. A conclusão do edifício ocorreu em 1878. Considerado o Observatório Nacional português, é a instituição de referência para o estabelecimento da hora legal e publicação de dados astronómicos. Integrado na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa em 1995, faz parte, desde 2002, do Museu Nacional de História Natural e da Ciência (Lourenço, 2016).

A segunda fase que marca a história da tapada foi assinalada com a construção do Pavilhão de Exposições destinado a albergar a III Exposição Agrícola de Lisboa, em 1884. As duas exposições anteriores tinham tido lugar nas Arcadas do Terreiro do Paço (1852) e no chamado Campo das Freiras (1864), em Belém (Gomes, 1935).

Edifício de ferro e de vidro, o Pavilhão de Exposições, da autoria do arquiteto Luís Caetano Pedro de Ávila (183[2?]-1904), foi inaugurado, em 1884, pelo rei D. Luís I, sendo considerado um dos ex-líbris da Tapada da Ajuda. Este projeto procurou «ombrear com os seus pares» da arquitetura do ferro a nível nacional, nomeadamente com o Palácio de Cristal do Porto (1865), e, a nível internacional, com o Palácio de Cristal de Hyde Park de Londres (1851) e o Trocadéro de Paris (1878). Em volta deste edifício, foi construído um núcleo habitacional constituído por um "chalé", uma abegoaria, uma vacaria, uma cocheira e diversas habitações de apoio.

Com a implantação da República, em 1910, a tutela da Tapada da Ajuda é entregue ao então recém-autonomizado Instituto Superior de Agronomia (ISA), com o objetivo de garantir "[…] à escola de agronomia assento condigno e campo bastante onde realizar seus trabalhos de estudo e demonstração […]" (Gomes, 1935, p. 10).

Em função da nova realidade, a Tapada da Ajuda foi adaptada para o ensino agrícola e florestal. Construíram-se instalações próprias, entre as quais se destaca o edifício principal, projetado de raiz pelo arquiteto Adães Bermudes (1864-1948) e cuja obra se concluiu em 1917. Abriram-se novas vias e adaptaram-se as parcelas, atribuindo-se-lhes uso agrícola, florestal e jardins. Justificando a sua história de abertura permanente à inovação e à modernidade, o ISA foi precursor, em 1942, do ensino de Arquitetura Paisagista em Portugal. Em 2010, o ISA comemorou o centenário da sua existência, oferecendo atualmente um ensino e investigação nas áreas da Engenharia Agronómica; Engenharia Alimentar; Engenharia do Ambiente; Engenharia Florestal e dos Recursos Naturais; Engenharia Zootécnica; Biologia; e Arquitetura Paisagista.

Com os seus quase 400 anos de existência, a Tapada da Ajuda apresenta um vasto património natural, entre outros, onde se destaca uma área de cerca de seis hectares que constitui uma relíquia de vegetação natural da região de Lisboa designada de Reserva Botânica Natural D. António Xavier Pereira Coutinho. A Reserva Botânica foi delimitada em 1923, adquirindo esta designação em 1951, pelas comemorações do 1.º centenário do



AJU08



AJU09



AJU10



AJU11

nascimento do ilustre professor catedrático de Botânica D. António Xavier Pereira Coutinho (Vasconcelos, 1956). Com o seu elenco florístico, que ultrapassa as duas centenas de espécies, a Reserva Botânica mantém preservada a vegetação original, na qual predominam zambujeiros (*Olea europaea* var. *silvestris*), bem como os adernos (*Phillyrea latifolia*), sanguinhos-das-sebes (*Rhamnus alaternus*); espinheiros-pretos (*Rhamnus oleoides*), entre muitas outras plantas arbustivas e ou herbáceas, que constituem uma relíquia de vegetação natural da região de Lisboa.

No que diz respeito ao património natural, realçam-se ainda os arboretos, os viveiros florestais, os terrenos de culturas agrícolas, incluindo pomares, vinhas, ou culturas arvenses, bem como a existência de jardins e espaços de enquadramento paisagístico, que desempenham uma importante função estética, recreativa e educativa. De entre os diferentes jardins dispersos pela Tapada da Ajuda, destacam-se os seguintes:

i) Jardim da Parada, em frente ao Pavilhão de Exposições, onde ocorriam as paradas militares;

ii) Jardim da Rainha, onde se podem encontrar três bancos com azulejos alusivos ao tema dedicado à rainha Santa Isabel e ao milagre das rosas (fabricados pela Cerâmica Lusitânia de Lisboa com data de 1940 e da autoria de Jorge Colaço) e um busto do engenheiro agrónomo João Coelho da Motta Prego (1859-1931), que desenvolveu as tecnologias extrativas de óleos a nível industrial;

iii) Jardim do Observatório, onde se destacam exemplares muito interessantes de dragoeiros e diversas plantações de catos (*Opuntia ficus-carica*).

Pode ainda enquadrar-se nesta categoria o Anfiteatro de Pedra, construído em 1940, projeto da autoria do arquiteto paisagista Francisco Caldeira Cabral (1908-1992), bem como o miradouro, localizado no ponto mais alto da Tapada da Ajuda, junto ao marco geodésico (134 metros de altitude), que oferece uma vista panorâmica sobre a cidade e o rio Tejo. Como áreas de recreio, refiram-se ainda os campos de ténis junto à cantina e os campos de râguebi e futebol.

Beneficiando do contacto geológico entre os calcários da zona de Lisboa e o afloramento basáltico de Monsanto, a Tapada da Ajuda é muito rica em água. Esta água, conduzida e captada através das suas cinco minas, abastecia, desde o século XVIII, não só os seus terrenos agrícolas e as Reais Quintas do Calvário e Belém, como os fornos de cal da casa real. Estas minas garantem a maior parte das necessidades hídricas dos campos agrícolas (31%), florestais (35%) e jardins e áreas de enquadramento paisagístico (18%) do ISA.

Dos cerca de 100 hectares da Tapada da Ajuda, 35 por cento estão ocupados por áreas florestais, 31 por cento por campos agrícolas e de experimentação e 18 por cento por jardins e áreas de enquadramento paisagístico (Coutinho, 2014).

A Tapada da Ajuda apresenta uma grande diversidade botânica, o que justificou, em 1956, a sua classificação como Parque Botânico. Atualmente apresenta mais de 2.500 espécies de plantas nativas, naturalizadas e cultivadas, com origens biogeográficas diversas e portes notáveis. Refira-se ainda a existência de diferentes espécies ameaçadas de acordo com o Estatuto de Conservação (categorias da IUCN – versão IUCN 3.1), como a *Araucaria angustifolia* e a *Metasequoia gyptostroboides*, que se encontram classificadas na categoria de "criticamente em perigo (CR)". Em perigo (EN) de extinção, salientam-se, por exemplo, as espécies de *Ginkgo biloba*, *Taxodium distichium*, *Chamaecyparis formosensis*, *Pinus radiata*, *Cupressus goveniana*, *Magnolia officinalis* ou *Magnolia virginiana*.

A elaboração do "Plano de desenvolvimento do Campus da Tapada da Ajuda para o programa estratégico: um campus universitário com impacte nos estudantes e na sociedade", teve como foco definir os núcleos identitários para impulsionar a vivência e as potencialidades da tapada,



AJU12



AJU13



AJU14



AJU15

bem como ordenar futuras iniciativas (Soares *et al.*, 2021). Em 2020, integrado neste plano a tapada beneficiou de diversas obras de referir a requalificação dos caminhos viários e criação de percursos pedonais e de uma ciclovia (financiado pela Câmara Municipal de Lisboa). Esta intervenção proporcionou melhores condições à comunidade académica, alargou a divulgação da tapada ao público e promoveu a ligação do Parque Florestal de Monsanto ao Rio Tejo

Esta tapada constitui um espaço de referência no conjunto dos jardins e parques da cidade, sendo inquestionável o seu valor histórico, paisagístico, cultural e natural, o que, inclusivamente, conduziu ao seu reconhecimento como imóvel de interesse público (conjunto intramuros), encontrando-se sob um regime de proteção de acordo com o Decreto n.º 5/2002, publicado no *Diário da República* n.º 42, de 19 de fevereiro de 2002. Acresce a sua importância como repositório de diversidade vegetal da cidade de Lisboa, tendo ainda a função de contribuir para o conhecimento botânico, atividades pedagógicas e proteger contra a perda da biodiversidade de espécies globalmente ameaçadas.



AJU16



AJU17



AJU18



AJU19

Legendas das imagens

AJU01 – A Ponte 25 de Abril vista da Terra Grande, Tapada da Ajuda, Lisboa. 2017. Fotografia. © Jorge Sousa.

AJU02 – Duarte José Fava. Extrato da Carta topográfica de Lisboa e seus subúrbios... (em destaque a área do atual Parque Botânico da Tapada da Ajuda). 1831 [1807]. Litografia. Escala [1:5000], 500 braças por palmo. Lisboa: Casa do Risco das Obras Públicas. © AML, Lisboa.

AJU03 – Silva Pinto (dir.). Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Parque Botânico da Tapada da Ajuda). 1904-1911. Levantamento por Silva Pinto e Alberto de Sá Correia, desenho de Raul Torres. Escala [1:5 000]. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

AJU04 – Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Parque Botânico da Tapada da Ajuda). 1950. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

AJU05 – Fotografando o eclipse do sol na varanda do Observatório Astronómico da Tapada da Ajuda. 1912. Fotografia. [PT/AMLSB/EFC/001042]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

AJU06 – Paulo Guedes. Observatório Astronómico de Lisboa na Tapada da Ajuda. [19--]. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/PAG/000323]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

AJU07 – Entrada do Observatório Astronómico, e os dragoeiros classificados, Tapada da Ajuda, Lisboa. 2017. Fotografia. © Jorge Sousa.

AJU08 – Extrato da Fotografia Aérea da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Parque Botânico da Tapada da Ajuda). 1938-1948. Voo SPLAL, folha n.º 431, preto e branco. Lisboa: IGEOE. © IGEOE, Lisboa.

AJU09 – Extrato da Fotografia Aérea da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Parque Botânico da Tapada da Ajuda). 1967. Voo FAP (n.º 9), folhas n.º 431/417, preto e branco. Escala [1:25 000]. Lisboa: IGEOE. © IGEOE, Lisboa.

AJU10 – IGEOE. Extrato da Ortofotomapa da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Parque Botânico da Tapada da Ajuda). 2011. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © IGEOE, Lisboa.

AJU11 – António Novais. [Dom Carlos numa partida de ténis]. 1906. Fotografia. [PT/AMLSB/ANV/000549]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

AJU12 – J. Christino e M. de Macedo. Exposição Agrícola, Interior do Pavilhão Central. [s.d.]. Desenho in O Ocidente: revista ilustrada de Portugal e do estrangeiro, 1884, nº 197. Lisboa: Hemeroteca Digital. © AML, Lisboa.

AJU13 – António Novais. [A rainha Dona Amélia à saída duma exposição na Tapada da Ajuda]. 1902. Fotografia. [PT/AMLSB/ANV/000997]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

AJU14 – Armando Serôdio. [Tapada da Ajuda, inauguração da exposição de floricultura]. 1952. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/SER/000406]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

AJU15 – António Passaporte. Palácio de Cristal da Tapada da Ajuda. [c. 1957]. Fotografia. [PT/AMLSB/PAS/002700]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

AJU16 – António Passaporte. Instituto Superior de Agronomia, fachada. [entre 1940 e 1959]. Fotografia. [PT/AMLSB/PAS/003001]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

AJU17 – Artur Pastor. Instituto Superior de Agronomia, interior do Herbarium. 1965. Fotografia. [PT/AMLSB/ART/020138]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

AJU18 – A alameda das oliveiras, Tapada da Ajuda, Lisboa. 2017. Fotografia. © Jorge Sousa.

AJU19 – O Pavilhão de Exposições visto do Jardim da Parada, Lisboa. 2017. Fotografia. © Jorge Sousa.

AJU20 – Anfiteatro de pedra professor Francisco Caldeira Cabral, Tapada da Ajuda, Lisboa. 2017. Fotografia. © Jorge Sousa.


AJU20

CRONOLOGIA

1645 Criação da Real Tapada de Alcântara pelo rei D. João IV como parque de caça e logradouro privado da família real.

1669 Data de um desenho de Baldi que revela uma mancha de arvoredo por trás do palácio.

1755 Na sequência do terramoto a residência real muda para a Ajuda e o nome da tapada é modificado para Tapada Real da Ajuda.

1830 A Real Escola de Veterinária, predecessora da Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade de Lisboa, foi criada pelo Decreto do rei D. Miguel I.

1841 De acordo com a Revista da Exposição Agrícola, extingue-se a caça e a intensifica-se a agricultura. São reparados muros e aquedutos e procedeu-se à plantação de 600 a 700 pés de oliveira e enxertaram-se zambujos.

1852 Criação da Repartição de Agricultura integrada no Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, bem como a criação do Instituto Agrícola.

1855 Nova reforma funde os ensinamentos de Veterinária e Agronomia, numa única escola, o Instituto de Agronomia e Veterinária.

1861/1865 Instalação do observatório astronómico no "Alto da Eira Velha" por autorização do rei D. Pedro V, com um projeto dos Arquitetos Jean François Gille Colson, de origem francesa e de José da Costa Sequeira.

1862 O rei D. Luís valoriza a propriedade para servir de parque de passeio e logradouro público.

1884 Intervenção no jardim da Parada com recurso à arborização e inauguração do Pavilhão de Exposições, projeto do Arq. Luís Pedro de Ávila, onde decorreu a 3ª Exposição Agrícola de Lisboa.

1910 A Tapada é cedida ao Instituto Superior de Agronomia (ISA), Através do Decreto-lei de 12 dezembro 1910, como escola destinada ao ensino superior agrícola e nesta data o Instituto Superior de Agronomia é dissociado da Escola de Medicina Veterinária.

1911 Elaboração do projeto do edifício principal do Instituto Superior de Agronomia pelo Arq. Adães Bermudes;

1917 Conclusão e inauguração da construção do edifício principal do Instituto Superior de Agronomia.

1923 Delimitação da área da Reserva Botânica.

1930 O Instituto Superior de Agronomia (ISA.) é integrado na Universidade Técnica de Lisboa. Uma Escola que se dedica ao ensino universitário e à investigação científica no domínio das Ciências e Engenharias Agronómica, zootécnica, Florestal, Alimentar, Ambiente, Arquitetura Paisagista e Biologia.

1940 Elaboração de um plano de ordenamento paisagístico pelo professor Francisco Caldeira Cabral que devolveu à Tapada a notabilidade anterior, transformando-a num dos mais belos locais arborizados da cidade de Lisboa.

1950 Projeto para a construção do anfiteatro de pedra ao ar livre, da autoria do professor Francisco Caldeira Cabral.

1951 A Reserva Botânica adquiriu a designação Reserva Botânica Natural D. António Xavier Pereira Coutinho, dada pelo então Conselho Escolar do Instituto Superior de Agronomia por ocasião das comemorações do 1° centenário do nascimento deste ilustre Botânico.

1956 Classificação da Tapada da Ajuda como Parque Botânico.

1966 A tapada vê os seus limites alterados devido às obras de construção da ponte 25 de Abril, a construção de um pilar obrigou a ceder uma área onde se encontravam alguns pomares, campos de ténis, o antigo edifício onde funcionava a cantina e algumas habitações, destruindo parcialmente o muro e a Porta Real, obrigando a recuar o portão.

1968 Projeto de recuperação da estrutura do anfiteatro de pedra e da vegetação circundante, de modo a funcionar como barreira acústica, da autoria do professor Caldeira Cabra.

1970 Durante a década de 70 do século XX o ISA cede novamente parte da sua propriedade, para a construção do pavilhão gimnodesportivo, na Calçada da Tapada, localizado acima do portão da Rua Jau.

1982 Descoberta de uma jazida no decorrer da construção do campo de rugby , sendo destruída parcialmente devido as obras de terraplanagem.

1983 Realizou-se uma campanha de escavações na Tapada da Ajuda depois de ter sido encontrada a jazida. Os fragmentos encontrados foram identificados como sendo da Idade do Bronze Final, foi encontrado ainda um pequeno fragmento pertencente à Idade do Ferro.

1984 Projeto da autoria do professor Caldeira Cabral para "Reformulação de edifícios visando o seu ajustamento a novos conceitos e novas necessidades de ensino e investigação" que se traduziu no reordenamento da tapada em três zonas distintas: zona agrícola de produção, zona agrícola de investigação e zona de ensino.

1990 Comprovada a existência de uma necrópole romana no interior da Tapada.

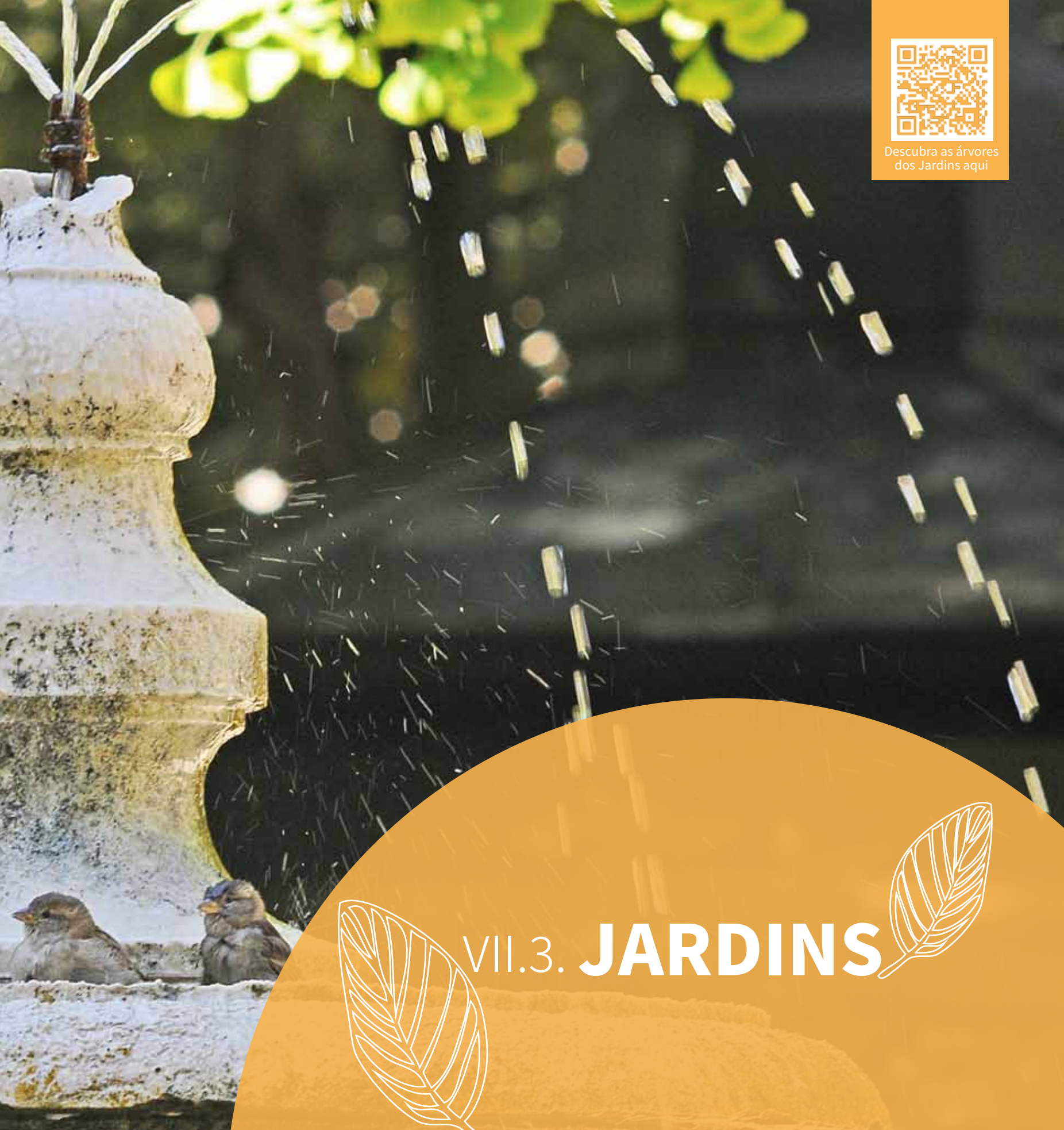
1993 O Instituto Superior de Agronomia elabora uma proposta de recuperação da Tapada e do Jardim Botânico, no âmbito do Projeto Piloto de Conservação do Património Arquitetónico Europeu. Neste mesmo ano o ISA volta a ceder 0,75 hectares na Mata do Carrascal para alargamento do espaço destinado à Faculdade de Medicina Veterinária; o Instituto consegue ainda recuperar a ponta sudeste da propriedade, junto à Rua do Alvito, que anteriormente tinha sido cedida para a construção da Ponte sobre o Tejo.

1994 Construção de novos edifícios: herbário, bloco de aulas, auditório, biblioteca e edifício de agro-indústrias.

1995 O Instituto Superior de Agronomia, com o objetivo de promover um trabalho de educação ambiental ligado às questões agro-florestais atestando o seu vínculo com a conservação da natureza, criou através de um dos seus centros de investigação – Centro de Ecologia Aplicada Baeta Neves (CEABN) – em parceria com o Ministério do Ambiente um projeto de educação agro-ambiental destinado a crianças e jovens da grande área metropolitana de Lisboa.

2002 A Tapada da Ajuda é classificada como imóvel de interesse público (conjunto intramuros), encontrando-se sob um regime de proteção de acordo com o Decreto n.º 5/2002, publicado no *Diário da República* n.º 42, de 19 de fevereiro de 2002.





Descubra as árvores dos Jardins aqui

VII.3. JARDINS

ALAMEDA D. AFONSO HENRIQUES

Latitude e longitude I 38.73713,-9.132739
Freguesia de Lisboa I Areeiro, Arroios e Penha de França
Nº Inventário I 03ALA
Número de árvores I 98
Número de espécies de árvores I 8
Árvores classificadas ICNF I -
Jardim I 1943-1948
Proteção legal I -
Área do jardim I 3,3 hectares

Autores I Andreia Cunha, Ana Raquel Cunha e Ana Luísa Soares


ALA01

A Alameda D. Afonso Henriques tem uma identidade muito própria, colmatada por dois pontos distintos – a fonte monumental (a nascente) e o Instituto Superior Técnico da Universidade de Lisboa (a poente) –, os quais se encontram praticamente à mesma cota e concedem ao espaço uma configuração de 'concha'. No topo da fonte, depois de transpostas as escadarias laterais, chega-se ao miradouro da alameda, constituído por uma pérgula e um tanque, onde se pode admirar uma ampla panorâmica sobre a envolvente. Subindo pelos caminhos ondulantes adjacentes, chega-se ao jardim do miradouro, marcado por um enquadramento arbóreo denso.

Com a revolução industrial, na segunda metade do século XVIII, em Inglaterra, e volvidas as duas Grandes Guerras, surgem transformações mundiais a vários níveis, como a necessidade de reconstruir os centros urbanos e construir habitações a um ritmo e quantidade impressionantes. É neste contexto que nasce o modernismo, rompendo com o modo de construção tradicional das cidades e dos edifícios, associado a novas tecnologias e materiais, como o ferro, o aço e o betão armado (Lamas, 2007).

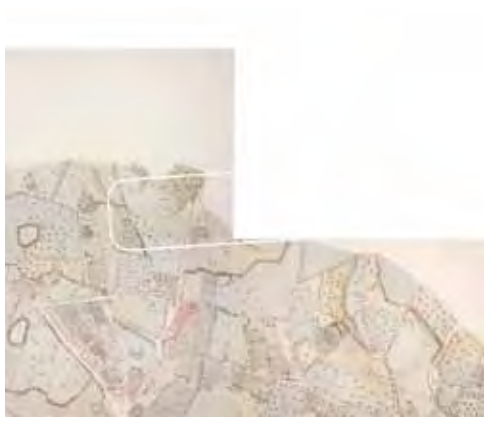
Em Portugal, o regime do Estado Novo, instaurado em 1926, coincidiu com a divulgação do movimento moderno e do modernismo na arquitetura, influenciando perentoriamente a urbanização na cidade de Lisboa (Almeida, 2006).

A "[…] nova política de expansão e embelezamento de características monumentais e nacionalistas […]" leva ao desaparecimento de parte do tecido urbano da cidade, através de expropriações e demolições, para dar lugar a locais emblemáticos, como a Alameda D. Afonso Henriques, a Praça do Império, a Praça do Areeiro ou a Praça de Londres (Isidro, Silva & Soares, 2010, p. 13).

O engenheiro Duarte Pacheco "[...] protagonizou a política das Obras Públicas do Estado Novo enquanto ministro das Obras Públicas e Comunicações e, mais tarde, como presidente da Câmara Municipal de Lisboa, cargo que acumulou até à data da sua morte, em 1943 [...]" (Isidro, Silva & Soares, 2010, p. 13). Assim, no ano seguinte ao do golpe militar, em 1927, dá-se início à construção da primeira grande obra pública modernista do regime, o Instituto Superior Técnico, projetado pelo arquiteto Porfírio Pardal Monteiro, "[...] que se articulava entre uma das franjas das Avenidas Novas e a futura alameda monumental, juntamente com outros equipamentos modernos: o Instituto Nacional de Estatística, o conjunto de moradias modernistas e a Casa da Moeda [...]" (Isidro, Silva & Soares, 2010, p. 14).

Ao nível dos espaços verdes, Duarte Pacheco planeou o crescimento urbano e expansão da cidade a partir da Alameda D. Afonso Henriques (Baptista, 2008, p. 53), concebendo um eixo verde de características monumentais. O aparecimento deste novo eixo levou a que, no plano urbanístico, se fossem


ALA02


ALA03


ALA04



ALA05



ALA06



ALA07

edificando vários blocos habitacionais na sua envolvente, entre 1936 e 1946 (Isidro, Silva & Soares, 2010, p. 14).

No ano de 1940, o regime de Salazar comemorava duas datas representativas da nacionalidade: a formação do reino de Portugal (1140) e a proclamação de independência portuguesa relativamente ao reino de Castela (1640). Deste modo, em 1938, Oliveira Salazar divulga o programa das comemorações a realizar e apela aos serviços públicos "[...] para que mostrassem empenho na preparação do evento, demonstrando a 'grande capacidade realizadora de Portugal' [...]'" (Elias, 2010, p. 5). Como resposta ao apelo feito por Salazar e, apesar de inicialmente se ter pensado construir uma igreja no limite nascente da alameda (Isidro, Silva & Soares, 2010, p. 14), os serviços públicos propõem a construção de uma fonte monumental, a qual foi apresentada oficialmente no ano de 1938, pela Comissão Fiscalizadora das Águas de Lisboa (CFAL), da responsabilidade do Ministério das Obras Públicas e Comunicações, dirigido pelo engenheiro Duarte Pacheco (Elias, 2010, p. 5).

Após ser aberto o concurso para a empreitada de construção da fonte monumental e do lançamento do programa correspondente, a CFAL celebra, em outubro de 1939, contratos com os arquitetos Carlos Rebelo de Andrade e Guilherme Rebelo de Andrade e os escultores Diogo de Macedo, Maximiniano Alves e Jorge Barradas para a concretização do projeto (Elias, 2010, p. 12). A criação da fonte monumental da Alameda D. Afonso Henriques, "[...] de estilo neojoanino, em oposição ao modernista conjunto do Técnico [...]", visava a valorização do conjunto edificado do Instituto Superior Técnico, não só pela própria fonte, mas também pelo miradouro e jardim situados no seu topo, que permitem uma contemplação panorâmica sobre a envolvente (Isidro, Silva & Soares, 2010, p. 14). Apesar do período estimado de construção da fonte monumental ser de 480 dias, a obra arrastou-se durante dez anos (Elias, 2010, p. 5), tendo sido inaugurada finalmente a 28 de maio de 1948 (Isidro, Silva & Soares, 2010, p. 14), por altura da exposição *15 Anos de Obras Públicas*. A atribuição do nome deste jardim foi em homenagem àquele que foi o primeiro rei de Portugal, D. Afonso Henriques.

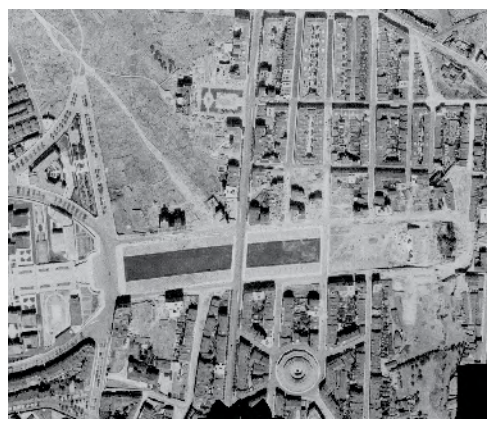
Este espaço, com uma área de cerca de três hectares, situado numa das mais emblemáticas alamedas da capital, acarreta consigo a imponência do regime do Estado Novo. Foi estruturada num eixo linear constituído por extensas áreas relvadas, cortadas pela Avenida Almirante Reis e pela Rua Rosa Damasceno.

A composição florística deste jardim prima por uma enorme simplicidade. A zona central é formada por três placas relvadas acompanhadas, tanto no limite norte como no limite sul, por exemplares de lódão-bastardo (*Celtis australis*), plantados em caldeira sobre o pavimento adjacente.

A zona relvada a nascente, localizada na mesma placa que a fonte monumental, conta com com a presença das seguintes espécies arbóreas:



ALA08



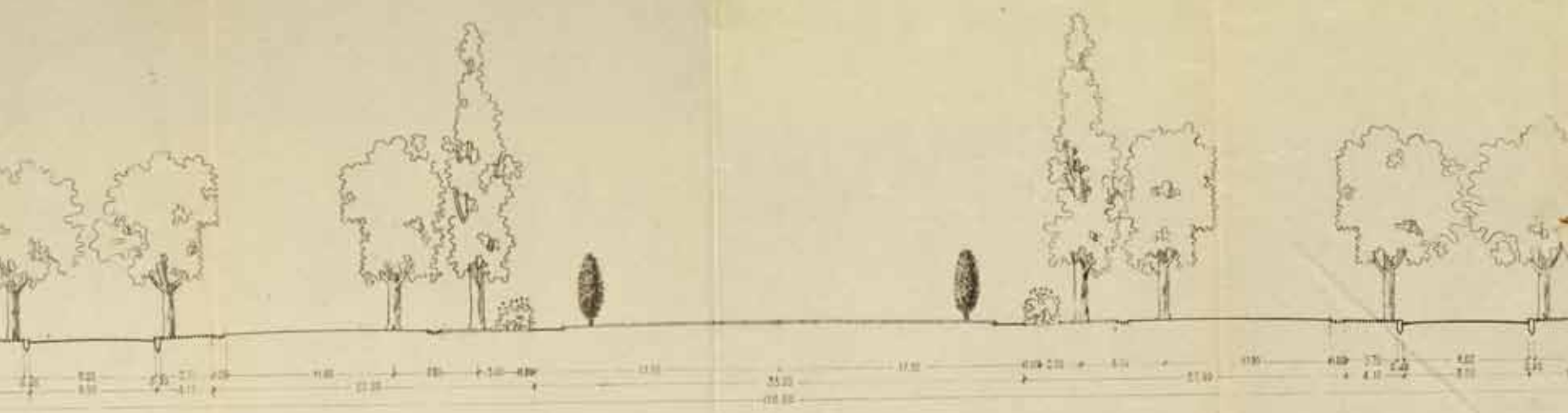
ALA09

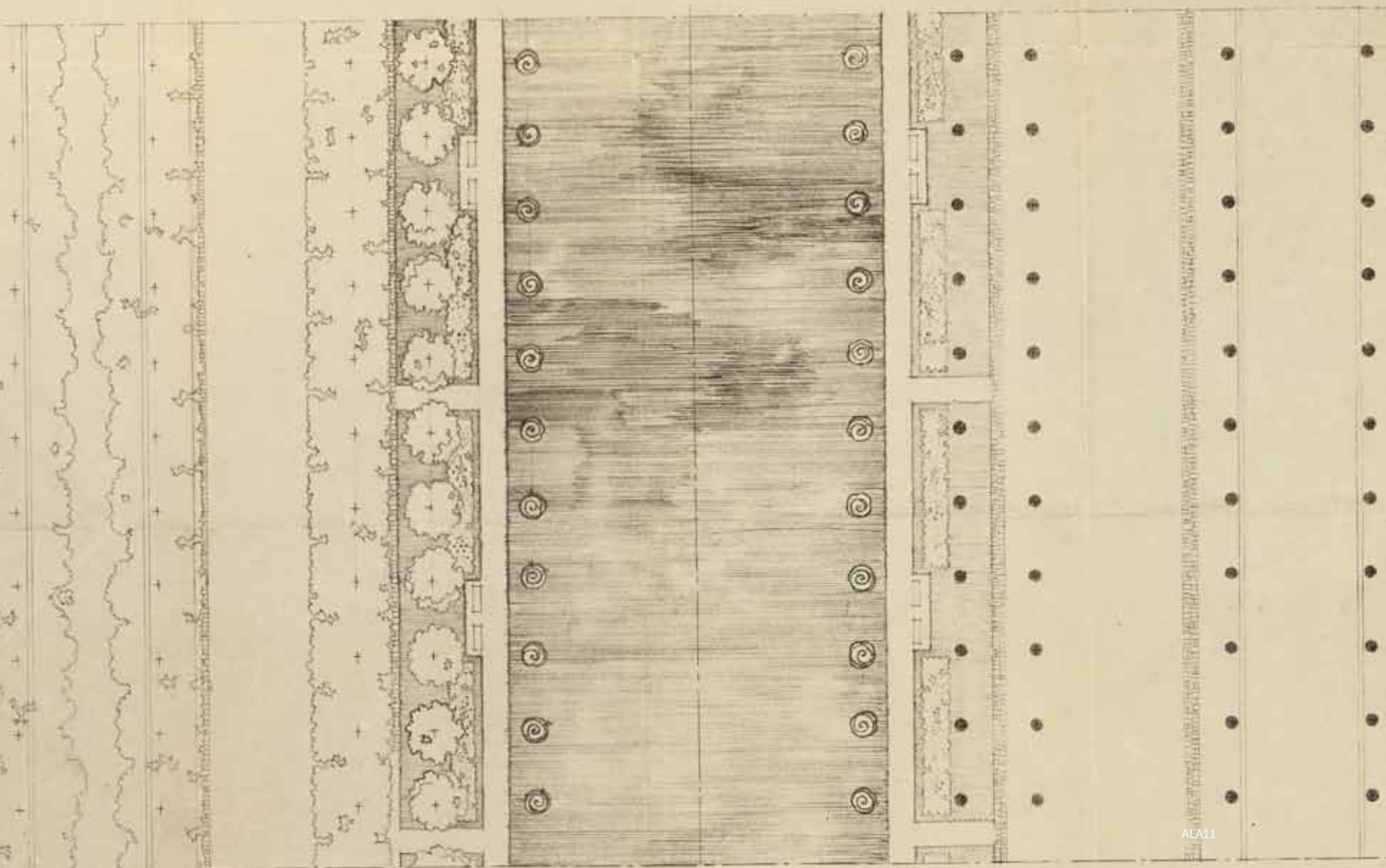


ALA10

* PERFIL TIPO DA ALAMEDA D. AFONSO HENRIQUES *

ESCALA DE 0005 P.M.





ALA11

palmeira-das-canárias (*Phoenix canariensis*), ciprestes (*Cupressus sempervirens*), bela-sombra (*Phytolacca dioica*), casuarina (*Casuarina cunninghamiana*), pimenteira-bastarda (*Schinus molle*) e pinheiro-manso (*Pinus pinea*). Esta maior diversidade florística poderá ser justificada pelo jardim-miradouro que abraça a Alameda D. Afonso Henriques.

Legendas das imagens

ALA01 – Alameda D. Afonso Henriques, Lisboa. 2008. Fotografia. © Ana Luísa Soares.

ALA02 – Duarte José Fava. Extrato da Carta topográfica de Lisboa e seus subúrbios... (em destaque a área da atual Alameda D. Afonso Henriques). 1831 [1807]. Litografia. Escala [1:5000], 500 braças por palmo. Lisboa: Casa do Risco das Obras Públicas. © AML, Lisboa.

ALA03 – Filipe Folque (dir.). Extrato do Atlas da Carta Topográfica de Lisboa (em destaque a área da atual Alameda D. Afonso Henriques). 1856-1858. Levantamento por Filipe Folque, Carlos Pezerat, Francisco Goullard e César Goullard. Original, planta colorida. Escala [1:1000]. Lisboa: [s.n.]. © AML, Lisboa.

ALA04 – Silva Pinto (dir.). Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque a área da atual Alameda D. Afonso Henriques). 1904-1911. Levantamento por Silva Pinto e Alberto de Sá Correia, desenho de Raul Torres. Escala [1:5 000]. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

ALA05 – Eduardo Portugal. Terrenos da futura alameda Dom Afonso Henriques. 1938. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/EDP/001319]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

ALA06 – Eduardo Portugal. Construção da alameda Dom Afonso Henriques. 1938. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/EDP/001318]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

ALA07 – [Projeto para alameda D. Afonso Henriques]. [1971-72]. Desenho. [PT/AMLSB/CMLSB/UROB/EV/0930; Fólio 4]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

ALA08 – Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque a área da atual Alameda D. Afonso Henriques). 1950. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

ALA09 – Extrato da Fotografia Aérea da Cidade de Lisboa (a área da atual Alameda D. Afonso Henriques). 1938-1948. Voo SPLAL, folha n.º 431, preto e branco. Lisboa: IGEOE. © IGEOE, Lisboa.

ALA10 – IGEOE. Extrato da Ortofotomapa da Cidade de Lisboa (em destaque a área da atual Alameda D. Afonso Henriques). 2011. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © IGEOE, Lisboa.

ALA11 – [Projeto para a alameda D. Afonso Henriques]. [1971-1972]. Desenho. [PT/AMLSB/CMLSB/UROB/EV/0930; Fólio 3]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

ALA12 – Armando Serôdio. [Alameda Dom Afonso Henriques, panorâmica]. 1966. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/SER/012916]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

ALA13 – Amadeu Ferrari. [Instituto Superior Técnico]. [194-]. Fotografia. [PT/AMLSB/FER/000111]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

ALA14 – Alameda D. Afonso Henriques, vista para a Fonte Luminosa, Lisboa. 2008. Fotografia. © Ana Luísa Soares.

ALA15 – Alameda D. Afonso Henriques, vista para o Instituto Superior Técnico, Lisboa. 2008. Fotografia. © Ana Luísa Soares.



ALA12



ALA13



ALA14



ALA15

AVENIDA DA LIBERDADE
(ANTIGO PASSEIO PÚBLICO)*

Latitude e longitude I 38.72008, -9.145506
Freguesia de Lisboa I Santo António
Nº Inventário I 08LIB
Número de árvores I 1112
Número de espécies de árvores I 25
Árvores classificadas ICNF I -
Jardim I 1764 - 1886
Proteção legal I ZEP: Port. nº 529/96, DG 228 de 1 de outubro de 1996
Área do jardim I 4,5 hectares

Autor I Sónia Talhé Azambuja


LIB01

A Avenida da Liberdade, antigo Passeio Público, é uma das principais artérias de Lisboa, fazendo a ligação entre a Praça dos Restauradores e a Praça do Marquês de Pombal. Esta avenida, com cerca de 90 metros de largura e 1100 metros de comprimento, tem uma área ajardinada de cerca de 4,5 hectares.

Depois do Terramoto de 1755, Sebastião José de Carvalho e Melo, conde de Oeiras — futuro marquês de Pombal —, em conjunto com o seu irmão, Paulo de Carvalho e Mendonça, presidente do Senado da Câmara Municipal de Lisboa, tornaram-se os grandes impulsionadores da criação do Passeio Público, sendo o projeto inicial da autoria do arquiteto Reinaldo Manuel dos Santos (1731-1791). Os terrenos do futuro Passeio Público incluíam as Hortas da Cera e da Mancebia, diversas quintas e terrenos de cultivo.

Em 1836, a rainha D. Maria II confere à Câmara Municipal de Lisboa a administração do Passeio Público, começando a partir daqui uma nova fase de remodelação do traçado e da vivência deste espaço. «Até 1836, o Passeio constava unicamente de um bosque cercado por grossos muros revestidos pela parte interior com buxo e louro, tendo de cada lado 15 janelas com grades de ferro e assentos. A frente era um tapume de madeira com cancela, situação esta provisória, que se manteve até à altura em que o município arranca com a ampliação e conclusão do passeio.» (Viegas, & Martins, 1998, p. 18).

Desde a sua vinda para Portugal que D. Fernando II passa a frequentar o Passeio Público com a sua família, tornando-se este uma moda (França, 1980). A contribuição da rainha e do rei passa pela cedência do jardineiro-paisagista Jean Batiste Desiré Bonnard (1797-1861) para colaborar na restruturação do Passeio Público, ao qual se procurava dar nova vida. É assim que, em 1848, surge um desenho de Bonnard (Arquivo do Arco do Cego da Câmara Municipal de Lisboa, 1848, Documento 6880) para um novo projeto do Passeio Público, uma proposta romântica que procura conciliar o traçado barroco existente com o estilo paisagista, mas que nunca foi implementada. Em 1851, tem lugar o primeiro espetáculo noturno com as célebres iluminações do Passeio Público, surpreendentes pelo seu efeito monumental e inovador. Também aí se realizou, em maio de 1854, a primeira exposição de flores e plantas da Sociedade de Flora e Pomona. Os vogais do júri, o qual era presidido por el-rei regente D. Fernando II, eram: marquês de Ficalho, barão de Castelo de Paiva, Caetano Ferreira da Silva Beirão, Duarte Cains e o doutor Bernardino António Gomes. D. Fernando II distinguiu os premiados com medalhas de ouro e prata cunhadas para este evento pela Casa da Moeda. Os pavilhões expostos no Passeio Público foram concebidos pelo arquiteto e cenógrafo italiano Giuseppe Cinatti (1808-1879), em colaboração com o jardineiro real Bonnard, que coordenou a organização botânica da exposição. Para dar o exemplo e mostrar o seu empenho, o rei também contribuía com as suas plantas mais raras: «Vieram do jardim das Necessidades


LIB02


LIB03


LIB04



LIB05



LIB06



LIB07

para a exposição do Passeio, magnificas collecções de palmeiras, *musaceas* e *pandanaceas*. A magnifica collecção de palmeiras do rei D. Fernando excitou a admiração. Até da *Abyssinia* possuia el-rei sementes de palmeiras, que mandou plantar nas Necessidades. Maravilhosas *cycadeas* das collecções do rei D. Fernando estiveram tambem expostas no Passeio.» (Coelho, 1878, p .154).

Os primeiros candeeiros a gás do Passeio Público surgem no ano de 1849, o que passa a permitir a sua utilização noturna mais frequente. Era habitual ver D. Fernando II e D. Maria II acompanhados pelos seus filhos a passearem neste jardim público, contribuindo assim para a moda de frequentar o Passeio Público no século XIX (Teixeira, 1986). A dinamização cultural deste Passeio é incrementada com a abertura do Café-Concerto em 1858 (Viegas, & Martins, 1998).

Eça de Queiroz, em O Primo Basílio de 1878 descreve a ambiência do Passeio Público: «[…] Conheceu Luíza, no Verão, à noite, no Passeio. A sua alegria era ir aos domingos para o Passeio Público, e ali com a orla do vestido erguida, a cara sob o guarda-solinho de seda, estar a tarde inteira na poeira, no calor, imóvel, feliz — a mostrar, a expor o pé! Àquela hora D. Felicidade e Luíza chegavam ao Passeio. Era benefício; já de fora se sentia o bruhaha lento e monótono, e via-se uma névoa alta de poeira, amarelada e luminosa. Entraram. Logo ao pé do tanque encontraram Basílio» (Matos, 1987).

O fim do Passeio Público é descrito *n'Os Maias (1888)*, em que Eça de Queiroz ironiza: «Ora aí tens tu essa Avenida! Hem? … Já não é mau! Num claro espaço rasgado, onde Carlos deixara o Passeio Público, pacato e frondoso — um obelisco, com borrões de bronze no pedestal, erguia um traço cor de açúcar na vibração fina da luz de Inverno; e os largos globos dos candeeiros que o cercavam, batidos do sol, brilhavam, transparentes e rutilantes, como grandes bolas de sabão suspensas no ar.» (Eça de Queiroz - *Os Maias* Apud. Campos Matos, 1976).

Desaparece o Passeio Público quando, em 1886, é inaugurada a avenida, de acordo com o projeto do engenheiro Ressano Garcia (1847-1911), no âmbito da estratégia urbanística que pretendia expandir a cidade para norte, ligando às futuras Avenidas Novas. O plano de Ressano Garcia para Lisboa denota a clara influência da renovação urbana de Paris de 1852-1870, coordenada pelo barão Haussmann (1809-1891), em colaboração com o engenheiro Jean-Charles Alphand (1817-1891), que implementaram uma nova estética do espaço público, estruturado em *boulevards*.

Entre 1955-1956, os arquitetos paisagistas Gonçalo Ribeiro Telles (1922-2020) e Francisco Caldeira Cabral (1908-1992) elaboram para a Avenida da Liberdade o "Projeto de Remodelação de Arborização e Ajardinamento" (Camara, 2015, p. 199). A grande contestação deste



LIB08



LIB09

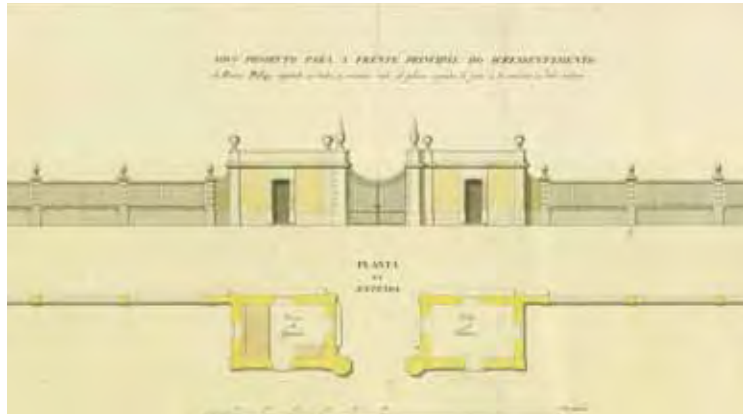


LIB10



projeto modernista vai levar a que Gonçalo Ribeiro Telles abandone os quadros da Câmara Municipal de Lisboa (CML) em 1960, em discórdia com França Borges (1901-1986), presidente da CML, que o quis obrigar a repor a situação original da avenida (Camara, 2015, pp. 185-193). Nesse mesmo ano, França Borges ordena a destruição do projeto de Telles e Caldeira Cabral, mandando repor o projeto inicial da avenida de Ressano Garcia. A avenida apresenta passeios espaçosos em calçada portuguesa com desenhos elaborados em calcário preto e branco, árvores de grande porte, lagos, esculturas e bustos. A Avenida da Liberdade está classificada como conjunto de interesse público (CIP).

*Texto extraído com adaptações e texto novo a partir de Azambuja, S. T. (2001). Real Quinta das Necessidades: Um Fio Condutor na Arte dos Jardins em Portugal. In Castel-Branco, C. (Coord.) – Necessidades: Jardins e Cerca. Lisboa: Livros Horizonte/Jardim Botânico da Ajuda, pp. 138-142.



LIB12



LIB13



LIB14



LIB15

Legendas das imagens

LIB01 – Perspetiva atual do Jardim da Avenida da Liberdade. 2012. Fotografia. © António Sacchetti.

LIB02 – Extrato da Planta topográfica da cidade de Lisboa... (em destaque a área do atual Jardim da Avenida da Liberdade (antigo Passeio Público)). 1949 [1780]. Planta n.º 4. Litografia colorida. Lisboa: Litografia de Portugal. © AML, Lisboa.

LIB03 – Extrato do Atlas da Carta Topográfica de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim da Avenida da Liberdade (antigo Passeio Público)). 1856-1858. Levantamento por Filipe Folque, Carlos Pezerat, Francisco Goullard e César Goullard. Original, planta colorida. Escala [1:1000]. Lisboa: [s.n.]. © AML, Lisboa.

LIB04 – Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim da Avenida da Liberdade (antigo Passeio Público)). 1904-1911. Levantamento por Silva Pinto e Alberto de Sá Correia, desenho de Raul Torres. Escala [1:5 000]. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

LIB05 – Entrada do Antigo Passeio Público (atual Avenida da Liberdade), século XIX. Desenho, reprodução J. Bárcia. [MNL 2-G 0015]. Lisboa: Gabinete de Estudos Olisiponenses. © CMLEO, Lisboa.

LIB06 – Antigo Passeio Público (atual Avenida da Liberdade), século XIX. Desenho. [MNL 99-G, Pág.31 nº121]. Lisboa: Gabinete de Estudos Olisiponenses. © CMLEO, Lisboa.

LIB07 – José Artur Leitão Bárcia. Passeio Público, a alameda central pouco antes da demolição. [c. 1883]. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/BAR/000039]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

LIB08 – Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim da Avenida da Liberdade (antigo Passeio Público)). 1970. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

LIB09 – Extrato da Fotografia Aérea da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim da Avenida da Liberdade (antigo Passeio Público)). 1938-1948. Voo SPLAL, folha n.º 431, preto e branco. Lisboa: IGEOE. © IGEOE, Lisboa.

LIB10 – Extrato da Ortofotomapa da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim da Avenida da Liberdade (antigo Passeio Público)). 2011. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © IGEOE, Lisboa.

LIB11 – Jardim da Avenida da Liberdade. 2012. Fotografia. © António Sacchetti.

LIB12 – Planta e alçado da entrada do Passeio Público. [18--]. Desenho. [PT/AMLSB/CMLSB/UROB/PU/11/511; Fólio 1]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

LIB13 – Pormenor de gradeamento do Passeio Público. 1886. Desenho. [PT/AMLSB/CMLSB/UROB-C/06/0434; Fólio 8]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

LIB14 – Avenida da Liberdade. 2012. Fotografia. © António Sacchetti.

LIB15 – Jardim da Avenida da Liberdade. 2012. Fotografia. © António Sacchetti.

JARDIM AVELAR BROTERO

Jardim do Alto de Santo Amaro

Latitude e longitude I 38.70422, -9.184564
Freguesia de Lisboa I Alcântara
Nº Inventário I 07AVE
Número de árvores I 72
Número de espécies de árvores I 12
Árvores classificadas ICNF I -
Jardim I Início do século XX
Proteção legal I Incluído na Zona Especial de Proteção conjunta da Capela de Santo Amaro, Palácio Burnay, Salão Pompeia e Casa Nobre de Lázaro Leitão Aranha.
Área do jardim I 0,6 hectares

Autor I Célia Coelho



AVE01

O Jardim Avelar Brotero, também conhecido por Jardim do Alto de Santo Amaro, situa-se na freguesia de Alcântara, no espaço compreendido entre as ruas Filinto Elísio, Pedro Calmon, Jau e Gil Vicente, e apresenta uma área total de 5973 m², dos quais 2433 m² de área verde. Trata-se de um pequeno jardim de bairro, que, em 1945, é alvo de uma grande intervenção, como podemos constatar na publicação *Anais do Município de Lisboa* (1945), página 121, onde é referido na alínea "Construção e reparação de jardins" no ponto 31: "O ano de 1945 pode classificar-se de muito notável pelo grande número e importância de obras novas, arranjos e adaptações a que se deu início e que a seguir se enumeram: 1) - Jardim Avelar Brotero (ao Alto de Santo Amaro) com área de 4466 metros quadrados".

Posteriormente, em 1956, beneficia de um plano para localização de bancos, pelo arquiteto paisagista Edgar Sampaio Fontes (1922-2000) e, em 1962, é alvo de um anteprojeto de remodelação do jardim da autoria do arquiteto paisagista Manuel Sousa da Câmara (1929-1992).

Em 2016, o jardim é novamente alvo de requalificação, sendo reinaugurado a 18 de janeiro de 2017. A Câmara Municipal de Lisboa esteve atenta à preservação e recuperação da estrutura original do jardim, tendo os trabalhos incluído a pavimentação dos percursos e áreas pedonais, a instalação de novos equipamentos na praça central (com recreio infantil) e um quiosque com esplanada, além da recuperação do tanque, do restauro do mobiliário existente (bancos, bebedouro) e instalação de novos modelos de bancos e papeleiras. Os planos de plantação, também foram alvo de intervenção, nomeadamente a remoção das palmeiras doentes e outros exemplares em mau estado fitossanitário e a plantação de novas árvores, de forma a reconstituir a imagem preexistente. Procedeu-se à instalação de relva e plantação de manchas arbustivas e de herbáceas.

Foi na sessão de câmara de 10 de novembro de 1910 que, sob proposta da vereação, surge a intenção de criar o que mais tarde viria a ser o Jardim Avelar Brotero: "A Camara deliberou abrir nova praça para a venda d'um lote de terreno situado na rua Filinto Elysio, tornejaudo para a rua Avellar Brotero, com o mesmo preço-base da primeira, visto não ter havido concorrência á 1ª praça."

Mais tarde, ainda no início do século XX, por deliberação camarária, em homenagem ao ilustre botânico, o jardim do Alto de Santo Amaro, passou a denominar-se Jardim Avelar Brotero. Félix da Silva de Avelar nasceu a 25 de novembro de 1744, em Loures – Santo Antão do Tojal. Devido à forte amizade que o ligava a Filinto Elísio (Francisco Manuel do Nascimento) e pela devoção com que se dedicava à ciência, acabou por tornar-se suspeito para o Santo Ofício. Para fugir às suspeições do Intendente Pina Manique, em 1778 exila-se em Paris, com Filinto Elísio. Durante os 12 anos



AVE02



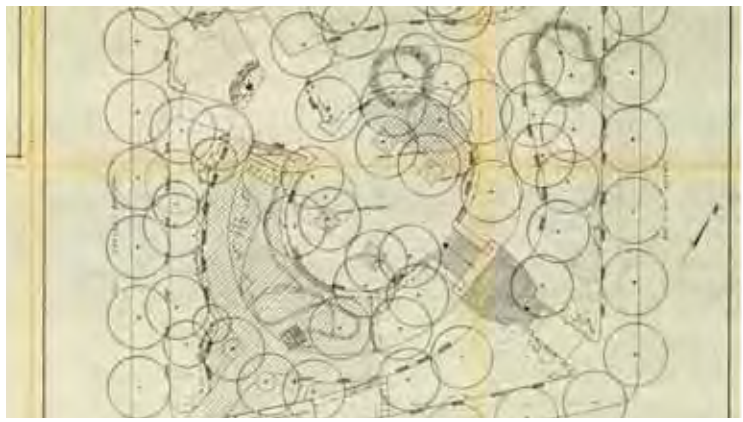
AVE03



AVE04



AVE05



AVE06



AVE07

de permanência em Paris, fez os primeiros estudos em História Natural e doutorou-se na Escola de Medicina de Reims. Nessa altura, adota o apelido de Brotero, que significa amante dos mortais (pela junção da palavra grega *brothos* com *eros*). Apesar de ser Doutor em Medicina, foi a botânica que o notabilizou, com a publicação do seu *Compêndio Botânico*, em 1788, em Paris.

Regressou a Portugal no ano de 1790, tendo sido logo nomeado lente de Botânica e Agricultura na Universidade de Coimbra, em 1791, cargo que manteve até 1807, acumulando com a direção do Jardim Botânico da Universidade de Coimbra. Publica *Flora Lusitânica* em 1804.

Em 1811, é convidado a dirigir o Real Museu e Jardim Botânico da Ajuda, reabilitando o Jardim Botânico e elaborando o seu catálogo. Da sua investigação, resultaram também as suas obras: *Phytographia Lusitaniae selectior*, em dois volumes (1816 e 1827) e a H*istória Natural dos Pinheiros, Larices, e Abetos*, publicado em 1827.

Em 1821, Félix Avelar Brotero foi eleito deputado às Cortes Constituintes pela Estremadura, tendo participado na discussão da lei dos cereais, onde exortou os agricultores a cultivarem centeio e trigo, para que fosse possível produzir pão para toda a população a um preço acessível a todos os cidadãos. Quatro meses após a sua tomada de posse, pede dispensa das Cortes, pela idade avançada (77 anos). Faleceu aos 83 anos, a 4 de agosto de 1828, na sua casa, na Calçada do Galvão, em Belém.

Legendas das imagens

AVE01 – Jardim Avelar Brotero, Lisboa. 2017. Fotografia. © Andreia Sousa.

AVE02 – Duarte José Fava. Extrato da Carta topográfica de Lisboa e seus subúrbios... (em destaque a área do atual Jardim Avelar Brotero). 1831 [1807]. Litografia. Escala [1:5000], 500 braças por palmo. Lisboa: Casa do Risco das Obras Públicas. © AML, Lisboa.

AVE03 – Filipe Folque (dir.). Extrato do Atlas da Carta Topográfica de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim Avelar Brotero). 1856/1858. Levantamento por Filipe Folque, Carlos Pezerat, Francisco Goullard e César Goullard. Original, planta colorida. Escala [1:1000]. Lisboa: [s.n.]. © AML, Lisboa.

AVE04 – Silva Pinto (dir.). Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim Avelar Brotero). 1904/1911. Levantamento por Silva Pinto e Alberto de Sá Correia, desenho de Raul Torres. Escala [1:5 000]. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

AVE05 – Eduardo Portugal. Jardim de Santo Amaro. 1941. Fotografia. [MNL 12-G 068]. Lisboa: Gabinete de Estudos Olisiponenses. © CMLEO, Lisboa.

AVE06 – Manuel Sousa da Câmara. Anteprojecto de remodelação do Jardim Avelar Brotero. 1962. Desenho. [PT/AMLSB/CMLSB/UROB/EV/0338; Fólio 1]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

AVE07 – Escadas que ligam ao patamar superior do Jardim Avelar Brotero. 2017. Fotografia. © Andreia Sousa.

AVE08 – Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim Avelar Brotero). 1950. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

AVE09 – Extrato da Fotografia Aérea da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim Avelar Brotero). 1938/1948. Voo SPLAL, folha n.º 431, preto e branco. Lisboa: IGEOE. © IGEOE, Lisboa.

AVE10 – IGEOE. Extrato da Ortofotomapa da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim Avelar Brotero). 2011. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © IGEOE, Lisboa.



AVE08



AVE09



AVE10

JARDIM BRAAMCAMP FREIRE

Campo Mártires da Pátria I Campo de Santana

Latitude e longitude I 38.72203,-9.139898
Freguesia de Lisboa I Arroios
Nº Inventário I 14BRA
Número de árvores I 170
Número de espécies de árvores I 53
Árvores classificadas ICNF I 24
Jardim I 1895
Proteção legal I ZEP: IIP, Decreto nº 2/1996, DR 56, de 6/03/1996
Área do jardim I 2 hectares

Autores I Andreia Cunha, Ana Raquel Cunha e Ana Luísa Soares



BRA01

O Jardim Braamcamp Freire, nome atribuído em homenagem ao republicano, historiador e arqueólogo Anselmo Braancamp Freire (1849-1921), localiza-se no planalto de uma das sete colinas da cidade, a colina Santana que se situa entre duas das maiores avenidas da cidade – a Avenida da Liberdade e a Avenida Almirantes Reis. Limitado pela Faculdade de Ciências Médicas de Lisboa da Universidade Nova de Lisboa, inserido no tecido urbano residencial com estabelecimentos comerciais e serviços, destaca-se pelo seu extremo sul, de onde se pode gozar de vistas privilegiadas para o Castelo de São Jorge, Miradouro da Nossa Senhora do Monte, Graça, São Vicente e Penha de França.

Decorria o século XVI quando se construiu o Convento de Sant'Ana, pertencente à Ordem dos Frades Menores. Simultaneamente, acontecia na sua envolvente a matança de gado destinado ao abastecimento da cidade de Lisboa. Aquele que era conhecido como Campo do Curral passou mais tarde a designar-se Campo de Santana (Aguiar, 1999; Vieira, 2013).

Em 1879, o Campo de Santana passou a designar-se Campo dos Mártires da Pátria, em memória do enforcamento no local, no dia 18 de outubro de 1817, dos onze companheiros de Gomes Freire de Andrade suspeitos de conspiração contra o general Beresford (1768-1854), presidente da Junta Governativa.

De 1831 até 1891, funcionou aqui a praça de touros do Campo de Sant'Ana, antecedente à do Campo Pequeno, inaugurada apenas em 1892. Apesar de "[...] pequena e quase tôda de madeira, sem o tipo clássico dos redondéis hispano-árabes, [...] fêz as delícias dos nossos avós [...]" (Araújo, 1992, p. 33), tendo servido para a realização de outros espetáculos além dos tauromáquicos, como de circo ou ascensão aeronáutica (Aguiar, 1999 & Vieira, 2013). Analisando a cartografia de Filipe Folque (1856-1858) (planta n.º 28), é possível verificar a presença da praça de touros entre o Campo de Santa Anna e a Quinta do Hospital São José, que vem, em 1906, a ser ocupado pela Escola Médico-cirúrgica, atual Faculdade de Ciências Médicas de Lisboa.

O Campo dos Mártires da Pátria acolheu também ainda durante alguns anos, de 1835 a 1882, a Feira da Ladra, que se realiza hoje em dia no Campo de Santa Clara (Aguiar, 1999 & Vieira, 2013). Entre 1885 e 1895, o planalto de Santana foi transformado num jardim através da execução de um projeto que propôs a plantação de árvores em alinhamentos longitudinais.

Em 1906, instala-se aqui a Faculdade de Ciências Médicas de Lisboa e é erigida uma estátua em homenagem ao Dr. Sousa Martins (1843-1897), médico, orador brilhante, dotado de humor e inteligência, e defensor dos mais desfavorecidos.

Este jardim, com uma área de dois hectares, carateriza-se pela sua planta quase hexagonal alongada, constituída por duas zonas distintas, as quais são divididas pela Rua Dr. Almeida Amaral, que liga o Largo do Mitelo e o Paço da Rainha



BRA02



BRA03



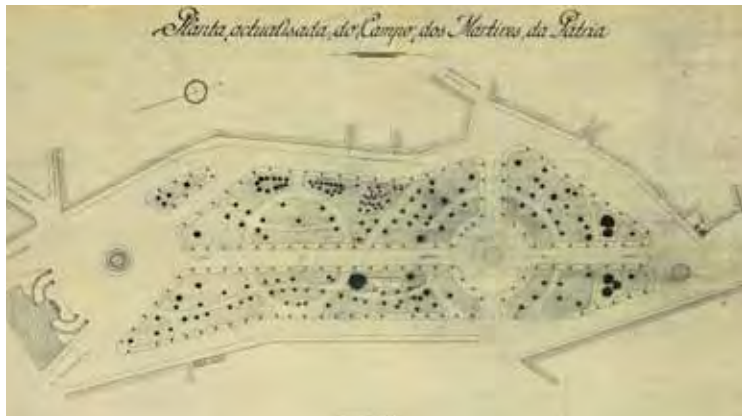
BRA04



BRA05



BRA06

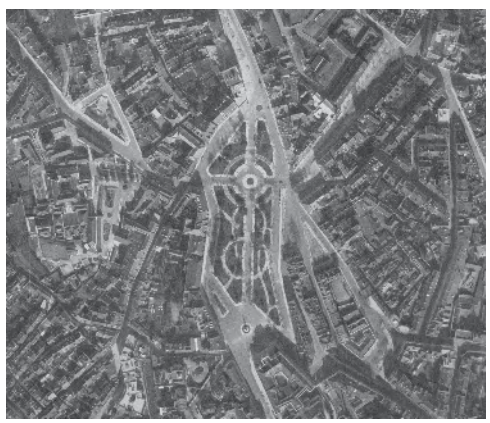


BRA07

A zona situada a norte, de forma triangular, apresenta um campo polidesportivo e um parque infantil. Já a parcela localizada a sul representa o corpo central do jardim, com áreas ajardinadas irregulares e serpenteadas por uma rede de caminhos que determinam uma parcela central circular. Em duas das parcelas no eixo central do jardim, encontram-se dois lagos de forma aproximadamente elíptica, bem como o restaurante e esplanada (construído em 1985 e 1988, da autoria do arquiteto Rafael N. B. de Carvalho). O jardim culmina a sul numa praceta circular, rodeada por canteiros e pela presença emblemática do edifício da Faculdade de Ciências Médicas de Lisboa. O estilo romântico está presente neste espaço verde ao nível do traçado orgânico, que define canteiros com dimensões bastante consideráveis. As árvores de grande porte localizadas sobre as zonas de clareira relvadas, juntamente com os elementos de água, potenciadores de frescura, atraem para este jardim público um número significativo de animais ditos domésticos, como galinhas, patos ou pavões (Isidro, Silva & Soares, 2009).

A parte norte do Jardim Braamcamp Freire, apesar da sua área relativamente reduzida, apresenta um património arbóreo diversificado. Nesta zona é possível observar espécies como: o castanheiro-da-índia (*Aesculus hippocastanum*), a casuarina (*Casuarina cunninghamiana*), o loureiro-da-nova-zelândia (*Corynocarpus laevigatus*), o metrosídero (*Metrosideros excelsa**), a bela-sombra (*Phytolacca dioica**), a falsa-acácia (*Robinia pseudoacacia*) e várias espécies de tílias. É ainda de apontar a presença de uma palmeira da espécie *Howea forsteriana*, vulgarmente conhecida como quência.

Em relação à área a sul, apresenta uma diversidade arbórea muito rica, dada a existência das seguintes espécies: bordô-negundo (*Acer negundo*), bordo-da-noruega (*Acer platanoides*), castanheiro-da-índia (*Aesculus hippocastanum*), araucária-da-ilha-de-norfolk (*Araucaria hereterophylla*), bauínia (*Bauhinia variegata*), casuarina (*Casuarina cunninghamiana**), cedro-do-atlas (*Cedrus atlantica*), cedro-dos-himalaias (*Cedrus deodora**), lódão-bastardo (*Celtis australis*), alfarrobeira (*Ceratonia siliqua*), olaia (*Cercis siliquastrum*), sumaúma (*Ceiba speciosa*), loureiro-da-nova-zelândia (*Corynocarpus laevigatus*), cipreste-do-arizona (*Cupressus arizonica*), figueira-benjamim (*Ficus benjamina**), grevílea-robusta (*Grevillea robusta*), jacarandá (*Jacaranda mimosifolia*), extremosa (*Lagerstroemia indica*), lagunária (*Lagunaria patersonia*), magnólia-branca (*Magnolia grandiflora*), abacateiro (*Persea americana*), abeto-branco (*Picea engelmannii*), pinheiro-das-canárias (*Pinus canariensis*), pinheiro-manso (*Pinus pinea*), choupo-branco (*Populus alba*), abrunheiro-dos-jardins (*Prunus cerasifera* subsp. *pissardii*), salgueiro-de-ouro (*Salix* x *salamonii*), acácia-do-japão (*Styphnolobium japonicum*), cipreste-de-folha-caduca (*Taxodium distichum*), teixo (*Taxus baccata**), tuia-gigante (*Thuja plicata Donn*) e tília-prateada (*Tilia tomentosa*). Ao nível das palmeiras, na parte sul do Jardim Braamcamp Freire, podem encontrar-se exemplares de quência (*Howea forsteriana*) e de palmeira-leque-de-saia (*Livistona australis*).



BRA08



BRA09



BRA10


BRO11

Este jardim caracteriza-se pelo seu notável património arbóreo, com 24 exemplares classificados como de interesse público, numa das colinas da cidade.

O Campo dos Mártires da Pátria, em conjunto com as suas vizinhanças de interesse histórico, artístico ou pitoresco nas freguesias adjacentes, foi classificado pelo Decreto n.º 2/96, de 6 de março, do Ministério da Cultura, como imóvel de interesse público.

* árvores classificadas pelo ICNF

Legendas das imagens

BRA01 – Jardim Braamcamp Freire, Lisboa. 2009. Fotografia. © Ana Luísa Soares.

BRA02 – Duarte José Fava. Extrato da Carta topográfica de Lisboa e seus subúrbios... (em destaque a área do atual Jardim Braamcamp Freire (Campo Mártires da Pátria)). 1831 [1807]. Litografia. Escala [1:5000], 500 braças por palmo. Lisboa: Casa do Risco das Obras Públicas. © AML, Lisboa.

BRA03 – Filipe Folque (dir.). Extrato do Atlas da Carta Topográfica de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim Braamcamp Freire (Campo Mártires da Pátria). 1856-1858. Levantamento por Filipe Folque, Carlos Pezerat, Francisco Goullard e César Goullard. Original, planta colorida. Escala [1:1000]. Lisboa: [s.n.]. © AML, Lisboa.

BRA04 – Silva Pinto (dir.). Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim Braamcamp Freire (Campo Mártires da Pátria). 1904-1911. Levantamento por Silva Pinto e Alberto de Sá Correia, desenho de Raul Torres. Escala [1:5 000]. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

BRA05 – Francisco Heitor de Macedo [Planta a indicar o local que irá ser ocupado pela escola médica, no campo dos Mártires da Pátria]. 1890. Desenho. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PURB/002/01902; Fólio 2]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

BRA06 – [Projeto de ajardinamento do Campo Mártires da Pátria]. [189-]. Desenho. [PT/AMLSB/CMLSB/UROB/PU/21/0326; Fólio 1]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

BRA07 – [Ajardinamento do Campo Mártires da Pátria]. [1965-1970]. Desenho. [PT/AMLSB/CMLSB/UROB/EV/0964; Fólio 25]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

BRA08 – Extrato da Fotografia Aérea da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim Braamcamp Freire (Campo Mártires da Pátria)). 1938-1948. Voo SPLAL, folha n.º 431, preto e branco. Lisboa: IGEOE. © IGEOE, Lisboa.

BRA09 – Extrato da Fotografia Aérea da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim Braamcamp Freire (Campo Mártires da Pátria). 1967. Voo FAP (n.º 9), folhas n.º 431/417, preto e branco. Escala [1:25 000]. Lisboa: IGEOE. © IGEOE, Lisboa.

BRA10 – IGEOE. Extrato da Ortofotomapa da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim Braamcamp Freire (Campo Mártires da Pátria). 2011. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © IGEOE, Lisboa.

BRA11 – Eduardo Portugal. Panorâmica sobre o Campo dos Mártires da Pátria, vendo-se ao fundo a Faculdade de Ciências Médicas de Lisboa. 1940. Fotografia. [PT/AMLSB/POR/013778]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

BRA12 – José Artur Bárcia. [Campo de Sta Anna. Lisboa, Inauguração da primeira estátua de Souza Martins]. [c. 1907]. Fotografia. [MNL 2-G 0147]. Lisboa: Gabinete de Estudos Olisiponenses. © CMLEO, Lisboa.

BRA13 – Paulo Guedes. Ajardinamento do Campo dos Mártires da Pátria. [post. 1907]. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/PAG/000471]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

BRA14 – Jardim Braamcamp Freire visto da Faculdade de Ciências Médicas de Lisboa, da Universidade de Lisboa, Lisboa. 2009. Fotografia. © Ana Luísa Soares.

BRA15 – Exemplares de *Casuarina cunninghamiana*, classificados como árvores de interesse público, segundo o D.G. nº121, II Série, de 21/05/1968, no Jardim Braamcamp Freire, Lisboa. 2009. Fotografia. © Ana Luísa Soares.



BRA12



BRA13



BRA14



BRA15

JARDIM CONSTANTINO

Latitude e longitude I 38.73103, -9.137269
Freguesia de Lisboa I Arroios
Nº Inventário I 22CON
Número de árvores I 52
Número de espécies de árvores I 15
Árvores classificadas ICNF I 3
Jardim I 1889
Proteção legal I -
Área do jardim I 0,3 hectares

Autor I Célia Coelho



CON01

Situado na freguesia de Arroios, apresenta uma forma retangular e traçado geométrico. É um jardim de bairro, com cerca de três mil metros quadrados, inserido no quarteirão entre a Rua Passos Manuel, a Rua do Mindelo, a Rua José Estêvão e a Rua Pascoal de Melo. O seu desenho é recortado em canteiros circulares para árvores e retangulares para plantas e arbustos, com a forte presença do pavimento em calçada portuguesa.

Este espaço, criado em 1889, foi denominado Constantino, nesse ano, pela Câmara Municipal de Lisboa, por proposta do seu presidente Rosa Araújo (1840-1893) (CML, 1889).

O jardim que o homenageia tem num dos canteiros uma estátua em pedra de Prometeu, obra do escultor Francisco Santos (1924), aí colocada, em 1925, pela Câmara Municipal de Lisboa e, no eixo principal, um pequeno lago com fontanário.

O património vegetal inclui três árvores classificadas pelo Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas: uma *Melaleuca styphelioides* Smith, vulgo árvore-papel (classificada em 1996), árvore única em Lisboa que tem a curiosa particularidade de ser de casca caduca, uma F*icus macrophylla*, vulgo figueira-australiana, e um *Cedrus deodara*.

No jardim, destacam-se ainda o antigo quiosque recuperado e os painéis de azulejo de arte nova.

A história deste jardim é valorizada pelo nome que lhe foi atribuído em homenagem a Constantino José Marques de Sampaio e Melo (1802-1873), que, ironicamente, foi um produtor de flores artificiais. Tornou-se soldado em 1820, esteve deportado na ilha Terceira e, como seguiu sempre D. Miguel, apostado em manter os direitos absolutos da monarquia, foi dos poucos que o acompanhou para o exílio. Desembarca em Genova a 5 de junho de 1834, mas encontra grande adversidade. Finalmente consegue trabalho com uma afamada florista, *madame* Vieillard, que lhe ensina a arte floral e lhe dá a conhecer o segredo da preparação de tintas. Obedecendo a uma ordem de expulsão da cidade, que abrange todos os estrangeiros em situação indefinida, recebe do governador da cidade um pequeno subsídio, e da afamada florista, uma carta de apresentação para o seu compatriota Flamet, o melhor fabricante de flores em Paris.

Em 1839, Constantino já era fornecedor da Casa Real de França, e entra no apogeu da sua carreira, alcançando as mais altas distinções na exposição de Paris de 1844. As suas flores, misturadas com as naturais, não se distinguem. Descobre cores que no comércio são conhecidas pelo seu nome, como o "carmim Constantino". Passa a ser conhecido pelo cognome de *Rei dos Floristas* em 1845, após a oferta de flores para uma festa de caridade, realizada no Palácio Real (*Jornal do Comércio do Rio de Janeiro*, 1845).

Sentindo saudades da sua pátria, em 1850 visita Lisboa: "O célebre «Constantino», nosso compatriota, cujo talento lhe granjeou na sua arte o título de rei dos floristas, chegou ontem no paquete de Londres de visita



CON02



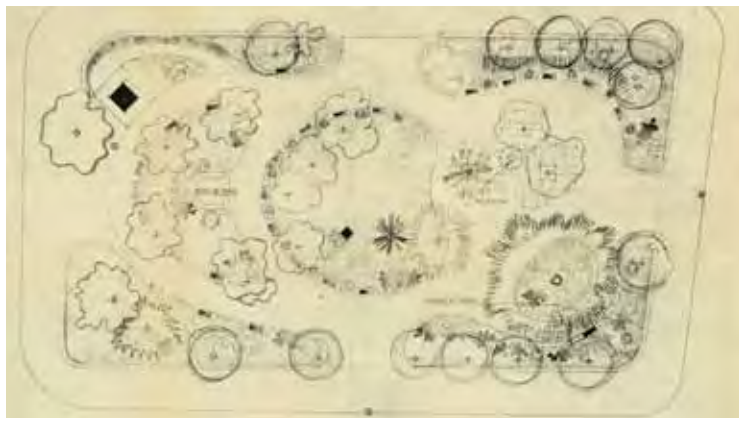
CON03



CON04



CON05



CON06



CON07

à terra natal donde anda expatriado há 18 anos (*sic*). Assiste no hotel de l'Europe na rua Nova do Carmo". É recebido com as maiores honras por intelectuais e artistas. A imprensa dedica-lhe artigos encomiásticos. É-lhe oferecido um banquete no hotel de Itália, presidido por Almeida Garrett. Os grandes salões da aristocracia abrem-lhe as portas, e maravilham-se com a sua prodigiosa arte de imitar as flores. A rainha D. Maria II e o rei D. Fernando II concedem-lhe audiência no Palácio das Necessidades, e Constantino corresponde à grande honra oferecendo à rainha um lindo ramo de rosas e uma grinalda de outras mimosas flores confecionadas por si (*A Nação*, 1850).

Participa na Grande Exposição de Londres em 1851, concorre não só na seção de França, como na de Portugal, onde obteve a grande Medalha de Honra e o título de «primeiro de todos os floristas» (Costa, 1967).

Regressa a Portugal em 1854, na esperança de melhorar a sua saúde, debilitada devido a um acidente em Vignemale (Altos Pirenéus), é recebido com honrarias (Costa, 1967). Em 1855, volta a Paris, pois a sua presença é requisitada na Exposição Universal de Maio de 1855.

Fixa-se, em 1864, em Tercis (perto de *Dax*), numa quinta que arrenda, local onde acaba por falecer em 1873.

Legendas das imagens

CON01 – Jardim Constantino, Lisboa. 2008. Fotografia. © Ana Luísa Soares.

CON02 – Duarte José Fava. Extrato da Carta topográfica de Lisboa e seus subúrbios... (em destaque a área do atual Jardim Constantino). 1831 [1807]. Litografia. Escala [1:5000], 500 braças por palmo. Lisboa: Casa do Risco das Obras Públicas. © AML, Lisboa.

CON03 – Filipe Folque (dir.). Extrato do Atlas da Carta Topográfica de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim Constantino). 1856-1858. Levantamento por Filipe Folque, Carlos Pezerat, Francisco Goullard e César Goullard. Original, planta colorida. Escala [1:1000]. Lisboa: [s.n.]. © AML, Lisboa.

CON04 – Silva Pinto (dir.). Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim Constantino). 1904-1911. Levantamento por Silva Pinto e Alberto de Sá Correia, desenho de Raul Torres. Escala [1:5 000]. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

CON05 – Armando Serôdio. [Jardim Constantino, biblioteca municipal móvel]. 1959. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/SER/003478]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

CON06 – Keil do Amaral & Mateus Júnior. Arranjo do Jardim Constantino. [s.d.]. Desenho. [PT/AMLSB/CMLSB/UROB/EV/0958; Fólio 3]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

CON07 – O exemplar de Ficus macrophylla do Jardim Constantino. 2008. Fotografia. © Ana Luísa Soares.

CON08 – Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim Constantino). 1950. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

CON09 – Extrato da Fotografia Aérea da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim Constantino). 1938-1948. Voo SPLAL, folha n.º 431, preto e branco. Lisboa: IGEOE. © IGEOE, Lisboa.

CON10 – IGEOE. Extrato da Ortofotomapa da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim Constantino). 2011. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © IGEOE, Lisboa.



CON08



CON09



CON10

JARDINS DA BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL

Latitude e longitude I 38.75119, -9.152268
Freguesia de Lisboa I Alvalade
Nº Inventário I 09BNA
Número de árvores I 392
Número de espécies de árvores I 56
Árvores classificadas ICNF I -
Jardim I 1955-1960
Proteção legal I O edifício da Biblioteca Nacional de Portugal foi classificado como MIP - Monumento de Interesse Público (Portaria n.º 740-FT/2012, DR, 2.ª série, n.º 252 (suplemento), de 31-12-2012).
Área do jardim I 5,6 hectares

Autores I Ana Raquel Cunha e Ana Luísa Soares



BNA01

O jardim, que ocupa cerca de quatro hectares no Campo Grande, está estruturado em quatro zonas distintas: um amplo relvado, em frente ao edifício; uma zona a norte, junto à parte destinada aos serviços; uma zona a sul, de cenário para a Sala de Leitura Geral da Biblioteca; e um pátio exterior.

A zona do Campo Grande, até meados do século XX, apresentava ainda características de uma paisagem rural. A expansão urbana nesta área decorreu entre as décadas de 40 e 60 do século XX, com a urbanização do bairro de Alvalade, a construção da Cidade Universitária e do edifício da Biblioteca Nacional.

A génese desta biblioteca remonta ao reinado da rainha D. Maria I (1734-1816), que manifestou a intenção de instalar a Real Biblioteca Pública da Corte – criada por alvará em 1796 – numa sede especialmente construída com esse propósito. Foi instalada provisoriamente na ala ocidental da Praça do Comércio em 1797 e, posteriormente, em 1836, no primeiro piso do Convento de São Francisco. Em 1969, quase dois séculos depois, a biblioteca viria para um edifício construído de raiz, na atual localização (Aurélio, 2004).

Em 1932, quando Duarte Pacheco (1899-1943) tomou posse como ministro das Obras Públicas, trazia o objetivo de transformar Lisboa numa cidade digna de representar a Capital do Império Português na Exposição do Mundo Português (Tostões, 2003). Inserido no plano de expansão da "Nova Lisboa de Duarte Pacheco", a Biblioteca Nacional foi um equipamento que ocupou uma posição estratégica, "[…] fechando simbolicamente o traçado das Avenidas Novas (…)" (Tostões, 2004, p. 22).

Data de 1952 a conceção do edifício da Biblioteca Nacional pelo arquiteto Porfírio Pardal Monteiro (1897-1957) e do projeto de jardim pelo arquiteto paisagista António Vianna Barreto (1924-2012). Em 1960, Vianna Barreto, em colaboração com Álvaro Ponce Dentinho (1924-2014), elabora também um projeto para o pátio interior do edifício. A complexidade da obra e a coordenação de especialidades fez com que a Biblioteca Nacional apenas tivesse sido inaugurada em 1969 (Tostões, 2004).

No projeto desenvolvido por Vianna Barreto para o espaço exterior, é notada a ênfase dada à fachada principal do edifício. Todas as cotas se subordinam ao edifício, que surge destacado sobre as formas naturais do terreno e da vegetação (Barreto, 1955).

No restante espaço é favorecido o "[…] bem-estar do visitante, criando-se em frente de todas as fachadas que não a principal, um ambiente de clausura conseguido através da criação de um envolvimento do espaço



BNA02



BNA03



BNA04

central por uma cortina arbórea periférica, frente os limites exteriores, que confere privacidade e isolamento sonoro, apelando ao passeio pedonal" (Bandeira *et al.*, 2011, p. 10).

Vianna Barreto propôs, maioritariamente, espécies nativas, tais como ulmeiros, freixos, bordos, pinheiros-mansos, nas zonas mais altas, e choupos e salgueiros nas zonas mais baixas. Propõe ainda a utilização de espécies exóticas, como a tipuana de forma a "[…] criar mais interesse ao conjunto e de o ligar com o ambiente mais variado da flora do Jardim do Campo Grande" (Barreto, 1955, p. 11). Neste projeto, é notório o recurso a princípios marcadamente modernistas como a função de uso e a função ecológica (recurso a vegetação nativa mais adequada para cada situação), demonstrando um profundo respeito pela paisagem.

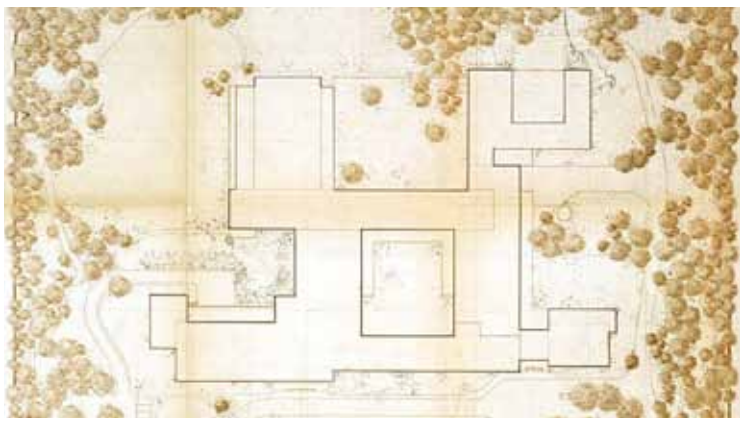
Em 2012, o edifício da Biblioteca Nacional de Portugal foi classificado como Monumento de Interesse Público.



BNA05



BNA06



BNA07

Legendas das imagens

BNA01 – Jardim da Biblioteca Nacional, Lisboa. 2018. Fotografia. © Ana Raquel Cunha.

BNA02 – Carta dos Arredores de Lisboa (em destaque a área do atual do atual Jardim da Biblioteca Nacional). 1899 [retificada]. Folha 6, Escala original [1: 20.000]. Lisboa: Corpo do Estado-Maior. © ClGeoE, Lisboa.

BNA03 – Silva Pinto (dir.). Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim da Biblioteca Nacional). 1904-1911. Levantamento por Silva Pinto e Alberto de Sá Correia, desenho de Raul Torres. Escala [1:5 000]. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

BNA04 – Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim da Biblioteca Nacional). 1950. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

BNA05 – Artur João Goulart. [Biblioteca Nacional de Portugal em construção]. 1961. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/AJG/002360]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

BNA06 – Vianna Barreto & Ponce Dentinho. Biblioteca Nacional, Lisboa, perspectiva. s.d. Fotografia. [CFT169.184]. Lisboa: Col. Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian I FCG – Biblioteca de Arte e Arquivos. © FCG; Fotógrafo: Manuel Silveira Ramos.

BNA07 – Vianna Barreto & Ponce Dentinho. Biblioteca Nacional, Lisboa, Plano geral, esc. 1:500. 1956. Desenho. [CFT169.186]. Lisboa: Col. Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian I FCG – Biblioteca de Arte e Arquivos. © FCG; Fotógrafo: Manuel Silveira Ramos.

BNA08 – Extrato da Fotografia Aérea da Cidade de Lisboa (em destaque os limites da área do atual Jardim da Biblioteca Nacional). 1958. Voo USAF, folhas n.º 431/417, preto e branco. Escala [1:26 000]. Lisboa: IGEOE. © IGEOE, Lisboa.

BNA09 – Extrato da Fotografia Aérea da Cidade de Lisboa (em destaque os limites da área do atual Jardim da Biblioteca Nacional). 1967. Voo FAP (n.º 9), folhas n.º 431/417, preto e branco. Escala [1:25 000]. Lisboa: IGEOE. © IGEOE, Lisboa.

BNA10 – IGEOE. Extrato da Ortofotomapa da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim da Biblioteca Nacional). 2011. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © IGEOE, Lisboa.



BNA08



BNA09

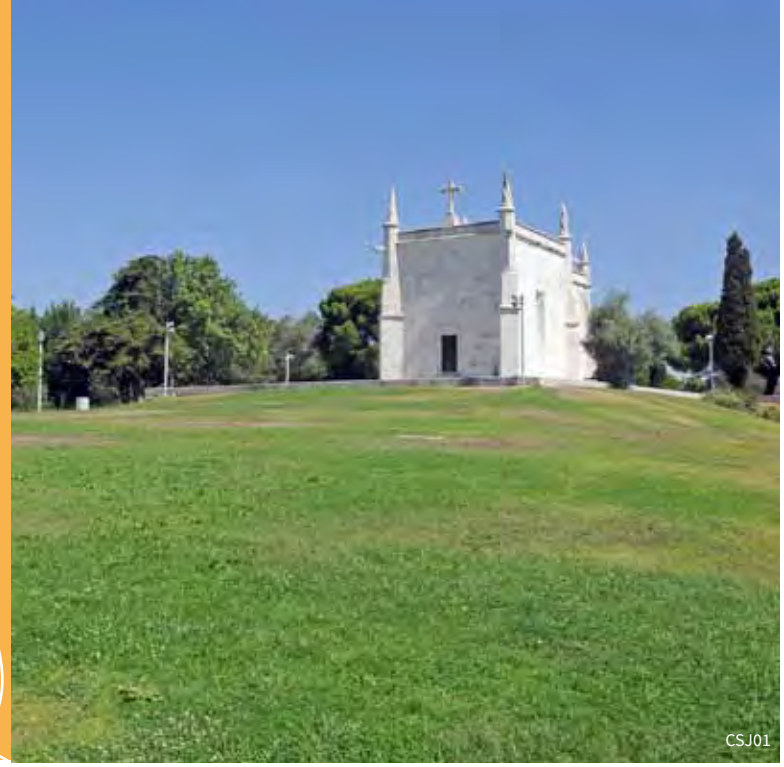


BNA10

JARDIM DA CAPELA DE SÃO JERÓNIMO

Latitude e longitude I 38.70134, -9.213641
Freguesia de Lisboa I Belém
Nº Inventário I 19CSJ
Número de árvores I 670
Número de espécies de árvores I 30
Árvores classificadas ICNF I -
Jardim I Século XVI | c. 1950
Proteção legal I Capela de São Jerónimo é MN - Monumento Nacional, Decreto n.º 32 973, DG, 1.ª série, n.º 175 de 18 agosto 1943 / ZEP, Portaria n.º 46/96, DR, 2.ª série, n.º 126 de 30 maio 1996
Área do jardim I 1 hectare

Autores I Ana Raquel Cunha e Ana Luísa Soares


CSJ01

Implantada no ano de 1500, no alto da colina do Restelo, a Capela de São Jerónimo faz parte do conjunto de quatro capelas de devoção da antiga Cerca do Mosteiro de Santa Maria de Belém, julga-se que seja uma obra também da autoria de Diogo de Boytac (c.1460-1527), o "Mestre" dos Jerónimos (Silva, 2009).

Nos anos 50 do século XX, é elaborado um projeto para o Jardim da Capela de São Jerónimo da autoria do arquiteto paisagista Gonçalo Ribeiro Telles (1922-2020), integrado na intervenção do "Plano de Urbanização da Encosta do Restelo". Coordenado pelo engenheiro Guimarães Lobato, este "Plano de Urbanização da Encosta do Restelo", que constitui área de expansão contemplada no Plano Diretor de Urbanização de Lisboa, a par das zonas de Alvalade e dos Olivais, integra a participação de uma equipa multidisciplinar, que incluía os arquitetos paisagistas Azevedo Coutinho (1921-1992) e Ribeiro Telles.

Este Plano do Restelo surge numa altura já de alguma maturidade, após a intervenção de Alvalade, e em que Ribeiro Telles descreveu, como uma experiência que "[...] não resultou [...] as pessoas perdiam o interesse pelo quintal [...] os logradouros iam ser ocupados por espaços cobertos" (Salema, 2003). No Plano do Restelo, é introduzido um novo conceito que veio mais tarde a ser amplamente desenvolvido nos Olivais, onde se incentiva a premissa de utilização livre da propriedade municipal para toda a população e se confirmou que a especialidade de arquitetura paisagista também foi marcante para o sucesso desta estratégia (Salema, 2003).

Para a envolvente da Capela de São Jerónimo, local de carácter excecional devido ao monumento bem como à sua localização e topografia, Ribeiro Telles apresentou uma intervenção equilibrada entre a Natureza e o monumento. Criou uma zona de proteção para manter as características naturais do lugar e desenhou um miradouro a oferecer a vista, a mesma que terá sido idealizada aquando da construção da capela, sobre a foz do Tejo. No seu projeto evitou simetrias e estabeleceu relações harmoniosas, onde conjugou os caminhos pedonais com a vegetação de modo a conduzir a uma descoberta progressiva da vista entre a Torre de Belém no Tejo e a Ermida no topo da colina (Câmara, 2015; Andresen *et al.*, 2003).

A Capela de São Jerónimo, localizada numa cumeada, apresenta uma zona quadrangular pavimentada e está arborizada em toda a sua envolvente, exceto no quadrante sul-sudoeste-oeste, onde se abre um miradouro. Ao longe, a colina de São Jerónimo parece uma unidade de declive constante, mas, no seu interior, Ribeiro Telles surpreende os utilizadores com a existência de um jogo de plataformas que pretende aumentar a profundidade do local.


CSJ02


CSJ03


CSJ04



CSJ05



CSJ06



CSJ07

A meio da encosta, a mata abre-se numa zona de clareira com vista alargada, onde surge a capela exposta ao rio. Em todo o espaço, além da intenção de "provocar a descoberta permanentemente", o utilizador é levado a uma escolha constante entre premissas – mata e clareira, luz e sombra, abertura e clausura (Salema, 2003). A nota justificativa do seu projeto de 1956 confirma a intenção de privilegiar as vistas e o critério da escolha de vegetação: "[...] a capela surgirá desafogadamente voltada para o rio e enquadrada a norte por maciços de vegetação perenifólia.

A vegetação escolhida para este trecho é tradicional da região de Lisboa" (Telles, 1956a, p.2). Hoje em dia, podemos testemunhar a presença de algumas das espécies propostas no seu plano de plantação de referir: alfarrobeira (*Ceratonia siliqua*), pinheiro-manso (*Pinus pinea*), sobreiro (*Quercus suber*), oliveira (*Olea europaea*), cipreste (*Cupressus sempervirens*) e o loureiro (*Laurus nobilis*) (Telles, 1956b; Vasconcelos *et al.*, 2017).

Para Gonçalo Ribeiro Telles, este projeto teve um valor especial, pois, ao conquistar a ampliação da zona de salvaguarda da capela, conseguiu inviabilizar o eixo viário para unir a Torre de Belém previsto por Duarte Pacheco. Acresce o significado de ter sido o projeto onde pela primeira vez assinou como arquiteto paisagista e não apenas como engenheiro agrónomo (Jornal Público, 2003; Salema, 2003).

Legendas das imagens

CSJ01 – Capela de São Jerónimo, Lisboa. 2010. Fotografia. © António Sacchetti.

CSJ02 – Filipe Folque (dir.). Extrato do Atlas da Carta Topográfica de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim da Capela de São Jerónimo). 1856-1858. Levantamento por Filipe Folque, Carlos Pezerat, Francisco Goullard e César Goullard. Original, planta colorida. Escala [1:1000]. Lisboa: [s.n.]. © AML, Lisboa.

CSJ03 – Silva Pinto (dir.). Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim da Capela de São Jerónimo). 1904-1911. Levantamento por Silva Pinto e Alberto de Sá Correia, desenho de Raul Torres. Escala [1:5 000]. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

CSJ04 – Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim da Capela de São Jerónimo). 1950. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

CSJ05 – Joshua Benoliel. [Ermida de São Jerónimo]. 1905. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/JBN/000041]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

CSJ06 – Arnaldo Madureira. Obras nos terrenos junto à Ermida de São Jerónimo. 1961. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/ARM/000957]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

CSJ07 – Gonçalo Ribeiro Telles. [Projeto de ordenamento paisagístico da encosta do Restelo]. 1956. Desenho. [PT/AMLSB/CMLSB/UROB/EV/0674; Fólio 27]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

CSJ08 – Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim da Capela de São Jerónimo). 1970. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

CSJ09 – Extrato da Fotografia Aérea da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim da Capela de São Jerónimo). 1967. Voo FAP (n.º 9), folhas n.º 431/417, preto e branco. Escala [1:25 000]. Lisboa: IGEOE. © IGEOE, Lisboa.

CSJ10 – IGEOE. Extrato de Ortofotomapa da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim da Capela de São Jerónimo). 2011. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © IGEOE, Lisboa.



CSJ08



CSJ09



CSJ10

JARDIM DA ESTRELA

Jardim Guerra Junqueiro

Latitude e longitude I 38.71467,-9.159294
Freguesia de Lisboa I Estrela
Nº Inventário I 25EST
Número de árvores I 562
Número de espécies de árvores I 120
Árvores classificadas ICNF I -
Jardim I 1852
Proteção legal I ZEP: incluído na zona especial de proteção da Basílica da Estrela
Área do jardim I 4,5 hectares

Autores I Adreia Cunha e Sónia Talhé Azambuja



EST01

O Jardim da Estrela, originalmente designado por Passeio da Estrela, foi inaugurado em 1852, tendo sido planeado por Jean Baptiste Désiré Bonnard (1797-1861), jardineiro-paisagista do rei D. Fernando II (1816-1885), com a colaboração do jardineiro-chefe do município de Lisboa, João Francisco da Silva (Azambuja, 2001, pp. 142-144). Este jardim, com cerca de cinco hectares, é um dos mais antigos jardins públicos da cidade de Lisboa, depois do aparecimento do Jardim das Amoreiras (1759) e do conhecido Passeio Público (1764). A reformulação da Tapada das Necessidades, paço real, promovida pelo rei D. Fernando II com projeto de Jean Baptiste Bonnard, de 1841, cria o primeiro jardim paisagista ("jardim inglês") de Lisboa, com um traçado orgânico e uma grande riqueza florística, constituindo o primeiro jardim da Casa Real com este novo estilo.

O Jardim da Estrela é o primeiro jardim público de Lisboa criado de raiz neste novo estilo de jardim paisagista por Bonnard. A cedência do jardineiro real Bonnard para elaborar um projeto de um jardim público revela a visão humanista do rei D. Fernando II. Construído para ser utilizado como local de recreio das famílias burguesas que passaram a habitar a zona após o Terramoto de 1755, o antigo Passeio da Estrela chega até aos dias de hoje como um dos jardins de destaque à luz da época em que foi concebido, revelando uma estética distinta e uma enorme riqueza em tudo o que o compõe (Santana & Sucena, 1994, pp. 474-475). Pinho Leal refere que: «[...] as obras de engrandamento e plantação [Jardim da Estrela]; sendo dirigidas, aquellas pelo architecto de obras publicas, e estas pelos habilissimos jardineiros Bonard e João Francisco, timbrado todos para desempenharem com a maior intelligencia a commissão que lhes fôra encaregada» (Pinho Leal, 1874, p. 422). Com cinco portões e rodeado por gradeamento em metal forjado, é uma marca do período romântico na cidade, influenciado pela Escola Paisagista Inglesa. A aproximação às formas da Natureza, com um traçado sinuoso, conjuga o belo e o pitoresco através da criação de planos distintos. A atitude pictórica está patente no jardim, sendo possível apreciar uma coleção botânica proveniente dos quatro cantos do mundo. O coreto, as estátuas, as esculturas, os lagos, as cascatas e as grutas artificiais são alguns dos elementos que fazem as delícias de quem visita o museu vivo que é o Jardim Guerra Junqueiro, assim designado em homenagem ao poeta Abílio Guerra Junqueiro (1850-1923).

De todos os espaços verdes existentes, o Jardim da Estrela é "[...] sem dúvida o recinto que melhor merece o nome de Jardim [...]", não só pelo seu passado repleto de tradições, mas também pelas suas frondosas árvores, amplas de sombra, e pelos recantos cheios de recolhimento e ricos de pitoresco (CML, 1941, p. 40).

Após o terramoto de 1755, um grande número de famílias burguesas escolhe a zona da Estrela para viver, pela sua localização distanciada do centro da cidade. Com o início da construção da Basílica da Estrela, em 1779, o Casal da Estrela viu o seu cariz rural transformar-se, passando a ter um papel preponderante no crescimento urbanístico da cidade (Isidro, Silva & Soares, 2010, p. 17). Apesar de nas imediações existir o Passeio



EST02



EST03



EST04



EST05



EST06



EST07

Público, inaugurado no ano de 1764, este era "[...] em rigor, [...] mais alameda do que parque. O velho Passeio pombalino precisava de uma derivante [...]" (Araújo *cit* por Ribeiro, 1953, p. 25).

A construção do jardim só foi possível devido ao donativo feito por Manuel José de Oliveira, barão de Barcelinhos, que permitiu a compra e expropriação do terreno e as primeiras obras de terraplanagem (Araújo *cit* por Ribeiro, 1953, p. 26). Também Joaquim Manuel Monteiro, capitalista português, mais tarde conde da Estrela, contribuiu de forma benemérita para a criação do novo Passeio da Estrela (Araújo *cit* por Ribeiro, 1953, p. 26). Findo o dinheiro doado pelo conde, o presidente da Câmara de Lisboa, Nuno José Pereira Bastos, expõe à rainha D. Maria II as dificuldades e a situação acaba por se resolver com uma nova introdução de capital (Araújo *cit* por Ribeiro, 1953, p. 27). No fim de contas, "[...] foram estes dois homens [...] com o seu dinheiro e a sua compreensão, que tornaram possível o Passeio da Estrela, abrindo o caminho à generosidade da rainha D. Maria II [...]"(Araújo *cit* por Ribeiro, 1953, p. 27).

Entre 1844 e 1847, as obras do jardim são interrompidas devido à instabilidade política (Isidro, Silva & Soares, 2010, p. 17) provocada pelas várias lutas liberais e revoltas surgidas (Lamas, 1935, p. 34). Três anos depois, em 1850, são retomadas as obras de construção do jardim. Graças ao contributo dos jardineiros-paisagistas Jean Bonnard e João Francisco (Azambuja, 2001, pp. 142-144), no dia 3 de abril de 1852, o Passeio da Estrela, "[...] um jardim romântico à inglesa murado com um imponente e bonito gradeamento, caracterizado por apresentar um desenho sinuoso de canteiros [...]", abre as suas portas (Isidro, Silva & Soares, 2010, p. 17). É importante ter presente que o Jardim da Estrela "[...] foi plantado em um terreno sáfaro, que, no volver de poucos annos, se tornou um dos mais adornados passeios publicos d'esta bella cidade [...]" (Jackson, 1877, p. 133). A descrição de um viajante, datada de 1852, salienta a existência no jardim de "[...] um pavilhão chinez, aonde estaciona aos domingos uma banda de Música Militar [...] recentemente começado e não concluído [...]", da autoria da Pézerat (Relvas & Braga, 1991, p. 99).

A composição arbórea do Jardim da Estrela expressa-se num conjunto de exemplares de diversas espécies como: araucária-colunar (A*raucaria columnaris*), pata-de-vaca (*Bauhinia forficata*), árvore-em-chamas (*Brachychiton acerifolius*), cedro-do-Líbano (*Cedrus libani*), sumaúma (*Ceiba speciosa*), loureiro-da-nova-zelândia (*Corynocarpus laevigatus*), dragoeiro (*Dracaena draco*), cedro-do-buçaco (*Cupressus lusitanica*), lódão-bastardo (*Celtis australis*), jacarandá (*Jacaranda mimosifolia*), til (*Ocotea foetens*), bela-sombra (*Phytolacca dioica*), abeto-falso (*Picea abies*), pinheiro-das-canárias (*Pinus canariensis*), plátano-vulgar (*Platanus x hispanica*), plátano-do-Oriente (*Platanus orientalis*), carvalho-roble (*Quercus robur*), salgueiro-de-ouro (*Salix x sepulcralis*), sequoia-sempre-verde (*Sequoia sempervirens*), tília-prateada (*Tilia tomentosa*), tipuana (*Tipuana tipu*). Quanto às palmeiras, existem diversas espécies como: a palmeira-das-vassouras (*Chamaerops humilis*), a quência (*Howea*



EST08



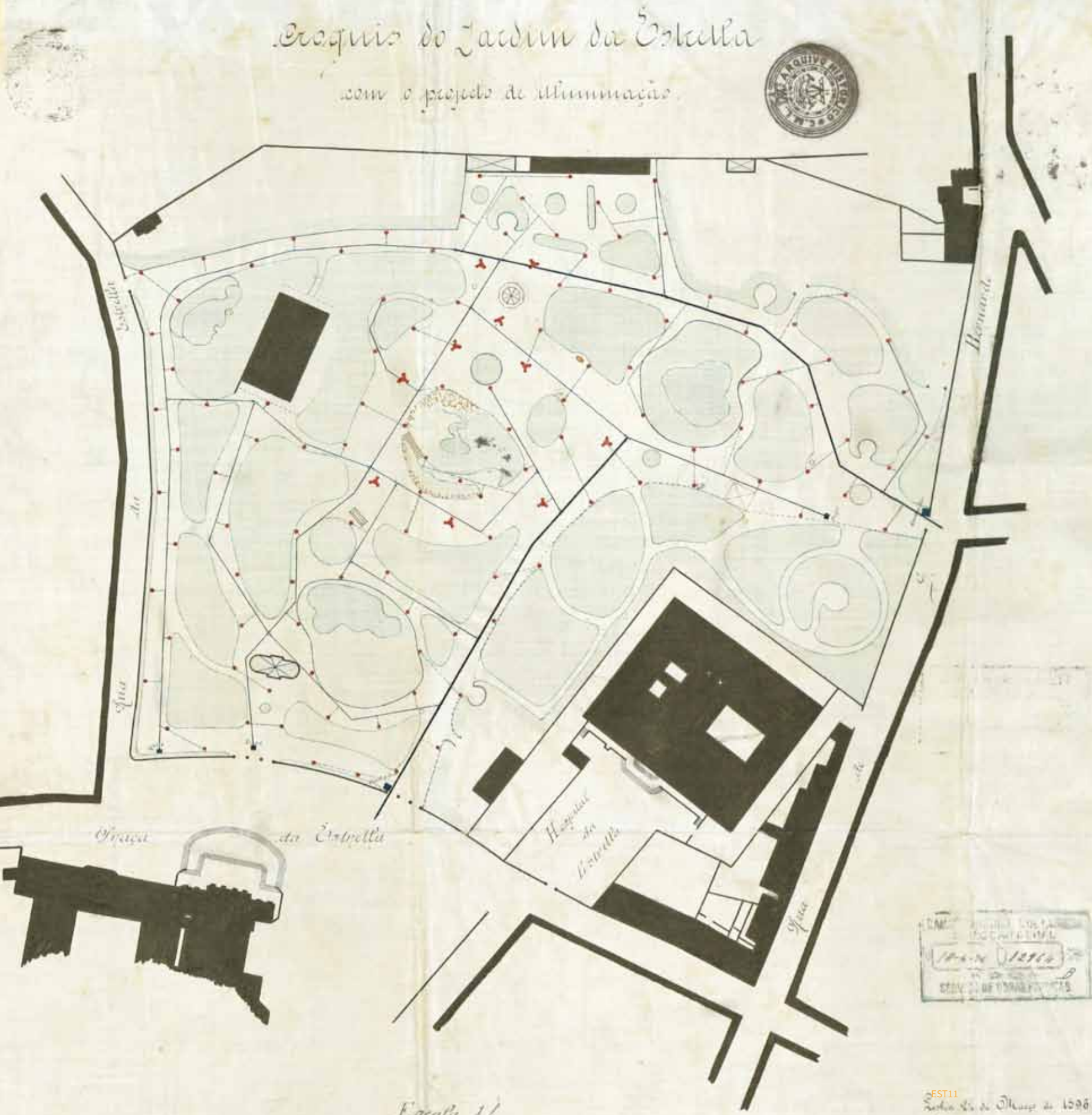
EST09



EST10

Croquis do Jardim da Estrella

com o projecto de illuminação



Escala 1/1000

ARQUIVO HISTÓRICO
12964

forsteriana), a palmeira-do-senegal (*Phoenix reclinata*). O Jardim da Estrela está incluído na Zona Especial de Proteção da Basílica da Estrela.



EST12



EST13



EST14



EST15

Legendas das imagens

EST01 – Uma perspetiva sobre a vegetação do Jardim da Estrela, Lisboa. 2010. Fotografia. © António Sacchetti.

EST02 – Duarte José Fava. Extrato da Carta topográfica de Lisboa e seus subúrbios... (em destaque os limites da área do atual Jardim da Estrela (Jardim Guerra Junqueiro)). 1831 [1807]. Litografia. Escala [1:5000], 500 braças por palmo. Lisboa: Casa do Risco das Obras Públicas. © AML, Lisboa.

EST03 – Filipe Folque (dir.). Extrato do Atlas da Carta Topográfica de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim da Estrela (Jardim Guerra Junqueiro)). 1856-1858. Levantamento por Filipe Folque, Carlos Pezerat, Francisco Goullard e César Goullard. Original, planta colorida. Escala [1:1000]. Lisboa: [s.n.]. © AML, Lisboa.

EST04 – Silva Pinto (dir.). Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim da Estrela (Jardim Guerra Junqueiro)). 1904-1911. Levantamento por Silva Pinto e Alberto de Sá Correia, desenho de Raul Torres. Escala [1:5 000]. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

EST05 – Joshua Benoliel. [Panorâmica da Estrela tirada do zimbório da Basílica da Estrela]. 1911. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/JBN/003109]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

EST06 – Joshua Benoliel. [Jardim da Estrela, lago]. 1911. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/JBN/000032]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

EST07 – Eduardo Portugal. Jardim da Estrela, biblioteca municipal ao ar livre. 1939. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/EDP/001417]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

EST08 – Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim da Estrela (Jardim Guerra Junqueiro)). 1950. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

EST09 – Extrato da Fotografia Aérea da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim da Estrela (Jardim Guerra Junqueiro)). 1967. Voo FAP (n.º 9), folhas n.º 431/417, preto e branco. Escala [1:25 000]. Lisboa: IGEOE. © IGEOE, Lisboa.

EST10 – IGEOE. Extrato da Ortofotomapa da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim da Estrela (Jardim Guerra Junqueiro)). 2011. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © IGEOE, Lisboa.

EST11 – Júlio Mourão da Costa. [Projeto de iluminação do jardim da Estrela]. 1896. Desenho. [PT/AMLSB/CMLSBAH/GEGE/030/001195; Fólio 5]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

EST12 – Horácio Novais. Basílica da Estrela vista do jardim da Estrela. [195-]. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/HNV/000007]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

EST13 – Jardim da Estrela vendo-se o seu gradeamento e em último plano a Basílica da Estrela, Lisboa. 2008. Fotografia. © Ana Luísa Soares.

EST14 – Pormenor do coreto do jardim, transferido em 1936 da zona do Antigo Passeio Público (atual Avenida da Liberdade), Lisboa. 2010. Fotografia. © António Sacchetti.

EST15 – Lago com escultura no Jardim da Estrela, Lisboa. 2010. Fotografia. © António Sacchetti.

JARDIM DA FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN

Latitude e longitude I 38.73674, -9.153714
Freguesia de Lisboa I Avenidas Novas
Nº Inventário I 26GUL
Número de árvores I 778
Número de espécies de árvores I 64
Árvores classificadas ICNF I -
Jardim I 1962
Proteção legal I MN: Monumento Nacional, Decreto n.º 18/2010, DR, 1.ª série, n.º 250, de 28-12-2010
Área do jardim I 8 hectares

Autores I Ana Raquel Cunha e Ana Luísa Soares



GUL01

Foi em 1857 que, com a aquisição dos terrenos Quinta do Provedor dos Armazéns, José Maria Eugénio de Almeida (1811-1872), um grande capitalista da época, transforma os 86.000 m² da propriedade original de Fernando Larre, no Parque de Santa Gertrudes – Gertrudes em homenagem à sua falecida mãe (Leal, 2006). Esta é a génese do que viria a ser o Jardim da Fundação Calouste Gulbenkian.

Para desenhar a envolvente do palácio, Eugénio de Almeida recorre a Jacob Weiss (1815-1898) – jardineiro suíço, formado na escola francesa do desenho de jardins. Em 1866, tiveram início as plantações do parque, materializando o "ideário paisagista de Eugénio de Almeida" (Leal, 2006). A proposta de Weiss para o parque pode ser descrita como um compromisso entre o desenho de uma quinta de recreio e o classicismo dos jardins à francesa (Carapinha & Treib, 2006). Na cartografia de Silva Pinto, de 1911, é possível ver o desenho do Parque de Santa Gertrudes.

Após a morte de José Maria Eugénio de Almeida, Maria das Dores Almeida Pinto, sua esposa, cede o Parque de Santa Gertrudes para instalação do Jardim Zoológico e de Aclimatação de Lisboa, que aí permaneceu entre 1884 e 1895. Com esta instalação, o recatado e intimista Parque de Santa Gertrudes assume um carácter público. Apesar de ter sido encontrado um documento que manifestava a intenção de Carlos Eugénio de Almeida (1845-1914) – filho de José Maria e Maria das Dores – de transformar o Parque de Santa Gertrudes novamente num parque privado, essa intenção nunca foi concretizada – o parque idealizado por José Maria Eugénio de Almeida "já não era o mesmo e jamais voltaria a sê-lo" (Carapinha & Treib, 2006).

Em 1943, é instalada no parque a Feira Popular de Lisboa, perdendo a melancolia do traçado de Weiss e trazendo consigo a festa e a alegria. A cedência do parque novamente para usufruto público foi feita pelo conde Vill'Alva, Vasco Maria Eugénio de Almeida (1913-1975), bisneto de José Maria Eugénio de Almeida e aí permaneceu até 1956. Em abril de 1957, o conde Vill'Alva vende 6/7 da área total do Parque de Santa Gertrudes à Fundação Calouste Gulbenkian, marcando o início de um novo tempo, tal como aconteceu em 1857 (Carapinha & Treib, 2006).

Em 1959, é aberto o concurso para a execução do espaço construído e da área verde da futura Fundação Calouste Gulbenkian. Dada a imponência da obra, o concurso foi limitado apenas a três ateliers de arquitetura, e o projeto vencedor foi anunciado dois anos depois. Os vencedores do concurso foram os arquitetos Alberto Pessoa (1919-1985), Pedro Cid (1925-1983) e Ruy Athouguia (1917-2006). Ainda em 1961, os arquitetos paisagistas Gonçalo Ribeiro Telles (1922-2020) e António Vianna Barreto (1924-2012) dão início ao projeto de arquitetura paisagista cuja entrega final foi feita em 1963, ano em que inauguraram as obras. A primeira fase das obras termina em 1965 e, apesar de a inauguração da sede da Fundação Calouste Gulbenkian ter ocorrido a 2 de outubro de 1969, à data o parque ainda não se encontrava terminado, ficando as suas plantações



GUL02



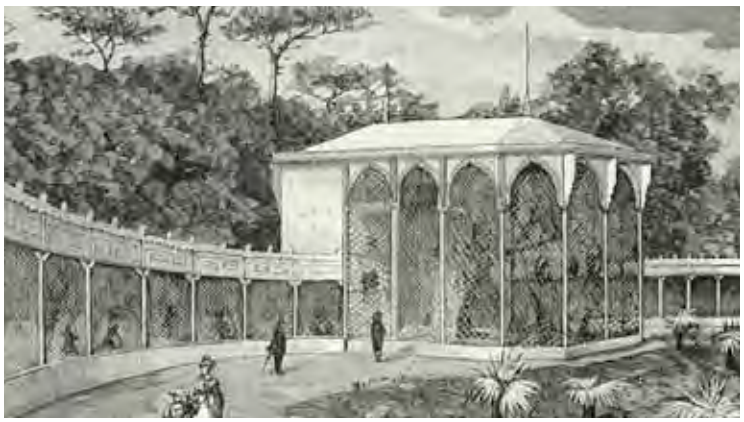
GUL03



GUL04



GUL05



GUL06



GUL07

apenas concluídas na primavera do ano seguinte (Tostões, 2006; Barreto, 2003; Câmara, 2015).

Justifica-se fazer uma referência a Manuel Azevedo Coutinho (1921-1992) – o primeiro arquiteto paisagista a ser formado em Portugal, pelo professor Francisco Caldeira Cabral (1908-1992), e o primeiro a integrar os quadros da CML –, que, segundo Aurora Carapinha, deve ser considerado o pioneiro na arborização do novo jardim, responsável pela elaboração do relatório relativamente ao estado de conservação do coberto arbóreo, entregue em março de 1958.

Em junho de 1970, quando cessou o contrato dos arquitetos paisagistas, deu-se início a "(…) um novo Tempo. Era a vez da Natureza com todas as suas mutações e evoluções, de se apropriar do desenho idealizado, de o transformar, de o fabricar, de definir as espacialidades que, desde a primeira fase do projecto, Ribeiro Telles e António Barreto haviam imaginado com ela e a partir dela. É neste momento que a construção do jardim se inicia verdadeiramente" (Carapinha & Treib, 2006).

Segundo Teresa Andresen, "[…] o jardim Gulbenkian é evidentemente o espaço da maturidade e afirmação artística, técnica e social de uma profissão emergente no século XX que, em Portugal também encontra o seu espaço de afirmação" (Andresen, 2003).

Para o jardim da fundação, Gonçalo Ribeiro Telles e António Vianna Barreto – também eles formados por Francisco Caldeira Cabral – conceberam espaços segundo uma estética naturalista, cortando com a ideia pouco moderna de paisagem enquadrada, tendo sempre em atenção a dimensão social do jardim, a sua funcionalidade e a predominância do espaço sobre o desenho das formas. Partindo destas premissas e sempre cientes de que quanto maior a compreensão do processo de funcionamento do sistema paisagem, maior o partido que dele se pode retirar, Ribeiro Telles e Vianna Barreto propuseram-se a trabalhar com a Natureza e conseguiram criar uma obra ímpar, onde hoje cada um de nós pode vivenciar a paisagem.

Pensado, desenhado e construído para estar bem integrado e em continuidade com o edifício-sede e o museu, os seus projetistas souberam aproveitar e acentuar as estruturas naturais do terreno através do uso da modelação do terreno, da vegetação e da água.

Neste jardim de traçado orgânico, a quantidade de árvores adensa-se à medida que nos aproximamos do limite do jardim ou dilui-se à medida que nos aproximamos dos edifícios da fundação. Essa cortina arbórea estrategicamente colocada nos limites do parque visa proteger os utilizadores do ruído proveniente da agitação citadina, ajudar ao desenvolvimento de condições microclimáticas e à configuração e individualização do seu espaço interior. Cortando com a ideia tradicional do caminho comum que atravessa o jardim, foi criado com um amplo sistema de percursos serpenteados, em lajes de betão com grande



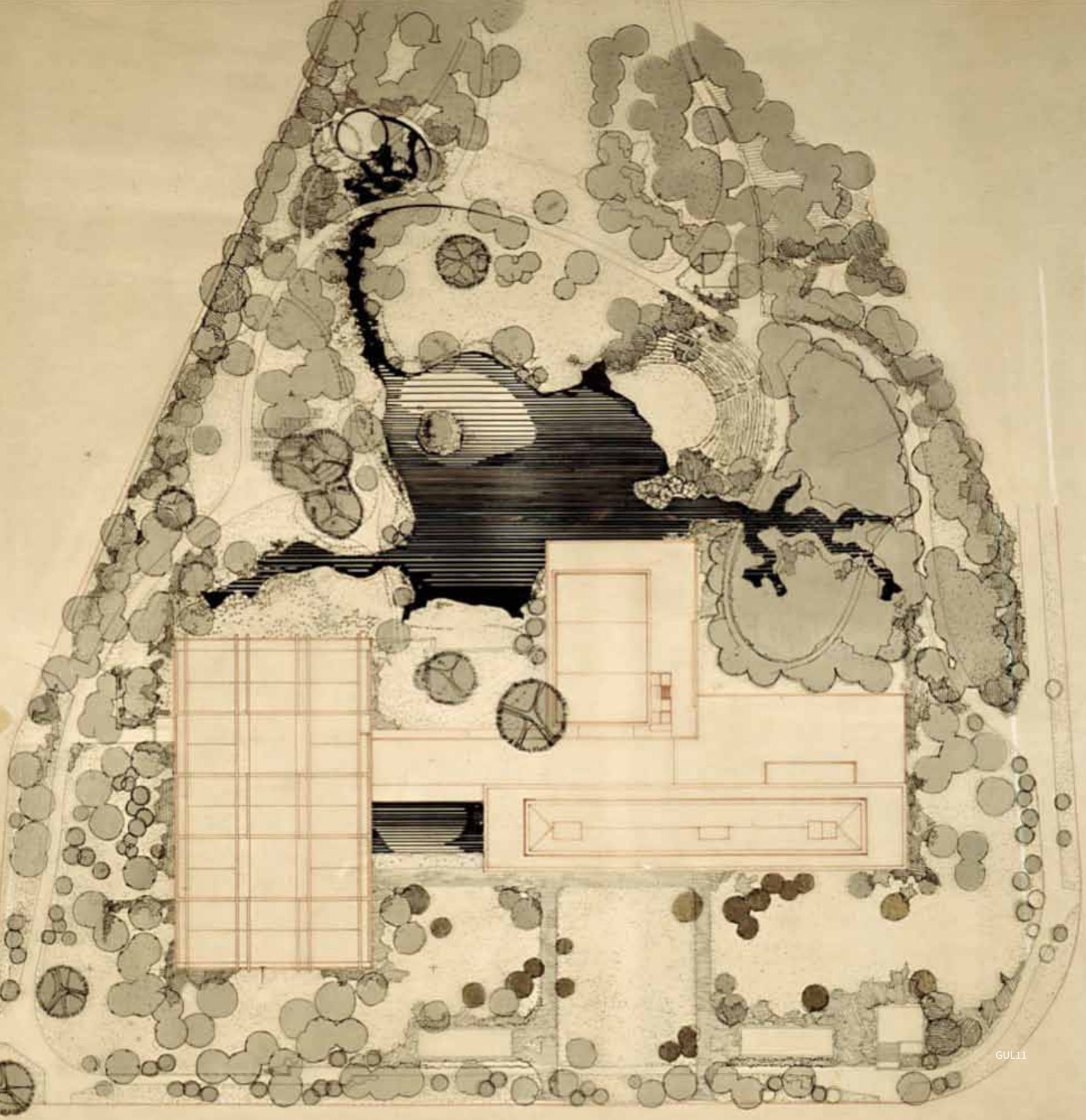
GUL08



GUL09



GUL10



GUL11

FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN

dimensão, que permite aos utilizadores do parque explorarem as várias espacialidades que o espaço oferece. A simplicidade sentida por quem vivencia este jardim é camuflada pela enorme mestria do seu desenho.

Em 1975, o conjunto da sede, museu e jardins da Fundação Calouste Gulbenkian recebem o Prémio Valmor da CML, prémio atribuído pela primeira vez não só a um edifício isolado, mas ao conjunto que o incluía, ou seja, além do edificado, todo o espaço exterior é reconhecido pelo seu enorme valor paisagístico. No ano seguinte, Viana Barreto elabora um Plano de Revitalização do Parque após apresentar alguns indícios de degradação. No ano 2000, Ribeiro Telles é novamente convidado para intervir no parque, elaborando um novo Plano de Reabilitação do Jardim da Fundação – obras que ficaram concluídas em 2002.

Em 2010, a sede e os jardins da fundação são classificados como monumento nacional, sob o reconhecimento de representar "[…] uma obra de dimensão, programa e competência técnica excepcionais, de importância e significado referenciais na arquitectura nacional e internacional" (Cf. Decreto-Lei n.º 18/2010).



GUL12



GUL13



GUL14



GUL15

Legendas das imagens

GUL01 – Estátua de Calouste Gulbenkian em bronze e pedra no Jardim da Fundação Caloustre Gulbenkian, Lisboa. 2010. Fotografia. © António Sacchetti.

GUL02 – Duarte José Fava. Extrato da Carta topográfica de Lisboa e seus subúrbios... (em destaque a área do atual Jardim da Fundação Calouste Gulbenkian). 1831 [1807]. Litografia. Escala [1:5000], 500 braças por palmo. Lisboa: Casa do Risco das Obras Públicas. © AML, Lisboa.

GUL03 – Filipe Folque (dir.). Extrato do Atlas da Carta Topográfica de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim da Fundação Calouste Gulbenkian). 1856-1858. Levantamento por Filipe Folque, Carlos Pezerat, Francisco Goullard e César Goullard. Original, planta colorida. Escala [1:1000]. Lisboa: [s.n.]. © AML, Lisboa.

GUL04 – Silva Pinto (dir.). Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim da Fundação Calouste Gulbenkian). 1904-1911. Levantamento por Silva Pinto e Alberto de Sá Correia, desenho de Raul Torres. Escala [1:5 000]. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

GUL05 – J. Christino e M. de Macedo. O Lago Central do Jardim Zoológico. [s.d.]. Desenho in O Ocidente: revista ilustrada de Portugal e do estrangeiro, 1884, nº 197. Lisboa: Hemeroteca Digital. © AML, Lisboa.

GUL06 – O Kiosque dos Macacos no Jardim Zoológico. [s.d.]. Desenho in O Ocidente: revista ilustrada de Portugal e do estrangeiro, 1884, nº 198. Lisboa: Hemeroteca Digital. © AML, Lisboa.

GUL07 – J. Christino. Vista geral do Jardim Zoológico de Lisboa, tirada do Kiosque da música. [s.d.]. Desenho in O Ocidente: revista ilustrada de Portugal e do estrangeiro, 1884, nº 201. Lisboa: Hemeroteca Digital. © AML, Lisboa.

GUL08 – Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim da Fundação Calouste Gulbenkian). 1950. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

GUL09 – Extrato da Fotografia Aérea da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim da Fundação Calouste Gulbenkian). 1967. Voo FAP (n.º 9), folhas n.º 431/417, preto e branco. Escala [1:25 000]. Lisboa: IGEOE. © IGEOE, Lisboa.

GUL10 – IGEOE. Extrato da Ortofotomapa da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim da Fundação Calouste Gulbenkian). 2011. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © IGEOE, Lisboa.

GUL11 – Gonçalo Ribeiro Telles. Parque Calouste Gulbenkian, Plano geral. [s.d.]. Desenho. [CFT169.524]. Lisboa: Col. Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian I FCG – Biblioteca de Arte e Arquivos. © FCG; Fotógrafo: Manuel Silveira Ramos.

GUL12 – Nuno Roque da Silveira. [Fundação Calouste Gulbenkian, jardim]. 1971. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/NBS/000536]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

GUL13 – Nuno Roque da Silveira. [Fundação Calouste Gulbenkian, jardim]. 1971. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/NBS/000535]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

GUL14 – Jardim da Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa. 2010. Fotografia. © António Sacchetti.

GUL15 – Vista sobre o lago do Jardim da Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa. 2010. Fotografia. © António Sacchetti.

JARDIM DA TORRE DE BELÉM

Latitude e longitude I 38.69286, -9.21565
Freguesia de Lisboa I Belém
Nº Inventário I 71TBE
Número de árvores I 179
Número de espécies de árvores I 23
Árvores classificadas ICNF I -
Jardim I 1953 - 1958
Proteção legal I Jardim incluído na ZEP da Torre de Belém e na ZEP do Palácio Nacional de Belém. A Torre de Belém é considerada Monumento Nacional, MN, Dec. 16-06-1910, DG 136 de 23 junho 1910, ZEP, DG 11 de 14 janeiro 1960, ZEP, Port. nº 44/92, DR 36 de 12 fevereiro 1992. E desde 1938 está listada como Património Mundial da UNESCO
Área do jardim I 6 hectares

Autores I Ana Raquel Cunha e Ana Luísa Soares



TBE01

A Torre de Belém, anteriormente denominada Torre de São Vicente, é uma fortificação localizada entre a doca e o forte do Bom Sucesso. No século XVI, quando foi edificada, estava cercada de água, mas ao longo do tempo foi abraçada pela praia de Belém, um extenso areal entre as praias do Bom Sucesso e de Pedrouços.

Atualmente a envolvente deste monumento, alvo de diversas propostas de intervenções paisagísticas, tem uma localização privilegiada ao lado do rio Tejo e prolonga-se com a Avenida da Torre de Belém em direção à Capela de São Jerónimo. De mencionar que a Torre de Belém foi classificada como Monumento Nacional em 1910 e é Património Mundial da UNESCO desde 1983.

Embora a construção da Torre de Belém só tenha sido iniciada durante o reinado de D. Manuel I (1495-1521), ainda durante o reinado de D. João II (1481-1495) esta obra foi idealizada com o intuito de construir um conjunto de baluartes que, ao funcionar em perfeita cooperação, formassem um eficaz sistema de defesa da Barra do Tejo, protegendo a cidade de Lisboa, à época uma das mais ricas e cosmopolitas cidades do mundo. Admite-se que o primeiro desenho da fortaleza seja da autoria de Garcia de Rezende (1470-1536) e (ou) de Diogo de Boytac (c. 1460-1527) (Araújo, 1944).

Francisco Arruda (f. 1547), um importante especialista em fortificação, após desenvolver trabalhos no âmbito da arquitetura militar em Marrocos e na Índia, é convidado para trabalhar sob orientação de Boytac, que na época dirigia as obras do Mosteiro de Santa Maria de Belém (Jerónimos). Apesar de a edificação do baluarte de Belém estar integrada na execução da obra dos Jerónimos, Francisco de Arruda teve liberdade na conceção e construção da Torre de Belém (Silva, 2009). Com início em 1514, as obras do Castelo de San Vicente a par de Belém – denominação atribuída à obra em homenagem ao padroeiro da cidade – ficaram concluídas em 1520 (Almeida, 2000; Silva, 2009).

Durante o decorrer dos anos, foram feitas várias propostas de alargamento e reestruturação da torre, chegou até a ser proposta a sua demolição, para ser construída uma mais moderna (Silva, 2009). No entanto, a Torre de Belém apenas veio a ser alvo de intervenção em 1846, durante o reinado de D. Maria II (1819-1853) – restauro que visou restituir-lhe o seu aspeto inicial (Almeida, 2000).

Foi em 1943 que Cottinelli Telmo (1897-1948) projetou para a zona envolvente da Torre de Belém, um enquadramento paisagístico condigno da sua beleza, importância histórica e simbólica. Além de recorrer às simetrias compositivas, Cottinelli Telmo idealizou a instalação de 12 estátuas homenageando os navegadores da expansão marítima portuguesa (Câmara, 2015; Cunha, 2014).



TBE02



TBE03



TBE04



TBE05



TBE06



TBE07

Em oposição à grandiosa e imponente proposta de Cottinelli Telmo, muito marcada pelo estilo do regime, surge, na década de 50, a proposta de António Facco Vianna Barreto (1924-2012), marcada por fundamentos da arquitetura paisagista como a naturalidade e a simplicidade. Acabado de formar pelo professor Francisco Caldeira Cabral, no Instituto Superior de Agronomia, Vianna Barreto, arquiteto paisagista da primeira geração, é chamado a desenhar o enquadramento da Torre de Belém (Barreto, 2011) e idealiza para esta envolvente um espaço onde "a Natureza, pudesse brilhar a magnífica obra do Homem" – e isso não se conseguiria com uma proposta assente em retas absolutas e ângulos rígidos junto da Torre (Barreto, 1956).

Todo o desenho da proposta foi desenvolvido em função das características físicas do lugar – a composição, a orientação solar e a topografia (Câmara, 2015). Tendo em consideração as vistas e sem esquecer a ligação com a Capela de São Jerónimo, Vianna Barreto propõe uma ligeira escavação do terreno, criando uma subtil zona de anfiteatro, no sentido do motivo principal da paisagem (Barreto, 2011). De forma a valorizar a torre, o projetista deu prioridade pedonal, desenhando caminhos que acompanhassem a direção das curvas de nível ou que, em posição oblíqua em relação à torre, possibilitassem a criação de ângulos de visão variados (Câmara, 2015).

Após o estudo da vegetação da envolvente, Vianna Barreto considerou mais adequado optar por um plano de plantação à base de espécies típicas da paisagem local, onde na periferia do terreno propunha uma zona vegetação de porte alto, devidamente acompanhada por espécies arbustivas e subarbustivas das respetivas associações fitossociológicas e uma zona de clareira de prado com espécies de flora espontânea e pontuada por arbustos (Barreto, 1956). De forma a homenagear simbolicamente os navegadores portugueses, propôs colocar junto à torre "três exóticas palmeiras, altas e esguias – símbolos vivos das novas terras trazidas ao mundo pelos navegadores que, há séculos, dali partiram" (Barreto, 1956).

Formalizados os planos de plantação da zona envolvente da Torre, em dezembro de 1955, passaram a existir "[…] duas propostas para um mesmo espaço, uma de Cottinelli Telmo, arquiteto largamente conceituado do regime de Salazar, e uma outra do estagiário – engenheiro silvicultor com o Curso Livre de Arquitetura Paisagista - Viana Barreto" (Câmara, 2015).

A escolha pela proposta de Vianna Barreto foi bastante polémica e várias vezes noticiada pela imprensa nacional. Mas o reconhecimento da sua proposta é feito em 1957, no V Congresso Internacional de Arquitetura Paisagista, em Zurique, numa exposição itinerante da Federação Internacional de Arquitetos Paisagistas (IFLA, em inglês) – onde foram apresentados vários projetos portugueses (Andresen, 2003).

Inaugurado em 1958, este jardim apresenta uma forma irregular e caracteriza-se por um amplo relvado estruturado por caminhos



TBE08



TBE09



TBE10



TBE11

longitudinais, mais ou menos paralelos, no qual se entrelaça uma rede ondulada de caminhos, envolvida por uma diversidade arbórea, com forte presença de oliveiras (*Olea europaea*), pinheiros-mansos (*Pinus pinea*) e alfarrobeiras (*Ceratonia siliqua*).

Hoje em dia, volvidos mais de 60 anos, quando se visita o Jardim da Torre da Belém – com cerca de seis hectares de características marcadamente modernistas –, é uma obra paisagística que se vivencia, dada a sua singularidade e simplicidade. Mérito de Viana Barreto que soube deixar brilhar a Torre de Belém e a sua envolvente.

Legendas das imagens

TBE01 – Jardim da Torre de Belém, Lisboa. 2017. Fotografia. © Jorge Sousa.

TBE02 – Duarte José Fava. Extrato da Carta topográfica de Lisboa e seus subúrbios... (em destaque a área do atual Jardim da Torre de Belém). 1831 [1807]. Litografia. Escala [1:5000], 500 braças por palmo. Lisboa: Casa do Risco das Obras Públicas. © AML, Lisboa.

TBE03 – Filipe Folque (dir.). Extrato do Atlas da Carta Topográfica de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim da Torre de Belém). 1856-1858. Levantamento por Filipe Folque, Carlos Pezerat, Francisco Goullard e César Goullard. Original, planta colorida. Escala [1:1000]. Lisboa: [s.n.]. © AML, Lisboa.

TBE04 – Silva Pinto (dir.). Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim da Torre de Belém). 1904-1911. Levantamento por Silva Pinto e Alberto de Sá Correia, desenho de Raul Torres. Escala [1:5 000]. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

TBE05 – António de Oliveira. [Torre de Belém, aguarela do século XIX]. [post. 1941]. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/MAO/000581]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

TBE06 – Kurt Pinto. [Fotografia aérea sobre a zona de Belém, vê-se a fábrica de gás de Belém]. 1938. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/KPI/000238]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

TBE07 – Viana Barreto. [Plano de plantação na zona da Torre de Belém]. [1962-1964]. Desenho. [PT/AMLSB/CMLSB/UROB/EV/1705; Fólio 1]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

TBE08 – Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim da Torre de Belém) 1950. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

TBE09 – Extrato da Fotografia Aérea da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim da Torre de Belém). 1958. Voo USAF, folhas n.º 431/417, preto e branco. Escala [1:26 000]. Lisboa: IGEOE. © IGEOE, Lisboa.

TBE10 – IGEOE. Extrato da Ortofotomapa da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim da Torre de Belém). 2011. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © IGEOE, Lisboa.

TBE11 – Salvador de Almeida Fernandes. Fotomontagem de uma fotografia aérea mostrando o projeto do arranjo paisagístico dos terrenos em volta da Torre de Belém. 1956. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/SAL/000095]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

TBE12 – Faria da Costa. [Plantas da zona de protecção da Torre de Belém]. [1940-1950]. Desenho. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PURB/002/03969; Fólio 5]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

TBE13 – Judah Benoliel. Terrenos junto da Torre de Belém. [post. 1956]. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/JBN/004824]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

TBE14 – Judah Benoliel. Torre de Belém. [195-]. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/JBN/004825]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

TBE15 – Jardim da Torre de Belém, Lisboa. 2014. Fotografia. © António Sacchetti.



TBE12



TBE13



TBE14



TBE15

JARDIM DAS AMOREIRAS

Jardim Marcelino Mesquita

Latitude e longitude I 38.72209,-9.156277
Freguesia de Lisboa I Santo António
Nº Inventário I 05AMO
Número de árvores I 90
Número de espécies de árvores I 19
Árvores classificadas ICNF I -
Jardim I 1759
Proteção legal I ZEP: Portaria n.º 1099/95, DR 207, de 7/09/1995
Área do jardim I 0,6 hectares

Autores I Andreia Cunha, Ana Raquel Cunha e Ana Luísa Soares



AMO01

Ao descer a Rua das Amoreiras, cruzando o Arco do Aqueduto das Águas Livres, em direção ao reservatório da Mãe de Água, entramos no acolhedor Jardim das Amoreiras. Com uma área de 0,6 hectares, tem uma composição arbórea distinta do projeto original, uma vez que as amoreiras foram substituídas por outras espécies. Foi nesta área que se instalou o primeiro conjunto de unidades fabris de Lisboa, por decisão do Marquês de Pombal (1699-1782).

Foi no ano de 1771, na Praça dos Fabricantes, mais tarde Praça das Amoreiras, que Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal "[...] assistiu à plantação de trezentos e trinta um pés de amoreiras [...]" (Martins, 1938, p. 246) e plantou a primeira com as suas mãos. Relatos contam que esta tornou-se "[...] a amoreira mais corpulenta que ali se encontrava entre a porta da capela e o chafariz [...]" (Martins, 1938, p. 246), só tendo sido possível a plantação destas primeiras árvores graças ao vereador Luís de Almeida e Albuquerque, fundador do Jornal do Comércio (Costa, 1959, p. 57).

O principal objetivo da introdução destas belas e frondosas amoreiras era dar resposta às várias leis que haviam surgido por volta de 1752, que favoreciam a cultura desta espécie de árvores e a produção do bicho-da-seda (Rossa, 1998). Assim, as folhas destas árvores eram utilizadas para alimentar "[...] os bichos cujo casulo era indispensável matéria-prima para a laboração da vizinha Real Fábrica da Seda [...]" (Magalhães, 1998, p. 26), inaugurada no ano de 1741 (Rossa, 2009).

O Jardim das Amoreiras é um dos mais antigos de Lisboa, foi idealizado pelo Marquês de Pombal (Magalhães, 1998, p. 26), a par da reconstrução da cidade após o terramoto de 1755 e da realização de outras obras emblemáticas, como o Passeio Público. Criado para enquadrar um complexo fabril e o bairro operário correspondente, Marquês de Pombal assina o plano de edificação do bairro das Águas Livres, integrado na política de protecionismo industrial onde se integravam diversas unidades fabris, alojamentos para operários e uma praça, revelando preocupação de incorporar as intervenções urbanísticas com os espaços públicos – cumprindo, além das suas funções de lazer, passeio e convívio social, funções higiénicas e preventivas como resposta a situações de congestionamento e insalubridade.

O bairro das Águas Livres ou bairro dos Fabricantes de Seda, projetado pelo engenheiro Carlos Mardel (1695-1763), acabou por ser inaugurado em 1759. Quase dez anos depois, em 1768, o local é favorecido pela edificação, por baixo de um arco do aqueduto, da Capela de Nossa Senhora de Monserrate pela Irmandade dos Fabricantes de Seda (Isidro, Silva & Soares, 2009, p. 19).



AMO02



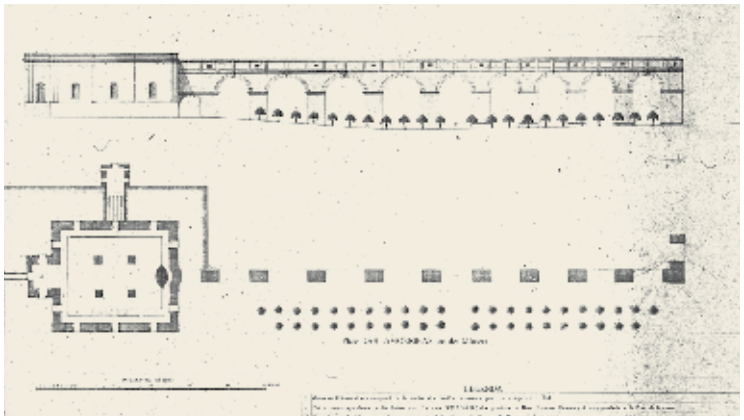
AMO03



AMO04



AMO05



AMO06



AMO07

Com o encerramento da Real Fábrica da Seda, as amoreiras, tão importantes anos antes, acabam por ser substituídas por oliveiras e ulmeiros. O topónimo Amoreiras resistiu à passagem dos anos e o atual Jardim Marcelino Mesquita, em memória do escritor e dramaturgo português, constitui um espaço agradável onde se pode desfrutar da sombra de diversas árvores (Isidro, Silva & Soares, 2009, p. 19). Este jardim cujo topónimo tem resistido à passagem dos anos é um local acolhedor e pitoresco, considerado um oásis da cidade de Lisboa (Magalhães, 1998, p. 26).

Apesar de as amoreiras originalmente plantadas terem sido substituídas por outras árvores, este continua a ser um local distinto, devido ao seu enquadramento arquitetónico com uma forte expressão histórica e cultural. O Jardim das Amoreiras, implantado numa plataforma de nível, com uma interessante diversidade botânica, prima pela sua estrutura retangular limitada por um conjunto de frondosas tílias. Este espaço verde não murado apresenta uma rede de caminhos definida pelos vários canteiros existentes, que converge para o 'coração' do mesmo, onde se situa um elemento de água, o chafariz central em mármore. No limite poente, localiza-se o parque infantil e o quiosque com esplanada, reforçando o ambiente agradável que o caracteriza e com o qual contribui para o conforto urbano.

Neste jardim público, podem encontrar-se, relativamente a elementos construídos, gradeamentos que delimitam as áreas relvadas, bancos em mármore e várias esculturas, da autoria do escultor Carlos Amado (1936-2010), como a peça de Etienne Hadju ou o busto de Adolfo Simões Muller (Isidro, Silva & Soares, 2009, p. 20). Apesar de ser um jardim de reduzida dimensão a sua composição arbórea e o seu desenho dão-lhe um valor pitoresco, tranquilo e encantador, sendo especialmente frequentado por residentes da área envolvente.

Tal como já referido, os contornos do Jardim Marcelino Mesquita são definidos por exemplares de tílias pertencentes à espécie tília-prateada (*Tilia tomentosa*) e tília-de-folhas-grandes (*Tilia platyphyllos*). No interior deste espaço verde podem encontrar-se espécies arbóreas como: o bordo-da-noruega (*Acer platanoides*), o plátano-bastardo (*Acer pseudoplatanus*), o castanheiro-da-índia (*Aesculus hippocastanum*), a sumaúma (*Ceiba speciosa*), o loureiro-da-nova-zelândia (*Corynocarpus laevigatus*), a árvore-do-verniz (*Firmiana simplex*), a magnólia-branca (*Magnolia grandiflora*), a amoreira-branca (*Morus alba*), o teixo (*Taxus baccata*) e a tipuana (*Tipuana tipu*). É possível ainda encontrar a palmeira-quência (*Howea forsteriana*).

A história deste jardim, a sua composição paisagística e o seu património arbóreo, associado à riqueza da estatuária e existência do lago, conferem-lhe um elevado valor patrimonial. Dada a envolvência de vários bens imóveis classificados, este jardim beneficia do estatuto Zona Especial de Proteção, atribuído pela Direção-Geral do Património Cultural, que assegura o enquadramento paisagístico do bem imóvel e as perspetivas



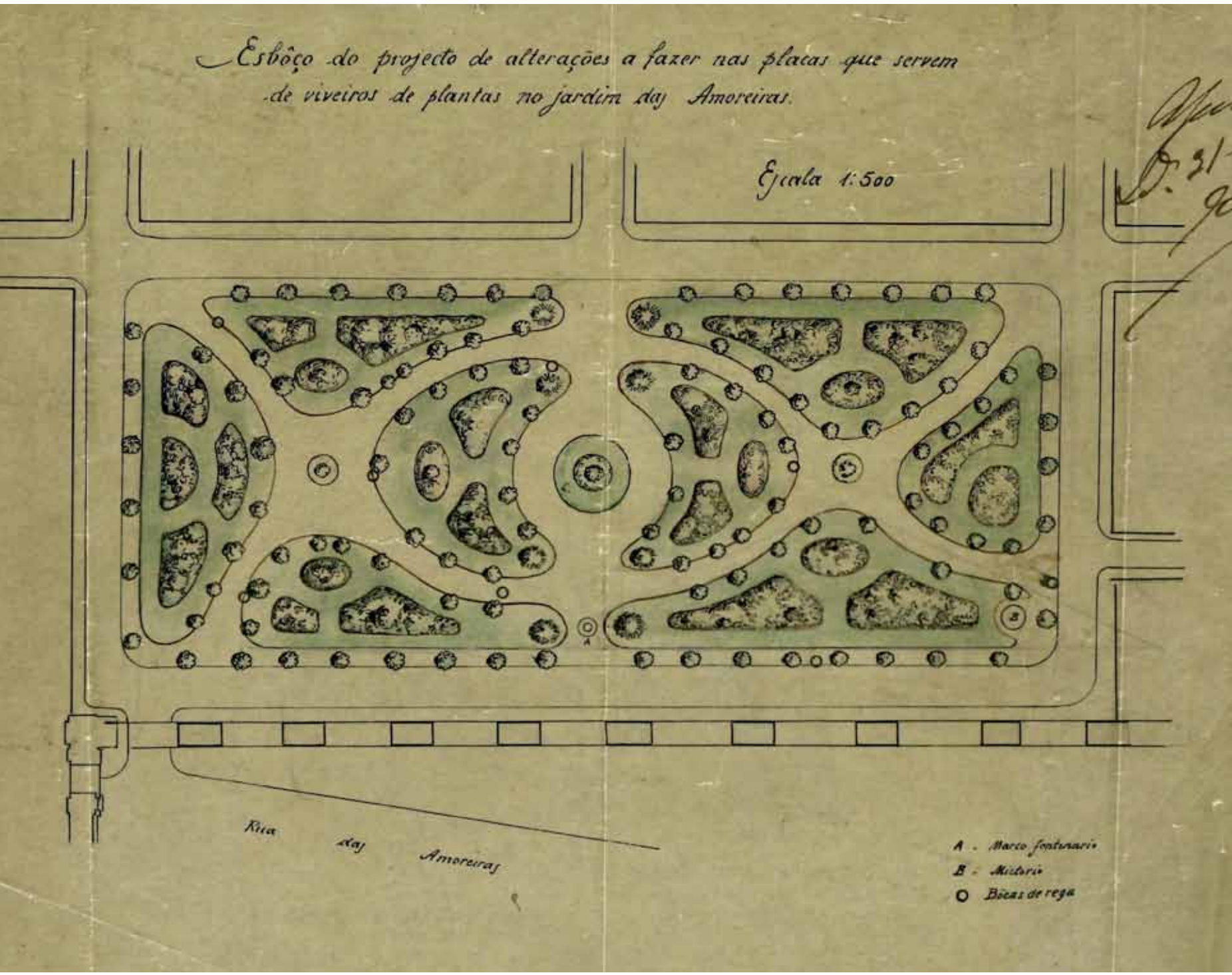
AMO08



AMO09



AMO10


Esbôço do projecto de alterações a fazer nas placas que servem de viveiros de plantas no jardim das Amoreiras.
Escala 1:500
Rua das Amoreiras
A . Marco fontenario
B . Miliario
O Bicas de rega

AMO11

da sua contemplação que sejam relevantes para a defesa do respetivo contexto.

Legendas das imagens

AMO01 – Chafariz central do Jardim das Amoreiras, Lisboa. 2009. Fotografia. © Ana Luísa Soares.

AMO02 – Duarte José Fava. Extrato da Carta topográfica de Lisboa e seus subúrbios... (em destaque a área do atual Jardim das Amoreiras). 1831 [1807]. Litografia. Escala [1:5000], 500 braças por palmo. Lisboa: Casa do Risco das Obras Públicas. © AML, Lisboa.

AMO03 – Filipe Folque (dir.). Extrato do Atlas da Carta Topográfica de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim das Amoreiras). 1856-1858. Levantamento por Filipe Folque, Carlos Pezerat, Francisco Goullard e César Goullard. Original, planta colorida. Escala [1:1000]. Lisboa: [s.n.]. © AML, Lisboa.

AMO04 – Silva Pinto (dir.). Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim das Amoreiras). 1904-1911. Levantamento por Silva Pinto e Alberto de Sá Correia, desenho de Raul Torres. Escala [1:5 000]. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

AMO05 – [Nº13. Chafaris das Amoreiras]. [s.d.] Fotografia. [MNL 98-G P 3 Nº12]. Lisboa: Gabinete de Estudos Olisiponenses. © CMLEO, Lisboa.

AMO06 – [Élévation di Chatêau d'eau, et de l'Aquedue das Agoas Livres des eauxs Libres dio Côtê de la Place das Amoreiras]. [s.d.]. Desenho. [J_AMO_D26C]. Lisboa: Secretaria- Geral da Economia e Transição Digital. © SGETD/BAHE, Lisboa.

AMO07 – Paulo Guedes. Jardim das Amoreiras. [19--]. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/PAG/000260]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

AMO08 – Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim das Amoreiras). 1950. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

AMO09 – Extrato da Fotografia Aérea da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim das Amoreiras). 1938-1948. Voo SPLAL, folha n.º 431, preto e branco. Lisboa: IGEOE. © IGEOE, Lisboa.

AMO10 – IGEOE. Extrato da Ortofotomapa da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim das Amoreiras). 2011. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © IGEOE, Lisboa.

AMO11 – [Esboço do projeto de alterações a fazer nas placas que servem de viveiros de plantas no jardim das Amoreiras]. 1931. Desenho. [PT/AMLSB/CMLSB/UROB-OM/19/0104/01 ; Fólio 1]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

AMO12 – Eduardo Portugal. Panorâmica do jardim das Amoreiras tirada do reservatório da Mãe de Água. 1939. Fotografia. [PT/AMLSB/POR/056870]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

AMO13 – Amadeu Ferrari. Ermida de Nossa Senhora de Monserrate, fachada principal. [194-]. Fotografia. [PT/AMLSB/FER/000363]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

AMO14 – Quiosque e esplanada no Jardim das Amoreiras, Lisboa. 2010. Fotografia. © António Sacchetti.

AMO15 – Um dos caminhos do Jardim das Amoreiras, Lisboa. 2010. Fotografia. © António Sacchetti.



AMO12



AMO13



AMO14



AMO15

JARDIM DAS DAMAS DO PALÁCIO NACIONAL DA AJUDA

Latitude e longitude I 38.70844, -9.198555
Freguesia de Lisboa I Ajuda
Nº Inventário I 23DAM
Número de árvores I 45
Número de espécies de árvores I 6
Árvores classificadas ICNF I -
Jardim I 1784
Proteção legal I ZEP: DG 253 de 29 outubro 1959. IIP, Dec. nº 33 587, DG 63 de 27 março 1944
Área do jardim I 0,3 hectares

Autor I Mário Fortes



DAM01

Este jardim localiza-se no topo da encosta da Ajuda, numa zona onde subsistem testemunhos das antigas quintas que caracterizaram a envolvente de Lisboa, como a quinta do conde de Óbidos, a dos condes da Calheta e a de Belém, famosa pelos seus jardins e picadeiro. Nesta área de transição entre a antiga paisagem rural que veio a ser florestada e a zona urbana que avança sobre as antigas propriedades régias, encontra-se não só o Palácio da Ajuda, mas também vestígios do complexo designado correntemente como Real Barraca, a Casa da Física ou dos Serenins; a Torre da Patriarcal; o Jardim Botânico e o Museu de História Natural; a tapada; picadeiros e quartéis, dos quais se destaca o original Pentágono do conde reinante de Schaumburg-Lippe: edifícios destinados a secretarias de Estado, instituições governamentais e residências de nobres; as grandes linhas de aquedutos dos quais dependia a corte que se alojou na Ajuda após o Terramoto de 1755. Na envolvente reconhecem-se intervenções urbanísticas sucessivas que conferem um carácter único à encosta onde se implanta o jardim. As intervenções datadas das últimas décadas do século XX e princípios do XXI baseiam-se em soluções de rotura com a malha urbana e tipologias antigas, potenciando a descaracterização deste antigo bairro de Lisboa.

A implantação do Jardim das Damas a cotas superiores às da Real Barraca assegurava panorâmicas: a nascente, sobre Lisboa e o mar da Palha; a norte, sobre as cumeadas atualmente florestadas de Monsanto; a poente, acompanhando o rio até ao Forte do Bugio; a sul, sobre a Cova do Vapor e arribas onde se inscreve a Trafaria, Porto Brandão e Cacilhas, ainda hoje pontuadas pelas antigas quintas e pelo velho lazareto. A construção do atual palácio reduziu a amplitude das panorâmicas a sul obtidas a partir dos tabuleiros do jardim, contudo, do patamar e principalmente do terraço do mirante, desfruta-se uma das melhores panorâmicas de Lisboa.

O Jardim das Damas, construído em finais do século XVIII, destinava-se às senhoras da corte da D. Maria I. Integrava o palácio abarracado, edificado depois do Terramoto de 1755. Este jardim sucedeu ao velho Jardim das Senhoras de tempos de D. José, confinado a um dos pátios da Real Barraca. Desconhece-se quem foi o projetista, contudo, destaca-se a conceção erudita que remete para cenografias da época. Registos de obra datados de 1784 incluem referências à aquisição de madeiras para construção do mirante. Nos tempos de D. Maria I, frequentava-se o jardim ainda em construção: entre vários indícios, constatou-se que pelo menos uma das pirâmides de cantaria da cascata grande não foi chumbada no local definitivo, permanecendo tombada por 200 anos. Em finais de 1794, um vasto incêndio consome o paço de madeira, a corte afasta-se da Ajuda e o jardim é abandonado. O projeto do novo palácio previa a demolição do jardim, que subsistiu pela falta de meios para a conclusão do gigantesco edifício, cuja construção se iniciou cerca de 1796. "Na segunda metade do século XIX, a Ajuda foi residência de D. Luís e D. Maria Pia. A "Planta do Real



DAM02



DAM03



DAM04



DAM05



DAM06



DAM07

Paço d'Ajuda e suas cercanias" de 1869 inclui uma representação do jardim. Acedia-se então por um passadiço de madeira instalado na ala poente do palácio. Documentos deste período registam o "envolvimento de um jardineiro italiano, a plantação de várias árvores de fruto e a reserva de sementes". Vem a ser profundamente alterado em cronologias posteriores: removeu-se a vegetação com exceção de duas romãzeiras; entulhou-se e aterrou-se a cascata grande; adulteraram-se lagos e restantes peças de água que vieram a ser reconvertidos em tanques de rega; instalaram-se caleiras; lavraram-se caminhos; criou-se uma horta. No século XX, foi utilizado como estaleiro e depósito de materiais. "Em 1988, iniciou-se a recuperação do jardim abrangido pelo protocolo 'Recuperação de Jardins Históricos' assinado pelo Instituto Português do Património Cultural (IPPC) e pela Associação Portuguesa dos Arquitetos Paisagistas (APAP)."

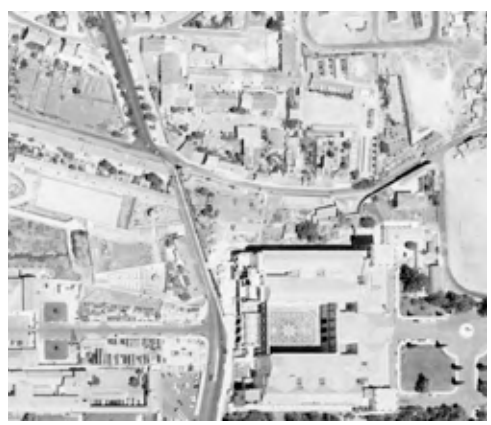
"A pesquisa exaustiva, as sondagens e a abordagem multidisciplinar realizadas nos anos seguintes fundamentaram o projeto de recuperação, que veio a ser selecionado como 'Projeto Piloto − Recuperação do Património Arquitetónico Europeu/CCE 1993.'" A obra, iniciada em 1994, foi concluída por volta de 1996, destacando o período mais marcante da história do jardim.

O jardim, cuja área ronda 0,3 hectares, distribui-se por duas plataformas assimétricas, dominadas por um mirante. As plataformas estão articuladas por um conjunto de escadarias. As grandes peças de água como cascatas, fontes e tanques definem os eixos de simetria que estruturam o jardim. Integra jaulas para animais; cantarias e elementos decorativos *rocaille* de pedra calcária; superfícies pintadas a ferro emolduradas a branco; painéis de azulejos com cenas galantes e paisagens dominadas pelo azul e branco; embrechados de pedra branca, preta e avermelhada que definem motivos vegetalistas; pavimentos de sarrisca, tijoleira e lajeados de calcário. Plátanos, suspiros, magnólias e uma romãzeira centenária ensombram caminhos, delimitando os canteiros de buxo.

Desde 1959 este jardim encontra-se classificado como Imóvel de Interesse Público por estar inserido na Zona circundante do Palácio Nacional da Ajuda, que inclui Jardim das Damas, Salão de Física, Torre Sineira, Paço Velho e Jardim Botânico (Decreto n.º 33 587, DG, I Série, n.º 63, de 27-03-1944, ZEP, Portaria, DG, 2.ª série, n.º 253 de 29 outubro 1959).



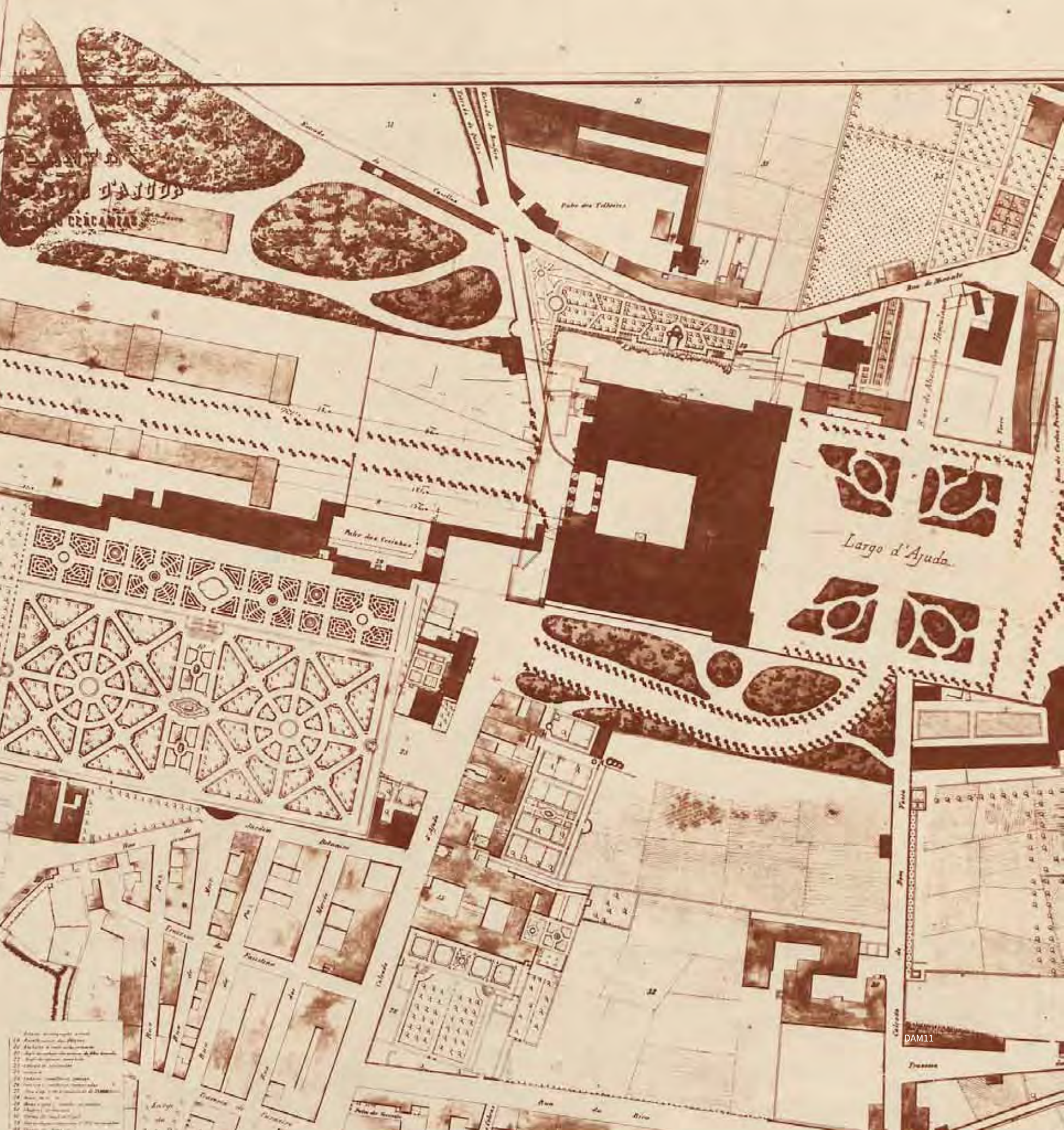
DAM08



DAM09



DAM10


Largo d'Ajuda
Rua do Mercado
Rua de Belem
Rua de Belem
Rua de Belem

Legendas das imagens

DAM01 – Perspetiva do Jardim das Damas do Palácio da Ajuda, Lisboa. 2015. Fotografia. © Paulo Forte.

DAM02 – Duarte José Fava. Extrato da Carta topográfica de Lisboa e seus subúrbios... (em destaque a área do atual Jardim das Damas do Palácio da Ajuda). 1831 [1807]. Litografia. Escala [1:5000], 500 braças por palmo. Lisboa: Casa do Risco das Obras Públicas. © AML, Lisboa.

DAM03 – Silva Pinto (dir.). Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim das Damas do Palácio da Ajuda). 1904-1911. Levantamento por Silva Pinto e Alberto de Sá Correia, desenho de Raul Torres. Escala [1:5 000]. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

DAM04 – Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim das Damas do Palácio da Ajuda). 1950. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

DAM05 – Jardim das Damas antes da recuperação. 1987. Fotografia. © DGPC, Henrique Ruas.

DAM06 – Projeto de Recuperação, axonometria. 1988. Desenho. © Projeto: Arquiteto Paisagista Mário Fortes; Fotografia do projeto: Henrique Ruas.

DAM07 – Trabalhos arqueológicos: registo estratigráfico. 1990. Fotografia. © DGPC, Henrique Ruas.

DAM08 – Extrato da Fotografia Aérea da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim das Damas do Palácio da Ajuda). 1938/1948. Voo SPLAL, folha n.º 431, preto e branco. Lisboa: IGEOE. © IGEOE, Lisboa.

DAM09 – Extrato da Fotografia Aérea da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim das Damas do Palácio da Ajuda). 1987. Voo FAP (n.º 36), folhas n.º 431/417, preto e branco. Escala [1:17 000]. Lisboa: IGEOE. © IGEOE, Lisboa.

DAM10 – IGEOE. Extrato da Ortofotomapa da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim das Damas do Palácio da Ajuda). 2011. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © IGEOE, Lisboa.

DAM11 – Planta do Real Palácio da Ajuda e suas cercanias, Lisboa, planta por J. A. de Abreu. 1869. Cópia de litografia. [D 103 A | BAHOP]. Lisboa: Arquivo Histórico da Economia e Transição Digital. © SGETD/BAHE.

DAM12 – Desmonte de acrescentos e abertura da Grande Cascata. 1991. Fotografia. © DGPC, Henrique Ruas.

DAM13 – Balaustrada do tabuleiro inferior. 2014. Fotografia. © DGPC, Fátima Peralta.

DAM14 – Tabuleiro superior do jardim e mirante. 2015. Fotografia. © DGPC, Mário Fortes.

DAM15 – Escadaria de acesso ao mirante. 2015. Fotografia. © DGPC, Ana Rita Basto.



DAM12



DAM13



DAM14



DAM15

JARDIM DE SANTOS

Jardim Nuno Álvares

Latitude e longitude I 38.70703, -9.154545
Freguesia de Lisboa I Estrela
Nº Inventário I 66SAN
Número de árvores I 84
Número de espécies de árvores I 20
Árvores classificadas ICNF I 8
Jardim I 1873
Proteção legal I -
Área do jardim I 0,4 hectares

Autor I Célia Coelho



SAN01

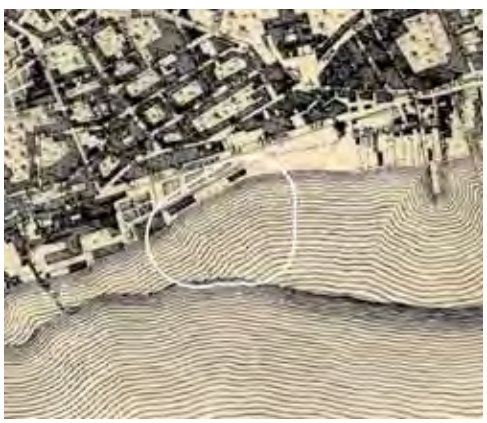
Localizado no Largo de Santos, na freguesia da Estrela (antiga Santos-o-Velho), o Jardim Nuno Álvares, ou Jardim de Santos, concebido em 1873, é um jardim público e possui uma área de 0,4 hectares.

Situado junto à Avenida 24 de Julho, é especialmente frequentado pelos moradores do bairro. Trata-se de um jardim de pequena dimensão, mas com vegetação densa que proporciona um excelente local de estada de sombra no verão. De acordo com uma fotografia de Joshua Benoliel de 1911, do Arquivo Fotográfico de Lisboa, o jardim caracteriza-se pela sua composição florística com muitas palmeiras.

Nos anos 20 do século XX, o arquiteto paisagista francês Jean-Claude Nicolas Forestier (1861-1930) foi convidado a visitar Lisboa. Colaborou com Adolphe Alphand (1817-1891) na arborização e reestruturação de vários jardins em França, Espanha e América Latina. Em Lisboa, concebeu um projeto de arborização de grande escala, uma verdadeira via verde ribeirinha, desde a Praça do Comércio até Cascais, que incluiu o Jardim de Santos. Segundo Forestier, Lisboa, organizada de forma graciosa e naturalmente em anfiteatro sobre o rio, atrairia assim o olhar do viajante "ávido de jardins, de terraços e avenidas".

Atualmente, o jardim apresenta oito tipuanas de grande dimensão (*Tipuana tipu*), classificadas de interesse púbico desde 2005, e que resistiram ao devastador ciclone de 14 de fevereiro de 1941. Estes exemplares, durante a primavera, na sequência da queda das suas pequenas flores amarelas, fazem o pavimento do jardim parecer ouro. Também se pode observar um grandioso exemplar de jacarandá *(Jacaranda mimosifolia*), cuja queda das suas flores de cor lilás produz um lindo tapete floral. Existe também no jardim, junto ao lago, um exemplar de uma bela-sombra (*Phytolacca dioica*) e uma olaia (*Cercis siliquastrum*). Podemos ainda verificar a existência de vários arbustos, dos quais se destacam, pela sua dimensão, os folhados (*Viburnum tinus*), arbusto de floração branca e frutos em forma de bagas de cor azul-metálico.

O jardim apresenta também uma estátua em bronze patinado, de tamanho natural, assente num bloco de granito, que representa o jornalista e escritor Ramalho Ortigão (1836-1915). A pedido da Câmara Municipal de Lisboa, foi esculpida, em 1954, pelo escultor Numídico Bessone (1913-1985) e inaugurada em 1957.



SAN02



SAN03



SAN04



SAN05



SAN06



SAN07

Legendas das imagens

SAN01 – Jardim de Santos ou Jardim Nuno Álvares, Lisboa. 2012. Fotografia. © António Sacchetti.

SAN02 – Duarte José Fava. Extrato da Carta topográfica de Lisboa e seus subúrbios... (em destaque a área do atual Jardim de Santos (Nuno Álvares)). 1831 [1807]. Litografia. Escala [1:5000], 500 braças por palmo. Lisboa: Casa do Risco das Obras Públicas. © AML, Lisboa.

SAN03 – Filipe Folque (dir.). Extrato do Atlas da Carta Topográfica de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim de Santos (Nuno Álvares)). 1856-1858. Levantamento por Filipe Folque, Carlos Pezerat, Francisco Goullard e César Goullard. Original, planta colorida. Escala [1:1000]. Lisboa: [s.n.]. © AML, Lisboa.

SAN04 – Silva Pinto (dir.). Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim de Santos (Nuno Álvares)). 1904-1911. Levantamento por Silva Pinto e Alberto de Sá Correia, desenho de Raul Torres. Escala [1:5 000]. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

SAN05 – Joshua Benoliel. [Jardim Nuno Álvares]. 1911. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/JBN/000028]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

SAN06 – Horácio Novais. [Jardim Nuno Álvares]. [c. 1951]. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/HNV/000345]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

SAN07 – Frondoso copado das Tipuana tipu do Jardim de Santos, são oito as árvores desta espécie, classificadas neste jardim devido à sua beleza e porte. 2012. Fotografia. © António Sacchetti.

SAN08 – Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim de Santos (Nuno Álvares)). 1950. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

SAN09 – Extrato da Fotografia Aérea da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim de Santos (Nuno Álvares)). 1938-1948. Voo SPLAL, folha n.º 431, preto e branco. Lisboa: IGEOE. © IGEOE, Lisboa.

SAN10 – IGEOE. Extrato da Ortofotomapa da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim de Santos (Nuno Álvares)). 2011. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © IGEOE, Lisboa.



SAN08



SAN09



SAN10

JARDIM CAMPO GRANDE

Jardim Mário Soares

Latitude e longitude I 38.75466,-9.152002
Freguesia de Lisboa I Alvalade
Nº Inventário I 17CGR
Número de árvores I 1324
Número de espécies de árvores I 95
Árvores classificadas ICNF I -
Jardim histórico I 1520
Proteção legal I ZEP: parcialmente incluído na Zona Especial de Proteção da Casa da Quinta da Pimenta (Museu da Cidade) (v. PT031106090049)
Área do jardim I 13,4 hectares

Autores I Paulo Simões e Miguel Garcez



CGR01

O Campo Grande como conhecemos hoje é, desde há muitos anos, uma das entradas para a cidade de Lisboa, impondo uma responsabilidade maior para receber quem visita ou se despede da capital.

Outrora apelidado de Campo de Alvalade ou Alvalade-O-Grande, era descrito já desde o século XII como uma zona rural, visitada e ocupada maioritariamente para agricultura, hortas e pastoreio, nos subúrbios da cidade de Lisboa. A sua função apenas foi alterada no século XVI para logradouro público e, no século XVII, foi delineada a primeira alameda para passagem de animais e pessoas.

A ideia do logradouro público nasceu de um projeto de Passeio Público em 1520, durante o reinado de D. Maria I (1734-1816), elaborado por D. Rodrigo de Sousa Coutinho (1755-1812), ministro da rainha, transformando "[...] na sua qualidade de parque de recreio" começando "[...], segundo cremos, verdadeiramente, após a sua arborização." (Quadros, 1943, p. 13).

A "[...] feira das nozes, uma grande feira muito frequentada pelo povo de Lisboa e dos arredores saloios" (Tostões, 1992, p. 81), permitiu dar visibilidade e procura, justificando sucessivas intervenções, concretizadas, nos finais do século XVIII, por Diogo Inácio Pina Manique (1733-1805).

Com as feiras anuais, corridas de cavalo e passeios domingueiros, o jardim presencia o seu primeiro apogeu no ano 1800, criando um ponto de interesse para os lisboetas e os curiosos estrangeiros, a descrição ideal para um parque recreativo. A modernização influenciou a cidade em criar um espaço de passeio público civilizado e seguro a norte, assegurado pelos guardas do parque, jardineiros e feitores, de forma a cumprir uma lista de regras à utilização do espaço. Para tal foi necessário um muro baixo e portões metálicos, à semelhança do que acontecia no Passeio Público, hoje conhecido pela Avenida da Liberdade.

Com altos e baixos, numa procura intermitente, o jardim sofre as suas maiores transformações, integrando o antigo espaço rural numa cidade industrializada e modernizada, acompanhando a expansão urbana do século XX, onde tendo "[...] como o objectivo de proteger e ampliar as Avenidas Novas, Ressano Garcia programa um grande parque florestal à ilharga ocidental do Campo Grande, destinando o local à construção de um grande hipódromo" (Tostões, 1992, p. 81). Mas a maior influência destas intervenções foi Francisco Keil do Amaral, nos anos 1940, quando o jardim "[...] estava muito degradado, transformado num matagal onde as plantas se afogavam umas às outras" (Tostões, 1992, p. 81), para além de ter sido fortemente afetada pelo "[...] formidável ciclone de Fevereiro de 1941, [...] derrubando algumas das mais belas árvores" (Quadros, 1943, p. 15).

Com a inauguração, em paralelo, dos acessos rodoviários, Metropolitano de Lisboa, Bairro de Alvalade, universidades e hospitais, além das obras públicas do Aeroporto de Lisboa, o Parque Florestal de Monsanto e o



CGR02



CGR03



CGR04



CGR05



CGR06



CGR07

Parque Eduardo VII, as obras de Keil do Amaral converteram o Campo Grande (denominado na altura por Campo 28 de Maio) de uma situação de "arredores de Lisboa" para uma centralidade, não só geograficamente, mas para eventos, desporto ao ar livre, encontro e socialização e, mais importante, retiro e relaxamento.

Apesar das grandes obras de remodelação, a proposta de Keil do Amaral era delicada "[...] limitando-se a reagrupar o arvoredo e a simplificar o traçado dos arruamentos e canteiros com o objectivo de alargar as perspectivas e de criar um maior isolamento do jardim em relação à envolvente." (Tostões, 1992, p. 82), resultando num "Espaço tratado com cuidado e inovação, onde foram introduzidos novos conceitos de insolação e desafogo, numa visão amena dos espaços naturais que traduz a frescura de uma integração serena e conseguida [...]." (Tostões, 1992, p. 83).

Após mais um período de êxito do Campo Grande, o jardim sofreu algum abandono e desleixo, sem ser alvo de alterações até aos anos 2000. Entretanto, a Câmara Municipal de Lisboa realiza um projeto de remodelação para todo o jardim em 2004, tendo o mesmo sido revisto e alterado em 2011 pelo atelier Rio Plano, Arquitectura Paisagista. A primeira intervenção na zona norte (da Avenida do Brasil até ao Estádio José Alvalade) e mais tarde, na zona sul (da Avenida do Brasil até Entrecampos), neste último caso em parceria com o atelier CRC Project. As obras da zona norte foram finalizadas em 2013, e a zona sul foi finalmente inaugurada no dia 25 de Abril de 2018, tendo a Câmara Municipal de Lisboa rebatizado o Campo Grande como Jardim Mário Soares.

Nestas intervenções foram seguidas as premissas orientadoras da Câmara Municipal de Lisboa, resultando na criação de um desenho de caminhos simples e lineares, com referências físicas e visuais e áreas descobertas de relvado, para tornar o espaço funcional, aprazível e para recreio livre; a preservação da vegetação arbórea existente e plantação de maciços de arbustos de revestimentos de cor apelativa, as quais permitem beneficiar de cor e textura ao longo do ano, de modo a permitir abertura interna no jardim, enquanto se protege face a poluição atmosférica e sonora, com a criação de barreiras vegetais, nas zonas limítrofes, em microrrelevos; transformação dos acessos ao jardim, de modo a que estes sejam feitos de forma universal e inclusiva.

Além das soluções paisagísticas, o atual Jardim Mário Soares também recebeu novas infraestruturas, no sentido de melhoramento profundo do jardim, de que são exemplo o novo Centro Académico da Universidade de Lisboa, sendo o piso térreo ocupado por um restaurante, no edifício Caleidoscópio, assim como as novidades dos equipamentos interativos matemáticos e um parque canino (o primeiro do seu conceito na cidade de Lisboa).

Importante também nestas intervenções foi manter e remodelar antigas infraestruturas e equipamentos atrativos, que dinamizam o jardim e que



CGR08



CGR09



CGR10


CGR11

devolvem de novo o êxito da história do Campo Grande, entre elas estão o café/restaurante Casa do Lago, na ilhota desenhada originalmente por Keil do Amaral, envolvido pelo lago navegável pelos barcos a remo, o qual foi alvo de trabalhos de manutenção e conservação, à semelhança do que aconteceu no lago da zona sul.

Legendas das imagens

CGR01 – Lago com escultura no Jardim do Campo Grande, Lisboa. 2012. Fotografia. © António Sacchetti.

CGR02 – Carta dos Arredores de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim do Campo Grande). 1899 [retificada]. Folha 6, Escala original [1: 20.000]. Lisboa: Corpo do Estado-Maior. © CIGeoE, Lisboa.

CGR03 – Silva Pinto (dir.). Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim do Campo Grande). 1904-1911. Levantamento por Silva Pinto e Alberto de Sá Correia, desenho de Raul Torres. Escala [1:5 000]. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

CGR04 – Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim do Campo Grande). 1950. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

CGR05 – Paulo Guedes. Panorâmica do Campo Grande. [19--]. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/PAG/000717]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

CGR06 – Lisboa - Lago do Campo Grande. [s.d.]. Fotografia, reprodução J. Bárcia. [MNL 2-G 0007]. Lisboa: Gabinete de Estudos Olisiponenses. © CMLEO, Lisboa.

CGR07 – Rua das Palmeiras no campo Grande - Lisboa, Edição Costa - N. 75. [s.d.]. Fotografia. [MNL 12-G 112]. Lisboa: Gabinete de Estudos Olisiponenses. © CMLEO, Lisboa.

CGR08 – Extrato da Fotografia Aérea da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim do Campo Grande). 1938/1948. Voo SPLAL, folha n.º 431, preto e branco. Lisboa: IGEOE. © IGEOE, Lisboa.

CGR09 – Extrato da Fotografia Aérea da Cidade de Lisboa em destaque a área do atual Jardim do Campo Grande). 1987. Voo FAP (n.º 36), folhas n.º 431/417, preto e branco. Escala [1:17 000]. Lisboa: IGEOE. © IGEOE, Lisboa.

CGR10 – IGEOE. Extrato da Ortofotomapa da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim do Campo Grande). 2011. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © IGEOE, Lisboa.

CGR11 – Paulo Guedes. Passeantes no Jardim do Campo Grande. [19--]. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/PAG/000053]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

CGR12 – Rua das Palmeiras no Jardim do Campo Grande, Lisboa. 2012. Fotografia. © António Sacchetti.

CGR13 – Keil do Amaral. [Regularização e arranjo do jardim do Campo Grande]. 1946-1947. Desenho. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PURB/002/04013; Fólio 61]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

CGR14 – António Castelo Branco. Jardim do Campo Grande, vê-se o Pavilhão-Restaurante da autoria do arquitecto Keil do Amaral [195-]. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/ACB/000126]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

CGR15 – Lago do Campo Grande, zona norte. 2019. Fotografia. © Rio Plano – Arquitetura Paisagista.



CGR12



CGR13



CGR14



CGR15

JARDIM DO CAMPO PEQUENO

Jardim Marquês de Marialva

Latitude e longitude I 38.74256, -9.145208
Freguesia de Lisboa I Avenidas Novas
Nº Inventário I 18CPE
Número de árvores I 203
Número de espécies de árvores I 12
Árvores classificadas ICNF I -
Jardim I 1892
Proteção legal I ZEP: incluído na Zona de Proteção do Campo Pequeno: IIP, Dec. nº 8/83, DR 19 de 24 janeiro 1983
Área do jardim I 1 hectare

Autores I Ana Clemente, Nélia Domingos e Dora Lampreia



CPE01

O Jardim Marquês de Marialva, também conhecido por Jardim do Campo Pequeno, tem uma localização central e privilegiada no planalto de Lisboa em termos de acessibilidade por veículos individuais, transportes públicos e até para mobilidade suave. Este jardim deve a sua génese à Praça de Touros do Campo Pequeno, edifício em estilo neoárabe, da autoria de José Dias da Silva, que foi inaugurado em 1892 e classificado como imóvel de interesse público em 1983.

O espaço do atual jardim, pontuado pela praça de touros, tem uma forma geométrica quadrangular, e enquadra-se na quadrícula do Plano de Ressano Garcia para as Avenidas Novas, confinando a poente com a Avenida da República.

Mantendo a praça de touros como elemento central da composição, o Campo Pequeno possui dois eixos em cruz, que até princípios deste século tinham acesso viário, e dos quais o eixo principal é o que tem orientação aproximada poente-nascente e para o qual se abre a entrada da praça de touros, virada para a Avenida da República. Do traçado em cruz resultam quatro grandes parcelas, geométricas e quase simétricas em relação ao eixo central, sendo as do lado nascente de menor dimensão.

À medida que as Avenidas Novas se foram consolidando com a construção nos lotes criados pelo Plano de Ressano Garcia, o jardim foi também objeto de uma atenção mais cuidada. Em 1950, pela análise da cartografia histórica, é visível que as parcelas maiores têm um desenho formal, ao estilo romântico, com uma função mais adequada à deambulação, e as parcelas mais pequenas, a nascente, são mais funcionais, dotadas de equipamento diverso, do qual se destaca um edifício, que ainda existe, de apoio ao parque infantil. O parque infantil, que ocupava extensa área e com diversos brinquedos, foi criado na década de 40. Nessa altura havia ainda um tanque de água, encimado por bancos, que fotografias antigas testemunham, 20 anos mais tarde, ser utilizado por crianças (década de 60).

Na viragem para o século XXI, o edifício da praça de touros funcionava ainda como rotunda, existindo uma vasta área para estacionamento automóvel. Entretanto, na parcela sudeste do jardim, foi construído um campo de jogos, que ainda hoje existe.

No início do século XXI, começam então as anunciadas obras de restauro e requalificação do Campo Pequeno, quer do edifício quer do espaço circundante, promovidas pela Sociedade de Renovação Urbana Campo Pequeno, SA (SRUCP, S.A.). Além da requalificação do edifício existente, houve um acréscimo de usos, tais como a construção de uma galeria comercial no subsolo, a conversão da arena numa sala de espetáculos multiusos, um parque de estacionamento subterrâneo e uma zona de



CPE02



CPE03



CPE04



CPE05



CPE06



CPE07

restauração com esplanadas ao nível térreo. No que respeita aos espaços exteriores envolventes, as vias de circulação automóvel foram suprimidas, dando lugar a um vasto espaço pedonal, maioritariamente em calçada, que faz a junção espacial das parcelas ajardinadas que antes estavam separadas pelas vias alcatroadas.

Sobrepondo-se aproximadamente ao limite da antiga rotunda viária, existe um lancil que desenha no pavimento um anel em volta do edifício, que fica a uma cota mais baixa; dentro deste grande círculo, existe outro anel em redor do edifício constituído por uma caleira em lajes de mármore.

Com o aumento e diversidade de funções do edifício da praça de touros, o Jardim Marquês de Marialva ganhou novos elementos urbanos que o projeto de espaços exteriores teve de integrar: quatro elevadores complementados por acesso pedonal em estrutura helicoidal para a galeria comercial, uma vasta escadaria, acompanhada com escada rolante em ambos os lados como acesso principal à galeria comercial e escadas de acesso ao parque de estacionamento. Esta zona pedonal foi ainda contemplada com alguns bancos monolíticos em pedra branca.

Ao nível de pavimentos, além de calçada de calcário, foram também utilizados calçada de granito e pavimento contínuo em betonilha desativada colorida. Nota ainda para uma zona de maior frescura, conseguida com uma instalação de jogos de água.

O projeto de espaços exteriores envolventes à praça de touros e acessos, em espaço público de utilização pública com gestão privada, tem a assinatura do arquiteto paisagista João Ceregeiro, com data de 1999.
As intervenções nas parcelas ajardinadas, arvoredo, caminhos e rede de rega foram projetadas, em 2006, pelos técnicos da Câmara Municipal de Lisboa (CML/DMAU/DEP).

Em termos de vegetação, a requalificação do Campo Pequeno obrigou ao abate de quase uma centena de árvores de grande porte e à plantação de 140 árvores novas. Atualmente, as árvores em maior número são plátanos, existindo em menor número tílias e jacarandás. Os plátanos, vetustos e de grandes dimensões, delimitam os quatro talhões que circundam a praça de touros, tendo uma plantação mais cerrada, em fiada dupla na zona que antigamente acompanhava a rotunda automóvel.

Os canteiros foram redesenhados, respeitando o tipo de padrão existente, mas simplificando o número de pequenos caminhos que podem ser observados nas plantas de 1950. Os canteiros do lado poente foram plantados com exemplares do género C*allistemon linearis* var. *pumila*, vulgarmente conhecidos por “limpa-garrafas”, que formam volumes compactos e compartimentam o espaço.

A inauguração do edifício restaurado com a galeria comercial teve lugar em maio de 2006 e a do jardim apenas no ano seguinte.



CPE08



CPE09



CPE10


CPE11

A localização central e bem integrada numa zona comercial, de serviços e também residencial faz com que o Jardim Marquês de Marialva seja muito frequentado por diferentes tipos de público: famílias que aproveitam o parque infantil, pessoas a passearem com os cães, clientes do centro comercial e dos espaços de restauração que rodeiam a praça, espectadores da sala multiusos e pessoas de diferentes idades que desfrutam dos bancos de jardim.

Na zona nordeste do jardim, encontra-se localizado o parque infantil, adjacente ao qual está o antigo edifício de apoio. O espaço sudeste é ocupado por um campo de jogos, que tem também um edifício de apoio similar ao do parque infantil.

Desde 2007 que o Jardim Marquês de Marialva não sofreu nenhuma obra de beneficiação mais estrutural e por isso verificam-se algumas patologias que põem em causa a segurança e o conforto dos seus utentes. Atualmente, no ano de 2021, vão ser realizadas intervenções de melhoramento ao nível dos pavimentos, das áreas ajardinadas e do mobiliário urbano. Está também prevista a introdução de duas novas funcionalidades, de modo a dotar o jardim de novos usos e equipamentos que respondam às necessidades atuais, sem, contudo, alterar o traçado existente: um parque canino com cerca de 460 m2 localizado no extremo sudeste, numa zona adjacente ao campo de jogos, e a requalificação do espaço de jogo e recreio existente para um espaço inclusivo, concebido para proporcionar, através de novos equipamentos, estímulos sensoriais e cognitivos aos seus jovens utilizadores, independentemente das suas capacidades físicas, motoras ou cognitivas.

Legendas das imagens

CPE01 – Jardim do Campo Pequeno ou Jardim Marquês de Marialva, Lisboa. 2018. Fotografia. © Ana Luísa Soares.

CPE02 – Carta dos Arredores de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim do Campo Pequeno (Marquês de Marialva)). 1898 [retificada]. Folha 7, Escala original [1: 20.000]. Lisboa: Corpo do Estado-Maior. © CIGeoE, Lisboa.

CPE03 – Silva Pinto (dir.). Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim do Campo Pequeno (Marquês de Marialva)). 1904-1911. Levantamento por Silva Pinto e Alberto de Sá Correia, desenho de Raul Torres. Escala [1:5 000]. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

CPE04 – Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim do Campo Pequeno (Marquês de Marialva)). 1950. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

CPE05 – Eduardo Portugal. Jardim Marquês de Marialva. 1940. Fotografia. [PT/AMLSB/POR/056869]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

CPE06 – Eduardo Portugal. Jardim Marquês de Marialva. 1940. Fotografia. [PT/AMLSB/POR/056867]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

CPE07 – Fernando Martinez Pozal. Fontenário no Jardim Marquês de Marialva. 1954. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/POZ/000622]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

CPE08 – Extrato da Fotografia Aérea da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim do Campo Pequeno (Marquês de Marialva)). 1938-1948. Voo SPLAL, folha n.º 431, preto e branco. Lisboa: IGEOE. © IGEOE, Lisboa.

CPE09 – Extrato da Fotografia Aérea da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim do Campo Pequeno (Marquês de Marialva)). 1987. Voo FAP (n.º 36), folhas n.º 431/417, preto e branco. Escala [1:17 000]. Lisboa: IGEOE. © IGEOE, Lisboa.

CPE10 – IGEOE. Extrato da Ortofotomapa da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim do Campo Pequeno (Marquês de Marialva)). 2011. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © IGEOE, Lisboa.

CPE11 – Estúdio Mário Novais. Jardim Marquês de Marialva. 1949. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/MNV/001366]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

CPE12 – António Passaporte. Praça de Touros do Campo Pequeno [entre 1940 e 1959]. Fotografia. [PT/AMLSB/PAS/002291]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

CPE13 – Amadeu Ferrari. Praça de Touros do Campo Pequeno. [entre 1950 e 1970]. Fotografia. [PT/AMLSB/FER/006475]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

CPE14 – Vista sobre o jardim, com a Praça de Touros em pano de fundo, Lisboa. 2018. Fotografia. © Ana Luísa Soares.

CPE15 – Vista sobre arruamento que delimita o jardim a sul, Lisboa. 2018. Fotografia. © Ana Luísa Soares.



CPE12



CPE13



CPE14



CPE15

JARDIM DA LUZ

Jardim do Largo da Luz
Parque Marechal Teixeira Rebelo

Latitude e longitude I 38.76108, -9.183724
Freguesia de Lisboa I Carnide
Nº Inventário I 30LUZ
Número de árvores I 113
Número de espécies de árvores I 22
Árvores classificadas ICNF I 2
Jardim I 1862
Proteção legal I -
Área do jardim I 0,9 hectares

Autor I Célia Coelho



LUZ01

Situado na freguesia de Carnide, o Largo da Luz está delimitado pela Estrada do Paço do Lumiar, pela Azinhaga das Carmelitas e pela Estrada da Luz. É enquadrado por edifícios com valor patrimonial e histórico: o Convento de São João da Cruz, a norte; a igreja e o convento de Nossa Senhora da Luz, a ocidente; o hospital de Nossa Senhora da Luz, onde atualmente se encontra o Colégio Militar, a sul; e o palácio neoclássico do Seminário Franciscano, a oriente.

Foi em 1862, em espaço pertencente à extinta Câmara de Belém, que esta mandou edificar o jardim, e lhe conferiu a designação de Praça de Nossa Senhora da Luz, embora, no século XVIII, fosse conhecido por "Alameda". A 22 de julho de 1886, o concelho de Belém foi integrado no concelho de Lisboa. É neste emblemático espaço, que desde o século XVI, se realiza todos os anos, no mês de setembro, a Feira da Luz.

A designação deste local deriva da invocação a Nossa Senhora da Luz, cuja igreja, convento anexo e hospital enquadravam o terreiro que acolhia as peregrinações religiosas que aí tinham lugar desde os primeiros registos, em 1437.

Apesar de o largo possuir uma superfície "das mais vastas e regulares das que se encontram no próprio recinto da capital e única em seus arrabaldes" (Pereira, 1914, p. 340), o terreiro, atravessado por uma vala, foi, até meados do século XIX, ocupado por eiras, onde os camponeses da Luz e de Carnide debulhavam e limpavam os cereais. Também neste local o rei D. Pedro III (1717-1786), através das diligências das Carmelitas, mandou abrir um poço para abastecer de água a população.

Apesar de o Largo da Luz já possuir um espaço ajardinado, refira-se a alusão ao mesmo na ata da sessão de câmara de 18 de agosto de 1898, onde a direção do Colégio Militar solicita à Câmara Municipal de Lisboa que "pelo pessoal technico municipal seja traçado o dito jardim e dirigida a sua ornamentação cedendo a camara os arbustos e plantas que para isso forem necessários." (CML, 1898, p. 372), o primeiro projeto de ajardinamento conhecido foi realizado pelo engenheiro Augusto Vieira da Silva (1869-1951), em julho de 1925. Na ata da sessão de câmara de 14 de outubro de 1926, sob proposta de António Bivar de Sousa, pode ler-se: "Tendo a vereação transacta resolvido ajardinar o largo da Luz, obra essa que a presente vereação encontrou já avançada, com bastante dinheiro dispendido, o que a obrigou a prosseguir na mesma obra, e tendo a mesma vereação transacta deliberado dar o nome de Parque Marechal Teixeira Rebelo ao mesmo jardim e homenagem ao ilustre oficial, que foi o fundador do Colégio Militar, estabelecimento fronteiro ao mesmo largo." (CML, 1926, pp. 698 e 699).

Atualmente o jardim, com cerca de 8900 m^2, inserido no Largo da Luz, apresenta uma planta retangular e está delimitado por um passeio pavimentado em calçada portuguesa, marcado por um alinhamento de árvores. Na zona central, existe um pequeno curso de água que corre de norte para sul até ao lago, a partir do qual se desenvolvem caminhos pavimentados em saibro de traçado curvilíneo cortados por caminhos



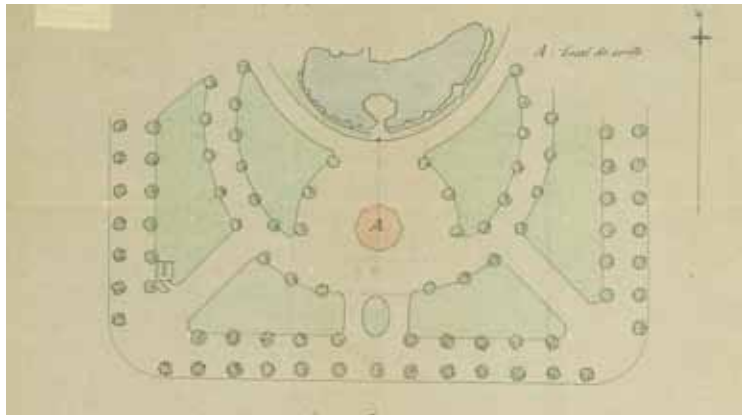
LUZ02



LUZ03



LUZ04



LUZ05



LUZ06



LUZ07



LUZ08



LUZ09



LUZ10

diagonais que tornam possível o acesso ao jardim em todo o seu perímetro. Os caminhos desenham os canteiros com relva e/ou manchas de herbáceas como os agapantos (*Agapanthus africanus*), a grama-preta (*Ophiopogon japonicus*) e a vinca (*Vinca difformis*). O jardim é ainda pontuado por árvores de diferentes espécies, entre as quais, as magnólias (*Magnolia grandiflora*), árvore-das-trombetas (*Catalpa bignonioides*), incenso ou faia-do-norte (*Pittosporum undulatum*) e duas árvores da espécie *Erythrina crista-galli* que, em 1996, foram classificadas pelo Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas. Na zona central do jardim, existe um coreto, inaugurado a 14 de abril de 1929, e, no topo norte, entre dois canteiros, situa-se um quiosque com esplanada.

Legendas das imagens

LUZ01 – Jardim da Luz, Lisboa. 2014. Fotografia. © Ana Luísa Soares.

LUZ02 – Extrato da Carta dos Arredores de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim da Luz (Teixeira Rebelo)). 1898 [retificada]. Folha 7, Escala original [1: 20.000]. Lisboa: Corpo do Estado-Maior. © CIGeoE, Lisboa.

LUZ03 – Silva Pinto (dir.). Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim da Luz (Teixeira Rebelo)). 1904-1911. Levantamento por Silva Pinto e Alberto de Sá Correia, desenho de Raul Torres. Escala [1:5 000]. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

LUZ04 – Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim da Luz (Teixeira Rebelo)). 1950. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

LUZ05 – [Planta do jardim do Teixeira Rebelo, situado no largo da Luz]. [192?]. Desenho. [PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/13/3626; Fólio 1]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

LUZ06 – Arnaldo Madureira. Jardim do Largo da Luz. 1961. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/ARM/001446]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

LUZ07 – Perspetiva do Jardim da Luz. 2014. Fotografia. © Ana Luísa Soares.

LUZ08 – Extrato da Fotografia Aérea da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim da Luz (Teixeira Rebelo)). 1958. Voo USAF, folhas n.º 431/417, preto e branco. Escala [1:26 000]. Lisboa: IGEOE. © IGEOE, Lisboa.

LUZ09 – Extrato da Fotografia Aérea da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim da Luz (Teixeira Rebelo)). 1987. Voo FAP (n.º 36), folhas n.º 431/417, preto e branco. Escala [1:17 000]. Lisboa: IGEOE. © IGEOE, Lisboa.

LUZ10 – IGEOE. Extrato da Ortofotomapa da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim da Luz (Teixeira Rebelo)). 2011. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © IGEOE, Lisboa.

JARDIM DO PALACETE DE SÃO BENTO

Jardins da Presidência e do Conselho de Ministros

Latitude e longitude I 38.71356, -9.155076
Freguesia de Lisboa I Estrela
Nº Inventário I 39PSB
Número de árvores I 1046
Número de espécies de árvores I 89
Árvores classificadas ICNF I -
Jardim I século XIX
Proteção legal I Assembleia da República MN - Monumento Nacional, Decreto n.º 5/2002, DR, 1.ª série-B. n.º 42 de 19 fevereiro de 2002 *1

*1 - DOF: "Palácio de São Bento, escadaria exterior e jardim confinante com a residência do Primeiro-Ministro, na Calçada da Estrela, na Rua de Correia Garção, na Praça de São Bento, e na Rua de São Bento".

Área do jardim I 2,5 hectares

Autor I Teresa Marques



PSB01

O Palacete de São Bento e jardins foram construídos em terrenos da cerca do Convento de São Bento da Saúde, edificado a partir do final do século XVI para acolher os monges beneditinos do mosteiro de Nossa Senhora da Estrela de Lisboa.

Em 1834, na sequência da extinção das ordens religiosas, no edifício do mosteiro passam a funcionar as Cortes, razão pela qual passa a designar-se Palácio das Cortes (mais tarde Assembleia Nacional e, depois, Assembleia da República) tendo sofrido obras que conduziram à sua configuração atual. Em 1835, parte da cerca é vendida a particulares (Alberto & Mégre, 2019).

A planta da cidade de Filipe Folque (1856-58) mostra-nos os terrenos da cerca em parte já urbanizados, com casas e jardins particulares a rodear campos lavradios remanescentes, com várias folhas de cultivo, e onde se evidenciam um grande tanque de rega, à cota alta, poços e pequenos edifícios.

Em 1876, uma parte da antiga cerca pertencia a Joaquim Machado Cayres (1827-1886), abastado brasileiro de torna-viagem que aí construiu a sua nova habitação em Lisboa, inaugurada em 1880. A área da cerca, que então lhe pertencia, seria maior do que aquela que viria a constituir, efetivamente, a sua quinta (aproximadamente 2,5 hectares) pois é conhecido um termo de expropriação amigável, por utilidade pública, assinado por este proprietário(Alberto & Mégre, 2019). De facto, ainda na década de 1880, é aberta uma nova rua, a poente da casa, a Rua da Imprensa, sobre terrenos que pertenciam à propriedade.

Sobre o jardim construído por Joaquim Machado Cayres dispõe-se de pouca informação. A planta topográfica da cidade de Silva Pinto de 1911 mostra a quinta ainda no tempo em que pertencia aos herdeiros de Joaquim Cayres, embora alugada, após a sua morte, a Joaquim Sottomayor (1845-1833). É possível que a organização e composição representadas sejam muito próximas da originalmente projetada, não sendo de excluir que Joaquim Sottomayor, também ele brasileiro de torna-viagem, tenha valorizado a



PSB02



PSB03



PSB04



PSB05



PSB06



PSB07

quinta. O jardim é de carácter naturalístico, com caminhos serpenteantes e canteiros de formas irregulares, certamente plantados com vegetação exótica como determinava o gosto oitocentista. A passagem de Joaquim Cayres pelo Brasil, onde a variedade e exuberância florística abundam, terá acentuado o gosto pelo exotismo e pela diversidade.

A parte superior, ao nível do patamar da casa, é de topografia plana, destacando-se o terreiro de chegada, envolto por vegetação. Atrás da casa, e no seu prolongamento, acede-se a um jardim com canteiros de formas orgânicas onde terá, provavelmente, existido uma coleção de árvores, arbustos e flores de interesse ornamental. Na zona abaixo deste patamar, voltada a nascente, o relevo é mais acidentado, com uma inclinação descendente até ao muro que separa a quinta do Palácio das Cortes. Canteiros de formas irregulares acolhem uma coleção notável de árvores exóticas, nomeadamente palmeiras, hoje na sua maioria desaparecidas.

Toda a área da propriedade a norte destes jardins parece ser dedicada à produção, eventualmente hortas na parte superior plana e pomares em socalcos, na zona de maior declive. Há registo de cavalariças e de um edifício com dois estábulos para vacas no terreno de forma triangular no extremo noroeste da propriedade, provavelmente destinado à produção de culturas forrageiras ou pastagem.

Em 1935, a casa e parte do jardim são vendidos pela família Cayres a irmãs Escravas do Sagrado Coração de Jesus, que aí fundam um colégio. Em 1937, o Estado expropria esta parcela e a restante quinta para a transformar na Residência Oficial do Presidente do Conselho. As obras de adaptação e reparação ficaram a cargo da Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, sendo acompanhadas pelo arquiteto António Lino (1909-1961).

Para a renovação do jardim foi chamado Jacinto de Matos (?-1948) horticultor e paisagista do Porto. A análise do anteprojeto, não datado, mostra a intenção de introduzir uma maior formalidade. Atrás do palacete, onde existiu o jardim de canteiros irregulares, propõe a criação de um tanque – espelho de água que enquadra o palacete e pode ser apreciado a partir da nova varanda. O tanque é envolvido por um relvado com a mesma largura da casa, nele se inscrevendo uma bordadura clássica, possivelmente delineada por plantas e inertes. O traçado efetivamente implantado aproxima-se do proposto embora com modificações no sentido de uma maior simplificação, nomeadamente ao nível da forma do tanque e dos elementos que o envolvem. Esta composição é rematada por uma pérgula em colunas de calcário e travejamento em madeira que sustenta uma buganvília. A pérgula, com variações relativamente à forma apresentada no anteprojeto, encerra o jardim formal e, simultaneamente, abre-o para um espaço mais pitoresco onde corre um pequeno regato, conduzido de forma naturalizada por entre pedras calcárias e fresca vegetação, formando pequenas cascatas (Marques, 2009).



PSB08



PSB09



PSB10



PSB11

Nesta área surgem também pequenos espaços de significativa regularidade organizados em relação com pequenas construções ou elementos decorativos, uma das marcas da obra de Jacinto de Matos. O anteprojeto manifesta, igualmente, o interesse em criar, nesta zona, um roseiral, estufa, *atelier* e viveiro. Possivelmente terá sido esta forma característica de projetar de Jacinto de Matos que esteve na origem do projeto, por António Lino, de um lavadouro, capoeiras e pombal para integração no jardim. A fotografia aérea de 1939 mostra o roseiral com um traçado de configuração distinta da inicialmente proposta, sendo provável que esta e outras alterações tenham ocorrido ainda na fase de projeto de execução (Marques, 2009).

O trabalho de Jacinto de Matos revela ainda a valorização das entradas na propriedade e as relações da casa com o jardim, o reperfilamento de caminhos aperfeiçoando-lhes as formas, a criação de eixos físicos e visuais que destacam estruturas (como as antigas cavalariças que, contudo, acabariam por ser demolidas) e estabelecem ligações importantes, como a alameda paralela ao tanque, feita a partir do reperfilamento de um caminho existente e que conduz à pérgula, ao roseiral e, daqui, à nova área de bosque. De facto, nos antigos socalcos mais a norte foram plantadas árvores exóticas, aumentando, assim, a área de bosque criada no tempo em que a propriedade pertencia à família Cayres. Hoje, este conjunto apresenta-se como uma mata ornamental de elevado valor botânico e paisagístico. Nela se abriu, em 1939, uma escada para ligação do palacete ao novo jardim formal do Parlamento, conjunto projetado por Cristino da Silva com caráter revivalista.

O parque, como o designou Jacinto de Matos, acabou por sofrer várias alterações com o passar dos tempos, nomeadamente devido à inclusão de uma piscina e à criação de áreas de estacionamento que muito desvirtuaram a sua parte norte. No final da década de 1990, recebeu a intervenção de Francisco Caldeira Cabral e Elsa Severino com vista à sua valorização.



PSB12



PSB13



PSB14



PSB15



PSB16



PSB17



PSB18



PSB19

Legendas das imagens

PSB01 – Palacete de São Bento, Residência Oficial do Primeiro Ministro, construída em 1877 por ordem de Joaquim Machado Cayres. 2017. Fotografia. © Jorge Sousa.

PSB02 – Franco D. Milcent. Extrato do Plano geral da cidade de Lisboa em 1785 (em destaque o Jardim do Palacete de São Bento e o Jardim da Assembleia da República). 1785. Litografia. Lisboa: Litografia de Portugal. © AML, Lisboa.

PSB03 – Filipe Folque (dir.). Extrato do Atlas da Carta Topográfica de Lisboa (em destaque o Jardim do Palacete de São Bento e o Jardim da Assembleia da República). 1856-1858. Levantamento por Filipe Folque, Carlos Pezerat, Francisco Goullard e César Goullard. Original, planta colorida. Escala [1:1000]. Lisboa: [s.n.]. © AML, Lisboa.

PSB04 – Silva Pinto (dir.). Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque o Jardim do Palacete de São Bento e o Jardim da Assembleia da República). 1904-1911. Levantamento por Silva Pinto e Alberto de Sá Correia, desenho de Raul Torres. Escala [1:5 000]. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

PSB05 – Exterior da residência do Primeiro Ministro, no palácio de São Bento. [entre 1930 e 1939]. Fotografia. [PT/AMLSB/EFC/000556]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

PSB06 – Exterior da residência do Primeiro Ministro, no palácio de São Bento. [entre 1930 e 1939]. Fotografia. [PT/AMLSB/EFC/000559]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

PSB07 – Exterior da residência do Primeiro Ministro, no palácio de São Bento. [entre 1930 e 1939]. Fotografia. [PT/AMLSB/EFC/000558]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

PSB08 – Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque o Jardim do Palacete de São Bento e o Jardim da Assembleia da República). 1950. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

PSB09 – Extrato da Fotografia Aérea da Cidade de Lisboa (em destaque o Jardim do Palacete de São Bento e o Jardim da Assembleia da República). 1938-1948. Voo SPLAL, folha n.º 431, preto e branco. Lisboa: IGEOE. © IGEOE, Lisboa.

PSB10 – IGEOE. Extrato da Ortofotomapa da Cidade de Lisboa (em destaque o Jardim do Palacete de São Bento e o Jardim da Assembleia da República). 2011. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © IGEOE, Lisboa.

PSB11 – Gabriel Del Barco. Pormenor do Grande Panorama de Lisboa, mostrando a cerca e edifício do Convento de São Bento da Saúde. 1699. Painel de azulejos. Lisboa: Museu Nacional do Azulejo. © DDF/ IMC, I.P.; Fotografia: Carlos Monteiro.

PSB12 – Fotografia Alvão. Palácio de São Bento, jardim. [ant. 1944]. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/ALV/000127]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

PSB13 – Escadaria que permite o acesso entre o Palacete de São Bento e o Palácio da Assembleia da República, da autoria Luís Cristino da Silva. 2017. Fotografia. © Andreia Leite.

PSB14 – Jardim Palacete de São Bento, com a Residência do Primeiro-Ministro em plano de fundo. 2017. Fotografia. © Jorge Sousa.

PSB15 – Pérgula no Jardim do Palacete de São Bento, Lisboa. 2017. Fotografia. © Jorge Sousa.

PSB16 – Perspetiva do Jardim do Palacete de São Bento, Lisboa. 2017. Fotografia. © Jorge Sousa.

PSB17 – Intervenção dos Arquitetos Paisagistas Caldeira Cabral e Elsa Severino no Jardim do Palacete de São Bento, Lisboa. 2017. Fotografia. © Jorge Sousa.

PSB18 – Estátua Meditação, uma criação de Leopoldo de Almeida. 2017. Fotografia. © Jorge Sousa.

PSB19 – Zona de mata do Jardim do Palacete de São Bento, Lisboa. 2017. Fotografia. © Jorge Sousa.

PSB20 – Tanque do Jardim do Palacete de São Bento. 2017. Fotografia. © Jorge Sousa.



JARDIM BEAU SEJOUR

Latitude e longitude I 38.74653, -9.182717
Freguesia de Lisboa I São Domingos de Benfica
Nº Inventário I 36PBS
Número de árvores I 101
Número de espécies de árvores I 39
Árvores classificadas ICNF I -
Jardim I Século XIX
Proteção legal I MIP - Monumento de Interesse Público, Portaria n.º 132/2014, DR, 2.ª série, n.º 36 de 20 fevereiro 2014/ZEP, Portaria n.º 415/98, DR, 2.ª série, n.º 89 de 16 abril de 1998 *1
Área do jardim I 0,8 hectares

*1 - DOF: Quinta do Beau-Séjour, também denominada Quinta das Campainhas, na Estrada de Benfica, 368 a 372. A Zona Especial de Proteção é conjunta, abrangendo a Quinta do Beau-Séjour e o bairro Grandela

Autor I Célia Coelho



PBS01

Outrora um conjunto relativamente vasto, com uma componente agrícola e uma componente lúdica, a Quinta do Beau-Séjour ou das Campainhas, devido à existência de diversas campainhas coloridas na cobertura de uma parte do passeio que se encontra no jardim, localiza-se nos números 368 a 372 da Estrada de Benfica. Vendidos os terrenos agrícolas, subsistem do antigo conjunto o palacete e o jardim, com uma área total de 0,8 hectares.

O Jardim do Beau-Séjour é uma composição paisagística de estilo romântico com vegetação exótica, jogos de luz e sombra obtidos pelo contraste entre a densa vegetação e as clareiras, criação de diferentes ambientes através da utilização de vários elementos, como os lagos, ilhotas, coretos, tanques ou caramanchões, numa reprodução idílica da Natureza, com origem que remonta aos jardins ingleses do século XVIII. Do palacete, sobranceiro ao jardim, pode apreciar-se um lago de forma irregular no qual se encontra uma pequena ilha que alberga um original abrigo de chuva construído em ferro.

O levantamento arbóreo, realizado em 2014, identifica uma diversidade de 39 espécies, nos 101 exemplares identificados. Merecem realce pelo porte uma araucária-de-norfolk (*Araucaria angustifolia*), uma sequoia (*Sequoia sempervirens*), uma árvore-garrafa (*Brachychiton populneus*). O jardim inclui ainda diversas palmeiras como a palmeira-da-califórnia (*Washingtonia filifera*), a palmeira-do-méxico (*Washingtonia robusta*), o coquito-do-chile (*Jubaea chilensis*) e uma palmeira-das-canárias (*Phoenix canariensis*), alguns exemplares de freixos (*Fraxinus angustifolia*) e um monumental exemplar de figueira-da-austrália (*Ficus macrophylla*). Na entrada a ladear o acesso, existem jacarandás (*Jacaranda mimosifolia*) e duas espécies de pimenteiras: *Schinus molle* e *Schinus terebinthifolia* (Vasconcelos *et al*., 2017).

Inicialmente denominada Quinta das Loureiras, passa a designar-se Quinta do Beau-Séjour após a compra efetuada, em 1849, por D. Ermelinda Allen de Almeida, baronesa da Regaleira, a João Veríssimo de Barros Viana e a D. Maria Inácia dos Santos.

D. Ermelinda Allen Monteiro de Almeida, ao adquirir a quinta, construiu uma casa de veraneio rodeada de um exótico jardim romântico. Após a morte da baronesa, em 1859, a sua sobrinha e herdeira, D. Maria Isabel Allen Palmeiro, vende a quinta ao seu amigo barão da Glória, que fizera fortuna no Rio de Janeiro e regressara ao seu país natal. Este empreendeu várias obras de embelezamento na quinta, tendo revestido as fachadas do edifício a azulejo de estampilha, aumentado o lago que embelezava o jardim e, também, espalhando esculturas pelos pátios. O barão faleceu em 1876 e deixou a quinta aos sobrinhos, José Leite Guimarães e Maria da



PBS02



PBS03



PBS04



PBS05



PBS06



PBS07

Glória Leite. Estes mandaram enriquecer artisticamente a casa e o jardim, que muito beneficiaram de intervenções de Columbano e Rafael Bordalo Pinheiro, passando a existir uma grande coleção de pintura naturalista no seu interior.

Os sobrinhos do barão legaram a quinta à família Dias Almeida, que, no início dos anos 70 do século XX, a vendeu a uma congregação de Irmãos Maristas. Em 1980, foi adquirida pela Câmara Municipal de Lisboa, que ali instalou o Gabinete de Estudos Olisiponenses, em 1992.

Legendas das imagens

PBS01 – Perspetiva do Jardim da Quinta Beau Séjour, também conhecida como Quinta das Campainhas. 2014. Fotografia. © Ana Luísa Soares.

PBS02 – Carta dos Arredores de Lisboa (em destaque a área do Jardim Beau Séjour). 1898 [retificada]. Folha 7, Escala original [1: 20.000]. Lisboa: Corpo do Estado-Maior. © CIGeoE, Lisboa.

PBS03 – Silva Pinto (dir.). Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque a área do Jardim Beau Séjour). 1904-1911. Levantamento por Silva Pinto e Alberto de Sá Correia, desenho de Raul Torres. Escala [1:5 000]. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

PBS04 – Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque a área do Jardim Beau Séjour). 1950. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

PBS05 – Armando Maia Serôdio. [Palácio do Beau Séjour]. 1968. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/SER/009187]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

PBS06 – Jardim e Palácio da Quinta Beau Séjour, Lisboa. 2017. Fotografia. © Andreia Sousa.

PBS07 – O majestoso exemplar de Ficus macrophylla da Quinta das Campainhas, Lisboa. 2017. Fotografia. © Andreia Sousa.

PBS08 – Extrato da Fotografia Aérea da Cidade de Lisboa (em destaque a área do Jardim Beau Séjour). 1958. Voo USAF, folhas n.º 431/417, preto e branco. Escala [1:26 000]. Lisboa: IGEOE. © IGEOE, Lisboa.

PBS09 – Extrato da Fotografia Aérea da Cidade de Lisboa (em destaque a área do Jardim Beau Séjour). 1987. Voo FAP (n.º 36), folhas n.º 431/417, preto e branco. Escala [1:17 000]. Lisboa: IGEOE. © IGEOE, Lisboa.

PBS10 – IGEOE. Extrato da Ortofotomapa da Cidade de Lisboa (em destaque a área do Jardim Beau Séjour). 2011. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © IGEOE, Lisboa.



PBS08



PBS09



PBS10

JARDIM DO PALÁCIO BURNAY

Latitude e longitude I 38.70048, -9.185054
Freguesia de Lisboa I Alcântara
Nº Inventário I 37PBU
Número de árvores I 171
Número de espécies de árvores I 50
Árvores classificadas ICNF I -
Jardim I 1734
Proteção legal I IIP - Imóvel de Interesse Público, Decreto n.º 28/82, DR, 1.ª série, n.º 47 de 26 fevereiro 1982 / ZEP, Portaria n.º 39/96, DR, 1.ª série-B, n.º 37 de 13 fevereiro 1996*
Área do jardim I 1 hectare

*DOF: "Palácio Burnay / Instituto de Investigação Científica e Tropical / Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas / Universidade Técnica de Lisboa, anexos e jardim"; Zona Especial de Proteção conjunta da Capela de Santo Amaro, da Casa Nobre de Lázaro Leitão Aranha, do Palácio Burnay e da Sala designada «Salão Pompeia» no antigo Palácio da Ega.

Autores I Maria José Cachaço, Ana Raquel Cunha, Ana Luísa Soares e Maria Manuel Romeiras


PBU01

O Palácio Burnay situa-se na Rua da Junqueira, um dos eixos ribeirinhos da cidade de Lisboa, e apresenta-se articulado volumetricamente com outras relevantes construções envolventes, de ocupação de cariz eminentemente aristocrática. Na sua proximidade encontram-se o Palácio da Quinta das Águias, a Casa de Lázaro Leitão Aranha, o Palácio dos Condes da Ribeira Grande, o Palácio dos Condes da Ponte, o Palácio da Ega, o Instituto de Higiene e Medicina Tropical e o Centro de Congressos de Lisboa.

Antes, foi conhecido por Palácio dos Patriarcas e Palácio da Junqueira, designações que revelam as várias vivências deste espaço ao longo da História. A Rua da Junqueira era considerada, principalmente no início do século XVIII, um local de excelência e que muito seduzia as famílias fidalgas para edificar palácios de veraneio, dada a então quase contiguidade ao Tejo. Contudo, após o Terramoto de 1755, essa relação de proximidade diminuiu como resultado dos aterros ocorridos no antigo areal da Junqueira. Em consequência, foi-se densificando a construção de ambos os lados da Rua da Junqueira, ofuscando a amplitude e a beleza das vistas possíveis de contemplar e usufruir à data da construção do palácio.

No início do século XVIII, José João Bernardo Lourenço César de Meneses, porcionista do Real Colégio de São Paulo de Coimbra e principal da Igreja Patriarcal de Lisboa, filho de Luís César de Meneses (1653-1720), alcaide-mor de Alenquer e governador do Brasil entre 1705 e 1710, fez erguer o palácio, em terrenos que comprou a D. João de Saldanha e Albuquerque, na rua da Junqueira (Queiroz, 2013). Em 1727, este palácio encontrava-se representado numa gravura com uma vista sobre a Junqueira, exibindo um corpo central e quatro torreões nos ângulos, com coruchéus a rematar (Gomes & Vale, 1994; Figueiredo, 2007). Posteriormente, em 1734, o seu proprietário ornamentou este edifício com esplêndidos jardins. Após a sua morte e depois do Terramoto de 1755, os seus descendentes venderam esta propriedade à Mitra Patriarcal de Lisboa, para residência de verão de Francisco de Saldanha da Gama (1713 ou 1723 - 1776), terceiro patriarca de Lisboa, com o nome de D. Francisco I, assumindo a partir desse momento a denominação de Palácio dos Patriarcas até à data de 1818, quando se instalou o Seminário de São João Batista (Queiroz, 2013).

O proprietário seguinte foi Manuel António da Fonseca Costa (1803-1890),


PBU02


PBU03


PBU04



PBU05



PBU06



PBU07

um abastado burguês brasileiro que terá encomendado a construção dos quatro torreões existentes, o que atribuiu a este edifício características de palacete burguês oitocentista (Vairo, 2003).

Em 1880, este palácio foi vendido a Henrique Burnay (1838-1909), primeiro conde de Burnay, que desempenhou um relevante papel na economia portuguesa e ficou conhecido, na imprensa da época, por 'O Senhor Milhão'. A sua escolha por este palácio justifica-se pelo desejo de ostentar o seu prestígio social e económico, alcançado nas suas inúmeras atividades financeiras. Esta sua tendência traduziu-se no empenho que imprimiu a realizar luxuosas modificações com o objetivo de personalizar o edifício (Vairo, 2003).

Será este proprietário o responsável pela configuração atual do palácio, conduzindo imponentes obras de restauro de acordo com o projeto do arquiteto Nicola Bigaglia (1841-1908), com uma possante decoração no interior, através da inclusão de obras de arte e mobiliário, tornando-o um espaço ímpar para a época (Queiroz, 2013).

Neste palácio, o conde de Burnay dispunha de uma assinalável coleção de obras de arte e, no parque do seu Palácio das Laranjeiras, tinha um Jardim Zoológico de Aclimação de Lisboa onde hoje se encontra o atual.

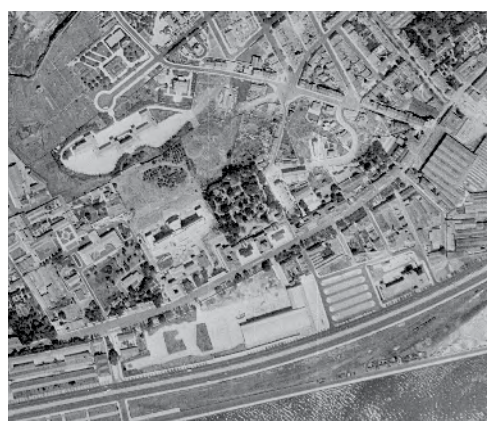
Em 1909, com a morte do conde de Burnay, a propriedade passa para os seus herdeiros, e após o falecimento da sua mulher, D. Amelia Krus, condessa de Burnay, em 1937, o interior do imóvel foi vendido em leilão. Em 1940, o palácio foi adquirido pelo governo português para receber o Ministério das Colónias (Queiroz, 2013). Sendo que em 1944, este edifício recebe nas suas instalações, o Conselho Superior do Império Colonial, o Conselho Técnico de Fomento Colonial, a Junta das Missões Geográficas e a Inspeção Superior de Administração Colonial.

Em 1974, neste palácio, instala-se o Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas e o Instituto de Investigação Científica Tropical. Durante este período, o edifício gozou de duas obras significativas, ambas da autoria do arquiteto José Luís Amorim (1924-1999): a construção de duas torres envidraçadas nos pátios das alas laterais, em 1977; e a ampliação do imóvel, com adaptação dos pátios ajardinados a dois pátios funcionais no piso inferior, em 1979 (Gomes & Vale, 1994; Figueiredo, 2007). A partir de 2005, o Palácio Burnay acolheu os Serviços de Ação Social da Universidade Técnica de Lisboa e, posteriormente, da Universidade de Lisboa. Atualmente está sob a tutela do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

O jardim localiza-se nas traseiras do Palácio Burnay, com uma orientação longitudinal NE/SO e ocupa uma área de cerca de um hectare. Através de cartografia histórica, identificam-se duas épocas de desenvolvimento, com traçados representativos da estética barroca e, posteriormente, do estilo paisagista inglês.



PBU08



PBU09



PBU10


PBU11

Atualmente, possui caminhos sinuosos, que delimitam áreas relvadas por onde se distribuem plantas exóticas, que se articulam com um elemento de água central, um *grotto*, vários elementos de estatuária mitológica e outros três elementos de água. De entre as espécies existentes, destacamos quatro nativas: *Celtis australis* subsp. *australis*, *Fraxinus angustifolia* subsp. *angustifolia*, *Chamaerops humilis* e o *Populus alba*. Relativamente às introduzidas, salientamos as que se encontram contempladas na lista vermelha de espécies ameaçadas da União Internacional para a Conservação da Natureza. As que se encontram no estatuto de espécie "em perigo", existem o *Chrysophyllum imperial* e a *Ginkgo biloba*. No que se refere ao estatuto de espécie "vulnerável", subsistem a *Howea forsteriana*, o *Encephalartos altensteinii*, o *Jacaranda mimosifolia* e a *Dracaena draco* subsp. *caboverdeana*. E, por fim, nas espécies com o estatuto de "quase ameaçada", encontramos *Apollonias barbujana*, *Washingtonia filifera*, *Cupressus lusitanica* var. *lusitanica* e o *Platycladus orientalis*.

Presentemente, o palácio tem uma planta retangular, com um corpo central de dois pisos, duas alas divididas por dois pátios com acesso para o jardim e um original mirante oitavado. A par dos jardins, surgem duas estufas de ferro e vidro, ao melhor gosto romântico, onde se destaca uma notável coleção de plantas exóticas.



PBU12



PBU13



PBU14



PBU15

Legendas das imagens

PBU01 – Jardim do Palácio Burnay, Lisboa. 2012. Fotografia. © Ana Luísa Soares.

PBU02 – Duarte José Fava. Extrato da Carta topográfica de Lisboa e seus subúrbios... (em destaque a área do atual Jardim do Palácio Burnay). 1831 [1807]. Litografia. Escala [1:5000], 500 braças por palmo. Lisboa: Casa do Risco das Obras Públicas. © AML, Lisboa.

PBU03 – Filipe Folque (dir.). Extrato do Atlas da Carta Topográfica de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim do Palácio Burnay). 1856-1858. Levantamento por Filipe Folque, Carlos Pezerat, Francisco Goullard e César Goullard. Original, planta colorida. Escala [1:1000]. Lisboa: [s.n.]. © AML, Lisboa.

PBU04 – Silva Pinto (dir.). Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim do Palácio Burnay). 1904-1911. Levantamento por Silva Pinto e Alberto de Sá Correia, desenho de Raul Torres. Escala [1:5 000]. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

PBU05 – [As oito juntas de bois que transportaram uma palmeira para o jardim do conde Burnay]. [c. 1865]. Fotografia. [PT/AMLSB/ORI/000725]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

PBU06 – Francesco Rocchini. [Palácio do Conde de Burnay, chegada da palmeira transportada por oito juntas de bois para o jardim do palácio]. [c. 1865]. Fotografia. [PT/AMLSB/ORI/000760]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

PBU07 – [Palácio Burnay, lado norte]. [c. 1865]. Fotografia. [PT/AMLSB/ORI/000761]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

PBU08 – Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim do Palácio Burnay). 1950. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

PBU09 – Extrato da Fotografia Aérea da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim do Palácio Burnay). 1958. Voo USAF, folhas n.º 431/417, preto e branco. Escala [1:26 000]. Lisboa: IGEOE. © IGEOE, Lisboa.

PBU10 – IGEOE. Extrato da Ortofotomapa da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim do Palácio Burnay). 2011. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © IGEOE, Lisboa.

PBU11 – Garden party no jardim do Palácio Burnay: o Conde de Burnay encontra-se ao centro, em primeiro plano. 1907. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/ACU/000947]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

PBU12 – Eduardo Portugal. [Panorâmica: palácio Burnay ao fundo, da esquerda para a direita, o palácio da Ajuda, o liceu Dom João de Castro e o palácio Vale Flor]. 1949. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/EDP/001649]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

PBU13 – Armando Serôdio. [Palácio Burnay, jardim]. 1965. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/SER/007639]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

PBU14 – Perspetiva sobre a vegetação do Jardim do Palácio Burnay, Lisboa. 2012. Fotografia. © Ana Luísa Soares.

PBU15 – Perspetiva sobre a vegetação do Jardim do Palácio Burnay, Lisboa. 2012. Fotografia. © Ana Luísa Soares.

JARDIM DO PALÁCIO GALVEIAS

Palácio Távora-Galveias
Biblioteca Municipal de Lisboa

Latitude e longitude I 38.74109, -9.143498
Freguesia de Lisboa I Avenidas Novas
Nº Inventário I 41PGA
Número de árvores I 10
Número de espécies de árvores I 8
Árvores classificadas ICNF I -
Jardim I Século XVII I século XX
Proteção legal I -
Área do jardim I 0,2 hectares

Autores I Ana Raquel Cunha e Ana Luísa Soares



PGA01

Situado próximo do Jardim do Campo Pequeno, este jardim da Biblioteca das Galveias é um recanto verde integrado no tecido urbano das Avenidas Novas.

A sua história remonta ao século XVII, quando este palácio foi construído por ordem um elemento da família Távora (Araújo, 1944). Além de o palácio constituir um notável exemplo da arquitetura seiscentista em Portugal, sabe-se que a propriedade da família dos Távora se estendia para sul e para poente (Araújo, 1944), numa bela quinta que servia de casa de campo da família. Do palácio e seus jardins pouco se sabe, razão justificada talvez pela perseguição que a família Távora veio a sofrer (Gil & Calvet, 1998), quando acusada da tentativa de assassínio do rei D. José I, em 1758. Os Távora viram todos os seus bens serem confiscados pela coroa e o seu nome apagado da nobreza (Ataíde & Gonçalves, 1962). Apesar de terem negado todas as acusações, foram condenados à morte e executados em praça pública.

No início do século XVIII, o Palácio Távora é adquirido por D. João de Almada Melo e Castro, quinto conde das Galveias, e passa a designar-se por Palácio Galveias (Gil & Calvet, 1998). Este património manteve-se na posse da família Galveias até ao final do século XIX (Araújo, 1944).

Comparando a cartografia de 1807 com a de 1911, é possível verificar que a propriedade sofreu uma considerável redução. Na cartografia de 1911, a falta de organização lógica dos jardins – que apresentam indícios de terem tido um desenho formal – talvez seja uma consequência do período de abandono de que a propriedade foi alvo a partir do final do século XIX. Esse período só teve término quando, em 1928, a Câmara Municipal de Lisboa adquire a propriedade, transformando o palácio em arquivo, biblioteca e museu municipal e abrindo ao público em 1931. As obras de adaptação do palácio, que decorreram de 1929 a 1931, integraram silhares de azulejos com temática histórica, datados do século XVII, provenientes do muro do jardim do antigo convento do Quelhas, trabalho coordenado pelo ceramista Leopoldo Battistini (1865-1936).

Se o palácio conserva até hoje a sua estrutura primitiva, o mesmo não se pode dizer da restante propriedade, que, no final do século XX, teve de ceder os seus terrenos para urbanização. O Jardim do Palácio Galveias, hoje com 0,14 hectares, é um jardim murado de desenho simples, composto essencialmente por uma zona de relvado. A sua atual simplicidade contrasta com a riqueza dos grandes painéis de azulejos dos séculos XVII, XVIII e XIX presentes nos muros que o confinam (Araújo, 1944).



PGA02



PGA03



PGA04



PGA05



PGA06



PGA07



PGA08



PGA09



PGA10

Legendas das imagens

PGA01 – Jardim do Palácio Galveias, Lisboa. 2018. Fotografia. © Ana Raquel Cunha.

PGA02 – Duarte José Fava. Extrato da Carta topográfica de Lisboa e seus subúrbios... (em destaque a área do atual Jardim do Palácio Galveias (Biblioteca Municipal Central)). 1831 [1807]. Litografia. Escala [1:5000], 500 braças por palmo. Lisboa: Casa do Risco das Obras Públicas. © AML, Lisboa.

PGA03 – Silva Pinto (dir.). Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim do Palácio Galveias (Biblioteca Municipal Central)). 1904-1911. Levantamento por Silva Pinto e Alberto de Sá Correia, desenho de Raul Torres. Escala [1:5 000]. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

PGA04 – Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim do Palácio Galveias (Biblioteca Municipal Central)). 1950. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

PGA05 – Eduardo Portugal. [Palácio Galveias, jardim]. [194-]. Fotografia. [PT/AMLSB/POR/059914]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

PGA06 – Mário Chicó. [Jardim do Palácio Galveias: peças arqueológicas do século XVII]. 1940. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/MCH/000043]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

PGA07 – Armando Serôdio. [Conferência Portugal Jardim da Europa à beira mar plantado, do professor André Navarro]. 1952. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/SER/000546]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

PGA08 – Extrato da Fotografia Aérea da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim do Palácio Galveias (Biblioteca Municipal Central)). 1938-1948. Voo SPLAL, folha n.º 431, preto e branco. Lisboa: IGEOE. © IGEOE, Lisboa.

PGA09 – Extrato da Fotografia Aérea da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim do Palácio Galveias (Biblioteca Municipal Central)). 1967. Voo FAP (n.º 9), folhas n.º 431/417, preto e branco. Escala [1:25 000]. Lisboa: IGEOE. © IGEOE, Lisboa.

PGA10 – IGEOE. Extrato da Ortofotomapa da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim do Palácio Galveias (Biblioteca Municipal Central)). 2011. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © IGEOE, Lisboa.

JARDIM DO PRÍNCIPE REAL

Jardim França Borges

Latitude e longitude I 38.71619, -9.148748
Freguesia de Lisboa I Misericórdia
Nº Inventário I 61PRI
Número de árvores I 161
Número de espécies de árvores I 43
Árvores classificadas ICNF I 7
Jardim I 1835
Proteção legal I Incluído na Zona de Proteção no Aqueduto das Águas Livres e na Zona Especial de Proteção Conjunta dos imóveis classificados da Avenida da Liberdade e área envolvente.
Área do jardim I 1,2 hectares

Autores I Andreia Cunha, Ana Raquel Cunha, Ana Luísa Soares e Maria Manueal Romeiras



PRI01

O Jardim do Príncipe Real, situado na colina de São Roque, é enquadrado por diversos palacetes e está abrangido quer pela Zona de Proteção do Aqueduto das Águas Livres, quer pela Zona Especial de Proteção conjunta dos imóveis classificados da Avenida da Liberdade e área envolvente. Apresenta uma marca invulgar no panorama dos jardins públicos de Lisboa: o Reservatório de Água da Patriarcal. Trata-se de um relevante conjunto tanque reservatório, projetado em 1856, sob a administração da 1.ª Companhia da Empresa das Águas de Lisboa, que se desenvolve num volume enterrado e que servia para apoio no abastecimento de água a toda a zona baixa da cidade. A cisterna, que se situa por baixo do tanque, estabelece ligação aos chafarizes da Rua do Século, da Rua do Loreto e São Pedro de Alcântara, e ao próprio lago do jardim. Esta infraestrutura hidráulica faz parte do Museu da Água da EPAL e atualmente pode ser visitada pelo público (Isidro, Silva & Soares, 2010).

Este local, que em tempos também foi conhecido por Alto da Cotovia e que funcionava como uma lixeira (serventia dos habitantes do Bairro Alto), é dotado de uma elevada carga histórica confirmada pelos diversos nomes que foi recebendo e que correspondem a diversas tentativas "falhadas" de projetos ao longo do tempo: Alto da Cotovia, Patriarcal Queimada, Praça Rio de Janeiro, Príncipe Real e Jardim França Borges, sendo os dois últimos os que vingaram e resistiram com o passar dos anos.

Aquela que conhecemos hoje como sendo a Praça do Príncipe Real era, no início do século XV, uma paisagem pontuada por moinhos e terras de cultivo conhecida como Terras da Cotovia, Chãos da Ferrôa ou Alto da Cotovia (Costa, 1959).

No princípio do século XVIII, João Gomes da Silva Teles, pelo seu casamento, alcança o condado de Tarouca, o qual abrangia o Alto da Cotovia, mandando aí construir um grande e luxuoso palácio, mas que nunca chegou a ser concluído (Simões, 1999; Lima, 2007).

No ano de 1740, do pouco que se havia construído do palácio do conde de Tarouca restavam somente ruínas, tornando-se este um espaço de lixeira da zona envolvente. O marquês de Penalva, herdeiro do terreno, vende-o aos padres da Companhia de Jesus, que iniciam a construção do Colégio das Missões (Simões, 1999; Lima, 2007).

Ocorrido o Terramoto de 1755, as obras do colégio são inviabilizadas com a destruição dos alicerces, e o marquês de Pombal destina esses terrenos "[…] para o acampamento dos regimentos militares da província, deslocados para a capital no período posterior ao terramoto para manterem a ordem e segurança na cidade […]" (Magalhães, 1998, p. 33).



PRI02



PRI03



PRI04



PRI05



PRI06



PRI07

Por essa altura é mandada erguer a nova Basílica Patriarcal, cujas obras terminaram no ano de 1761. Extremamente frágil e "[…] armada em madeira sobre os restos das grossas cantarias da obra do conde […] sofre mais tarde um enorme incêndio que a destruiu por completo […] tendo o local passado a ser conhecido como Sítio da Patriarcal Queimada e sido novamente abandonado […]" (Magalhães, 1998, p. 33).

O local esteve abandonado até 1789. Foi nesse ano que, por sugestão à rainha D. Maria I (1734-1816) pelo ministro da Fazenda e presidente do Erário, visconde de Vila Nova da Cerveira, se projeta a construção do Real Erário, a Tesouraria Central do Reino. Em 1790, inicia-se a obra desenhada pelo arquiteto José da Costa e Silva (1747-1819) e, em 1797, esta acaba por ser abandonada devido ao seu oneroso custo (Magalhães, 1998).

O local volta novamente a ser cenário de entulho e, em 1833, o governo manda limpar o terreno e entrega-o à Câmara Municipal de Lisboa, para aí se organizar uma nova praça da cidade (Magalhães, 1998).

Em 1835, iniciam-se diversos trabalhos de terraplanagem e, em 1856, é projetado o Reservatório de Água da Patriarcal, aproveitando uma parte do antigo edifício do Real Erário, bem como a construção do grande tanque. Esta obra é terminada em 1863, ano em que a praça adquire o nome de Príncipe Real, em homenagem ao primogénito de D. Maria II (1819-1853), Pedro de Alcântara (1798-1834).

Em 1869, promove-se o ajardinamento e a iluminação da praça, segundo o projeto do jardineiro paisagista João Francisco da Silva que tinha colaborado com o francês Jean Baptiste Bonnard (1797-1861), jardineiro do reino contratado pelo rei D. Fernando II, no Jardim da Estrela (Azambuja, 2001).

Entre 1911 e 1919, este jardim recebeu a designação de Praça Rio de Janeiro e, em 1925, foi oficialmente designado Jardim França Borges, em homenagem ao jornalista republicano fundador do jornal *O Mundo*. De 1950 a 1960, funcionou no jardim uma biblioteca municipal móvel e, de 1963 a 1970, uma feira durante grande parte do verão (Isidro, Silva & Soares, 2010).

Localizado numa plataforma, com uma área de 1,2 hectares, o jardim apresenta uma planta trapezoidal e exibe características representativas da Lisboa Romântica, que se manifestam ao nível de uma estrutura organizada por percursos sinuosos entre canteiros com vegetação à volta de um lago octogonal com repuxo, cuja forma deriva de uma parte do projeto do edifício do Real Erário Público e Tesouraria Central do Reino.

O jardim é delimitado por lódãos-bastardos (*Celtis australis*), sendo de apontar a existência de cinco exemplares de choupo-negro (*Populus nigra*) e um de falsa-acácia (*Robinia pseudoacacia*), na zona noroeste. O interior do jardim apresenta uma importante diversidade arbórea, sendo



PRI08



PRI09



PRI10


PRII

de destacar: o cedro-do-buçaco (*Cupressus lusitanica* var. *lusitanica**), pelo seu porte emblemático e por ser o exemplar isolado classificado como mais antigo com registo de 1938, e que se encontra suportado por uma estrutura em caramanchão; a paineira-branca (*Ceiba speciosa**); a araucária-colunar (*Araucaria columnaris**); as várias espécies de tílias (*Tilia platyphyllos, T. tomentosa, T. x euchlora e T. x moltkei*); as árvores-da-borracha-australianas (*Ficus macrophylla**); as magnólias-brancas (*Magnolia grandiflora*); os loureiros-da-Nova-Zelândia (*Corynocarpus laevigatus*); os metrosíderos (*Metrosideros excelsa*); dois plátanos (*Platanus x hispanica**), estando um deles classificado e as árvores-do-âmbar (*Liquidambar styraciflua*). Desta riqueza arbórea, sete exemplares encontram-se classificados como de interesse público pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF).

* árvores classificadas pelo ICNF

Legendas das imagens

PRI01 – Tanque do Jardim do Príncipe Real, Lisboa. 2010. Fotografia. © António Sacchetti.

PRI02 – Duarte José Fava. Extrato da Carta topográfica de Lisboa e seus subúrbios... (em destaque a área do atual Jardim do Príncipe Real (França Borges)). 1831 [1807]. Litografia. Escala [1:5000], 500 braças por palmo. Lisboa: Casa do Risco das Obras Públicas. © AML, Lisboa.

PRI03 – Filipe Folque (dir.). Extrato do Atlas da Carta Topográfica de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim do Príncipe Real (França Borges)). 1856-1858. Levantamento por Filipe Folque, Carlos Pezerat, Francisco Goullard e César Goullard. Original, planta colorida. Escala [1:1000]. Lisboa: [s.n.]. © AML, Lisboa.

PRI04 – Silva Pinto (dir.). Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim do Príncipe Real (França Borges)). 1904-1911. Levantamento por Silva Pinto e Alberto de Sá Correia, desenho de Raul Torres. Escala [1:5 000]. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

PRI05 – [Praça do Príncipe Real antes do ajardinamento]. [c. 1861]. Fotografia. [PT/AMLSB/ORI/000736]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

PRI06 – Frederico Ressano Garcia. [Planta do jardim do Príncipe Real]. 1892. Desenho. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PURB/002/03724; Fólio 1]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

PRI07 – Joshua Benoliel. Jardim do Príncipe Real. 1911. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/JBN /003508]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

PRI08 – Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim do Príncipe Real (França Borges)) 1950. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

PRI09 – Extrato da Fotografia Aérea da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim do Príncipe Real (França Borges)). 1967. Voo FAP (n.º 9), folhas n.º 431/417, preto e branco. Escala [1:25 000]. Lisboa: IGEOE. © IGEOE, Lisboa.

PRI10 – IGEOE. Extrato da Ortofotomapa da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim do Príncipe Real (França Borges)). 2011. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © IGEOE, Lisboa.

PRI11 – Estúdio Mário Novais. [Jardim da Praça Rio de Janeiro, hoje Príncipe Real: biblioteca municipal]. 1949. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/MNV/000552]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

PRI12 – [Lisboa, Praça do Rio de Janeiro]. [s.d.]. Fotografia. [MNL 5-G p.77 nº 154]. Lisboa: Gabinete de Estudos Olisiponenses. © CMLEO, Lisboa.

PRI13 – Eduardo Portugal. Panorâmica sobre o jardim do Príncipe Real. 1945. Fotografia. [PT/AMLSB/POR/059836]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

PRI14 – Cedro-do-buçaco suportado por uma estrutura metálica no Jardim do Príncipe Real, Lisboa. 2010. Fotografia. © António Sacchetti.

PRI15 – Jardim do Príncipe Real, Lisboa. 2017. Fotografia. © Jorge Sousa.



PRI12


PRI13


PRI14


PRI15

JARDIM DAS FRANCESINHAS

Jardim Lisboa Antiga

Latitude e longitude I 38.71156,-9.154547
Freguesia de Lisboa I Estrela
Nº Inventário I 29LIS
Número de árvores I 28
Número de espécies de árvores I 11
Árvores classificadas ICNF I -
Jardim I 1949
Proteção legal I -
Área do jardim I 0,6 hectares

Autor I Célia Coelho



LIS01

Foi inaugurado em 1949. Antigamente era conhecido por Jardim Lisboa Antiga. Ocupa uma área inferior a 0,6 hectares e é delimitado pela Calçada da Estrela, pela Rua Miguel Lupi, pelo Campus do Instituto Superior de Economia e Gestão e pela Rua das Francesinhas.

Este projeto da autoria do arquiteto Luis Cristino da Silva (1896-1976) mantém o traçado inicial. Por forma a colmatar a pendente de cerca de onze por cento, o arquiteto desenvolveu o projeto em vários patamares. O jardim é ligado por escadarias e apresenta uma zona central de cota média, na qual projeta uma praça. É nesta praça que existe uma fonte decorativa ligada a um pequeno canal, rodeada de flores e de bancos. Vários canteiros de relva recortados por pequenos arruamentos emolduram a zona central da composição bem como seis grandes cedros e araucárias dispostas em semi-círculo (Silva, 1935).

Para esta parte do Jardim, Cristino da Silva convida o escultor Leopoldo de Almeida a colaborar. Intitulado "A Família" (1947-49), é uma peça escultórica com 2,30 m de altura, estando implantada num espelho de água, e tem como simbologia a origem da criação. O arquiteto projeta ainda para o topo da escadaria de ligação à Rua Miguel Lupi, baseado no fragmento de uma gravura de cerca de 1767-1769, um painel de azulejo decorativo, executado pela Fábrica Viúva Lamego, a partir da maquete do seu irmão António Cristino (1947). O painel reproduz uma vista panorâmica do Mosteiro de São Bento da Saúde e área circundante nos finais do século XVIII. O jardim possui ainda duas obras escultóricas, dois baixos-relevos, um de homenagem a Bento Jesus Caraça, da autoria de João Cutileiro (1995) e um memorial a José Afonso, da autoria de Luísa Barros (2017).

O nome deste jardim deve a sua origem à construção de um Convento, no seguimento do casamento de D. Maria Francisca Isabel de Saboia com D. Afonso VI, em 1666. Casamento que viria a ser invalidado, após um processo de anulação do matrimónio, através da Bula Papal, de 15 de março de 1668. Acompanharam a futura rainha, desde França, quatro religiosas, as "Clarissas Capuchinhas" do instituto de religiosas contemplativas da segunda ordem de São Francisco, aprovada em 1538 pelo papa Paulo III. Com alguma difusão em França, esta ordem fundou em Lisboa a única instituição em Portugal que ficou conhecida pela designação de Francesinhas.

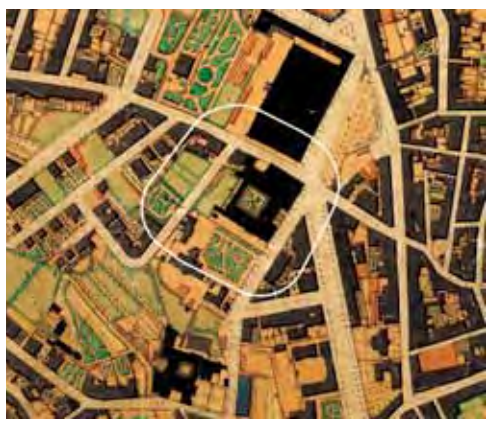
O Convento das Capuchinhas Francesas, denominado do Santo Crucifixo, iniciou o seu funcionamento em 1667. Situado na encosta poente da colina da Estrela, composto pela área de duas quintas compradas pelo erário público, foi construído num espaço contiguo ao Mosteiro de São Bento da Saúde, separando estas duas casas religiosas, uma calçada que fazia a ligação entre o rio e o cimo da colina da Estrela. A implantação da República enraíza um crescente de movimentos anticlericais, sendo sentido de forma muito violenta no antigo Convento das Francesinhas, administrado pelas Irmãs Hospitaleiras Portuguesas e a funcionar como Asilo para Educação de Costureiras e Criadas de Servir. Marinheiros e populares invadem o edifício em busca de armas e padres, vandalizando e fazendo desaparecer



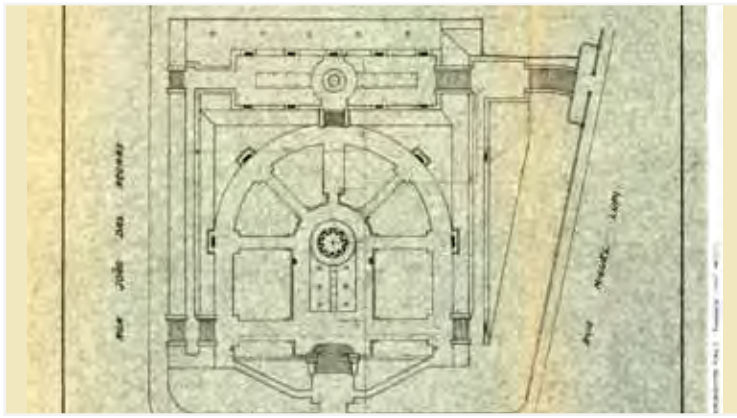
LIS02



LIS03



LIS04



LIS05



LIS06



LIS07

alguns objetos. Nesse ano (1910), as Irmãs Hospitaleiras Portuguesas são expulsas pelo Governo Provisório da República.

Em 1935, o espaço é temporariamente ocupado pela "Lisboa Antiga", projeto da autoria do jornalista, político, escritor e Olissipógrafo, Gustavo de Matos Sequeira (1880-1962), que recriou de forma efémera e idealizada um antigo bairro em miniatura, da Lisboa seiscentista, para as Festas da Cidade de Lisboa de 1935. A exposição foi inaugurada no dia 4 de junho e manteve-se aberta até 4 de agosto tendo sido visitada por mais de 180 mil pessoas (CML, 1935). Demolida essa efémera construção, o espaço manteve-se desocupado até ser inserido no plano de embelezamento do Palácio da Assembleia Nacional que o transforma num jardim público.

Legendas das imagens

LIS01 – Jardim Lisboa Antiga ou Jardim das Francesinhas, Lisboa. 2017. Fotografia. © Andreia Sousa.

LIS02 – Duarte José Fava. Extrato da Carta topográfica de Lisboa e seus subúrbios... (em destaque a área do atual Jardim das Francesinhas). 1831 [1807]. Litografia. Escala [1:5000], 500 braças por palmo. Lisboa: Casa do Risco das Obras Públicas. © AML, Lisboa.

LIS03 – Filipe Folque (dir.). Extrato do Atlas da Carta Topográfica de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim das Francesinhas). 1856-1858. Levantamento por Filipe Folque, Carlos Pezerat, Francisco Goullard e César Goullard. Original, planta colorida. Escala [1:1000]. Lisboa: [s.n.]. © AML, Lisboa.

LIS04 – Silva Pinto (dir.). Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim das Francesinhas). 1904-1911. Levantamento por Silva Pinto e Alberto de Sá Correia, desenho de Raul Torres. Escala [1:5 000]. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

LIS05 – Luís Cristino da Silva. Jardim Fronteiro ao Palácio da Assembleia Nacional. 1947. Desenho [PT/AMLSB/CMLSB/UROB/EV/1700; Fólio 3]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

LIS06 – Horácio Novais. Jardim Assembleia [ao sul do palácio de São Bento]. [c. 1951]. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/HNV/000346]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

LIS07 – Perspetiva do Jardim das Francesinhas com a Assembleia da República em plano de fundo. 2017. Fotografia. © Andreia Sousa.

LIS08 – Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim das Francesinhas). 1950. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

LIS09 – Extrato da Fotografia Aérea da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim das Francesinhas). 1938-1948. Voo SPLAL, folha n.º 431, preto e branco. Lisboa: IGEOE. © IGEOE, Lisboa.

LIS10 – IGEOE. Extrato da Ortofotomapa da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim das Francesinhas). 2011. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © IGEOE, Lisboa.



LIS08



LIS09



LIS10

JARDIM ROQUE GAMEIRO

Jardim do Cais do Sodré

Latitude e longitude I 38.70571,-9.143564
Freguesia de Lisboa I Misericórdia
Nº Inventário I 15CAI
Número de árvores I 8
Número de espécies de árvores I 4
Árvores classificadas ICNF I 1
Jardim I 1912-1915
Proteção legal I Parcialmente incluído na Zona de Proteção da Estação Ferroviária do Cais do Sodré
Área do jardim I 0,08 hectares

Autores I Ana Raquel Cunha e Ana Luísa Soares



CAI01

O Jardim Roque Gameiro, conhecido por Jardim do Cais do Sodré, é uma praça ajardinada, com cerca de 0,08 hectares, que se situa na Praça Duque da Terceira, entre a Avenida 24 de Julho e o Rio Tejo.

O nome desta zona da cidade está associado à importância da família Sodré, vinda de Inglaterra por volta do século XV e instalada nesta zona desde o início da expansão marítima portuguesa. A família Sodré estava intimamente ligada ao comércio marítimo e ao dia a dia desta área portuária (Carita, 1994). Por volta de 1600, esta zona teve também a designação de Sítio dos Remolares (Dias, 1987), ou Romulares (Castilho & Macedo, 1940) – toponímia relacionada com a manufatura de remos para as embarcações – toda aquela zona fazia parte do célebre Cata-que-Farás, expressão que, embora sem muitas certezas, se acredita significar *"procura que hás de achar"* (Castilho & Macedo, 1940), devido à lenda que afirma ter existido pó de ouro nas areias do Tejo (Dias, 1987).

Com as obras efetuadas após o Terramoto de 1755, esta zona surge com um desenho urbano, muito mais organizado (Castilho & Macedo, 1940). Com o novo plano pombalino, resolveu-se o problema da grande inclinação da vertente, através da construção da Rua do Alecrim, que veio desimpedir a vista sobre o Tejo. No final do eixo da Rua do Alecrim, é então construída a Praça de Remolares, mais tarde designada por Praça Duque da Terceira. (Carita, 1994). Na cartografia de 1911, é possível observar a construção da zona de aterro proposta, em 1871, pela Câmara Municipal de Lisboa e a construção da linha de comboio que liga Cascais ao Cais do Sodré, inaugurada em 1895.

Acerca deste jardim, construído nos terrenos que foram sendo conquistados ao Tejo desde a segunda metade de 1800 até ao início de 1900, sabe-se apenas que as suas plantações ocorreram entre 1912 e 1915 (Dias, 1987), e que, em 1915, foi colocada a estátua Marinheiro ao Leme, em homenagem a Roque Gameiro. Em 1934, o jardim passa a designar-se Roque Gameiro (Cordeiro *et al*., 1993).

Este jardim, no inventário do arvoredo elaborado pela Câmara Municipal de Lisboa em 1929, caracterizava-se pelas suas 29 árvores, destacando-se as 16 nogueiras, sendo as restantes 13 árvores de outras espécies (CML, 1929). Em meados dos anos 40, devido à construção do parque de estacionamento, o jardim viu a sua área inicial ser cortada em cerca de metade, conforme se pode comprovar pela cartografia de 1950, o que conduziu a uma redução significativa no número de árvores.

Pode referir-se que, no levantamento realizado em 2014 (Vasconcelos, *et al*, 2017), se destaca a presença das seguintes espécies arbóreas: três jacarandás (*Jacaranda mimosifolia*), uma magnólia (*Magnolia grandiflora*), dois exemplares de Yucca gloriosa e duas tipuanas (*Tipuana tipu*), sendo uma destas últimas árvores classificada de interesse público pelo Instituto da conservação da Natureza e das Florestas.



CAI02



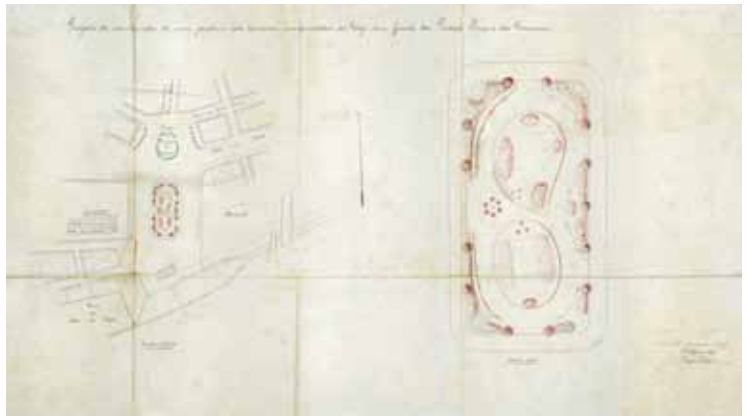
CAI03



CAI04



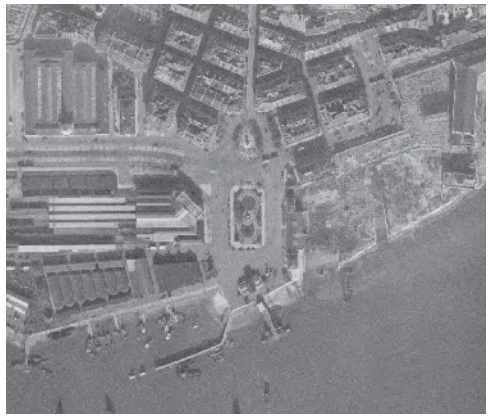
CAI05



CAI06



CAI07



CAI08



CAI09



CAI10

Legendas das imagens

CAI01 – Quiosque no Jardim Roque Gameiro, Cais do Sodré, Lisboa. 2012. Fotografia. © António Sacchetti.

CAI02 – Duarte José Fava. Extrato da Carta topográfica de Lisboa e seus subúrbios... (em destaque a área do atual Jardim do Cais do Sodré (Jardim Roque Gameiro)). 1831 [1807]. Litografia. Escala [1:5000], 500 braças por palmo. Lisboa: Casa do Risco das Obras Públicas. © AML, Lisboa.

CAI03 – Filipe Folque (dir.). Extrato do Atlas da Carta Topográfica de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim do Cais do Sodré (Jardim Roque Gameiro)). 1856-1858. Levantamento por Filipe Folque, Carlos Pezerat, Francisco Goullard e César Goullard. Original, planta colorida. Escala [1:1000]. Lisboa: [s.n.]. © AML, Lisboa.

CAI04 – Silva Pinto (dir.). Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim do Cais do Sodré (Jardim Roque Gameiro)). 1904-1911. Levantamento por Silva Pinto e Alberto de Sá Correia, desenho de Raul Torres. Escala [1:5 000]. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

CAI05 – [Cais do Sodré e o Grande Hotel Central]. 1892. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/SEX/000020]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

CAI06 – [Projeto de construção de um jardim nos terrenos conquistados ao Tejo, em frente da praça Duque da Terceira]. 1907. Desenho. [PT/AMLSB/CMLSBAH/GEGE/23/0783]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

CAI07 – Eduardo Portugal. [Panorâmica sobre o Cais do Sodré]. 1950. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/EDP/001035]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

CAI08 – Extrato da Fotografia Aérea da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim do Cais do Sodré (Jardim Roque Gameiro)). 1938-1948. Voo SPLAL, folha n.º 431, preto e branco. Lisboa: IGEOE. © IGEOE, Lisboa.

CAI09 – Extrato da Fotografia Aérea da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim do Cais do Sodré (Jardim Roque Gameiro)). 1967. Voo FAP (n.º 9), folhas n.º 431/417, preto e branco. Escala [1:25 000]. Lisboa: IGEOE. © IGEOE, Lisboa.

CAI10 – IGEOE. Extrato da Ortofotomapa da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim do Cais do Sodré (Jardim Roque Gameiro)). 2011. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © IGEOE, Lisboa.

JARDIM TEÓFILO BRAGA

Jardim da Parada
Jardim de Campo de Ourique

Latitude e longitude I 38.7179,-9.165221
Freguesia de Lisboa I Campo de Ourique
Nº Inventário I 43PAR
Número de árvores I 105
Número de espécies de árvores I 19
Árvores classificadas ICNF I 4
Jardim I século XIX
Proteção legal I -
Área do jardim I 0,5 hectares

Autores I Ana Raquel Cunha e Ana Luísa Soares



PAR01

No conhecido bairro de Campo de Ourique, enquadrado por quarteirões de ocupação residencial e comércio local, situa-se o Jardim da Parada.

Este bairro começou a desenhar-se no século XIX, nos terrenos de antiga zona de searas, quando, em 1878, se dá início à expropriação dos respetivos terrenos. Desta forma, Frederico Ressano Garcia (1847-1911), tirando partido da topografia de estar situado numa zona de planalto e inspirado na Baixa Pombalina, propõe para o novo bairro uma malha ortogonal, organizada da seguinte forma: "Nove arruamentos no sentido poente/nascente, cortados por cinco transversais no sentido sul/norte, fazem o vasto rectângulo do Bairro que começou a esboçar-se como urbanização em 1886" (Ramos, 1989).

Simultaneamente, a gradual alteração da mentalidade e dos hábitos sociais dos lisboetas, que, a partir de 1836, inspirados por D. Fernando Saxe-Coburgo-Gotha (1785-1851), passaram a frequentar o Passeio Público, levaram ao empreendimento de obras de "ajardinamento" do espaço urbano, por iniciativa das instâncias militares ou das câmaras municipais (Rosa, 2013; Albergaria, 2010). Assim sendo, a árvore passa a fazer parte do planeamento urbano, proporcionando novas tipologias espaciais – o recinto arborizado, o parque, o jardim, o passeio e a alameda – que surgem nesta época como espaços de recreio e de novas práticas sociais (Lamas, 2007). Por volta dos anos 50 do século XIX, a pontuação da cidade por estes espaços que pretendiam servir o novo gosto pelo convívio no espaço público aumentam consideravelmente. Além do Jardim de Campo de Ourique, são também deste período os jardins de São Pedro de Alcântara, Príncipe Real, Estrela, Praça da Alegria, Estefânia, Torel e de Santos (Telles, 1997).

Na cartografia de Silva Pinto, datada de 1911, é possível verificar que o bairro de Campo de Ourique já estava em construção. Inserido na malha urbana já construída e ocupando a área equivalente a um quarteirão de meio hectare, destaca-se o Jardim da Parada. Construído, muito provavelmente para satisfazer as necessidades sociais e recreativas dos habitantes deste novo bairro, o Jardim de Campo de Ourique encaixa-se numa outra tipologia, ainda não mencionada, o *square* – um jardim ou um pequeno parque.

Construído nos terrenos onde se realizavam, no início do século XIX, as paradas do Regimento de Infantaria 16, cujo quartel se encontra nas imediações, o Jardim de Campo de Ourique foi originalmente apelidado de Jardim da Parada. Local onde conspiraram os promotores da Revolução do 5 de outubro de 1910, assume, desde 1920, a designação de Jardim Teófilo Braga, em homenagem ao presidente do Governo Provisório da República Portuguesa Joaquim Teófilo Fernandes Braga (1843-1924). Em 1920, a Câmara Municipal de Lisboa, instalou no jardim, a estátua *Maria da Fonte*, da autoria de Costa Motta (tio). Esta estátua representa a "[…] alegoria do movimento popular libertador que à data se viveu por todo o



PAR02



PAR03



PAR04



PAR05



PAR06



PAR07

país, com a instauração do regime liberal em Portugal" (Carvalho, 2014, p 10).

Segundo o inventário do arvoredo elaborado pela Câmara Municipal de Lisboa em 1929, o Jardim da Parada de Campo de Ourique possuía à data 113 árvores – 87 *Ulmus latifolia*, três tílias; dois *Populus alba*, um *Populus nigra*, uma *Grevillea robusta*, um *Cupressus spp.* e ainda seis palmeiras e 12 árvores de outras espécies (CML, 1929).

Por volta dos anos 60 do século XX, e à semelhança do Jardim da Estrela, foi colocado um "armário de leitura" no Jardim Teófilo Braga – uma instalação de ferro, de cor verde, contendo dezenas de livros, para se ler no jardim ou serem requisitados pelos leitores.

No início do século XX, o jardim foi alvo de uma reestruturação, que incluiu a fusão dos dois lagos, a instalação de um novo coreto e a instalação de um parque infantil.

No que se refere à composição arbórea, é de referir que, no levantamento realizado em 2014, este jardim possui 105 árvores, de 19 espécies distintas. Quatro exemplares arbóreos estão classificados pelo Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas: dois *Metrosideros excelsa*, uma *Sequoia sempervirens* e um *Taxodium huegelii* (Vasconcelos et al., 2017).

Legendas das imagens

PAR01 – Escultura em mármore da autoria de Costa Mota (tio) que representa a mulher do povo português, inaugurada em 1920, no Jardim da Parada de Campo de Ourique, Lisboa. 2008. Fotografia. © Ana Luísa Soares.

PAR02 – Duarte José Fava. Extrato da Carta topográfica de Lisboa e seus subúrbios... (em destaque a área do atual Jardim da Parada/Teófilo de Braga). 1831 [1807]. Litografia. Escala [1:5000], 500 braças por palmo. Lisboa: Casa do Risco das Obras Públicas. © AML, Lisboa.

PAR03 – Filipe Folque (dir.). Extrato do Atlas da Carta Topográfica de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim da Parada/Teófilo de Braga). 1856-1858. Levantamento por Filipe Folque, Carlos Pezerat, Francisco Goullard e César Goullard. Original, planta colorida. Escala [1:1000]. Lisboa: [s.n.]. © AML, Lisboa.

PAR04 – Silva Pinto (dir.). Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim da Parada/Teófilo de Braga). 1904-1911. Levantamento por Silva Pinto e Alberto de Sá Correia, desenho de Raul Torres. Escala [1:5 000]. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

PAR05 – Joshua Benoliel. [Senhoras a jogar no jardim do Clube da Parada]. 1907. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/JBN/002084]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

PAR06 – Armando Serôdio. [Jardim Teófilo Braga, biblioteca municipal móvel]. 1959. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/SER/003484]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

PAR07 – Arnaldo Madureira. Jardim Teófilo Braga. [entre 1959 e 1971]. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/ARM/007189]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

PAR08 – Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim da Parada/Teófilo de Braga). 1950. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

PAR09 – Extrato da Fotografia Aérea da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim da Parada/Teófilo de Braga). 1967. Voo FAP (n.º 9), folhas n.º 431/417, preto e branco. Escala [1:25 000]. Lisboa: IGEOE. © IGEOE, Lisboa.

PAR10 – IGEOE. Extrato da Ortofotomapa da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim da Parada/Teófilo de Braga). 2011. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © IGEOE, Lisboa.



PAR08



PAR09

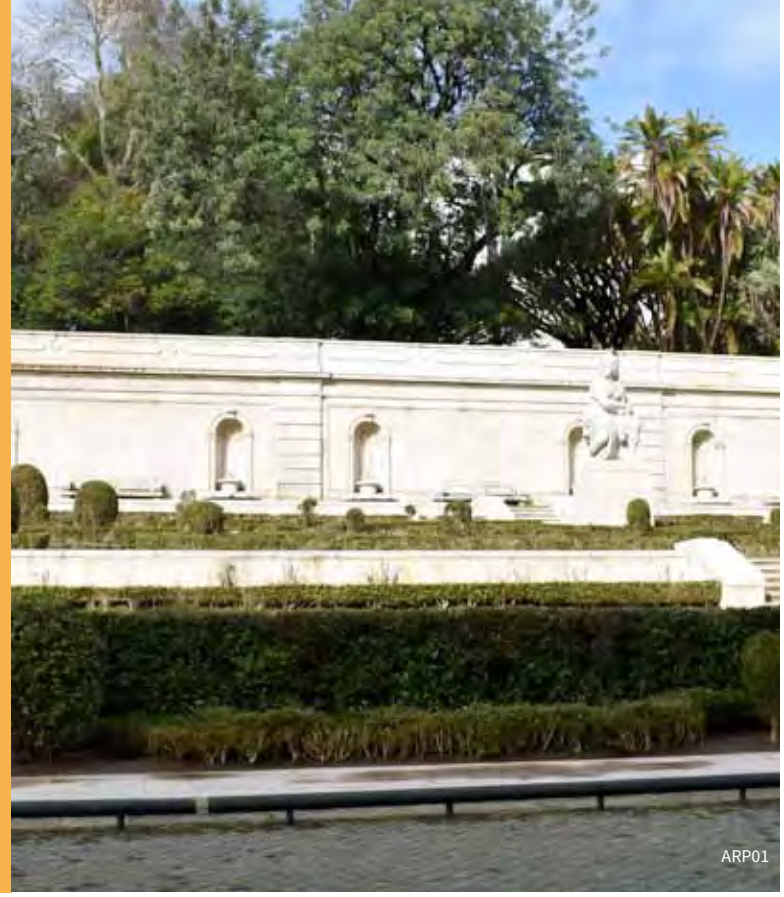


PAR10

JARDIM DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Latitude e longitude I 38.712733, -9154580
Freguesia de Lisboa I Estrela
Nº Inventário I -
Número de árvores I não realizado
Número de espécies de árvores I não realizado
Árvores classificadas ICNF I -
Jardim I 1940
Proteção legal I Assembleia da República classificada como MN - Monumento Nacional, Decreto n.º 5/2002, DR, 1.ª série-B. n.º 42 de 19 fevereiro de 2002 *1/Parcialmente incluído na Zona de Proteção do Aqueduto das Águas Livres.
*1 - DOF: "Palácio de São Bento, escadaria exterior e jardim confinante com a residência do Primeiro-Ministro, na Calçada da Estrela, na Rua de Correia Garção, na Praça de São Bento, e na Rua de São Bento".
Área do jardim I 0,5 hectares

Autores I Ana Raquel Cunha, Teresa Chambel, Susana Morais, Andreia Leite, Célia Coelho, Marta Malheiro e Ana Luísa Soares


ARP01

Projetado no início da década de 1940, o jardim localizado entre o palacete de São Bento e o Palácio da Assembleia da República ocupa uma área de 0,5 hectares e tem como marcas distintivas o desenho de sebes topiadas de buxo, uma escadaria monumental, fontes e estátuas.

A história do local da Assembleia da República remonta ao ano de 1598, quando a Congregação Beneditina Portuguesa mandou erigir o Mosteiro de São Bento da Saúde, um projeto quinhentista da autoria do arquiteto Baltazar Álvares (Mourão, 2015). A localização do mosteiro e o cognome "da Saúde" justificam-se por razoes de saúde pública. Naquele período, as epidemias de peste na cidade provocaram a morte diária de centenas de pessoas, razão que levava a população a procurar os arrabaldes da cidade para se proteger. (*A Alma e a Gente: Palácio de São Bento e os Parlamentos,* 2006).

Este mosteiro inicia a sua atividade em 1615 e, apesar de nunca ter sido concluído, afirmou-se, no início do século XVII, como uma das mais importantes casas religiosas da Península Ibérica (Mourão, 2015). Em 1833, após a reforma eclesiástica, os frades mudam-se para o Mosteiro de Tibães. O mosteiro, poupado pelo Terramoto de 1755, passa, em 1834, por determinação do rei D. Pedro IV (1798-1834) a desempenhar a função de Palácio das Cortes da nação constitucional. Para tal, foi alvo de duas importantes intervenções para acolher a Câmara dos Pares e a Câmara dos Deputados, obras realizadas em 1867 e 1895, respetivamente (França, 1999), bem como profundas alterações que se prolongaram até à primeira metade do século XX. Este edifício foi denominado Assembleia Nacional em 1937 e, em 1975, passou a designar-se Assembleia da República (França, 1999).

Para assumir a nova função de sede do órgão de soberania, o mosteiro é alvo de uma intervenção com assinatura do arquiteto Miguel Ventura Terra (1866-1919). É realizada uma adaptação do já existente Convento de Frades de São Bento, construído entre 1598 e 1615, que reconfigura os seus interiores, fachada e envolvente (Mourão, 2015). De 1933 a 1940,

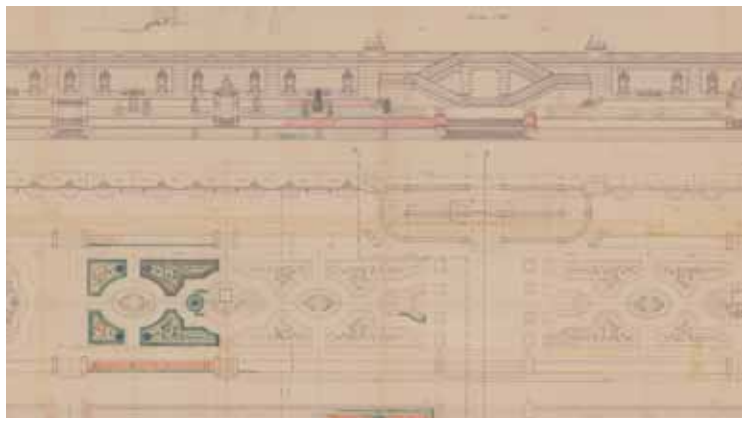

ARP02


ARP03


ARP04



ARP05



ARP06



ARP07

os arquitetos António Lino (1914-1996) e Luís Cristino da Silva (1896-1976) trabalharam em conjunto nos estudos para a zona envolvente da Assembleia da República, tendo a obra emblemática da escadaria principal sido assinada por António Lino e concluída por Cristino da Silva (Soromenho, 2009). Esta intervenção incluiu também a proposta para o jardim entre o palacete de São Bento e o Palácio da Assembleia da República.

Para este projeto é proposta uma escadaria monumental para estabelecer a ligação entre os dois espaços, no centro do muro de 50 metros de comprimento que separa a diferença de cota. Ao descer a escadaria, entramos no Jardim da Assembleia da República, que está estruturado em três patamares, de canteiros rasos com arbustos de buxo topiado, com desenho de simetria "à francesa". Os dois canteiros centrais são marcados por duas estátuas decorativas, com figuras alegóricas de mulheres sentadas, em que uma representa a "Força" e a outra a "Justiça" (ambas de autor desconhecido). Ainda no topo da escadaria, de frente uma para a outra, existem duas esfinges, assinadas por Leopoldo de Almeida.

A Assembleia da República, atendendo ao valor histórico, arquitetónico e paisagístico que detém, encontra-se classificada como Monumento Nacional pelo Decreto n.º 5/2002, DR, I Série-B. n.º 42, de 19 de fevereiro de 2002, como Monumento Nacional (MN). Estão sob este regime de proteção o conjunto do Palácio de São Bento, a escadaria exterior e o jardim confinante com a residência do primeiro-ministro, na Calçada da Estrela, na Rua de Correia Garção, na Praça de São Bento e na Rua de São Bento.

Legendas das imagens

ARP01 – Jardim da Assembleia da República. 2005. Fotografia. © Andreia Leite.

ARP02 – Franco D. Milcent. Extrato do Plano geral da cidade de Lisboa em 1785 (em destaque o Jardim do Palacete de São Bento e o Jardim da Assembleia da República). 1785. Litografia. Lisboa: Litografia de Portugal. © AML, Lisboa.

ARP03 – Filipe Folque (dir.). Extrato do Atlas da Carta Topográfica de Lisboa (em destaque o Jardim do Palacete de São Bento e o Jardim da Assembleia da República). 1856-1858. Levantamento por Filipe Folque, Carlos Pezerat, Francisco Goullard e César Goullard. Original, planta colorida. Escala [1:1000]. Lisboa: [s.n.]. © AML, Lisboa.

ARP04 – Silva Pinto (dir.). Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque o Jardim do Palacete de São Bento e o Jardim da Assembleia da República). 1904-1911. Levantamento por Silva Pinto e Alberto de Sá Correia, desenho de Raul Torres. Escala [1:5 000]. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

ARP05 – Jan Lewicki. Convento das Francesinhas e Palácio das Cortes. c. 1874. Desenho, aguarela. © Assembleia da República.

ARP06 – Luís Cristino da Silva. Projecto da zona de protecção do Palácio da Assembleia Nacional: Alçados, corte, plantas: ante-projecto, projecto 1937-1938. Desenho. [LCSDA 51.64]. Lisboa: Espólio Cristino da Silva | FCG – Biblioteca de Arte e Arquivos. © FCG.

ARP07 – Estátua da autoria de Maximiano Alves, a alegoria à Justiça. 2021. Fotografia. © Andreia Leite.

ARP08 – Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque o Jardim do Palacete de São Bento e o Jardim da Assembleia da República). 1950. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

ARP09 – Extrato da Fotografia Aérea da Cidade de Lisboa (em destaque o Jardim do Palacete de São Bento e o Jardim da Assembleia da República). 1938-1948. Voo SPLAL, folha n.º 431, preto e branco. Lisboa: IGEOE. © IGEOE, Lisboa.

ARP10 – IGEOE. Extrato da Ortofotomapa da Cidade de Lisboa (em destaque o Jardim do Palacete de São Bento e o Jardim da Assembleia da República). 2011. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © IGEOE, Lisboa.



ARP08



ARP09



ARP10

JARDINS DO PALÁCIO NACIONAL DE BELÉM

Latitude e longitude I 38.69828, -9.200724
Freguesia de Lisboa I Belém
Nº Inventário I 42PNB
Número de árvores I 92
Número de espécies de árvores I 18
Árvores classificadas ICNF I -
Jardim I 1726
Proteção legal I Palácio classificado como Monumento Nacional segundo o Decreto n.º 19/2007, de 3 de agosto de 2007; revoga o artigo 2.º do Decreto n.º 47 508, de 24 de Janeiro de 1967, na parte a que se refere ao Palácio Nacional de Belém, que o classificava como Imóvel de Interesse Público.
Área do jardim I 2,5 hectares

Autor I Cristina Castel-Branco



PNB01

A visita a estes jardins é um passeio pela história de Portugal: aqui ficaram marcas de representantes que fizeram a defesa da nação, enriqueceram a língua, celebraram a cultura, estimularam as artes e serviram o bem público.

A quinta estendia-se por cerca de sete hectares e constituía uma unidade cercada, consolidada pela marca artística dos seus patronos, com complexos sistemas de circulação de água a funcionar desde a extrema de cima até aos magníficos repuxos e cascatas de baixo. Ao ser dividida, deixou o palácio sem parte do seu corpo, diminuída na sua dignidade e aparato, sem a força e poder que um jardim atribui a um palácio. Os jardins que hoje envolvem o palácio de Belém são só parte daquilo que no passado foi uma área que se estendia em equilíbrio com o peso da função desempenhada no palácio e desenhada como paisagem representante do momento científico, social, político, e artístico do país.

O palácio de Belém encontrava-se junto à linha de contacto das águas do Tejo com a terra na margem direita do rio, sobre um terraço construído num outeiro junto à praia banhada pelo Tejo. Hoje em dia, um aterro já centenário separa-o do rio, mas a primeira imagem do palácio e dos jardins, que data de 1580, revela-nos a beleza do conjunto com o palácio abraçando os jardins em terraços. O lugar é naturalmente privilegiado e foi cedo escolhido para a construção de um palácio e jardins. Mais tarde, o Terramoto de 1755 reforçou essa boa escolha, pois o palácio não caiu com o abalo.

Uma primeira referência ao conjunto renascentista edificado sobre este lugar data de 1726; é a famosa Carta de Padrão de compra, que apresenta a história da propriedade desde o seu início, com a escolha do lugar e definição dos limites por D. Manuel de Portugal, que arrenda, em 1559, ao Mosteiro dos Jerónimos dois prazos foreiros compostos até à famosa compra por D. João V pormenorizadamente descrita e causa da carta de padrão. Os jardins de D. Manuel de Portugal, assim registados em meados do século XVI e desenhados no final desse século, ilustram os primórdios da arte paisagística do renascimento português e marcam também o início da história do palácio e quinta de Belém.

A qualidade natural da paisagem irá atrair, durante os séculos XVII e XVIII, além do palácio e jardins dos condes de Aveiras, ou Quinta de Baixo (atual palácio e jardins de Belém), a Quinta do Meio, pertença dos condes da Calheta (e designada por Palácio do Pátio das Vacas), a Quinta de Cima, dos condes de Óbidos. No ano de 1726, além da compra da Quinta dos Condes de Aveiras registada na Carta de Padrão, todas as propriedades e quintas que se tinham instalado pela encosta acima de Belém até à Ermida de Nossa Senhora da Ajuda, confluem pela mão de D. João V para a posse da coroa, como se em vista estivesse um grande projeto a implantar em



PNB02



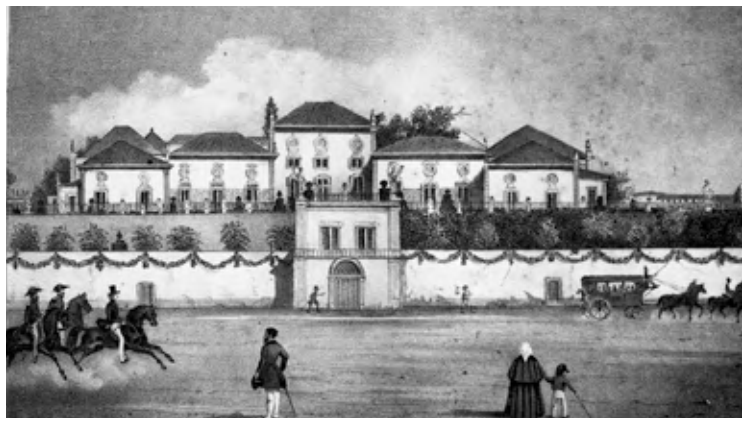
PNB03



PNB04



PNB05



PNB06



PNB07

toda a encosta. Pairavam no ar as ideias de D. João V para a Patriarcal de Lisboa, visão do rei passada à pena pelo genial Juvarra, arquiteto italiano vindo a Lisboa em 1719, mas do qual infelizmente nada se constrói (Ayres de Carvalho, 1962, p. 334).

Com o Terramoto de 1755 nova luz volta a dar vida a Belém, tornando célebre a Quinta Real de Baixo (Palácio de Belém), por nela se encontrar o rei D. José e a família real no dia em que o terramoto, marmoto e fogo destruíram Lisboa.

Este é o *morceau de bravoure* do conde de Aveiras nos jardins da sua quinta de Belém e segue bem de perto os elementos da composição que Le Nôtre havia trazido para o jardim de Versalhes a partir de 1661; o teatro é uma belíssima e bem dimensionada construção em três peças (bem evidentes no mapa de 1856), composta por uma cascata central de onde pinga água desde o cimo e onde uma notável estátua de Hércules esmagando a Hidra, ocupa a posição central. Para que a água caísse à altura da cascata, foi necessário criar um reservatório no topo do edifício, e a engenharia hidráulica que se dominava na altura levou à construção de um depósito semicircular com dois níveis de armazenamento, alimentado por uma coluna central que vem da base do edifício. Uma das imagens que temos desta cascata apresenta no topo desta construção um repuxo alto, o que obriga a um sistema hidráulico ligado às cotas mais altas da propriedade para que a pressão seja garantida pela diferença de cota.

Aquilo que é prosaicamente referido como pombal é uma bela composição setecentista constituída por dois corpos com a mesma altura, proporções e ornamentos tão bem lançados como a cascata de Hércules e onde se abrem de cada lado pórticos formados por três arcos e dobrando para sul a mesma composição de arcos, tendo em cada esquina um nicho com estátuas sobre uma peça de água. A palavra "pombal" é jurídica, pois de facto são enormes gaiolas para aves que vamos encontrar dentro dos pórticos; os pontos de inserção dos gradeamentos ainda se veem, mas as aves que se colecionam nestas luxuosas gaiolas não são pombos mas aves exóticas e fazem parte da coleção de um homem que vindo do Oriente terá feito a sua *menagerie* tal como a que em Versalhes Luís XIV mostrava nos seus passeios pelo jardim.

O repuxo que jorra alto, acima da cascata, foi a prova que confirma a mestria do sistema hidráulico de Belém e, quando se enche o tanque de cima da cascata, ainda saem dos bebedouros das gaiolas repuxos de água de altura bem calculada que nos confirmam hoje em dia a precisão de todo o conjunto. Triste, no entanto, é depararmo-nos com a história do jardim que se seguiu em 1906. A propriedade é cortada, ficando o Palácio da Presidência da República e os jardins envolventes a ocupar uma área de 2,5 hectares quando a área emparcelada pelo conde Aveiras e que equilibrava todo o conjunto tinha atingido os quatro hectares. Com este abrupto corte ficou truncado este notável sistema hidráulico do século XVII e perdeu-se também o significado simbólico do jardim de D. João, conde



PNB08



PNB09



PNB10


LISBONA
OLISIPO, SIVE VT PERVE:
TVSTÆ LAPIDVM INSCRIP:
TIONES HABENT, VLYSIPPO,
VVLGO LISBONA FLORENTIS:
SIMVM PORTVGALLIÆ EMPORIV.
CASCAIS

PNB11

de Aveiras; a estatuária que ele escolhera para o seu jardim trazia consigo a mensagem que entendia deixar para a história. Resta-nos um tema na cascata que se repete numa belíssima estátua de Hércules encostado ao bastão e trazendo na mão três maçãs do jardim das Hespérides (Orsenna, 2003, p. 68).

Em 1981, foi encomendado ao arquiteto paisagista Manuel Sousa da Câmara, pelo general Ramalho Eanes e sua mulher, o projeto de arranjo do jardim da Arrábida; espaço como vimos de formas irregulares e enclausurado por muros e fachadas dos edifícios de que conhecemos já a história. O plano geral do projeto revela-nos a mestria do projetista, conseguindo trazer àquele espaço convencional alguns traços modernistas na implantação lateral da piscina, no aproveitamento da pérgula e sobretudo deixando duas grandes superfícies vegetais dialogar entre si; o relvado, parecendo maior do que de facto é, iluminado e contrastando com o fundo escuro de uma cortina de vegetação, e a parede de buganvílias entrelaçadas de cores fortemente exóticas que cobrem toda a fachada sul, deixando só espreitar as janelas das celas dos arrábidos, como se um longo entendimento com a Natureza herdado dos franciscanos viesse trazer a escala humana à família de cada presidente.

A última intervenção foi o jardim em terraço que cobre a construção do Arquivo da Presidência. Foi encomendado pelo presidente Jorge Sampaio ao arquiteto Carrilho da Graça, que teve a colaboração dos arquitetos paisagistas João Gomes da Silva e Inês Norton de Matos, e cria com um desenho encaixado no desnível do terreno as construções do arquivo. Uma plantação regular de arbustos em pirâmide dá ritmo à grande superfície relvada que termina na fachada cega do edifício. Rematando com lírios e alfazemas, uma faixa azulada faz o bordo da placa do edifício e o diálogo entre os materiais metálicos de cor enferrujada, e o verde da vegetação em linhas muito simples dá uma nova interpretação artística aos jardins de Belém, preparados para o século XXI.



PNB12



PNB13



PNB14

Legendas das imagens

PNB01 – Vista de cima do Pavilhão Central do "teatro". 2005. Fotografia. © Cristina Castel-Branco.

PNB02 – Duarte José Fava. Extrato da Carta topográfica de Lisboa e seus subúrbios... (em destaque a área do atual Jardim do Palácio Nacional de Belém). 1831 [1807]. Litografia. Escala [1:5000], 500 braças por palmo. Lisboa: Casa do Risco das Obras Públicas. © AML, Lisboa.

PNB03 – Filipe Folque (dir.). Extrato do Atlas da Carta Topográfica de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim do Palácio Nacional de Belém). 1856-1858. Levantamento por Filipe Folque, Carlos Pezerat, Francisco Goullard e César Goullard. Original, planta colorida. Escala [1:1000]. Lisboa: [s.n.]. © AML, Lisboa.

PNB04 – Silva Pinto (dir.). Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim do Palácio Nacional de Belém). 1904-1911. Levantamento por Silva Pinto e Alberto de Sá Correia, desenho de Raul Torres. Escala [1:5 000]. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

PNB05 – [Portugal. Vue du Port & de l'Eglise de Bellem & de celle de S.Amat.] [s.d.]. Desenho, reprodução J. Bárcia. [MNL 2-G 0083]. Lisboa: Gabinete de Estudos Olisiponenses. © CMLEO, Lisboa.

PNB06 – Palácio Real de Belém. [entre 1900 e 1945]. Desenho, reprodução J. Bárcia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/BAR/000830]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

PNB07 – Fachada do Palácio Nacional de Belém, visto da Praça Afonso de Albuquerque, onde se destacam os pinheiros-mansos do terraço principal do jardim que foram plantados no início do século XX, coincidindo com a implantação da República. 2012. Fotografia. © António Sacchetti.

PNB08 – Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim do Palácio Nacional de Belém). 1950. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

PNB09 – Extrato da Fotografia Aérea da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim do Palácio Nacional de Belém). 1958. Voo USAF, folhas n.º 431/417, preto e branco. Escala [1:26 000]. Lisboa: IGEOE. © IGEOE, Lisboa.

PNB10 – IGEOE. Extrato da Ortofotomapa da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim do Palácio Nacional de Belém). 2011. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © IGEOE, Lisboa.

PNB11 – Braun & Hogenberg. Lisabona, Cascale, Betheleem - esta vista da cidade de Lisboa consta na obra de George Braun intitulada, na edição francesa de Bruxelas: LE GRAND THÉATRE DES DIFFERENTES CITÉS nu MONDE, onde é possível encontrar as vistas das principais cidades e portos. c. 1572. Gravuras da autoria de Franz Hogenberg e Simon Von den Noevel. © Fortalezas.org.

PNB12 – Bebedouro das gaiolas a funcionar por ligação ao depósito de cima da cascata de Hércules. 2005. Fotografia. © Cristina Castel-Branco.

PNB13 – Jardim da Cascata, Teatro da cascata de Hércules, um complexo sistema de águas. 2005. Fotografia. © Cristina Castel-Branco.

PNB14 – Pormenor do desenho do buxo do Jardim da República. 2005. Fotografia. © Cristina Castel-Branco.

JARDINS DO PALÁCIO PIMENTA

Jardins do Museu da Cidade

Latitude e longitude I 38.75814, -9.157034
Freguesia de Lisboa I Alvalade
Nº Inventário I 35MCI
Número de árvores I 323
Número de espécies de árvores I 46
Árvores classificadas ICNF I -
Jardim I Século XVIII | 1979
Proteção legal I IIP - Imóvel de Interesse Público, Decreto n.º 27 396, DG, 1.ª série, n.º 302 de 26 dezembro de 1936
Área do jardim I 1,5 hectares

Autores I Ana Raquel Cunha e Ana Luísa Soares



MCI01

Localizado junto ao Jardim do Campo Grande, é um jardim pouco conhecido, mas uma agradável surpresa para quem o descobre. Este jardim pertencente à Quinta da Pimenta, também designada por Palácio Pimenta, constitui um bom exemplo de quinta de recreio com a sua génese na primeira metade do século XVIII (1744-1748). O palácio de "arquitetura solarenga" caracteriza-se pela sua planta em "U", com um corpo principal de três pisos, que inclui capela, cavalariça e outras dependências (Travassos, 2009).

Há registo de o Palácio Pimenta ser considerado uma das mais bonitas residências da cidade (Azevedo, 1969), que terá sido construída entre 1744 e 1748 (Moita, 1994). A tradição que se conta, embora não se encontre documentada (Rêgo, 1996), é que terá sido o rei D. João V (1689-1750) quem mandou edificar tão nobre palácio, para a sua amada Madre Paula (1701-1768), abadessa de Odivelas (Moita, 1994).

De facto, a hipótese de a edificação do Palácio Pimenta ser uma iniciativa real não pode ser efetivamente descartada "[…] tendo em atenção a unidade, qualidade e grandeza da obra que chegou aos nossos dias sem alterações que a desvirtuem" (Moita, Rafael & Marques, 1991, p. 27). Mas, se, por um lado, esta parece apenas uma história romanceada, por outro lado, causa estranheza tão nobre palácio ter sido mandado edificar por um particular cujo nome não tivesse ecoado (Araújo, 1950). São apontados como possíveis autores o "arquiteto de Sua Majestade" Carlos Mardel (1696-1763) ou o arquiteto Frederico Ludovice (1673-1752) (Araújo, 1950).

Antes de a propriedade ser adquirida pela Câmara Municipal de Lisboa, em 1961, sabe-se que o palácio teve diversos proprietários de referir: a família Galvão Mexia; Joaquim Pedro Quintela, segundo conde de Farrobo; Manuel Joaquim Pimenta; a Companhia do Bairro Europa; e Jorge Ávila Graça (Moita, 1994; Rêgo, 1996). Desde 1979, nas dependências do Palácio Pimenta, está instalado o Museu da Cidade de Lisboa, sendo o projeto de adaptação do edifício para museu da autoria do arquiteto Raul Lino (1879-1974), e, após prolongada e faseada obra, abriu integralmente ao público em 1984.

Relativamente à envolvente do palácio, a cartografia mais antiga onde surge representado o seu jardim data de 1911, época que se encontrava na posse da Companhia Bairro Europa. Nesta planta, pode observar-se que o palácio beneficiava (e continua a beneficiar) de um conjunto de espaços distintos: um pátio, o pátio das tílias; o jardim de cerimónias, composto por sebes topiadas de buxo com dois tanques circulares; terrenos agrícolas; uma mata e um grande tanque retangular (a este do jardim de cerimónias); bem como um sistema de águas composto por uma nora e tanques de



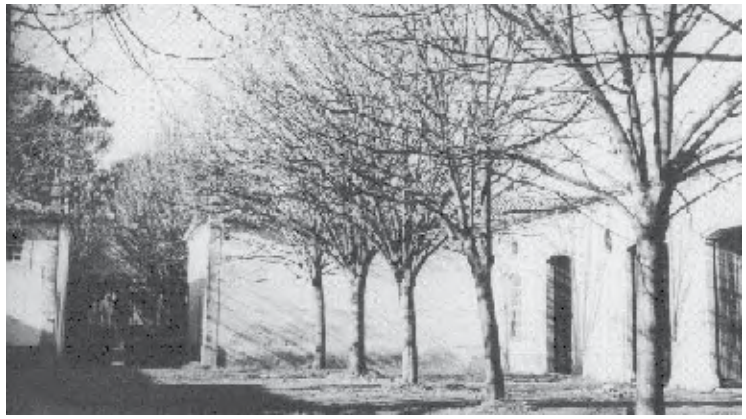
MCI02



MCI03



MCI04



MCI05



MCI06



MCI07

regadio. Em 1914, Jorge Ávila Graça adquire o palácio à Companhia do Bairro Europa, mantendo-se na posse da sua família até 1962, data em que é adquirido pela Câmara Municipal de Lisboa (Rêgo, 1996).

Na cartografia de 1950, à época na posse de Jorge Ávila Graça, estão bem definidos os limites da propriedade, limites esses que, face à extensão primitiva da quinta, representam apenas uma pequena fração. Para construção da Segunda Circular, em 1956, parte da propriedade foi expropriada, conforme se pode verificar na cartografia de 1970.

Hoje, com uma área de cerca de 1,5 hectares, os jardins do Palácio Pimenta continuam a beneficiar de uma diversidade de tipologias quer no seu uso quer na sua configuração, sendo de destacar: um pátio de entrada com as tílias; um jardim de buxo, ente muros, que é o espaço formal e fechado que lhe confere o seu carácter privado e onde, desde 2010, acolhe um projeto da artista plástica Joana Vasconcelos, com cerâmicas desenhadas de Rafael Bordalo Pinheiro; uma mata; um pomar; um amplo relvado com uma estufa e um jardim de sebes de buxo em frente do palácio conhecido por “meia laranja”.

Em 1936, o palácio, que inclui o jardim, foi classificado de imóvel de interesse público.

Legendas das imagens

MCI01 – Jardins do Palácio Pimenta, atual Museu da Cidade, Lisboa. 2014. Fotografia. © António Sacchetti.

MCI02 – Carta dos Arredores de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim do Museu da Cidade). 1899 [retificada]. Folha 6, Escala original [1: 20.000]. Lisboa: Corpo do Estado-Maior. © CIGeoE, Lisboa.

MCI03 – Silva Pinto (dir.). Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim do Museu da Cidade). 1904-1911. Levantamento por Silva Pinto e Alberto de Sá Correia, desenho de Raul Torres. Escala [1:5 000]. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

MCI04 – Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim do Museu da Cidade). 1970. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

MCI05 – Vasco de Gouveia Figueiredo. Palácio Pimenta - Museu da Cidade. [1962-1964]. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/VGF/000176]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

MCI06 – Horácio Novais. [Museu da Cidade, jardim]. 1975. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/HNV/000596]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

MCI07 – Armando Serôdio. Palácio Pimenta. 1975. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/NEG/02/P00412]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

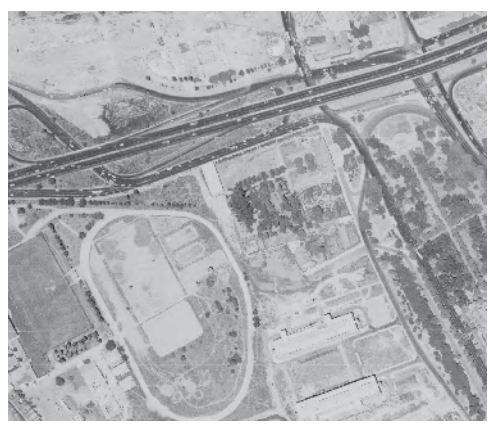
MCI08 – Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim do Museu da Cidade). 1970. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

MCI09 – Extrato da Fotografia Aérea da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim do Museu da Cidade). 1967. Voo FAP (n.º 9), folhas n.º 431/417, preto e branco. Escala [1:25 000]. Lisboa: IGEOE. © IGEOE, Lisboa.

MCI10 – IGEOE. Extrato da Ortofotomapa da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim do Museu da Cidade). 2011. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © IGEOE, Lisboa.



MCI08



MCI09



MCI10





Descubra as árvores das Praças aqui

VII.4. PRAÇAS

PRAÇA AFONSO DE ALBUQUERQUE

Latitude e longitude I 38.69664, -9.200266
Freguesia de Lisboa I Belém
Nº Inventário I 54PAA
Número de árvores I 140
Número de espécies de árvores I 6
Árvores classificadas ICNF I -
Praça I 1842 I c. 1940
Proteção legal I Incluído na Zona Especial de Proteção do Palácio Nacional de Belém
Área do jardim I 1,4 hectares

Autores I Ana Raquel Cunha e Ana Luísa Soares



PAA01

A Praça Afonso de Albuquerque situa-se em Belém, entre o Palácio Nacional de Belém e o rio Tejo, na antiga praia de Belém, de onde partiram, no século XV, as naus dos navegadores portugueses à conquista do mundo. É precisamente em sua homenagem que nesta zona da cidade, e após a execução de aterro, existem jardins que perpetuam essa memória, como a Torre de Belém, a Praça Afonso de Albuquerque, a Praça do Império e o Jardim Vasco da Gama.

Foi no final do século XVII que Belém, uma zona residencial de gente humilde, passou a ser zona de interesse para várias "famílias titulares", ganhando assim uma feição aristocrática (Sanches, 1970; Relvas & Braga, 1991).

A primeira representação de que se tem registo do Largo de Belém, situado no terreno fronteiro à Quinta de Belém, data de 1763, numa vista panorâmica de Lisboa desenhada por Bernard de Caula (Gaspar, 2005).

No levantamento cartográfico realizado por Duarte Fava, em 1807, é possível ver o Cais de Belém e, a norte do cais, a Praça de Belém. A praça surge sem qualquer tipo de desenho, parecendo encaixar-se na tese defendida pelos autores do livro Vivências, sítio e iconografia do Palácio de Belém quando proferem que o Largo de Belém não aparenta ter sido criado intencionalmente. O mais provável é que aquele "[…] terreiro, de aspecto provinciano […]" seja apenas um espaço sobrante após as demolições de algumas edificações por ocasião da construção do novo cais de pedra (Gaspar, 2005), e essa foi a aparência do largo durante muitos anos.

O Largo de Belém foi transformado em praça, em 1842, pelo decreto de edilidade, passando, em 1846, a designar-se Praça D. Fernando, em homenagem ao rei D. Fernando II (1816-1885), que tinha por hábito passear no largo com os príncipes, atraindo a sociedade da época e instituindo a "moda" de passear no Largo de Belém (Relvas & Braga, 1991), tal como já havia feito no Passeio Público.

No levantamento cartográfico de 1856-58 coordenado por Filipe Folque (1800-1874), é possível ainda verificar que a zona da praça e do cais nessa época já se encontrava arborizada. A primeira fotografia conhecida da praça, datada de meados da década 1860, é da autoria de Augusto Xavier Moreira (Gaspar, 2005). Nessa imagem é possível constatar que a praça já era iluminada, tinha bancos para estadia e estava arborizada.

Em 1881, a Câmara Municipal de Belém firma um contrato para construção de um coreto definitivo na Praça D. Fernando e, em 1885, aprova um novo anúncio de empreitada que visava a construção de um tanque circular de pedra lioz com um repuxo em ferro fundido, no centro da praça (local onde se encontrava o coreto). E incluía a execução de um novo coreto definitivo



PAA02



PAA03



PAA04



PAA05



PAA06



PAA07

igual ao existente e a mudança do coreto antigo para o lado nascente (Relvas & Braga, 1991). Apesar de a intervenção não ter sido concretizada, a intenção da Câmara Municipal leva a crer que a Praça D. Fernando fosse um lugar bastante concorrido, pois seria inédita a construção de dois coretos definitivos numa praça (Relvas & Braga, 1991).

A 3 de outubro de 1902, no local do antigo coreto, é inaugurada a estátua em homenagem a Afonso de Albuquerque, da autoria do escultor Costa da Mota (tio) (1862-1930), que tinha ido a concurso em 1892 (Costa, 1950). Em 1910, a praça toma a toponímia do homenageado, passando a designar-se Praça Afonso de Albuquerque (Silva, 2009). As obras efetuadas em 1905 (Gaspar, 2005) vieram alterar completamente o seu desenho original, conforme podemos verificar no Levantamento da Planta de Lisboa elaborado entre 1904 e 1911 por Silva Pinto (1860-data desconhecida) e Alberto Sá Correia (1874-1937). Além da alteração do desenho é possível ainda verificar a construção da linha de caminho de ferro que liga Cascais ao Cais do Sodré e a retificação da linha de costa.

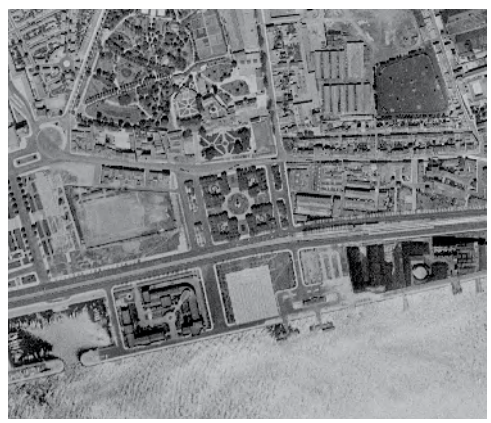
Numa planta de 1913, existente no Arquivo do Arco do Cego, referente aos "Melhoramentos na Praça Afonso de Albuquerque, nas ruas de Belém e da Junqueira […]", é possível verificar a marcação de cerca de 300 árvores no desenho da referida praça. Esta informação pode ser confirmada não só por um postal da época, mas também por um inventário do arvoredo elaborado pela Câmara Municipal de Lisboa em 1929, onde se pode ler que, à data, a Praça Afonso de Albuquerque possuía 327 árvores, distribuídas pelas seguintes espécies: 309 *Celtis australis*, dois *Ulmus campestris* e 16 palmeiras (CML, 1929).

Durante o século XX, a praça foi alvo de algumas intervenções, sendo de destacar a que se inseriu no âmbito da Exposição do Mundo Português, em 1940, e que lhe conferiu a fisionomia que hoje lhe conhecemos (Silva, 2009). Esta praça ajardinada, de forma quadrangular, com uma área de cerca de 1,4 hectares, caracteriza-se pela sua zona central assinalada pela estátua de bronze de Afonso de Albuquerque, assente numa coluna de pedra, com relevos referentes a episódios quando governador da Índia e com figuras que apontam as virtudes e vitórias do herói, onde nos ângulos surgem figuras mitológicas da autoria de Barata Feyo.

A praça é estruturada por dois caminhos que se cruzam e definem quatro canteiros geométricos relvados, de igual área, delimitados por sebes talhadas de buxo. No que se refere à sua composição arbórea é de destacar a dominância de exemplares de lodão-bastardo (*Celtis australis*) e de pinheiro-manso (*Pinus pinea*).
Esta praça está incluída na Zona Especial de Proteção do Palácio Nacional de Belém.



PAA08



PAA09



PAA10


PAA11

Legendas das imagens

PAA01 – Monumento a Afonso de Albuquerque, governador da Índia Portuguesa, inaugurado em 1901, no centro da Praça Afonso Albuquerque, Lisboa. 2017. Fotografia. © Jorge Sousa.

PAA02 – Duarte José Fava. Extrato da Carta topográfica de Lisboa e seus subúrbios... (em destaque a área do atual Jardim da Praça Afonso Albuquerque). 1831 [1807]. Litografia. Escala [1:5000], 500 braças por palmo. Lisboa: Casa do Risco das Obras Públicas. © AML, Lisboa.

PAA03 – Filipe Folque (dir.). Extrato do Atlas da Carta Topográfica de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim da Praça Afonso Albuquerque). 1856-1858. Levantamento por Filipe Folque, Carlos Pezerat, Francisco Goullard e César Goullard. Original, planta colorida. Escala [1:1000]. Lisboa: [s.n.]. © AML, Lisboa.

PAA04 – Silva Pinto (dir.). Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim da Praça Afonso Albuquerque). 1904-1911. Levantamento por Silva Pinto e Alberto de Sá Correia, desenho de Raul Torres. Escala [1:5 000]. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

PAA05 – Bernardo de Caula. Pormenor do Cais de Belém em "Lisboa: Vista e perspectiva da Barra Costa e Cidade de Lisboa Capitale do Reino de Portugal,(…)". 1763. Desenho. [D. 177 R.]. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal. © BNP, Lisboa.

PAA06 – Caes e Palacio de Belém. [s.d.]. Desenho, Gravura A. Oliveira, reprodução J. Bárcia. [MNL 1-G 0147]. Lisboa: Gabinete de Estudos Olisiponenses. © CMLEO, Lisboa.

PAA07 – Eduardo Portugal. Palácio Nacional de Belém. [194-]. Fotografia. [PT/AMLSB/POR/058989]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

PAA08 – Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim da Praça Afonso Albuquerque). 1950. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

PAA09 – Extrato da Fotografia Aérea da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim da Torre de Belém). 1958. Voo USAF, folhas n.º 431/417, preto e branco. Escala [1:26 000]. Lisboa: IGEOE. © IGEOE, Lisboa.

PAA10 – IGEOE. Extrato da Ortofotomapa da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim da Praça Afonso Albuquerque). 2011. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © IGEOE, Lisboa.

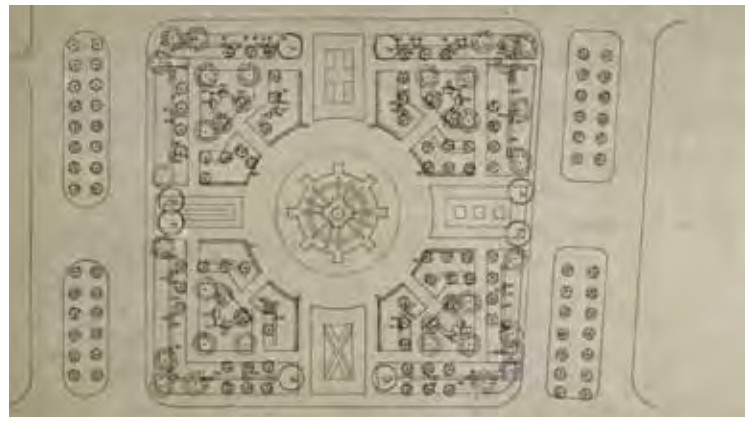
PAA11 – Alberto Lima. Coreto na antiga praça Dom Fernando. 1902. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/LIM/000964]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

PAA12 – A. Saraiva. [Plano de plantação de árvores e arbustos no jardim situado na praça Afonso de Albuquerque]. 1982. Desenho. [PT/AMLSB/CMLSB/UROB-OM/19/0138/05; Fólio 1]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

PAA13 – [Pormenor em perspetiva do jardim da praça Afonso de Albuquerque]. 1945-46. Desenho. [PT/AMLSB/CMLSB/UROB/EV/0570; Fólio 2]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

PAA14 – Eduardo Portugal. Jardim da praça Afonso de Albuquerque. 1940. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/003/ALB/005/000207]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

PAA15 – Fonte lateral da praça, da autoria do escultor Barata Feyo, Praça Afonso de Albuquerque, Lisboa. 2017. Fotografia. © Jorge Sousa.



PAA12



PAA13



PAA14



PAA15

JARDIM DA PRAÇA D. LUÍS I

Jardim Sá da Bandeira

Latitude e longitude I 38.70708, -9.146743
Freguesia de Lisboa I Misericórdia
Nº Inventário I 55DLI
Número de árvores I 61
Número de espécies de árvores I 13
Árvores classificadas ICNF I -
Praça I 1862
Proteção legal I -
Área do jardim I 0,5 hectares

Autores I Ana Raquel Cunha e Ana Luísa Soares



DLI01

Local de praia fluvial nos séculos XVI e XVII, esta zona da cidade viu, nas primeiras décadas do século XIX, a sua modificação marcada pelo desenvolvimento das atividades ribeirinhas para o que muito contribuiu a obra do aterro da Boavista, considerada uma das maiores obras públicas portuguesas do século XIX (*O grande aterro*, s.d.). A paisagem urbana foi-se modificando ao longo do tempo e "Os edifícios, armazéns e fábricas foram sendo alternados com boqueirões destinados à acostagem de embarcações até que em 1855 se deram os primeiros passos para a realização do aterro da Boavista" (Gomes, 2014, p. 17).

A construção do aterro da Boavista pode observar-se quando se compara a cartografia de 1756 com a de 1856-58. Na primeira carta, é possível ver as águas do Tejo a chegarem à então Casa da Moeda, na Rua de São Paulo, e, na segunda, confirma-se, passado um século, a existência do referido aterro, denominado na época Rua 24 de Julho, designação que teve até 1928 (A Avenida 24 de Julho de 1833, 2013), e é possível também observar o espaço que viria a receber a Praça D. Luís I bem como o Mercado da Ribeira, ambos situados a sul da Casa da Moeda.

A Praça D. Luís I ficou concluída em 1862 (*O grande aterro,* s.d.), um ano depois de o rei D. Luís I (1838-1889) ter subido ao trono, após a morte do seu irmão D. Pedro V (1837-1861). A toponímia desta praça poderá estar associada com esta tomada de posse, sendo conhecido o gosto do monarca pela Natureza. Este gosto certamente terá sido incutido pelos seus pais, a rainha D. Maria II (1819-1853) e o rei D. Fernando Saxe-Coburgo-Gota (1816-1885), que desde cedo ensinaram os príncipes a apreciar a Natureza, a passear nos jardins da capital e a estudar temáticas como história natural e botânica (Burnay & Portugal, 2010).

Este jardim, de planta retangular, manteve a mesma dimensão desde a sua génese. No entanto, o seu traçado foi alvo de diversas intervenções. Ao comparar cartografia antiga, podemos constatar que ao longo dos anos o traçado dos canteiros foi-se simplificando e foi acompanhado de uma redução de diversidade de plantas.

A primeira representação cartográfica da Praça D. Luís I data de 1871. Neste desenho, podemos ver um jardim simétrico, com 14 zonas de canteiro, que se desenvolvem em torno de um canteiro central de forma circular. Possivelmente a primeira alteração no traçado do jardim terá ocorrido em 1884, por ocasião da colocação da estátua em homenagem ao marquês Sá da Bandeira (1795-1876) – escultura de João Ciniselli e base de Germano José Sales. O canteiro central de forma circular toma, na referida data, uma forma quadrangular e acompanha a base da escultura. Esta alteração da organização central justifica que se tenham redesenhado os canteiros. Atualmente, este jardim público de meio hectare apresenta cinco zonas de canteiros relvados.



DLI02



DLI03



DLI04



DLI05



DLI06



DLI07

Durante a construção do parque de estacionamento subterrâneo na Praça D. Luís I, foi descoberto um fundeadouro romano e foram também encontrados "um notável conjunto de ânforas" e uma peça de madeira de uma embarcação (Boaventura, 2015).

De acordo com um inventário do arvoredo elaborado pela Câmara Municipal de Lisboa em 1929, esta praça possuía à data 70 árvores, sendo essa composição de 32 *Ailanthus glandulosa* (hoje classificada como invasora), 16 olaias (*Cercis siliquastrum*), um *Salix babilonica* (visível em várias imagens da praça), 25 palmeiras e duas outras espécies (CML, 1929).

No levantamento de 2014, foi possível registar 61 exemplares arbóreos correspondentes a 13 espécies distintas, das quais dez palmeiras-das-Canárias (*Phoenix canariensis*), entretanto retiradas devido à praga provocada pelo escaravelho que tem dizimado esta espécie (Vasconcelos *et al.*, 2017). Recentemente este jardim beneficiou de uma intervenção, o que justifica a alteração da sua composição arbórea.

Legendas das imagens

DLI01 – Praça D. Luís I, Lisboa. 2010. Fotografia. © António Sacchetti.

DLI02 – Duarte José Fava. Extrato da Carta topográfica de Lisboa e seus subúrbios... (em destaque a área do atual Jardim da Praça D. Luís I (Sá da Bandeira)). 1831 [1807]. Litografia. Escala [1:5000], 500 braças por palmo. Lisboa: Casa do Risco das Obras Públicas. © AML, Lisboa.

DLI03 – Filipe Folque (dir.). Extrato do Atlas da Carta Topográfica de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim da Praça D. Luís I (Sá da Bandeira)). 1856-1858. Levantamento por Filipe Folque, Carlos Pezerat, Francisco Goullard e César Goullard. Original, planta colorida. Escala [1:1000]. Lisboa: [s.n.]. © AML, Lisboa.

DLI04 – Silva Pinto (dir.). Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim da Praça D. Luís I (Sá da Bandeira)). 1904-1911. Levantamento por Silva Pinto e Alberto de Sá Correia, desenho de Raul Torres. Escala [1:5 000]. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

DLI05 – Francisco Rochini. [Panorâmica do aterro da Boavista]. [1871-1872]. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/SEX/000174]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

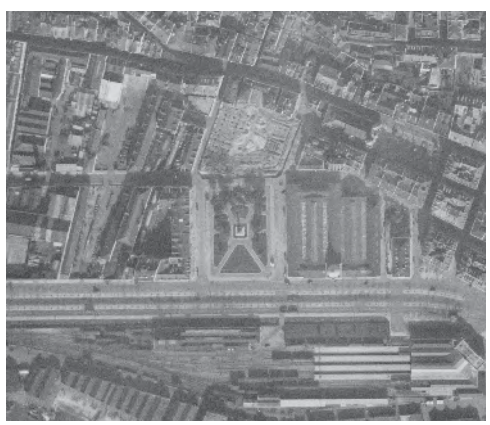
DLI06 – Joshua Benoliel. [Monumento ao Marquês de Sá da Bandeira]. 1913. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/JBN/000026]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

DLI07 – António Passaporte. Jardim da Praça Dom Luís. [c. 1952]. Fotografia. [PT/AMLSB/PAS/002641]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

DLI08 – Extrato da Fotografia Aérea da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim da Praça D. Luís I (Sá da Bandeira)). 1938-1948. Voo SPLAL, folha n.º 431, preto e branco. Lisboa: IGEOE. © IGEOE, Lisboa.

DLI09 – Extrato da Fotografia Aérea da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim da Praça D. Luís I (Sá da Bandeira)). 1967. Voo FAP (n.º 9), folhas n.º 431/417, preto e branco. Escala [1:25 000]. Lisboa: IGEOE. © IGEOE, Lisboa.

DLI10 – IGEOE. Extrato da Ortofotomapa da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim da Praça D. Luís I (Sá da Bandeira)). 2011. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © IGEOE, Lisboa.



DLI08



DLI09



DLI10

JARDIM DA PRAÇA DA ALEGRIA

Jardim Alfredo Keil

Latitude e longitude I 38.71788, -9.145203
Freguesia de Lisboa I Santo António
Nº Inventário I 56ALE
Número de árvores I 27
Número de espécies de árvores I 15
Árvores classificadas ICNF I 6
Praça I 1882
Proteção legal I Incluído na classificação da Avenida da Liberdade, na Zona de Proteção do Aqueduto das Águas Livres e na Zona Especial de Proteção Conjunta dos imóveis classificados da Avenida da Liberdade e área envolvente.
Área do jardim I 0,5 hectares

Autores I Ana Rita Simões, João Santos e Sónia Talhé Azambuja


ALE01

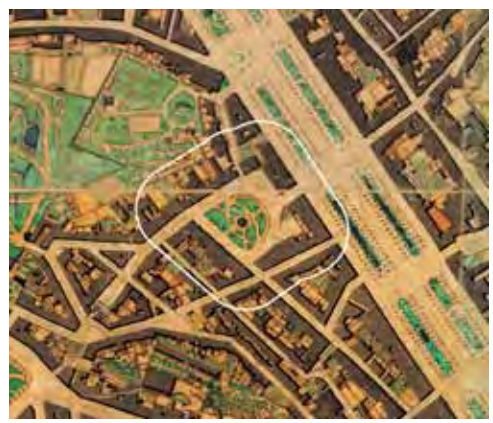
O Jardim da Praça da Alegria, também designado Jardim Alfredo Keil, é uma pequena praça-jardim municipal no centro histórico de Lisboa, na freguesia de Santo António. Constitui um remate urbano de um conjunto de ruas que serpenteiam a encosta oeste do vale da Avenida da Liberdade – a Travessa do Salitre, a Rua da Alegria e a Rua da Conceição da Glória. A envolvente do jardim é marcada por um ambiente urbano, com edifícios históricos a delimitar a praça.

A modelação do terreno foi pensada para atenuar o declive acentuado que determina toda a encosta onde se insere. O jardim que ocupa a parte central da praça, numa plataforma com um muro de suporte arredondado, pende suavemente na direção da Avenida da Liberdade. Este amplo socalco circular cria uma situação de jardim suspenso. A composição do jardim centra-se em torno do elemento de água circular em pedra de lioz, com um repuxo; a partir deste elemento central, são organizados os caminhos e os canteiros com formas orgânicas. O jardim é delimitado por árvores altas e densas com uma sombra agradável que formam uma pequena clareira no centro do jardim, que, durante o dia, deixa iluminar o elemento central. As vistas principais fixam-se na fonte central, privilegiando um ambiente intimista, e num eixo visual orientado oeste-este.

O sítio da Praça da Alegria era, antes do Terramoto de 1755, designado por "Valverde" ou "Cotovia de Baixo", um conjunto de hortas numa zona pouco densificada que separava as colinas ocidentais e orientais da cidade, com alguns palácios que viriam a ser totalmente destruídos com o grande sismo. Antes de ser um jardim, a Praça da Alegria surge após o Terramoto de Lisboa, em paralelo aos famosos planos de reconstrução da Baixa e Chiado de Lisboa. As descrições sugerem uma praça de terra batida destinada a atividades comerciais depois de 1773 (França, 1983), que acolheu, entre 1809 e 1835, a famosa Feira da Ladra. O ambiente feirante da Praça da Alegria é registado na pintura Praça da Alegria da autoria de Nicolas-Louis-Albert Delerive (1755-1818), datada de 1801-1810, que integra hoje a coleção do Museu Nacional de Arte Antiga, em Lisboa.. Um precioso testemunho, onde se pode ver o terreiro da praça com os feirantes, o Palácio Azul, mandado construir, em 1796, por D. Álvaro de Távora, conde de S. Miguel (Sequeira, 1917), o limite norte do Passeio Público e, ao fundo, a colina de Santana. A transformação da praça empoeirada num elegante jardim surge nos mesmos anos do grande projeto de abertura da Avenida da Liberdade.


ALE02


ALE03


ALE04



ALE05



ALE06



ALE07

Por iniciativa da Câmara, o jardim da Praça da Alegria foi construído em 1882, com inspiração no pragmatismo urbanista parisiense, generalizado nas intervenções deste período (Proença, 1924; Almeida & Belo, 2008). Eça de Queiroz, na obra O *Primo Basílio* (1878), descreve a Praça da Alegria: "E tinham combinado encontrar-se na Praça da Alegria. Chegou tarde, já depois das duas e meia, com o guarda-solinho muito carregado sobre o rosto, toda assustada. Basílio esperava, fumando num coupé, à esquina, debaixo de uma árvore." (Matos, 1987, p. 92).

Os primeiros planos do jardim da Praça da Alegria, presentes no Arquivo Municipal de Lisboa, mostram que o jardim manteve o seu traçado e estrutura desde essa época. No referido arquivo, podemos encontrar uma fotografia de Eduardo Portugal (1928), 40 anos depois da implantação da nova praça-jardim que capta a riqueza florística e o ambiente intimista e espírito de modernidade que o jardim continha. Em 1930, a autarquia pensou erigir na praça um pequeno monumento a Alfredo Keil (1850-1907) – o jardim é nomeado em homenagem ao pintor, compositor e autor da música do Hino Nacional, *A Portuguesa*. É inaugurada a placa em 1937 e, 20 anos depois, é colocado o busto de Alfredo Keil, da autoria de Teixeira Lopes (1837-1918), na mesma época em que são instalados bustos e estátuas na Avenida da Liberdade, no Jardim da Estrela e no Jardim do Príncipe Real.

Em 1947, José Lima da Costa faz um levantamento topográfico do recentemente nomeado Jardim Alfredo Keil. Esta planta é bastante informativa e constitui um elemento importante que revela as mudanças na composição vegetal e em pequenas alterações do traçado. Contém também um inventário precioso das espécies botânicas que existiam, destacando-se as olaias, acácias, lódãos e *Brachychitons*. A partir dos meados dos anos 60 do século XX, o jardim sofreu alterações sucessivas, associadas ao contexto urbano e social, que vão determinar o declínio e degradação e consequente abandono deste espaço público lisboeta, assim como todo o centro histórico de Lisboa.

Recentemente, o Jardim da Praça da Alegria foi alvo de uma revitalização, tendo hoje um quiosque e um parque infantil a sul da fonte central. A riqueza desta praça está também associada ao seu arvoredo antigo e de grande porte constituído por espécies diversas e exóticas, encontrando-se alguns dos exemplares arbóreos classificados como árvores de interesse público. Da sua composição arbórea são de destacar os dois majestosos metrosíderos (*Metrosideros excelsa**) que ocupam o canteiro a sudoeste, além de proporcionarem uma bela sombra, e a sua floração avermelhada abundante contrasta com o verde seco das folhas durante o fim da primavera. Nos canteiros a noroeste, encontram-se dois exemplares de sumaúma-crespa (*Ceiba crispiflora**), um deles está classificado; dois exemplares de paineira-branca (*Ceiba speciosa**), um deles está classificado; um cipreste (*Cupressus sempervirens*); duas magnólias (*Magnolia grandiflora*); e um abacateiro (*Persea americana*) que enquadram a estátua com o busto de Alfredo Keil, integrada num conjunto escultórico enquadrada por



ALE08



ALE09



ALE10



ALE11

pavimento e um banco. A presença de dois exemplares de feijoeiro-da-Índia (*Erytrina crista-galli**) proporcionam uma janela visual traçada por palmeiras alinhadas com a fonte central. A presença de dois emblemáticos exemplares de palmeira-das-Canárias (*Phoenix canariensis*), afetados pela inevitável praga de escaravelho (*Rhynchophorus ferrugineus*), foi substituída por quatro palmeiras quência (*Howea forsteriana*).

Este jardim está incluído na classificação da Avenida da Liberdade, como Conjunto de Interesse Público e na Zona Especial de Proteção Conjunta dos Imóveis classificados da Avenida da Liberdade e área envolvente, bem como está incluído na Zona de Proteção do Aqueduto das Águas Livres.

* árvores classificadas pelo Instituto Conservação da Natureza e Florestas (ICNF)



ALE12



ALE13



ALE14



ALE15

Legendas das imagens

ALE01 – Perspetiva atual do Jardim da Praça da Alegria (Keil do Amaral). 2012. Fotografia. © António Sacchetti.

ALE02 – Extrato da Planta topográfica da cidade de Lisboa... (em destaque a área do atual Jardim da Praça da Alegria (Keil do Amaral). 1949 [1780]. Planta n.º 4. Litografia colorida. Lisboa: Litografia de Portugal. © AML, Lisboa.

ALE03 – Extrato do Atlas da Carta Topográfica de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim da Praça da Alegria (Keil do Amaral). 1856-1858. Levantamento por Filipe Folque, Carlos Pezerat, Francisco Goullard e César Goullard. Original, planta colorida. Escala [1:1000]. Lisboa: [s.n.]. © AML, Lisboa.

ALE04 – Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim da Praça da Alegria (Keil do Amaral). 1904-1911. Levantamento por Silva Pinto e Alberto de Sá Correia, desenho de Raul Torres. Escala [1:5 000]. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

ALE05 – Eduardo Portugal. Jardim Alfredo Keil. 1928. Fotografia. [PT/AMLSB/POR/059958]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

ALE06 – António Passaporte. Jardim Alfredo Keil. [entre 1940-1959]. Fotografia. [PT/AMLSB/PAS/002632]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

ALE07 – Praça da Alegria, Nicolas-Louis-Albert Delerive (1755-1818), 1807-1810, óleo sobre tela, 69 x 99 cm, Museu Nacional de Arte Antiga, Lisboa, Inv. 1700 Pint. © DGPC, Fotógrafo: José Pessoa.

ALE08 – Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim da Praça da Alegria (Keil do Amaral). 1950. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

ALE09 – Extrato da Fotografia Aérea da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim da Praça da Alegria (Keil do Amaral). 1938-1948. Voo SPLAL, folha n.º 431, preto e branco. Lisboa: IGEOE. © IGEOE, Lisboa.

ALE10 – Extrato da Ortofotomapa da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim da Praça da Alegria (Keil do Amaral). 2011. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © IGEOE, Lisboa.

ALE11 – Vista dos dois majestosos metrosíderos (Metrosideros excelsa) do Jardim da Praça da Alegria (Keil do Amaral). 2012. Fotografia. © António Sacchetti.

ALE12 – [Projeto do jardim da praça da Alegria]. [195-]. Desenho. [PT/AMLSB/CMLSB/UROB/EV/0043; Fólio 3]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

ALE13 – Jardim da Praça da Alegria (Keil do Amaral). 2012. Fotografia. © António Sacchetti.

ALE14 – Busto de Alfred Keil no Jardim da Praça da Alegria (Keil do Amaral). 2012. Fotografia. © António Sacchetti.

ALE15 – Pormenor de raízes de árvores de grande porte, Jardim da Praça da Alegria (Keil do Amaral). 2012. Fotografia. © António Sacchetti.

JARDIM DA PRAÇA DAS FLORES

Jardim Fialho de Almeida

Latitude e longitude I 38.71505, -9.151657
Freguesia de Lisboa I Misericórdia
Nº Inventário I 57FLO
Número de árvores I 38
Número de espécies de árvores I 12
Árvores classificadas ICNF I -
Praça I século XIX
Proteção legal I -
Área do jardim I 0,1 hectares

Autor I Célia Coelho



FLO01

O Jardim Fialho de Almeida, conhecido pelos lisboetas como Jardim da Praça das Flores, localiza-se na freguesia da Misericórdia. Possui uma área de 1458 m², sendo limitado pela Rua Nova da Piedade, Rua da Palmeira e Rua de São Marçal. Este espaço de tranquilidade "verde" fica muito próximo do Mosteiro de São Bento da Saúde, onde funciona a Assembleia da República.

Este jardim é o local de eleição dos habitantes da freguesia, que o frequentam como se fosse uma extensão das suas casas. A proximidade das árvores aos edifícios é tal que os ramos tocam as varandas. As árvores possuem uma considerável dimensão, são altas e frondosas, cobrindo de sombra praticamente todo o jardim.

Os canteiros estão delimitados por muros com gradeamento e destaca-se o caminho singular de calçada portuguesa, ladeado pelos típicos bancos de jardim. No centro deste espaço verde pleno de paz, existe um lago de pedra com repuxo – que se pensa ter sido doado pelo escritor Fialho de Almeida à cidade de Lisboa – e, na esquina da Rua Nova da Piedade com a Rua da Palmeira, apresenta-se-nos um quiosque com esplanada. No jardim também há um parque infantil, ainda que de dimensões reduzidas.

Foi em 1856 que houve a primeira intervenção de melhoramento do espaço. Após terraplanagem, procedeu-se à iluminação, no entanto, só em 1859 se iniciou a construção do lago, por acordo entre a Câmara Municipal e a Companhia das Águas.

A cerca de 50 metros do Jardim Fialho de Almeida, encontramos o Chafariz da Praça das Flores ou do Monte Olivete (classificado, desde 19 fevereiro de 2002, como Monumento Nacional).

Neste espaço podemos destacar, entre outras, algumas espécies arbóreas, como dois plátanos (*Platanus hybrida*), 20 tílias (*Tilia tomentosa*), cinco magnólias (*Magnolia grandiflora*) e uma paineira (*Ceiba speciosa*) (Vasconcelos *et al*., 2017).

A Praça das Flores foi um topónimo fixado na memória da cidade em data que se desconhece, embora se saiba da sua existência após o Terramoto de 1755. Segundo o olisipógrafo Luís Pastor de Macedo, há registo de que Francisco Luís Ameno, em 1759, tinha uma oficina de impressão à Praça das Flores "afastada do centro da cidade por causa do terremoto" (Macedo, 1940, vol. III, p. 100).

A praça ajardinada que homenageia José Valentim Fialho de Almeida recebeu a designação sob proposta de João Martins Casal, Ilídio José Coimbra Santos e Jaime Zuzarte Cortesão, em sessão de câmara de 13 de abril de 1926, tendo a proposta sido aprovada por unanimidade.



FLO02



FLO03



FLO04



FLO05



FLO06



FLO07

Fialho de Almeida, escritor pós-romântico, que também foi jornalista e tradutor, nasceu a 7 de maio de 1857, na alentejana vila de Frades, concelho da Vidigueira, e faleceu a 4 de março de 1911, na vila de Cuba, onde se encontra sepultado. Em 1866, vai estudar para Lisboa e ingressa no Colégio Europeu, instituição de ensino que frequenta até 1871. O falecimento do pai obriga-o a interromper os estudos, uma vez que se vê privado da sua principal fonte de apoio financeiro. Começa a trabalhar como praticante de farmácia numa botica lisboeta, situada nas imediações do Campo de Sant'Ana, mas, antes, teve ainda a oportunidade de fazer a sua estreia literária, em 1873, no jornal *Correspondência de Leiria*. Recomeça, mais tarde, os estudos, ingressando no Liceu Francês e na Escola Politécnica, vindo finalmente a formar-se em Medicina, corria o ano de 1885. Apesar da sua formação académica em Medicina, quase não exerce e dedica-se inteiramente à escrita e à atividade jornalística. Entre as suas obras mais notáveis, encontram-se os cadernos periódicos Os Gatos, redigidos entre 1889 e 1894, que seguiram a mesma linha crítica da obra *As Farpas*, de Ramalho Ortigão.

Legendas das imagens

FLO01 – Jardim da Praça das Flores ou Jardim Fialho de Almeida, Lisboa. 2008. Fotografia. © Ana Luísa Soares.

FLO02 – Duarte José Fava. Extrato da Carta topográfica de Lisboa e seus subúrbios... (em destaque a área do atual Jardim da Praça das Flores (Fialho de Almeida)). 1831 [1807]. Litografia. Escala [1:5000], 500 braças por palmo. Lisboa: Casa do Risco das Obras Públicas. © AML, Lisboa.

FLO03 – Filipe Folque (dir.). Extrato do Atlas da Carta Topográfica de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim da Praça das Flores (Fialho de Almeida)). 1856-1858. Levantamento por Filipe Folque, Carlos Pezerat, Francisco Goullard e César Goullard. Original, planta colorida. Escala [1:1000]. Lisboa: [s.n.]. © AML, Lisboa.

FLO04 – Silva Pinto (dir.). Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim da Praça das Flores (Fialho de Almeida)). 1904-1911. Levantamento por Silva Pinto e Alberto de Sá Correia, desenho de Raul Torres. Escala [1:5 000]. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

FLO05 – António Maria de Avellar. Planta da Praça das Flores. 1886. Desenho. [PT/AMLSB/CMLSB/UROB/C/06/0428; Fólio 4]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

FLO06 – Artur Inácio Bastos. Jardim Fialho de Almeida ou da praça das Flores. 1967. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/AIB/001714]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

FLO07 – Jardim da Praça das Flores. 2008. Fotografia. © Ana Luísa Soares.

FLO08 – Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim da Praça das Flores (Fialho de Almeida)). 1950. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

FLO09 – Extrato da Fotografia Aérea da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim da Praça das Flores (Fialho de Almeida)). 1938-1948. Voo SPLAL, folha n.º 431, preto e branco. Lisboa: IGEOE. © IGEOE, Lisboa.

FLO10 – IGEOE. Extrato da Ortofotomapa da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim da Praça das Flores (Fialho de Almeida)). 2011. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © IGEOE, Lisboa.



FLO08



FLO09



FLO10

JARDIM DA PRAÇA DE LONDRES

Latitude e longitude I 38.74066, -9.137296
Freguesia de Lisboa I Areeiro
Nº Inventário I 58LON
Número de árvores I 26
Número de espécies de árvores I 8
Árvores classificadas ICNF I -
Praça I anos 50 do século XX
Proteção legal I -
Área do jardim I 0,2 hectares

Autores I Ana Raquel Cunha e Ana Luísa Soares



LON01

Este jardim público, construído nos anos 50 do século XX, tendo como base a intervenção da autoria do arquiteto paisagista Manuel Azevedo Coutinho (1921-1992) situa-se na Praça de Londres, desenhada, em 1938, pelo arquiteto Faria da Costa (1906-1971). Trata-se de um espaço em forma elíptica na confluência de importantes artérias viárias da cidade.

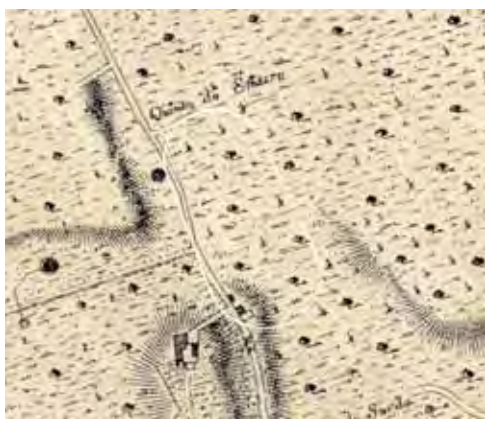
Este jardim foi alvo de outra intervenção, já no século XXI, por parte da Câmara Municipal de Lisboa, e apresenta atualmente um traçado bastante diferente da obra assinada por Azevedo Coutinho, no entanto, algumas das espécies arbóreas propostas no plano inicial, como as casuarinas. a araucária, as grevíleas e o cipreste, testemunham a memória deste legado.

A primeira geração de arquitetos paisagistas formados pelo professor Francisco Caldeira Cabral (1908-1992), que oportunamente foram integrados na Câmara Municipal de Lisboa, trouxe uma nova visão de jardins e parques à cidade então em expansão. Estes primeiros profissionais aplicaram "uma nova forma de encarar as intervenções no território, passando este a ser considerado como paisagem porque é resultado da acção do homem sobre o espaço biofísico, veio impor os arquitetos paisagistas ao lado dos arquitectos e dos engenheiros na procura de soluções equilibradas" (Pessoa, 2021, p. 13).

Após a responsabilidade inicial de arborizar passeios, faixas centrais e as zonas adjacentes às novas construções, no início dos anos 50 surgem os primeiros projetos de arquitetura paisagista, com uma componente de projeto mais completa, como foi o caso do Jardim da Praça de Londres.

Azevedo Coutinho foi o primeiro arquiteto paisagista formado em Portugal e a integrar os quadros da Câmara Municipal de Lisboa, em 1948 (Cunha, 2014; Andresen *et al.*, 2003). Antes deste projeto elaborou o Plano de Arborização da Avenida da Igreja, o primeiro arruamento de que se tem registo, concebido por um arquiteto paisagista (Câmara, 2015).

Na memória descritiva do projeto do Jardim da Praça de Londres, o autor frisa que o estudo se destina "[…] ao aproveitamento de uma placa central com o comprimento de 170 metros e largura variável entre 32 e 20 metros" (Coutinho, 1950). Nesta proposta, soluciona o problema da variação da largura da placa, criando quatro zonas distintas, embora paisagisticamente unidas. De forma a criar uma continuidade entre os diferentes espaços, menciona a utilização de árvores e arbustos com diferentes portes. Para a zona mais larga – voltada para as avenidas Guerra Junqueiro e Manuel da Maia –, propõe um recinto isolado por sebes e vegetação arbustiva alta para proporcionar maior conforto dos utilizadores, e uma área de estadia com sebes talhadas. Para a zona mais estreita, na impossibilidade de criar algo mais elaborado, desenha um arruamento enquadrado por pequenas árvores e arbustos floridos. Relativamente aos planos de plantação, o projetista refere que assumem duas missões, o embelezamento e o enquadramento dos recintos, de forma a proporcionar no futuro um



LON02



LON03



LON04



LON05



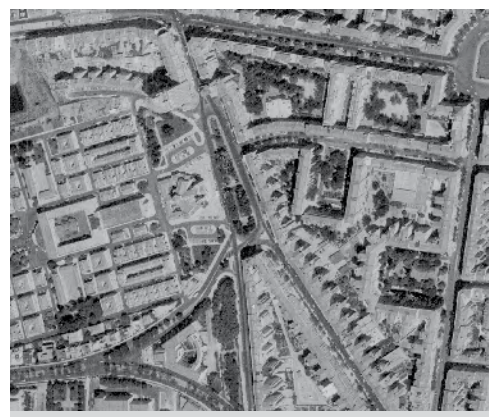
LON06



LON07



LON08



LON09



LON10

espaço mais isolado, dada a envolvência do mesmo por tráfego automóvel (Coutinho, 1950).

Em 1953, comprovado por fotografias da inauguração da Igreja de São João de Deus, o jardim já se encontrava executado. Em 1968, foi inaugurada a estátua em bronze, da autoria de Lagoa Henriques (1923-2009), em homenagem ao poeta Guerra Junqueiro (1850-1923).

Legendas das imagens

LON01 – Jardim da Praça de Londres, Lisboa. 2018. Fotografia. © Ana Luísa Soares.

LON02 – Duarte José Fava. Extrato da Carta topográfica de Lisboa e seus subúrbios... (em destaque a área do atual Jardim da Praça de Londres). 1831 [1807]. Litografia. Escala [1:5000], 500 braças por palmo. Lisboa: Casa do Risco das Obras Públicas. © AML, Lisboa.

LON03 – Silva Pinto (dir.). Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim da Praça de Londres). 1904-1911. Levantamento por Silva Pinto e Alberto de Sá Correia, desenho de Raul Torres. Escala [1:5 000]. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

LON04 – Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim da Praça de Londres). 1950. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

LON05 – António Castelo Branco. Praça de Londres em construção. [195-]. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/JBN/004696]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

LON06 – António Passaporte. Praça de Londres. [c. 1959]. Fotografia. [PT/AMLSB/PAS/001828]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

LON07 – Amadeu Ferrari. Jardim da Praça de Londres. [entre 1950 e 1970]. Fotografia. [PT/AMLSB/FER/006743]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

LON08 – Extrato da Fotografia Aérea da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim da Praça de Londres). 1938-1948. Voo SPLAL, folha n.º 431, preto e branco. Lisboa: IGEOE. © IGEOE, Lisboa.

LON09 – Extrato da Fotografia Aérea da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim da Praça de Londres). 1967. Voo FAP (n.º 9), folhas n.º 431/417, preto e branco. Escala [1:25 000]. Lisboa: IGEOE. © IGEOE, Lisboa.

LON10 – IGEOE. Extrato da Ortofotomapa da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim da Praça de Londres). 2011. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © IGEOE, Lisboa.

JARDIM DA PRAÇA DO IMPÉRIO

Latitude e longitude I 38.69607, -9.206015
Freguesia de Lisboa I Belém
Nº Inventário I 59IMP
Número de árvores I 277
Número de espécies de árvores I 5
Árvores classificadas ICNF I -
Praça I 1940
Proteção legal I -
Área do jardim I 2,7 hectares

Autores I Cristina Castel-Branco, Carlos Ribas, Andreia Cunha e Ana Luísa Soares



IMP01

O Jardim da Praça do Império é um jardim formal de meados do século XX que celebra a epopeia portuguesa da abertura dos oceanos e da descoberta de novos mundos. Encerra, portanto, uma enorme carga simbólica que decorre, também, da sua localização num contexto de fantástico valor patrimonial, urbano e paisagístico, e porque conserva intacto o traçado de um momento marcante da história contemporânea de Lisboa, a Exposição do Mundo Português, em 1940.

O sítio dialoga, simultaneamente, com o passado (o Mosteiro dos Jerónimos), com a contemporaneidade (o Centro Cultural de Belém) e com a marca paisagística mais forte e original – a praia do Restelo e a barra do Tejo –, e insere-se no coração de um conjunto de valiosíssimos lugares e equipamentos culturais que, além daqueles, conta com o Planetário Calouste Gulbenkian, o Museu de Marinha, o Museu Nacional de Arqueologia, o Padrão dos Descobrimentos e, para nascente, o Jardim Vasco da Gama, a Praça Afonso de Albuquerque, o Palácio de Belém, o Jardim Botânico Tropical, o Museu Nacional dos Coches e o Terreiro das Missas.

O jardim evoca a memória de Cottinelli Telmo (1847-1948) – a sua criatividade, energia, capacidade de trabalho –, mantendo razoável aderência ao seu conceito original que anuncia um modernismo urbano. Estas intenções ficaram bem impressas na intenção de Duarte Pacheco ao encomendar a obra e muito marcaram o "simples e claro" desenho do genial arquiteto.

O jardim é o espaço de diálogo visual onde melhor apreciamos a peça maior de D. Manuel, o Mosteiro de Santa Maria de Belém, de 1500, que passou a monumento no século XIX e a Património Mundial no século XX.

A partir dos dados disponíveis em cartografia histórica, chega-se a quatro momentos determinantes na caracterização da evolução recente do sítio, que se representam na cartografia com as seguintes datas:

1856/58 - O Mosteiro e Casa Pia, a praia do Rastelo;

1904/11 - O aterro e as docas, o jardim romântico, a marginal, o caminho de ferro de 1898;

1950 - A Exposição do Mundo Português;

2011 - O fecho poente da praça (CCB), núcleo museológico do mosteiro, Jardim Vasco da Gama.

Em 1938, foi decidido realizar as comemorações nacionais dos 800 anos da Fundação de Portugal (1140) e dos 300 anos da Restauração da Nacionalidade (1640), a concretizar numa grande Exposição do Mundo Português, que decorreu de 23 de junho a 2 de dezembro 1940. O local, conhecido como a "praia do Rastelo", em Belém, foi o sítio escolhido. Numa área com cerca de 56 hectares, incluindo o espaço do atual Jardim



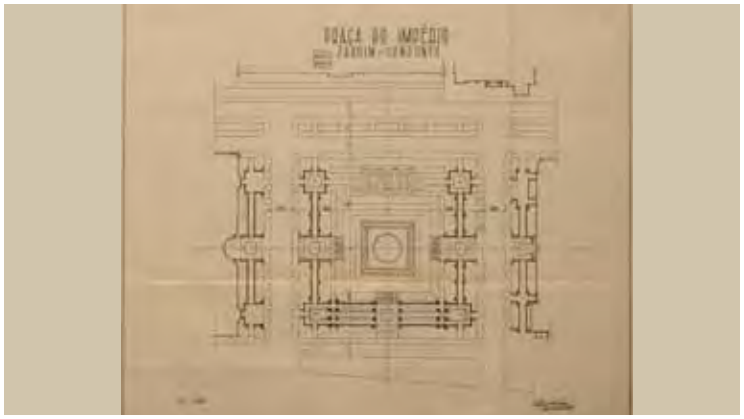
IMP02



IMP03



IMP04



IMP05



IMP06



IMP07

Botânico Tropical, foi edificado um conjunto de construções (Castro, 1940; Martins, 2016).

A Praça do Império persiste como a concretização mais representativa da exposição que chegou até nós, dado que a maioria dos edifícios que compunham o conjunto, sendo construções efémeras, foi desmantelada. Também o Padrão dos Descobrimentos [Cotinelli Telmo com o escultor Leopoldo de Almeida (1898-1975)] erguido de forma efémera, será reconstruído em betão e cantaria, em 1960.

Esta praça, maior que o icónico Terreiro do Paço, desenvolve-se em cerca de 8,4 hectares e é projetada por José Ângelo Cottinelli Telmo como imagem da monumentalidade do Estado Novo. Durante a exposição, era confinada, a norte, pelo mosteiro, que lhe dá definição urbanística e monumental (além de simbólica), a nascente, pelo Pavilhão de Honra e de Lisboa, projeto de Cristino da Silva (1896-1976), e, a poente, pelo Pavilhão dos Portugueses no Mundo, também projeto de Cottinelli Telmo. Em posição central, o jardim vai ter também o contributo projetual de Vasco de Lacerda Marques (CEC, 1939).

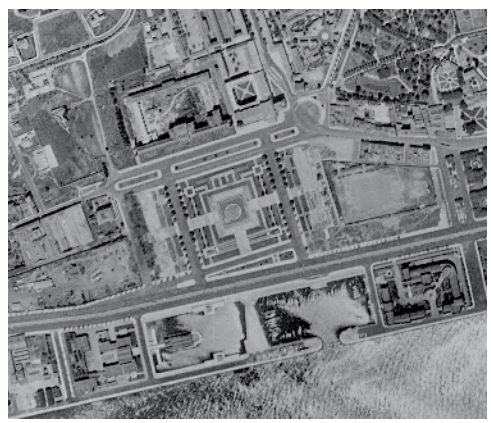
O traçado do jardim caracteriza-se pela simplicidade de um exercício de exata geometria que faz suceder quadrados concêntricos sobre uma superfície plana, definindo canteiros orlados por sebes talhadas, de baixa altura. Localiza-se no quadrado central a grande fonte luminosa de planta circular. Toda esta estrutura de quadrados concêntricos é acentuada por dois eixos centrais que cruzam canteiros e caminhos pavimentados, impondo superfícies de calçada artística portuguesa, com temas alusivos à expansão marítima e com motivos decorativos com os signos do Zodíaco nas três entradas principais. Uma segunda peça axial marcante é a faixa de água com 145 metros de comprimento, encabeçada em ambas as extremidades por grupos escultóricos marcantes, representando a figura mítica de hipocampos – cavalos com cauda de animais marinhos [Cottinelli Telmo com o escultor António Duarte, 1912-1998 (Elias, 2004)].

Escolhendo o cruzamento dos dois eixos do jardim para colocar o tanque quadrangular sobre o qual se implanta a grande fonte redonda, o arquiteto celebra os grandes homens dos Descobrimentos utilizando o mesmo processo que os jardins renascentistas: no cruzamento dos eixos, encontra-se a mensagem mais forte do jardim. De facto, o cilindro que se eleva acima da água é decorado com um friso em baixo-relevo de 48 brasões estilizados das famílias dos descobridores que fizeram história. Concebida a fonte por António Lino (Bandeira, 2007; Costa, 2013), a sua estrutura hidráulica, com efeitos e jogos de água, e a sua iluminação foram programados e desenvolvidos pelo engenheiro Carlos Buigas (1898-1979) (Elias, 2004).

Os trabalhos de jardinagem e arborização, da responsabilidade do engenheiro silvicultor Gomes Amorim (1900-1943), compreenderam a plantação de "[…] tresentas árvores-arbustos, setenta e cinco mil



IMP08



IMP09



IMP10



sardinheiras, oito mil metros quadrados de relva, cinquenta mil plantas de estação, quarenta e quatro ciprestes, cento e vinte ulmeiros e quarenta mil legusteis em sebe: tudo isto feito, praticamente, nos últimos três meses antes da abertura do Certame, pois só então se puderam concluir as terraplenagens. O jardim em frente dos Jerónimos, rebaixado de 60 centímetros e totalmente remodelado, executou-se, com o emprêgo de vinte mil plantas, no estilo dos jardins portugueses do século XVIII […]" (Sequeira, 1940, p. 25).

Terminada a exposição, e apesar da proposta de Cristino da Silva, em 1958, de demolição da fonte e de implantação de um novo traçado para o jardim, com arruamentos sinuosos e uma alameda na continuidade do portal central do Mosteiro dos Jerónimos, o Jardim da Praça do Império mantém a sua configuração original, por exigência de Cottinelli Telmo. Sem alterações significativas da estrutura, o jardim foi alvo de diversas intervenções ao longo dos anos, como foi o caso da instalação dos escudos das capitais dos distritos do continente, ilhas adjacentes e províncias ultramarinas, numa obra de mosaico-cultura realizada pelos jardineiros municipais, nos relvados inclinados, inaugurada em 1961, por ocasião das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante Dom Henrique e da Exposição Nacional de Floricultura.

No que diz respeito à composição do arvoredo salta à vista neste Jardim da Praça do Império a cor cinzenta das oliveiras (*Olea europaea*), constituindo um volume denso donde emergem os fustes quase negros dos ciprestes (*Cupressus sempervirens*).



IMP12



IMP13



IMP14



IMP15

Legendas das imagens

IMP01 – Jardim da Praça do Império, Lisboa. 2010. Fotografia. © Cristina Castel-Branco.

IMP02 – Duarte José Fava. Extrato da Carta topográfica de Lisboa e seus subúrbios... (em destaque a área do atual Praça do Império). 1831 [1807]. Litografia. Escala [1:5000], 500 braças por palmo. Lisboa: Casa do Risco das Obras Públicas. © AML, Lisboa.

IMP03 – Filipe Folque (dir.). Extrato do Atlas da Carta Topográfica de Lisboa (em destaque a área do atual Praça do Império). 1856-1858. Levantamento por Filipe Folque, Carlos Pezerat, Francisco Goullard e César Goullard. Original, planta colorida. Escala [1:1000]. Lisboa: [s.n.]. © AML, Lisboa.

IMP04 – Silva Pinto (dir.). Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Praça do Império). 1904-1911. Levantamento por Silva Pinto e Alberto de Sá Correia, desenho de Raul Torres. Escala [1:5 000]. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

IMP05 – Cottinelli Telmo. Praça do Império, Jardim, Conjunto. 1939. Desenho [Des. 5], Planta anotada, cópia ozalid, Esc. 1/1000, Comissariado da Exposição do Mundo Português. [PT/AHMOP/CEMP/01/20/05]. Lisboa: Arquivo Histórico da Economia e Transição Digital. © SGETD/BAHE.

IMP06 – Paulo Guedes. [Exposição do Mundo Português, panorâmica]. 1940. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/PAG/000357]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

IMP07 – Grande fonte luminosa da Praça do Império, Lisboa. 2014. Fotografia. © António Sacchetti.

IMP08 – Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Praça do Império). 1950. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

IMP09 – Extrato da Fotografia Aérea da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Praça do Império). 1958. Voo USAF, folhas n.º 431/417, preto e branco. Escala [1:26 000]. Lisboa: IGEOE. © IGEOE, Lisboa.

IMP10 – IGEOE. Extrato da Ortofotomapa da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Praça do Império). 2011. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © IGEOE, Lisboa.

IMP11 – Amanhecer no Jardim da Praça do Império, com o Mosteiro dos Jerónimos em plano de fundo, Lisboa. 2010. Fotografia. © Cristina Castel-Branco.

IMP12 – Eduardo Portugal. Transplantador de árvores. 1939. Fotografia. [PT/AMLSB/POR/058706]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

IMP13 – Artur Pastor. Jardim da Praça do Império. [entre 1955 e 1970]. Fotografia. [PT/AMLSB/ART/000713]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

IMP14 – Perspetiva de uma das faixas de água da Praça do Império, encabeçada na extremidade com a figura mítica de hipocampos, um cavalo com cauda de animal marinho. 2004. Fotografia. © António Sacchetti.

IMP15 – Jardim da praça do Império com o Mosteiro dos Jerónimos ao fundo, Lisboa. 2017. Fotografia. © Jorge Sousa.





Descubra as árvores dos Miradouros aqui

VII.5. MIRADOUROS

JARDIM DO CASTELO DE SÃO JORGE

Latitude e longitude I 38.71395, -9.133564
Freguesia de Lisboa I Santa Maria Maior
Nº Inventário I 20CAS
Número de árvores I 476
Número de espécies de árvores I 40
Árvores classificadas ICNF I -
Miradouro I 1959
Proteção legal I MN - Monumento Nacional (Decreto de 16-06-1910, DG, n.º 136, de 23-06-1910) e ZEP conjunta do Castelo de São Jorge e restos das cercas de Lisboa, Baixa Pombalina e imóveis classificados na sua área envolvente
Área do jardim I 4 hectares

Autores I Ana Raquel Cunha e Ana Luísa Soares


CAS01

Localizado no coração de Lisboa, mesmo no topo da colina mais alta da cidade, o Castelo de São Jorge é um dos monumentos históricos mais emblemáticos de Lisboa. Do alto desta fortaleza, composta por onze torres, vislumbra-se uma das melhores vistas da capital portuguesa. Ao longo da colina de São Jorge, desenvolvem-se dois típicos bairros alfacinhas, o do Castelo e o de Alfama.

A sua história remonta ao início do século XIV quando o rei D. Dinis (1261-1325) manda reconstruir a antiga alcáçova muçulmana, que viria a servir de habitação real. O castelo viria também a abrigar quartéis e prisões durante o domínio filipino (Almeida & Belo, 2007).

Durante os séculos XVIII e XIX, o Castelo de São Jorge recebeu alterações profundas, depois de ter ficado em ruínas devido ao Terramoto de 1755 (Júdice & Serra, 2010).

No âmbito das comemorações do duplo Centenário da Fundação da Nacionalidade e Restauração da Independência (1938-40), foi alvo de importantes obras de restauro, durante as quais se redescobre o castelo e os vestígios do antigo paço real. Nas décadas seguintes, realizaram-se diversas intervenções que possibilitaram o resgate de antigas construções. O castelo volta a adquirir a sua imponência de outrora e é devolvido ao usufruto dos cidadãos (Júdice & Serra, 2010; Almeida & Belo, 2007).

O jardim do Castelo de São Jorge, criado em 1959, é um dos primeiros projetos de arquitetura paisagista em Portugal. Da autoria do arquiteto paisagista Gonçalo Ribeiro Telles (1922-2020) e do engenheiro agrónomo Pulido Garcia (1904-1983), este projeto procurou integrar o jardim numa paisagem, optando pela simplicidade do desenho tirando o máximo proveito das estruturas existentes e onde a estética se aliou com a ecologia.

De acordo com Ribeiro Telles, quando iniciou o projeto "[...] o castelo era aquilo que tinha resultado das celebrações dos centenários" (Gonçalo Ribeiro Telles, 2003). Afirma que nunca foi sua intenção fazer uma restauração ou uma recuperação, até porque não se sabe ao certo o que lá existiu e, com certeza, não teria árvores à volta, porque dessa forma o inimigo entraria com facilidade. O castelo só passou a ter vegetação quando deixou de ter a sua função e passou a ter apenas a função de memória (Santos, 2009).

Ribeiro Telles deixa bem claro que "[...] ou se tratava o castelo como uma ruína ou, se era para recuperar e se o castelo estava perfeito, deixavam-se as coisas vazias. Neste caso, já não havia bem o castelo nem era possível uma restauração, e então a ideia foi fazer uma coisa onde se possa estar, para vir ver a vista, mas estar agradavelmente" (Gonçalo Ribeiro Telles, 2003).

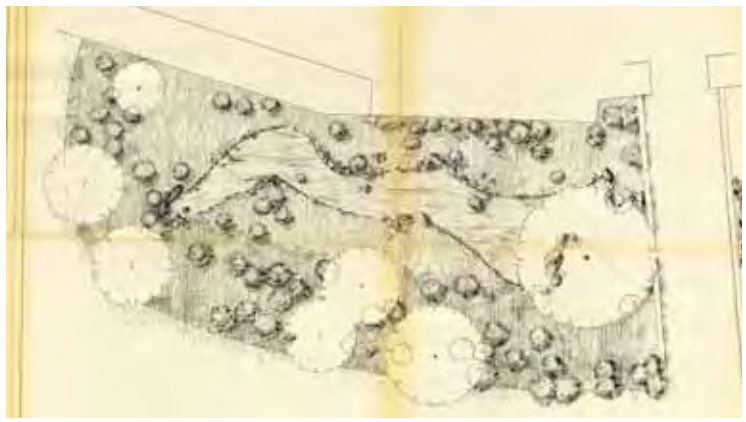

CAS02


CAS03


CAS04



CAS05



CAS06



CAS07

Para os quatro hectares do Castelo de São Jorge – projeto que confessa ter feito sem desenho – Ribeiro Telles não pretendeu criar um jardim, mas antes valorizar paisagem de onde se pudesse observar os diversos pontos da cidade. No castelo, local de referência para a cidade, criou um cenário que pudesse ser visto de fora para dentro e de dentro para fora (Gonçalo Ribeiro Telles, 2003; Santos, 2009). Em entrevista ao jornal Público, aquando das comemorações dos 50 anos do Jardim do Castelo, Ribeiro Telles disse que "considera que aquilo que hoje em dia se vê respeita, em grande parte, a ideia original". Como "memória" da antiga horta do Paço Real da Alcáçova, evocando o que este espaço foi no passado, encontram-se junto ao poço algumas árvores de fruto. Em termos técnicos, ressalva que toda a vegetação envolvente exerce uma outra função além da de recreio e lazer, e que esta é fundamental para a sustentabilidade do castelo: "A chuva cai aqui e é absorvida graças à vegetação [...] caso contrário, criar-se-iam «enormes caudais» de água que poderiam ser um perigo para a própria colina" (Santos, 2009).

No que se refere à composição arbórea, foi dada preferência a espécies autóctones da floresta portuguesa, como oliveiras milenares (muitas vindas do bairro dos Olivais), pinheiros-mansos (*Pinus pinea*), sobreiros (*Quercus suber*), alfarrobeiras (*Ceratonia siliqua*), zambujeiros (*Olea europaea* var. *sylvestris*), medronheiros (*Arbutus unedo*), assim como algumas árvores de fruto.

No início do século XX, por iniciativa do rei D. Manuel II (1469-1521), o Castelo de São Jorge é classificado por decreto régio como Monumento Nacional.

Legendas das imagens

CAS01 – Castelo de São Jorge visto da outra colina, Lisboa. 2010. Fotografia. © António Sacchetti.

CAS02 – João Nunes Tinoco. Extrato da Planta da cidade de Lisboa... (em destaque a área do atual Jardim do Castelo de São Jorge). 1853 [1650]. Litografia de 1853, cópia do original de 1650. Escala original [c. 1:3000], mil palmos = [7,25 cm]. Lisboa: Impressa Nacional. © AML, Lisboa.

CAS03 – Filipe Folque (dir.). Extrato do Atlas da Carta Topográfica de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim do Castelo de São Jorge). 1856-1858. Levantamento por Filipe Folque, Carlos Pezerat, Francisco Goullard e César Goullard. Original, planta colorida. Escala [1:1000]. Lisboa: [s.n.]. © AML, Lisboa.

CAS04 – Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim do Castelo de São Jorge). 1950. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

CAS05 – José Artur Bárcia. [Rossio antes do terramoto de 1755: água-tinta, desenho à pena a nanquim de Zuzarte, século XVIII]. [entre 1900 e 1945]. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/BAR/000955]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

CAS06 – Gonçalo Ribeiro Telles. [Projeto para o arranjo dos espaços verdes no castelo de S. Jorge]. 1951. Desenho. [PT/AMLSB/CMLSB/UROB/EV/0568; Fólio 9]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

CAS07 – Artur Pastor. [Castelo de São Jorge]. [196-]. Fotografia. [PT/AMLSB/ART/000025]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

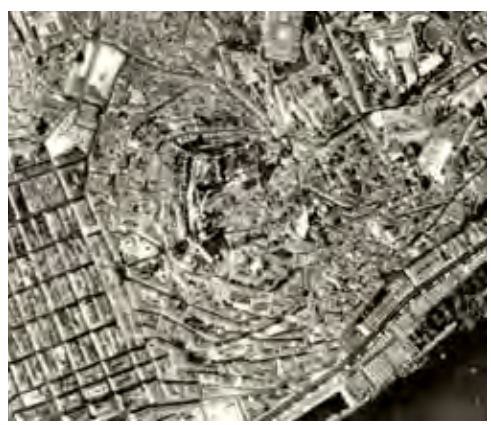
CAS08 – Extrato da Fotografia Aérea da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim do Castelo de São Jorge). 1938-1948. Voo SPLAL, folha n.º 431, preto e branco. Lisboa: IGEOE. © IGEOE, Lisboa.

CAS09 – Extrato da Fotografia Aérea da Cidade de (em destaque a área do atual Jardim do Castelo de São Jorge). 1958. Voo USAF, folhas n.º 431/417, preto e branco. Escala [1:26 000]. Lisboa: IGEOE. © IGEOE, Lisboa.

CAS10 – IGEOE. Extrato da Ortofotomapa da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim do Castelo de São Jorge). 2011. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © IGEOE, Lisboa.



CAS08



CAS09



CAS10

JARDIM 9 DE ABRIL

Jardim das Albertas I Jardim da Rocha do Conde de Óbidos I Jardim da Batalha de La Lys I Jardim da Rocha I Jardim das Descobertas

Latitude e longitude I 38.70437, -9.162815
Freguesia de Lisboa I Estrela
Nº Inventário I 029AB
Número de árvores I 48
Número de espécies de árvores I 17
Árvores classificadas ICNF I 3
Miradouro I 1879
Proteção legal I ZEP: Port. nº 512/98 de 10 agosto 1998. Palácio do Conde de Óbidos: IIP, Dec. nº 45/93, DR 280 de 30 novembro 1993
Área do jardim I 0,4 hectares

Autores I Andreia Cunha, Ana Raquel Cunha e Ana Luísa Soares



9AB01

O Jardim 9 de Abril, nome que se deve ao dia do início da batalha de La Lys (que marcou a presença de Portugal na Primeira Guerra Mundial), também conhecido por Jardim das Albertas ou Jardim da Rocha do Conde de Óbidos, é um jardim público com cerca de 0,4 hectares, de forma quadrangular, não murado, cuja singularidade maior é oferecer uma "vista alargada" sobre o Tejo. Localiza-se entre o Museu Nacional de Arte Antiga e o palácio outrora pertença dos condes de Óbidos (atual sede da Cruz Vermelha Portuguesa).

Este jardim, situado na antiga cerca do Convento das Albertas (convento das freiras carmelitas fundado no século XVI), está assente sobre a rocha do Conde de Óbidos, desce pela encosta e prolonga-se por uma escadaria que dá acesso à Avenida 24 de Julho e ao Cais da Rocha do Conde de Óbidos. O jardim brinda os visitantes com uma vista panorâmica sobre a cidade e o Cais da Rocha do Conde de Óbidos tendo como cenário o estuário do Tejo e a sua margem sul. O acesso pela escadaria da Avenida 24 de Julho constitui um local de passagem obrigatório, não só pelo valor paisagístico que encerra em si mesmo, mas também pela qualidade arquitetónica e cultural da escadaria e do edificado da sua envolvente.

Em 1857, realizou-se o aterro da Boavista, na sequência da ocorrência de uma epidemia de febre-amarela, com o intuito de reabilitar as zonas insalubres de Lisboa, tendo a intervenção na zona ribeirinha sido uma das prioritárias por se tratar de uma área húmida causadora de problemas de saúde pública. A primeira versão deste aterro, em 1760, é da autoria do engenheiro e arquiteto Carlos Mardel (1695-1763) e a segunda, em 1844, do engenheiro e arquiteto Pedro José Pézerat (1801-1872), concluída em 1867 (APP, 2011).

Com o objetivo de acabar com a "lixeira" existente junto ao Tejo "[…] e pensando já numa ordenação costeira na margem direita do rio, tendo em vista uma futura zona portuária, procedeu-se à construção de um aterro entre o Cais do Sodré e Alcântara […]". Aquele que ficou conhecido como aterro da Boavista foi considerado uma das maiores obras públicas do século XIX, tendo a "praia da Boavista começado a ver o seu areal a ser substituído por terra, gradualmente". Apesar da lentidão da obra, é provável que a sua conclusão tenha acontecido no ano de 1867 (APP, 2011). Desta forma, a areia da praia da Boavista foi substituída por terra e transformada no aterro da Boavista. Para tal houve também a necessidade



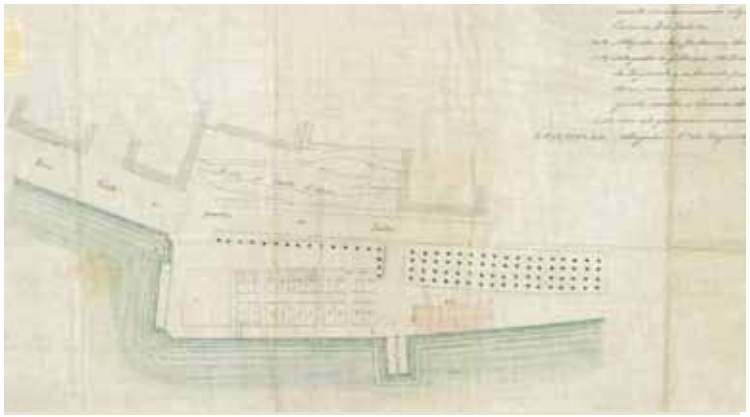
9AB02



9AB03



9AB04



9AB05



9AB06



9AB07

de eliminar parte da grande rocha sobre a qual se havia construído o Palácio do Conde de Óbidos.

Após a realização do aterro, que levou à criação da Avenida 24 de Julho, a área correspondente à cerca do antigo Convento das Albertas é escolhida para a construção do Jardim 9 de Abril, no ano de 1879 (Isidro, Silva & Soares, 2010, p. 16). Também desta altura data a escadaria de ligação do jardim à Avenida 24 de Julho, conhecida como Escadinhas da Rocha ou Escadaria José António Marques, em memória do fundador da Cruz Vermelha Portuguesa (CML, 2014).

Em 1918, o conjunto edificado do Convento das Albertas foi demolido (devido ao seu estado de degradação) e, durante a década de 30 do século XX, foi construída a ala este do Museu Nacional de Arte Antiga, de acordo com o projeto do arquiteto Guilherme Rebelo de Andrade (1891-1969), e o jardim é adaptado às novas funções do museu adquirindo a sua estrutura atual. Vinte anos mais tarde, o jardim é remodelado ao nível da vegetação, de acordo com um projeto do arquiteto paisagista Gonçalo Ribeiro Telles (1922-2020) (Câmara, 2008).

O arvoredo do jardim é diversificado e estrutura o espaço, de assinalar a presença de três árvores classificadas pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF). O limite norte definido pela presença de exemplares, como a acácia-do-japão (*Styphnolobium japonicum*); o interior do jardim por jacarandás (*Jacaranda mimosifolia*), uma tipuana (*Tipuana tipu**) e uma tamareira (*Phoenix dactylifera**). No centro do jardim, destaca-se a paineira-branca (*Ceiba speciosa*) com um caramanchão de estrutura em ferro, sob o qual se localiza um grande banco circular. O limite poente é marcado pela presença de vários exemplares pertencentes ao género tília, de duas espécies *Tilia tomentosa* e *T. x moltkei.* Neste mesmo canteiro, é possível ainda encontrar uma grevílea-robusta (*Grevillea robusta*), uma olaia (*Cercis siliquastrum*), uma paineira-branca (*Ceiba speciosa*), um jacarandá *(Jacaranda mimosifolia*) e um braquiquito (*Brachychiton populneus**).

Este jardim está incluído na Zona Especial de Proteção conjunta aos imóveis: Museu Nacional de Arte Antiga, Igreja de São Francisco de Paula, Túmulo da Rainha D. Mariana Vitória, Palácio do Conde de Óbidos, Chafariz das Janelas Verdes, Teatro Casa da Comédia, Edifício da Rua das Janelas Verdes (76/78), cinema Cinearte, Chafariz da Esperança, Convento das Trinas do Mocambo, Casa de António Sérgio, Palacete dos Viscondes e Condes dos Olivais e da Penha Longa ou Palacete da Lapa, troço do Aqueduto das Águas Livres e Abadia ou Real Mosteiro de Nossa Senhora da Nazaré do Mocambo, também denominado Convento das Bernardas do Mocambo (Diário da República n.º 183, I Série - B, de 10 de agosto de 1998, portaria n.º 512/98).

* árvores classificadas pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)



9AB08



9AB09



9AB10


9AB11

Legendas das imagens

9AB01 – Jardim 9 de Abril ou Rocha Conde de Óbidos, Lisboa. 2010. Fotografia. © António Sacchetti.

9AB02 – Franco D. Milcent. Extrato do Plano geral da cidade de Lisboa em 1785 (em destaque a área do atual Jardim 9 de Abril/Rocha Conde de Óbidos). 1785. Litografia. Lisboa: Litografia de Portugal. © AML, Lisboa.

9AB03 – Filipe Folque (dir.). Extrato do Atlas da Carta Topográfica de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim 9 de Abril/Rocha Conde de Óbidos). 1856-1858. Levantamento por Filipe Folque, Carlos Pezerat, Francisco Goullard e César Goullard. Original, planta colorida. Escala [1:1000]. Lisboa: [s.n.]. © AML, Lisboa.

9AB04 – Silva Pinto (dir.). Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim 9 de Abril/Rocha Conde de Óbidos). 1904-1911. Levantamento por Silva Pinto e Alberto de Sá Correia, desenho de Raul Torres. Escala [1:5 000]. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

9AB05 – Plantas dos locais para depósito de materiais e nova distribuição para o mercado do pinho, situado na zona entre a rua 24 de Julho e o caneiro de Alcântara]. [1878]. Desenho. [PT/AMLSB/CMLSB/UROB/PU/21/0162; Fólio 3]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

9AB06 – Lisboa (Portugal) - Jardim das Albertas, bilhete-postal nº 1717, Edição Martins & Silva. [s.d.]. Fotografia. [MNL 12-G 070]. Lisboa: Gabinete de Estudos Olisiponenses. © CMLEO, Lisboa.

9AB07 – Jorge Guerra. Jardim 9 de Abril. Jardim Nove de Abril 1966. Fotografia. [PT/AMLSB/JOG/000099]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

9AB08 – Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual jardim 9 de Abril/Rocha Conde de Óbidos). 1950. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

9AB09 – Extrato da Fotografia Aérea da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim 9 de Abril/Rocha Conde de Óbidos). 1938-1948. Voo SPLAL, folha n.º 431, preto e branco. Lisboa: IGEOE. © IGEOE, Lisboa.

9AB10 – IGEOE. Extrato da Ortofotomapa da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim 9 de Abril/Rocha Conde de Óbidos). 2011. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © IGEOE, Lisboa.

9AB11 – Artur Inácio Bastos. Jardim Nove de Abril, junto do museu Nacional de Arte Antiga. 1969. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/AIB/002423]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

9AB12 – António Passaporte. Jardim 9 de Abril. Jardim Nove de Abril [entre 1940 e 1959]. Fotografia. [PT/AMLSB/PAS/002863]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

9AB13 – Amadeu Ferrari. Museu Nacional de Arte Antiga, fachada poente. [194-]. Fotografia. [PT/AMLSB/FER/000417]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

9AB14 – Gonçalo Ribeiro Telles. [Planta do projeto de arranjo duma placa do jardim 9 de Abril: perfil por AB]. 1950. Desenho. [PT/AMLSB/CMLSB/UROB-OM/19/127/03; Fólio 1] Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

9AB15 – Vista do jardim miradouro 9 de Abril, Lisboa. 2017. Fotografia. © Jorge Sousa.



9AB12



9AB13



9AB14



9AB15

JARDIM BOTTO MACHADO

Jardim do Campo de Santa Clara
Jardim de Santa Clara

Latitude e longitude I 38.71596, -9.124173
Freguesia de Lisboa I São Vicente
Nº Inventário I 13BOT
Número de árvores I 75
Número de espécies de árvores I 23
Árvores classificadas ICNF I -
Miradouro I 1865
Proteção legal I -
Área do jardim I 0,5 hectares

Autores I Andreia Cunha e Sónia Talhé Azambuja



BOT01

O Jardim Botto Machado, também conhecido como Jardim do Campo de Santa Clara, apresenta uma área aproximada de meio hectare. Localiza-se num dos típicos bairros lisboetas, o bairro de Alfama, próximo da zona onde decorre, duas vezes por semana, a Feira da Ladra. A sua envolvente é marcada pela presença de vários edifícios, monumentos ou equipamentos, como acontece, a sudeste, com o Hospital da Marinha (instalado no antigo Colégio S. Francisco Xavier); a sul, com o Panteão Nacional ou Igreja de Santa Engrácia; a sudoeste, com o Mosteiro de São Vicente de Fora; a poente, com o Mercado de Santa Clara; a noroeste, com a Escola Gil Vicente; e a norte com a estação de Santa Apolónia. A partir do Campo de Santa Clara, pode desfrutar-se de uma "[…] linda panorâmica sobre o Tejo e a Outra Banda […]" (Rodrigues *et al.*, 1975, p. 179), assim como sobre o extenso Mar da Palha. O Jardim do Campo de Santa Clara passou a ser mais um 'Passeio de Lisboa' (Nunes, 2012, p. 170), com a função de miradouro pela vista que brinda os seus visitantes sobre o rio Tejo e o Mar da Palha.

Este pequeno jardim, além da vista panorâmica que oferece, murado e com um gradeamento em ferro, está equipado com um parque infantil e um quiosque com esplanada (a nascente), apresenta uma rede de caminhos pedonais em asfalto que recorta os vários canteiros existentes, revestidos com relvado e ocupados por elementos vegetais de porte arbóreo e arbustivo.

Este jardim foi construído em pleno século XIX (1865), no Campo de Santa Clara, remontando a sua história "[…] à conquista da cidade de Lisboa (1147), por ter sido este o local escolhido por D. Afonso Henriques (1139-1185) para acampar com as suas tropas e planear a vitoriosa conquista da cidade aos Mouros […]" (Serol, 2012, p. VII).

Ao visitar-se o Jardim Botto Machado, pode observar-se as seguintes espécies, de porte arbóreo: o bordo-negundo (*Acer negundo*), o lódão-bastardo (*Celtis australis*), a olaia (*Cercis siliquastrum*), a laranjeira-amarga (*Citrus* x *aurantium*), o jacarandá (*Jacaranda mimosifolia*), o loureiro (*Laurus nobilis*), o alfenheiro (*Ligustrum lucidum*), a romãzeira-de-jardim (*Punica granatum*), o loureiro-cerejeira (*Prunus laurocerasus*), o pessegueiro (*Prunus persica*), a acácia-do-japão (*Styphnolobium japonicum*), a tamargueira (*Tamarix africana*), a tipuana (*Tipuana tipu*) e o folhado (*Viburnum tinus*). Ao nível das palmeiras, existem três espécies distintas: a fiteira (*Cordyline australis*), a palmeira-das-canárias (*Phoenix canariensis*) e a tamareira-do-senegal (*Phoenix reclinata*).

No século XX, em 1927, o Jardim de Santa Clara passa para a posse da Câmara Municipal de Lisboa, após obras de beneficiação (CML, 2014). Em 1938, em homenagem ao político português Fernão Amaral Botto Machado



BOT02



BOT03



BOT04

(1865-1924), e não ao seu irmão Pedro, como vulgarmente é referido, o espaço verde passa a designar-se Jardim Botto Machado.



BOT05



BOT06



BOT07

Legendas das imagens

BOT01 – Gradeamento e vista do Jardim Botto Machado, Lisboa. 2014. Fotografia. © Jorge Sousa.

BOT02 – Duarte José Fava. Extrato da Carta topográfica de Lisboa e seus subúrbios... (em destaque a área do atual Jardim Botto Machado (Campo de Santa Clara)). 1831 [1807]. Litografia. Escala [1:5000], 500 braças por palmo. Lisboa: Casa do Risco das Obras Públicas. © AML, Lisboa.

BOT03 – Filipe Folque (dir.). Extrato do Atlas da Carta Topográfica de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim Botto Machado (Campo de Santa Clara)). 1856-1858. Levantamento por Filipe Folque, Carlos Pezerat, Francisco Goullard e César Goullard. Original, planta colorida. Escala [1:1000]. Lisboa: [s.n.]. © AML, Lisboa.

BOT04 – Silva Pinto (dir.). Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim Botto Machado (Campo de Santa Clara)). 1904-1911. Levantamento por Silva Pinto e Alberto de Sá Correia, desenho de Raul Torres. Escala [1:5 000]. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

BOT05 – Eduardo Portugal. Jardim Botto Machado. 1945. Fotografia. [PT/AMLSB/POR/060438]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

BOT06 – Ferreira da Cunha. Palácio Lavradio, Palácio Sinel de Cordes e Jardim Botto Machado. [post. 1930]. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/FEC/000049]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

BOT07 – Rede de caminhos do Jardim Botto Machado, Lisboa. 2017. Fotografia. © Jorge Sousa.

BOT08 – Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim Botto Machado (Campo de Santa Clara)). 1950. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

BOT09 – Extrato da Fotografia Aérea da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim Botto Machado (Campo de Santa Clara)). 1987. Voo FAP (n.º 36), folhas n.º 431/417, preto e branco. Escala [1:17 000]. Lisboa: IGEOE. © IGEOE, Lisboa.

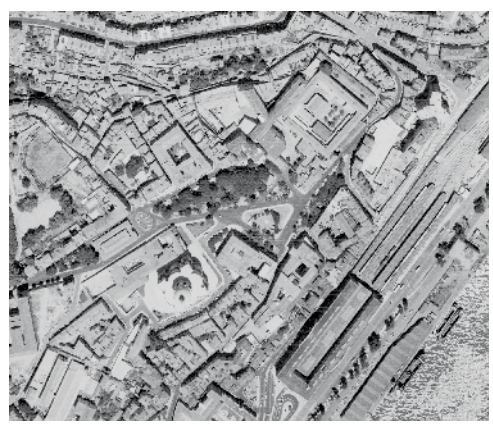
BOT10 – IGEOE. Extrato da Ortofotomapa da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim Botto Machado (Campo de Santa Clara)). 2011. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © IGEOE, Lisboa.



BOT08



BOT09



BOT10

JARDIM DO LARGO DAS NECESSIDADES

Jardim Olavo Bilac

Latitude e longitude I 38.70644, -9.171467
Freguesia de Lisboa I Estrela
Nº Inventário I 28LNE
Número de árvores I 43
Número de espécies de árvores I 15
Árvores classificadas ICNF I -
Miradouro I 1745-1747
Proteção legal I IIP - Imóvel de Interesse Público, Decreto n.º 8/83, DR, 1.ª série, n.º 19 de 24 janeiro 1983 / ZEP Portaria n.º 552/96, DR, 1.ª série-B, n.º 232 de 07 outubro 1996 *1 / Incluído na Zona de Proteção do Aqueduto das Águas Livres
Área do jardim I 0,34 hectares

Autores I Maria José Cachaço e Sónia Talhé Azambuja


LNE01

O Jardim do Largo das Necessidades foi mandado construir, em 1745-1747, por iniciativa de D. João V (1689-1750), na sequência da construção do palácio, convento e cerca das Necessidades (mais tarde designada por Tapada das Necessidades), no lugar da Ermida da Nossa Senhora das Necessidades, como forma de agradecimento pela cura da sua paralisia. Este jardim, de 0,35 hectares, situa-se na encosta de Buenos Aires/ Necessidades, em plena zona ocidental de Lisboa, na freguesia da Estrela, junto ao palácio e Tapada das Necessidades, em frente à Capela de Nossa Senhora das Necessidades. Fora denominado por Praça do Obelisco, Largo das Necessidades; sendo atualmente conhecido por miradouro das Necessidades e designado por Jardim Olavo Bilac, em homenagem ao escritor e poeta brasileiro Olavo Bilac (1865-1918).

O jardim possui uma planta poligonal, em forma de retângulo irregular. O seu traçado barroco inicial já não é hoje percetível. Supõe-se que seja da autoria do arquiteto Caetano Tomás de Sousa (1700-1770), à semelhança da estética utilizada na Tapada das Necessidades. Inclui um chafariz monumental também do mesmo autor, datado de cerca de 1747. Foi mandado construir por D. João V, em honra de Nossa Senhora das Necessidades. Terá sofrido uma alteração sob a responsabilidade do arquiteto Reinaldo Manuel dos Santos (1731-1789), entre 1772 e 1791 (Bispo, M. [s.d.]). A água do chafariz do Largo das Necessidades era proveniente do ramal de ligação ao Aqueduto das Águas Livres que se situa no topo oeste da Tapada das Necessidades, de acordo com um projeto do engenheiro militar Custódio de Sá e Faria (1710-1792), autor do plano inicial da Cerca das Necessidades de 1742 (Albuquerque; Azambuja & Castel-Branco, 2020). É um símbolo e um retrato de uma memória do poder e de uma estética que lembra outras geografias.

Atualmente este jardim apresenta um traçado mais orgânico, composto por cinco canteiros relvados, delineados com bordaduras de sebes ou elementos em ferro e diversos caminhos pavimentados a lajes de betão, que se cruzam num "amplo largo circular, onde se dispõem bancos de cantaria de calcário lioz, que centram um enorme chafariz" (Figueiredo, 2007). Nos canteiros dispõem-se diversos elementos arbóreos, arbustivos e herbáceos, alguns de carácter emblemático e na sua maioria exóticos. Destacamos o seguinte arvoredo: castanheiro-das-flores-vermelhas (*Aesculus x carnea*), braquiquito (*Brachychiton populneus*), paineira-rosa (*Ceiba speciosa*), cipreste (*Cupressus sempervirens*), eritrinas, árvore-de-quarenta-dinheiros (*Ginkgo biloba*), magnólia (*Magnolia grandiflora*)


LNE02


LNE03


LNE04



LNE05



LNE06



LNE07

e bela-sombra (*Phytolacca dioica*). No lado oposto à entrada no jardim, situa-se o muro de suporte em alvenaria e cantaria de calcário que faz deste jardim um dos miradouros de Lisboa.

Nos dias de hoje, tem uma amplitude de vistas muito reduzida, quando comparada com a que se conseguia usufruir à data da sua construção. Essencialmente, somos projetados sobre a Ponte 25 de Abril, Cristo-Rei e a linha ribeirinha de Almada. A silhueta urbana das freguesias de Alcântara e da Estrela ofusca quer o próprio rio Tejo, como outros pontos de interesse da cidade de Lisboa. A construção, em 2018, do Hospital CUF Tejo bloqueou grande parte da vista da barra do Tejo a partir da colina deste jardim/miradouro.

Este jardim está classificado no âmbito do "Conjunto do Palácio das Necessidades, abrangendo todo o edifício conventual [...], da torre e da capela [...], os seus jardins e o respetivo parque, com elementos escultóricos e decorativos, e ainda a fachada palaciana, incluindo a fonte monumental", desde 1983 como IIP - Imóvel de Interesse Público.

Legendas das imagens

LNE01 – Oblisco e chafariz barroco do Jardim do Largo das Necessidades (Olavo Bilac). 2012. Fotografia. © António Sacchetti.

LNE02 – Extrato da Planta topográfica da cidade de Lisboa... (em destaque a área do atual Jardim do Largo das Necessidades (Olavo Bilac)). 1949 [1780]. Planta n.º 4. Litografia colorida. Lisboa: Litografia de Portugal. © AML, Lisboa.

LNE03 – Filipe Folque (dir.). Extrato do Atlas da Carta Topográfica de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim do Largo das Necessidades (Olavo Bilac)). 1856-1858. Levantamento por Filipe Folque, Carlos Pezerat, Francisco Goullard e César Goullard. Original, planta colorida. Escala [1:1000]. Lisboa: [s.n.]. © AML, Lisboa.

LNE04 – Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim do Largo das Necessidades (Olavo Bilac)). 1904-1911. Levantamento por Silva Pinto e Alberto de Sá Correia, desenho de Raul Torres. Escala [1:5 000]. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

LNE05 – Armando Maia Serôdio. Chafariz das Necessidades. 1965. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/SER/007460]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

LNE06 – Pormenor escultórico do chafariz do Jardim do Largo das Necessidades (Olavo Bilac). 2012. Fotografia. © António Sacchetti.

LNE07 – Vista a partir do miradouro do Jardim do Largo das Necessidades (Olavo Bilac). 2012. Fotografia. © António Sacchetti.

LNE08 – Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim do Largo das Necessidades (Olavo Bilac)). 1970. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

LNE09 – Extrato da Fotografia Aérea da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim do Largo das Necessidades (Olavo Bilac)). 1938-1948. Voo SPLAL, folha n.º 431, preto e branco. Lisboa: IGEOE. © IGEOE, Lisboa.

LNE10 – Extrato da Ortofotomapa da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim do Largo das Necessidades (Olavo Bilac)). 2011. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © IGEOE, Lisboa.



LNE08



LNE09



LNE10

JARDIM DO TOREL

Latitude e longitude I 38.71923, -9.141468
Freguesia de Lisboa I Santo António
Nº Inventário I 70TOR
Número de árvores I 32
Número de espécies de árvores I 14
Árvores classificadas ICNF I 4
Miradouro I 1928
Proteção legal I Incluído na classificação do conjunto do Campo Mártires da Pátria Imóvel de Interesse Público (Diário da República n.º 56, I Série-B, d e 6 de março de 1996, decreto-Lei n.º 2/96)
Área do jardim I 1 hectare

Autores I Andreia Cunha, Ana Raquel Cunha e Ana Luísa Soares


TOR01

Quem sai do Campo de Santana, pela Rua Júlio Andrade, direito ao Jardim do Torel, sente o *glamour* que outrora povoou aquela zona. Este jardim, situado na encosta de Santana, com uma área de cerca de um hectare, estrutura-se em socalcos e oferece uma vista alargada sobre a Avenida da Liberdade, a Baixa Pombalina, a colina de São Roque e o rio Tejo.

O jardim apresenta um traçado ausente de geometria, onde os caminhos estão delineados por entre os vários canteiros; é formado por patamares, os quais se encontram articulados através de rampas e escadarias. Se, por um lado, este é um espaço aberto ao público, por outro lado, continua a ter presente o seu carácter de jardim privado de enquadramento a um palacete familiar (Isidro, Silva & Soares, 2009).

No século XVIII, durante o reinado de D. João V (1689-1750), o desembargador Marco António Cunha Thorel manda construir um palácio para viver com a sua família. No início do século seguinte, o palácio deixa de pertencer à família Thorel e passa para a família do desembargador Francisco Pereira Meneses (Isidro, Silva & Soares, 2009).

Durante o verão de 1875, e já na posse de Nuno José Severo de Mendonça Rolim de Moura Barreto, primeiro duque de Loulé, o palácio é consumido pelo fogo. O palácio do Torel é totalmente destruído, mas dá nome ao local onde havia sido construído. Ocorrido o incêndio, os terrenos são adquiridos, em 1886, pelo conde de Castro Guimarães, que decide construir um novo palacete com jardim para residir, projetado pelo arquiteto José Luís Monteiro (Magalhães, 1998).

No ano de 1927, decidido a ir residir para Cascais, o conde de Castro Guimarães, vende o seu palacete ao Estado. Posteriormente, nesse lugar vem a ser instalada a Polícia de Investigação Criminal, antecessora da Polícia Judiciária, onde laborou a prisão do Torel. Em 1930, é construído um edifício anexo para a Judiciária e o jardim é cedido à Câmara Municipal de Lisboa, sendo transformado num jardim - miradouro aberto ao público (Isidro, Silva & Soares, 2009).

O Jardim do Torel estrutura-se em três patamares, articulados entre si através de rampas e escadarias, estes patamares apresentam uma configuração irregular, à exceção de um deles, que tem uma forma retangular. Ultrapassado o gradeamento e o portão principal (na Rua Júlio Andrade), entra-se num pátio amplo e quadrangular, que apresenta ao centro uma taça de água de grandes dimensões (Aguiar, 1999; Lima, 2007).

A diferença de cotas existente entre esta plataforma e a seguinte, situada topograficamente abaixo, é vencida por duas rampas laterais e por um muro de suporte, ao qual se adoça ao nível do último patamar (Aguiar,


TOR02


TOR03


TOR04



TOR05



TOR06



TOR07

1999; Lima, 2007) um tanque barroco de grandes dimensões, ornamentado por esculturas, uma balaustrada e duas escadas simétricas que ligam os primeiros patamares. A sul, no último patamar, encontra-se a escola de São José, que confere a este jardim uma vivência singular (Isidro, Silva & Soares, 2009). Ao longo do jardim encontram-se vários canteiros relvados, bancos e um busto do pianista José Viana da Mota (Isidro, Silva & Soares, 2009).

Neste jardim salienta-se a presença de um bordô-negundo (*Acer negundo*), um plátano-bastardo (*Acer pseudoplatanus*), uma laranjeira-amarga (*Citrus x aurantium*), dois cedros-do-buçaco (*Cupressus lusitanica*), uma nespereira (*Eriobotrya japonica*), três pinheiros-mansos (*Pinus pinea*), um pitósporo (*Pittosporum crassifolium*), quatro plátanos (*Platanus x hispanica*), um exemplar do género *Schinus* e 12 exemplares pertencentes ao género *Tilia*. Destaca-se ainda a presença de cinco exemplares de palmeiras, de três espécies distintas: três palmeiras-das-canárias (*Phoenix canariensis*), uma palmeira-do-senegal (*Phoenix reclinata*) e uma palmeira-de-leque (*Washingtonia filifera*).

Em 2009, este jardim foi alvo de uma intervenção de requalificação paisagística pela Câmara Municipal de Lisboa. Este jardim encontra-se classificado de imóvel de interesse público, incluído na classificação do conjunto do Campo Mártires da Pátria.

Legendas das imagens

TOR01 – Jardim do Torel e vista para a cidade de Lisboa, Lisboa. 2009. Fotografia. © Ana Luísa Soares.

TOR02 – Franco D. Milcent. Extrato do Plano geral da cidade de Lisboa em 1785 (em destaque a área do atual Jardim do Torel). 1785. Litografia. Lisboa: Litografia de Portugal. © AML, Lisboa.

TOR03 – Filipe Folque (dir.). Extrato do Atlas da Carta Topográfica de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim do Torel). 1856-1858. Levantamento por Filipe Folque, Carlos Pezerat, Francisco Goullard e César Goullard. Original, planta colorida. Escala [1:1000]. Lisboa: [s.n.]. © AML, Lisboa.

TOR04 – Silva Pinto (dir.). Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim do Torel). 1904-1911. Levantamento por Silva Pinto e Alberto de Sá Correia, desenho de Raul Torres. Escala [1:5 000]. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

TOR05 – Amadeu Ferrari. Jardim do Torel, Lisboa. Jardim do Torel [194-]. Fotografia. [PT/AMLSB/FER/000392]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

TOR06 – Artur Pastor. Jardim do Torel. [entre 1960 e 1969]. Fotografia. [PT/AMLSB/ART/000060]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

TOR07 – Jardim do Torel, Lisboa. 2009. Fotografia. © Ana Isabel Silva.

TOR08 – Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim do Torel). 1950. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

TOR09 – Extrato da Fotografia Aérea da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim do Torel). 1967. Voo FAP (n.º 9), folhas n.º 431/417, preto e branco. Escala [1:25 000]. Lisboa: IGEOE. © IGEOE, Lisboa.

TOR10 – IGEOE. Extrato da Ortofotomapa da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim do Torel). 2011. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © IGEOE, Lisboa.



TOR08



TOR09



TOR10

MIRADOURO SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Jardim António Nobre

Latitude e longitude I 38.71536, -9.144112
Freguesia de Lisboa I Misericórdia
Nº Inventário I 67SPA
Número de árvores I 88
Número de espécies de árvores I 10
Árvores classificadas ICNF I -
Miradouro I 1864
Proteção legal I Parcialmente incluído na Zona de Proteção do Ascensor da Glória e na Zona de Proteção do Aqueduto das Águas Livres / Incluído na Zona Especial de Proteção Conjunta dos imóveis classificados da Avenida da Liberdade e área envolvente
Área do jardim I 1,2 hectares

Autores I Andreia Cunha, Ana Raquel Cunha e Ana Luísa Soares



SPA01

O Miradouro São Pedro de Alcântara situa-se numa típica zona lisboeta denominada Bairro Alto. Trata-se de um bairro antigo e pitoresco no centro da cidade, com ruas estreitas e em calçada portuguesa, casas seculares, comércio tradicional, restaurantes e locais de vida noturna. Estruturado em plano ortogonal e construído no início do século XVI, foi designado de Vila Nova de Andrade. No Século XIX e até ao terceiro quartel do Século XX, este bairro era local preferencial para as sedes dos principais jornais e tipografias do país. Como testemunho dessa vivência temos nomes de ruas como a Rua Diário de Notícias ou a Rua do Século.

A sua área envolvente é assinalada pelo relevante interesse turístico e cultural, na qual se destacam o Museu de Arte Sacra, a Igreja de São Roque, o Teatro da Trindade, a Igreja do Loreto, a Igreja da Encarnação e o emblemático espaço do Chiado.

Inaugurado em 1864, o Jardim-miradouro de São Pedro de Alcântara tem uma área aproximada de 1,2 hectares e apresenta um estilo paisagista romântico, à semelhança de outros jardins da época. Este espaço verde passou a designar-se Jardim António Nobre, em homenagem ao escritor António Nobre (1867-1900).

A colina de São Roque acolhe o miradouro de São Pedro de Alcântara e com esta topografia o jardim beneficia de uma vista panorâmica extraordinária sobre a cidade, incluindo aquele que é o vale da Avenida da Liberdade, o Castelo de São Jorge e a sua encosta adjacente, a Baixa Pombalina e o Chiado. Com maior profundidade, vislumbra-se ainda o estuário do Tejo e a serra da Arrábida. Tal como Camilo Castelo Branco traduz na obra A *Formosa Lusitania*, originalmente elaborada por Lady Jackson, a partir deste jardim pode disfrutar-se de um "[...] formoso panorama, é talvez o mais gracioso de Lisboa [...]" (Jackson, 1877, p. 33).

A história deste espaço remonta ao ano de 1754, quando a praça em frente ao Convento de São Pedro de Alcântara recebe um chafariz público de água, servido pelo aqueduto de São Pedro de Alcântara, obras da autoria do engenheiro e arquiteto Carlos Mardel (1695-1763).

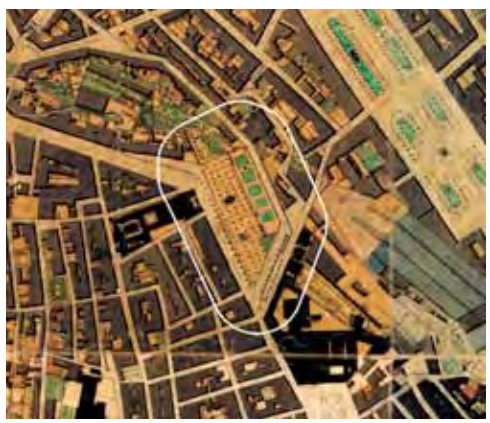
No ano de 1830, "[...] com o aquartelamento do comando da Guarda Real da Polícia e a construção das suas cavalariças aí perto, começaram os primeiros trabalhos de arborização do tabuleiro superior, na altura conhecido como Horta do Corpo da Polícia (anteriormente chamavam-lhe Sequeiro de São Pedro). Cinco anos mais tarde, a autarquia passou a



SPA02



SPA03



SPA04



SPA05



SPA06



SPA07

encarregar-se dos passeios públicos e mandou ajardinar o plano inferior, construindo-se as duas escadas laterais que estabelecem comunicação entre os tabuleiros. Como o plano superior já se encontrava gradeado, foram feitas cancelas para essas escadas [...]", seguindo os conselhos dados por Agostinho da Silva (Magalhães, 1998, p. 27). Reunidas as condições e concretizada a ideia de D. Pedro V "[...] de fazer um jardim a partir de um terreiro em socalcos [...]" (Magalhães, 1998, p. 27), em 1864, o Jardim de São Pedro de Alcântara é inaugurado e aberto ao público (Isidro, Silva & Soares, 2010, p. 15). Alguns anos mais tarde, em 1897, é desenhado para o jardim um coreto e é instalado, no tabuleiro inferior, o café Éden Concerto. Já no século XX, em 1933, coloca-se no tabuleiro inferior, a primeira instalação de *Parque Infantil*, idealizada pela poetisa Fernanda de Castro (1900-1994), mas que atualmente já não existe. De 2005 a 2008, o jardim-miradouro é alvo de obras de requalificação pela Câmara Municipal de Lisboa (Isidro, Silva & Soares, 2010, p. 15).

O jardim encontra-se estruturado segundo uma planta retangular, organizado em dois tabuleiros dispostos a diferentes cotas, que funcionam como miradouro da cidade. O patamar superior é suportado por um muro de contenção de terras e o inferior, por um troço da muralha setecentista da obra do aqueduto das Águas Livres (Isidro, Silva & Soares, 2010, p. 15).

O patamar superior, pavimentado com a típica calçada portuguesa, beneficia da presença de um chafariz circular à sombra de um freixo (*Fraxinus angustifolia*), de um painel interpretativo da vista panorâmica instalado em 1922, da autoria do pintor Fred Kradolfer (1903-1968), bem como de um telescópio junto ao gradeamento. Neste tabuleiro, encontra-se também, desde 1904, um conjunto escultórico, da autoria do escultor Costa Motta (tio) (1862-1930), composto por busto em homenagem a Eduardo Coelho (1835-1889) sobre pedestal e com um rapaz a apregoar jornais. A presença de um quiosque próximo de um frondoso plátano (*Platanus x hispanica*) brinda este jardim com uma agradável zona de estadia com mesas, bancos e miradouro. A arborizar este tabuleiro temos alinhamentos de árvores em caldeira maioritariamente com lódão-bastardo (*Celtis australis*) e pontualmente com o lódão-americano (*Celtis occidentalis*), que presenteiam este espaço com uma boa sombra no verão.

O tabuleiro inferior, apresenta canteiros, com herbáceas floridas e relvados, bordejados com buxo (*Buxus sempervirens*), conta com a ornamentação de doze plintos com bustos de deuses e heróis da mitologia greco-romana, peças do século XVII e XVIII. Acresce a presença de figuras de alguns heróis do período das descobertas e figuras literárias como Vasco da Gama, Pedro Álvares Cabral, D. João de Castro, João de Barros, Luís de Camões, Afonso de Albuquerque e Infante D. Henrique. Este tabuleiro apresenta ao centro, um chafariz com repuxo e junto ao muro de suporte, que o divide do tabuleiro superior, está adossado um tanque, de forma semicircular, que recebe a água brotada por uma cascata.



SPA08



SPA09



SPA10



Este miradouro permite desfrutar das vistas mais bonitas da cidade e é um convite para apreciar um jardim geométrico arborizado e ornamentado por estátuas, chafarizes e tanques. Encontra-se parcialmente incluído na Zona de Proteção do Ascensor da Glória e na Zona de Proteção do Aqueduto das Águas Livres, bem como na Zona Especial de Proteção Conjunta dos imóveis classificados da Avenida da Liberdade e área envolvente.



SPA12



SPA13



SPA14



SPA15

Legendas das imagens

SPA01 – Chafariz com repuxo do tabuleiro superior do Miradouro São Pedro de Alcântara, Lisboa. 2008. Fotografia. © Ana Luísa Soares.

SPA02 – Duarte José Fava. Extrato da Carta topográfica de Lisboa e seus subúrbios... (em destaque a área do atual Jardim de São Pedro de Alcântara/António Nobre). 1831 [1807]. Litografia. Escala [1:5000], 500 braças por palmo. Lisboa: Casa do Risco das Obras Públicas. © AML, Lisboa.

SPA03 – Filipe Folque (dir.). Extrato do Atlas da Carta Topográfica de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim de São Pedro de Alcântara/António Nobre). 1856-1858. Levantamento por Filipe Folque, Carlos Pezerat, Francisco Goullard e César Goullard. Original, planta colorida. Escala [1:1000]. Lisboa: [s.n.]. © AML, Lisboa.

SPA04 – Silva Pinto (dir.). Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim de São Pedro de Alcântara/António Nobre). 1904-1911. Levantamento por Silva Pinto e Alberto de Sá Correia, desenho de Raul Torres. Escala [1:5 000]. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

SPA05 – [Jardim de S. Pedro d'Alcantara e parte nordeste da cidade]. [s.d.]. Fotografia. [MNL 4-G p. 9 nº 35]. Lisboa: Gabinete de Estudos Olisiponenses. © CMLEO, Lisboa.

SPA06 – Joshua Benoliel. [Jardim de São Pedro de Alcântara]. 1909. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/JBN/000005]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

SPA07 – Joshua Benoliel. [Alameda do jardim de São Pedro de Alcântara]. 1909. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/JBN/000006]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

SPA08 – Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim de São Pedro de Alcântara/António Nobre). 1950. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

SPA09 – Extrato da Fotografia Aérea da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim de São Pedro de Alcântara/António Nobre). 1967. Voo FAP (n.º 9), folhas n.º 431/417, preto e branco. Escala [1:25 000]. Lisboa: IGEOE. © IGEOE, Lisboa.

SPA10 – IGEOE. Extrato da Ortofotomapa da Cidade de Lisboa (em destaquea área do atual Jardim de São Pedro de Alcântara/António Nobre). 2011. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © IGEOE, Lisboa.

SPA11 – Estúdio Mário Novais. [Troço da muralha setecentista da obra do aqueduto das Águas Livres, no tabuleiro inferior do jardim de São Pedro de Alcântara]. 1949. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/MNV/000588]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

SPA12 – Paulo Guedes. [Jardim de São Pedro de Alcântara, visto do seu limite sul]. [19--]. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/PAG/000310]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

SPA13 – Eduardo Alexandre Cunha. Chafariz do tabuleiro superior do jardim de São Pedro de Alcântara. [19--]. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/ACU/002613]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

SPA14 – Tabuleiro superior do Miradouro S. Pedro de Alcântara, Lisboa. 2010. Fotografia. © António Sacchetti.

SPA15 – Tabuleiro inferior do Miradouro S. Pedro de Alcântara, Lisboa. 2010. Fotografia. © António Sacchetti.

MIRADOURO DA GRAÇA

Miradouro Sophia de Mello Breyner Andresen

Latitude e longitude I 38.71619,-9.131289
Freguesia de Lisboa I São Vicente
Nº Inventário I 27GRA
Número de árvores I 50
Número de espécies de árvores I 11
Árvores classificadas ICNF I -
Miradouro I século XIX
Proteção legal I ZEP do Convento da Graça – classificado de MN Monumento Nacional, Decreto 16-06-1910, DG, 1.ª série, n.º 136 de 23 junho 1910 (Túmulo de D. Mendo Foyos, na sacristia da Igreja) /Decreto n.º 5 046, DG, 1.ª série, n.º 268 de 11 dezembro 1918 (Sacristia e capelas intermédias da Igreja) / Decreto n.º 29 604, DG, 1.ª série, n.º 112 de 16 maio 1939 (Convento da Graça de Lisboa, parte não incluída na primeira classificação).
Área do jardim I 0,1 hectares

Autor I Cristina Castel-Branco



GRA01

O miradouro da Graça é um pequeno miradouro em tamanho, enquadrado pela fachada da Igreja da Graça e pelo Jardim do Largo da Graça. Deste jardim há documentação fotográfica e um projeto nos arquivos da Câmara Municipal de Lisboa sem data, mas provavelmente atribuível ao início do século XX. Numa das fotografias, o registo de que o lago circular do jardim veio do Passeio Publico aponta para um arranjo urbanístico do miradouro e jardim ainda no século XIX.

Circundado de pinheiros e rematado pela Igreja de Nossa Senhora da Graça, o miradouro do mesmo nome confunde-se com o pequeno adro desta igreja de fachada branca e agiganta-se com a vista que de lá se desfruta. O nome oficial do miradouro, Sophia de Mello Breyner, foi-lhe atribuído, em 2009, em homenagem a uma das mais importantes poetisas portuguesas do século XX (Sophia de Mello Breyner Andresen, 1919-2004) por ter vivido ali perto e aí ter passado muito tempo a admirar Lisboa.

A construção do Convento da Graça ter-se-á iniciado em 1271 com celas para 50 monges, no então lugar de Almofala (hoje freguesia de São Vicente) de origem claramente árabe. Em 1375, é construída a muralha Fernandina, que inclui no seu interior o convento, definindo-se para poente o espaço do adro/miradouro. Várias intervenções no convento e igreja estão registadas desde 1556, dirigidas por frei Luís de Montóia e, depois do terramoto, uma reconstrução da responsabilidade dos arquitetos Caetano Tomás de Sousa (1700-1766) e Manuel Caetano de Sousa (1738-1802), conferindo ao conjunto os elementos do barroco que hoje têm.

Esta área é elogiada no roteiro de Fernando Pessoa "Estamos agora a caminho do Monte da Graça, onde está situada uma das melhores igrejas de Lisboa; é nela que se pode ver a famosa imagem do Senhor dos Passos (feita de pau-brasil e articulada) que costumava figurar na procissão anual do mesmo nome, a qual foi suspensa com o advento da República. Do adro empedrado desta igreja pode também desfrutar-se um magnífico panorama da cidade e do rio [...]" (Pessoa, 2006, p. 51). A procissão do Senhor dos Passos voltou a ser organizada no século XXI e a percorrer as colinas de Lisboa. A tradição das romarias e procissões que todos os anos aguardam em junho a grande festa de Santo António junta nestes miradouros muita gente a dançar e a celebrar Lisboa pelas ruas e largos medievais comendo sardinhas, bebendo e cantando.

Hoje em dia o miradouro é muito concorrido com turistas e residentes do



GRA02



GRA03



GRA04

bairro. Face a estes cenários de colinas revestidas a casa, palácios, igrejas e conventos, o olhar não resiste ao jogo de reconhecimento para identificar, por entre a paisagem de Lisboa, o Elevador de Santa Justa, o Convento do Carmo, a cúpula da Igreja da Estrela, o Cristo Rei, o Miradouro de São Pedro de Alcântara, o Jardim Botânico de Lisboa, a Praça do Martim Moniz. Para norte encontramos outro conjunto de pinheiros-mansos: e com vista a este temos o miradouro de Nossa Senhora do Monte. Este miradouro está incluído na zona de proteção do Convento da Graça.



GRA05



GRA06



GRA07

Legendas das imagens

GRA01 – Miradouro da Graça, Lisboa. 2021. Fotografia. © Ana Raquel Cunha.

GRA02 – João Nunes Tinoco. Extrato da Planta da cidade de Lisboa... (em destaque a área dos atuais Miradouro da Graça e Jardim do Largo da Graça). 1884 [1650]. Litografia colorida de 1884, a partir de cópia do original de 1650. Escala original [c. 1:3000], mil palmos = [7,25 cm]. Lisboa: Direção-Geral dos Trabalhos Geodésicos do Reino. © AML, Lisboa.

GRA03 – Filipe Folque (dir.). Extrato do Atlas da Carta Topográfica de Lisboa (em destaque a área dos atuais Miradouro da Graça e Jardim do Largo da Graça). 1856-1858. Levantamento por Filipe Folque, Carlos Pezerat, Francisco Goullard e César Goullard. Original, planta colorida. Escala [1:1000]. Lisboa: [s.n.]. © AML, Lisboa.

GRA04 – Silva Pinto (dir.). Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque a área dos atuais Miradouro da Graça e Jardim do Largo da Graça). 1904-1911. Levantamento por Silva Pinto e Alberto de Sá Correia, desenho de Raul Torres. Escala [1:5 000]. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

GRA05 – António Passaporte. Jardim Augusto Gil. [c.1952]. Fotografia. [PT/AMLSB/PAS/001593]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

GRA06 – [Projeto do jardim do largo da Graça]. [s.d.]. Desenho. [PT/AMLSB/CMLSB/UROB/PU/21/0565; Fólio 1]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

GRA07 – Lisboa antiga - Jardim da Graça (Lago que foi do Passeio Público). [s.d.]. Fotografia, reprodução J. Bárcia. [MNL 2-G 0011]. Lisboa: Gabinete de Estudos Olisiponenses. © CMLEO, Lisboa.

GRA08 – Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque a área dos atuais Miradouro da Graça e Jardim do Largo da Graça). 1950. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

GRA09 – Extrato da Fotografia Aérea da Cidade de Lisboa (em destaque a área dos atuais Miradouro da Graça e Jardim do Largo da Graça). 1938-1948. Voo SPLAL, folha n.º 431, preto e branco. Lisboa: IGEOE. © IGEOE, Lisboa.

GRA10 – IGEOE. Extrato da Ortofotomapa da Cidade de Lisboa (em destaque a área dos atuais Miradouro da Graça e Jardim do Largo da Graça). 2011. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © IGEOE, Lisboa.



GRA08



GRA09



GRA10

MIRADOURO DA NOSSA SENHORA DO MONTE

Latitude e longitude I 38.71914,-9.132875
Freguesia de Lisboa I São Vicente
Nº Inventário I 31MSM
Número de árvores I 14
Número de espécies de árvores I 4
Árvores classificadas ICNF I -
Miradouro I 1148
Proteção legal I O miradouro, bem como grande parte da encosta encontra-se incluído na área de proteção da Capela de Nossa Senhora do Monte, considerada imóvel de interesse público, desde 1933 (Decreto n.º 23 421, DG, 1.ª série, n.º 296, de 28 dez). A Zona Especial de Proteção na qual se inclui o miradouro, foi decretada em 1960, segundo a Portaria da Direção-Geral, 2.ª série, n.º 4, de 6 de jan.
Área do jardim I c. 0,1 hectares

Autor I Cristina Castel-Branco



MSM01

O miradouro da Senhora do Monte é uma marca forte nas vistas de qualquer ponto alto de Lisboa. Nasceu a partir do terreiro que se estendia em frente a uma antiga capelinha e é marcado por enormes pinheiros-mansos, que acrescentam uma mancha verde no festo da colina do castelo. A Senhora do Monte oferece uma vista única sobre a colina poente de Lisboa e, para sul, sobre a colina do castelo, ladeada por dois triângulos de Tejo com a sua cor sempre em mudança, espelho do céu. Esta vista é assinalada por Fernando Pessoa como "[…] uma das mais belas vistas de toda a Lisboa, seja à noite, seja ao nascer ou ao pôr-do-sol [...]" (Pessoa, 2006).

A história do miradouro começa com a construção da ermida em 1148, que, segundo um folheto escrito, em 1860, por Mendes Leal, estava sempre aberta e nela se podia adorar uma imagem de Nossa Senhora do Monte bem como a cadeira de São Gens, muito procurada pelos devotos, "para que os livrasse de suas enfermidades e dores".

O miradouro da Senhora do Monte é um prolongamento para o exterior da capela com uma marca cristã em Lisboa, sendo apresentado como um "sítio que denominavam de São Gens, [...] era muito respeitado pelo povo que o considerava sagrado, por ser ali que, segundo a tradição, o Santo prelado [São Gens], sentado na sua cadeira nos primeiros tempos do christianismo, tanto tinha pregado a lei do Crucificado [...]" onde, ainda antes da construção da capela, já existia o culto da "cadeira daquele bispo" mártir instalada "sob um alpendre" (Leal, 1860).

No século XIII, uma devota de São Gens oferece os terrenos que constituíam o cabeço do monte aos frades agostinhos e ali foi construída uma nova casa e ermida, edificada no ano de 1243. Tanto a capela como a cadeira ficaram a cargo da Irmandade de São Gens, constituída na época para esse efeito. Os frades agostinhos recuperam em 1306 a posse da ermida, ficando esta a ser governada por um capelão do Convento da Graça (Castro, 1763).

Com o terramoto de 1755 o edifício ficou completamente arruinado, e a atual ermida foi reconstruída em 1796 (projeto de Honorato José Teixeira). A ermida é constituída por uma nave única barroca, com a imagem de Nossa Senhora do Monte, Santo Agostinho e São Gens. Destaca-se também a célebre cadeira de São Gens, talhada na rocha e revestida a mármore e ainda um Cristo em marfim indo-português e um presépio com peças datadas dos séculos XVIII e XIX . A capelinha é ainda hoje local de peregrinação de mulheres grávidas para se sentarem na cadeira de São Gens e com isso garantirem uma "boa e curta hora" e um parto bem-sucedido. Um obelisco em frente da igreja tem a data de 1668 e inscrições que atestam a sua história antiga (Guia de Portugal, 1979).

Os frades agostinhos plantaram árvores no largo do monte, em frente da capela, e colocaram bancos, criando um espaço ajardinado referido por Mendes Leal em 1815 – "plantaram no largo o arvoredo que ali se vê, para deleite dos habitantes, e commodo dos devotos [...]", estas árvores poderão ser as que aparecem na primeira fotografia que temos do miradouro da Senhora do Monte.



MSM02



MSM03



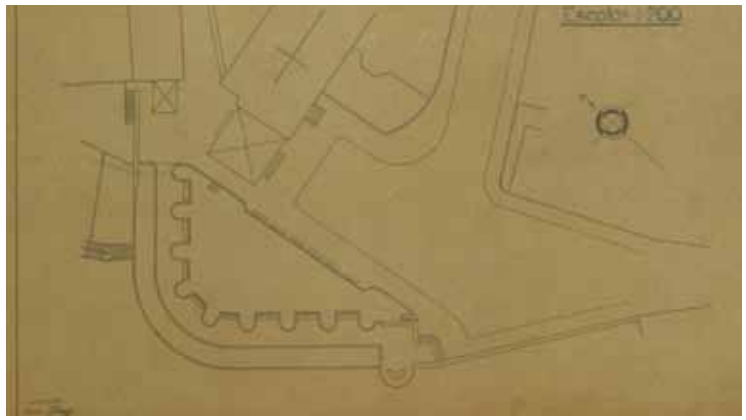
MSM04



MSM05



MSM06



MSM07

Além dos pinheiros-mansos, que são a marca dos miradouros desta encosta e que oferecem ao visitante sombra e bem-estar, há ainda ciprestes e oliveiras muito antigas a pontuar o canteiro triangular deixado como marca da vontade de regenerar o espaço público que ocorreu nos anos 40 do século XX.

A planta de 1943 do miradouro, existente na Câmara Municipal de Lisboa, apresenta um traçado para o miradouro, definindo um grande canteiro em triângulo, rodeado de bancos encaixados em recantos de vegetação. Os bancos em madeira, com costas, muito cómodos eram belíssimos exemplares de mobiliário urbano do princípio do século XX e que infelizmente foram retirados no século XXI.

O miradouro enche-se de turistas e estudantes ao pôr do sol, quando a luz dourada se reflete nos edifícios brancos da velha Lisboa e do lado de lá da Baixa Pombalina, a colina de São Roque aparece em silhueta com as ruínas do Convento do Carmo até à Lisboa contemporânea, para norte. Em 1962, foi colocado um painel de azulejos com uma panorâmica da cidade com referência aos pontos notáveis da cidade. Nos anos 80 do século XX, é colocada no miradouro junto à capela uma imagem de Nossa Senhora de Fátima e, numa parede lateral da capela, azulejos evocam os Descobrimentos portugueses e desejam "Boa viagem. Lisboa espera por ti" (Castel-Branco, 2014).

O miradouro, bem como grande parte da encosta, encontra-se incluído na área de proteção da capela de Nossa Senhora do Monte, considerada imóvel de interesse público.

Legendas das imagens

MSM01 – Miradouro da Nossa Senhora do Monte com o Castelo de São Jorge e o Tejo ao fundo. 2017. Fotografia. © Ana Raquel Cunha.

MSM02 – Guilherme Joaquim Pais Meneses. Extrato da Planta da cidade de Lisboa... (em destaque a área do atual Miradouro da Nossa Senhora do Monte). 1761. Lisboa: Litografia de Portugal. © AML, Lisboa.

MSM03 – Filipe Folque (dir.). Extrato do Atlas da Carta Topográfica de Lisboa (em destaque a área do atual Miradouro da Nossa Senhora do Monte). 1856/1858. Levantamento por Filipe Folque, Carlos Pezerat, Francisco Goullard e César Goullard. Original, planta colorida. Escala [1:1000]. Lisboa: [s.n.]. © AML, Lisboa.

MSM04 – Silva Pinto (dir.). Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Miradouro da Nossa Senhora do Monte). 1904/1911. Levantamento por Silva Pinto e Alberto de Sá Correia, desenho de Raul Torres. Escala [1:5 000]. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

MSM05 – Paulo Guedes. Sobreiros no miradouro da Senhora do Monte. [19--.). Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/PAG/000193]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

MSM06 – Amadeu Ferrari. [Panorâmica de Lisboa tirada do miradouro da Senhora do Monte sobre a encosta do Castelo, zona do Martim Moniz e rio Tejo]. [194-]. Fotografia. [PT/AMLSB/FER/000004]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

MSM07 – [Planta do miradouro do Monte]. 10/04/1943. Desenho. [PT/AMLSB/CMLSB/UROB-OM/19/98/01; Fólio 1]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

MSM08 – Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Miradouro da Nossa Senhora do Monte). 1950. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

MSM09 – Extrato da Fotografia Aérea da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Miradouro da Nossa Senhora do Monte). 1938/1948. Voo SPLAL, folha n.º 431, preto e branco. Lisboa: IGEOE. © IGEOE, Lisboa.

MSM10 – IGEOE. Extrato da Ortofotomapa da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Miradouro da Nossa Senhora do Monte). 2011. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © IGEOE, Lisboa.



MSM08



MSM09



MSM10

MIRADOURO DE NOSSA SENHORA DA PENHA DE FRANÇA

Latitude e longitude I 38.73085,-9.131639
Freguesia de Lisboa I Penha de França
Nº Inventário I 32MPF
Número de árvores I 12
Número de espécies de árvores I 5
Árvores classificadas ICNF I -
Miradouro I Ermida: 1597, Miradouro: 1958
Proteção legal I Convento de Nossa Senhora da Penha de França, MIP - Monumento de Interesse Público, Portaria n.º 414/2017 , DR n.º 221/2017, 2.ª série, 16 novembro de 2017
Área do jardim I 0,2 hectares

Autor I Cristina Castel-Branco


MPF01

De Monsanto e de toda a cidade se vê o Alto da Penha de França por ser o segundo mais alto ponto da cidade de Lisboa à cota 110. Os acessos são íngremes por encostas declivosas e esta circunstância fez com que até aos anos 60 do século XX não se tenha construído nada nesta colina de Lisboa, deixando só os olivais e os caminhos serpenteantes chegar até à igreja e convento no cimo do monte.

A ermida original foi construída, em 1597, para cumprir uma promessa do escultor (estatuário) António Simões, que conseguiu escapar da batalha de Alcácer Quibir e para ela esculpiu a imagem da Nossa Senhora da Penha de França, invocação originária da província de Salamanca. Durante a peste de 1599, esta imagem ganhou fama de milagreira e logo a ela se juntou a irmandade de fidalgos marinheiros "porque a imagem salvara então da peste uma equipagem de nau". Estes, em agradecimento iniciaram uma procissão conhecida por Procissão do Ferrolho, pois batiam às portas por onde passavam para atrair mais gente ao desfile religioso que percorria a cidade.

As promessas dos marinheiros à Nossa Senhora da Penha de França, que se destacava de longe a partir do Tejo, vendo-se bem das caravelas que regressavam com sucesso, levava a que, ao desembarcar, se dirigissem os marinheiros, antes de tudo o mais, colina acima, para agradecerem por terem voltado das arriscadas viagens pelos oceanos. Os ex-votos expostos na sacristia atestam esta situação de fervor dos marinheiros que combinava a visibilidade do monte com a crença religiosa e a tradição que atribuía milagres à Senhora da Penha de França.

Em 1603, os frades agostinhos instalados ali perto no Convento de Nossa Senhora da Graça receberam a ermida e ali mandaram construir um convento e depois uma igreja sob traça do arquiteto do rei, Teodósio de Frias (1555-1634). Desta construção restam alguns elementos salvos do desabar da igreja durante o Terramoto de 1755, mas a reconstrução foi iniciada logo em 1756 pela traça de Manuel Caetano de Sousa (1742-1802), com o empenho dos marinheiros da nau Nossa Senhora da Ajuda e graças ao interesse do último marquês de Marialva.

Durante o século XIX, o convento foi sendo ocupado pelas tropas francesas e, depois da abolição das ordens religiosas, o Ministério da Guerra passou a tutelar esta construção, alterando-lhe a função religiosa.


MPF02


MPF03


MPF04



MPF05



MPF06



MPF07

O século XX alterou totalmente o carácter religioso do pequeno planalto que circundava a igreja como local de acesso, de descanso e de oração, onde um chafariz público partilhava o espaço com a casa dos peregrinos. Entre 1929 e 1932, esta última foi destruída e no seu lugar é instalado um enorme reservatório de água que ocupa toda a vista e faz perder por completo o carácter sagrado do lugar. Em 1937, é criada a paróquia de Nossa Senhora da Penha de França com a responsabilidade da igreja e no convento instalou-se o Comando Geral da Polícia de Segurança Publica.

Os desenhos do arquiteto urbanista Faria da Costa (1906-1971), datados de 1958, para o *Estudo de Arranjo do Miradouro da Penha de França* e a sua memória descritiva reportam as decisões que levaram à urbanização total que a partir desta data sofreu toda a colina da Penha de França. "Toda esta zona, pela sua muito grande inclinação e de terreno difícil, impôs fortes cotas de trabalho e altos muros de suporte. É em última análise uma zona de arranjo particularmente difícil e bastante onerosa", e a memória explica a necessidade de construir edifícios para compensar os arranjos e os acessos ao miradouro.

Hoje, para se ver o painel de azulejos no tardoz da igreja que conta a lenda do milagre, há que passar por um gradeamento em caminho apertado contra o gigantesco depósito de água que rouba também todo o espaço ao miradouro. Apesar da soberba vista para todos os quadrantes, o miradouro de Nossa Senhora da Penha de França é hoje formado por um muro irregular, duas oliveiras, uma alfarrobeira antiga, dois bancos e um traçado pobre e exíguo que não faz justiça à longa história e beleza do local.

Legendas das imagens

MPF01 – Lisboa, vista do Miradouro da Penha de França, com Monsanto ao fundo. 2021. Fotografia. © Ana Raquel Cunha.

MPF02 – Franco D. Milcent. Extrato do Plano geral da cidade de Lisboa em 1785 (em destaque a área do atual Miradouro da Penha de França). 1785. Litografia. Lisboa: Litografia de Portugal. © AML, Lisboa.

MPF03 – Filipe Folque (dir.). Extrato do Atlas da Carta Topográfica de Lisboa (em destaque a área do atual Miradouro da Penha de França). 1856-1858. Levantamento por Filipe Folque, Carlos Pezerat, Francisco Goullard e César Goullard. Original, planta colorida. Escala [1:1000]. Lisboa: [s.n.]. © AML, Lisboa.

MPF04 – Silva Pinto (dir.). Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Miradouro da Penha de França). 1904-1911. Levantamento por Silva Pinto e Alberto de Sá Correia, desenho de Raul Torres. Escala [1:5 000]. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

MPF05 – Panorâmica da Penha de França. [entre 1900 e 1945]. Desenho de A. Pedroso, reprodução de J. Bárcia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/BAR/000895]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

MPF06 – José Artur Leitão Bárcia. Penha de França, vista da Almirante Reis. [entre 1890 e 1945]. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/BAR/000179]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

MPF07 – O Tejo visto do Miradouro da Penha de França, Lisboa. 2017. Fotografia. © Jorge Sousa.

MPF08 – Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Miradouro da Penha de França). 1950. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

MPF09 – Extrato da Fotografia Aérea da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Miradouro da Penha de França). 1938-1948. Voo SPLAL, folha n.º 431, preto e branco. Lisboa: IGEOE. © IGEOE, Lisboa.

MPF10 – IGEOE. Extrato da Ortofotomapa da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Miradouro da Penha de França). 2011. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © IGEOE, Lisboa.



MPF08



MPF09



MPF10

MIRADOURO DE SANTA LUZIA

Latitude e longitude I 38.71132, -9.130487
Freguesia de Lisboa I Santa Maria Maior
Nº Inventário I 33MSL
Número de árvores I 7
Número de espécies de árvores I 6
Árvores classificadas ICNF I -
Miradouro I sem data precisa
Proteção legal I Incluído na Zona de Proteção do Castelo de São Jorge e restos das cercas de Lisboa (v. IPA.00003128)/Parcialmente incluído na Zona de Proteção da Igreja Paroquial de Santiago (v. IPA.00003998) e na Zona de Proteção da Igreja de Santa Luzia (v. IPA.00003123)
Área do jardim I 0,2 hectares

Autor I Cristina Castel-Branco



MSL01

Na imagem de Lisboa renascentista de Braunio, a Igreja de Santa Luzia é visível e identifica-se na legenda como Templo de São Braz e Santa Luzia (Braunio, 1593). Junto a ela um terreiro virado para o Tejo parece, já nessa imagem do século XVI, ser um miradouro. É a área de Alfama a que Júlio de Castilho atribui uma genealogia árabe: "No anno [...] de 755 de Christo, subiu ao poder o emir Abd-er-Rahman. Sabe-se que em 784 percorreu os seus domínios, visitando Santarém, Lisboa, Porto, Coimbra, Braga, e outras terras; e que em todas ellas ordenou se erigissem aljamas e mesquitas, para o que se destinou uma parte dos rendimentos das comarcas attinentes a cada cidade (Conde, 1844). [...] conjectura muito sagazmente o sr. Mendes Leal (Leal, 1868, p. 177/8) [...] que póde talvez atribuir-se ao poderoso pulso de Abd-er-Rahman a edificação, ou talvez a restauração, da mesquita maior (a nossa actual sé). Quanto à aljama, que era como o paço do concelho do systema politico-religioso dos sarracenos (Leal, 1868, 164), julga o sr. Mendes Leal possível e provável, que essa edificação de Abd-er-Rahman comunicasse o nome ao sítio Alfama (pelo *j* guttural, moirisco e castelhano, convertido vulgarmente no nosso *f*).

A aljama, observa o sr. Mendes Leal, costumava ficar nas "immediações da mesquita maior, quando não communicava com ella ou d´ella fazia parte. O bairro contiguo à Sé ainda hoje, com leve alteração, se chama Alfama, nome que muito bem podia herdar transmittido da casa consistorial da cidade arabe". É versão muito provável para aceitar (Castilho, 1884, p. 159).

O patamar alargado na encosta declivosa de Alfama, no seguimento direto da Sé e permitindo desde cedo a presença do miradouro e da igreja, poderá ter sido o local de implantação da aljama, deixando à toponímia o papel de lembrar a história de Lisboa e a conversão dos espaços em templos e usos cristãos. De facto, o miradouro de Santa Luzia assim como a encosta de Alfama e do castelo são um palimpsesto da história de Lisboa com vestígios desde os romanos até aos usos turísticos de hoje. O miradouro de Santa Luzia manteve a sua função ao longo de cinco séculos, sempre virado para o Tejo, sempre desimpedido para uma vista sobre o estuário, a serra da Arrábida e Palmela. Fotografias de arquivo registam os usos vários do miradouro para passeio, biblioteca pública ao ar livre e descanso nos bancos a ver a vista.

Tal como existe hoje, o miradouro é formado por dois patamares a sul da Igreja de Santa Luzia e uma terceira parte do miradouro desenvolve-se a nascente da igreja num terreiro com gradeamento, pavimento e dois ciprestes. Uma pérgula extensa remata o muro sul enquadrando a vista entre colunas e traves superiores e, no patamar de baixo, ocupa o centro um grande espelho de água e pavimento em redor.

No patamar de cima, diz-nos José Augusto França que "ao fim da década [de 20 no século XX] seria homenageado Júlio de Castilho no miradouro de Santa. Luzia, debruçado sobre a cidade cuja história tanto estudara" (França, 2008, p. 67). A estátua de Júlio Castilho dá o centro a um desenho de canteiros do século XIX recortado a buxo, limitando canteiros de flores. As árvores são quase inexistentes, e namoradeiras encaixam no muro que



MSL02



MSL03



MSL04



MSL05



MSL06



MSL07

suporta a pérgula com trepadeiras de buganvília.

Um bar e esplanada encostam-se à parede que define a diferença de cota entre o patamar superior e o inferior, criando sombra com sombrinhas e toldos, sempre batidos pelo vento.

No levantamento da vegetação de 2010, é referida uma *Phytolaca dioica*, que, apesar de parecer ser árvore, não o é, bem como uns arbustos de espécies resistentes, sendo de referir o *Eonymus, Viburnum, e Hibiscus* e cinco choupos. De facto, confirma-se *in loco* que há falta do conforto da sombra de grandes árvores para um espaço tão estratégico de estada e vista.

Num projeto dos anos 60 do século XX, esta falta é corrigida e reformulado todo o espaço, dando-lhe mais sombra e conforto, através da plantação de grandes árvores, conforme se vê no desenho assinado por Gonçalo Ribeiro Telles e mantido no arquivo da câmara. Bancos encaixados em sebes sob três grandes ulmeiros são distribuídos no patamar inferior, a estátua é transferida para o espaço entre patamares onde Ribeiro Telles propõe uma pimenteira e um *Ficus benjamina*. Um conjunto de dois plátanos e uma oliveira ocupam o patamar superior. Na parte nascente, a solução de bancos, sebe e árvores repete-se agora com grandes lódãos e uma palmeira.

A implementação do projeto de Ribeiro Telles que nunca chegou a ser posto em obra merecia ser considerada não só pela melhoria que traria ao espaço como pela homenagem que merece este paisagista que durante 70 anos se dedicou à defesa do ambiente e da beleza na cidade de Lisboa.

Legendas das imagens

MSL01 – Perspetiva do Miradouro de Santa Luzia, Lisboa. 2017. Fotografia. © Jorge Sousa.

MSL02 – João Nunes Tinoco. Extrato da Planta da cidade de Lisboa... (em destaque a área do atual Miradouro de Santa Luzia). 1853 [1650]. Litografia de 1853, cópia do original de 1650. Escala original [c. 1:3000], mil palmos = [7,25 cm]. Lisboa: Impressa Nacional. © AML, Lisboa.

MSL03 – Filipe Folque (dir.). Extrato do Atlas da Carta Topográfica de Lisboa (em destaque a área do atual Miradouro de Santa Luzia). 1856-1858. Levantamento por Filipe Folque, Carlos Pezerat, Francisco Goullard e César Goullard. Original, planta colorida. Escala [1:1000]. Lisboa: [s.n.]. © AML, Lisboa.

MSL04 – Silva Pinto (dir.). Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Miradouro de Santa Luzia). 1904-1911. Levantamento por Silva Pinto e Alberto de Sá Correia, desenho de Raul Torres. Escala [1:5 000]. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

MSL05 – Miradouro de Santa Luzia, panorâmica sobre o Tejo e Santo Estêvão [s.d.]. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/ACU/002523]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

MSL06 – Horácio Novais. Miradouro de Santa Luzia, Biblioteca Municipal ao ar livre. [194-]. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/HNV/000033]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

MSL07 – Turistas no Miradouro de Santa Luzia com o Tejo como pano de fundo. 2017. Fotografia. © Jorge Sousa.

MSL08 – Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Miradouro de Santa Luzia). 1950. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

MSL09 – Extrato da Fotografia Aérea da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Miradouro de Santa Luzia). 1938-1948. Voo SPLAL, folha n.º 431, preto e branco. Lisboa: IGEOE. © IGEOE, Lisboa.

MSL10 – IGEOE. Extrato da Ortofotomapa da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Miradouro de Santa Luzia). 2011. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © IGEOE, Lisboa.



MSL08



MSL09



MSL10

MIRADOURO DO ALTO DE SANTA CATARINA

Latitude e longitude I 38.70953, -9.147678
Freguesia de Lisboa I Misericórdia
Nº Inventário I 04ASC
Número de árvores I 18
Número de espécies de árvores I 7
Árvores classificadas ICNF I -
Miradouro I 1878
Proteção legal I Incluído na Zona Especial de Proteção do Bairro Alto e imóveis classificados na área envolvente.
Área do jardim I 0,1 hectares
Autor I Cristina Castel-Branco


ASC01

No livro Lisboa: História Física e Moral de José Augusto França (França, 2008) o Alto de Catarina é citado frequentemente na sua privilegiada localização, entre o Chiado, o Bairro Alto e o elevador da Bica e caindo a pique sobre a margem do rio Tejo. São neste livro descritos acontecimentos vários que moldaram esta área da cidade, "Em julho de 1597 um grande tremor de terra trouxe graves efeitos ao alto de Santa Catarina, abatendo terrenos e abrindo enorme falha, dita da Bica" (França, 2008, p. 225) e as fases de crescimento da cidade com a construção de palácios e igrejas que foram conformando o espaço do miradouro de Santa Catarina. Descrevendo um painel de azulejos que retrata Lisboa, o mesmo autor detalha o que vê pintado nesta área: " O convento dos Caetanos, os Inglesinhos e, abaixo, o palácio meio construído dos Teles da Silva (que seria dito Olhão) ao Combro, e o monte de Sta. Catarina com a sua igreja e a das Chagas, sucedem-se, com a falha dita da Bica ao lado" (França, 2008, p. 317).

Chega-se hoje a Santa Catarina a pé, com o eléctrico 28 que passa no Chiado, ou subindo pelo Elevador da Bica, e percorrendo a Rua Marechal Saldanha, o miradouro é hoje muito visitado para apreciar a vista sobre o Tejo e sobre os telhados da zona baixa do Cais de Sodré e apercebemo-nos da atração que Santa Catarina sempre suscitou pela beleza da extensão verde, azul do rio, o perfil de Almada, e a margem Sul até à Arrábida.

Referindo-se à série de jardins românticos que foram dados a Lisboa no século XIX, França comenta: " Também o Alto de Santa Catarina teve ajardinamento em 1878, coroando esse sítio privilegiado da urbe" (França, 2008, p. 592). A referência ao miradouro como espaço público, tratado para a visita começa no ano de 1923 numa imagem em tela não assinada, e em 1927 é inaugurada a escultura de Júlio Vaz Júnior representando o Adamastor e relembrando a coragem dos portugueses que saíam dali, do estuário do Tejo e foram abrindo e registando os caminhos dos Oceanos. É ali feita homenagem à caravela vencedora de Gil Eanes, que em 1433 atravessou o Cabo Bojador até então intransponível, abrindo a rota para o Oriente.

Em 2013 depois de uma intervenção de traça contemporânea o miradouro reabre ao público com uma intervenção contemporânea e a assinatura da equipa da PROAP, redefinindo-se uma praceta pavimentada, onde a estátua do Adamastor ocupa uma posição dominante sobre um relvado em que a modelação de terreno acentua o dramatismo da estátua. O remate dos pavimentos é reforçado por grandes blocos de pedra em linhas irregulares que servem tanto para a contenção das terras como de bancos. Neste desenho foram bem aproveitados os lódãos-bastardos (*Celtis astraulis*) e os jacarandás (*Jacaranda mimosifolia*) que criam uma sombra confortável


ASC02


ASC03


ASC04

adequada para apreciarmos o Tejo, sentados nas mesas do quiosque ou nos bancos. O miradouro é muito concorrido por turistas e jovens e à noite, os frequentadores dos bares do Bairro Alto descem até a este ponto aberto sobre a cidade e o Tejo para aqui continuar a gozar a animação de Lisboa e o ar fresco que vem do rio (Castel-Branco, 2014, pp. 130-135).



ASC05



ASC06



ASC07



ASC08



ASC09



ASC10

Legendas das imagens

ASC01 – Panorâmico com o Miradouro do Alto de Santa Catarina em pano de fundo. 2010. Fotografia. © António Sacchetti.

ASC02 – Franco D. Milcent. Extrato do Plano geral da cidade de Lisboa em 1785 (em destaque a área do atual Miradouro do Alto de Santa Catarina). 1785. Litografia. Lisboa: Litografia de Portugal. © AML, Lisboa.

ASC03 – Filipe Folque (dir.). Extrato do Atlas da Carta Topográfica de Lisboa (em destaque a área do atual Miradouro do Alto de Santa Catarina). 1856-1858. Levantamento por Filipe Folque, Carlos Pezerat, Francisco Goullard e César Goullard. Original, planta colorida. Escala [1:1000]. Lisboa: [s.n.]. © AML, Lisboa.

ASC04 – Silva Pinto (dir.). Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Miradouro do Alto de Santa Catarina). 1904-1911. Levantamento por Silva Pinto e Alberto de Sá Correia, desenho de Raul Torres. Escala [1:5 000]. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

ASC05 – Fernando de Jesus Matias. Estátua do Adamastor no miradouro de Santa Catarina. 1959. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/FJM/000016]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

ASC06 – Fernando de Jesus Matias. Estátua do Adamastor no miradouro de Santa Catarina. 1959. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/FJM/000018]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

ASC07 – Armando Maia Serôdio. Panorâmica de Lisboa, tirada do Alto de Santa Catarina. 1965. Fotografia. [PT/AMLSB/SER/I03188]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

ASC08 – Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Miradouro do Alto de Santa Catarina). 1950. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

ASC09 – Extrato da Fotografia Aérea da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Miradouro do Alto de Santa Catarina). 1938-1948. Voo SPLAL, folha n.º 431, preto e branco. Lisboa: IGEOE. © IGEOE, Lisboa.

ASC10 – IGEOE. Extrato da Ortofotomapa da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Miradouro do Alto de Santa Catarina). 2011. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © IGEOE, Lisboa.

MIRADOURO DO MONTE AGUDO

Latitude e longitude I 38.72622, -9.13156
Freguesia de Lisboa I Arroios
Nº Inventário I 34MMA
Número de árvores I 182
Número de espécies de árvores I 26
Árvores classificadas ICNF I -
Miradouro I 1952
Proteção legal I -
Área do jardim I 1,2 hectares

Autor I Cristina Castel-Branco



MMA01

Para a história do miradouro do Monte Agudo foram analisados os documentos do arquivo da Câmara Municipal de Lisboa nos quais surge a "Fase experimental de fixação do talude da encosta do Monte Agudo", fazendo parte dum processo complexo de construção do miradouro devido à grande inclinação do talude natural do terreno. Acima do talude projetava-se o miradouro com uma área plana que exigia um tratamento de contenção do talude. Manuel de Azevedo Coutinho assina o documento, em 1952, como engenheiro agrónomo com o curso de Arquitetura Paisagista e apresenta medições para orçamento inscrevendo 1500 estacas de 1,20 m, uma área de valas de 150 m^2, uma paliçada de 30 metros a construir no sopé da encosta para evitar o deslizamento dos terrenos numa área de intervenção de 900 m^2.

Azevedo Coutinho é o primeiro arquiteto paisagista a formar-se em 1948 no novo curso do Instituto Superior de Agronomia, introduzido por Francisco Caldeira Cabral e, de facto, a participação de arquitetos paisagistas na equipa técnica da 3.ª Repartição responsável pela Arborização e Jardinagem da Câmara Municipal de Lisboa irá profissionalizar o desenho dos espaços novos, aliando a preocupação estética à sabedoria de manusear os elementos naturais em espaço exterior e utilizando soluções (hoje designadas por NBS − *Nature Based Solutions*) capazes de intervir em segurança na paisagem.

É assim que nos deparamos com a Memória Justificativa da drenagem da encosta da Praça do Ultramar, logo abaixo do miradouro, assinada, em janeiro de 1951, por Gonçalo Ribeiro Telles, acabado de se formar em 1950. Nela propõe a solução para conter a erosão da encosta, uma vez que "tornou-se indispensável elaborar um esquema de drenagem da encosta [...], a consolidação total da encosta só será possível com o seu completo revestimento pelos diferentes andares de vegetação (herbáceo, subarbustivo e arbóreo), mas para que se obtenham as condições mínimas de plantação necessita-se de assegurar um sistema de drenagem que se oponha durante as enxurradas de inverno ao arrastamento total das camadas superficiais do solo" (Ribeiro Telles, 1951). A armação do terreno com estacas e valas que precedeu as plantações permitiu um sucesso hoje ainda bem visível na encosta muito declivosa onde assenta o miradouro.

Graças a estes documentos datados, o miradouro do Monte Agudo identifica-se como um dos primeiros trabalhos de arquitetura paisagista em espaço público de Lisboa, na sua plena abrangência profissional; a capacidade de alterar os ecossistemas naturais respeitando os processos que sobre eles atuam e preparando em simultâneo o espaço para acolher a presença humana com conforto, segurança e beleza.



MMA02



MMA03



MMA04



MMA05



MMA06



MMA07

O Plano Geral e os cortes que nos chegaram como Projeto de Arborização e Ajardinamento da encosta da Praça do Ultramar − hoje chamada praça das Novas Nações −, desenhados a grafite e tinta da China por Ribeiro Telles, contêm não só o miradouro, mas toda a encosta. Neles se identificam o caminho largo que contorna a Escola Luísa de Gusmão e desemboca na pérgula de pedra constituída por colunas, azulejos e barrotes de madeira onde se encaixam bancos virados para a vista da cidade e do Tejo. Pormenor paisagístico de grande qualidade é o canteiro atrás dos bancos, onde se previa que trepadeiras subissem apoiadas nas colunas e se estendessem sobre os barrotes, oferecendo sombra sobre os bancos.

Na fotografia de 1962, no conjunto da encosta e miradouro vê-se uma área bem plantada de ciprestes e pinheiros-mansos que, entretanto, cresceram e formam uma mancha verde com impacto na paisagem quando se olha das encostas de poente. A qualidade desta obra dos primórdios da arquitetura paisagista na cidade de Lisboa também se identifica pelos pormenores; um murete em pedra acompanha de cada lado toda plataforma de cinco metros que se alarga para criar a pérgula. Esse murete usado como banco é também o muro de suporte final do talude que separa o miradouro da área de recreio da escola a nascente e tem uso como banco onde ao fim da tarde os lisboetas gozam a luz dourada sobre a cidade.

Atualmente um quiosque em contentor veio animar o espaço com cadeiras e mesas, e o caminho que leva à escadaria de saída para o nível de baixo da Praça do Ultramar tem agora um portão informando que a hora da abertura deste espaço de sossego e beleza abre às 8h e encerra às 21h.

Legendas das imagens

MMA01 – Miradouro do Monte Agudo, Lisboa. 2017. Fotografia. © Jorge Sousa.

MMA02 – Extrato da Planta topográfica da cidade de Lisboa... (em destaque a área do atual Miradouro do Monte Agudo). 1949 [1780]. Planta n.º 4. Litografia colorida. Lisboa: Litografia de Portugal. © AML, Lisboa.

MMA03 – Filipe Folque (dir.). Extrato do Atlas da Carta Topográfica de Lisboa (em destaque a área do atual Miradouro do Monte Agudo). 1856-1858. Levantamento por Filipe Folque, Carlos Pezerat, Francisco Goullard e César Goullard. Original, planta colorida. Escala [1:1000]. Lisboa: [s.n.]. © AML, Lisboa.

MMA04 – Silva Pinto (dir.). Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Miradouro do Monte Agudo). 1904-1911. Levantamento por Silva Pinto e Alberto de Sá Correia, desenho de Raul Torres. Escala [1:5 000]. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

MMA05 – Gonçalo Ribeiro Telles. [Projecto de arborização e ajardinamento da encosta da Praça do Ultramar, perfis e esquemas]. 1950. Desenho. [PT/AMLSB/CMLSB/UROB-OM/19/14/03; Fólio 1]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

MMA06 – Armando Serôdio. [Miradouro do Monte Agudo]. 1962. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/SER/005362]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

MMA07 – Armando Serôdio. [Miradouro do Monte Agudo]. 1962. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/SER/005364]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

MMA08 – Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Miradouro do Monte Agudo). 1950. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

MMA09 – Extrato da Fotografia Aérea da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Miradouro do Monte Agudo). 1938-1948. Voo SPLAL, folha n.º 431, preto e branco. Lisboa: IGEOE. © IGEOE, Lisboa.

MMA10 – IGEOE. Extrato da Ortofotomapa da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Miradouro do Monte Agudo). 2011. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © IGEOE, Lisboa.



MMA08



MMA09



MMA10





Descubra as árvores dos Parques aqui

VII.6. PARQUES

PARQUE BOTÂNICO DO MONTEIRO-MOR

Latitude e longitude I 38.77589, -9.167318

Freguesia de Lisboa I Lumiar

Nº Inventário I 47PMM

Número de árvores I 218
(inclui jardim na mata as espécies só foram listadas)

Número de espécies de árvores I 84

Árvores classificadas ICNF I 218 (inclui levantamento do jardim e na mata as espécies só foram listadas)

Parque (Quinta de Recreio) I século XVIII

Proteção legal I O Paço do Lumiar, onde está inserido este parque, está classificado desde 2012 como Conjunto de Interesse Público (Portaria n.º 644/2012, DR, de 2.ª série, n.º 212, de 2-11-2012) e ZEP (Portaria n.º 740-DZ/2012, DR, 2.ª série, n.º 248 (suplemento), de 24-12-2012).

Área do jardim I 11 hectares

Autores I Joana Fournier, Ana Luísa Soares e Sónia Talhé Azambuja



PMM01

O Parque do Monteiro-Mor localiza-se na freguesia do Lumiar, em Lisboa, e integra na sua área o Museu Nacional do Traje e o Museu Nacional do Teatro, que foram instalados no antigo Palácio Monteiro-Mor, que data do século XVIII. A designação, atribuída desde o início do século XVIII, justifica-se por ali terem vivido dois Monteiros-Mor. Este parque, inserido no núcleo histórico do Paço do Lumiar, constitui um exemplo da quinta de recreio portuguesa do século XVIII, onde o palácio se relaciona com o jardim, incluindo lagos e cascatas (num total de três hectares), uma zona de horta e pomar (um hectare) e uma mata (com sete hectares).

A construção do parque foi faseada ao longo de distintas épocas e estilos, destacando-se duas fases referentes à sua construção.

A primeira, relativa à época em que a quinta pertencia ao terceiro marquês de Angeja, D. Pedro José de Noronha Camões de Albuquerque Moniz de Sousa (1716-1788), que adquiriu a quinta no último quartel do século XVIII e mandou construir o palácio, edifício que perdura até aos dias de hoje. A segunda fase deve-se ao primeiro duque de Palmela, D. Pedro de Sousa Holstein (1781-1850), então primeiro-ministro de Portugal, que adquiriu a propriedade em 1840. Da primeira fase de construção, com influência do naturalista Domingos Vandelli (1735-1816) também responsável pela conceção do Jardim Botânico da Ajuda, são de referir os diferentes patamares ajardinados, que imprimem o carácter emblemático deste jardim, assim como os elementos de água, como o lago do leão, de influência italiana. Na segunda fase de construção o duque de Palmela, muito viajado e com conhecimento de muitos dos mais relevantes jardins europeus, reconhece o potencial da quinta e quer aí instalar um jardim à semelhança dos que visitara. Para tal convida o botânico e horticultor suíço John Rosenfelder (1803-1844), que havia trabalhado no Jardin des Plantes em Paris, e que conferiu à quinta um estilo romântico à inglesa. Desta época são de destacar elementos como a cascata, o lago irregular, os relvados e os caminhos sinuosos, assim como a plantação de um rico elenco florístico (Câncio, 1953; *Revista Universal Lisbonense*, 1844; Viterbo, 1906). Em 1844, após a morte de Rosenfelder, é desafiado o médico e reconhecido botânico vienense Friedrick Welwitsch (1806-1872), que foi o responsável por enriquecer o jardim com várias espécies exóticas trazidas de Inglaterra. Manteve o cargo da direção deste parque até 1853, ano em que é convidado pelo governo português para viajar para Angola para estudar a vegetação natural nativa (Dolezal, 1974; Viterbo, 1906). Com a saída de Welwitsch, chega ao Lumiar Jacob Weiss (1815–1898), que, à semelhança de Rosenfelder, vinha do Jardin des Plantes de Paris. Este jardineiro esteve à frente dos jardins cerca de 30 anos e estabeleceu uma



PMM02



PMM03



PMM04



PMM05



PMM06



PMM07

notável coleção de palmeiras e begónias. Quase a chegar ao século XX, em 1887, José Baptista Possidónio, discípulo de Jacob Weiss, é o principal jardineiro da quinta da Casa Palmela, ficando no Lumiar até 1912 (Loureiro, 1870; Teixeira, 2005; Viterbo, 1906).

No levantamento cartográfico de Lisboa de 1911, elaborado por Silva Pinto, é visível uma rede de caminhos complexa, com diversos percursos sinuosos ao longo de todo o parque, e os patamares ajardinados com canteiros bem definidos e o pormenor do seu desenho. Ao analisar a cartografia de 1950 e 1970 e a fotografia aérea da década de 60 do século XX, são visíveis os campos de cultura e hortas, na zona norte do parque e também na zona a este, bem como vegetação muito densa junto à linha de água e na encosta sul, onde os declives são mais acentuados.

Esta quinta foi passando de geração em geração até que, em fevereiro de 1976, a propriedade é comprada pela Estado Português, que rapidamente iniciou os trabalhos de recuperação pela mão do engenheiro silvicultor Luís Filipe Sousa Lara (1923-2014). Em julho de 1977, dá-se abertura ao público tanto do Museu do Traje como do Parque Botânico. Entre 1983 e 1987, foram plantados bosquetes de sobreiros, pinheiros, plátanos, choupos, entre outras. (Lara,1984). Entretanto, no ano de 1985, foi criado, no palácio do Monteiro-Mor, o Museu do Teatro, após recuperação do edifício que tinha sido alvo de um grande incêndio alguns anos antes.

Esta quinta é reconhecida pela sua importante coleção botânica, com espécies autóctones e exóticas, que beneficiam do microclima que ali se faz sentir. De realçar o *ex-líbris* do parque, um exemplar de porte emblemático pinheiro-de-norfolk (*Araucaria heterophylla*), o primeiro a ser plantado em Portugal continental, em 1842, e dois monumentais exemplares de plátanos (*Platanus x hispanica*) (Pinto, 2018). As primeiras araucárias a chegar a Portugal continental vieram para o Parque do Monteiro-Mor do duque de Palmela para a Tapada das Necessidades e para o Parque da Pena do rei D. Fernando II, tendo depois sido oferecidos exemplares desta espécie ao Jardim Botânico da Universidade de Coimbra (Azambuja, 2001, pp. 129-151).

O parque, atualmente com 11 hectares, situa-se numa encosta exposta a norte, onde o relevo impôs alguns condicionalismos e é atravessado por uma linha de água, que funciona como elemento estruturante e que se encontra delimitada por uma mata ribeirinha. Nesta encosta, localizam-se os edifícios do Museu Nacional do Traje e Museu Nacional do Teatro, junto ao qual podemos observar uma zona mais formal do jardim histórico, composta pelo jardim de buxo, roseiral, canteiros de plantas aromáticas e algumas espécies ornamentais. Ainda nesta encosta localiza-se o pavilhão de chá neogótico, onde se encontra instalado o restaurante do parque. Esta zona é constituída por mata e por diferentes bosquetes de pinheiros-mansos, ciprestes, sobreiros, e choupos, onde noutros tempos seriam os campos de cultivo da quinta. Ao longo de todo o parque, a presença de água é constante, quer através de tanques e lagos de variadas formas



PMM08



PMM09



PMM10



quer por cascatas, repuxos, nascente com embrechados e casa de fresco. Os patamares encontram-se suportados por altos muros que se ligam por grandes escadarias.

O Paço do Lumiar, onde está inserido este parque, foi considerado núcleo histórico pelas suas características e pelo património arquitetónico, urbanístico e paisagístico que possui, estando classificado desde 2012 como Conjunto de Interesse Público e inserido numa Zona Especial de Proteção.

Chegamos ao século XXI com o parque aberto ao público e exemplo de quinta de recreio portuguesa do século XVIII.



PMM12



PMM13



PMM14



PMM15

Legendas das imagens

PMM01 – Perspetiva atual do Parque do Monteiro-Mor. 2010. Fotografia. © António Sacchetti.

PMM02 – Carta dos Arredores de Lisboa (em destaque a área do atual Parque Monteiro-Mor). 1899 [retificada]. Folha 6, Escala original [1: 20.000]. Lisboa: Corpo do Estado-Maior. © ClGeoE, Lisboa.

PMM03 – Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Parque Monteiro-Mor). 1904-1911. Levantamento por Silva Pinto e Alberto de Sá Correia, desenho de Raul Torres. Escala [1:5 000]. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

PMM04 – Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Parque Monteiro-Mor). 1950. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

PMM05 – Parque do Monteiro-Mor. Fotografia. © António Sacchetti.

PMM06 – Parque do Monteiro-Mor. Fotografia. © António Sacchetti.

PMM07 – Parque do Monteiro-Mor. Fotografia. © António Sacchetti.

PMM08 – Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Parque Monteiro-Mor). 1970. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

PMM09 – Extrato da Fotografia Aérea da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Parque Monteiro-Mor). 1938-1948. Voo SPLAL, folha n.º 431, preto e branco. Lisboa: IGEOE. © IGEOE, Lisboa.

PMM10 – Extrato da Ortofotomapa da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Parque Monteiro-Mor). 2011. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © IGEOE, Lisboa.

PMM11 – Parque do Monteiro-Mor. 2010. Fotografia. © António Sacchetti.

PMM12 – Parque do Monteiro-Mor. 2010. Fotografia. © António Sacchetti.

PMM13 – Parque do Monteiro-Mor. 2010. Fotografia. © António Sacchetti.

PMM14 – Parque do Monteiro-Mor. 2010. Fotografia. © António Sacchetti.

PMM15 – Parque do Monteiro-Mor. 2010. Fotografia. © António Sacchetti.

PARQUE DO VALE DO SILÊNCIO

Latitude e longitude I 38.76736,-9.118624
Freguesia de Lisboa I Olivais
Nº Inventário I 49VSI
Número de árvores I 2671
Número de espécies de árvores I 48
Árvores classificadas ICNF I -
Parque I 1966-1968
Proteção legal I -
Área do jardim I 8,5 hectares

Autores I Andreia Cunha e Sónia Talhé Azambuja



VSI01

O Parque do Vale do Silêncio, parque público de Lisboa, com cerca de 8,5 hectares, situado nos Olivais, foi projetado, em 1968, pelo arquiteto paisagista Manuel de Sousa da Câmara (1929–1992). Este parque localizado nos Olivais Norte, fica numa transição entre o bairro dos Olivais Sul e o bairro da Encarnação. A envolvente claramente urbana que rodeia o parque, marcada por várias tipologias de edificado, apresenta uma grande complexidade que inclui a margem sul, o Parque das Nações (nascente), o Aeroporto de Lisboa (poente) e o rio Tejo (como enquadramento).

A morfologia do terreno patente no Vale do Silêncio, com declives descendentes no sentido norte, proporciona aos utilizadores uma situação de 'anfiteatro' e uma ampla vista sobre todo o parque. O facto de apresentar áreas contrastantes de luz e de sombra, na clareira e na orla, respetivamente, concorre para uma melhor perceção do espaço. A sombra proporciona uma vista privilegiada sobre as zonas alvo de maior incidência de luz. Em relação à envolvente paisagística que circunda o parque a nível mais local e concorre para a sua autenticidade e integridade, esta é caracterizada pela presença de ruas secundárias como a Avenida Cidade de Lourenço Marques (poente) e terciárias de referir a Rua Cidade de Nova Lisboa, (nascente) e da grande Avenida de Berlim (norte), todas com um tráfego automóvel intenso e geradoras de dinâmicas fortes.

Este parque modernista resulta da análise do lugar e da interpretação das necessidades de usos da população. Apresenta um traçado orgânico com duas áreas contrastantes entre si: uma orla densa, com uma diversidade vegetal extraordinária, e um espaço central de clareira, revestido, originalmente, por prado de regadio. Acrescenta-se ainda a existência de uma alameda de choupos, que acompanha a extensão desta última área e faz a transição para a orla, criando um jogo de luz e sombra ímpar, que continua a impressionar os visitantes. O parque possui uma rede de percursos pedestres e cicláveis que se caracteriza pela pureza e simplicidade do traçado. A configuração dos limites do Parque do Vale do Silêncio acompanha os principais eixos viários circundantes, como é o caso da Avenida de Berlim (a norte), fazendo a distribuição dos fluxos entre a zona ribeirinha e o Aeroporto de Lisboa.

Apesar de o parque ter tido várias alterações ao longo das últimas décadas, ainda se avistam atualmente os contornos distintos do seu projeto inicial, continuando o vale a preservar o seu importante silêncio e permanecendo o parque como um "pulmão verde" do bairro dos Olivais. A proximidade do bairro dos Olivais Sul a indústrias de transformação química, como a Sacor ou a Fábrica de Gás da Matinha, provocou desde cedo preocupações em relação à salubridade (GTH/CML, 1964b, p. 13). O conhecimento da importância dos espaços verdes "[…] como áreas despoluidoras, permeáveis, controladoras de inúmeras variáveis, fornecedoras de ar puro, indicadoras de conforto humano e fonte de inúmeros outros benefícios […]" (Ferreira, 1986, p. 326) levou a que se pensasse em criar extensas faixas verdes (GTH/CML, 1964b, p. 13). A inteligência com que



VSI02



VSI03



VSI04



VSI05



VSI06



VSI07

foi delineado é ainda hoje revelada pelo seu aspeto exuberante, mas simultaneamente sublime. Aquilo que se pensou não foi apenas resolver as situações ecológicas e estéticas, mas sim incluir as preocupações sociais, pois "[…] esta nova paisagem tinha que servir uma área para habitação social e apontava para soluções simples e sem ornamentos, soluções minimalistas para as quais contribuíram plantas da região tanto pela sua sólida adaptação às condições do clima e solo como pelos baixos valores de manutenção […]" (Castel-Branco, 2003, p. 17).

A mata do lado nascente do Vale do Silêncio é assumidamente marcada por pinheiros-mansos (P*inus pinea*) e zambujeiros (*Olea europaea var. sylvestris*), podendo encontrar-se pontuados de outras espécies, como olaias (*Cercis siliquastrum*) e alfarrobeiras (*Ceratonia siliqua*). A transição desta zona da orla para a clareira é estabelecida por uma alameda de choupos-negros (*Populus nigra var. italica*) (CML, 2010, p. 14). Do lado oposto, existe uma tentativa de repetição deste conjunto de choupos, mas, por se encontrarem imediatamente a seguir ao caminho de circulação pedonal, formam com as restantes espécies uma mata harmoniosa, não havendo lugar para uma perceção imediata do mesmo. Deste lado da orla (poente), há uma predominância de olaias (*Cercis siliquastrum*), alfarrobeiras (*Ceratonia siliqua*), freixos (*Fraxinus angustifolia*), lódãos-bastardos (*Celtis australis*) e carvalhos-cerquinhos (*Quercus faginea*), os quais contribuem individualmente para um quadro de texturas e cores ímpar. A orla a norte, junto à Avenida de Berlim, é maioritariamente constituída por choupos-cinzentos (*Populus canescens*), lódãos-bastardos (*Celtis australis*), freixos (*Fraxinus angustifolia*) e choupos-negros (*Populus nigra*). Na mata junto à Praça Cidade de Salazar, a sul, podem encontrar-se ameixeiras-de-jardim (*Prunus cerasifera subsp. pissardii*), olaias (*Cercis siliquastrum*), freixos (*Fraxinus angustifolia*) e algumas alfarrobeiras (*Ceratonia siliqua*).

O Parque do Vale do Silêncio é um "[…] espaço cujo planeamento parece ter atingido na realidade o que se pretendia criar em tal zona: um espaço com múltiplas funções. Que possibilitasse grande diversidade de utilizações, graças à definição de variados sectores e pavimentados, e à sua distribuição ideal […]" (Câmara & Ferreira, 1985, p. 9). Qualquer paisagem, alvo de uma dinâmica permanente e fruto do fator tempo, sofre transformações e o Vale do Silêncio não é exceção. A toponímia 'Vale do Silêncio' é a tradução perfeita do seu *genius loci* (espírito do lugar): a topografia peculiar, com uma situação quase perfeita de 'anfiteatro', faz com que o parque se encaixe na base de um vale, o qual se encerra na avenida limitante a sul; já o silêncio deve-se a quem o pensou sabiamente, como resposta à necessidade de uma barreira que minorasse os efeitos do ruído e da poluição das indústrias da envolvência, bem como da resultante do tráfego automóvel e do aeroporto, conseguido através do uso inteligente da vegetação (Cunha, 2015).



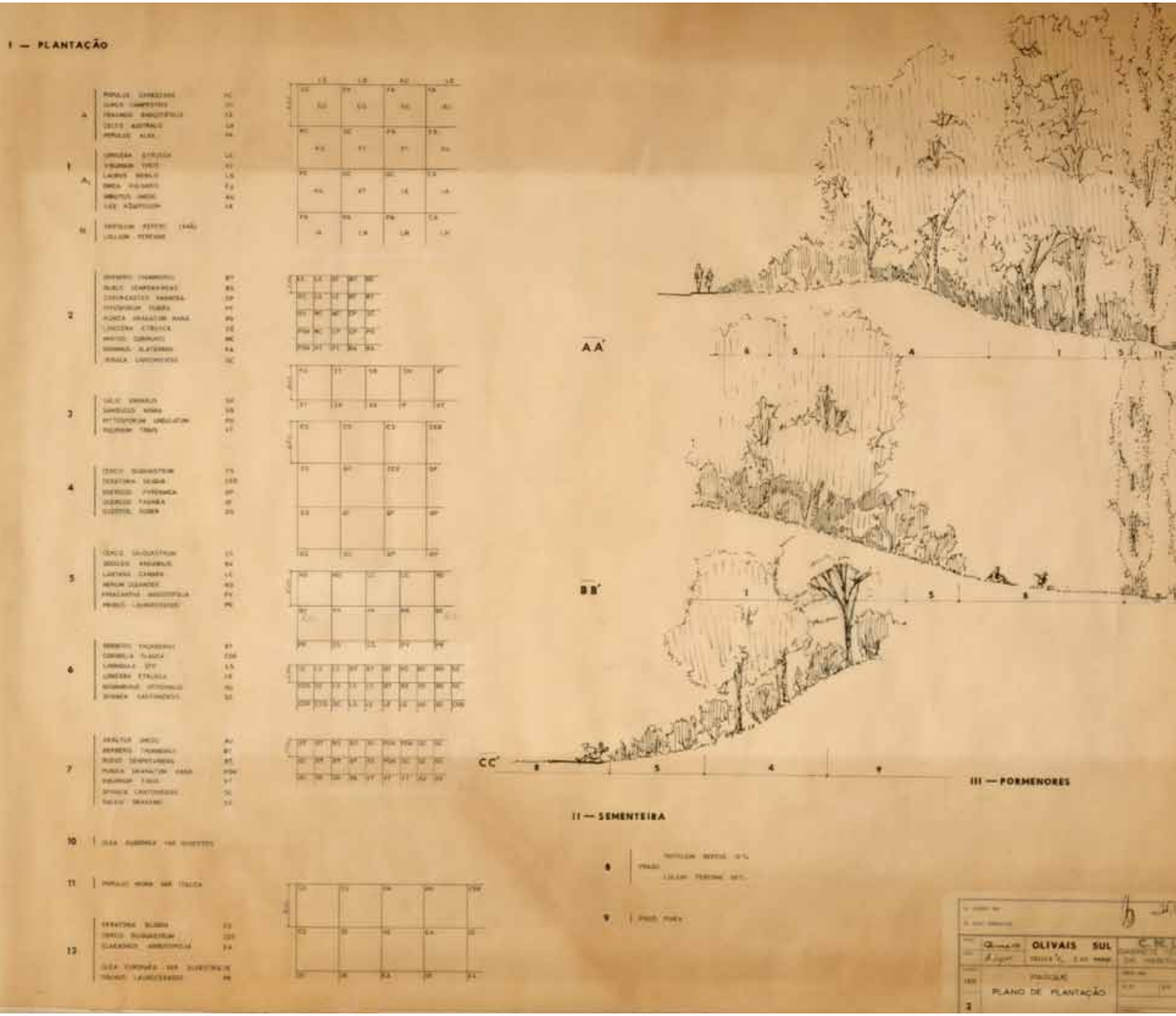
VSI08



VSI09



VSI10


I — PLANTAÇÃO
AA'
BB'
CC'
III — PORMENORES
II — SEMENTEIRA
OLIVAIS SUL
PARQUE
PLANO DE PLANTAÇÃO

Legendas das imagens

VSI01 – Parque do Vale do Silêncio, Lisboa. 2014. Fotografia. © Mariana Tomé.

VSI02 – Carta dos Arredores de Lisboa (em destaque a área do atual Parque do Vale do Silêncio). 1899 [retificada]. Folha 6, Escala original [1: 20.000]. Lisboa: Corpo do Estado-Maior. © CIGeoE, Lisboa.

VSI03 – Silva Pinto (dir.). Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Parque do Vale do Silêncio). 1904-1911. Levantamento por Silva Pinto e Alberto de Sá Correia, desenho de Raul Torres. Escala [1:5 000]. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

VSI04 – Extrato da Fotografia Aérea da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Parque do Vale do Silêncio). 1958. Voo USAF, folhas n.º 431/417, preto e branco. Escala [1:26 000]. Lisboa: IGEOE. © IGEOE, Lisboa.

VSI05 – Panorâmica sobre a Avenida de Ligação entre Aeroportos (atual Avenida de Berlim), à direita o Bairro da Encarnação ainda em construção, e à esquerda o local onde viria a ser implantado o Parque do Vale do Silêncio. 1948. Fotografia. [CFT003.34369]. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa - Gabinete Técnico de Habitação [material gráfico]/ Estúdio Mário Novais I FCG – Biblioteca de Arte e Arquivos. © Estúdio Mário Novais; FCG.

VSI06 – Local onde se implantou o Parque do Vale do Silêncio, final da década de 60, início de 70, do século XX, en primeiro plano a cintura exterior do bairro e avenida de ligação entre aeroportos. [s.d.]. Fotografia. [CFT003.87133]. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa - Gabinete Técnico de Habitação [material gráfico]/ Estúdio Mário Novais I FCG – Biblioteca de Arte e Arquivos. © Estúdio Mário Novais; FCG.

VSI07 – Parque Vale do Silêncio. 1999. Fotografia. © AML, Lisboa.

VSI08 – Extrato da Fotografia Aérea da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Parque do Vale do Silêncio). 1967. Voo FAP (n.º 9), folhas n.º 431/417, preto e branco. Escala [1:25 000]. Lisboa: IGEOE. © IGEOE, Lisboa.

VSI09 – Extrato da Fotografia Aérea da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Parque do Vale do Silêncio). 1987. Voo FAP (n.º 36), folhas n.º 431/417, preto e branco. Escala [1:17 000]. Lisboa: IGEOE. © IGEOE, Lisboa.

VSI10 – IGEOE. Extrato da Ortofotomapa da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Parque do Vale do Silêncio). 2011. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © IGEOE, Lisboa.

VSI11 – Manuel Sousa da Câmara. Célula C: Zona do Parque, plano de plantação, Desenho 2. 1968. Desenho. [CFT169.152]. Lisboa: Col. Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian I FCG – Biblioteca de Arte e Arquivos. © FCG; Fotógrafo: Manuel Silveira Ramos.

VSI12 – Paula Figueiredo. Parque Vale do Silêncio. 1999. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/003/LIS/000111]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

VSI13 – António Sacchetti. Perspetiva do Parque do Vale do Silêncio, em primeiro plano a zona de clareira, e ao fundo bem visível a zona de mata. 2010. Fotografia. © António Sacchetti.

VSI14 – A alameda de choupos, replantada, acompanha a zona de clareira e faz a transição para a zona de mata conforme no plano de Manuel Sousa da Câmara. 2010. Fotografia. © António Sacchetti.

VSI15 – Perspetiva da zona de mata do Parque do Vale do Silêncio. 2010. Fotografia. © António Sacchetti.



VSI12



VSI13



VSI14



VSI15

PARQUE EDUARDO VII

Latitude e longitude I 38.72869, -9.153008
Freguesia de Lisboa I Avenidas Novas
Nº Inventário I 50VII
Número de árvores I 1933
Número de espécies de árvores I 122
Árvores classificadas ICNF I -
Parque I 1945
Proteção legal I Incluído na Zona Especial de Proteção Conjunta dos imóveis classificados da Avenida da Liberdade e área envolvente
Área do jardim I 25 hectares

Autores I Ana Raquel Cunha, Maria Manuel Romeiras e Ana Luísa Soares



VII01

O Parque Eduardo VII, com uma área de 25 hectares, é um projeto de 1945, da autoria do arquiteto Keil do Amaral (1910-1975). Apresenta um miradouro monumental, implantado na zona de cota mais elevada (aproximadamente 100 metros de altitude), que oferece uma vista alargada da cidade de Lisboa, desde a colina de São Jorge (castelo) e a de São Roque à Avenida da Liberdade com o rio Tejo.

A estrutura atual do Parque Eduardo VII apresenta um eixo de simetria com a Praça do Marquês Pombal, onde se estende um amplo relvado com uma sebe topiada em buxo e enquadrada por uma alameda de um duplo alinhamento de lódãos-bastardos (*Celtis australis*). Quando contemplado do miradouro monumental do parque, este alinhamento parece fundir-se com o arvoredo da Avenida da Liberdade. De ambos os lados da alameda central, de desenho formal, desenvolvem-se duas zonas verdes, de desenho orgânico, densamente arborizadas. Na ala este do parque, nas imediações do Pavilhão Carlos Lopes, destaca-se a zona de bosquete, onde predomina o pinheiro-manso (*Pinus pinea*). Na ala oeste, próximo do complexo desportivo, encontra-se um conjunto de metrosíderos (*Metrosideros excelsa*) e exemplares de eritrina (*Erythrina caffra*). Situados entre o grande lago da Estufa Fria e a alameda relvada do parque, localizam-se exemplares de ginkgo (*Ginkgo biloba*). A Alameda Edgar Cardoso – paralela à Rua Castilho – é composta, a norte, por um alinhamento de plátanos (*Platanus x hispanica*) e, a sul, por outro de jacarandás (*Jacaranda mimosifolia*). Existem quatro espécies com mais de 100 exemplares no Parque Eduardo VII: o freixo-de-folhas-estreitas (*Fraxinus angustifolia*), o lódão-bastardo (*Celtis australis*), o jacarandá (*Jacaranda mimosifolia*) e a árvore-do-incenso (*Pittosporum undulatum*). É possível ainda observar exemplares da araucária-do-brasil (*Araucaria angustifolia*), da canforeira (*Cinnamomum camphora*) e do tulipeiro-da-virgínia (*Liriodendron tulipifera*) (Vasconcelos, *et al*., 2017).

Este parque, idealizado inicialmente em 1882, pela Câmara Municipal de Lisboa, com o intuito de servir de remate à futura Avenida da Liberdade (inaugurada em 1886), deveria conceder à cidade não só um vasto espaço verde devidamente organizado, mas acima de tudo um espaço que pudesse perdurar no tempo e que se devia denominar Parque da Liberdade. Em 1887, o engenheiro Frederico Ressano Garcia (1847-1911) propõe a realização de um concurso internacional, de forma a escolher o melhor projeto para o futuro parque. Dos 29 projetos a concurso, o vencedor foi o plano de traçado romântico da autoria do arquiteto francês Henri Lusseau (1868-1936), cuja proposta não chegou a concretizar-se (Câmara, 2000).

Em 1902, foi possível reiniciar as obras embora por pouco tempo, porque devido à falta de verba foram novamente suspensas (Henriques da Silva, 1989). Inicialmente conhecido por Parque da Liberdade, ganha a sua designação definitiva em 1903, para celebrar a vinda a Lisboa, no ano anterior, do rei Eduardo VII de Inglaterra (1841-1910).



VII02



VII03



VIII04



VII05



VII06



VII07

Em 1908, o vereador e também arquiteto Ventura Terra (1866-1919) relança o tema da construção do parque e apresenta o seu próprio projeto na tentativa de qualificação do mesmo (Ataíde & Gonçalves, 1962), na sua proposta "[…] esboçou um envolvimento edificado de moradias de luxo, valorizando estética, social e economicamente o parque, num compromisso lúcido com o sentido urbano deste espaço verde. Com o objectivo de obter meios financeiros […]" (Tostões, 1992, p. 66). Mas o ênfase dado à arquitetura acabou por levar a um afastamento da ideia inicial do parque.

Este desenvolvimento "pouco sistemático" do parque levou ao afastamento da continuidade que era pretendida entre a Avenida da Liberdade e o Parque da Liberdade. No final dos anos 20, este parque era um espaço completamente indefinido, onde eram notadas as várias tentativas feitas ao longo dos anos para executar os vários projetos que foram surgindo. Apesar de todos os percalços, dos constantes adiamentos e da demora em concretizar os vários projetos, o parque era cenário de feiras, de exposições e de divertimentos para os lisboetas (Tostões, 1992).

Volvidos cerca de 60 anos desde o plano de Henry Lusseau, o presidente da Câmara de Lisboa Salvação Barreto (1860-1934) convida o arquiteto Francisco Keil do Amaral (1910-1975) para elaborar o projeto definitivo do Parque Eduardo VII após as tentativas fracassadas ao longo dos anos para levar a cabo os vários projetos que foram surgindo e assim concluir a construção do mesmo (Tostões & Guimarães, 2013).

O desenho da alameda central relvada surge como um prolongamento da Avenida da Liberdade, e a rematar as laterais da alameda relvada foi concebido um passeio de calçada portuguesa. O lago já existente no parque é também ele redesenhado, a Estufa Fria é reorganizada e, para a zona oriental, Keil do Amaral propõe também uma zona de roseiral e várias estruturas de apoio, como um lago, um bar, uma esplanada e uma área ampla de passeio.

Em 1948, é apresentada a primeira versão do plano para o "Palácio da Cidade no Topo do Parque Eduardo VII" e o "Remate do Topo Norte da Alameda Central do Parque Eduardo VII", da autoria de Keil do Amaral, Hernâni Gandra e Alberto José Pessoa (Morais, *et al*., 2005). E embora esse fosse o ponto forte da proposta de Keil, um monumento representativo − "[…] A arquitetura devia marcar uma presença monumental representativa do amor à cidade e do orgulho cívico" (Tostões, 1992, p. 72) −, recuperando a ideia de remate monumental defendida por Cristino da Silva, este acabou por nunca ser construído (Ataíde & Gonçalves, 1962). Apesar de posteriormente terem sido apresentadas outras propostas e de o projeto não ter sido construído na sua totalidade, é o projeto de Keil de Amaral que prevalece até aos dias de hoje.

Na segunda metade do século XX, tanto a Avenida da Liberdade como o Parque Eduardo VII foram sujeitos a várias obras de alteração e



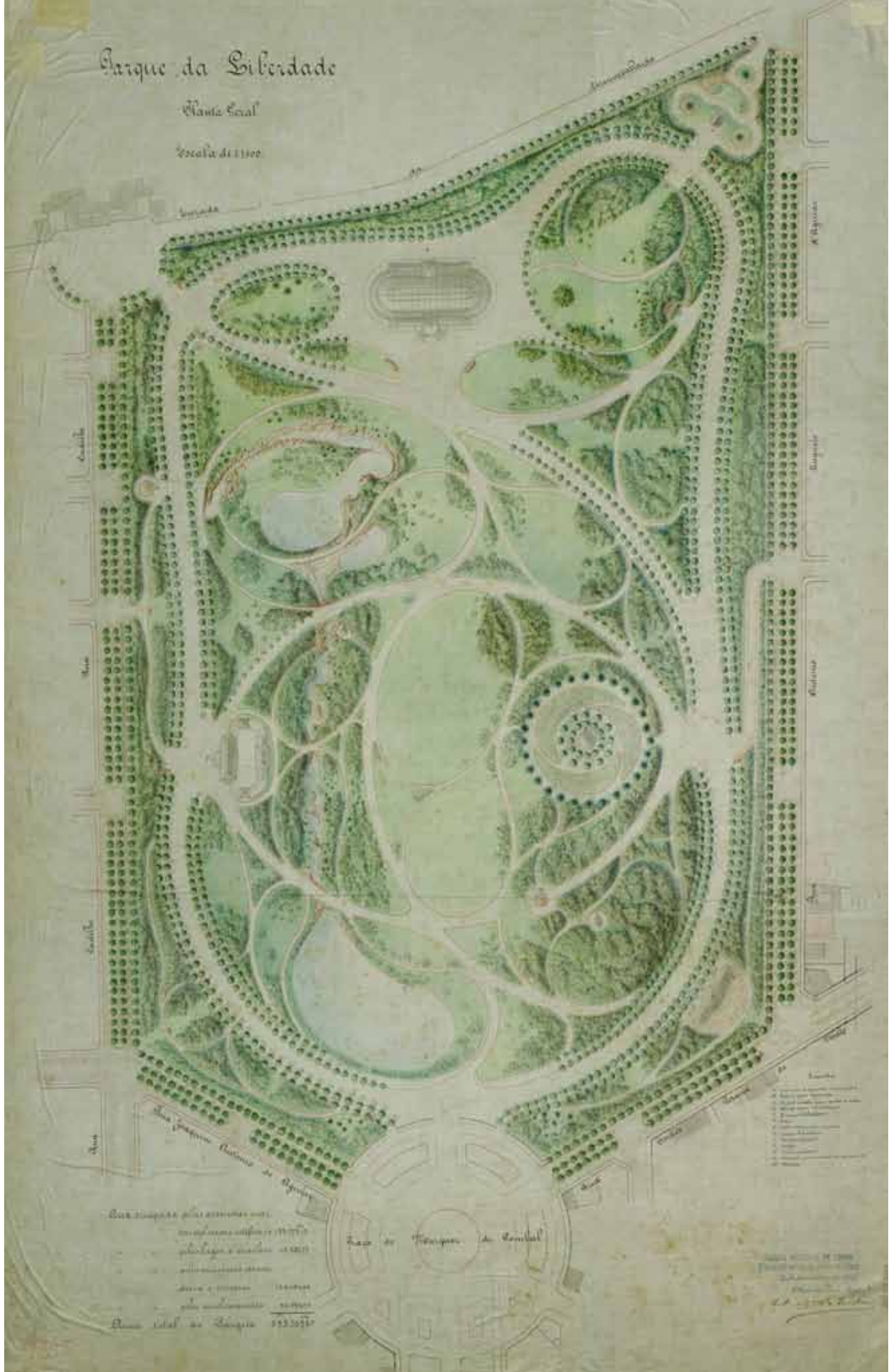
VII08



VII09



VII10


Parque da Liberdade
Planta Geral
Escala de 1:500

remodelação (Morais *et al.*, 2005). No local onde atualmente se situa a Estufa Fria, existiu, no final do século XIX, uma pedreira da qual se extraía basalto. No entanto, a pedreira deixou de funcionar devido à existência de uma nascente de água no local que comprometia o normal funcionamento da extração da pedra (*Estufa Fria: História,* s.d.).

Projetada, em 1910, pelo arquiteto e pintor Raul Carapinha (1876-1957), a Estufa Fria foi inaugurada no ano de 1912. Carapinha desenhou um espaço amplo onde fosse possível abrigar as plantas mais sensíveis às condições ecológicas de Lisboa (Garcia & Fontes, 1994).

Posteriormente, a estufa foi alvo de mais várias intervenções de ampliação. As primeiras obras de ampliação tiveram início em 1926 (Bowe & Sapieha, 1989) e a sua inauguração foi no ano de 1933, data em que passou a estar aberta ao público em geral (Garcia & Fontes, 1994).

Durante os anos 40, aquando das alterações no Parque Eduardo VII, também a Estufa Fria sofreu alterações " […] para além do reenquadramento e remodelação da entrada, foram criados o lago fronteiro e uma enorme sala, por baixo da Alameda do Parque: a 'Nave', usada durante anos como teatro municipal. Atualmente, é palco pontual de eventos culturais e lúdico" (*Estufa Fria: História*, s.d.).

Em 1947, a estufa é novamente ampliada para compensar a redução que tinha sofrido com a construção da arcada, onde se instalou um teatro (segunda ampliação). A terceira ampliação, com data de 1967, conta com um plano do engenheiro Pulido Garcia (1904-1983) e corresponde às obras de construção da Estufa Quente e da Estufa Doce, e a sua inauguração ocorreu no ano de 1975 (*Estufa Fria: História*, s.d.). Neste local calmo e abrigado situado no coração da cidade de Lisboa, existem as condições favoráveis ao desenvolvimento e frutificação de plantas exóticas, sem que seja necessário recorrer a qualquer tipo de sistema artificial (Caixinhas, 1994). De mencionar que Pulido Garcia, formado como engenheiro silvicultor e agrónomo, destacou-se como chefe da Repartição de Arborização e Jardinagem da Câmara Municipal de Lisboa, onde foi responsável pela instalação, remodelação e manutenção de muitos dos jardins e parques da cidade, como o Parque Florestal de Monsanto, a Mata de Alvalade, o Jardim do Castelo de São Jorge e o Jardim do Campo Grande. Colaborou na criação do curso prático de jardineiros em Vila Correia e é autor da publicação com data de 1961 da obra A *Vegetação de Lisboa e os seus parques e jardins.*

Em 1997, no topo do Parque Eduardo VII, foi inaugurado, com a designação de Alto do Parque e renomeado em 2000 para homenagear a fadista Amália Rodrigues, o Jardim Amália Rodrigues, da autoria do arquiteto paisagista Gonçalo Ribeiro Telles (1922-2020). Este espaço é uma das peças do puzzle que pertence à Estrutura Ecológica da Área Metropolitana de Lisboa e integra uma nova conceção de urbanismo. A ligação ao Parque Florestal de Monsanto é feita através de uma passagem superior pedonal e ciclável até ao jardim do Palácio da Justiça. Este projeto de um Corredor Verde na cidade de Lisboa, que integra espaços de recreio, começou a ser traçado pelo arquiteto Ribeiro Telles em 1974. Esta sua proposta visionária, que pretendia responder às necessidades de uma Lisboa do século XX, começou a ter visibilidade quando, decorridos 23 anos, uma etapa foi concluída com o Jardim do Alto do Parque Eduardo VII (Jardim Amália Rodrigues).



VII12



VII13



VII14



VII15

Legendas das imagens

VII01 – Parque Eduardo VII visto de baixo para cima, Lisboa. 2012. Fotografia. © António Sacchetti.

VII02 – Franco D. Milcent. Extrato do Plano geral da cidade de Lisboa em 1785 (em destaque a área do atual Parque Eduardo VII e Estufa Fria). 1785. Litografia. Lisboa: Litografia de Portugal. © AML, Lisboa.

VII03 – Filipe Folque (dir.). Extrato do Atlas da Carta Topográfica de Lisboa (em destaque a área do atual Parque Eduardo VII e Estufa Fria). 1856-1858. Levantamento por Filipe Folque, Carlos Pezerat, Francisco Goullard e César Goullard. Original, planta colorida. Escala [1:1000]. Lisboa: [s.n.]. © AML, Lisboa.

VII04 – Silva Pinto (dir.). Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Parque Eduardo VII e Estufa Fria). 1904-1911. Levantamento por Silva Pinto e Alberto de Sá Correia, desenho de Raul Torres. Escala [1:5 000]. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

VII05 – Eduardo Portugal. Parque Eduardo VII, entrada e lago. [ant. 1944]. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/EDP/002173]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

VII06 – Paulo Guedes. Parque Eduardo VII, lago. [19--]. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/PAG/000509]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

VII07 – Kurt Pinto. Parque Eduardo VII. 1953. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/KPI/000005]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

VII08 – Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Parque Eduardo VII e Estufa Fria). 1950. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

VII09 – Extrato da Fotografia Aérea da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Parque Eduardo VII e Estufa Fria). 1938/1948. Voo SPLAL, folha n.º 431, preto e branco. Lisboa: IGEOE. © IGEOE, Lisboa.

VII10 – IGEOE. Extrato da Ortofotomapa da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Parque Eduardo VII e Estufa Fria). 2011. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © IGEOE, Lisboa.

VII11 – Henri Lusseau. Parque da Liberdade: Planta geral. 1899. Desenho. [PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/11/497]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

VII12 – Fotografia aérea sobre o Parque Eduardo VII. 1950-04-15. Fotografia. [PT/AMLSB/SPT/000192]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

VII13 – Salvador de Almeida Fernandes. Parque Eduardo VII, obras de pavimentação. [195-]. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/SAL/000076]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

VII14 – Passeio lateral do Parque Eduardo VII, Lisboa. 2012. Fotografia. © António Sacchetti.

VII15 – Plano de arranjo da zona do alto do parque Eduardo VII. c. 1957. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/10/145; Fólio 46]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

VII16 – Armando Maia Serôdio. [Parque Eduardo VII, esplanada]. 1957. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/SER/001603]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

VII17 – Estúdio Mário Novais. [Estufa Fria, entrada]. [195-]. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/MNV/001380]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

VII18 – Estúdio Mário Novais. [Estufa Fria, lago]. [195-]. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/MNV/001385]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

VII19 – Interior da Estufa Fria, Parque Eduardo VII, Lisboa. 2012. Fotografia. © António Sacchetti.

VII20 – Parque Eduardo VII, Marquês de Pombal e Castelo de S. Jorge, Lisboa. 2017. Fotografia. © Jorge Sousa.



VII16



VII17



VII18



VII19



PARQUE JOSÉ GOMES FERREIRA

Mata de Alvalade

Latitude e longitude I 38.75855, -9.132846
Freguesia de Lisboa I Alvalade
Nº Inventário I 52ALV
Número de árvores I Neste parque, devido à densidade, só foi possível elaborar a lista de espécies existentes
Número de espécies de árvores I 40
Árvores classificadas I -
Parque I 1951 (data 1.ª proposta)
Proteção legal I -
Área do jardim I 11 hectares

Autores I Ana Raquel Cunha e Ana Luísa Soares



ALV01

Entre o topo da Avenida Gago Coutinho e a Avenida do Brasil, encontra-se um amplo parque, de onze hectares, com circuito de manutenção, miradouro, parque infantil, zona de merendas, esplanada que permite ao visitante "mergulhar num oásis verde" no interior do tecido urbano.

A ideia de transformar este espaço florestal em parque urbano integra os objetivos de um projeto ambicioso de Duarte Pacheco (1899-1943), quando, em 1932, tomou posse como ministro das Obras Públicas, de melhorar e ampliar a cidade de Lisboa. Pacheco pretendia uma cidade digna de ser exibida como Capital do Império Português nas comemorações de 1940 – Exposição do Mundo Português (Tostões, 2003). O Plano Diretor de Étienne de Gröer (1882-1952), desenvolvido entre 1938 e 1948, e a inédita política de expropriações levada a cabo por Duarte Pacheco vieram definir as linhas gerais da expansão da cidade (Cunha, 2014). Fruto desta expansão, a abertura dos novos arruamentos e a construção dos novos bairros vieram constituir material de trabalho para a primeira geração de arquitetos paisagistas formados por Francisco Caldeira Cabral, no Instituto Superior de Agronomia (Cunha, 2014). Depois da responsabilidade inicial de arborizar passeios, faixas centrais e as zonas adjacentes às novas construções, no início dos anos 50, surgiram os primeiros projetos de arquitetura paisagista, com uma componente projetual mais completa, como é o caso do primeiro plano para o espaço da atual Mata de Alvalade (Andresen, Câmara & Carvalho, 2003).

A primeira proposta de intervenção para o "triângulo compreendido entre o bairro de Alvalade, a Avenida do Brasil e a Avenida do Aeroporto" coube, em 1951, ao arquiteto paisagista Gonçalo Ribeiro Telles (1922–2020). Na memória descritiva da sua proposta é possível notar a preocupação em adaptar o programa ao local, em escolher a vegetação mais indicada para cada situação, compreender e respeitar a paisagem, mostrando preocupações de ordem estética e ecológica, valores que desde cedo pautaram a sua carreira (Cabral, 2003). Esta preocupação está patente na proposta do seu plano de plantação, onde a vegetação está organizada em quatro grupos principais: a) pinhal-manso (e.g., *Pinus pinea*), b) dominância de folhosas perenifólias (e.g., *Olea europaea, Quercus suber, Q. rotundifolia*); c) dominância de folhosas caducifólias (e.g., *Ulmus sp., Fraxinus sp.*); d) dominância de folhosas perenifólias de porte subarbóreo (Câmara, 2015).

Esta proposta de Ribeiro Telles acaba por não se concretizar e, apesar das repetidas diligências para que avançassem as plantações, os trabalhos não avançaram. É em 1955, após a elaboração de vários projetos um pouco por toda a cidade, que Ribeiro Telles apresenta uma nova proposta para este espaço, marcada por uma nova intenção. Ciente de que a cidade ainda não tinha envolvido este recanto de Alvalade, propõe a conceção de uma mata, uma "[…] área de descompressão e enquadramento, no enfiamento da aterragem e descolagem dos aviões, isento de um complexo programa ou rebuscado tema para ocupação de tempos livres" (Cabral, 2003). Sempre fiel aos seus princípios, na sua nova proposta para a Mata de Alvalade, Ribeiro Telles baseou-se na adequação da vegetação de acordo com os


ALV02


ALV03


ALV04



ALV05



ALV06



ALV07

valores ecológicos. Idealiza uma clareira central, na zona de vale, onde a disponibilidade hidrológica permite a criação de uma zona de prado. Para o limite da clareira, Telles propõe uma zona pontuada por espécies caducifólias, criando uma zona de claridade que contrastasse com a sombra das árvores perenifólias da mata (cabeço da Avenida do Brasil e encosta sul). A zona da ribeira é orlada por espécies ripícolas (Cabral, 2003). Tal como é possível ver na imagem aérea de 1958, à data, a Mata de Alvalade encontrava-se apenas parcialmente florestada.

Responsável por uma intervenção posterior, em 1965, Manuel Sousa da Câmara (1929-1992), sobre o plano de Ribeiro Telles, esquissa o plano parcial de plantação para a Mata de Alvalade. Segundo Sousa da Câmara, ao valor único da mata deveria ser somado um novo valor – instalações desportivas – para se retirar o máximo partido daquele espaço. Dessa forma salvaguardar-se-ia a sua ocupação com outro tipo de construções dispersas – mesmo que de carácter social – porque iriam conduzir à destruição do ambiente florestal e, consequentemente, anular o valor da mata. No ano seguinte, Sousa da Câmara volta a apresenta uma proposta para a Mata de Alvalade, mas desta vez de forma integral, abarcando também o espaço do areeiro do Narigão. Para o areeiro do Narigão, de forma a tirar partido da topografia, propôs a conceção de um lago, fazendo ressaltar todos os benefícios que traria para a mata (Câmara, 2015).

Foi precisamente por volta dos anos 60 que o espaço da antiga pedreira começou a ser ocupado de forma clandestina, problema que só se veio a resolver cerca de 20 anos mais tarde, quando foi saneada – ambas as situações podem ser comprovadas através das imagens aéreas de 1967 e 1987.

A referida ocupação clandestina dos terrenos levou a que as intervenções na mata não avançassem. Logo no primeiro parágrafo da memória descritiva elaborada, em 1972, pelo arquiteto paisagista Leonel Fadigas para este espaço, pode ler-se "Após estudos prévios de arranjo paisagístico que não tiveram a concretização imediata, dada a ocupação do terreno, apresentamos o projecto do arranjo paisagístico da Mata de Alvalade". Relativamente à proposta propriamente dita, Leonel Fadigas, além de reforçar as ideias já previamente apresentadas por Sousa da Câmara – a instalação de infraestruturas desportivas e recreativas; a construção de um lago; e a utilização de maciços de vegetação nos limites do jardim de forma a insonorizar o ruído –, propõe também a criação de um restaurante panorâmico, um café com esplanada e uma zona infantil.

O facto de o plano da Mata de Alvalade só ter sido concretizado parcialmente e de o seu espaço ter sido estudado por vários projetistas ao longo dos anos levou a que a mata que conhecemos hoje apresente uma alteração considerável face ao projeto de Ribeiro Telles, em 1955 (Cabral, 2003). No entanto, volvidos mais de 60 anos, pode dizer-se que o valor único da mata permanece, colocando mais uma vez a descoberto a sabedoria de quem se propôs a "trabalhar com a natureza e não contra ela",



ALV08



ALV09



ALV10

C.M.L.

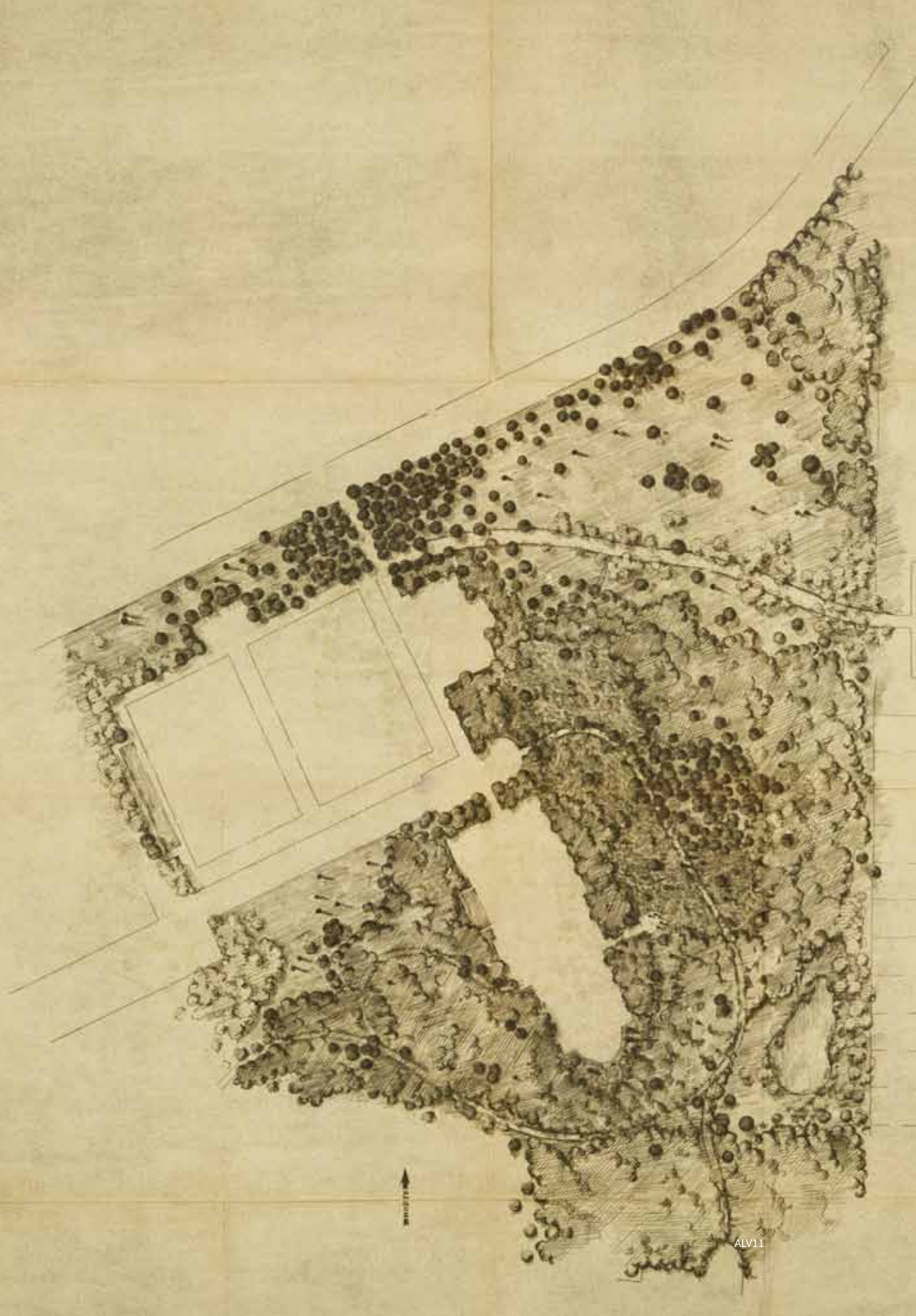
DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICO-ESPECIAIS
DE REPARTIÇÃO-ARBORIZAÇÃO E JARDINAGEM

PROJECTO DE ARBORIZAÇÃO DO TRIANGULO COMPREENDIDO ENTRE O BAIRRO DE ALVALADE A AVENIDA DO BRAZIL E A AVENIDA DO AEROPORTO

PLANO GERAL

VOLUME Nº 1
ESCALA 1:1000

LISBOA
1950



revelando o entendimento profundo dos conceitos de aptidão ecológica e interpretação paisagística e cultural (Cunha, 2014).

Apesar de a designação de Mata de Alvalade permanecer até hoje, a sua denominação passou a ser Parque José Gomes Ferreira em homenagem ao escritor e poeta José Gomes Ferreira (1899-1985).

Legendas das imagens

ALV01 – Entrada para a Mata de Alvalade, Lisboa. 2014. Fotografia. © Mariana Tomé.

ALV02 – Carta dos Arredores de Lisboa (em destaque a área do atual Parque José Gomes Ferreira (Mata de Alvalade)). 1899 [retificada]. Folha 6, Escala original [1: 20.000]. Lisboa: Corpo do Estado-Maior. © IGeoE, Lisboa

ALV03 – Silva Pinto (dir.). Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Parque José Gomes Ferreira (Mata de Alvalade)). 1904-1911. Levantamento por Silva Pinto e Alberto de Sá Correia, desenho de Raul Torres. Escala [1:5 000]. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

ALV04 – Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Parque José Gomes Ferreira (Mata de Alvalade)). 1950. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

ALV05 – Eduardo Portugal. Ligação do aeroporto da Portela à Rotunda. 1944. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/EDP/000705]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

ALV06 – Filmarte. Fotografia aérea de Alvalade. [1949-1950]. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/FIL/000063]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

ALV07 – Artur Goulart. Rotunda do aeroporto. 1961. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/AJG/001406]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

ALV08 – Extrato da Fotografia Aérea da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Parque José Gomes Ferreira (Mata de Alvalade)). 1958. Voo USAF, folhas n.º 431/417, preto e branco. Escala [1:26 000]. Lisboa: IGEOE. © IGEOE, Lisboa.

ALV09 – Extrato da Fotografia Aérea da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Parque José Gomes Ferreira (Mata de Alvalade)). 1967. Voo FAP (n.º 9), folhas n.º 431/417, preto e branco. Escala [1:25 000]. Lisboa: IGEOE. © IGEOE, Lisboa.

ALV10 – IGEOE. Extrato da Ortofotomapa da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim da Praça Afonso Albuquerque). 2011. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © IGEOE, Lisboa.

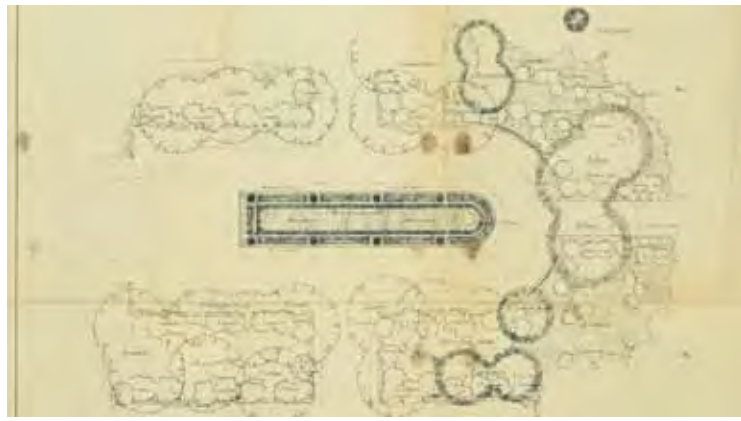
ALV11 – Gonçalo Ribeiro Telles. [Projeto de arborização do triângulo compreendido entre o bairro de Alvalade, a avenida do Brasil e a avenida do Aeroporto]. 1950. Desenho. [PT/AMLSB/CMLSB/UROB/EV/0057; Fólio 16]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

ALV12 – Gonçalo Ribeiro Telles. Projecto de arborização do triângulo compreendido entre o Bairro de Avalade, a Avenida do Brazil e a Avenida do Aeroporto, praceta da avenida de acesso ao centro desportivo, Plano de Plantação. 1951. Desenho. [PT/AMLSB/CMLSB/UROB/EV/0057; Fólio 15]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

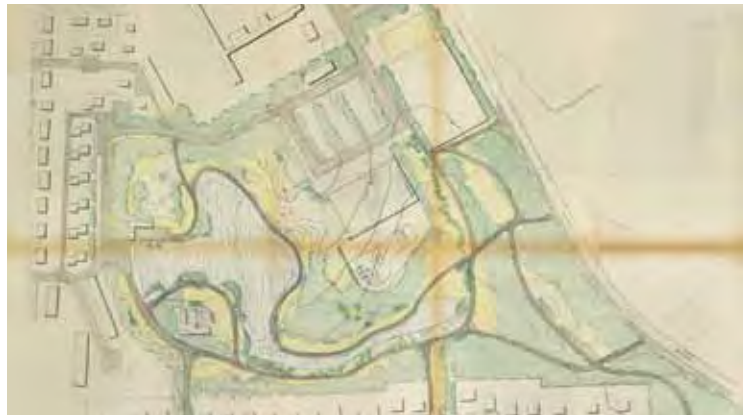
ALV13 – Manuel Sousa da Câmara. [Projeto para a mata de Alvalade]. 1965. Desenho. [PT/AMLSB/CMLSB/UROB/EV/0060; Fólio 9]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

ALV14 – Manuel Sousa da Câmara. [Projeto para a mata de Alvalade]. 1966. Desenho. [PT/AMLSB/CMLSB/UROB/EV/0058; Fólio 15]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

ALV15 – Mata de Alvalade, Lisboa. 2014. Fotografia. © Mariana Tomé.



ALV12



ALV13



ALV14



ALV15

PARQUE FLORESTAL DE MONSANTO

Latitude e longitude I 38.72618, -9.19403

Freguesia de Lisboa I Campolide, Belém, Alcântara, Ajuda e Estrela.

Nº Inventário I 51PFM

Número de árvores I não contabilizadas

Número de espécies de árvores I não contabilizadas

Árvores classificadas ICNF I existem diversos bosquetes classificados de arvoredo de interesse público no parque.

Parque I 1938

Proteção legal I O Parque Florestal de Monsanto recebeu, em março de 2016, a Certificação da Gestão Florestal no âmbito do Forest Stewardship Council® (FSC-C114377), a mais importante certificação mundial em matéria de conformidade ambiental das explorações florestais.

Área do jardim I 1000 hectares

Autores I Ana Luísa Soares, Teresa Grilo, Andreia Sousa, e Ana Raquel Cunha



PFM01

Localizado na zona oeste da cidade de Lisboa, o Parque Florestal de Monsanto (PFM) ocupa a maior parte da serra de Monsanto. Abrange as freguesias de Campolide, Belém, Alcântara, Ajuda e Estrela.

A serra de Monsanto encerra em si um legado histórico riquíssimo. No período pré-histórico os povos descobriram na serra um potencial inigualável para ali se fixarem. A proximidade da ribeira do Jamor, de Alcântara e do rio Tejo, a existência de pedreiras de sílex e a proteção oferecida pela densa floresta faziam de Monsanto um lugar com condições favorecidas. Testemunhos deste passado são as descobertas arqueológicas do período Paleolítico nas Estações do Casal de Monte e do Moinho das Cruzes e do período Neolítico na estação de Vila Pouca. Durante o Império Romano, pelas necessidades de abastecer Lisboa, aumentou a área agrícola e houve necessidade de "destruição" de floresta (para construir defesas das emboscadas dos Lusitanos), dando lugar à cultura do trigo e pastoreio (Vianna Barreto, 1952).

No século XVI, a Mata de São Domingos de Benfica, a Mata do Palácio dos Marqueses de Fronteira e a do Paço Real de Alcântara (hoje a Tapada da Ajuda) eram os coutos de caça e matas de recreio da nobreza de Lisboa. No século XVIII, o rei D. João V "rasga" a serra com a construção do Aqueduto das Águas Livres, para solucionar o abastecimento de água na cidade de Lisboa.

Em 1868, nasce a primeira intenção de criar um parque florestal na descarnada serra de Monsanto em Lisboa. Será, porém, em 1934, que, por decreto-lei, o ministro das Obras Públicas engenheiro Duarte Pacheco (1900-1943) cria o Parque Nacional de Monsanto. Mas só em 1936 Duarte Pacheco toma os comandos da Câmara Municipal de Lisboa (CML) como presidente e proporciona que o projeto seja concretizado. Em 1938, a necessidade de criar uma saída ocidental de Lisboa e um acesso para a Costa do Sol (de acordo com o Plano Diretor de Cröer) fez com que o projeto tivesse de ser revisto. Para tal são convidados o engenheiro silvicultor Joaquim Rodrigo (1912-1997) e o arquiteto Keil do Amaral (1910-1975). É também este o ano das expropriações inéditas, para o serviço de utilidade pública, de terrenos contíguos ao parque (Tostões, 1992). Todo este processo demorou cinco anos e, em 1943, finalmente estava definida em toda a extensão o Parque Florestal de Monsanto, com uma área de cerca de 1000 hectares (Rodrigo, 1943).

Para se inspirar no projeto, Keil do Amaral visitou parques em França, Inglaterra, Alemanha e Holanda. A floresta Fontainebleau, o bosque de



PFM02



PFM03



PFM04



PFM05



PFM06



PFM07



PFM08

Vérrièrres, nos arredores de Paris, e o bosque de Amesterdão foram os que Keil achou que tinham as características que melhor serviriam para Monsanto. Ficaria assim definido que o parque seria um bosque natural, com diversos equipamentos de desporto, lazer e miradouros (Tostões *et al.*, 1999).

Em 1946, realizaram-se as primeiras plantações e muitas áreas foram preparadas para o público. Do projeto de Keil do Amaral estabeleceram-se os primeiros acessos, o Parque Infantil do Alvito, o clube de ténis e o restaurante-miradouro de Montes Claros (Tostões, 1992).

Foram vários, desde 1939, os planos de arborização propostos com o intuito de plantar as espécies ideais e que melhor se adaptassem às condições de clima, solos e geologia da serra de Monsanto. Destacam-se o contributo de estudos do engenheiro silvicultor Joaquim Rodrigo (1912-1997), do arquiteto paisagista Vianna Barreto (1924 – 2012), do engenheiro silvicultor Souto Cruz e do engenheiro silvicultor Fernando Louro Alves, entre outras importantes colaborações (Grilo, 2014).

Os povoamentos de vegetação mais significativos do parque são de: *Pinus pinea* (pinheiro-manso); *P. halepensis* (pinheiro-do-alepo), *P. canariensis* (pinheiro-das-Canárias); *Cupressus lusitanica*, *C. sempervirens* e *C. Macrocarpa*; *Quercus suber* (sobreiro); *Q. rotundifolia* (azinheira); *Q. faginea* (carvalho-cerquinho); *Q. robur* (carvalho alvarinho); *Eucalyptus globulus*, *E. camaldulensis*, *E. rostrata, E. saligna*. *E. sideroxylon*, *E, viminalis*; *Acacia melanoxylon*, *A. longifolia. A karoo*, *A. dealbata*, *A. Decurrens*; *Olea europaea* (oliveira e zambujeiro), *Ulmus minor* (ulmeiro), *Fraxinus angustifolia* e *F. ornus* (freixos).

Em 1970, face à forte pressão urbana de que o PFM estava a ser alvo, é publicado um decreto-lei que reforça o conceito de "utilização pública" do parque, para a instalação de infraestruturas de índole formativa, informativa e outras de utilidade pública (Alves,1983; Alves, 1990).

Em maio de 1979, definiu-se a delimitação rigorosa do parque, que foi aprovada pela CML e pela Direção-Geral das Florestas que veio a impedir definitivamente o avanço da malha urbana no parque. (Souto Cruz,1988).

Já no final do século são inauguradas novas áreas recreativas como o Parque do Alto da Serafina e Calhau (1992), o Parque Recreativo dos Moinhos de Santana (1997), a Alameda Keil do Amaral para circuito de manutenção (2003), diversos parques de merendas (Mata de São Domingos, Parque Recreativo do Calhau, Parque de Merendas do Alvito, Parque da Pedra, Parque de Merendas do Moinho do Penedo, Vila Guiné), zonas desportivas, restaurantes e parque de campismo, o Espaço Monsanto (1996), o Centro de Interpretação de Monsanto e Espaço de Biodiversidade (1997). Em 2010, o Parque Florestal de Monsanto é considerado floresta modelo (CML, 2010).


PFM09

Desde 2012 que o Parque Florestal de Monsanto integra o chamado Corredor Verde de Monsanto, projeto inserido na estrutura ecológica da área metropolitana de Lisboa e que estabelece a ligação com o Parque Eduardo VII. Trata-se de mais uma das realizações notáveis do arquiteto paisagista Gonçalo Ribeiro Telles (1922-2020).

A criação do parque na serra de Monsanto, na periferia da cidade e seu "pulmão verde", representa um parque de referência, cumprindo um papel vital na cidade de Lisboa. O Parque Florestal de Monsanto é um local muito atrativo do ponto de vista paisagístico, com contraste de mata densa e aberturas pontuais sobre o rio e a cidade que conferem grandes amplitudes de vistas. Oferece um vasto conjunto de atividades, disseminadas pelos vários espaços que o constituem. Atualmente, é o maior parque da cidade de Lisboa, ocupando uma área de cerca de 900 hectares, e é reconhecido pelo seu valor ecológico, estético, social, recreativo e um relevante hotspot da biodiversidade urbana (Semenzato *et al.*, 2011) (Soares & Castel-Branco, 2007). Desde 2016, o Parque Florestal de Monsanto recebeu, recebeu a Certificação da Gestão Florestal no âmbito do (Forest Stewardship Council®) (FSC-C114377), assumindo a Câmara Municipal de Lisboa, as exigências na manutenção dos níveis de qualidade da Gestão Florestal.



PFM10



PFM11



PFM12



PFM13

Legendas das imagens

PFM01 – Parque Florestal de Monsanto, Lisboa. 2012. Fotografia. © António Sacchetti.

PFM02 – Silva Pinto (dir.). Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque a área do Parque Florestal de Monsanto). 1904-1911. Levantamento por Silva Pinto e Alberto de Sá Correia, desenho de Raul Torres. Escala [1:5 000]. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

PFM03 – Planta da Cidade de Lisboa (em destaque a área do Parque Florestal de Monsanto). Planta organizada em 1899 que serviu de minuta para as cartas do levantamento topográfico em 1904-1911. O traçado a tinta encarnada representa as modificações feitas até 1948. 1948 [1899]. Escala [1:25 000]. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

PFM04 – Eduardo Portugal. Alto do Parque Florestal de Monsanto. 1939-jul. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/003/ALB/006/000273]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

PFM05 – Ferreira da Cunha. Entidades oficiais no parque Florestal de Monsanto, da direita para esquerda: o engenheiro Vieira da Silva, Jaime Lopes Dias, Pastor de Macedo, Pardal Monteiro. 1944. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/FEC/000689]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

PFM06 – Armando Maia Serôdio. [Panorâmica tirada da serra de Monsanto vendo-se o rio Tejo e a margem sul]. 1962. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/SER/005359]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

PFM07 – Planta da Cidade de Lisboa (em destaque a área do Parque Florestal de Monsanto). 1950. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

PFM08 – IGEOE. Extrato da Ortofotomapa da Cidade de Lisboa (em destaque a área do Parque Florestal de Monsanto). 2011. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © IGEOE, Lisboa.

PFM09 – Estúdio Mário Novais. Operários trabalhando na remodelação da Serra de Monsanto. [c. 1938]. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/MNV/001488]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

PFM10 – Vista sobre o Parque Florestal de Monsanto. 2010. Fotografia. © António Sacchetti.

PFM11 – Vista do anfiteatro Keil do amaral para a Margem Sul no Parque Florestal de Monsanto. 2010. Fotografia. © António Sacchetti.

PFM12 – Lago e pérgula nos Montes Claros no Parque Florestal de Monsanto. 2010. Fotografia. © António Sacchetti.

PFM13 – Lago e esplanada do Parque Recreativo do Alvito no Parque Florestal de Monsanto. 2010. Fotografia. © António Sacchetti.





Descubra as árvores das Quintas aqui

VII.7. QUINTAS DE RECREIO

QUINTA DAS CONCHAS E QUINTA DOS LILASES

Latitude e longitude I 38.77009, -9.15594 (Quinta das Conchas) e 38.77153, -9.157724 (Quinta dos Lilases)

Freguesia de Lisboa I Lumiar

Nº Inventário I 62QCO e 65QLI

Número de árvores I 1779

Número de espécies de árvores I 60 (Quinta das Conchas) e 70 (Quinta dos Lilases)

Árvores classificadas ICNF I 46 (Quinta das Conchas)

Quinta de Recreio I 1897 Quinta dos Lilases e século XVI Quinta das Conchas

Proteção legal I -

Área do jardim I 26 hectares

Autores I Marisa Marques, Ana Raquel Cunha e Ana Luísa Soares



QCOQLI01

O conjunto da Quinta das Conchas e da Quinta dos Lilases constitui um parque público, situado no Lumiar. Na sua proximidade temos, como pontos de interesse cultural, a Igreja Nossa Senhora do Carmo, o Museu Nacional do Traje, o Museu Nacional do Teatro e o Parque Botânico do Monteiro-Mor. Com uma área total de 26 hectares, é considerada a quarta maior área verde da cidade, depois do Parque da Bela Vista, da Tapada da Ajuda e do Parque Florestal de Monsanto.

A história da Quinta dos Lilases remonta ao ano de 1897, data em que foi adquirida por Francisco D'Assis Mantero (1853-1928). A esta aquisição acresce a compra e anexação da Quinta das Flores e de outros terrenos que o proprietário foi adquirindo nas imediações da propriedade original. Após a compra da Quinta dos Lilases, é construída nesta propriedade uma casa senhorial inspirada nas mansões coloniais, com longas galerias de ferro forjado, mais tarde totalmente revestidos a vidro, com bonitas salas e paredes pintadas com frescos.

De referir que, em 1869, Francisco d'Assis Mantero, em conjunto com Manuel Joaquim Teixeira, começaram a explorar as roças Santa Margarida, Monte Macaco e Maianço, no arquipélago de São Tomé e em 1880 na ilha do Príncipe como a roça Esperança e a roça Infante D. Henrique. Deve-se a Francisco Mantero conferir uma estrutura empresarial à exploração das roças de São Tomé, onde fundou a Companhia da Ilha do Príncipe e a Sociedade Agrícola Colonial, consideradas as duas mais importantes sociedades de São Tomé e Príncipe da época. Também viveu e trabalhou em Angola, Moçambique e Timor. Em 1916 regressou definitivamente a Lisboa e fundou a Sociedade Francisco Mantero, Lda. Foi também sócio fundador da Sociedade de Geografia de Lisboa (Marques, 2011).

Em 1902, a quinta dispunha de diversas estruturas de apoio a animais, como cocheira, cavalariça, capoeiras, vacaria, palheiro, celeiro, estufa, e engenhos hidráulicos, como poço com bomba e nora. A presença de uma ponte e de uma pequena gruta valoriza o espaço como quinta romântica. A toponímia Quinta dos Lilases justifica-se pela existência de arbustos da espécie lilases (*Syringa vulgaris*), com flores fragantes e de cor lilás, o que confere um acréscimo de beleza ao espaço envolvente. Outras plantas de flor lilás do seu elenco florístico poderão também estar na origem do nome da quinta, como, por exemplo, o jacarandá ou a trepadeira de glicínia (*Wisteria sinensis*) que cobria as extensas estruturas em ferro dos muros que envolviam a Quinta dos Lilases e das Conchas (Ferreira & Lemos, 2008).



QCOQLI02



QCOQLI03



QCOQLI04



QCOQLI05



QCOQLI06



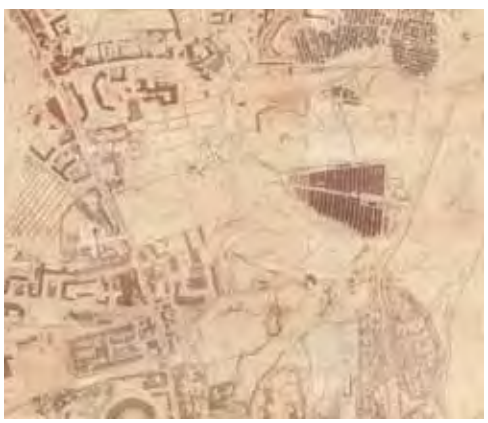
QCOQLI07

A Quinta das Conchas remonta ao século XVI e foi construída por Afonso Torres. Após ter passado por diversas famílias de proprietários, acaba por ser adquirida por Francisco Mantero, em 1899. A quinta era constituída por uma extensão de terras que mantiveram a sua área de origem até aos finais do século XIX. Remontam ao século XIX as casas de apoio agrícola, atualmente em avançado estado de degradação. A zona de logradouros e a do jardim eram formadas por uma extensa área verde, sendo desanexadas da casa-mãe com a aquisição da quinta pela entidade camarária em 1966. Com características arquitetónicas dos finais do século XIX podemos encontrar uma construção, atualmente em ruínas, designada por Chalé. Mandada construir por Francisco Mantero, era designada por Casa do Monte, local onde a família passava largas temporadas no verão por ser fresco e agradável. Toda a envolvente paisagística deste Chalé foi desvalorizada em finais do século XX, com a proximidade de novas urbanizações a sul, destituindo-a da aura de tranquilidade que Mantero tentara criar para si e para a sua família (Marques, 2011).

Estas duas quintas desempenhavam no início do século XIX funções predominantemente agrícolas pertencentes aos arrabaldes da cidade. Em 1966, passam para a posse da Câmara Municipal de Lisboa.

Em 1979, é elaborado o projeto de requalificação para a Quinta das Conchas e dos Lilases, da autoria do arquiteto paisagista António Vianna Barreto (1921-2012). Segundo afirma o autor na sua memória descritiva: "O maciço principal continua a ser zona de encosta, a mais alta da Quinta das Conchas, revestida principalmente por *Cupressus* e eucaliptos muito densamente plantados. […] a modelação de terreno nestas zonas deverá vir a orientar um relevo artificial que estabeleça uma transição entre a zona mais alta da mata e a área plana da quinta dos Lilazes." (Barreto, 1979, p. 1 e 2). Esta proposta previa a reabilitação de todos os elementos construídos existentes, como tanques e poços, assim como o restauro do lago e das suas instalações. Tendo-se constatado a existência no local de um nível freático superficial e caudais inferiores abundantes, previa-se também que o abastecimento de água fosse suficiente, de modo a dispensar o recurso a fontes exteriores (Barreto, 1979).

Em 2006, estas duas quintas foram alvo de um plano de requalificação, executado pela Câmara Municipal de Lisboa, que preservou a memória cultural existente na recuperação do seu património arquitetónico e paisagístico. Realizou obras de conservação dos seus muros originais, mantendo o carácter intimista das quintas, recuperou os elementos estruturantes, como os equipamentos de armazenamento e abastecimento de água e as redes de irrigação existentes. No projeto de recuperação, houve preocupação com a gestão da água, ficando todo o sistema hídrico constituído em circuito fechado. O plano de requalificação promoveu a criação de diversas áreas de lazer: parque infantil, edifício de apoio, parque de merendas, restaurante e cafetaria, e criação de um circuito de manutenção que permite a prática de atividades desportivas.



QCOQLI08



QCOQLI09



QCOQLI10



QCOQLI11

Atualmente a Quinta das Conchas, com uma área de cerca de 22 hectares, caracteriza-se por um amplo relvado central que foi dividido por um alinhamento de palmeiras-das-canárias (atualmente já não existem), limitado no topo mais elevado por um grupo de oliveiras e zambujeiros. Junto ao grande lago, bacia de retenção, situa-se um maciço de eucaliptos de porte emblemático. Nesta quinta podemos ainda encontrar uma extensa mata a sudeste, serpenteada por uma estrutura de caminhos, muito arborizada.

Separada da Quinta das Conchas por um muro, temos a Quinta dos Lilases, com cerca de quatro hectares, onde se encontra um lago com duas ilhas arborizadas, que simbolizam as ilhas do arquipélago de São Tomé e Príncipe, e uma mansão com inspiração arquitetónica nas antigas colónias portuguesas (Melo, 2003). Na Quinta dos Lilases, a vegetação é também marcada pelo alinhamento de zambujeiros junto ao muro da Quinta das Conchas, pela presença de eucaliptos, por algumas espécies autóctones e pela presença de plantas exóticas, sobressaindo entre estas últimas uma figueira-da-austrália junto ao portão de acesso à Quinta das Conchas.

Destas duas quintas, é na das Conchas que prevalece a diversidade arbórea, com destaque para a presença de exemplares de porte emblemático, como os ulmeiros, freixos e plátanos. Na zona da mata, podemos encontrar exemplares de cedro-do-Buçaco, uma zona de clareira relvada limitada por um maciço de oliveiras e zambujeiros. Esta quinta detém 46 exemplares classificados como arvoredo de interesse público pelo Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, de referir: o *Quercus turneri*, o *Populus canadensis*, 15 exemplares de *Zelkova serrata* e um maciço secular de *Eucalyptus globulus*. Este parque é um exemplo da reconversão de antigas quintas de recreio privadas em parque público.



QCOQLI12



QCOQLI13



QCOQLI14



QCOQLI15

Legendas das imagens

QCOQLI01 – Plataforma no lago da Quinta das Conchas, Lisboa. 2014. Fotografia. © Ana Luísa Soares.

QCOQLI02 – Carta dos Arredores de Lisboa (em destaque a área do atual Parque da Quinta das Conchas e dos Lilases). 1899 [retificada]. Folha 6, Escala original [1: 20.000]. Lisboa: Corpo do Estado-Maior. © CIGeoE, Lisboa.

QCOQLI03 – Silva Pinto (dir.). Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Parque da Quinta das Conchas e dos Lilases). 1904-1911. Levantamento por Silva Pinto e Alberto de Sá Correia, desenho de Raul Torres. Escala [1:5 000]. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

QCOQLI04 – Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Parque da Quinta das Conchas e dos Lilases). 1950. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

QCOQLI05 – Armando Maia Serôdio. [Quinta dos Lilases]. 1968. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/SER/009071]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

QCOQLI06 – Vasco Gouveia de Figueiredo. Quinta dos Lilazes. [19--]. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/VGF/000569]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

QCOQLI07 – Vasco Gouveia de Figueiredo. Palacete na Quinta das Conchas. 1967. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/VGF/000767]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

QCOQLI08 – Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Parque da Quinta das Conchas e dos Lilases). 1970. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

QCOQLI09 – Extrato da Fotografia Aérea da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Parque da Quinta das Conchas e dos Lilases). 1987. Voo FAP (n.º 36), folhas n.º 431/417, preto e branco. Escala [1:17 000]. Lisboa: IGEOE. © IGEOE, Lisboa.

QCOQLI10 – IGEOE. Extrato da Ortofotomapa da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Parque da Quinta das Conchas e dos Lilases). 2011. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © IGEOE, Lisboa.

QCOQLI11 – Vianna Barreto. Plano Geral da Quinta das Conchas e dos Lilases, em Lisboa. 1983. Desenho. Lisboa: Arquivo de António Facco Vianna Barreto. © Francisco Salvação Barreto.

QCOQLI12 – Vianna Barreto. [Legenda das plantações árvores e arbustos das quintas das Conchas e dos Lilazes]. 20/11/1980. Desenho. [PT/AMLSB/CMLSB/UROB-OM/19/81/05; Fólio 1]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

QCOQLI13 – Antiga alameda das palmeiras do Parque da Quinta das Conchas, Lisboa. 2009. Fotografia. © Ana Raquel Cunha.

QCOQLI14 – Perspetiva do Parque da Quinta das Conchas, Lisboa. 2009. Fotografia. © Ana Raquel Cunha.

QCOQLI15 – Lago da Quinta dos Lilases, Lisboa. 2014. Fotografia. © Ana Luísa Soares.

QUINTA DE SANTA CLARA

Latitude e longitude I 38.78026, -9.161641
Freguesia de Lisboa I Santa Clara
Nº Inventário I 63QSC
Número de árvores I 261
Número de espécies de árvores I 30
Árvores classificadas ICNF I -
Quinta de Recreio I século XVII - 1929
Proteção legal I -
Área do jardim I 1,8 hectares

Autor I Teresa Marques



QSC01

A Quinta de Santa Clara, anteriormente designada por Quinta Nova, localiza-se na antiga freguesia da Ameixoeira, no termo de Lisboa, hoje freguesia de Santa Clara. O portal principal da quinta, que abre para o pátio do palacete, confina com o adro da Igreja de Nossa Sra. da Encarnação, fronteiro à velha estrada da Ameixoeira de onde se obtinham dilatadas vistas, nomeadamente para o largo vale que lhe fica aos pés. A quinta é de fundação antiga, nela habitando, em finais do século XVII, o desembargador Miguel Nunes de Mesquita. Vários foram os proprietários e moradores desta quinta até que, em 1926, é adquirida pelo banqueiro Augusto Carreira de Sousa, que viria a encomendar um projeto de remodelação da casa e anexos a João Eugénio Duarte e a Fiel Viterbo (1873-1954) ficando as obras concluídas em 1932. Também o horticultor e paisagista do Porto, Jacinto de Matos (?-1948) é chamado a intervir na propriedade, que designa por 'Quinta da Ameixoeira', tendo procedido ao seu completo reordenamento, tirando partido da estruturação, compartimentação e terraceamento preexistentes, visíveis no plano da quinta de 1907-1908 do levantamento da cidade de Silva Pinto.

Por esta altura, a quinta tinha um carácter fundamentalmente agrícola, destacando-se dois jardins – um, pequeno e de traçado regular; outro, paralelo a este e junto à habitação, com canteiros e pequeno lago de formas irregulares onde cresceriam árvores e arbustos exóticos. Junto a estes jardins terminava a alameda de entrada na propriedade que, pelo lado poente, se dirigia até à casa e que ainda hoje se conserva (Marques, 2009).

Jacinto de Matos classifica a sua intervenção de 'Jardim estilo século XVIII e Parque' denunciando, por um lado, o carácter revivalista do traçado e composição do novo jardim e, por outro, a criação de um parque de feição pitoresca onde dominaria a vegetação arbórea e arbustiva em crescimento livre. A análise da Planta da Cidade de Lisboa de 1949 permite conhecer a quinta pouco depois da intervenção de Jacinto de Matos. O 'jardim estilo século XVIII' corresponderá ao conjunto, de grande dimensão, dos jardins de traçado formal, de inspiração setecentista, que se organizam em quatro patamares, separados uns dos outros por muros e balaustradas em cimento, ao longo de um eixo central, desde o conjunto edificado, a norte, até ao extremo sul da quinta (Marques, 2009).

O patamar superior, junto à casa, é formado por dois canteiros de forma retangular – um aparenta ser um bosquete, fechado por sebes e que conteria árvores do jardim preexistente, o outro, um labirinto – rematados por outros pequenos canteiros com cicas (*Cycas revoluta*). Este patamar



QSC02



QSC03



QSC04



QSC05



QSC06



QSC07

é delimitado, nos dois ângulos a sul, por pavilhões que permitiriam repousar e obter vistas para os terraços inferiores. Este jardim está hoje separado da restante propriedade, sendo de domínio privado. No segundo patamar, um jardim em forma de meia-laranja é composto por vários canteiros, delimitados por sebes e ornamentados com arbustos podados, dominando os evónimos (*Euonymus japonicus*). Os canteiros terão acolhido flores, eventualmente uma coleção de rosas. Similarmente, este patamar é fechado por muro com balaustrada que se abre, através de um lanço de escadas, para o terceiro socalco dominado por um tanque – espelho de água de grandes dimensões, construído em cimento e também ele de feição classicizante. O tanque era rodeado por um amplo relvado em torno do qual se dispunha uma bordadura de canteiros, sendo o conjunto ornamentado com elementos de topiária, dos quais ainda subsistem notáveis evónimos, peças escultóricas e taças para plantas sobre pedestais. Dois bancos com revestimento azulejar e encastrados em pequenos muros decorados com volutas encontravam-se em posição central e simétrica em relação ao espelho de água, subsistindo apenas um. Este socalco é, também ele, rematado a sul por balaustrada encimada por taças, na qual se abre um lanço de escadas para o quarto e último patamar, hoje de traçado substancialmente simplificado.

A sudeste destes dois últimos terraços, desenvolvia-se a parte da propriedade que Jacinto de Matos designou de 'parque', hoje toda urbanizada. A análise da cartografia de 1949 revela a existência de um alinhamento que corresponde à atual alameda, hoje marcada pela presença de plátanos, embora sem a complexidade formal e os detalhes da composição original. Seria este elemento linear que estabelecia a divisão entre os jardins formais e o parque, no qual dominavam as linhas curvas, embora de significativa regularidade. Um lago naturalizado e um regato sinuoso estariam entre os elementos principais da composição do parque. Esta utilização de pequenas linhas de água, conduzidas de forma naturalizada, encontram-se noutros jardins de Jacinto de Matos, designadamente nos jardins do Palácio de São Bento. O espaço seria dominado por vegetação arbórea e arbustiva diversa de elevado valor ornamental e pontuado por artefactos.

Uma parte da quinta – os três socalcos inferiores do jardim formal e o parque – foi doada pelos últimos proprietários à Câmara Municipal de Lisboa na década de 1970, iniciando-se, pouco depois, a construção de edifícios na zona do parque, que viriam a destruí-lo por completo. Do mesmo modo, a zona mais a norte, que terá mantido a sua função produtiva, aparentemente com um carácter também ornamental sob o traço de Jacinto de Matos, foi ocupada por novos edifícios.

A parte da propriedade pertencente à Câmara Municipal de Lisboa foi intervencionada com vista à sua abertura ao público em 1975. Em 2013 o jardim, com uma área aproximada de 1,8 ha, recebeu obras de recuperação sendo introduzidos um parque infantil, um quiosque e novo mobiliário de exterior. A entrada principal no jardim faz-se a partir da estrada da



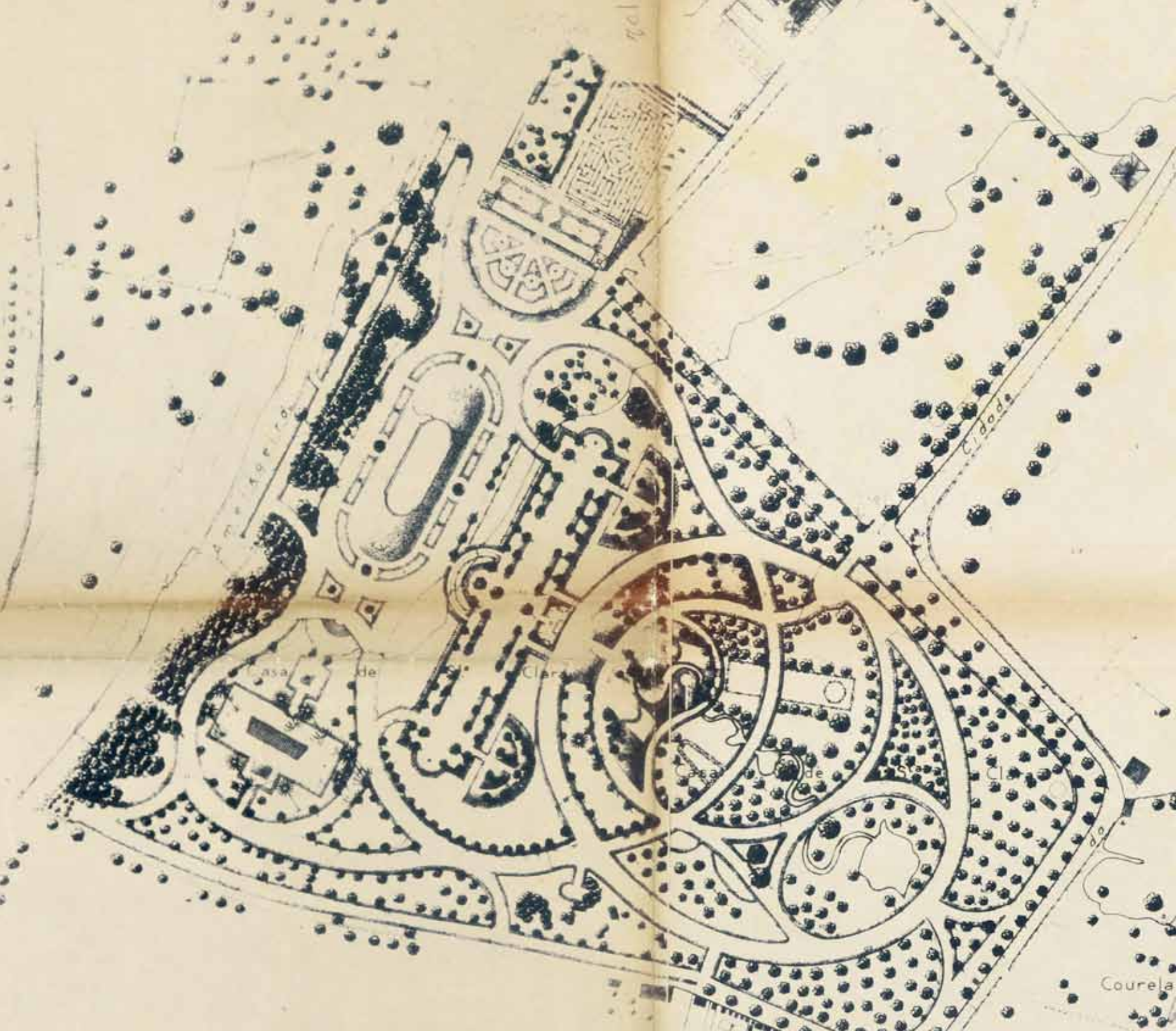
QSC08



QSC09



QSC10



C.M.L.
D.S.T.E.–D.A.J.
6.º Repartição
Planeamento e Instalação de Espaços Verdes

LOCAL: QUINTA DE Sta CLARA

DESENHO N.º: 78-72

ASSUNTO:

FOLHA N.º:

Substituído pela n.º:

DESIGNAÇÃO:

Substitui o n.º:

ESCALA

Ver os n.ºs:

O Desenhador	O Arq.to–Paisagista	Visto	Aprovado em:

Data:

QSC11

Ameixoeira, pela antiga alameda cujo portão ostenta as iniciais de Augusto Carreira de Sousa, a quem se deve a criação de tão extraordinário parque de feição classicizante e revivalista, usando novos materiais e denotando uma elevada qualidade construtiva, assim como uma composição e organização espacial apoiada por uma diversidade significativa de espécies vegetais.

Legendas das imagens

QSC01 – Quinta de Santa Clara, Lisboa. 2021. Fotografia. © Ana Luísa Soares.

QSC02 – Silva Pinto (dir.). Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim da Quinta de Santa Clara). 1904/1911. Levantamento por Silva Pinto e Alberto de Sá Correia, desenho de Raul Torres. Escala [1:5 000]. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

QSC03 – Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim da Quinta de Santa Clara). 1950. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

QSC04 – Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim da Quinta de Santa Clara). 1970. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

QSC05 – Judah Benoliel. Palacete da Quinta de Santa Clara. [196-]. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/JBN/004767]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

QSC06 – Banco com revestimento azulejar no parque da Quinta de Santa Clara. 2021. Fotografia. © Ana Luísa Soares.

QSC07 – Portão com as iniciais do nome de Augusto Carreira de Sousa (ACS), a quem se deve a criação do parque. 2021. Fotografia. © Ana Luísa Soares.

QSC08 – Extrato da Fotografia Aérea da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim da Quinta de Santa Clara). 1938/1948. Voo SPLAL, folha n.º 431, preto e branco. Lisboa: IGEOE. © IGEOE, Lisboa.

QSC09 – Extrato da Fotografia Aérea da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim da Quinta de Santa Clara). 1967. Voo FAP (n.º 9), folhas n.º 431/417, preto e branco. Escala [1:25 000]. Lisboa: IGEOE. © IGEOE, Lisboa.

QSC10 – IGEOE. Extrato da Ortofotomapa da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim da Quinta de Santa Clara). 2011. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © IGEOE, Lisboa.

QSC11 – Quinta de Santa Clara. [s.d.]. Desenho. [PT/AMLSB/CMLSB/UROB/EV/0464; Fólio 10]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

QSC12 – Uma das taças para plantas sobre pedestais existentes da Quinta de Santa Clara. 2021. Fotografia. © Ana Luísa Soares.

QSC13 – Zona do jardim de desenho formal. 2021. Fotografia. © Ana Luísa Soares.

QSC14 – Uma das peças escultóricas da Quinta de Santa Clara. 2021. Fotografia. © Ana Luísa Soares.

QSC15 – Rede de caminhos da Quinta de Santa Clara. 2021. Fotografia. © Ana Luísa Soares.



QSC12



QSC13



QSC14



QSC15

TAPADA DAS NECESSIDADES

Latitude e longitude I 38.70905, -9.169643
Freguesia de Lisboa I Estrela
Nº Inventário I 69NEC
Número de árvores I 3389
Número de espécies de árvores I 103
Árvores classificadas ICNF I todo o arvoredo
Quinta de Recreio I século XVIII
Proteção legal I ZEP: DG 288 de 16 janeiro 1983; ZEP, Port. nº 552/96, DR 232 de 07 outubro 1996. Palácio das Necessidades: IIP, Dec. nº 8/83, DG 19 de 24 janeiro 1983
Área do jardim I 10 hectares

Autor I Sónia Talhé Azambuja



NEC01

A Tapada das Necessidades localiza-se na freguesia da Estrela, na zona ocidental de Lisboa, com uma área de cerca de dez hectares murados, estendendo-se desde a cota 20 metros até à cota 81 metros, numa encosta com exposição dominante a sul e a sudoeste, com declives acentuados. Delimitada pelo Largo das Necessidades, a sudoeste, na parte mais baixa, pela Calçada das Necessidades, a este, e na parte mais alta, a Rua do Borja, a norte, e a Rua Cp. Afonso Pala, a oeste.

A construção do palácio, convento e cerca das Necessidades iniciou-se em 1742 por ordem do rei D. João V (1689-1750). A escolha do lugar, numa encosta sobranceira ao vale de Alcântara, junto da desembocadura da ribeira de Alcântara, tirou partido da vista panorâmica sobre o Tejo até ao oceano. Em 1745, o rei D. João V entregou o convento e cerca à Congregação do Oratório. Um dos fatores limitantes deste lugar foi a falta de água de nascentes e poços nesta encosta, problema que só ficou resolvido com a construção de um ramal ligado ao Aqueduto da Águas Livres. Devido à grande devoção e graças recebidas, quando o rei D. João V manda edificar um conjunto monumental, formado pela igreja, convento e cerca, e palácio real, que invoca Nossa Senhora das Necessidades (Côrte-Real, 2020).

Em 1742, o engenheiro militar José Custódio de Sá e Faria (1710-1792) projeta a cerca das Necessidades com um sistema de eixos barrocos, com tridente com base no lago central da tapada (que ainda subsiste nos dias de hoje), de onde se desenvolviam três alamedas, que desapareceram no século XIX, aquando da remodelação da tapada. O eixo principal barroco estava alinhado com o chafariz/obelisco do Largo das Necessidades, perto da capela. Junto do palácio e convento, o jardim do palácio, um *parterre de broderie* com canteiros de buxo topiado, com escadaria de acesso à tapada. A seguir ao jardim de buxo fica localizada a antiga horta dos frades que pertencia ao Convento dos Oratorianos (Albuquerque, Azambuja, & Castel-Branco, 2020).

A Tapada das Necessidades foi paço real da rainha D. Maria II (1819-1853) e do rei D. Fernando II (1816-1885), e marca o período da chegada do jardineiro-paisagista francês Jean Batiste Desiré Bonnard (1797-1861). O primeiro jardim paisagista (jardim inglês) da Casa Real surge em 1841 na Tapada da Necessidades, sendo também o primeiro jardim deste estilo em Lisboa. Para o novo relvado do jardim paisagista vem de Londres, em 1844, uma das primeiras máquinas corta-relvas do nosso país, senão mesmo a primeira. O novo estilo de jardim paisagista é uma novidade que tem origem em Inglaterra, sendo que «[...] A Escola Paisagista Inglesa é um marco histórico, porque assinala o momento em que, pela primeira vez no mundo ocidental, os jardins eruditos substituem um traçado geométrico por um traçado orgânico. As formas geométricas euclidianas foram assim



NEC02



NEC03



NEC04



NEC05



NEC06



NEC07

substituídas pelas formas irregulares da natureza» (Azambuja, 2021, p. 63). Segundo Tomás de Mello Breyner, quarto conde de Mafra, «um jardineiro francez chamado Bonard, que El-Rei D. Fernando mandara vir para traçar o parque das Necessidades e o da Pena. Tambem o mandou modificar os jardins de Mafra, [...] O Bonard foi quem traçou tambem o parque das Laranjeiras [...] do conde de Farrobo e o lindo jardim do Daupias junto [...] do Calvario» (Breyner, 1930-1934, p. 181). Bonnard também foi autor de projetos para o Jardim da Estrela, o Paço Real do Alfeite, antigo Passeio Público. Esta intervenção de Bonnard marca o início da destruição dos eixos e traçado geométrico barroco da tapada (Azambuja, 2001, p. 129). O reconhecimento do talento de Bonnard, que, além de projetar jardins, também teve um estabelecimento hortícola em Lisboa que fornecia plantas para jardins reais, jardins privados e públicos de Lisboa, foi oficializado a 24 de fevereiro de 1855, quando D. Fernando II o nomeou «Cavaleiro da Ordem de Cristo pelos seus conhecimentos botânicos, e a boa aplicação que delles tem feito no serviço dos jardins da Casa Real» (ANTT, 1855; Azambuja, 2001, p. 136).

Durante o século XIX há registo da grande variedade de espécies exóticas cultivadas na tapada, mais de 600 espécies (Azambuja & Carreiras, 2001). De acordo com Edmond Goeze, a planta mais bela do jardim seria uma palmeira, vulgarmente conhecida por coquito-do-chile (*Jubea spectabilis syn. Jubaea chilensis*) (Goeze, 1876), que D. Fernando II tinha adquirido, em 1858, ao viveirista belga Van Houtte e que terá sobrevivido no jardim de buxo do palácio até c. 1960 (Azevedo Gomes, 1960, p. 136). Este exemplar de coquito-do-chile era aclamado como o melhor desta espécie na Europa, e a sua fotografia foi publicada, em 1889, na revista da Sociedade Nacional de Aclimatação de França (Nardy Père, 1889, p. 755). Nas primeiras décadas do século XIX, são introduzidas em Portugal continental várias espécies de araucárias, tendo também sido plantadas na tapada.

Em 1889, o rei D. Carlos I (1863-1908) casa-se com D. Amélia (1865-1951) e vai viver para a Tapada das Necessidades, tendo o antigo Observatório dos Oratorianos sido reformulado com a criação da Casa do Regalo (atelier de pintura da rainha D. Amélia). D. Carlos tinha um especial gosto pelo ténis, que praticava frequentemente, sendo no seu reinado construído o campo de ténis junto ao jardim zoológico da tapada, no local onde nos dias de hoje se situa a alameda dos lódãos.

Com a implantação da República, a tapada e o palácio das Necessidades, o último paço real, entraram em grande declínio, o que levou a que, em 1939, a tapada passasse a estar afeta à Direção-Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas. Na década de 50 do século XX, na zona sul da tapada, foram edificadas algumas construções para albergar serviços de investigação florestal (Rego, 2001, p. 43). O palácio e antigo convento das Necessidades passaram a ser a sede do Ministério dos Negócios Estrangeiros em 1950. Em 1974, é demolido o antigo picadeiro real para edificação do Instituto de Defesa Nacional. Entre 1979 e 2002, a tapada esteve afeta à Estação Florestal Nacional.



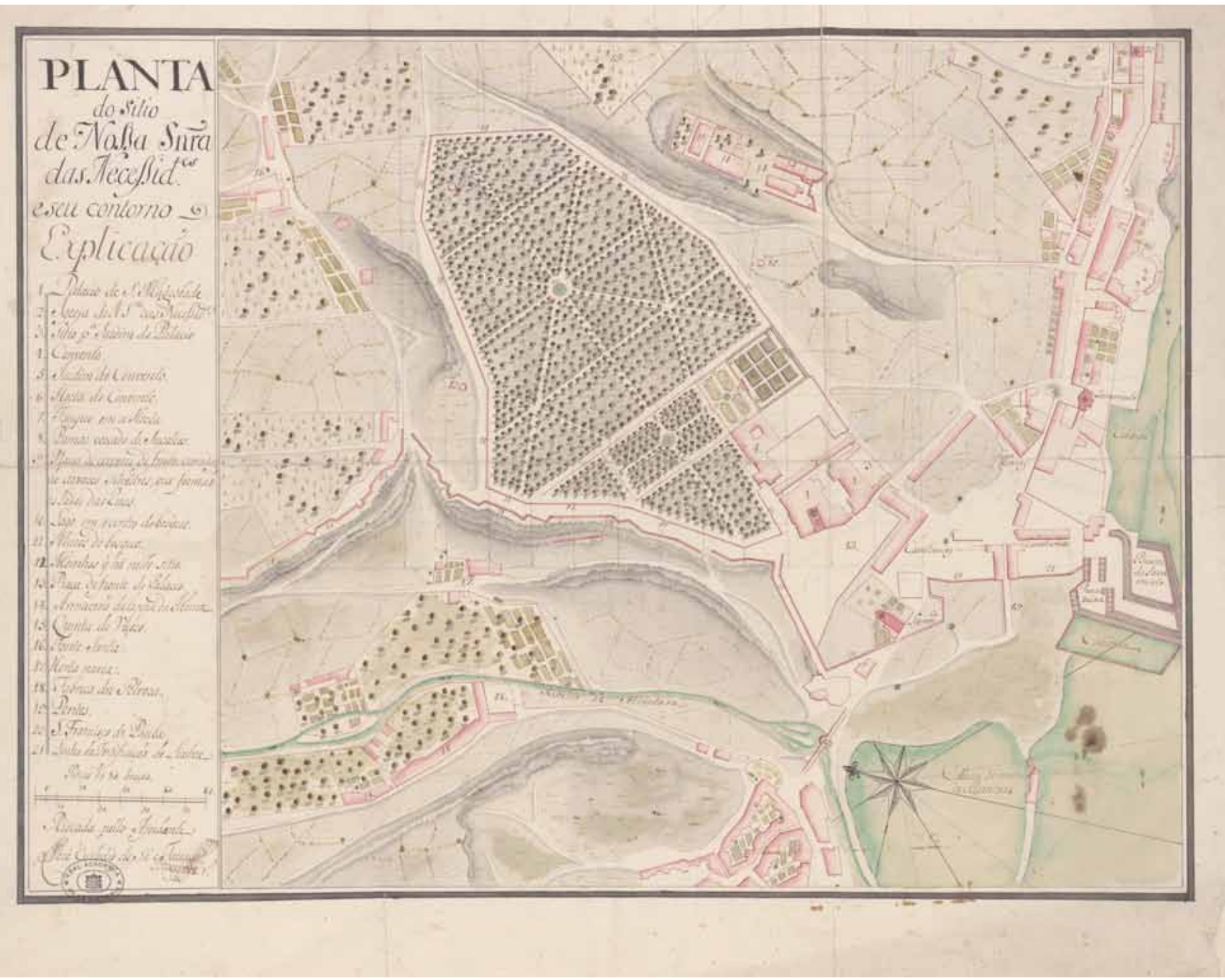
NEC08



NEC09



NEC10


PLANTA
do Sitio
de Nossa Snra
das Necessid.es
e seu contorno
Explicação

NEC11

Em 2006, ocorreu a instalação do gabinete do antigo presidente da República Jorge Sampaio na Casa do Regalo. O conjunto do arvoredo da Tapada das Necessidades está classificado pelo ICNF como de interesse público, destacando-se *Phytolacca dioica*; *Dracaena draco*; *Styphnolobium japonicum*; *Schinus terebenthifolius*; a alameda de lódãos; alfarrobeiras; Olea europaea; coleção de catos; zambujeiros, adernos e carvalhos. O conjunto do palácio, antigo convento e jardins das Necessidades estão classificados como Imóvel de Interesse Público.

Legendas das imagens

NEC01 – Relvado do jardim paisagista da Tapada das Necessidades. 2017. Fotografia. © Jorge Sousa.

NEC02 – Franco D. Milcent. Extrato do Plano geral da cidade de Lisboa em 1785 (em destaque a área da atual Tapada das Necessidades). 1785. Litografia. Lisboa: Litografia de Portugal. © AML, Lisboa.

NEC03 – Extrato do Atlas da Carta Topográfica de Lisboa (em destaque a área da atual Tapada das Necessidades). 1856-1858. Levantamento por Filipe Folque, Carlos Pezerat, Francisco Goullard e César Goullard. Original, planta colorida. Escala [1:1000]. Lisboa: [s.n.]. © AML, Lisboa.

NEC04 – Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque a área da atual Tapada das Necessidades). 1904-1911. Levantamento por Silva Pinto e Alberto de Sá Correia, desenho de Raul Torres. Escala [1:5 000]. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

NEC05 – Paulo Guedes. Palácio das Necessidades. [19--]. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/PAG/000452]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

NEC06 – Joshua Benoliel. [Passeio matinal do Rei Dom Manuel II no parque do palácio das Necessidades]. 1908-06. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/JBN/001023]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

NEC07 – [Autor não identificado]. V Exposição Nacional de Floricultura na Tapada das Necessidades. 1944. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/NEG/02/P01324 – cota: A5019]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

NEC08 – Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque a área da atual Tapada das Necessidades). 1970. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

NEC09 – Extrato da Fotografia Aérea da Cidade de Lisboa (em destaque a área da atual Tapada das Necessidades). 1938-1948. Voo SPLAL, folha n.º 431, preto e branco. Lisboa: IGEOE. © IGEOE, Lisboa.

NEC10 – Extrato da Ortofotomapa da Cidade de Lisboa (em destaque a área da atual Tapada das Necessidades). 2011. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © IGEOE, Lisboa.

NEC11 – Planta do sitio de Nossa S[e]n[o]ra das Necessid[ad]es e seu contorno [Material cartográfico, Escala (c. 1:2150)]. José Custodio de Sá e Faria (1710-1792), 1745-1749. Biblioteca Digital Real Academia de la Historia, Madrid. URL: https://bibliotecadigital.rah.es/es/consulta/registro.do?id=12563 [cons. 2013]. © Public Domain Mark 1.0, Biblioteca Digital Real Academia de la Historia, Madrid.

NEC12 – Jardim de buxo, Palácio das Necessidades. 2012. Fotografia. © António Sacchetti.

NEC13 – Casa de fresco, Tapada das Necessidades. 2012. Fotografia. © António Sacchetti.

NEC14 – Estufa circular, Tapada das Necessidades. 2012. Fotografia. © António Sacchetti.

NEC15 – Alameda de lódãos, Tapada das Necessidades. 2012. Fotografia. © António Sacchetti.



NEC12



NEC13



NEC14



NEC15

QUINTA DAS LARANJEIRAS

Latitude e longitude I 38.74423,-9.169248
Freguesia de Lisboa I São Domingos de Benfica
Nº Inventário I 38PFA
Número de árvores I -
Número de espécies de árvores I -
Árvores classificadas ICNF I -
Quinta de Recreio I 1779
Proteção legal I Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público Decreto n.º 5/2002, DR, I Série-B. n.º 42, de 19 de fevereiro de 2002, "Palácio e Jardins do Conde de Farrobo (conjunto intramuros), no qual se encontra instalado o Jardim Zoológico", Decreto n.º 735/74, DG, I Série, n.º 297, de 21 de dezembro de 1974 (classificação do Palácio dos Condes de Farrobo, incluindo o chafariz localizado na Estrada de Benfica junto à azinhaga que limita a norte o Jardim Zoológico)
Área do jardim I c. 0,4 hectares

Autores I Pedro Santiago Cal, Ana Filipa Leite, Ana Raquel Cunha, Teresa Marques e Ana Luísa Soares


PFA01

A origem da Quinta das Laranjeiras remonta a 1779, quando a então Quinta de Santo António foi adquirida pela famíla Quintela. Foi o padre Bartholomeu Quintela, tio do primeiro barão de Quintela, o responsável e mentor das obras iniciais, realizadas em 1781-82 (Araújo, 1944; Carita, 1990; Vale & Gomes, 1993).

No século XIX, esta quinta de recreio afirmou-se como uma das mais belas e afamadas de Lisboa, quando o filho do primeiro barão de Quintela, também ele Joaquim Pedro Quintela (1801-1869), segundo barão de Quintela e primeiro conde de Farrobo, tomou a seu cargo os destinos da quinta e nela empreendeu, ao longo de mais de 40 anos, muitos melhoramentos (Chaves, 1928), realizando "as obras mais grandiosas e seus principaes aformoseamentos" (Barbosa, 1863, p. 82).

A Quinta das Laranjeiras acolheu célebres festas da alta burguesia e aristocracia lisboetas, tendo não raras vezes recebido a presença real, foi um dos "mais animados pontos de encontro dos arredores da capital" (Magalhães, 1998, p. 40) e o eco destes festejos terá chegado até aos nossos dias através da expressão *farrobodó*. Considerado o "fidalgo mais opulento e cavalheiresco [...], um protector das bellas artes e um dedicado amigo dos artistas", em 1820 o conde de Farrobo mandou construir, na sua quinta, "o mais bello e confortavel theatro de Portugal" (Bastos, 1994, p. 347), hoje conhecido por Teatro Thalia, desenhado por Fortunato Lodi, o arquiteto que, mais tarde, concebeu o Teatro Nacional D. Maria II. Foi ainda nas Laranjeiras que, em 1830, pela primeira vez no nosso país, foi instalada iluminação a gás, "o que era de grande novidade para o tempo" (Chaves, 1928, p. 35).

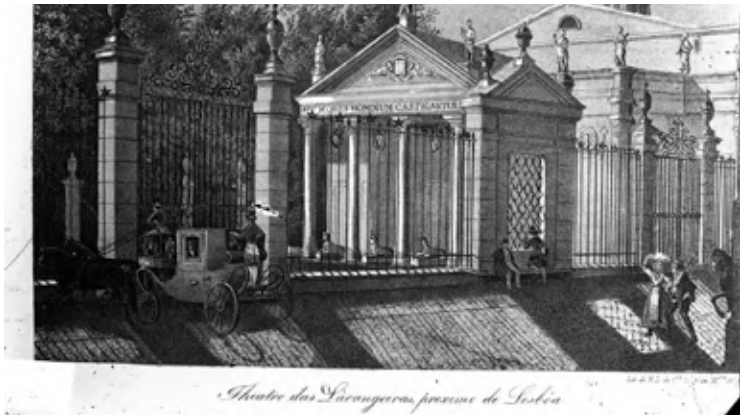
Em 1841, o conde contratou em Paris um jardineiro para dirigir a sua quinta de Lisboa. Conhecido por *Pedro das Laranjeiras,* Pierre Maurier (Angers, 1808-Lisboa, 1883) foi o jardineiro-chefe da quinta e respetivos jardins durante quase 30 anos, até à morte de Farrobo, em 1869 (Cal, 2021). Introduziu "na nossa horticultura e jardinagem os mais aperfeiçoados instrumentos e técnicas, tornando-se notável na cultura especial de certas plantas, pelo que obteve galardão em diversas exposições agricolas" (Viterbo, 1906, p. 94). Também Jean-Baptiste Bonnard (1797-1861), jardineiro francês experiente na aclimatação de plantas exóticas e chegado a Lisboa por volta de 1840 para trabalhar com D. Fernando II na Real Quinta das Necessidades, terá colaborado na Quinta das Laranjeiras (Silvestre, 2012).

A quinta era composta por diversos jardins implantados em patamares desnivelados nos quais foram construídas estufas, labirintos, lagos, estatuária, mirantes, um "chalet suisso no meio de uma mattasinha [...] e


PFA02


PFA03


PFA04



PFA05



PFA06



PFA07

casas de regalo de invenções variadissimas" (Barbosa, 1863, p. 82). As obras empreendidas por Farrobo, auxiliado pelos jardineiros franceses Maurier e Bonnard, imprimiram à quinta características formais barrocas: "os jardins em frente do palacio não são plantados ao gosto moderno, apresentando as regulares symetrias dos antigos, porem são magnificos, e povoados de variadissimas plantas, e ornados de ricos vasos de marmore". As ruas foram "guarnecidas de altas paredes de Buxo" e podia-se admirar "uma elegante pyramide de marmore de cores, [...] a belleza notavel do pequeno rio com a sua ponte pensil, cujos pilares são de marmore" e uma "ilha copada por um magnifico Freixo" (Faro, 1872, p. 126). Foram construídos "um amphitheatro de animaes ferozes e um viveiro de aves de recreio" (Barbosa, 1863, p. 82). O jardim formal, desenhado em "clara simetria, com os seus canteiros e ruas irradiando do lago central com seus vasos de mármore e figuras de buxo, espraia-se com grandeza à frente do palácio e é guardado ao fundo por um explêndido maciço de plátanos e ulmeiros". Durante o tempo de Farrobo nas Laranjeiras, foram ainda edificadas "uma casa de fresco forrada de azulejos antigos, uma extensa latada sobre colunas e a magnífica piscina que na sua grandeza, e no encanto da sua decoração, lembra as obras dos romanos" (Chaves, 1928). Foi erguido um obelisco na alameda central, "peça decorativa que se tornou frequente em muitos parques e praças públicas depois da campanha napoleónica no Egipto" (Magalhães, 1998, p. 40).

Na área mais a oeste, foi também experimentado um novo estilo que então chegava do centro da Europa – o jardim romântico – no traçado orgânico e na profusa utilização de espécies exóticas, assim como na inclusão de elementos cenográficos tais como "pórticos de marmore de architectura gótica e um pavilhão chinês" (Faro, 1872, p. 126). Nas Laranjeiras, bem como na Tapada das Necessidades ou na Quinta do Monteiro-Mor, elementos barrocos, neoclássicos e românticos coabitaram num mesmo jardim.

Durante a década de 1860, a situação financeira de Farrobo deteriorou-se, provocando a degradação na manutenção da quinta, e já em 1866 se reconheciam "signaes evidentes de pouco cuidado e attenção na limpeza e cultura d'esta excellente propriedade" (Faro, 1872, p. 126). A morte de Farrobo, em 1869, desencadeou a venda da quinta e palácio em hasta pública e, em 1874, o conjunto foi adquirido pelo duque de Abrantes e Linhares. Em 1904, a quinta, então propriedade do primeiro conde de Burnay (1838-1909), foi arrendada ao Jardim Zoológico e d' Aclimação de Lisboa, que havia sido criado e inicialmente instalado na Quinta de Santa Gertrudes em 1884, e transferido, em 1894, para a Palhavã. Inaugurou a sua nova e atual localização, nas Laranjeiras, a 28 de maio de 1905 (Chaves, 1928; Magalhães, 1998).

No ano seguinte à instalação do Jardim Zoológico nas Laranjeiras, foi criado o Jardim Colonial de Lisboa, acantonado na mesma quinta, em estufas e terrenos anexos, durante cerca de cinco anos, após os quais foi movido para a Jardim Botânico da Ajuda – provisoriamente, antes de nova e definitiva



PFA08



PFA09



PFA10


PFA11

transferência em 1912 para a cerca do Palácio de Belém («Jardim Botânico Tropical», 2015). A transferência do Jardim Colonial ocorreu em 1910, entre a Quinta das Laranjeiras e o Botânico da Ajuda, e foi supervisionada pelo francês Henri Navel (1878-1963), jardineiro diplomado pela Escola Nacional de Horticultura de Versalhes (Marques, 2014; Morembert, 1965), que se encontrava em Lisboa desde 1909, contratado como jardineiro-chefe do Jardim Botânico da Escola Politécnica de Lisboa (Tavares, 1967).

Em 1940, o Estado português comprou o palácio e jardins anexos onde instalou diversos ministérios do Governo da República. Desde 2002 está instalado no Palácio das Laranjeiras o gabinete do Ministro da Ciência, Inovação e Ensino Superior (Vale & Gomes, 1993).

O Jardim Zoológico de Lisboa mantém-se até hoje na Quinta das Laranjeiras. A meio do século XX, era um dos parques mais frequentados da capital, com "o seu magnífico arvoredo, as suas alamedas bem traçadas, o famoso roseiral e a sua numerosa fauna" (Castro, 1959, p. 16) e considerado "um dos mais bonitos da Europa" (Magalhães, 1998, p. 40). O Teatro Thalia foi restaurado em 2012 pelo arquiteto Gonçalo Byrne, e encontra-se sob a gestão da Secretaria-Geral da Educação e Ciência.

Enquanto Quinta das Laranjeiras, foi palco de experimentação na introdução de espécies botânicas, assim como de práticas e técnicas de aclimatação e propagação; foi local de encontro de jardineiros e horticultores com a elite social e política do liberalismo, que nos seus jardins ensaiaram tendências e estilos paisagistas europeus da época. Hoje é um depositório vivo de uma vegetação secular, ocupando um lugar de destaque na história da arte dos jardins desde o final do século XVIII em Lisboa. Os novos usos e funções permitiram a utilização pública da quinta, que, com a permanência de um imponente conjunto arbóreo, prorrogam a sua relevância na estrutura verde urbana de Lisboa (Cal, 2021).



PFA12



PFA13



PFA14



PFA15

Legendas das imagens

PFA01 – Jardim do Buxo no Palácio das Laranjeiras, Lisboa. 2016. Fotografia. © Andreia Sousa.

PFA02 – Carta dos Arredores de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim do Palácio Farrobo/Palácio das Laranjeiras). 1898 [retificada]. Folha 7, Escala original [1: 20.000]. Lisboa: Corpo do Estado-Maior. © CIGeoE, Lisboa.

PFA03 – Silva Pinto (dir.). Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim do Palácio Farrobo/Palácio das Laranjeiras). 1904-1911. Levantamento por Silva Pinto e Alberto de Sá Correia, desenho de Raul Torres. Escala [1:5 000]. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

PFA04 – Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim do Palácio Farrobo/Palácio das Laranjeiras). 1950. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

PFA05 – José Leitão Bárcia. Teatro Tália ou teatro das Laranjeiras, gravura. [entre 1890 e 1945]. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/BAR/000334]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

PFA06 – José Leitão Bárcia. [Teatro Tália ou teatro das Laranjeiras]. [entre 1890 e 1945]. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/BAR/000335]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

PFA07 – Alexandre Cunha. [Palácio dos Condes de Farrobo, fachada poente sobre o jardim]. [194-]-[197-]. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/HNV/000147]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

PFA08 – Extrato da Fotografia Aérea da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim do Palácio Farrobo/Palácio das Laranjeiras). 1938-1948. Voo SPLAL, folha n.º 431, preto e branco. Lisboa: IGEOE. © IGEOE, Lisboa.

PFA09 – Extrato da Fotografia Aérea da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim do Palácio Farrobo/Palácio das Laranjeiras). 1987. Voo FAP (n.º 36), folhas n.º 431/417, preto e branco. Escala [1:17 000]. Lisboa: IGEOE. © IGEOE, Lisboa.

PFA10 – IGEOE. Extrato da Ortofotomapa da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Jardim do Palácio Farrobo/Palácio das Laranjeiras). 2011. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © IGEOE, Lisboa.

PFA11 – José Leitão Bárcia. Estufas no jardim da quinta das Laranjeiras. [entre 1890 e 1945]. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/BAR/000537]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

PFA12 – Alexandre Cunha. Quinta das Laranjeiras, jardim. [s.d.]. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/ACU/002526]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

PFA13 – Paulo Guedes. Jardim Zoológico. [post. 1905]. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/NUN/000400]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

PFA14 – Artur Pastor. Palácio dos Condes de Farrobo no parque das Laranjeiras. [198-]. Fotografia. [PT/AMLSB/ART/031980]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

PFA15 – Artur Pastor. Parque das Laranjeiras, lago com fonte e nenúfares. [198-]. Fotografia. [PT/AMLSB/ART/031984]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

QUINTA DOS AZULEJOS

Quinta dos Embrechados

Latitude e longitude I 38.77336, -9.173402
Freguesia de Lisboa I Lumiar
Nº Inventário I 68QAZ
Número de árvores I não realizado
Número de espécies de árvores I não realizado
Árvores classificadas ICNF I -
Quinta de Recreio I meados do século XVIII
Proteção legal I IIP - Imóvel de Interesse Público, Decreto n.º 44 675, DG, 1.ª série, n.º 258 de 09 novembro 1962 / Incluído na classificação do Paço do Lumiar
Área do jardim I 0,3 hectares

Autores I Maria José Cachaço e Sónia Talhé Azambuja



QZA01

Inserida no Núcleo Antigo do Paço do Lumiar, junto à Rua Esquerda e à Azinhaga da Fonte Velha, na zona planáltica do concelho de Lisboa, na freguesia do Lumiar, situa-se a Quinta dos Azulejos, atual Colégio Manuel Bernardes. Trata-se de uma quinta de recreio de características barroca e *rocaille* que ao longo do tempo assumiu vários nomes: Quinta dos Embrechados, Quinta do Droguista, Quinta do Príncipe, Quinta do Espírito Santo (Almeida & Belo, 2008).

A Quinta dos Azulejos foi fundada, em meados do século XVIII, por António Colaço Torres, cavaleiro da Ordem de Cristo, filho de um ourives de Lisboa. Dada a importância e singularidade decorativa desta quinta, recebeu a visita da família real em 1753, como é atestado no painel evocativo que se situa no pátio interior do palacete (Viterbo, 1906). Há registo de que a rainha D. Maria I (1734 -1816) habitou temporariamente nesta quinta (Proença, 1924, Vol. I, p. 451). Foram vários os proprietários que por aqui passaram entre os séculos XVIII e XIX, podendo destacar-se quatro: António Colaço Torres, o fundador; António Colaço da Silva, que ampliou a quinta e propriedade; Henry Scholtz, que mandou retirar o padrão da frontaria e remodelou os jardins ao gosto do século XIX; e o padre Augusto Gomes Pinheiro, que, em 1935, fundou e instalou o Colégio Manuel Bernardes, preservando assim a preciosa coleção de azulejos. (Viterbo, 1906; Rocha, 2004; Castel-Branco, 2019).

À data da sua construção, terá tido um traçado geométrico, barroco, característico do século XVIII. Após 1903, os jardins foram remodelados segundo o traçado orgânico do jardim paisagista inglês. Um incêndio, em 1919, causou danos no palácio, tendo sido efetuadas obras no final da década de 40 do século XX segundo um projeto do arquiteto Artur Bentes (1921-2006).

A entrada no jardim faz-se por um portão de ferro ladeado por uma pérgula de glicínia em túnel e por uma série de colunas. O jardim, com uma área de cerca de 0,3 hectares, apresenta uma planta quadrangular, desenvolvendo-se segundo um eixo central longitudinal a partir do centro da casa nobre até à antiga casa de fresco. É intercetado por outros percursos, segundo uma malha quase ortogonal, por onde se distribuem bancos de pedra, alegretes, elementos de água, embrechados e estatuária, canteiros de buxo com traçado geométrico com rosas; diversas espécies de herbáceas e arbustos floridos, e árvores de grande porte dos géneros *Cupressus* sp. e *Araucaria* sp. (Castel-Branco, 2014).

É um jardim murado e intimista, construído propositadamente para o recreio e que congrega um espólio azulejar notável, de grande expressão, originalidade e qualidade artística, da autoria de Francisco Jorge da Costa (? – 1829), através da Real Fábrica de Faianças do Rato e intervenção do



QZA02



QZA03



QZA04



QAZ05



QAZ06



QAZ07

pintor José Maria Pereira Cão (1841 – 1921) (Simões; Andrade & Estadão L. 1997-2004). Estão representadas cenas bíblicas, cenas galantes de jardim, figuras mitológicas, cenas campestres e animais, alguns deles exóticos. Descrito por Stoop da seguinte forma: "Cantado pelos poetas, descrito pelos cronistas, o seu jardim [Quinta dos Azulejos] assemelha-se, contudo mais a uma peça de joalheira, ou ao interior de um palácio, do que a um grande parque de um fidalgo. [...] os muros são ornados por decorações de cerâmica de uma profusão inacreditável [...] onde evidentemente dominam os azulejos" (Stoop, 1986, p. 81). As vistas que outrora se apreendiam, para uma paisagem rural nos termos de Lisboa, perderam-se.

Hoje está inserido numa paisagem que se transformou em urbana, onde se cruzam alguns palacetes com construções mais contemporâneas. A Quinta dos Azulejos está classificada como IIP - Imóvel de Interesse Público.

Legendas das imagens

QAZ01 – Perspetiva atual da Quinta dos Azulejos. 2012. Fotografia. © António Sacchetti.

QAZ02 – Extrato da Planta da Cidade de Lisboa. 1904-1911. Levantamento por Silva Pinto e Alberto de Sá Correia, desenho de Raul Torres. Escala [1:5 000]. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

QAZ03 – Extrato da Planta da Cidade de Lisboa. 1950. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

QAZ04 – Extrato da Planta da Cidade de Lisboa. 1970. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

QAZ05 – José Artur Bárcia. Jardim da Quinta dos Azulejos, ao Paço do Lumiar. [entre 1890 e 1945]. Fotografia. [PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/BAR/000249]. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

QAZ06 – Jardim Quinta dos Azulejos, atualidade. 2010. Fotografia. © António Sacchetti.

QAZ07 – Quinta dos Azulejos. 2010. Fotografia. © António Sacchetti.

QAZ08 – Extrato da Planta da Cidade de Lisboa. 1987. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

QAZ09 – Extrato da Ortofotomapa da Cidade de Lisboa. 2001. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © IGEOE, Lisboa.

QAZ10 – Extrato da Ortofotomapa da Cidade de Lisboa. 2011. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © IGEOE, Lisboa.



QAZ08



QAZ09



QAZ10

PARQUE BENSAÚDE

Latitude e longitude I 38.75347, -9.178699
Freguesia de Lisboa I São Domingos de Benfica
Nº Inventário I 44PBE
Número de árvores I não realizado
Número de espécies de árvores I não realizado
Árvores classificadas ICNF I -
Quinta de Recreio I segunda metade do século XVIII
Proteção legal I -
Área do jardim I 3,5 hectares

Autor I Carolina Herculano



PBE01

Localizado na Estrada da Luz, em Benfica, o Parque Bensaúde ocupa uma área de 3,5 hectares. Fazia parte da Quinta de Santo António das Frechas, que, juntamente com as propriedades da Quinta da Panasqueira (ou Ferrão) e da Quinta dos Prostes (ou Prestes) constituíram exemplos das denominadas "quintas de recreio" que nos séculos XVIII e XIX caracterizavam a paisagem de Benfica.

Em 2003, dá-se a abertura do Parque Bensaúde ao público e, em 2013, é criado o Parque Hortícola Bensaúde com 20 talhões. O parque compreende uma vasta área de prado e zonas de mata, com predomínio de eucaliptos, onde se situam elementos notáveis como uma monumental azinheira (*Quercus rotundifolia*), o maior sobreiro (*Quercus suber*) da cidade de Lisboa, um carvalho-alvarinho (*Quercus robur*) e uma alameda de plátanos (*Platanus sp.*) de grande porte, alguns destes exemplares arbóreos classificados de interesse público.

O jardim surge do aproveitamento da própria inclinação do terreno, assente em três terraços. Junto do portão de acesso ao parque, situa-se uma casa de fresco com tanque retangular, sobre o conjunto de terraços ligados por escadarias. Entre os limites do jardim formal e o parque, existem memórias de uma estufa fria. Ao longo do parque, os caminhos são pontuados por elementos escultóricos, mobiliário de apoio e equipamentos lúdicos, como um recém-construído parque infantil. Atualmente, a quinta é limitada por um muro em toda a sua extensão, exceto na zona de contacto com o parque. Está divida em duas zonas pertencentes aos herdeiros do antigo proprietário, separadas por um caminho que liga a um portão de acesso.

Esta quinta remonta à segunda metade do século XVIII. No final do século XIX, com a expansão dos seus negócios, a família Bensaúde adquiriu, ao general Constantino José de Brito e a D. Maria José de Bettencourt Lapa, a Quinta de Santo António das Frechas, cujo palacete ficou conhecido por Palácio Bensaúde, que manteve até finais dos anos 70 do século XX.

No século XX, entre 1902 e 1908, Walter Bensaúde dá início ao desenvolvimento da antiga quinta. A Quinta de Santo António das Frechas passa a ter jardins adjacentes à casa de habitação. Um, localizado a norte, mais pequeno, composto por linhas circulares definindo canteiros biomórficos ligados por um eixo de simetria com a casa. Outro, a sul, de maiores dimensões, organizado por dois eixos longitudinais, paralelos à casa e à Estrada da Luz, e por outras quatro transversais, que se cruzam entre si compondo canteiros geométricos. A oeste, estão representados os terrenos de produção agrícola, onde se podem encontrar o edifício de apoio e as linhas de abastecimento às culturas.

Em 1920, com a morte de Walter Bensaúde, Vasco Elias Bensaúde (1896-1967) herda a propriedade do tio e realiza obras na quinta. Para tal, em 1921, contrata o arquiteto Raul Lino (1879-1974) para projetar e idealizar as obras de aperfeiçoamento, desde alterações na fachada principal à construção de um aviário, passando pela construção da casa da mata, de arrecadações, de um canil e de uma vedação em torno da propriedade. Em 1925, é contratado o arquiteto Carlos Ramos (1897-1969), que, com o apoio do engenheiro José Belard da Fonseca (1899-1969), projeta e realiza novas intervenções, como alterações na fachada posterior, ampliação da casa de



PBE02



PBE03



PBE04



PBE05



PBE06



PBE07

habitação, de uma estufa fria e duas quentes, e construção de um muro para a vedação. (Travassos, 2009).

O arquiteto paisagista Francisco Caldeira Cabral (1908-1992), fundador do ensino e da profissão de arquiteto paisagista em Portugal, em entrevista, em 1992, afirma ter realizado a "prática" do curso de arquitetura paisagista, que iniciou, em 1936, na Universidade Técnica de Berlim, em Lisboa, nos jardins de Vasco Bensaúde com os seus jardineiros, o inglês John McInroy e o português Mestre Germano (APAP, 2008).

Em 1938, ano de nascimento de Patrícia Bensaúde, filha mais nova de Vasco Elias Bensaúde, é possível observar, através de fotografia aérea, todas as alterações realizadas no princípio do século XX, idealizadas pelos autores referidos e que hoje são a base a de toda a composição.

A quinta é, à semelhança do jardim, também ela estruturada em patamares/terraços retangulares. O acesso dá-se através de um pequeno pátio que conduz ao primeiro patamar, do qual arranca um caminho que irá atravessar transversalmente os diferentes níveis, assegurando a ligação entre todo o espaço de recreio e o palácio. Junto à casa, desenvolve-se o primeiro patamar, um jardim de planta retangular, organizado geometricamente por canteiros de buxo, estruturados por um eixo de simetria. Este desenvolve-se na perpendicular da casa, partindo do tanque, passando por um caramanchão circular, coberto por glicínias, sob colunas de tijolo, até à fachada oeste do palácio. Paralelamente, surgem quatro eixos que subdividem o espaço e que se cruzam com quatro eixos paralelos à fachada. Ainda no primeiro patamar, mais a sul, encontra-se um amplo relvado, outrora composto por um alinhamento de palmeiras. No segundo patamar, a sul, encontram-se um campo de ténis e um edifício com um elemento de água e, a norte, duas estufas para coleções botânicas, provenientes dos Açores. No terceiro patamar, desenvolve-se, a sul, uma área aberta de recreio com um lago e uma horta dividida por talhões. O acesso ao quarto patamar é feito através de uma monumental escadaria que permite aceder aos três terraços, ligados por escadarias, com zonas de estada e de miradouro. No segundo, terraço localiza-se uma terceira estufa, com o mesmo objetivo de acolher espécies da coleção e, no terceiro e último, uma casa de fresco com um tanque retangular. Em 1979, toda a propriedade, já muito degradada, foi adquirida pelo Estado Português para serviços do Ministério da Defesa e do Ministério da Saúde e, em 1997, foram cedidos 3,5 hectares à Câmara Municipal de Lisboa para a instalação do Parque Bensaúde.

Agradecimento especial a Patrícia Bensaúde Fernandes, que tão generosamente abriu as portas de sua casa, contribuindo com informação e fotografias, revelando-se essencial para a elaboração deste estudo.



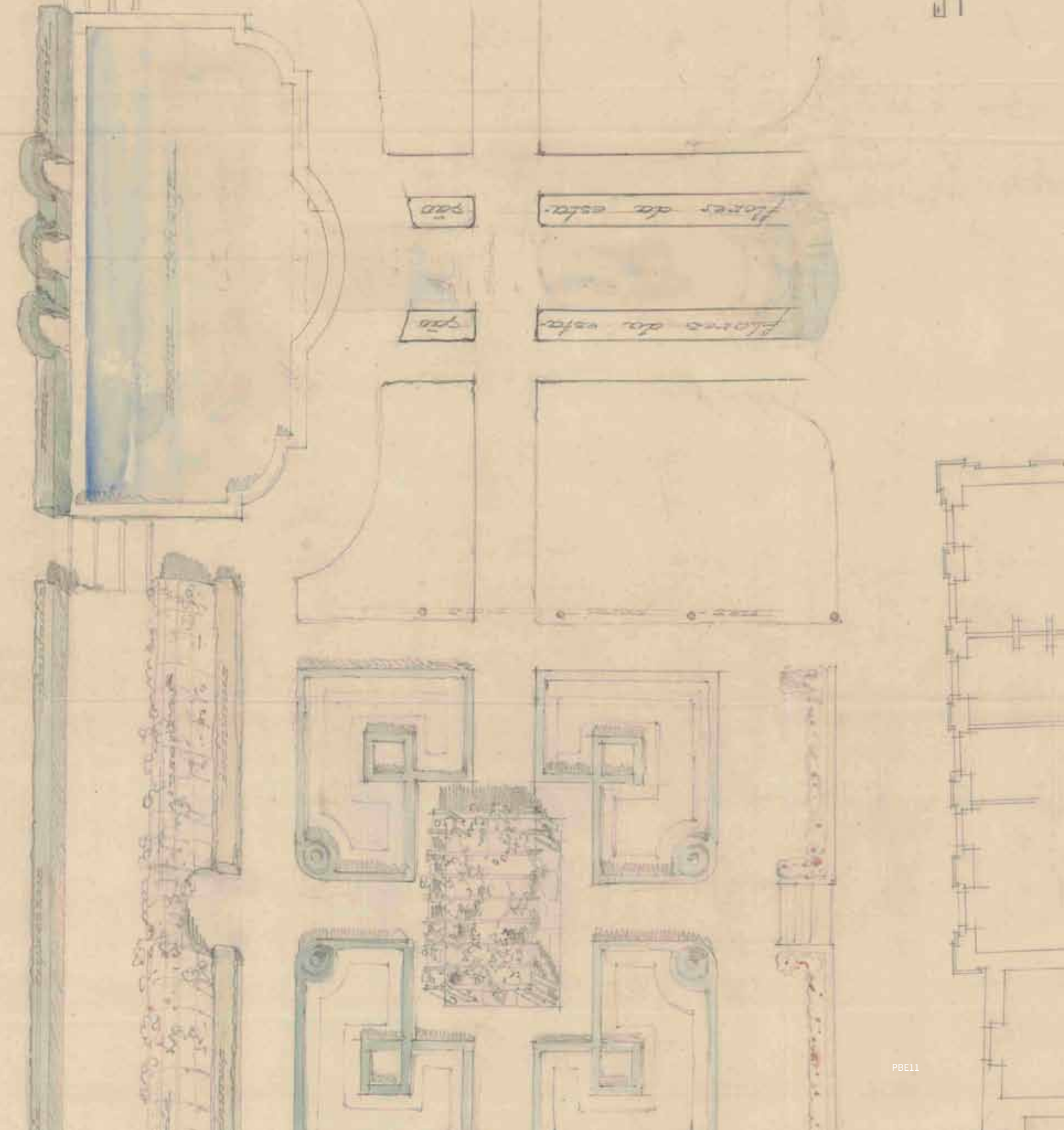
PBE08



PBE09



PBE10


PBE11

Legendas das imagens

PBE01 – Jardim do Palácio Bensaúde, Lisboa. 2015. Fotografia. © Carolina Herculano.

PBE02 – Carta dos Arredores de Lisboa (em destaque a área do atual Parque Bensaúde/Quinta de Santo António das Frechas). 1898 [retificada]. Folha 7, Escala original [1: 20.000]. Lisboa: Corpo do Estado-Maior. © CIGeoE, Lisboa.

PBE03 – Silva Pinto (dir.). Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Parque Bensaúde/Quinta de Santo António das Frechas). 1904-1911. Levantamento por Silva Pinto e Alberto de Sá Correia, desenho de Raul Torres. Escala [1:5 000]. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

PBE04 – Extrato da Planta da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Parque Bensaúde/ Quinta de Santo António das Frechas). 1950. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © AML, Lisboa.

PBE05 – Fachada do Palácio Bensaúde, Lisboa. 2015. Fotografia. © Carolina Herculano.

PBE06 – Tanque e caramanchão do Jardim do Palácio Bensaúde, Lisboa. 2015. Fotografia. © Carolina Herculano.

PBE07 – Jardim de buxo do Jardim do Palácio Bensaúde, com a fachada do palácio em segundo plano. 2015. Fotografia. © Carolina Herculano.

PBE08 – Extrato da Fotografia Aérea da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Parque Bensaúde/Quinta de Santo António das Frechas). 1938-1948. Voo SPLAL, folha n.º 431, preto e branco. Lisboa: IGEOE. © IGEOE, Lisboa.

PBE09 – Extrato da Fotografia Aérea da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Parque Bensaúde/Quinta de Santo António das Frechas). 1958. Voo USAF, folhas n.º 431/417, preto e branco. Escala [1:26 000]. Lisboa: IGEOE. © IGEOE, Lisboa.

PBE10 – IGEOE. Extrato da Ortofotomapa da Cidade de Lisboa (em destaque a área do atual Parque Bensaúde/Quinta de Santo António das Frechas). 2011. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. © IGEOE, Lisboa.

PBE11 – Raul Lino. Planta do jardim, Projecto de ampliação à casa do Exmo. Sr. Vasco Bensaúde, Estrada da Luz. [s.d.]. Desenho. [RLDA 151.19]. Lisboa: Espólio Raul Lino | FCG – Biblioteca de Arte e Arquivos. © FCG.

PBE12 – Perspetiva do Jardim do Palácio Bensaúde, Lisboa. 2015. Fotografia. © Carolina Herculano.

PBE13 – Relvado do Jardim do Palácio Bensaúde, outrora composto por um alinhamento de palmeiras. 2015. Fotografia. © Carolina Herculano.

PBE14 – Esplanada no Parque Bensaúde, Lisboa. 2014. Fotografia. © Ana Luísa Soares.

PBE15 – Lago com pequeno miradouro na parte superior, no Parque Bensaúde, Lisboa. 2014. Fotografia. © Ana Luísa Soares.



PBE12



PBE13



PBE14



PBE15



Jardim da Estrela, Lisboa. 2010. © António Sacchetti.

VIII. Três séculos de plantação nos Jardins Históricos de Lisboa: conhecer o passado e registar o presente para adaptar ao futuro

VIII.1. Metodologia do inventário arbóreo

Ana Raquel Cunha, Ana Luísa Soares, Teresa Vasconcelos, Sónia Talhé Azambuja, Pedro Arsénio, Isabel Silva, Paulo Forte, José Monteiro, Miguel Brilhante, Francisco Castro Rego

O inventário corresponde à caracterização arbórea de 64 jardins históricos da cidade de Lisboa e foi realizado no âmbito do projeto de investigação LX Gardens que decorreu entre os anos 2011 e 2014. De um modo específico, para a conceção do inventário do arvoredo dos mencionados jardins, foi empregue uma metodologia com os seguintes passos: (1) inventariação; (2) georreferenciação (com a inserção dos espécimes em sistemas de informação geográfica); e (3) identificação botânica dos espécimes catalogados. Concomitantemente, os dados provenientes das etapas anteriores foram associados a uma base de dados relacional construída em SQL Server. Ademais, com recurso a programas de análise estatística (e.g., Excel e R), foram efetuadas análises de cariz descritivo que permitiram apurar dados como, por exemplo, as espécies mais frequentes, a riqueza específica por jardim e a relação entre o número de espécies e a área do respetivo jardim (Vasconcelos *et al*., 2017).

É de ressalvar que, para 62 (97%) da totalidade dos 64 jardins amostrados, os levantamentos arbóreos foram realizados pela equipa do projeto acima referido sob coordenação da engenheira Teresa Vasconcelos. Nos restantes dois (3%), Jardim Botânico Tropical e Jardim da Fundação Calouste Gulbenkian, os respetivos inventários foram facultados pelas respetivas entidades responsáveis. Denote-se ainda que, dentre os 64 jardins estudados, em 59 foi aplicado um inventário integral e intensivo da totalidade de espécimes, bem como a sua georreferenciação (*vide* quadro VIII01). De outro modo, devido à elevada densidade arbórea por metro quadrado, em quatro jardins (*i.e.*, Parque Botânico da Tapada da Ajuda, Parque do Monteiro-Mor, jardins do Palácio dos Marqueses de Fronteira e Quinta das Conchas e dos Lilases) foi adotada uma modalidade de inventário misto. Quer isto dizer que, na área classificada como jardim, foi efetuado um inventário integral, identificando-se e georreferenciando-se as árvores, ao passo que, na área classificada como mata, foi apenas compilada uma listagem das espécies identificadas. Por último, para a Mata de Alvalade, foi apenas elaborada uma lista das espécies existentes.

Quadro VIII01 - Tipologias do inventário arbóreo realizado em 2014: jardim, mata e misto. © LX Gardens.

LX Gardens Inventário Botânico 64 jardins	A. Jardim	**59 jardins** com inventário do arvoredo e a respetiva localizações das arvores
	B. Mata	**1 jardim** apenas com listas de espécies, sem a localização das árvores (Parque José Gomes Ferrreira).
	C. Misto (jardim+mata)	**4 jardins** com inventário misto (Tapada da Ajuda, Parque Monteiro-Mor, Jardins do Palácio Fronteira e Quinta das Conchas).

Os dados de localização registados em Sistemas de Informação Geográfica (figura VIII01) incluem a seguinte informação: (1) identificação numérica única do espécime (ID); (2) código do jardim; (3) tipologia do espaço verde (jardim botânico, jardim, praça, miradouro/jardim com vista excecional, parque e quinta de recreio); (4) família; (5) género; (6) espécie; (7) classificador da espécie; (8) categorias infra específicas (i.e., subespécie, variedade ou forma); (9) origem biogeográfica da espécie (de acordo com o código continental, nível I, de Brummitt (2001) [Europa, África, Ásia temperada, Ásia tropical, Australásia, Pacífico, América do Norte, América do Sul e Antártida]); (10) naturalidade (*i.e.*, nativa de Portugal continental (N) ou introduzida (I), sendo que a última pode ter adquirido carácter invasor [I (INV)], segundo o Decreto-Lei n.º 92/2019, de 10 de julho); (11) estatuto de conservação das espécies no seu habitat natural (de acordo com as categorias da UICN – União Internacional para a Conservação da Natureza [EX – extinta, EW – extinto na Natureza, CR – criticamente em perigo, EN – em perigo, VU – vulnerável, NT – quase ameaçada, LC – pouco preocupante, DD – dados insuficientes e NE – não avaliada]; (12) regime da folha (i.e., persistente, caduco e semipersistente); (13) coordenadas do Sistema de Referência Terrestre Europeu 1989 (*European Terrestrial Reference System* – ETRS89); e a (14) indicação sobre a classificação de espécime com interesse público, pelo Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), com referência ao respetivo decreto-lei atribuído à classificação da árvore.

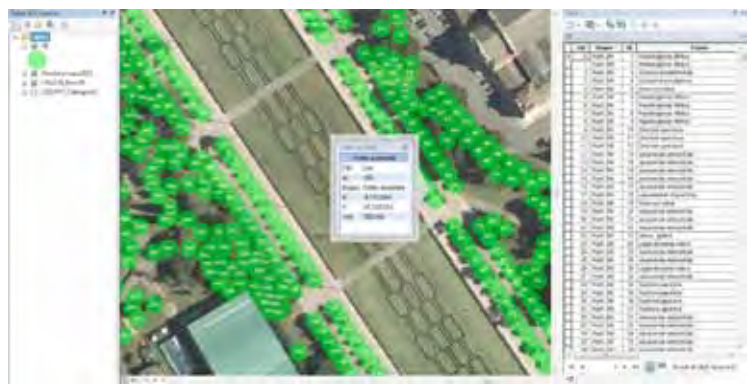


Figura VIII01 - Exemplo de introdução dos espécimes em Sistema de Informação Geográfica (SIG). 2014. © LX Gardens.

A identificação botânica, ou a sua validação, com base nos caracteres diagnosticantes da morfologia externa, foi realizada com recurso a bibliografia especializada [e.g., Bailey (1975); Bailey & Bailey (1976); Eggli (2003); Franco (1971, 1984); Franco & Afonso (1993, 1994, 1998); Huxley et

al. (1992) e Walters et al. (1984, 1986, 1989, 1995, 1997)] e à comparação com os espécimes depositados no Herbário João Carvalho e Vasconcellos (LISI), do Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa. Recorreu-se a bibliografia de referência com o intuito de verificar os nomes das famílias [Kubitzki (1990, 1993, 1998a, b)], nomes científicos [The Plant List – versão 1.1.] e os respetivos autores [Brummitt & Powell (1992)].

VIII.2. O arvoredo dos jardins e parques históricos de Lisboa: registo da sua diversidade em 2014

Ana Raquel Cunha, Ana Luísa Soares, Sónia Talhé Azambuja, Pedro Arsénio, Isabel Silva, Paulo Forte, Dalila Espírito-Santo, Maria Cristina Duarte, Teresa Antunes, Maria Manuel Romeiras, Miguel Brilhante, Teresa Vasconcelos

Lisboa, ao longo dos seus 100 km^2 providos de um clima suave e favorecida tanto de uma localização como de uma topografia privilegiada entre sete colinas, permite uma cobertura verde que almeja os 3% da sua extensão e que floresce sob a forma de 64 jardins e parques históricos. Ao longo destes é possível descobrir a presença de um leque variado de espécies botânicas nativas e introduzidas, tendo estas últimas viajado até aqui, ao longo dos tempos, vindas dos países tropicais mais quentes aos países mais frios do norte da Europa. Esta riqueza específica, de valor inestimável, teve como impulsionador a expansão marítima portuguesa e o contacto além-fronteiras que permitiu, aqui, o acolhimento de espécies vegetais das mais variadas regiões biogeográficas. Ao valor estético dos verdes 3%, adiciona-se o seu papel fundamental no aumento da biodiversidade, uma vez que servem como habitat para a fauna local, garantindo a sustentabilidade da estrutura ecológica urbana, o fornecimento dos serviços de ecossistema (i.e., provisão, regulação, suporte e culturais) e o equilíbrio na relação Homem-Natureza.

Fazendo um breve parêntese, há que questionar o porquê do foco nas árvores. As árvores, inequivocamente perenes e longevas, são *per se* um monumento natural que nos conta a história dos espaços verdes onde coabitam. Ambas as características permitem uma interação espaço temporal, debruçando-se sobre uma abordagem histórica que documenta um legado de séculos.

Num total de 64 espaços verdes estudados, o inventário realizado no ano 2014 permitiu registar 27.610 árvores, cuja riqueza específica atinge os 799 taxa (i.e., espécies, subespécies, variedades e formas), pertencentes a 103 famílias distintas e que, por sua vez, revelam uma oferta de biodiversidade vegetal acima da média verificada noutras cidades europeias. No quadro VIII02 apresenta-se a lista dos 799 taxa, detalhando-se o nome científico, família, nome vulgar, número de espécimes por espécie e o número de jardins em que surge cada espécie.

Quadro VIII02 – Listagem das 799 espécies, registadas em 2014, nos 64 jardins e parques históricos de Lisboa: designação científica, família, nome vulgar, número de espécimes por espécie e o número de jardins em que surge cada espécie. © LX Gardens.

Nº	NOME CIENTÍFICO*	FAMÍLIA**	NOME VULGAR	Nº ÁRVORES	Nº JARDINS
1	*Abies alba* Mill.	*Pinaceae*	abeto-branco	9	1
2	*Abies concolor* (Gordon) Lindl. ex Hildebr.	*Pinaceae*	abeto-do-colorado	1	1
3	*Abies pinsapo* Boiss.	*Pinaceae*	abeto-de-espanha	2	2
4	*Abroma augusta* (L.) L.f.	*Sterculiaceae*	algodoeiro-do-diabo	1	1
5	*Acacia caven* (Molina) Molina	*Mimosaceae*	espinilho	2	1
6	*Acacia cultriformis* G.Don	*Mimosaceae*	esponjinha	1	1
7	*Acacia dealbata* Link	*Mimosaceae*	mimosa	10	3
8	*Acacia farnesiana* (L.) Willd.	*Mimosaceae*	ácacia-doce, esponjeira	3	2
9	*Acacia karroo* Hayne	*Mimosaceae*	acácia-de-marfim	46	5
10	*Acacia longifolia* (Andrews) Willd.	*Mimosaceae*	acácia-de-espigas	2	1
11	*Acacia mearnsii* De Wild.	*Mimosaceae*	acácia-mimosa	20	3
12	*Acacia melanoxylon* R.Br.	*Mimosaceae*	acácia-da-austrália	87	12
13	*Acacia nilotica* (L.) Delile subsp. *cupressiformis* (J.L. Stewart) Ali & Faruli	*Mimosaceae*	acácia-do-nilo	1	1
14	*Acacia pycnantha* Benth.	*Mimosaceae*	acácia-falciforme	5	1
15	*Acacia retinodes* Schltdl.	*Mimosaceae*	acácia-virilda	2	1
16	*Acacia salicina* Lindl.	*Mimosaceae*		1	1
17	*Acacia saligna* (Labill.) Wendl.	*Mimosaceae*	acácia-azul	12	3
18	*Acca sellowiana* (O.Berg.) Burret	*Myrtaceae*	feijoa, goiabeira-ananás	13	7
19	*Acer buergerianum* Miq.	*Aceraceae*	bordo-de-três-dentes	2	1
20	*Acer campestre* L.	*Aceraceae*	bordo-comum	11	2
21	*Acer granatense* Boiss.	*Aceraceae*	bordo-de-granada	1	1

Nº	NOME CIENTÍFICO*	FAMÍLIA**	NOME VULGAR	Nº ÁRVORES	Nº JARDINS
22	*Acer monspessulanum* L.	*Aceraceae*	zelha, bordo-de-monpelier	6	3
23	*Acer negundo* L.	*Aceraceae*	pau-ferro, bordo-negundo	132	22
24	*Acer palmatum* Thunb.	*Aceraceae*	bordo-japonês	8	5
25	*Acer pictum* Thunb.	*Aceraceae*	bordo-pintado	3	1
26	*Acer platanoides* L.	*Aceraceae*	bordo-da-noruega	3	3
27	*Acer pseudoplatanus* L.	*Aceraceae*	bordo, padreiro	89	11
28	*Acokanthera oblongifolia* (Hochst.) Benth. & Hook.f. ex B.D.Jacks.	*Apocynaceae*	arbusto-veneno-das-dunas	1	1
29	*Acokanthera oppositifolia* (Lam.)Codd.	*Apocynaceae*	planta-flecha-venenosa	1	1
30	*Aesculus* x *carnea* Zeyh.	*Hippocastanaceae*	castanheiro-da-índia-avermelhado	3	1
31	*Aesculus flava* Sol.	*Hippocastanaceae*	castanheiro-da-índia-amarelo	1	1
32	*Aesculus glabra* Willd	*Hippocastanaceae*		100	19
33	*Aesculus hippocastanum* L.	*Hippocastanaceae*	castanheiro-da-índia	70	16
34	*Aesculus* x *woerlitzensis* Koehne	*Hippocastanaceae*		2	1
35	*Afrocarpus gracilior* (Pilg.) C.N.Page	*Podocarpaceae*		1	1
36	*Afrocarpus mannii* (Hook.f.) C.N.Page	*Podocarpaceae*	pinheiro-de-são-tomé	23	4
37	*Agathis robusta* (C.Moore ex F.Muell.) F.M.Bailey	*Araucariaceae*	pinheiro-kauri	9	4
38	*Ageratina ligustrina* (DC.) R.M.King & H.Rob.	*Asteraceae*	ageratina- folhas-de-alfenheiro, aranhas	1	1
39	*Agonis flexuosa* (Muhl. ex Willd.) Sweet	*Myrtaceae*	árvore- hortelã-pimenta	2	2
40	*Ailanthus altissima* (Mill.) Swingle	*Simaroubaceae*	ailanto-da-china	90	15
41	*Albizia julibrissin* Durazz.	*Mimosaceae*	albízia-de -constantinopla	3	2
42	*Alchornea cordifolia* (Schumach. & Thonn.) Müll.Arg.	*Euphorbiaceae*	pó-de-arco	1	1
43	*Aleurites moluccanus* (L.) Willd.	*Euphorbiaceae*	nogueira-da-india	4	1
44	*Allocasuarina verticillata* (Lam.) L.A.S.Johnson	*Casuarinaceae*	casuarina-de-ramos-pendentes	2	1
45	*Alnus cordata* (Loisel.) Duby	*Betulaceae*	amieiro-napolitano	6	2
46	*Alnus glutinosa* (L.) Gaertn.	*Betulaceae*	amieiro-vulgar	8	3
47	*Aloe barberae* Dyer	*Aloaceae*		3	2
48	*Aloe dichotoma* Masson	*Aloaceae*		1	1
49	*Aloe excelsa* A.Berger	*Aloaceae*		1	1
50	*Aloe ferox* Mill.	*Aloaceae*	aloe-do-cabo	1	1
51	*Aloe plicatilis* (L.) Mill.	*Aloaceae*		3	2
52	*Aloe thraskii* Baker	*Aloaceae*		2	1
53	*Aloysia citriodora* Palau	*Verbenaceae*	bela-luísa, cidrão,doce-lima, lúcia-lima, limonete	1	1
54	*Annona cherimola* Mill.	*Annonaceae*	anoneira, cherimólia	16	5
55	*Apollonias barbujana* (Cav.) Bornm.	*Lauraceae*	barbusano	28	8

Nº	NOME CIENTÍFICO*	FAMÍLIA**	NOME VULGAR	Nº ÁRVORES	Nº JARDINS
56	*Araucaria angustifolia* (Bertol.) Kuntze	*Araucariaceae*	araucária-do-brasil, pinheiro-do-paraná	6	3
57	*Araucaria bidwillii* Hook.	*Araucariaceae*	araucária-de-queenslândia	27	10
58	*Araucaria columnaris* (G.Forst.) Hook.	*Araucariaceae*	araucária-colunar	17	9
59	*Araucaria cunninghamii* Mudie	*Araucariaceae*	araucária-da-baía-de-moreton	8	4
60	*Araucaria heterophylla* (Salisb.) Franco	*Araucariaceae*	araucária-de-norfolk	24	11
61	*Arbutus unedo* L.	*Ericaceae*	medronheiro, ervodo, ervedeiro	112	18
62	*Archontophoenix cunninghamiana* (H.Wendl.) H.Wendl. & Drude	*Arecaceae*	palmeira-de-queenslândia	1	1
63	*Ardisia sieboldii* Miq.	*Myrsinaceae*	planta-de-semente-ocre	4	1
64	*Arenga pinnata* (Wurmb) Merr.	*Arecaceae*	palmeira-de-açucar	1	1
65	*Argania spinosa* (L.) Skeels	*Sapotaceae*	argão	1	1
66	*Asimina triloba* (L.) Dunal	*Annonaceae*	papaw	3	1
67	*Austrocedrus chilensis* (D.Don) Pic.Serm. & Bizzarii	*Cupressaceae*	ciprestre-andino	3	1
68	*Balantium antarcticum* (Labill.) C. Presl	*Dicksoniaceae*	feto-arbóreo	9	1
69	*Baloghia inophylla* (G.Forst.) P.S.Green	*Euphorbiaceae*		1	1
70	*Banksia integrifolia* L.f.	*Proteaceae*	cigarrilheira, banksia-costeira	5	3
71	*Bauhinia acuminata* L.	*Caesalpiniaceae*		3	2
72	*Bauhinia corniculata* Benth.	*Caesalpiniaceae*		1	1
73	*Bauhinia forficata* Link	*Caesalpiniaceae*	pata-de-vaca-branca	14	7
74	*Bauhinia purpurea* L.	*Caesalpiniaceae*	unha-de-boi	13	3
75	*Bauhinia variegata* L.	*Caesalpiniaceae*	pata-de-vaca-rosada	21	6
76	*Beaucarnea recurvata* Lem.	*Dracaenaceae*	pata-de-elefante	24	7
77	*Beaucarnea stricta* Lem.	*Dracaenaceae*		4	4
78	*Berberis* × *spaethii* C.K.Schneid.	*Berberidaceae*		1	1
79	*Betula pendula* Roth	*Betulaceae*	vidoeiro	3	2
80	*Betula pubescens* Ehrh.	*Betulaceae*	vidoeiro-português	21	3
81	*Bismarckia nobilis* Hildebr. & H.Wendl.	*Arecaceae*	palmeira-azul	1	1
82	*Bougainvillea spectabilis* Willd.	*Nyctaginaceae*	primavera	19	6
83	*Brachychiton acerifolius* (A.Cunn. ex G.Don) F.Muell.	*Sterculiaceae*	árvore-em-chamas	16	6
84	*Brachychiton bidwilli* Hook.	*Sterculiaceae*		3	1
85	*Brachychiton discolor* F. Muell.	*Sterculiaceae*		2	2
86	*Brachychiton populneus* (Schott & Endl.) R.Br.	*Sterculiaceae*	árvore-garrafa	135	26

Nº	NOME CIENTÍFICO*	FAMÍLIA**	NOME VULGAR	Nº ÁRVORES	Nº JARDINS
87	*Brachychiton rupestris (T.Mitch. ex Lindl.) K.Schum.*	*Sterculiaceae*		3	2
88	*Brahea armata S.Watson*	*Arecaceae*	palma-branca	27	9
89	*Brahea edulis H.Wendl. ex S.Watson*	*Arecaceae*	palma-de-guadaluoe	7	2
90	*Broussonetia papyrifera (L.) L'Hér. ex Vent.*	*Moraceae*	amoreira-do-papel	46	5
91	*Brugmansia arborea (L.) Steud.*	*Solanaceae*	anágua-de-vénus, copo-de-vénus	1	1
92	*Brugmansia pittieri (Saff.) Moldenke*	*Solanaceae*	anágua-de-vénus	1	1
93	*Brugmansia x candida Pers.*	*Solanaceae*		14	4
94	*Butia capitata (Mart.) Becc.*	*Arecaceae*	butiá-do-brasil	4	3
95	*Butia eriospatha (Mart. ex Druce) Becc.*	*Arecaceae*	butiá-da-serra	1	1
96	*Buxus sempervirens L.*	*Buxaceae*	buxo	161	15
97	*Caesalpinia gilliesii (Hook.) D.Dietr.*	*Caesalpiniaceae*	ave-de-paraíso	3	1
98	*Caesalpinia paraguariensis (Parodi) Burkart*	*Caesalpiniaceae*		2	2
99	*Caesalpinia spinosa (Molina) Kuntze*	*Caesalpiniaceae*	falso-pau-brasil	47	4
100	*Calliandra houstoniana (Mill.) Standl. var. calothyrsus (Meissner) Barneby*	*Mimosaceae*		2	1
101	*Calliandra tweedii Benth.*	*Mimosaceae*	calliandra	1	1
102	*Callicarpa mollis Siebold & Zucc.*	*Verbenaceae*		1	1
103	*Callistemon citrinus (Curtis) Skeels*	*Myrtaceae*	escovilhão-de-garrafas-vermelho	4	2
104	*Callistemon linearifolius (Link) DC.*	*Myrtaceae*		1	1
105	*Callistemon macropunctatus (Dum Cours.) Cout.*	*Myrtaceae*	penacheiro, lava-garrafas	2	2
106	*Callistemon pachyphyllus Cheel*	*Myrtaceae*		3	2
107	*Callistemon phoeniceus Lindl.*	*Myrtaceae*	penacheiro, lava-garrafas	1	1
108	*Callistemon pinifolius (J.C.Wendl.) Sweet*	*Myrtaceae*		1	1
109	*Callistemon rigidus R.Br.*	*Myrtaceae*	lava-garrafas	6	3
110	*Callistemon subulatus Cheel*	*Myrtaceae*		1	1
111	*Callistemon viminalis (Sol. ex Gaertn.) G.Don*	*Myrtaceae*	lava-garrafas-chorão	8	4
112	*Callistemon viridiflorus (Sol. ex Gaertn.) G.Don*	*Myrtaceae*	lava-garrafas-verde	1	1
113	*Calocedrus decurrens (Torr.) Florin*	*Cupressaceae*	cedro-do-incenso	6	3
114	*Calodendrum capense (L.f.) Thunb.*	*Rutaceae*	castanheiro-do-cabo	1	1

Nº	NOME CIENTÍFICO*	FAMÍLIA**	NOME VULGAR	Nº ÁRVORES	Nº JARDINS
115	*Calycanthus chinensis* (W.C. Cheng & S.Y. Chang) P.T.Li	*Calycanthaceae*		1	1
116	*Calycanthus floridus* L. var. *glaucus* (Willd.) Torr. & A.Gray	*Calycanthaceae*	especiaria	não quantificado	1
117	*Calycanthus occidentalis* Hook. & Arn.	*Calycanthaceae*	calicantos-aromático	2	2
118	*Camellia japonica* L.	*Theaceae*	cameleira, japoneira	26	6
119	*Carissa bispinosa* (L.) Desf. ex Brenan	*Apocynaceae*		2	1
120	*Carissa macrocarpa* (Eckl.) A.DC.	*Apocynaceae*	cereja-de-natal	4	2
121	*Carpinus betulus* L.	*Betulaceae*	carpa-europeia	1	1
122	*Carya cordiformis* (Wangenh.) K.Koch	*Juglandaceae*		1	1
123	*Carya illinoinensis* Pers.	*Juglandaceae*	nogueira-pecana, pecano	8	3
124	*Carya ovata* (Mill.) K.Koch	*Juglandaceae*		1	1
125	*Cascabela thevetia* (L.) Lippold	*Apocynaceae*	oleander-amarelo	4	4
126	*Casimiroa edulis* La Llave	*Rutaceae*	sapote-branco	13	3
127	*Cassine papillosa* (Hochst.) Kuntze	*Celastraceae*		4	2
128	*Castanea sativa* Mill.	*Fagaceae*	castanheiro-vulgar	5	1
129	*Castanospermum australe* A.Cunn. & C.Fraser	*Fabaceae*	castanheiro-da-austrália	1	1
130	*Casuarina cunninghamiana* Miq.	*Casuarinaceae*	casuarina-chorão	264	17
131	*Casuarina equisetifolia* L.	*Casuarinaceae*	casuarina-litoral	7	2
132	*Casuarina glauca* Sieber ex Spreng.	*Casuarinaceae*	pinheiro-esbranquiçado-da-austrália	118	8
133	*Catalpa bignonioides* Walter	*Bignoniaceae*	catalpa-comum	23	6
134	*Catalpa* x *erubescens* Carrière	*Bignoniaceae*		5	2
135	*Catalpa ovata* G.Don	*Bignoniaceae*	catalpa-amarelada	3	1
136	*Catalpa speciosa* (Warder ex Barney) Warder ex Engelm.	*Bignoniaceae*	catalpa-setentrional	3	1
137	*Cedrela odorata* L.	*Meliaceae*	cedro-cheiroso	3	2
138	*Cedrus atlantica* (Endl.) Manetti ex Carrière	*Pinaceae*	cedro-do-atlas	21	12
139	*Cedrus deodara* (Roxb. ex D.Don) G.Don	*Pinaceae*	cedro-do-himalaia	67	17
140	*Cedrus libani* A.Rich.	*Pinaceae*	cedro-do-líbano	19	5

Nº	NOME CIENTÍFICO*	FAMÍLIA**	NOME VULGAR	Nº ÁRVORES	Nº JARDINS
141	*Ceiba crispiflora* (Kunth) Ravenna	*Bombacaceae*	sumaúma-crespa	3	2
142	*Ceiba insignis* (Kunth) P.E.Gibbs & Semir	*Bombacaceae*	sumaúma-amarelada	2	2
143	*Ceiba pentandra* (L.) Gaertn.	*Bombacaceae*	kapoc	1	1
144	*Ceiba speciosa* (A. St.-Hil.) Ravenna	*Bombacaceae*	sumaúma, pineira-branca	93	21
145	*Celtis africana* Burm.f.	*Ulmaceae*	lódão-de-áfrica	1	1
146	*Celtis australis* L. subsp. *australis*	*Ulmaceae*	lódão-bastardo, agreira	2530	46
147	*Celtis australis* L. subsp. *caucasica* (Willd.) C.C.Towns.	*Ulmaceae*	lódão-do-Cáucaso	172	5
148	*Celtis laevigata* Willd. var. *laevigata*	*Ulmaceae*		1	1
149	*Celtis laevigata* Willd. var. *reticulata* (Torr.) Benson	*Ulmaceae*		1	1
150	*Celtis occidentalis* L.	*Ulmaceae*	lódão-americano	141	12
151	*Celtis sinensis* Pers.	*Ulmaceae*	lodão-japonês	16	4
152	*Cephalotaxus fortunei* Hook.	*Cephalotaxaceae*	teixo-fortunei	5	2
153	*Cephalotaxus harringtonii* (Knight ex J.Forbes) K.Koch	*Cephalotaxaceae*	teixo-japonês	6	2
154	*Ceratonia siliqua* L.	*Caesalpiniaceae*	alfarrobeira	413	19
155	*Ceratozamia mexicana* Brongn.	*Zamiaceae*		2	1
156	*Cercidiphyllum japonicum* Siebold & Zucc. ex J.J. Hoffm. J.H. Schult. bis	*Cercidiphyllaceae*	Katsura	1	1
157	*Cercidiphyllum magnificum* (Nakai) Nakai	*Cercidiphyllaceae*	Katsura	2	1
158	*Cercis siliquastrum* L.	*Caesalpiniaceae*	olaia, árvore-de-judas	927	33
159	*Cereus hildmannianus* K.Schum.	*Cactaceae*		3	2
160	*Cereus uruguayanus* R.Kiesling	*Cactaceae*		1	1
161	*Cestrum* × *cultum* Francey	*Solanaceae*		8	4
162	*Chaenomeles japonica* (Thunb.) Lindl. ex Spach	*Rosaceae*	marmeleiro-de-flor, cidónia	1	1
163	*Chaenomeles* x *superba* (Frahm) Rehler	*Rosaceae*		1	1
164	*Chamaecyparis formosensis* Matsum.	*Cupressaceae*	camecipáris-da-formosa	1	1
165	*Chamaecyparis lawsoniana* (A.Murray bis) Parl.	*Cupressaceae*	camecipáris-do-oregon, cedro-de-oregon	13	3
166	*Chamaecyparis obtusa* (Siebold & Zucc.) Endl.	*Cupressaceae*	camecipáris-hinoqui	11	5

Nº	NOME CIENTÍFICO*	FAMÍLIA**	NOME VULGAR	Nº ÁRVORES	Nº JARDINS
167	*Chamaecyparis pisifera* (Siebold & Zucc.) Endl.	*Cupressaceae*	cipreste-sawara	3	2
168	*Chamaedorea pochutlensis* Liebm.	*Arecaceae*		2	2
169	*Chamaedorea tepejilote* Liebm.	*Arecaceae*		1	1
170	*Chamaerops humilis* L.	*Arecaceae*	palmeira-das-vasouras, palmeira-anã	93	21
171	*Chimonanthus praecox* (L.) Link	*Calycanthaceae*	caneleira-de-floração-invernal	1	1
172	*Chrysophyllum imperiale* (Linden ex K.Koch & Fintelm.) Benth. & Hook.f.	*Sapotaceae*	marmeleiro-do-mato-brasileiro	2530	46
173	*Cinnamomum burmanni* (Nees & T.Nees) Blume	*Lauraceae*	canela-da-indonésia	172	5
174	*Cinnamomum camphora* (L.) J.Presl	*Lauraceae*	canforeira	1	1
175	*Cinnamomum tamala* (Buch.-Ham.) T.Nees & Eberm.	*Lauraceae*	tejpata	1	1
176	*Cinnamomum verum* J.Presl	*Lauraceae*	caneleira-da-índia	141	12
177	*Citharexylum spinosum* L.	*Verbenaceae*	árvore-rabeca	16	4
178	*Citrus* x *aurantium* L.	*Rutaceae*	laranjeira-azeda, laranjeira-de-sevilha	5	2
179	*Citrus glauca* (lindl.) Burkill	*Rutaceae*		6	2
180	*Citrus limon* (L.) Osbeck	*Rutaceae*	limoeiro, limoeiro-azedo	413	19
181	*Citrus paradisi* Macfad.	*Rutaceae*	toranjeira-grapefruto	2	1
182	*Citrus reticulata* Blanco	*Rutaceae*	tangerineira, mandarina, clementina	1	1
183	*Citrus sinensis* (L.) Osbeck	*Rutaceae*	laranjeira-doce	2	1
184	*Citrus trifoliata* L.	*Rutaceae*	limão-de-jardim	927	33
185	*Clutia pulchella* L.	*Euphorbiaceae*		3	2
186	*Cocculus laurifolius* DC.	*Menispermaceae*		1	1
187	*Coffea arabica* L	*Rubiaceae*	cafeeiro-comum	8	4
188	*Colletia paradoxa* (Spreng.) Escal.	*Rhamnaceae*	curro	1	1
189	*Colletia spinosissima* J.F.Gmel.	*Rhamnaceae*		1	1
190	*Coprosma repens* A.Rich.	*Rubiaceae*	planta-espelho	1	1
191	*Cordyline australis* (G.Forst.) Endl.	*Agavaceae*	fiteira	13	3
192	*Cordyline fruticosa* (L.) A. Chev.	*Agavaceae*	árvore-dos-reis	11	5

Nº	NOME CIENTÍFICO*	FAMÍLIA**	NOME VULGAR	Nº ÁRVORES	Nº JARDINS
193	*Cordyline indivisa* (G. Forst.) Steud.	*Agavaceae*	coqueiro-de-venus	1	1
194	*Cornus alba* L.	*Cornaceae*		5	2
195	*Cornus alternifolia* L.f.	*Cornaceae*	sanguinho-de-folhas-alternas	4	1
196	*Cornus amonum* Mill. subsp. *obliqua* (Raf.) J.S. Wilson	*Cornaceae*		1	1
197	*Cornus capitata* Wall.	*Cornaceae*	sanguinho-morango	4	2
198	*Cornus florida* L.	*Cornaceae*	sanguinho-florido	4	1
199	*Cornus mas* L.	*Cornaceae*	corniso	1	1
200	*Cornus officinalis* Siebold, & Zucc.	*Cornaceae*		1	1
201	*Cornus sanguinea* L.	*Cornaceae*	sanguinho-legítimo	2	1
202	*Cornus walteri* Wangerin	*Cornaceae*	sanguinho-walter	5	2
203	*Corylus avellana* L.	*Betulaceae*	aveleira-comum	5	4
204	*Corymbia citriodora* (Hook.) K.D.Hill & L.A.S.Johnson	*Myrtaceae*	eucalipto-limão	3	1
205	*Corymbia ficifolia* (F. Muell.) K.D.Hill & L.A.S.Johnson	*Myrtaceae*	eucalipto ornamental	4	1
206	*Corymbia maculata* (Hook.) K.D.Hill & L.A.S.Johnson	*Myrtaceae*		5	3
207	*Corynocarpus laevigatus* J.R.Forst. & G.Forst.	*Corynocarpaceae*	barrileiro, loureira, falsa-tamareira	183	21
208	*Cotinus coggygria* Scop.	*Anacardiaceae*	cótino	1	1
209	*Cotoneaster integerrimus* Medik.	*Rosaceae*		5	2
210	*Cotoneaster lacteus* W.W.Sm.	*Rosaceae*		11	4
211	*Cotoneaster pannosus* Franch.	*Rosaceae*		5	2
212	*Crataegus azarolus* L.	*Rosaceae*	azarola	1	1
213	*Crataegus douglasii* Lindl.	*Rosaceae*	espinheiro-negro	2	1
214	*Crataegus laevigata* (Poir.) DC.	*Rosaceae*	espinheiro-inglês, pilriteiro-inglês	6	3
215	*Crataegus* x *lavallei* Hérincq ex Lavallée	*Rosaceae*		67	12
216	*Crataegus monogyna* Jacq.	*Rosaceae*	pilriteiro	2	1
217	*Cryptomeria japonica* (Thunb ex L.f.) D.Don	*Taxodiaceae*	criptoméria-do-japão	8	2
218	*Cunninghamia konishii* Hayata	*Taxodiaceae*	falsa-araucaria-da-formosa	7	1

Nº	NOME CIENTÍFICO*	FAMÍLIA**	NOME VULGAR	Nº ÁRVORES	Nº JARDINS
219	*X Cupressocyparis leylandii* Dallim. & A.B. Jacks	*Cupressaceae*		13	2
220	*Cupressus arizonica Greene* var. *arizonica*	*Cupressaceae*	cipreste-do-arizona	8	2
221	*Cupressus arizonica Greene* var. *glabra* (Sudw.) Little	*Cupressaceae*	cipreste-de-casca-mole	30	5
222	*Cupressus bakeri* Jeps.	*Cupressaceae*	cipreste-do-modoc	7	1
223	*Cupressus funebris* Endl.	*Cupressaceae*	cipreste-chorão-da-china	6	2
224	*Cupressus goveniana* Gordon	*Cupressaceae*	cipreste-gowen	4	1
225	*Cupressus lusitanica* Mill. var. *benthamii* (Endl.) Carrière	*Cupressaceae*	cipreste-do-buçaco de ramos planos	482	24
226	*Cupressus lusitanica* Mill. var. *lusitanica*	*Cupressaceae*	cipreste-do-buçaco	2	1
227	*Cupressus macnabiana* A. Murray bis	*Cupressaceae*		1	1
228	*Cupressus macrocarpa* Hartw.	*Cupressaceae*	cipreste-da-califórnia, ciprestre-de-monterey	28	9
229	*Cupressus nootkatensis* D.Don	*Cupressaceae*	cipreste-amarelo	1	1
230	*Cupressus sempervirens* L.	*Cupressaceae*	cipreste-comum	1146	37
231	*Cupressus torulosa* D.Don	*Cupressaceae*	cipreste-do-himalaia, cipreste-do-butão	3	1
232	*Curtisia dentata* (Burm.f.) C.A.Sm	*Cornaceae*		2	1
233	*Cycas revoluta* Thunb.	*Cycadaceae*	cica, ramo-bento	56	13
234	*Cycas rumphii* Miq.	*Cycadaceae*	sago-do-ceilão	1	1
235	*Cydonia oblonga* Mill.	*Rosaceae*	marmeleiro	10	7
236	*Dasylirion wheeleri* S.Watson ex Rothr.	*Agavaceae*	iúca-do-chaparral	3	2
237	*Diospyros kaki* L.f.	*Ebenaceae*	diospireiro, alperceiro-do-japão	8	4
238	*Diospyros lotus* L.	*Ebenaceae*	árvore-de-santo-andré	12	1
239	*Diospyros virginiana* L.	*Ebenaceae*	diospireiro-da-virgínia	1	1
240	*Dodonaea multijuga* G.Don	*Sapindaceae*		1	1
241	*Dodonaea viscosa* (L.) Jacq.	*Sapindaceae*	vassoura-do-campo	13	4
242	*Dombeya burgessiae* Gerrard ex Harv.	*Sterculiaceae*		3	3
243	*Dombeya × cayeuxii* André	*Sterculiaceae*	dombeia	1	1
244	*Dombeya rotundifolia* (Hochst.) Planch.	*Sterculiaceae*		9	6

Nº	NOME CIENTÍFICO*	FAMÍLIA**	NOME VULGAR	Nº ÁRVORES	Nº JARDINS
245	*Dovyalis caffra* (Hook.f. & Harv.) Sim	*Flacourtiaceae*	macieira-cafre	10	5
246	*Dracaena draco* (L.) L. subsp. *caboverdeana* Marrero Rodr. & R.Almeida	*Dracaenaceae*	dragoeiro-de-cabo-verde	59	11
247	*Dracaena marginata* hort.	*Dracaenaceae*		2	2
248	*Drimys winteri* J.R.Forst. & G.Forst.	*Winteraceae*	casca-de-anta	2	1
249	*Duranta erecta* L.	*Verbenaceae*	violeteira-do-brasil	11	5
250	*Ehretia acuminata* R.Br.	*Boraginaceae*		7	1
251	*Ehretia anacua* (Terán & Berland.) I.M.Johnst.	*Boraginaceae*		3	1
252	*Elaeagnus angustifolia* L.	*Elaeagnaceae*	oliveira-do-paraíso	27	8
253	*Elaeagnus pungens* Thunb.	*Elaeagnaceae*	oliveira ondulada	2	2
254	*Elaeagnus rhamnoides* (L.) A.Nelson	*Elaeagnaceae*	espinheiro-marítimo	1	1
255	*Elaeagnus* x *submacrophylla* Servett.	*Elaeagnaceae*		1	1
256	*Elaeagnus umbellata* Thunb.	*Elaeagnaceae*	oliveira-do-outono, groselheira-dos-açores	4	2
257	*Encephalartos altensteinii* Lehm.	*Zamiaceae*		2	1
258	*Encephalartos lehmannii* Lehm.	*Zamiaceae*	cica-azul	2	1
259	*Encephalartos transvenosus* Stapf & Burtt	*Zamiaceae*		1	1
260	*Entelea arborescens* R.Br.	*Tliaceae*		1	1
261	*Eriobotrya deflexa* (Hemsl.) Nakai	*Rosaceae*		2	1
262	*Eriobotrya japonica* (Thunb.) Lindl.	*Rosaceae*	nespereira	85	16
263	*Erythrina caffra* Thunb.	*Fabaceae*	coralina	25	7
264	*Erythrina coralloides* DC.	*Fabaceae*	flor-de-coral	28	5
265	*Erythrina crista-galli* L.	*Fabaceae*	coraleira, feijoeiro-da-índia	102	16
266	*Erythrina lysistemon* Hutch.	*Fabaceae*		4	2
267	*Erythrina speciosa* Andrews	*Fabaceae*	eritrina-candelabro	2	1
268	*Escallonia bifida* Link & Otto	*Escalloniaceae*		2	1
269	*Eucalyptus* x *affinis* H.Deane & Maiden	*Myrtaceae*		3	1
270	*Eucalyptus alba* Reinw. ex Blume	*Myrtaceae*	palavão-branco	4	2

Nº	NOME CIENTÍFICO*	FAMÍLIA**	NOME VULGAR	Nº ÁRVORES	Nº JARDINS
271	*Eucalyptus* x *algeriensis* A.Vilm. ex Trab.	*Myrtaceae*		82	9
272	*Eucalyptus botryoides* Sm.	*Myrtaceae*	eucalipto-falso-mogno	3	1
273	*Eucalyptus camaldulensis* Dehnh.	*Myrtaceae*	eucalipto-de-opérculo-rostrado	45	5
274	*Eucalyptus cladocalyx* F.Muell.	*Myrtaceae*		2	2
275	*Eucalyptus cornuta* Labill.	*Myrtaceae*		1	1
276	*Eucalyptus crebra* F.Muell.	*Myrtaceae*		8	3
277	*Eucalyptus delegatensis* F.Muell. ex R.T.Baker	*Myrtaceae*		3	2
278	*Eucalyptus diversicolor* F.Muell.	*Myrtaceae*	eucalipto-colossal	234	11
279	*Eucalyptus diversifolia* Bonpl.	*Myrtaceae*		9	3
280	*Eucalyptus globulus* Labill.	*Myrtaceae*	eucalipto-comum	2	1
281	*Eucalyptus gomphocephala* A.Cunn ex DC.	*Myrtaceae*		1	1
282	*Eucalyptus* × *kirtoniana* F.Muell.	*Myrtaceae*	falso-mogno	1	1
283	*Eucalyptus lehmannii* (Schauer) Benth.	*Myrtaceae*		2	1
284	*Eucalyptus leucoxylon* F.Muell.	*Myrtaceae*		10	4
285	*Eucalyptus microtheca* F. Muell.	*Myrtaceae*		1	1
286	*Eucalyptus nitens* (H.Deane & Maiden) Maiden	*Myrtaceae*		3	2
287	*Eucalyptus ovata* Labill.	*Myrtaceae*		1	1
288	*Eucalyptus paniculata* Sm.	*Myrtaceae*		7	5
289	*Eucalyptus polyanthemos* Schauer	*Myrtaceae*		1	1
290	*Eucalyptus puntacta* DC.	*Myrtaceae*		11	6
291	*Eucalyptus robusta* Sm.	*Myrtaceae*	eucalipto-robusto	1	1
292	*Eucalyptus rudis* Endl.	*Myrtaceae*		1	1
293	*Eucalyptus tereticornis* Sm.	*Myrtaceae*	eucalipto-de-opérculo-pontudo	4	1
294	*Eucalyptus viminalis* Labill.	*Myrtaceae*	eucalipto-com-folhas-de-vimeiro	3	2
295	*Eucommia ulmoides* Oliv.	*Eucommiaceae*		6	2
296	*Eugenia involucrata* DC.	*Myrtaceae*	cerejeira-do-mato, cerejeira-do-rio-grande	1	1

Nº	NOME CIENTÍFICO*	FAMÍLIA**	NOME VULGAR	Nº ÁRVORES	Nº JARDINS
297	*Eugenia myrcianthes* Nied.	*Myrtaceae*	pessegueiro-do-mato	1	1
298	*Eugenia uniflora* L.	*Myrtaceae*	pitanga, pitangueira	8	4
299	*Euonymus europaeus* L.	*Celastraceae*	evónimo-europeu	1	1
300	*Euonymus japonicus* Thunb.	*Celastraceae*	evónimo-do-japão	100	15
301	*Euphorbia pedroi* Molero & Rovina	*Euphorbiaceae*	euforbia-de-josé-gomes-pedro	2	1
302	*Euphorbia piscatoria* Aiton	*Euphorbiaceae*	figueira-do-inferno	3	2
303	*Euphorbia pulcherrima* Willd. ex Klotzsch.	*Euphorbiaceae*	flores-de-páscoa, poinsétia	19	6
304	*Euphorbia triangularis* Desf. ex A. Berger	*Euphorbiaceae*		2	1
305	*Euphorbia tuckeyana* Steud.	*Euphorbiaceae*		1	1
306	*Euphorbia umbellata* (Pax) Bruyns	*Euphorbiaceae*	janaúba	2	1
307	*Fagus sylvatica* L.	*Fagaceae*	faia-europeia	9	3
308	*Fatsia japonica* (Thunb.) Decne. & Planch.	*Araliaceae*	arália	10	3
309	*Ficus altissima* Blume	*Moraceae*	falsa-figueira-da-borracha	4	2
310	*Ficus aurea* Nutt.	*Moraceae*		1	1
311	*Ficus benghalensis* L.	*Moraceae*	figueira-de-bengala	2	2
312	*Ficus benjamina* L.	*Moraceae*	figueira-da-índia	84	16
313	*Ficus carica* L.	*Moraceae*	figueira	71	15
314	*Ficus celebensis* Corner	*Moraceae*		1	1
315	*Ficus coronata* Spin	*Moraceae*		1	1
316	*Ficus elastica* Roxb. ex Hornem.	*Moraceae*	árvore-da-borracha	25	11
317	*Ficus eximia* Schott	*Moraceae*		1	1
318	*Ficus habrophylla* G.Benn. ex Seem.	*Moraceae*		1	1
319	*Ficus luschnathiana* (Miq.) Miq.	*Moraceae*		1	1
320	*Ficus lutea* Vahl	*Moraceae*		2	1
321	*Ficus lyrata* Warb.	*Moraceae*	figueira-de-folha-violino	6	1
322	*Ficus macrophylla* Desf. ex Pers.	*Moraceae*	árvore-da-borracha-australiana	34	13

Nº	NOME CIENTÍFICO*	FAMÍLIA**	NOME VULGAR	Nº ÁRVORES	Nº JARDINS
323	*Ficus microcarpa* L.f.	*Moraceae*	árvore-do-pagode, figueira-de-goa	12	4
324	*Ficus natalensis* Hochst. subsp. *leprieurii* (Miq.) C.C.Berg	*Moraceae*		1	1
325	*Ficus religiosa* L.	*Moraceae*	figueira-das-pagodas	6	3
326	*Ficus repens* Roxb. ex Sm.	*Moraceae*	mama-de-parede	2	1
327	*Ficus rubiginosa* Desf. ex Vent.	*Moraceae*		38	7
328	*Ficus rumphii* Bl.	*Moraceae*	falsa-figueira-do-pagode	1	1
329	*Ficus superba* Miq.	*Moraceae*		1	1
330	*Ficus sur* Forssk.	*Moraceae*		1	1
331	*Ficus sycomorus* L.	*Moraceae*	figueira-do-egipto	2	2
332	*Ficus virens* Aiton	*Moraceae*	árvore-de-são-josé	1	1
333	*Firmiana simplex* (L.) W.Wight	*Sterculiaceae*		5	3
334	*Fontanesia fortunei* Carrière	*Rhamnaceae*		1	1
335	*Frangula azorica* Grubov	*Rhamnaceae*	gingeira-brava	1	1
336	*Fraxinus americana* L.	*Oleaceae*	freixo-americano, freixo-branco	4	2
337	*Fraxinus angustifolia* Vahl subsp. *angustifolia*	*Oleaceae*	freixo-de folha-estreita	960	26
338	*Fraxinus angustifolia* Vahl subsp. *oxycarpa* (Willd.) Franco & Rocha Afonso	*Oleaceae*		1	1
339	*Fraxinus angustifolia* Vahl subsp. *syriaca* (Boiss.) Yalt.	*Oleaceae*		1	1
340	*Fraxinus anomala* Torr. ex S. Watson	*Oleaceae*	freixo-de-folha-simples	1	1
341	*Fraxinus excelsior* L.	*Oleaceae*	freixo-europeu	15	4
342	*Fraxinus floribunda* Wall.	*Oleaceae*	freixo-de-flor-do -himalaia	5	1
343	*Fraxinus latifolia* Benth.	*Oleaceae*	freixo-de-oregon	1	1
344	*Fraxinus ornus* L.	*Oleaceae*	freixo-de-flor, freixo-de-maná	32	6
345	*Fraxinus pennsylvanica* Marshall	*Oleaceae*		16	8
346	*Freylinia lanceolata* (L.) G.Don	*Scrophulariaceae*		3	3
347	*Furcraea parmentieri* (Roezl) García-Mend.	*Agavaceae*		3	1
348	*Gardenia thunbergia* Thunb.	*Rubiaceae*	gardénia-branca	1	1

Nº	NOME CIENTÍFICO*	FAMÍLIA**	NOME VULGAR	Nº ÁRVORES	Nº JARDINS
349	*Gesnouinia arborea* (L.) Gaudich.	*Urticaceae*	urtigão-do-monte	1	1
350	*Ginkgo biloba* L.	*Ginkgoaceae*	ginkgo, árvore-da-china	92	16
351	*Gleditsia caspia* Desf.	*Caesalpiniaceae*		5	1
352	*Gleditsia triacanthos* L.	*Caesalpiniaceae*	espinheiro-da-virgínia	87	15
353	*Grevillea olivacea* A.S.George	*Proteaceae*		1	1
354	*Grevillea robusta* A.Cunn. ex R.Br.	*Proteaceae*	grevília	207	25
355	*Grevillea thelemanniana* Hügel ex Lindl.	*Proteaceae*		1	1
356	*Grewia biloba* D.Don	*Tiliaceae*		1	1
357	*Grewia occidentalis* L.	*Tiliaceae*		1	1
358	*Greyia sutherlandii* Hook. & Harv.	*Greyiaceae*		4	2
359	*Hakea laurina* R.Br.	*Proteaceae*	háquea-com-folhas-de-loureiro	1	1
360	*Hakea salicifolia* (Vent.) B.L.Burtt	*Proteaceae*	háquea-com-folhas-de-salgueiro	1	1
361	*Hakea sericea* Schrad. & J.C.Wendl.	*Proteaceae*	háquea-picante	1	1
362	*Halleria lucida* L.	*Scrophulariaceae*		8	1
363	*Hamamelis virginiana* L.	*Hamamelidaceae*	hamamele-americana	1	1
364	*Harpephyllum caffrum* Bernh.	*Anacardiaceae*	ameixeira-cafir	7	3
365	*Harpullia pendula* Planch. ex F.Muell.	*Sapindaceae*		1	1
366	*Heteromorpha trifoliata* (H.L.Wendl.) Eckl. & Zeyh.	*Apiaceae*		3	1
367	*Hibiscus mutabilis* L.	*Malvaceae*	rosa-louca	1	1
368	*Hibiscus rosa-sinensis* L.	*Malvaceae*	rosa-da-china	25	11
369	*Hibiscus syriacus* L.	*Malvaceae*	hibisco-da-síria, malva-arbórea, cardeal-violeta	26	12
370	*Hibiscus tiliaceus* L.	*Malvaceae*	algodoeiro-da-praia	1	1
371	*Hippobromus pauciflorus* Radlk.	*Sapindaceae*		1	1
372	*Hovenia dulcis* Thunb.	*Rhamnaceae*	videira-passa-japonesa	2	2
373	*Howea belmoreana* (C.Moore & F.Muell.) Becc.	*Arecaceae*		3	1
374	*Howea forsteriana* (F.Muell.) Becc.	*Arecaceae*	quência	147	17

Nº	NOME CIENTÍFICO*	FAMÍLIA**	NOME VULGAR	Nº ÁRVORES	Nº JARDINS
375	*Hypericum canariense* L.	*Hypericaceae*	hipericão-das-canárias	12	3
376	*Idesia polycarpa* Maxim.	*FLacourtiaceae*		2	1
377	*Ilex aquifolium* L.	*Aquifoliaceae*	azevinho-comum,visqueiro, pica-folha	24	7
378	*Ilex cornuta* Lindl. & Paxton	*Aquifoliaceae*		1	1
379	*Ilex integra* Thunb.	*Aquifoliaceae*		3	1
380	*Ilex perado* Aiton subsp. *azorica* Tutin	*Aquifoliaceae*	azevinho-dos açores	2	1
381	*Ilex rotunda* Thunb.	*Aquifoliaceae*	azevinho	1	1
382	*Inga edulis* Mart.	*Mimosaceae*	ingácipó	1	1
383	*Iochroma coccineum* Scheid.	*Solanaceae*		2	2
384	*Iochroma cyaneum* (Lindl.) G.H.M.Lawr. & J.M. Tucker	*Solanaceae*		6	3
385	*Jacaranda mimosifolia* D.Don	*Bignoniaceae*	jacarandá	460	36
386	*Jasminum humile* L.	*Oleaceae*		1	1
387	*Jatropha integerrima* Jacq.	*Euphorbiaceae*		2	9
388	*Jubaea chilensis* (Molina) Baill.	*Arecaceae*	coquito-do-chile	4	4
389	*Juglans cinerea* L.	*Juglandaceae*	nogueira-branca	2	1
390	*Juglans mandshurica* Maxim.	*Juglandaceae*	nogueira-da-china	1	1
391	*Juglans nigra* L.	*Juglandaceae*	nogueira-negra	25	11
392	*Juglans regia* L.	*Juglandaceae*	nogueira-comum	9	4
393	*Juniperus cedrus* Webb & Berthel.	*Cupressaceae*	zimbro-da-madeira	2	1
394	*Juniperus chinensis* L.	*Cupressaceae*	zimbro-da-china	4	4
395	*Juniperus communis* L.	*Cupressaceae*	zimbro-comum	6	2
396	*Juniperus phoenicea* L. var. *phoenicea*	*Cupressaceae*	zimbro	4	1
397	*Juniperus phoenicea* L. var. *turbinata* (Guss) Parl.	*Cupressaceae*	zimbro-das-areias	5	4
398	*Juniperus sabina* L.	*Cupressaceae*	sabina-rasteira	1	1
399	*Juniperus virginiana* L.	*Cupressaceae*	zimbro-da-virgínia	25	4
400	*Kalanchoe beharensis* Drake	*Crassulaceae*	flor-da-fortuna	1	1

Nº	NOME CIENTÍFICO*	FAMÍLIA**	NOME VULGAR	Nº ÁRVORES	Nº JARDINS
401	*Kleinia neriifolia* Haw.	*Asteraceae*		6	1
402	*Koelreuteria bipinnata* Franch.	*Sapindaceae*		7	3
403	*Koelreuteria elegans* (Seem.) A.C.Sm. subsp. *formosana* (Hayata) F.G.Mey.	*Sapindaceae*		4	1
404	*Koelreuteria paniculata* Laxm.	*Sapindaceae*	coreutéria	14	7
405	*Laburnum anagyroides* Medik	*Fabaceae*	codesso-bastardo, chuva-de-ouro	2	1
406	*Lagerstroemia indica* L.	*Lythraceae*	flores-de-merenda- vermelha	132	17
407	*Lagunaria patersonia* (Andrews) G.Don	*Malvaceae*		36	13
408	*Lantana camara* L.	*Verbenaceae*	lantana, cambará, camará	2	1
409	*Laurus azorica* (Seub.) Franco	*Lauraceae*	loureiro-dos-açores	4	2
410	*Laurus nobilis* L.	*Lauraceae*	loureiro, loireiro	306	25
411	*Laurus novocanariensis* Rivas Mart., Lousã, Fern.Prieto, E.Dias, J.C.Costa & C.Aguiar	*Lauraceae*	loureiro-das canárias	3	1
412	*Leptospermum laevigatum* (Gaertn.) F.Muell.	*Myrtaceae*	árvore-do-chá-australiana	2	2
413	*Leucaena leucocephala* (Lam.) de Wit	*Mimosaceae*	leucena	12	4
414	*Ligustrum japonicum* Thunb.	*Oleaceae*	alfenheiro-pequeno-do-japão	2	2
415	*Ligustrum lucidum* W.T. Aiton	*Oleaceae*	alfenheiro-do-japão	833	36
416	*Ligustrum ovalifolium* Hassk.	*Oleaceae*	alfenheiro-da-california	5	3
417	*Ligustrum sempervirens* (Franch.) Lingelsh.	*Oleaceae*		1	1
418	*Ligustrum sinense* Lour.	*Oleaceae*	alfenheiro-peludo	30	12
419	*Ligustrum vulgare* L.	*Oleaceae*	alfenheiro-vulgar	2	1
420	*Lindera benzoin* (L.) Blume	*Lauraceae*	aroma-a- incenso	1	1
421	*Liquidambar styraciflua* L.	*Hamamelidaceae*	liquidâmbar	55	6
422	*Liriodendron tulipifera* L.	*Magnoliaceae*	tulipeiro-da-virgínia	7	4
423	*Livistona australis* (R.Br.) Mart.	*Arecaceae*	levistonia-da-austrália	33	5
424	*Livistona chinensis* (Jacq.) R.Br. ex Mart.	*Arecaceae*	levistonia-da-china	22	8
425	*Lonicera maackii* (Rupr.) Maxim.	*Caprifoliaceae*	madressilva	11	3
426	*Lophostemon confertus* (R.Br.) Peter G.Wilson & J.T. Waterh.	*Myrtaceae*	buxo-de-brisbane	4	2

Nº	NOME CIENTÍFICO*	FAMÍLIA**	NOME VULGAR	Nº ÁRVORES	Nº JARDINS
427	*Lycianthes rantonnetii* (Carrière) Bitter	*Solanaceae*		6	2
428	*Lycium fremontii* A. Gray	*Solanaceae*		1	1
429	*Lycium horridum* Thunb.	*Solanaceae*		1	1
430	*Macadamia integrifolia* Maiden & Betche	*Proteaceae*	macadâmia	5	2
431	*Macadamia ternifolia* F. Muell.	*Proteaceae*	macadâmia	2	1
432	*Macadamia tetraphylla* L.A.S.Johnson	*Proteaceae*	macadâmia	3	1
433	*Maclura pomifera* (Raf.) C.K.Schneid.	*Moraceae*	laranjeira-de-osage	39	5
434	*Magnolia champaca* (L.) Baill. ex Pierre	*Magnoliaceae*	magnólia-amarela	2	2
435	*Magnolia compressa* Maxim.	*Magnoliaceae*	michela	1	1
436	*Magnolia grandiflora* L.	*Magnoliaceae*	magnólia-sempreverde	170	30
437	*Magnolia kobus* DC. var. *borealis* Sarg.	*Magnoliaceae*	magnólia-branca-do japão	6	2
438	*Magnolia salicifolia* (Siebold & Zucc.) Maxim.	*Magnoliaceae*	magnólia-folha-de-salgueiro	1	1
439	*Magnolia stellata* (Siebold & Zucc.) Maxim.	*Magnoliaceae*		1	1
440	*Magnolia* × *soulangeana* Soul.-Bod.	*Magnoliaceae*		1	1
441	*Magnolia tripetala* (L.) L.	*Magnoliaceae*	magnólia-guarda-chuva	3	1
442	*Magnolia virginiana* L.	*Magnoliaceae*		4	2
443	*Mahonia japonica* (Thunb.) DC.	*Berberidaceae*		3	1
444	*Mallotus japonicus* (L.f.) Müll.Arg.	*Euphorbiaceae*		5	3
445	*Malus domestica* Borkh.	*Rosaceae*	macieira cultivada	14	4
446	*Malus niedzwetzkyana* Dieck ex Koehne	*Rosaceae*		2	1
447	*Malus* x *purpurea* (A.Barbier) Rehder	*Rosaceae*	macieira-ornamental	1	1
448	*Malvaviscus arboreus* Cav.	*Malvaceae*	malvavisco	3	3
449	*Mangifera indica* L.	*Anacardiaceae*	mangueira	2	1
450	*Markhamia lutea* (Benth.) K. Schum.	*Bignoniaceae*	marcâmia	1	1
451	*Maurocenia frangularia* Pers.	*Ceslastraceae*		5	2
452	*Melaleuca armillaris* (Sol. ex Gaertn.) Sm.	*Myrtaceae*		21	6

Nº	NOME CIENTÍFICO*	FAMÍLIA**	NOME VULGAR	Nº ÁRVORES	Nº JARDINS
453	*Melaleuca cuticularis* Labill.	*Myrtaceae*		4	1
454	*Melaleuca hypericifolia* Sm.	*Myrtaceae*		3	2
455	*Melaleuca lanceolata* Otto	*Myrtaceae*		não quantificado	1
456	*Melaleuca leucadendra* (L.) L.	*Myrtaceae*	árvore-branca	6	1
457	*Melaleuca preissiana* Schauer	*Myrtaceae*		4	2
458	*Melaleuca quinquenervia* (Cav.) S.T.Blake	*Myrtaceae*		2	1
459	*Melaleuca styphelioides* Sm.	*Myrtaceae*		10	3
460	*Melia azedarach* L.	*Meliaceae*	conteira, amargoseira	22	6
461	*Melicope ternata* J.R.Forst. & G.Forst.	*Rutaceae*		5	1
462	*Metasequoia glyptostroboides* Hu & W.C.Cheng	*Taxodiaceae*	metasequoia	4	2
463	*Metrosideros excelsa* Sol. ex Gaertn.	*Myrtaceae*	metrosídero	48	14
464	*Mimosa aculeaticarpa* Ortega	*Mimosaceae*		1	1
465	*Montanoa bipinnatifida* (Kunth) K.Koch	*Asteraceae*	malmequer-arbóreo	30	9
466	*Moringa oleifera* Lam.	*Moringaceae*	moringueiro	1	1
467	*Morus alba* L.	*Moraceae*	amoreira-branca	104	20
468	*Morus nigra* L.	*Rutaceae*	amoreia-preta	2	2
469	*Myoporum laetum* G.Forst.	*Myoporaceae*	mulatas	343	14
470	*Myrica faya* Dryand.	*Myricaceae*	samouco, faia-das-ilhas	3	2
471	*Myriocarpa longipes* Liebm.	*Urticaceae*		2	1
472	*Myriocarpa stipitata* Benth.	*Urticaceae*		1	1
473	*Myrsine africana* L. var. *africana*	*Myrsinaceae*	tamujo	2	2
474	*Myrtus communis* L.	*Myrtaceae*	murta	45	10
475	*Nandina domestica* Thunb.	*Berberidaceae*	nandina	1	1
476	*Nerium oleander* L.	*Apocynaceae*	cevadilha, loendro	127	15
477	*Nicotiana glauca* Graham	*Solanaceae*	charuto-do-rei, tabaco-bravo	2	2
478	*Nolina juncea* (Zucc.) J.F.Macbr.	*Agavaceae*		2	1

Nº	NOME CIENTÍFICO*	FAMÍLIA**	NOME VULGAR	Nº ÁRVORES	Nº JARDINS
479	*Nolina longifolia* (Karw. ex Schult. & Schult.f.) Hemsl.	*Agavaceae*		3	1
480	*Noltea africana* (L.) Rchb. f.	*Rhamnaceae*		2	2
481	*Ocotea foetens* (Aiton) Baill.	*Lauraceae*	til, árvore-da-chuva	19	8
482	*Olea capensis* L. subsp. *macrocarpa* (C.H.Wright) I.Verd.	*Oleaceae*	oliveira-do-cabo	1	1
483	*Olea europaea* L. subsp. *europaea*	*Oleaceae*	oliveira, zambujeiro	2255	32
484	*Opuntia cochenillifera* Steud.	*Cactaceae*	cacto-de-cochonilha	1	1
485	*Opuntia ficus-indica* (L.) Mill.	*Cactaceae*	figueira-da-índia	7	5
486	*Opuntia leucotricha* DC.	*Cactaceae*		2	4
487	*Opuntia monacantha* (Willd.) Haw.	*Cactaceae*		3	2
488	*Opuntia robusta* J.C. Wendl.	*Cactaceae*		1	1
489	*Oreopanax nymphaeifolius* (Hibberd) Decne. & Planch. ex G. Nicholson	*Araliaceae*		8	4
490	*Osteomeles schweriniae* C.K.Schneid.	*Rosaceae*		1	1
491	*Ostrya carpinifolia* Scop.	*Betulaceae*	óstria, carpa-preta	2	2
492	*Osyris alba* L.	*Santalaceae*	sândalo-branco	1	1
493	*Pachira aquatica* Aubl.	*Bombacaceae*	castanheiro-do-maranhão	1	1
494	*Paliurus spina-christi* Mill.	*Rhamnaceae*	espinheiro-de-cristo	3	2
495	*Paraserianthes lophantha* (Willd.) I.C.Nielsen	*Mimosaceae*	albízia	2	2
496	*Parkinsonia aculeata* L.	*Caesalpiniaceae*	espinheiro-de-jesusalém	5	3
497	*Parrotia persica* C.A.Mey.	*Hamamelidaceae*		4	1
498	*Paulownia tomentosa* Steud.	*Scrophulariaceae*	paulónia	6	5
499	*Peltophorum dubium* (Spreng.) Taub.	*Caesalpiniaceae*		2	1
500	*Pereskia grandifolia* Haw.	*Cactaceae*	rosa-madeira	1	1
501	*Persea americana* Mill.	*Lauraceae*	abacateiro, pereira-abacate	30	12
502	*Persea indica* (L.) Spreng.	*Lauraceae*	vinhático-das-ilhas	21	10
503	*Peumus boldus* Molina	*Monimaceae*	boldo	1	1
504	*Philadelphus coronarius* L.	*Hydrangeaceae*	silindra	2	2

Nº	NOME CIENTÍFICO*	FAMÍLIA**	NOME VULGAR	Nº ÁRVORES	Nº JARDINS
505	*Philadelphus tomentosus* Wall. ex G.Don	*Hydrangeaceae*		1	1
506	*Phillyrea angustifolia* L	*Oleaceae*	oliveira-do-paraiso	10	2
507	*Phillyrea latifolia* L.	*Oleaceae*	aderno-de-folhas-largas	716	15
508	*Phoenix canariensis* Chabaud	*Arecaceae*	palmeira-das-canárias	589	30
509	*Phoenix dactylifera* L.	*Arecaceae*	tamareira	26	11
510	*Phoenix loureiroi* Kunth	*Arecaceae*	palmeira-de-loureiro	11	6
511	*Phoenix reclinata* Jacq.	*Arecaceae*	palmeira-do-senegal	34	14
512	*Phoenix roebelenii* O'Brien	*Arecaceae*	tamareira-anã, tamareira-miniatura	1	1
513	*Phoenix rupicola* T.Anderson	*Arecaceae*	palmeira-dos -penhascos	4	1
514	*Phoenix sylvestris* (L.) Roxb.	*Arecaceae*	palmeira-da-índia	3	2
515	*Photinia* x *fraseri* Dress.	*Rosaceae*		15	9
516	*Photinia serratifolia* (Desf.) Kalkman	*Rosaceae*	árvore-de-folhas-brilhantes	10	1
517	*Phyllanthus grandifolius* L.	*Euphorbiaceae*		2	1
518	*Phyllanthus juglandifolius* Willd.	*Euphorbiaceae*	gamo-de-costa	3	1
519	*Phyllostachys aurea* Rivière & C.Rivière	*Poaceae*	bambu-dourado	2	2
520	*Phytolacca dioica* L.	*Phytolaccaceae*	bela-sombra, umbú	119	20
521	*Picconia azorica* (Tutin) Knobl.	*Oleaceae*	pau-branco-dos-açores	7	3
522	*Picconia excelsa* (Aiton) DC.	*Oleaceae*	pau-branco, branqueiro	4	2
523	*Picea abies* (L.) H.Karst.	*Pinaceae*	espruce-europeu	10	7
524	*Picea engelmannii* Parry ex Engelm.	*Pinaceae*	espruce-de-engelmann	3	1
525	*Picea glauca* (Moench) Voss.	*Pinaceae*	espruce-esbranquiçado	1	1
526	*Picea pungens* Engelm.	*Pinaceae*	espruce-do-colorado	1	1
527	*Picea smithiana* (Wall.) Boiss.	*Pinaceae*	espruce-do-himalaia	3	1
528	*Pilocarpus pennatifolius* Lem.	*Rutaceae*	jaborandi	2	2
529	*Pinus ayacahuite* Ehrenb. ex Schltdl.	*Pinaceae*	pinheiro-aiacauíte	1	1
530	*Pinus brutia* Ten.	*Pinaceae*	pinheiro-da-calabria	11	2

Nº	NOME CIENTÍFICO*	FAMÍLIA**	NOME VULGAR	Nº ÁRVORES	Nº JARDINS
531	*Pinus bungeana* Zucc. ex Endl.	*Pinaceae*	pinheiro-platano	3	2
532	*Pinus canariensis* C.Sm.	*Rutaceae*	pinheiro-das-canárias	50	12
533	*Pinus elliottii* Engelm.	*Pinaceae*	pinheiro-americano	2	1
534	*Pinus halepensis* Mill.	*Pinaceae*	pinheiro-de-alepo	98	14
535	*Pinus mugo* Turra	*Pinaceae*	pinheiro-das-montanhas	1	1
536	*Pinus nigra* J.F.Arnold	*Pinaceae*	pinheiro-negro	6	2
537	*Pinus pinaster* Aiton	*Pinaceae*	pinheiro-bravo	6	3
538	*Pinus pinea* L.	*Pinaceae*	pinheiro-manso	983	29
539	*Pinus ponderosa* Douglas ex C.Lawson	*Pinaceae*	pinheiro-ponderosa	2	1
540	*Pinus radiata* D.Don	*Pinaceae*	pinheiro-de-monterey	8	5
541	*Pinus sylvestris* L.	*Pinaceae*	pinheiro silvestre	7	2
542	*Pinus tabuliformis* Carrière	*Pinaceae*	pinheiro-da-china	4	1
543	*Pinus taiwanensis* Hayata	*Pinaceae*	pinheiro-da-formosa	2	1
544	*Pinus teocote* Schied. ex Schltdl. & Cham.	*Pinaceae*		1	1
545	*Pinus torreyana* Parry ex Carrière	*Pinaceae*		1	1
546	*Pinus wallichiana* A.B.Jacks.	*Pinaceae*	pinheiro-chorão-do-himalaia	4	1
547	*Pistacia atlantica* Desf.	*Pinaceae*	terebinto-da-tunísia	2	1
548	*Pistacia lentiscus* L.	*Pinaceae*	aroeira	22	6
549	*Pistacia vera* L.	*Pinaceae*	pistacho, pistacheiro	6	2
550	*Pittosporum bicolor* Hook f.	*Pinaceae*		1	1
551	*Pittosporum crassifolium* Banks & Sol. ex A.Cunn.	*Anacardiaceae*	caro	14	8
552	*Pittosporum eugenioides* A.Cunn.	*Pittosporaceae*	tarata	3	1
553	*Pittosporum heterophyllum* Franch.	*Pittosporaceae*		2	1
554	*Pittosporum ralphii* Kirk	*Pittosporaceae*		1	1
555	*Pittosporum tenuifolium* Banks & Sol. ex Gaertn.	*Pittosporaceae*		2	1
556	*Pittosporum tobira* (Thunb.) W.T.Aiton	*Pittosporaceae*	pitósporo-da-china	347	23

Nº	NOME CIENTÍFICO*	FAMÍLIA**	NOME VULGAR	Nº ÁRVORES	Nº JARDINS
557	*Pittosporum undulatum Vent.*	*Pittosporaceae*	pitósporo-ondulado, incenco	387	24
558	*Pittosporum virgatum Kirk*	*Pittosporaceae*		1	1
559	*Pittosporum viridiflorum Sims*	*Pittosporaceae*	pitósporo-do-cabo	2	1
560	*Platanus x hispanica Mill. ex Münchh.*	*Platanaceae*	plátano-vulgar	1022	31
561	*Platanus orientalis L.*	*Platanaceae*	plátano-do-oriente	66	11
562	*Platycladus orientalis (L.) Franco*	*Cupressaceae*	biota-da-china	229	23
563	*Pleiogynium timoriense (A.DC.) Leenh.*	*Anacardiaceae*		1	1
564	*Plumeria alba L.*	*Apocynaceae*	jasmim-das-índias-ocidentais	3	1
565	*Podachaenium eminens (Lag.) Sch. Bip. ex Sch.Bip.*	*Podocarpaceae*		1	1
566	*Podocarpus latifolius (Thunb.) R.Br. ex Mirb.*	*Podocarpaceae*		3	1
567	*Podocarpus lawrencei Hook f.*	*Podocarpaceae*		1	1
568	*Podocarpus macrophyllus (Thunb.) Sweet*	*Podocarpaceae*	pinheiro-budista, podocarpo-da-china	5	3
569	*Podocarpus neriifolius D.Don*	*Podocarpaceae*	pinheiro-castanho	10	4
570	*Podocarpus totara G.Benn. ex D.Don*	*Podocarpaceae*	totara	7	1
571	*Polyalthia longifolia (Sonn.) Thwaites*	*Annonaceae*		1	1
572	*Polygala myrtifolia L.*	*Polygalaceae*		5	2
573	*Pomaderris apetala Labill.*	*Rhamnaceae*		2	2
574	*Populus alba L.*	*Salicaceae*	choupo-branco, álamo-branco	172	20
575	*Populus tremula Michx. subsp. grandi-dentata (Michx.) Á.Löve & D.Löve*	*Salicaceae*	choupo-híbrido	1	1
576	*Populus tremula Michx.*	*Salicaceae*	choupo-cinzento	1	1
577	*Populus x generosa A. Henry*	*Salicaceae*	choupo-híbrido	não quantificado	1
578	*Populus nigra L.*	*Salicaceae*	choupo-de-itália	283	18
579	*Populus nigra L. var. italica Münchh.*	*Salicaceae*	choupo-negro	257	3
580	*Populus x canadensis Moench*	*Salicaceae*	choupo-do-canada	62	9
581	*Populus x canescens (Aiton) Sm.*	*Salicaceae*	choupo-tremedor	145	9
582	*Portulacaria afra Jacq.*	*Portulacaceae*		20	2

Nº	NOME CIENTÍFICO*	FAMÍLIA**	NOME VULGAR	Nº ÁRVORES	Nº JARDINS
583	*Prosopis caldenia* Burkart	*Mimosaceae*		1	1
584	*Prosopis chilensis* (Molina) Stuntz	*Mimosaceae*		1	1
585	*Prosopis glandulosa* Torr.	*Mimosaceae*		1	1
586	*Prosopis juliflora* (Sw.)DC.	*Mimosaceae*	árvore-das-mesquitas	1	1
587	*Prosopis laevigata* (Willd.) M.C. Johnst.	*Mimosaceae*		1	1
588	*Prunus armeniaca* L.	*Rosaceae*	alperceiro, damasqueiro	63	4
589	*Prunus avium* (L.) L.	*Rosaceae*	cerejeira	8	5
590	*Prunus azorica* (hort. ex Mouill) Rivas Mart., Lousã, Fern. Prieto, J.C. Costa & C. Aguiar	*Rosaceae*	azereiro-dos -açores	1	1
591	*Prunus* x *blireana* André	*Rosaceae*	mirobolano dobrado	63	11
592	*Prunus caroliniana* (Mill.) Aiton	*Rosaceae*		297	26
593	*Prunus cerasifera* Ehrh. subsp. *cerasifera*	*Rosaceae*	abrunheiro-dos-jardins	1	1
594	*Prunus cerasifera* Ehrh. subsp. *pissardii* (Carrière) Dostál	*Rosaceae*	abrunheiro-mirobolano	11	2
595	*Prunus cerasoides* D.Don	*Rosaceae*	ginjeira-dos-himalaias	51	5
596	*Prunus cerasus* L.	*Rosaceae*	ginjeira	1	1
597	*Prunus domestica* L. subsp. *domestica*	*Rosaceae*	ameixeira-europeia	75	5
598	*Prunus domestica* L. subsp. *insititia* (L.) Bonnier & Layens	*Rosaceae*	ameixeira-brava, abrunheiro-bravo	59	9
599	*Prunus dulcis* (Mill.) D.A.Webb	*Rosaceae*	amendoeira	1	1
600	*Prunus laurocerasus* L.	*Rosaceae*	louro-cerejo	16	7
601	*Prunus lusitanica* L.	*Rosaceae*	azereiro	3	1
602	*Prunus nigra* Aiton	*Rosaceae*	ameixeira preta	59	10
603	*Prunus persica* (L.) Batsch	*Rosaceae*	pessegueiro	87	1
604	*Prunus salicina* Lindl.	*Rosaceae*	ameixeira chinesa	4	1
605	*Prunus serotina* Ehrh.	*Rosaceae*	cerejeira-americana	2	1
606	*Prunus serrulata* Lindl.	*Rosaceae*	cerejeira-do-japão, cerejeira-de-flor	1	1
607	*Prunus virginiana* L.	*Rosaceae*	cerejeira-da-virginia	7	2
608	*Pseudocydonia sinensis* (Dum. Cours.) C.K.Schneid.	*Rosaceae*	marmeleiro-da-china	2	1

Nº	NOME CIENTÍFICO*	FAMÍLIA**	NOME VULGAR	Nº ÁRVORES	Nº JARDINS
609	*Pseudopanax crassifolius* (Sol. ex A.Cunn.) K.Koch	*Araliaceae*		2	1
610	*Pseudopanax lessonii* (DC.) K.Koch	*Araliaceae*		1	1
611	*Pseudotsuga menziesii* (Mirb.) Franco	*Pinaceae*	pseudotsuga	3	1
612	*Psidium cattleianum* Afzel. ex Saline	*Myrtaceae*	araçazeiro	16	5
613	*Psidium guajava* L.	*Myrtaceae*	goiabeira	9	3
614	*Psidium guineense* Sw.	*Myrtaceae*	goiabeira-azeda, goiabeira-de-guiana	4	2
615	*Ptelea trifoliata* L.	*Rutaceae*		3	1
616	*Pterocarya fraxinifolia* (Poir.) Spach	*Juglandaceae*		5	8
617	*Punica granatum* L.	*Punicaceae*	romãnzeira	263	32
618	*Pyracantha angustifolia* (Franch.) C.K.Schneid.	*Rosaceae*	piracanta	7	4
619	*Pyracantha coccinea* M. Roem.	*Rosaceae*	piracanta	1	1
620	*Pyracantha rogersiana* (A.B.Jacks.) Coltm.-Rog.	*Rosaceae*	piracanta	6	3
621	*Pyrus bourgaeana* Decne	*Rosaceae*	pereira-brava	19	4
622	*Pyrus calleryana* Decne	*Rosaceae*	pereira-de-flor	1	2
623	*Pyrus communis* L.	*Rosaceae*	pereira	27	6
624	*Pyrus cordata* Desv.	*Rosaceae*	espinheiro	1	1
625	*Pyrus pyrifolia* (Burm. f.) Nakai	*Rosaceae*	pereira-da-china, pereira-do-japão	2	1
626	*Quercus alnifolia* Poech	*Fagaceae*		1	1
627	*Quercus bicolor* Willd.	*Fagaceae*		1	1
628	*Quercus cerris* L.	*Fagaceae*	carvalho-da-turquia	3	1
629	*Quercus coccifera* L.	*Fagaceae*	carrasco, carrasqueiro	18	7
630	*Quercus* x *coutinhoi* Samp.	*Fagaceae*	carvalho-cerquinho, carvalho-português	60	5
631	*Quercus faginea* Lam. subsp. *broteroi* (Cout.) A.Camus	*Fagaceae*	carvalho	74	11
632	*Quercus faginea* Lam. subsp. *faginea*	*Fagaceae*		2	1
633	*Quercus glauca* Thunb.	*Fagaceae*	azinheira	75	4
634	*Quercus ilex* L.	*Fagaceae*	carvalho-do-líbano	1	1

Nº	NOME CIENTÍFICO*	FAMÍLIA**	NOME VULGAR	Nº ÁRVORES	Nº JARDINS
635	*Quercus libani* G.Olivier	*Fagaceae*	carvalho-do-líbano	1	1
636	*Quercus lusitanica* Lam.	*Fagaceae*	carvalhiça, carvalho-anão, cerquinho-bravo	3	1
637	*Quercus myrsinifolia* Blume	*Fagaceae*		3	1
638	*Quercus nigra* L.	*Fagaceae*		5	2
639	*Quercus petraea* (Matt.) Liebl.	*Fagaceae*	carvalho-pétreo	29	3
640	*Quercus pyrenaica* Willd.	*Fagaceae*	carvalho-negral	1	1
641	*Quercus rivasmartinezii* Capelo & J.C.Costa) Capelo & J.C.Costa	*Fagaceae*	carrasco-arbóreo	53	11
642	*Quercus robur* L.	*Fagaceae*	carvalho-alvarinho	35	7
643	*Quercus rotundifolia* Lam.	*Fagaceae*	azinheira, sardão, sardoeira	28	4
644	*Quercus rubra* L.	*Fagaceae*	carvalho-vermelho-americano, carvalho-vermelho-do-norte	1	1
645	*Quercus serrata* Murray	*Fagaceae*		87	14
646	*Quercus suber* L.	*Fagaceae*	sobreiro	4	1
647	*Quillaja brasiliensis* (A.St.-Hil. & Tul.) Mart.	*Rosaceae*	quilaia-do-brasil	1	1
648	*Quillaja saponaria* Molina	*Rosaceae*	quilaia-do-chile	2	1
649	*Radermachera sinica* (Hance) Hemsl.	*Bignoniaceae*		3	2
650	*Rapanea australis* (A.Rich.) W.R.B.Oliv.	*Myrsinaceae*	mapou	8	1
651	*Rhamnus alaternus* L.	*Rhamnaceae*	sanguinho-das-sebes, aderno-bastardo	160	13
652	*Rhamnus cathartica* L.	*Rhamnaceae*	espinheiro-cerval, espinha-cervina, escambroeiro	5	3
653	*Rhamnus davurica* Pall.	*Rhamnaceae*	sanguinho-de-dahuria	1	1
654	*Rhamnus glandulosa* Aiton	*Rhamnaceae*	sanguinho	3	2
655	*Rhamnus lycioides* L. subsp. *oleoides* (L.) Jahand. & Maire	*Rhamnaceae*	espinheiro-negro	1	1
656	*Rhaphiolepisx delacourii* André	*Rosaceae*		1	1
657	*Rhaphiolepis indica* (L.) Lindl. var. *indica*	*Rosaceae*		3	1
658	*Rhaphiolepis indica* (L.) Lindl. var. *umbellata* (Thunb.) H.Ohashi	*Rosaceae*	rafiolépis	3	2
659	*Rhapis excelsa* (Thunb.) Henry	*Arecaceae*	palmeira-da-china, palmeira-de-hong-kong	3	2
660	*Rhododendron arboreum* Sm.	*Ericaceae*	rododendro	4	2

Nº	NOME CIENTÍFICO*	FAMÍLIA**	NOME VULGAR	Nº ÁRVORES	Nº JARDINS
661	*Rhopalostylis baueri* (Hook.f.) H.Wendl. & Drude	*Arecaceae*	palmeira-de-norfolk	1	1
662	*Rhopalostylis sapida* (Sol. ex G.Forst.) H.Wendl. & Drude	*Arecaceae*	palmeira-de-mikau, palmeira-nica	5	2
663	*Rhus aromatica* Aiton	*Anacardiaceae*	sumagre-aromático	1	1
664	*Rhus copallinum* L.	*Anacardiaceae*	sumagre	1	1
665	*Ricinus communis* L.	*Euphorbiaceae*	ricino	4	3
666	*Robinia luxurians* (Dieck) Rydb.	*Fabaceae*		1	1
667	*Robinia pseudoacacia* L.	*Fabaceae*	acácia-bastarda, falsa-acácia, acácia-branca	271	20
668	*Robinia pseudoacacia* L. f. *monophylla-pendula* (Dieck) Voss	*Fabaceae*	acácia-bastarda, falsa-acácia, acácia-branca	1	1
669	*Rogiera amoena* Planch.	*Rubiaceae*		3	1
670	*Rogiera backhousii* (Hook.f.) Borhidi	*Rubiaceae*		1	1
671	*Rosmarinus officinalis* L.	*Lamiaceae*	alecrim	20	1
672	*Sabal bermudana* L.H. Bailey	*Arecaceae*	palmeto-da-bermuda	4	4
673	*Sabal minor* (Jacq.) Pers.	*Arecaceae*	palmeto-anão	4	3
674	*Sabal palmetto* (Walter) Lodd. ex Schult & Schult.f.	*Arecaceae*	palmeto	6	4
675	*Salix alba* L. var. *vitellina* (L.) Stokes	*Salicaceae*	salgueiro-branco, sinceiro	3	1
676	*Salix atrocinerea* Brot.	*Salicaceae*	borrazeira-preta salgueiro-cinzento, salgueiro-preto	10	6
677	*Salix salviifolia* Brot.	*Salicaceae*	borrazeira-branca, salgueiro	6	4
678	*Salix x sepulcralis* L.	*Salicaceae*	salgueiro-chorão	9	2
679	*Salvia microphylla* Kunth	*Lamiaceae*	rapazinhos	5	1
680	*Sambucus nigra* L.	*Caprifoliaceae*	sabugueiro, sabugo, osa-de-bem-fazer	37	10
681	*Sapindus drummondii* Hook. & Arn.	*Sapindaceae*	saboneteiro-americano	4	3
682	*Sapindus marginatus* Willd.	*Sapindaceae*		1	1
683	*Sapindus mukorossi* Gaertn.	*Sapindaceae*	saboeira, mucoró	6	3
684	*Sapindus saponaria* L.	*Sapindaceae*	saboneteiro-asiático, árvore-do-sabão	7	2
685	*Sapium sebiferum* (L.) Roxb.	*Euphorbiaceae*	árvore-de-sebo	2	1
686	*Schefflera actinophylla* (Endl.) Harms	*Araliaceae*	árvore-polvo, brassaia	2	2

Nº	NOME CIENTÍFICO*	FAMÍLIA**	NOME VULGAR	Nº ÁRVORES	Nº JARDINS
687	*Schefflera arboricola* (Hayata) Merr.	*Araliaceae*		29	2
688	*Schefflera elegantissima* (Veitch ex Mast.) Lowry & Frodin	*Araliaceae*	falsa-arália	3	3
689	*Schefflera pubigera* (Brongn. ex Planch.) Frodin	*Araliaceae*		1	1
690	*Schefflera venulosa* (Wight & Arn.) Harms	*Araliaceae*		2	1
691	*Schinus latifolius* (Gilles ex Lindl.) Engl.	*Anacardiaceae*	aroeira-do-chile	2	1
692	*Schinus lentiscifolius* Marchand	*Anacardiaceae*	aroeira-cinzenta	1	1
693	*Schinus molle* L.	*Anacardiaceae*	pimenteira-bastarda	129	19
694	*Schinus terebinthifolia* Raddi	*Anacardiaceae*	aroeira-do-brasil, aroeira-brava, falsa-aroeira	257	21
695	*Schinus weinmannifolius* Engh.	*Anacardiaceae*		9	1
696	*Schotia afra* (L.) Thunb.	*Caesalpiniaceae*		1	1
697	*Schotia brachypetala* Sond.	*Caesalpiniaceae*		2	1
698	*Schotia latifolia* Jacq.	*Caesalpiniaceae*	aroeira	7	3
699	*Senna artemisioides* Isely	*Caesalpiniaceae*	cássia-prateada	1	1
700	*Senna bicapsularis* (L.) Roxb.	*Caesalpiniaceae*		1	1
701	*Senna corymbosa* (Lam.) Irwin & Barneby	*Caesalpiniaceae*	cássia-corimbosa	1	1
702	*Senna didymobotrya* (Fresen.) H. S. Irwin & Barneby	*Caesalpiniaceae*	sena-pipoca, cássia	1	1
703	*Sequoia sempervirens* (D.Don) Endl.	*Taxodiaceae*	sequoia, sequoia-sempre-verde, sequóia-com-folhas-de-teixo, sequóia-costeira	24	9
704	*Serenoa repens* (W.Bartram) Small	*Arecaceae*	palmeto-serrado, palmeto-anão	3	2
705	*Sideroxylon inerme* L.	*Sapotaceae*		5	1
706	*Sideroxylon mirmulans* R. Br.	*Sapotaceae*	barbuzano	1	1
707	*Solanum aculeatissimum* Jacq.	*Solanaceae*	arrebenta-cavalos	1	1
708	*Solanum macranthum* Dunal	*Solanaceae*		1	1
709	*Solanum mauritianum* Scop.	*Solanaceae*	tabaqueira, fumo-bravo	1	1
710	*Sophora davidii* (Franch.) Pavol.	*Fabaceae*		3	1
711	*Sophora microphylla* Aiton	*Fabaceae*		2	1
712	*Sophora secundiflora* (Ortega) DC.	*Fabaceae*		1	1

Nº	NOME CIENTÍFICO*	FAMÍLIA**	NOME VULGAR	Nº ÁRVORES	Nº JARDINS
713	*Spartium junceum* L.	*Fabaceae*	giesta-dos-jardins	3	1
714	*Spathodea campanulata* P.Beauv.	*Bignoniaceae*	tulipeiro-do-gabão, chama-da-floresta, espatódea	5	2
715	*Sphaeropteris cooperi* (F.Muell.) R.M.Tryon	*Cyathaceae*		5	2
716	*Spondias mombin* L.	*Anacardiaceae*	cajazeira	1	1
717	*Stranvaesia nussia* (Buch.-Ham. ex D.Don) Decne.	*Rosaceae*		1	1
718	*Strelitzia nicolai* Regel & K.Koch	*Strelitziaceae*	ave-do-paraíso	44	12
719	*Styphnolobium japonicum* (L.) Schott var. *japonicum*	*Fabaceae*	sófora-do-japão, acácia-do-japão	137	21
720	*Styphnolobium japonicum* (L.) Schott var. *pendula* (Lodd. ex Sweet) G. Kirchn.	*Fabaceae*	sófora-do-japão-de-ramos-pendentes, acácia-do-japão-de-ramos-pendentes	2	2
721	*Syagrus romanzoffiana* (Cham.) Glassman	*Arecaceae*	palmeira-rainha	80	7
722	*Syzygium buxifolium* Hook. & Arn.	*Myrtaceae*		1	1
723	*Syzygium cumini* (L.) Skeels	*Myrtaceae*	jambolão	2	1
724	*Syzygium jambos* (L.) Alston	*Myrtaceae*	jambeiro	13	2
725	*Syzygium paniculatum* Gaertn.	*Myrtaceae*		11	4
726	*Tamarindus indica* L.	*Fabaceae*	tamarindeiro, tamarindo	2	1
727	*Tamarix africana* Poir.	*Tamaricaceae*	tamargueira-africana	18	7
728	*Tamarix gallica* L.	*Tamaricaceae*	tamargueira-francesa	1	1
729	*Tamarix parviflora* DC.	*Tamaricaceae*	tamargueira-de-ramos-arqueados	14	3
730	*Taxodium distichum* (L.) Rich.	*Taxodiaceae*	cipreste-dos-pântanos, taxódio	4	3
731	*Taxodium huegelii* C.Lawson	*Taxodiaceae*	cipreste-de-folha-caduca	3	3
732	*Taxus baccata* L.	*Taxaceae*	teixo	126	20
733	*Taxus canadensis* Marshall	*Taxaceae*	teixo-do-canadá	1	2
734	*Taxus cuspidata* Siebold & Zucc.	*Taxaceae*	teixo-japonês	4	2
735	*Taxus sumatrana* (Miq) de Laub.	*Taxaceae*	teixo-da-formosa	1	1
736	*Tecoma stans* Juss. ex Kunth	*Bignoniaceae*	sabugueiro-amarelo	2	2
737	*Terminalia australis* Cambess.	*Combretaceae*	sarandi-amarelo	2	1

Nº	NOME CIENTÍFICO*	FAMÍLIA**	NOME VULGAR	Nº ÁRVORES	Nº JARDINS
738	*Tetraclinis articulata* (Vahl) Mast.	*Cupressaceae*	árvore-da-sandaraca	9	2
739	*Tetradium daniellii* (Benn.) T.G. Hartley	*Rutaceae*		1	1
740	*Tetrapanax papyrifer* (Hook.) K.Koch	*Araliaceae*	árvore-do-papel-de-arroz	2	1
741	*Thuja occidentalis* L.	*Cupressaceae*	túia-do-canadá, cedro-branco	12	5
742	*Thuja plicata* Donn ex D.Don	*Cupressaceae*	tuia-gigante, cedro-gigante	15	5
743	*Thujopsis dolabrata* (L.f.) Siebold & Zucc.	*Cupressaceae*	falsa-túia-do-japão	1	1
744	*Tilia caroliniana* Mill.	*Tiliaceae*		3	1
745	*Tilia cordata* Mill.	*Tiliaceae*	tilia-de-folhas-pequenas	6	2
746	*Tilia dasystyla* Steven	*Tiliaceae*	tilia-do-cáucaso	2	1
747	*Tilia* x *euchlora* K.Koch	*Tiliaceae*	tília-da-américa	3	2
748	*Tilia* x *europaea* L.	*Tiliaceae*	tília-europeia	4	2
749	*Tilia* x *moltkei* Späth	*Tiliaceae*	tilia	35	12
750	*Tilia neglecta* Spach	*Tiliaceae*	tília-da-américa	351	21
751	*Tilia oliveri* Szyszyl.	*Tiliaceae*		55	9
752	*Tilia platyphyllos* Scop.	*Tiliaceae*	tilia-de-folhas-grandes	14	4
753	*Tilia tomentosa* Moench	*Tiliaceae*	tília-prateada	157	18
754	*Tipuana tipu* (Benth.) Kuntze	*Fabaceae*	tipuana, acácia-tipuana, tipú	64	15
755	*Torreya californica* Torr.	*Cephalotaxaceae*	torreia-da-califórnia	1	1
756	*Toxicodendron vernicifluum* (Stokes) F.A.Barkley	*Anacardiaceae*	verniz-do-japão	4	1
757	*Trachycarpus fortunei* (Hook.) H.Wendl.	*Arecaceae*	palmeira-da-sorte, palmeira-de-chusan	41	9
758	*Trachycarpus martianus* (Wall. ex Mart.) H.Wendl.	*Arecaceae*	palmeira-dos-himalaias	1	1
759	*Trichilia emetica* Vahl	*Meliaceae*	mafurreira, mogno-do-natal	2	1
760	*Trichilia havanensis* Jacq.	*Meliaceae*		5	1
761	*Trithrinax brasiliensis* Mart.	*Arecaceae*	carandá-falso, surro	1	1
762	*Trochodendron aralioides* Siebold & Zucc.	*Araliaceae*		3	1

Nº	NOME CIENTÍFICO*	FAMÍLIA**	NOME VULGAR	Nº ÁRVORES	Nº JARDINS
762	*Trochodendron aralioides* Siebold & Zucc.	*Araliaceae*		18	7
763	*Ulmus glabra* Huds.	*Ulmaceae*	ulmeiro-de-montanha	26	1
764	*Ulmus* x *hollandica* Mill.	*Ulmaceae*		284	17
765	*Ulmus laevis* Pall.	*Ulmaceae*	ulmeiro-branco	1	1
766	*Ulmus minor* Mill.	*Ulmaceae*	ulmeiro-de-folhas-lisas, ulmeiro-comum	52	5
767	*Ulmus parvifolia* Jacq.	*Ulmaceae*	ulmeiro-chinês	20	7
768	*Ulmus pumila* L.	*Ulmaceae*	ulmeiro-da-sibéria	6	2
769	*Ulmus* x *vegeta* Ley	*Ulmaceae*		1	1
770	*Viburnum betulifolium* Batalin	*Caprifoliaceae*		1	1
771	*Viburnum lantana* L.	*Caprifoliaceae*	bola-de-neve	1	1
772	*Viburnum luzonicum* Rolfe	*Caprifoliaceae*		6	4
773	*Viburnum odoratissimum* Ker Gawl.	*Caprifoliaceae*		1	1
774	*Viburnum opulus* L.	*Caprifoliaceae*	noveleiro, rosa-de-gueldres	3	3
775	*Viburnum rhytidophyllum* Hemsl.	*Caprifoliaceae*		15	10
776	*Viburnum suspensum* Lindl.	*Caprifoliaceae*		169	20
777	*Viburnum tinus* L. subsp. *tinus*	*Caprifoliaceae*	folhado	8	4
778	*Vitex agnus-castus* L.	*Verbenaceae*	árvore-da-castidade, flor-de-castidade	1	1
779	*Vitex negundo* L. var. *cannabifolia* (Siebold & Zucc.) Hand.-Mazz.	*Verbenaceae*	espinheiro-amarelo	1	1
780	*Vitex trifolia* L. subsp. *litoralis* Steenis	*Verbenaceae*		114	17
781	*Washingtonia filifera* (Linden ex André) H.Wendl. ex de Bary	*Arecaceae*	palmeira-da-california	121	8
782	*Washingtonia robusta* H.Wendl.	*Arecaceae*	palmeira-do-méxico	4	2
783	*Wigandia urens* (Ruiz & Pav.) Kunth	*Hydrophyllaceae*	vigândia	1	1
784	*Withania frutescens* (L.) Pauquy	*Solanaceae*		1	1
785	*Wodyetia bifurcata* A.K.Irvine	*Arecaceae*		78	7
786	*Yucca aloifolia* L.	*Agavaceae*	iúca	3	1

Nº	NOME CIENTÍFICO*	FAMÍLIA**	NOME VULGAR	Nº ÁRVORES	Nº JARDINS
787	*Yucca brevifolia* Engelm.	*Agavaceae*		1	1
788	*Yucca carnerosana* (Trel.) McKelvey	*Agavaceae*	iúca	1	1
789	*Yucca gigantea* Lem.	*Agavaceae*	iúca-gigante	114	15
790	*Yucca gloriosa* L.	*Agavaceae*	iúca-pendula	9	6
791	*Yucca rostrata* Engelm. ex Trel.	*Agavaceae*		1	1
792	*Yucca treculeana* Carrière	*Agavaceae*	iúca	2	1
793	*Zanthoxylum ailanthoides* Siebold & Zucc.	*Rutaceae*		1	1
794	*Zanthoxylum armatum* DC.	*Rutaceae*		2	2
795	*Zanthoxylum bungeanum* Maxim.	*Rutaceae*		1	1
796	*Zanthoxylum coreanum* Nakai	*Rutaceae*		2	1
797	*Zelkova carpinifolia* (Pall.) K.Koch	*Ulmaceae*	zelkova-do-caucaso	22	2
798	*Zelkova serrata* (Thunb.) Makino	*Ulmaceae*	zelkova-japonesa	13	7
799	*Ziziphus jujuba* Mill.	*Rhamnaceae*	jujubeira, açufeifeira-maior	7	3

*nomes das espécies [The Plant List - versão 1.1.], bem como os respetivos autores [Brummitt & Powell, (1992)]
** nomes das famílias [Kubitzki, (1990, 1993, 1998a, b)]

VIII.3. As árvores em números: discussão dos resultados

Ana Raquel Cunha, Ana Luísa Soares, Teresa Vasconcelos, Maria Cristina Duarte, Maria Manuel Romeiras, Miguel Brilhante, Francisco Castro Rego

Através da análise dos dados obtidos, foi possível avaliar a diversidade arbórea existente. Relativamente à naturalidade constatou-se que, dos 799 taxa, cerca de 8% (66 taxa) são nativos de Portugal continental, 89% (709 taxa) são introduzidos no país e 3% (24 taxa) são considerados invasores de acordo com o Decreto-Lei n.º 92/2019, de 10 de julho (figura VIII02). Considerando os 27.610 espécimes catalogados, estes alocam-se às categorias de naturalidade do seguinte modo: 9746 (35%) correspondem a taxa nativos em Portugal continental, ao passo que 16.912 são introduzidos (61%), sendo 952 considerados invasores (4%) (figura VIII03).

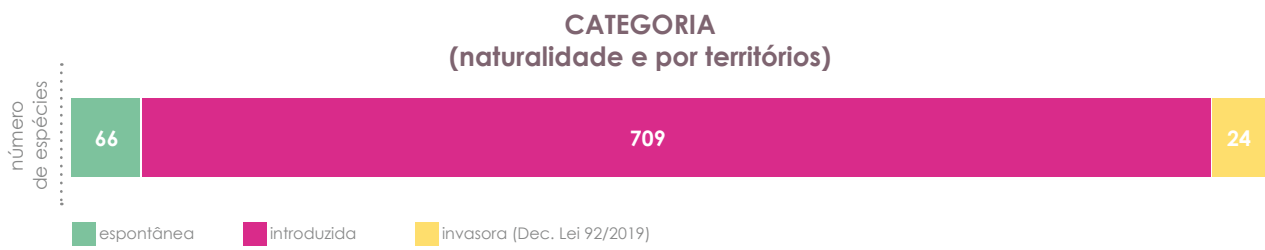


Figura VIII02 - Distribuição das 799 espécies de acordo com a naturalidade (nativa, introduzida e invasora). © LX Gardens.

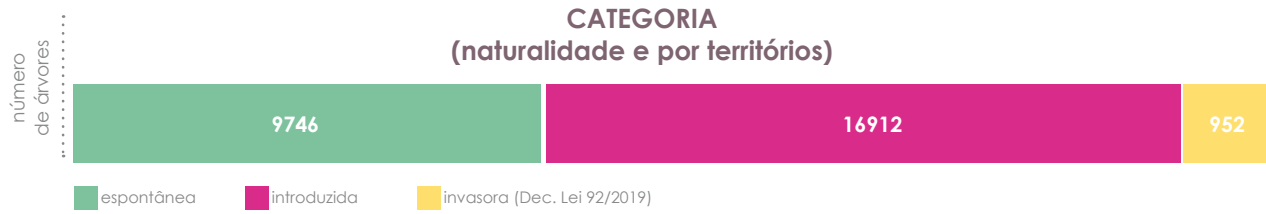


Figura VIII03 - Distribuição dos 27.610 espécimes de acordo com a naturalidade (nativa, introduzida e invasora). © LX Gardens.

Os doze taxa mais abundantes correspondem a 47% do total inventariado e apresentam-se, de seguida, por ordem decrescente da sua abundância: *Celtis australis; Olea europaea; Cupressus sempervirens; Platanus × hispanica; Pinus pinea; Fraxinus angustifolia subsp. angustifolia; Cercis siliquastrum; Ligustrum lucidum; Phillyrea latifolia; Phoenix canariensis; Cupressus lusitanica;* e *Jacaranda mimosifolia.* É de frisar que, entre estes 12 taxa, cinco são nativos e sete são introduzidos em Portugal continental, sendo nativos os dois mais abundantes e, portanto, localmente bem-adaptados. Por outro lado, pela sua singularidade de entre as árvores estudadas, destacam-se 40 taxa representados por apenas um exemplar em todos os jardins estudados, como, por exemplo: *Abroma augusta; Curtisia dentata; Euphorbia pedroi* (endémica de Portugal continental); *Harpullia pendula; Pinus torreyana; Schinus latifolius; S. lentiscifolius; e Schotia afra.*

Além de mais abundante, *Celtis autralis* é nitidamente a espécie mais frequente nos espaços verdes estudados, podendo ser constatada a presença de 2530 espécimes em 46 dos 64 espaços (72%). Segue-se *Cupressus sempervirens* como segunda espécie mais frequente, surgindo em 58% dos locais estudados, seguida por *Jacaranda mimosifolia* (56%); *Ligustrum lucidum* (56%); *Cercis siliquastrum* (52%); *Olea europaea* (50%); *Punica granatum* (50%); *Platanus × hispanica* (48%); *Magnolia grandiflora* (47%); *Phoenix canariensis* (47%); *Pinus pinea* (45%); e *Fraxinus angustifolia* subsp. *angustifolia* (41%). Neste conjunto, revela-se um elenco misto entre taxa nativos e introduzidos, o que comprova as condições climáticas singulares de Lisboa. É pertinente realçar, entre os *taxa* introduzidos mais frequentes e com forte presença por toda a cidade, os emblemáticos plátanos e os jacarandás que pintam Lisboa de tons arroxeados a cada primavera.

No que diz respeito ao estatuto de conservação, avaliado de acordo com as categorias definidas pela UICN – União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN, 2020), apuraram-se 40 taxa com estatuto de ameaça ou em vias de extinção na natureza (EW – extinto na natureza, CR – criticamente em perigo, EN – em perigo, VU – vulnerável). De modo detalhado, refira-se que um taxa é categorizado como EW (*Brugmansia arborea*); dois como CR (*Araucaria angustifolia* e *Pinus torreyana*); 15 como EN (*Abies pinsapo; Brahea edulis; Chamaecyparis formosensis; Chrysophyllum imperiale; Cunninghamia konishii; Cupressus goveniana; Ginkgo biloba; Juniperus cedrus; Malus niedzwetzkyana; Metasequoia glyptostroboides; Picconia azorica; Pinus radiata; Sabal bermudana; Schefflera elegantissima; Sequoia sempervirens*); e 21 como VU (*Afrocarpus mannii; Araucaria heterophylla; Brugmansia pittieri; Butia eriospatha; Caesalpinia paraguariensis; Cedrela odorata; Cedrus libani; Ceratozamia mexicana; Colletia paradoxa; Cupressus bakeri; C. macrocarpa; Dracaena draco subsp. caboverdeana; Encephalartos altensteinii; Howea belmoreana; H. forsteriana; Jacaranda mimosifolia; Jubaea chilensis; Macadamia integrifolia; M. tetraphylla; Sideroxylon mirmulans; Torreya californica*). Considerando o número de espécimes sob estatuto de ameaça, de um total de 928, discrimina-se: um exemplar com o estatuto de EW; seis como CR; 153 como EN; e os restantes 768 como VU.

Após o estudo taxonómico, e de forma a comparar os diferentes espaços verdes em termos de riqueza específica e área, foi elaborado o gráfico VIII01 que estabelece a relação entre o número de espécies presentes em cada espaço e a sua respetiva área verde (i.e., área que corresponde apenas ao coberto vegetal). Pela sua análise é possível retirar as seguintes conclusões:

1. Existe uma tendência positiva entre o número de espécies e a área verde, ou seja, quanto maior a área, maior é o número de espécies presentes;

2. Excluindo as tipologias de jardins botânicos, praças, parques e quintas de recreio, que se assemelham em dimensão e riqueza específica, os jardins e miradouros, possuem uma maior diversidade de tamanhos e números de espécies. Isto é possível discernir pelo facto de, no gráfico VIII01, os seus pontos se encontrarem mais dispersos relativamente às demais tipologias;

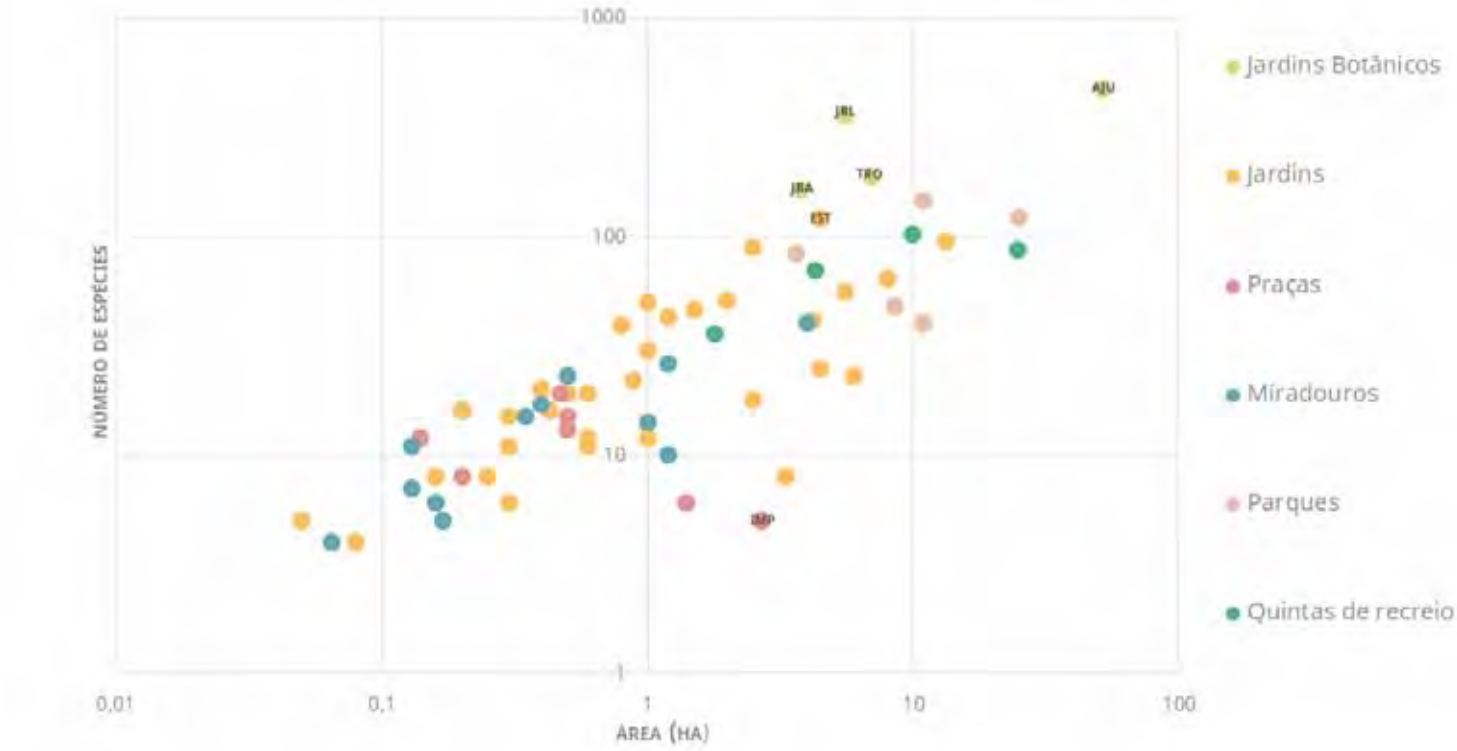
3. A Tapada da Ajuda (AJU) é o espaço verde que apresenta simultaneamente a maior riqueza específica e a maior área verde (dos seus 100 hectares, a equipa LX Gardens realizou o inventário de 52 hectares);

4. De seguida, os jardins botânicos (JBA, JBL, TRO) são os espaços verdes com maior diversidade de espécies, o que está relacionado com o seu importante papel ao serviço da investigação e educação. Estes possuem coleções botânicas, que incorporam décadas de conhecimento adquirido, fruto da experiência em áreas com as do cultivo e da conservação *ex* situ de espécies;

5. Destaca-se o Jardim da Estrela (EST), que, sendo um jardim público, possui uma elevada riqueza específica;

6. No que respeita às praças, existe, nalguns casos, uma tendência negativa entre as duas variáveis em foco, isto é, algumas praças com maior área possuem uma menor riqueza específica. É pertinente destacar o Jardim da Praça do Império (IMP) como sendo, dentro desta tipologia, o que apresenta maior tamanho e menor diversidade botânica.

Gráfico VIII01 - Relação entre o número de espécies de cada espaço e a sua área verde (escala logarítmica), referente ao inventário realizado em 2014.
© LX Gardens.



As árvores inventariadas nos 64 espaços verdes são oriundas de praticamente todas as partes do mundo. No seio destas são encontrados espécimes que são assumidamente emblemáticos, destacando-se pelo seu tamanho, estrutura, idade, raridade ou por razões históricas e culturais e, como tal, mereceram o devido destaque pelo Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (ICNF), sendo classificados como de interesse público. Estes, pela sua monumentalidade e raridade, contribuem para a riqueza do património histórico, ecológico, paisagístico e cultural de Lisboa. Posto isto, ao abrigo desta classificação, foram contabilizadas 111 árvores de interesse público (*i.e.*, 33 classificadas enquanto exemplares isolados e 78 pertencentes a conjuntos arbóreos) referentes a onze espaços verdes estudados, excetuando a Tapada das Necessidades, a Tapada da Ajuda (excluindo o Jardim do Observatório) e os três jardins botânicos, visto estarem registados na Direção-Geral do Património Cultural. Neste âmbito, a título de exemplo, é apropriado dar relevo a dois ilustres espécimes/conjuntos classificados como de interesse público: o cedro-do-buçaco (*Cupressus lusitanica*), existente no Jardim do Príncipe Real, uma vez que é o exemplar isolado classificado mais antigo e cujo registo remonta ao ano de 1940, tendo sido revisto em 2018 (D.R. 2.ª série - N.º 169 - 03/09/2018); e o conjunto dos quatro dragoeiros (*Dracaena draco*) localizados no Jardim do Observatório no Parque Botânico da Tapada da Ajuda (Aviso n.º 14, de 13/07/2012). Para comparação com os dados acima apresentados, refiram-se os valores apontados por Saraiva & Almeida (2016), que, para a totalidade da cidade de Lisboa, mencionam 62 exemplares isolados e 21 conjuntos arbóreos classificados.

Em suma, é legítimo assumir que o presente inventário contempla a história de três séculos de plantações de árvores, revelando-se um testemunho da memória de cada lugar e dando excelência à história da arte dos jardins. Cada jardim estudado é, ainda, essencial, não só para o incremento da biodiversidade urbana, mas também para a conservação *ex situ* de espécies vegetais, acolhendo espécies de árvores que se encontram ameaçadas de extinção. Isto, por sua vez, vai ao encontro da necessidade iminente de tornar as cidades mais resilientes às alterações climáticas, auxiliando na implementação de práticas sustentáveis em pleno ambiente urbano. Acresce à sua importância, o benefício estético, que a arquitetura paisagista imprimiu na cidade. Assim, estes espaços servem como ferramenta do conhecimento ecológico e de conservação que deve, sem dúvida, ser utilizada para melhorar a gestão e o planeamento da estrutura ecológica urbana. Toda esta informação encontra-se disponível em formato de e-book: Levantamento arbóreo dos jardins e parques históricos de Lisboa (Vasconcelos *et al.*, 2017) e que pode aceder e descarregar através do QR Code disponibilizado no capítulo anterior.

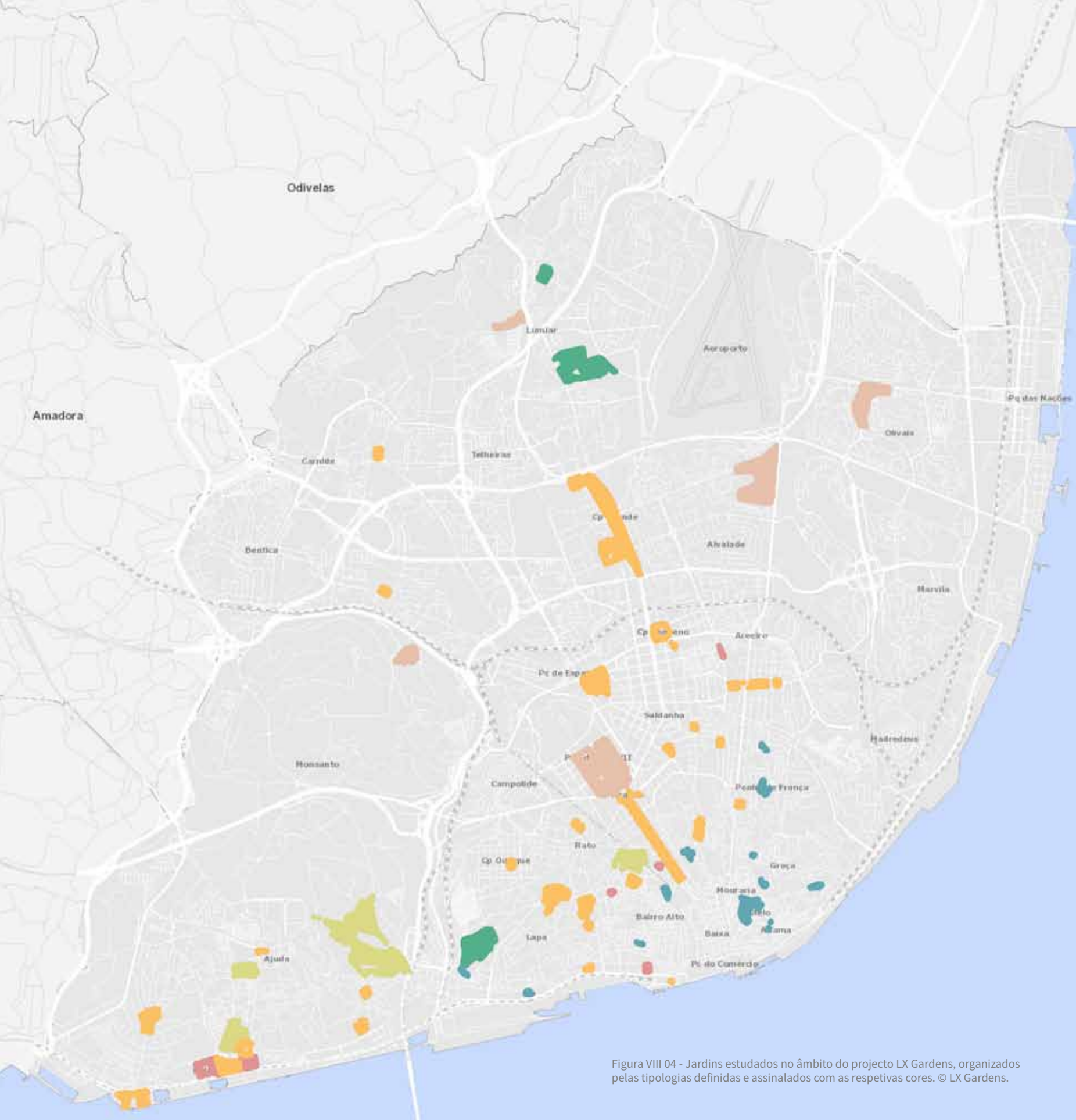


Figura VIII 04 - Jardins estudados no âmbito do projecto LX Gardens, organizados pelas tipologias definidas e assinalados com as respetivas cores. © LX Gardens.



Miradouro da Nossa Senhora do Monte, Lisboa. 2021. © Francisco Sá da Bandeira.

IX. Percursos temáticos pelos jardins de Lisboa

Sónia Talhé Azambuja, Ana Raquel Cunha, Conceição Colaço, Ana Clemente e Ana Luísa Soares





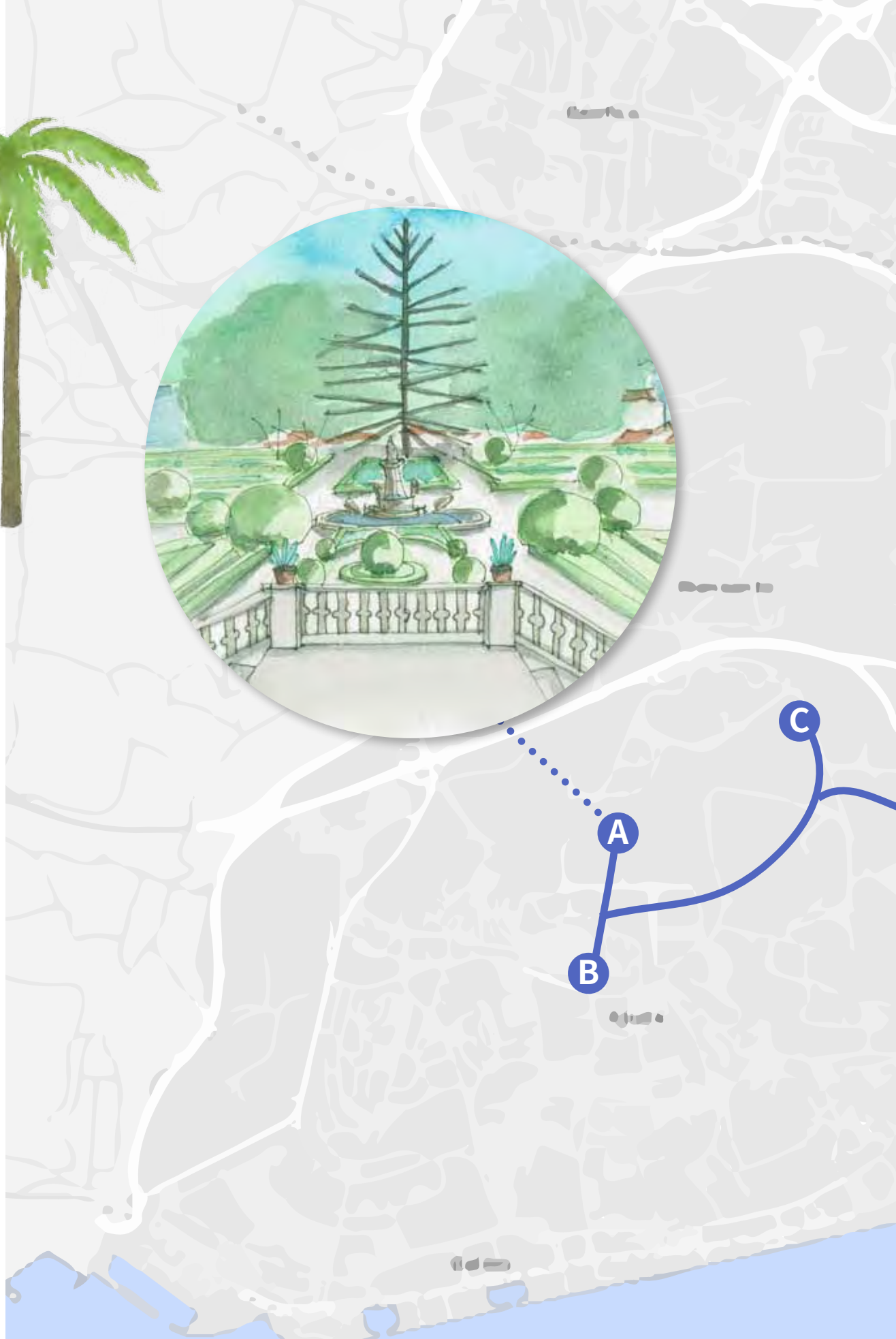


Os jardins apresentados neste livro representam um património único na cidade de Lisboa que deve ser conservado, valorizado e divulgado. Neste capítulo, desafiamos o leitor a conhecer e percorrer os jardins anteriormente descritos onde a história da arte dos jardins articulada com o fascínio da diversidade botânica atravessam três séculos. De acordo com a história do jardim, ano de criação, a sua localização, a sua diversidade arbórea e/ou tipologia é possível criar diversos percursos. Deixamos de seguida a sugestão de cinco percursos temáticos.

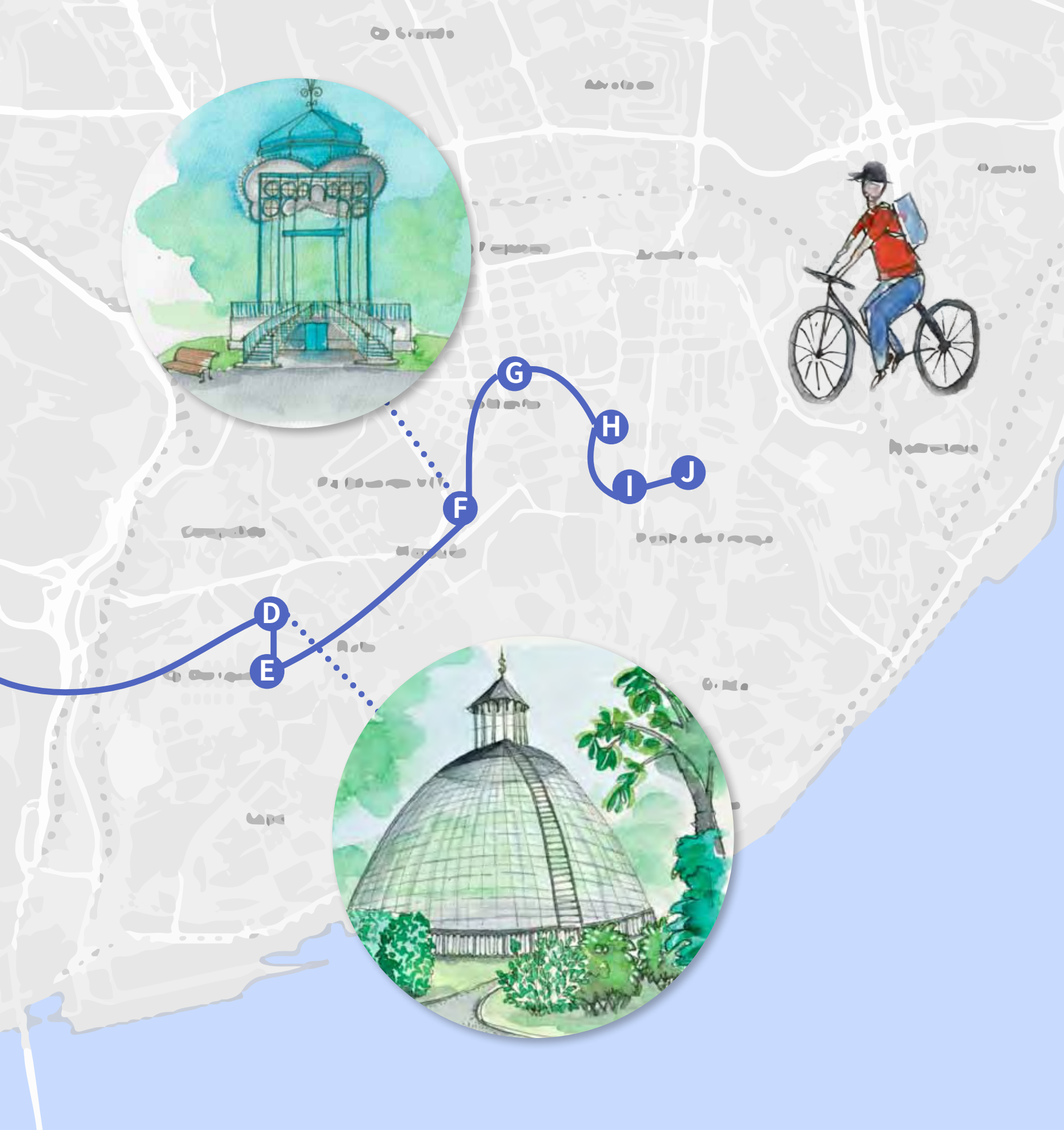


1. Percurso do Barroco ao Romântico

Este percurso começa na zona ocidental de Lisboa e estende-se até ao centro histórico da capital, incluindo jardins do período barroco até ao período romântico. Descubra os três jardins botânicos de Lisboa: Jardim Botânico da Ajuda (século XVIII, o primeiro jardim botânico de Portugal); Jardim Botânico de Lisboa (século XIX) e Jardim Botânico Tropical (século XX). Percorra os caminhos de duas antigas tapadas reais, nomeadamente o Parque Botânico da Tapada da Ajuda e a Tapada das Necessidades. Esta é uma antiga quinta real que tem o primeiro jardim paisagista (de traçado orgânico "à inglesa") da capital, criado no século XIX. Destacamos o Jardim da Estrela, inaugurado no século XIX, um dos primeiros jardins públicos de Lisboa e um dos mais emblemáticos. Termine o percurso no Miradouro São Pedro de Alcântara, desfrutando de uma das mais bonitas vistas da cidade de Lisboa.



- A Jardim Botânico da Ajuda
- B Jardim Botânico Tropical
- C Parque Botânico da Tapada da Ajuda
- D Tapada da Necessidades
- E Jardim do Largo das Necessidades
- F Jardim da Estrela (Guerra Junqueiro)
- G Jardim das Amoreiras (Marcelino Mesquita)
- H Jardim Botânico de Lisboa
- I Jardim do Príncipe Real
- J Miradouro S. Pedro de Alcântara


D
E
F
G
H
I
J

2. Percurso das Quintas de Recreio aos Parques Públicos

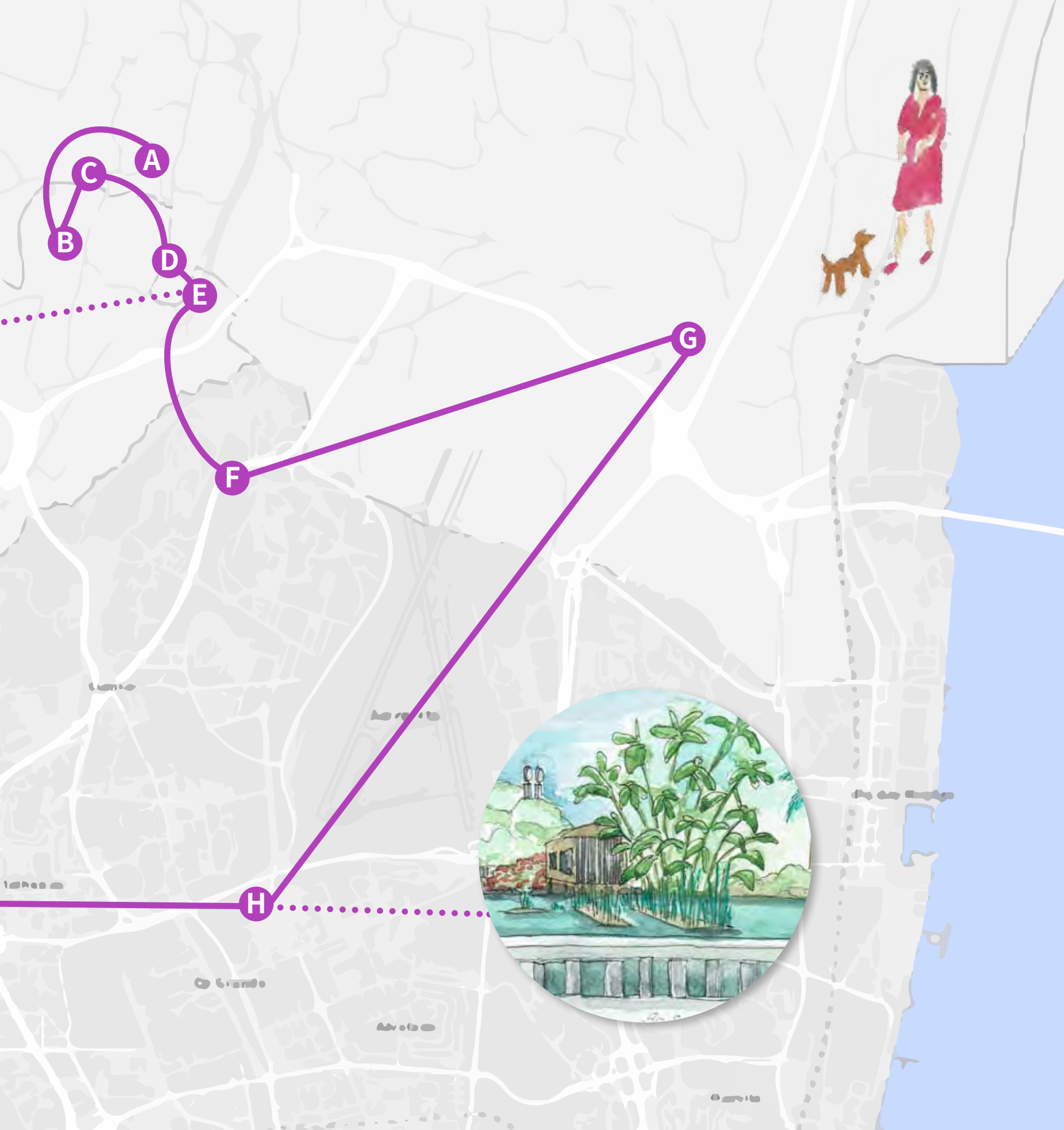
As quintas de recreio são uma tipologia importante do património paisagístico nacional, onde a produção e o recreio se aliavam. Muitas delas foram transformadas em parques públicos, e as que permaneceram no domínio privado passaram a contemplar o acesso de visitas. O movimento dos parques públicos teve início em Inglaterra no século XIX, no contexto da expansão urbana devido à Revolução Industrial, estendendo-se ao resto da Europa e, do outro lado do Atlântico, foi criada nos EUA, o famoso Central Park de Nova Iorque. Este percurso a descobrir, atravessa a cidade de Lisboa desde a zona oriental até à zona ocidental, iniciando-se no Lumiar, zona histórica de antigas quintas de recreio, destacando-se os Jardins do Parque do Monteiro-mor, a Quinta das Conchas e dos Lilases, o Jardim do Campo Grande, o Parque Eduardo VII e o "pulmão verde" de Lisboa, o Parque Florestal de Monsanto.

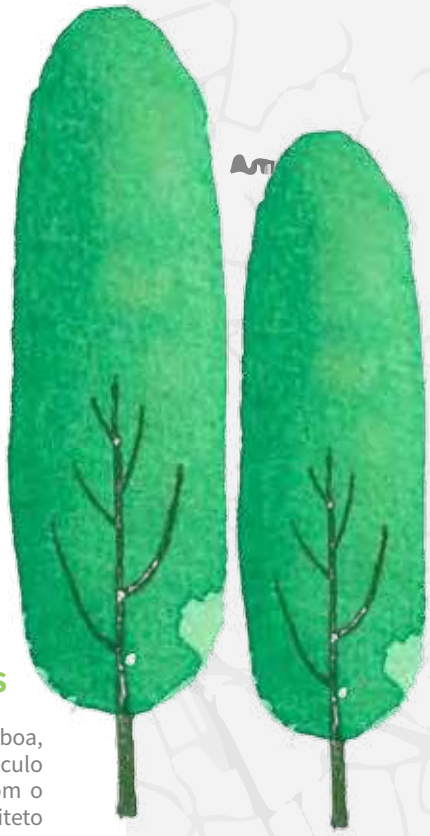






- A Quinta de Santa Clara
- B Quinta dos Azulejos
- C Jardins do Palácio Monteiro-Mor
- D Quinta dos Lilases
- E Quinta das Conchas
- F Jardim do Campo Grande
- G Parque do Vale do Silêncio
- H Parque Eduardo VII
- I Parque Florestal de Monsanto


A
C
B
D
E
F
G
H



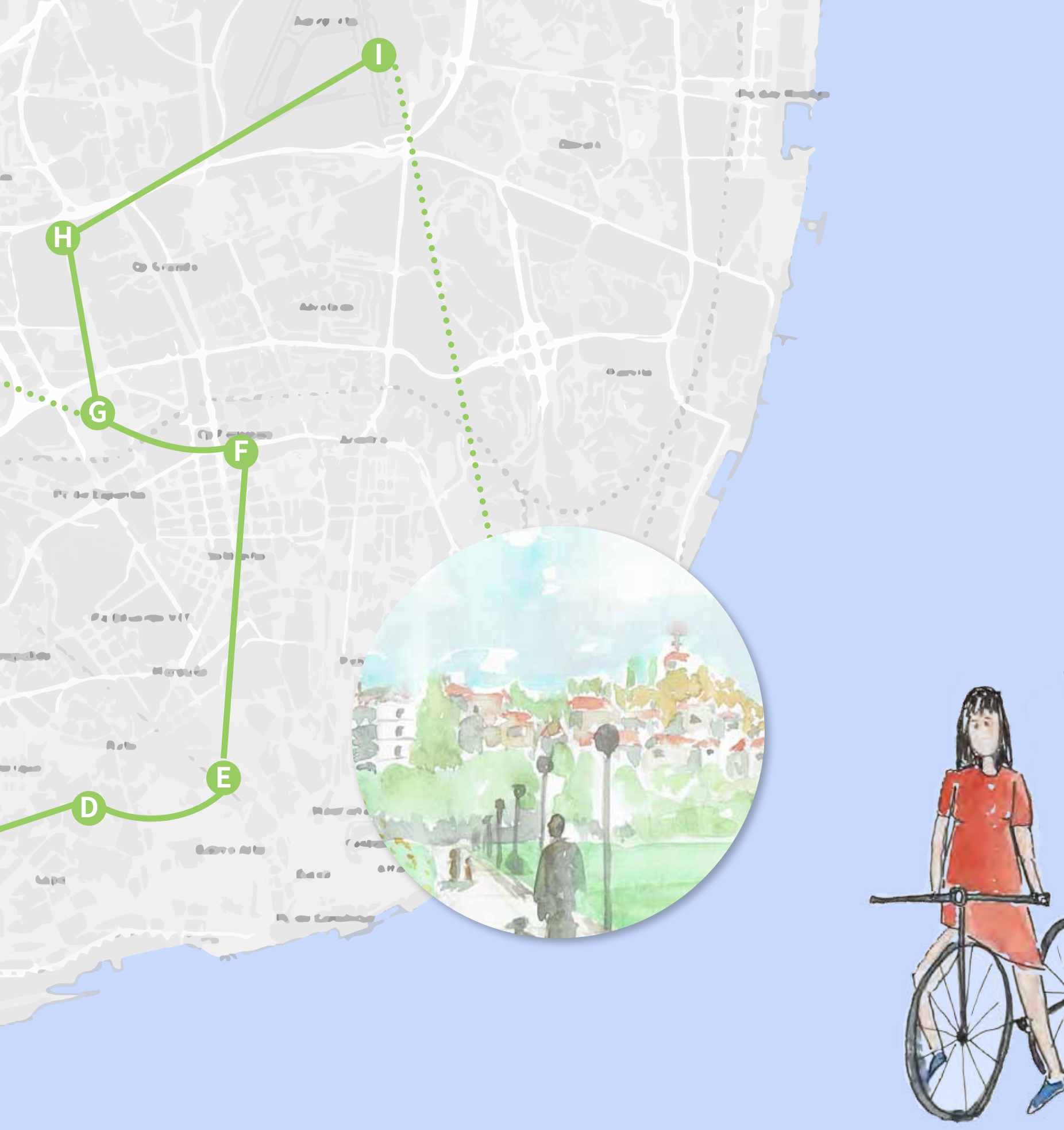




3. Percurso dos Jardins Modernistas

Os jardins modernistas de Lisboa, criados nos anos 50, 60 e 70 do século XX, coincidem temporalmente com o surgimento da profissão de arquiteto paisagista em Portugal, tendo o ensino universitário de Arquitetura Paisagista tido início, em 1941, no Instituto Superior de Agronomia (ISA), pelo professor Francisco Caldeira Cabral. Das primeiras gerações de arquitetos paisagistas que trabalharam em Lisboa, destacamos os seguintes parques e jardins do período modernista: Jardim da Torre de Belém (projeto de António Viana Barreto), Jardim da Capela de São Jerónimo (projeto de Gonçalo Ribeiro Telles), Jardim da Fundação Calouste Gulbenkian (projeto de Gonçalo Ribeiro Telles e António Viana Barreto), o Parque do Silêncio (Manuel Sousa da Câmara), e o Jardim do Castelo de São Jorge, com os emblemáticos pinheiros-mansos que passaram a fazer parte da imagem de Lisboa (projeto de Gonçalo Ribeiro Telles).

- A Jardim da Capela de S. Jerónimo
- B Jardim da Torre de Belém
- C Praça do Império
- D Jardim Lisboa Antiga (Rua das Francesinhas)
- E Castelo de S. Jorge
- F Alameda D. Afonso Henriques
- G Jardim da Fundação Calouste Gulbenkian
- H Jardim da Biblioteca Nacional
- I Parque do Vale do Silêncio


I
H
G
F
E
D







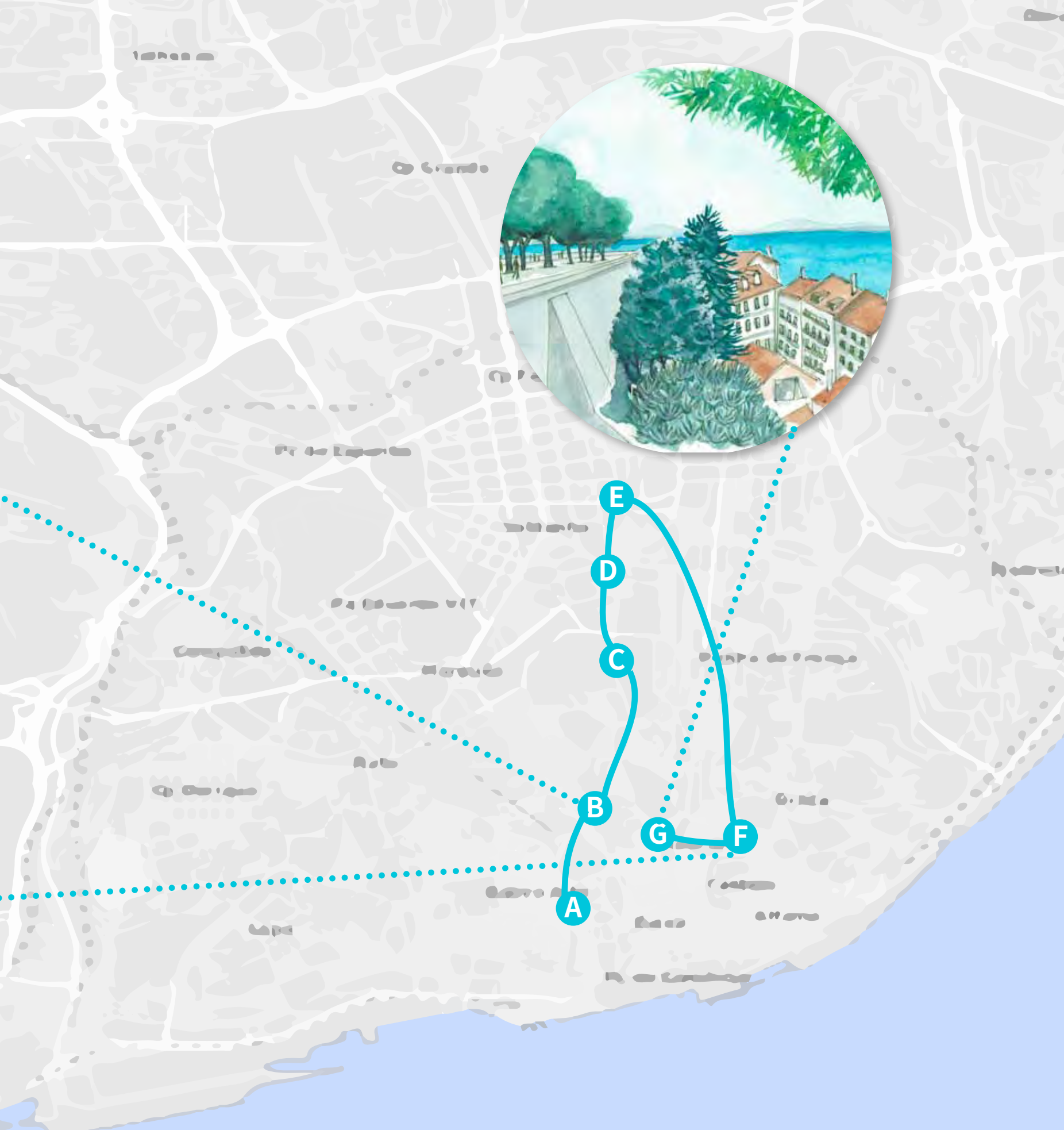
4. Percurso dos Miradouros com Vista Excecional

Prepare a sua máquina fotográfica, leve binóculos e inicie o Percurso dos Miradouros com Vista Excecional. Este percorre jardins de onde se podem observar alguns dos melhores panoramas de Lisboa, com vista excecional para as colinas e para o rio Tejo, Avenida da Liberdade, Restauradores, Rossio, a Baixa pombalina, Castelo de São Jorge, entre outros.





- **A** Miradouro do Alto de Santa Catarina
- **B** Miradouro S. Pedro de Alcântara
- **C** Miradouro da Nossa Senhora do Monte
- **D** Miradouro Monte Agudo
- **E** Miradouro da Penha de França
- **F** Miradouro de Santa Luzia
- **G** Castelo de S. Jorge


E
D
C
B
G
F
A





5. Percurso das Árvores Classificadas

O Percurso das Árvores Classificadas pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas traça um itinerário que começa no Parque Botânico da Tapada da Ajuda, com um conjunto de dragoeiros classificados, e se estende até à Quinta das Conchas e dos Lilases, onde se observam eucaliptos e *zelkovas* de porte emblemático. Neste itinerário, são percorridos parques e jardins como a Tapada das Necessidades, em que todo o arvoredo está classificado, o Jardim do Príncipe Real, com o impressionante cedro-do-buçaco, entre outros. Este é um percurso durante o qual somos "esmagados" pela grandiosidade e beleza de cada exemplar classificado, bem como do albergue de biodiversidade que cada uma destas árvores representa, verdadeiros condomínios de pequenos seres vivos (vale a pena levar uma lupa e descobrir os seus habitantes).

- A Parque Botânico da Tapada da Ajuda
- B Tapada da Necessidades
- C Jardim da Parada de (Teófilo Braga)
- D Jardim 9 de Abril
- E Jardim de Santos (Nuno Álvares)
- F Jardim Roque Gameiro (Cais do Sodré)
- G Jardim do Príncipe Real
- H Praça da Alegria
- I Jardim Braamcamp Freire (Campo Mártires da Pátria)







B

C

D

E

F

G

H

I



Jardim do Príncipe Real, Lisboa. 2010. © António Sacchetti.

Considerações Finais

Cristina Castel-Branco

O jardim é um fenómeno complexo da Humanidade que se serve das ciências para fazer arte. Para se perpetuar e garantir a sua manutenção e plena expressão artística durante décadas, senão séculos, os jardins e parques dependem do saber hortícola e hidráulico de quem os mantém. Há, no entanto, um aspeto peculiar dos jardins e das plantas que o compõem, pois têm tanto mais sucesso e vitalidade quanto mais intensa for a relação que se estabelece entre o jardineiro e o seu jardim, como em qualquer relação de afeto, o que faz resplandecer um jardim ao qual o jardineiro ou um dono se dedicou regularmente e com gosto.

Jardins públicos, nomeadamente os 60 que são matéria deste livro, foram no passado tratados e mantidos por jardineiros da Câmara Municipal de Lisboa (CML) ou por particulares, no caso das quintas de recreio, transformadas em parques. Como fica claro no texto de Teresa Andresen sobre estes serviços da Câmara de Lisboa nos anos 80 e escrito para este livro, a equipa do arvoredo da CML era grande, qualificada e sabedora. Os engenheiros silvicultores e os arquitetos paisagistas responsáveis por estas equipas haviam criado um corpo de conhecimento que garantia uma manutenção daquilo que hoje o Regulamento Municipal do Arvoredo de Lisboa (*Diário da Républica*, 2.ª série – n.º 231 de 30 de novembro de 2017) nas suas detalhadas 13 páginas, descreve e consigna com grande pormenor.

Era nessa altura um saber apenas empírico, que se transformou e consolidou graças a muitos técnicos e jardineiros e ao trabalho de sistematização de arquitetos paisagistas que a partir da sua prática profissional e experiência os definiram e registaram. Refiro-me em especial às memórias descritivas de Ribeiro Telles, aos registos de Álvaro Dentinho, às descrições de Edgar Fontes e às tabelas de otimização dos trabalhos de jardinagem de Manuel Sousa da Câmara e a outras que se encontram nos arquivos da câmara. Um saber desmultiplicado na prática dos jardineiros e dos seus chefes, que garantiam linhas de produção de plantas, manutenção de árvores e jardins, plantação de grandes quantidades de árvores, podas e limpezas.

Os mesmos jardineiros acompanhavam as mesmas áreas, os mesmos jardins, praças ou parques durante largos períodos, alguns com o gosto e o empenho que se traduziam no afeto com as plantas que acima descrevemos. Quase como crianças a precisar de ser bem alimentadas, os enraizamentos e crescimentos das árvores de alinhamento e dos jardins e a sua rega nos primeiros anos dependiam e eram fortalecidos pelas equipas em trabalho de continuidade da câmara, naquilo que se foi transformando e é hoje um património arbóreo de grande qualidade. Saber e continuidade eram, pois, fatores decisivos para o sucesso do arvoredo de que todos desfrutamos.

O Regulamento de 2017, redigido certamente pelos engenheiros e arquitetos camarários de hoje que sucederam aos responsáveis dos anos 80, é muito completo e revela que esse saber e essa responsabilidade se institucionalizou e com isso se quer e pode perpetuar na CML.

Em 2012, ao estabelecerem um protocolo de colaboração, o Instituto Superior de Agronomia (ISA) da Universidade de Lisboa e a Câmara Municipal de Lisboa (CML) reforçaram e garantiram uma cadeia de transmissão de saberes apontada ao registo científico deste património arbóreo. No âmbito do projeto Open Data LX da CML, no projeto LX Gardens do ISA e com esta obra *O arvoredo, os jardins e parques públicos de Lisboa (1755 – 1965)*, cumpriu-se o estudo e inventário com sucesso, no registo de 27.610 árvores em 64 jardins, num total de 799 espécies. Trabalho muito exaustivo, com a georreferenciação que permite identificar cada árvore. O presente livro é também um útil produto da colaboração entre as duas instituições.

Faltando concluir o inventário das árvores de arruamento que podem atingir o dobro daquele número, foi assinado, em 2018, novo protocolo entre o Município de Lisboa, pelo vereador do pelouro do Ambiente, Estrutura Verde, Clima e Energia Dr. José Sá Fernandes, e pelo presidente do Instituto Superior de Agronomia professor António Guerreiro de Brito, através do Centro de Ecologia Aplicada Professor Baeta Neves (ISA/CEABN), com a coordenação dos professores Francisco Castro Rego e Ana Luísa Soares, em que se pretende concluir todo o levantamento do arvoredo de alinhamento da cidade de Lisboa, a registar em base de dados, que coloca o arvoredo em pé de igualdade com outras infraestruturas da cidade.

No momento de fecho deste capítulo de Notas finais, a Assembleia da República fez sair o diploma legal com o "Regime Jurídico de gestão do arvoredo urbano", aplicável a todo o país. Há já 25 anos que a área de arquitetura paisagista e de quem trata do arvoredo urbano por esse país fora esperava por estas regras que defendem e regulam "as operações de poda, os transplantes e os critérios aplicáveis ao abate e à seleção de espécies a plantar, estabelecendo a sua hierarquização" as operações com este livro do LX Gardens levantou os dados como pela seleção de espécies a plantar. A maioria dos autores do livro, profissionais desta área – desejavam esta Lei 59/2021 de 18 de agosto e que se aplica ao "arvoredo urbano integrante do domínio público municipal [...] e ao património arbóreo pertencente ao Estado".

A coincidência de datas é notável, pois o investimento que foi feito na última década pela equipa do projeto LX Gardens, financiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), inovando e recolhendo diversos dados referentes ao arvoredo de Lisboa, constitui um modelo de exigência que a lei vem agora impor a todas as câmaras municipais.

O esforço da equipa do LX Gardens vê-se assim plenamente recompensado. De facto, a lei exige a todos os municípios que criem e divulguem uma base de dados como a que o ISA/CEABN completou sob a coordenação da professora Ana Luísa Soares.

Na Lei 59/2021, aponta-se para um Guia de Boas Práticas e define-se o "arborista" como um técnico devidamente credenciado para a execução de operações de gestão de arvoredo. Para a implementação destes alvos, em termos práticos, a lei determina que o guia deverá ser aprovado no prazo de seis meses e submetido pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), que o reconhecimento da profissão de arborista pelo Sistema Nacional de Qualificações terá de ser submetido nos 120 dias seguintes. Estes prazos, apesar de curtos, são essenciais para que se protejam as árvores nas cidades de Portugal e que as câmaras reconheçam as regras e se assumam como guardiãs deste valor que é de todos.

Faz-se também referência na lei à Norma de Granada para fornecer os princípios orientadores para a análise do custo-benefício, para a valoração de uma árvore ou conjunto de árvores quando estas sejam abatidas ou danificadas ou devam ser compensadas. Para isso é oportuno referir que a tese de doutoramento da professora Ana Luísa Soares, *O valor das árvores na cidade*, de 2007 inova nesta matéria, introduzindo métodos de avaliação dos benefícios trazidos pelas árvores às cidades. Neste trabalho pioneiro da mesma arquiteta paisagista que coordenou o projeto LX Gardens e dirige este livro, elencam-se de forma quantificada os cinco fatores com que as árvores urbanas contribuem para o ambiente urbano: 1) o conforto urbano por redução da temperatura; 2) o sequestro do carbono; 3) a resistência da cidade às alterações climáticas, 4) a sociabilidade no espaço urbano; 5) o aumento de biodiversidade. Os benefícios para as cidades foram também objeto de estudos de quantificação e valorização utilizando o modelo STRATUM desenvolvido pelo Center of Urban Forest Research, Universidade da Califórnia, em Davis, nos Estados Unidos da América (Soares, *et al*. 2010).

Nesta investigação, a autora já em 2007 alertara para o inestimável contributo da infraestrutura de árvores maduras e saudáveis na cidade e demonstrara por medições e levantamentos de dados o valor que elas têm. Em relação à redução de temperatura, os resultados do estudo são impressionantes. Por exemplo, as ruas arborizadas de Lisboa conseguem em média reduzir de 5 oC a temperatura ambiente. Todo o estudo é feito com rigor, pelo que convence e motiva quem o lê a perceber o que é ter uma cidade que assume o seu arvoredo como um bem precioso.

Em conjunto com este livro, editado pela CML, com autores especialistas do tema, a Lei 59/2021 indica trilhos a seguir para a gestão de qualidade do arvoredo nas cidades, e as bases de dados de inventários requisitados a todas as cidades são uma nova ferramenta de gestão com a informação digital sobre a identidade e o historial de cada árvore, servindo para a manutenção e o restauro destes jardins que são património valioso da cidade.

Em conjunto com o seu arvoredo, a história destes jardins fica também registada neste livro, pois todos eles são já valiosos jardins históricos, património da cidade como o são as velhas igrejas e edifícios com história, as esculturas e as ruas antigas. Como vimos, desde a reconstrução da Lisboa pós-terramoto, a cidade cresceu com jardins, e os jardins aumentaram com a expansão da cidade. Mas esta relação íntima que levaria a defender os parques urbanos históricos como peças fundamentais da cidade não é evidente e são frequentes os conflitos de usos em todas as cidades.

Referindo-se aos parques das grandes cidades da Europa, diz-nos Hazel Conway, no livro *The Regeneration of Public Parks* (Woudstra, J. & Fieldhouse, K., 2000) que "os parques urbanos históricos sempre foram e ainda hoje são sujeitos a pressões conflituantes. O amor das pessoas pelo seu parque local como uma constante nas suas vidas contrasta com a atitude de alguns políticos e autoridades locais que veem os parques como um recurso a ser construído e moldado em resposta às mudanças nos padrões de vida. No passado, os parques urbanos eram vistos como rus in urbe (o campo na cidade). Nos dias de hoje, o nosso lugar na Natureza e a nossa relação com ela estão a ser repensados" (Woudstra, J. & Fieldhouse, K., 2000).

Em Lisboa o restauro do Jardim Botânico da Ajuda pelo Instituto Superior de Agronomia (Castel-Branco, 1999), em 1997, fez reviver um espaço urbano semipúblico de enorme qualidade patrimonial e devolveu à população uma área de beleza e recreio, mas também demonstra a identidade global da cidade de Lisboa relacionando-a com a viagem das plantas através dos oceanos, a história das ciências e da botânica, sublinhando a sua posição na civilização humana.

Em 2006, os fundos do Programa «Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu EEA Grants», através do projeto "Recuperação de sistemas hidráulicos, muros e caminhos em jardins históricos», permitiram restaurar 12 jardins históricos privados em Portugal, (Castel-Branco, 2010), que se abriram ao público, dando a conhecer o valor do seu património por todo o país. Iniciativa da Associação Portuguesa de Jardins Históricos, o restauro destes jardins criou maior conhecimento sobre o restauro e conservação de jardins em Portugal e aumentou o sentido de identidade de cada região. Ficou provado que este movimento de renovação dos jardins e parques históricos aumenta a atratividade turística, o uso e o reconhecimento dos jardins como património.

"A conservação do meio ambiente histórico inclui as paisagens projetadas, como são os parques urbanos históricos. Estes são uma componente fundamental da sustentabilidade, pois são uma parte importante da distinção local, importantes para a sua comunidade e parte da nossa identidade nacional. Todos estes fatores são enfatizados na Local Agenda 21. São demasiadas as vezes que a conservação é vista como um obstáculo ao desenvolvimento urbano. No entanto, as evidências contradizem isso mesmo: em Sheffield, o restauro do Parque de Norfolk está a estimular o crescimento económico nas propriedades vizinhas. Os parques históricos fazem parte do ambiente histórico e têm um papel a desempenhar na contenção da degradação urbana, promovendo cidades habitáveis, incentivando as pessoas a regressar ao centro da cidade para viver" (Hazel Conway, p. 13).

A regeneração dos parques e jardins públicos é neste momento de pós-pandemia um tema de grande interesse político, pois ficou patente e na memória de todos que o confinamento centrou as atenções sobre a vida de bairro nas cidades e sobre a possibilidade de entrar na Natureza sem sair da cidade. Para iniciar um programa de renovação de parques urbanos, vale a pena olhar para o que se fez nas grandes cidades como Nova Iorque com a recuperação do que, nos anos 80 do século XX, fora deixado ao abandono, como foi o caso do Central Park, valioso parque de 300 hectares que se transformara num perigoso espaço de vandalismo e lixo.

Em Inglaterra, no princípio do milénio, a Política de Parques procurou fundamentar-se na vontade das populações e, melhor do que ninguém, Jan Woudstra informa-nos sobre as causas desse esforço. "Um inquérito do Comité do Ambiente, Transporte e Assuntos Regionais da Câmara dos Comuns trouxe os parques para a primeira linha do pensamento político em Inglaterra. O relatório realça os problemas e reforça o significado dos parques públicos em geral, fazendo recomendações sobre financiamento e gestão futura. Uma nova agência nacional, vagamente baseada na *Royal Parks Agency*, é sugerida para estancar e reverter o declínio dos parques. Este e outros esforços na conjuntura atual irão sem dúvida proporcionar parques públicos regenerados com uma nova perspetiva" (Woudstra, J. & Fieldhouse, K., 2000, p. 2).

A função social dos parques é de tal modo importante que a cidade de Boston articulou a recuperação dos parques urbanos com os programas de combate à pobreza: "Boston foi a primeira cidade dos EUA a incluir o melhoramento de parques públicos no seu Programa de *Poverty Action*, atraindo dessa forma financiamento estatal e federal. O argumento foi que "parques de acesso gratuito" são proporcionalmente mais importantes para escalões de baixo rendimento e que programas de atividades ao ar livre destinados aos mais jovens contribuem para o desenvolvimento dum estilo de vida positivo, necessário à quebra da espiral de privação. Os esquemas regenerativos mais bem-sucedidos na Europa ocorreram nas situações em que os assuntos dos parques estão relacionados com tópicos de interesse político, como se pode observar em cidades como Amesterdão, Bruxelas, Copenhaga, Estrasburgo, Estocolmo e Estugarda" (Woudstra, J. & Fieldhouse, K., 2000, p. 2).

Em Lisboa, é evidente a necessidade de um investimento e uma atenção que responda à renovação dos parques e jardins públicos, muitos deles

de grande valor, mas sujeitos a mudanças que tiveram efeitos nefastos no seu conjunto.

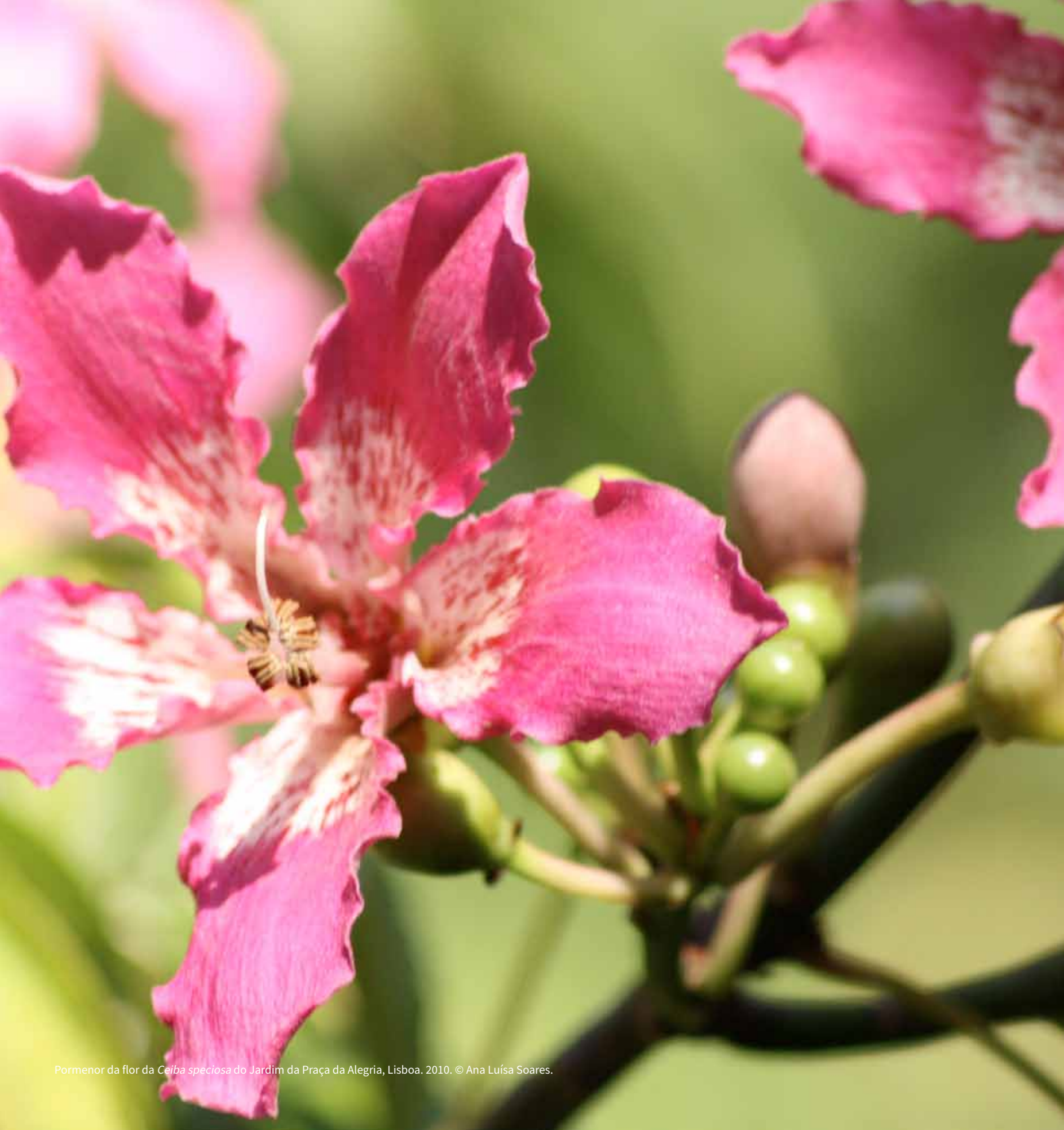
Melhor que ninguém, Woudstra resume: “Ao longo do tempo muitos parques bem concebidos foram-se deteriorando [...] Onde o período de declínio longo e lento foi mais extenso, tornam-se necessárias reparações de fundo. Será importante avaliar a extensão das alterações anteriores, por outras palavras, documentar o historial do desenvolvimento do parque. Uma vez esta fase bem esclarecida, profissionais qualificados e experientes podem em geral “ajustar” o desenho original, estabelecendo um programa de reparação dos elementos construídos e o rejuvenescimento das plantações.” (Woudstra, J. & Fieldhouse, K., 2000, p. 2). Por isso sugere a criação de equipas conhecedoras do restauro e da identidade do parque.

Neste livro já se documentou o “historial do desenvolvimento”, contribuindo para o conhecimento da identidade de 60 jardins, parques e miradouros públicos de Lisboa para que a sua história sirva de base ao reconhecimento do seu valor como património. É preciso agora passar à ação de renovação, que Woudstra também indica. “Um melhoramento lento e adequado, com reconhecimento do valor de identidade e da importância da memória nos parques, é geralmente preferível ao replaneamento de parques mais antigos. Uma das qualidades do arquiteto é mostrar humildade e respeito pelo tecido e carácter existentes. Em locais de importância histórica, existem geralmente requisitos para um trabalho de restauração minuciosa e por vezes há espaço para a reconstrução dos elementos originais” (Woudstra, J. & Fieldhouse, K., 2000, p. 2).

Terminamos com a ideia da indispensabilidade deste património cultural e natural dentro da cidade e retomamos as causas justas para que os decisores invistam em políticas de boa conservação e de cuidada renovação e restauro. Lembrando Hazel Conway, autora de *People’s Parks* (Cambridge 1991), “Os parques urbanos são para pessoas de todas as idades e de todos os estilos de vida. Foram projetados para tempos diferentes, mas todas as evidências contradizem a afirmação de que as pessoas e suas necessidades de lazer mudaram. Na realidade, o que mudou foram os padrões de manutenção e a falta de uma equipa dedicada ao parque. Alguns parques perderam seu carácter, não por vandalismo ou por abandono, mas por ignorância – ninguém pensou que houvesse ali algo para entender ou algo de valor” (Conway, 1991, p. 11).

Insistimos com a função aqui também demonstrada dos jardins e parques históricos que foram projetados para melhorar o ambiente urbano, ao limpar o ar e serem pulmões das cidades, ao proporcionar um local para a prática de exercício físico e, psicologicamente, ao oferecer um local onde as pessoas possam relaxar e apreciar de perto a Natureza. “Se olharmos para o papel dos jardins e parques urbanos como um todo, descobriremos que todos estes pontos continuam, nos dias de hoje, válidos. Os *designers* originais sabiam o que estavam a fazer e forneceram projetos subtis e flexíveis que acomodaram uma vasta gama de atividades. Não há qualquer razão para que estes parques não tenham um papel igualmente importante a desempenhar pelo século XXI adentro” (Conway, 1991, p. 11).

Por todo o esforço que se tem vindo a fazer em Lisboa, é merecida atribuição da distinção Lisboa Capital Verde 2020 que decorre de todo o trabalho acumulado na cidade de Lisboa pelos seus técnicos e decisores nas últimas décadas e é nosso dever como cidadãos exigir que esta dinâmica prossiga em nome da qualidade de vida em Lisboa e da contribuição para o esforço global da conservação do planeta.



Pormenor da flor da *Ceiba speciosa* do Jardim da Praça da Alegria, Lisboa. 2010. © Ana Luísa Soares.

Posfácio

Teresa Chambel
Arquiteta paisagista,
Diretora da Revista Jardins

Este livro celebra o deslumbramento que os jardins provocam em cada um de nós e fá-lo de uma forma única, apresentando numa mesma obra três séculos de jardins emblemáticos da cidade de Lisboa, 60 jardins que depois da leitura deste livro passamos a conhecer de outra forma, ficando com muita vontade de os tornar a visitar à luz destes novos conhecimentos.

A equipa brilhantemente liderada pela Ana Luísa Soares e com a Ana Raquel Cunha como braço direito fez este inventário exaustivo e compilou, ao longo de sete anos, cartografia, imagens e informação preciosa acerca de 60 dos mais importantes jardins de Lisboa, construídos desde o século XVIII (pós-terramoto) até aos anos 60 do século XX, em pleno modernismo.

A leitura deste livro convida-nos a fazer uma viagem no tempo, conhecendo a origem de cada um dos espaços, a sua história, evolução e composição arbórea, apresentando-nos pormenores tão interessantes que muitas vezes nos fazem olhar para o jardim que já conhecemos de outra forma.

Esta obra tem um valor inestimável para quem a folheia e observa com atenção a beleza dos mapas antigos ou a elegância das fotografias de época e percebe as camadas de história e de estórias que muitas vezes estão presentes em cada um destes espaços.

Este é um livro imprescindível para quem gosta de jardins, para quem gosta de Lisboa e também para os gestores dos espaços públicos, que têm aqui documentada de forma brilhante a evolução de um património único desta cidade.

Os jardins são desde sempre locais de saber e de prazer, mas nunca como durante esta pandemia foram tão desejados, amados, aclamados, procurados e usados!

Talvez esta seja uma das poucas coisas boas que surgiram nestes quase dois anos tão conturbados para todos.

Tivemos a perceção de que sem jardins as cidades que habitamos tornam-se locais áridos, assustadores, claustrofóbicos, tristes, sem a presença da Natureza, sítios onde os nossos medos e depressões se agudizam.
Para muitos de nós, durante os largos períodos de confinamento, a hipótese de pelo menos uma vez por dia poder passear no jardim, nem que fosse o mais perto de nossa casa, tornou-se o momento alto do dia. Ali podíamos respirar, cheirar, sentir, escutar e observar seres vivos variados como as árvores, os arbustos, as flores, os pássaros ou os insetos e a esta possibilidade passámos a dar um valor inexplicável; nunca os jardins foram tão visitados e usados.

Com este livro podemos perdermo-nos por estes jardins e absorvermos o que eles têm para nos dar de Natureza, de beleza, de história e de momentos de paragem que tão importantes são para a serenidade do nosso dia a dia, para a nossa saúde física e mental.

Lisboa, 31 de agosto de 2021



Jardim do Campo Grande, Lisboa. 2012. © António Sacchetti.

Nota final

José Manuel Pinto Paixão
Vice-Reitor da Universidade de Lisboa

A leitura deste livro suscita-me um conjunto variado de reflexões entre as quais, nesta nota breve, quero destacar as que se prendem essencialmente com a função e o valor social dos jardins.

Em primeiro lugar, refiro a evolução das funções atribuídas aos jardins. No início, prevaleceram funções culturais e educativas destinadas a grupos socialmente marcantes à época, designadamente clero, nobreza, académicos e militares. Os espaços, circundados por muros e/ou edifícios, obedeciam a uma estética inspiradora de uma atmosfera convidativa ao pensamento e estimuladora de lazer. Em alguns casos, principalmente nos jardins botânicos, a ornamentação era combinada com uma organização associada às actividades de aprendizagem e ensino ou, ainda, de investigação científica.

Ao longo dos tempos, assistiu-se a um progressivo alargamento do âmbito social das funções atribuídas aos jardins. Do Passeio Público, pós-terramoto, aos corredores ecológicos dos tempos actuais, Lisboa "participou" num processo evolutivo determinado pela explicitação de funcionalidades sociais como, por exemplo, propiciar bem-estar ou contribuir para a qualidade ambiental.

Naturalmente, o valor social dos espaços verdes foi sendo acentuado ao longo da história, abrangendo segmentos mais vastos da sociedade e ganhando uma maior expressão na vida quotidiana da cidade. Nos dias de hoje, a relevância destes espaços é reconhecida, dir-se-ia unanimemente. No entanto, a sua tradução através de indicadores de impacto socioeconómico ainda mostra deficiências que urge superar.

Na verdade, as exigências de investimento para a criação, manutenção e enriquecimento dos espaços verdes confrontam-se com outras necessidades sociais, na disputa de recursos materiais e financeiros. Assim, importa quantificar os benefícios propiciados por aqueles espaços por forma a fundamentar uma análise custo-benefício e assegurar o máximo de objectividade possível nas tomadas de decisão nos vários níveis em que se colocam.

O apuramento dos valores de impacto social e económico não é uma tarefa fácil de realizar. Desde logo, os benefícios provenientes dos espaços verdes são, em geral, gerados de modo indirecto e espaçados no tempo. Por outro lado, podem assumir formas diferentes, tangíveis e não tangíveis.

Recordo que estes aspectos são abordados especificamente num capítulo do livro onde, na perspectiva de diversificação das fontes de receita gerada nos jardins históricos, é realçada a importância do turismo cultural. Para além da receita directa (bilheteira, venda de produtos e/ou serviços, alugueres, eventos ...) são referidos benefícios indirectos muito importantes no momento actual. Por exemplo, estes equipamentos dão um contributo forte para a atractividade global da cidade a qual, por sua vez, induz um retorno através de um incremento de visitantes no espaço.

A este propósito, parece-me oportuno mencionar o caso dos três Jardins Botânicos existentes na cidade de Lisboa, integrados na Universidade de Lisboa. Durante o ano de 2019, antes da pandemia, o Jardim Botânico na Politécnica (JBL) recebeu cerca de 190.000 visitantes. No mesmo ano, Jardim Botânico da Ajuda (JBA), apesar de não se localizar numa zona de forte atracção turística, registou perto de 50.000 visitantes. Em 2019, o Jardim Botânico Tropical (JBT) esteve encerrado ao público para requalificação e reabilitação sendo que em 2018 havia registado quase 150.000 visitas individuais onde não se inclui mais do que uma dezena de milhar de participantes em dois eventos de grande impacto social.

Ou seja, numa perspectiva bastante conservadora, os três jardins botânicos da Universidade de Lisboa têm uma capacidade de atracção de mais do que 400.000 visitantes por ano. Na verdade, mesmo fortemente afectados pela pandemia, o JBL e o JBT foram visitados por perto de 85.000 pessoas, desde o início Maio até meados de Setembro deste ano. Vale a pena referir que cerca de 15% destes visitantes são jovens adultos e que o número de crianças e adolescentes se aproximou da dezena de milhar. Estes números revelam o potencial dos jardins como espaços de lazer e fruição cultural, certamente acentuado pela situação pandémica.

Ainda focado no tema da função e valor social dos espaços verdes, refiro a relevância dos espaços verdes no quadro das cidades do (e com) futuro. Estudos recentes evidenciam o papel basilar dos espaços verdes no processo de transformação em curso nas comunidades urbanas que se projectam como cidades onde se vive e não simplesmente onde se trabalha. O denominado planeamento verde, adoptado por muitas cidades em todo o mundo, almeja potenciar o valor ecológico das plantas, designadamente para a redução da temperatura urbana, no combate à poluição do ar e na resiliência ambiental.

Lisboa, como este livro mostra à evidência, dispõe já de uma malha urbana de abrangência espacial assinalável. Cada um dos 27.610 exemplares, identificados no âmbito do LX Gardens, é um sensor ambiental integrado numa rede que permite recolher informação preciosa para o desenvolvimento de modelos ambientais, sejam descritivos, preditivos ou prescritivos. Esta rede caracteriza-se pela grande proximidade e capacidade para envolvimento dos cidadãos em acções de obtenção e tratamento de dados científicos, numa lógica participativa. Desta forma, é alargado o espectro de funções atribuídas aos jardins, e demais espaços congéneres, configurando-se como laboratório ao ar livre.

Em resumo, este livro mostra bem que:

- os jardins, parques, praças e miradouros em Lisboa são nós de uma malha que abrange o tecido urbano, acompanhando o desenvolvimento da cidade ao longo dos vários tempos;

- as histórias (próprias) de cada um destes espaços conjugam-se harmoniosamente numa narrativa consistente e coerente com a realidade física, tanto nos traçados como na localização;

- o património arbóreo em Lisboa tem um valor notável, em termos botânicos, paisagísticos, históricos e culturais;

- a rede de espaços verdes de Lisboa constitui um elemento crucial para a garantia do bem-estar e qualidade de vida na cidade.

Lisboa, 25 de setembro de 2021



“Domingo, vésperas do Natal. Ao fundo, Gare Marítima da Rocha do Conde de Óbidos.”
Jardim 9 de Abril, Lisboa. 1966. © Jorge Guerra.

Agradecimentos

Abraçar o desafio desta publicação, "O arvoredo, os jardins e parques públicos de Lisboa (1755 – 1965), três séculos de um património botânico, paisagístico e cultural", foi um compromisso que assumimos mas que apenas foi possível com um trabalho em rede, a que toda a equipa agradece.

Em primeiro lugar, expressamos o nosso muito obrigado à Fundação para a Ciência e a Tecnologia pelo financiamento do projeto de investigação "LX GARDENS - Jardins e Parques Históricos de Lisboa: estudo e inventário do património paisagístico" (Ref.ª PTDC/EAT-EAT/110826/2009)), bem como o apoio financeiro concedido a autores para o desenvolvimento de parte da investigação desta publicação através do projeto do Centro de Ecologia Aplicada "Prof. Baeta Neves" (CEABN), unidade de investigação do Instituto Superior de Agronomia (ISA) da Universidade de Lisboa (ULisboa) que integra a Rede de Investigação em Biodiversidade e Biologia Evolutiva (InBIO), em parceria com o Centro de Investigação em Biodiversidade de Recursos Genéticos (CIBIO) da Universidade do Porto (CEABN-InBio/ISA/ULisboa), ref.ª UIDB/50027/2020. Agradecemos também o apoio concedido aos co-autores Ana Raquel Cunha (Ref.ª 2020/04824/BD) e Miguel Brilhante (Ref.ª UI/BD/151188/2021), através do financiamento das bolsas de doutoramento FCT.

Um agradecimento muito especial a todos os membros da equipa, bolseiros de investigação, colaboradores e consultores nacionais e internacionais, que se dedicaram a este projeto de investigação com empenho, o qual foi inquestionavelmente crucial para a compilação deste livro.

De seguida, gostávamos de agradecer à Câmara Municipal de Lisboa (CML), na pessoa do seu vereador, Dr. José Sá Fernandes, que permitiu e incentivou a concretização desta publicação, incluindo-a no programa de Lisboa Capital Verde Europeia 2020.

Agradecemos ainda a toda a equipa e colaboradores da CML, em particular ao Arquivo Municipal de Lisboa (Arquivo Arco do Cego, Arquivo Fotográfico, Arquivo Histórico, Arquivo Intermédio, Gabinete de Estudos Olisiponenses) que, de forma célere e profissional, nos apoiaram desde o início do projeto até à presente publicação.

À Universidade de Lisboa e ao Instituto Superior de Agronomia, como entidades de acolhimento, agradecemos ao Reitor da Universidade de Lisboa, Professor António Manuel da Cruz Serra, ao Vice-reitor Professor José Manuel Pinto Paixão e ao Presidente do Instituto Superior de Agronomia, Professor António Guerreiro de Brito, pelos conhecimentos e tecnologias que contribuíram para realizar este projeto.

O nosso obrigado a todas as instituições que generosamente nos facultaram preciosa informação e documentação dos seus acervos. Dentre estas são de destacar: Arquivo de António Facco Vianna Barreto; Arquivo Histórico da Economia e Transição Digital; Arquivo da Assembleia da República; Biblioteca Nacional de Portugal; Arquivo Nacional da Torre do Tombo; Centro de Informação Geoespacial do Exército; Direção-Geral do Património Cultural; Fundação Calouste Gulbenkian – Biblioteca de Arte e Arquivos; Instituto de Investigação Científica Tropical; e Museu Nacional do Azulejo.

Para o trabalho do inventário arbóreo, contributo tão relevante deste projeto, agradecemos a todas as entidades que nos abriram as portas dos seus jardins, como a Câmara Municipal de Lisboa, o Palácio de Belém, o Palacete de São Bento, a Assembleia da República, a Fundação do Palácio dos Marqueses de Fronteira, a Biblioteca Nacional de Portugal, a Fundação Calouste Gulbenkian, o Palácio Nacional da Ajuda, o Palácio Burnay, o Palácio Bensaúde, entre outros.

E como "uma imagem vale mais do que mil palavras", os autores agradecem aos fotógrafos que através dos seus "olhos" nos ajudaram a contar a história de cada jardim: Ana Rita Basto, António Sacchetti, Fátima Peralta, Francisco Sá da Bandeira, Francisco Salvação Barreto, Henrique Ruas, Jorge Guerra, Jorge Sousa e Mariana Tomé.

Um especial agradecimento à Professora Cristina Castel-Branco que, para além do seu conhecimento e contributo na revisão das provas, traz sempre consigo a inovação. Abraçou esta publicação com a mesma energia com que ensina e as "árvores e os jardins".

Estende-se o nosso obrigado à Margarida Velez que, com a sua criatividade, permitiu transmitir de forma entusiasta o conhecimento inerente ao leque dos 60 jardins de Lisboa. Folhear as páginas por si "desenhadas", leva-nos a viajar pela cidade através do tempo e do espaço.

Por último, agradecemos a colaboração e amizade de colegas, amigos e familiares que incentivaram e apoiaram esta publicação.

Lisboa, 23 de setembro de 2021

Ficha Técnica do Projeto

Este livro compila resultados do projeto de investigação LX GARDENS - Jardins e Parques Históricos de Lisboa: estudo e inventário do património paisagístico, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (Ref.ª PTDC/EAT-EAT/110826/2009) do Centro de Ecologia Aplicada "Prof. Baeta Neves" (CEABN), unidade de investigação do Instituto Superior de Agronomia (ISA) da Universidade de Lisboa (ULisboa), que integra a Rede de Investigação em Biodiversidade e Biologia Evolutiva (InBIO), em parceria com o Centro de Investigação em Biodiversidade de Recursos Genéticos (CIBIO) da Universidade do Porto (CEABN-InBio/ISA/ULisboa). Este projeto reúne investigadores da Universidade de Lisboa, da Universidade do Porto e da Universidade do Algarve.

Membros da Equipa de Investigação do Projeto:
Coordenação | Professora Ana Luísa Soares | CEABN/InBIO/ISA/ULisboa
Professora Sónia Talhé Azambuja | CEABN/InBIO/ISA/ULisboa
Engenheira Agrónoma Teresa Vasconcelos | ISA/ULisboa
Doutora Conceição Colaço | CEABN/InBIO/ISA/Ulisboa
Professor José Carlos Costa | Linking Landscape, Environment, Agriculture and Food (LEAF/ISA/ULisboa)
Professor José Monteiro | Universidade do Algarve (UAlg)
Professora Teresa Portela Marques | CIBIO/ICETA-Porto/UPorto
Técnico Superior Paulo Jorge da Silva Forte | ISA/ULisboa

Bolseiros de Investigação do projeto:
Arquiteta Paisagista Ana Raquel Cunha | CEABN/InBIO/ISA/ULisboa
Arquiteta Paisagista Isabel Silva | CEABN/InBIO/ISA/ULisboa
Arquiteta Paisagista Ana Filipa Leite | CEABN/InBIO/ISA/ULisboa

Colaboradores:
Arquiteta Paisagista Elsa Isidro
Arquiteta Paisagista Andreia Cunha
Arquiteta Paisagista Andreia Sousa
Arquiteta Paisagista Mariana Tomé
Arquiteta Paisagista Maria José Cachaço
Arquiteto Paisagista João Jorge

Consultores:
Professora Cristina Castel-Branco | CEABN/InBIO/ISA/Ulisboa
Professor Francisco Castro Rego | CEABN/InBIO/ISA/Ulisboa
Professor Vítor Serrão | Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras (ARTIS/ULisboa)
Professor David Jacques | Institute of Advanced Architectural Studies at York – Reino Unido
Professor Marc Treib | University of California, Berkeley – EUA
Professor Mike Robinson | Leeds Metropolitan University – Reino Unido
Professor Pedro Arsénio | LEAF/ISA/ULisboa
Professor Pedro Flor | IHA/FCSH/NOVA
Arquiteta Paisagista Mafalda Farmhouse | Câmara Municipal de Lisboa
Arquiteta Paisagista Teresa Chambel | Diretora da Revista Jardins
Engenheira Agrónoma Margarida Laginha | Câmara Municipal de Lisboa

Bibliografia

I. Evolução histórica dos jardins e espaços públicos de Lisboa

Almeida, A. L. B. dos S. de S. S. L. de. (2006). O valor das árvores: Árvores e floresta urbana de Lisboa [Dissertação para obtenção do Grau de Doutor em Arquitetura Paisagista]. Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa. https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/469

Alphand, A. (1867). Les Promenades de Paris. J. Rothschild.

Andresen, T., Câmara, T. B., & Carvalho, L. G. (2003). Lugares da Arquitectura Paisagista Portuguesa: 1940-1970. In T. Andresen (Coord.), Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian: Francisco Caldeira Cabral e a primeira geração de arquitectos paisagistas (1940-1970) (pp. 144–317). Fundação Calouste Gulbenkian.

Araújo, I. (2020). Arte paisagista e arte dos jardins em Portugal (2a). Câmara Municipal de Lisboa.

Azambuja, S. T. (2001). Real Quinta das Necessidades: Um fio condutor na arte dos jardins em Portugal. In C. Castel-Branco (Coord.), Necessidades: Jardins e Cerca (pp. 129–151). Livros Horizonte/Jardim Botânico da Ajuda.

Bacon, E. N. (1980). Design of Cities. Penguin Books.

Baridon, M. (1998). Les jardins: Paysagistes, jardiniers, poètes (4.ª Ed.). Robert Laffont, S.A.

Cabral, F. C. (1940). Jardins. Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa.

Cabral, F. C. (1993). Fundamentos da Arquitectura Paisagista. Instituto de Conservação da Natureza.

Calado, M. (Coord.). (1998). Do Passeio à Avenida: Os originais do arquivo municipal de Lisboa. Câmara Municipal de Lisboa.

Castel-Branco, C. (1994). Del jardin privado al parque urbano-reinterprettion de soluciones. Actas do Seminário Internacional sobre la Huerta de Valencia, Ajuntament de Valencia - MAB Program.

Castel-Branco, C. (Coord.). (1999). Jardim Botânico da Ajuda. Livros Horizonte/ Associação dos Amigos do Jardim Botânico da Ajuda.

Castel-Branco, C. (Coord.). (2002). Jardins com história: Poesia atrás de muros. Inapa.

Castel-Branco, C. (2008). Os jardins dos Vice-reis: Fronteira. Leya.

Castel-Branco, C. (2013). Lisbonne en ses jardins. In L. Braz de Oliveira (Coord.), Lisbonne – Histoire, Promenades, Anthologie et Dictionnaire. Éditions Robert Laffont.

Castel-Branco, C. (2019). A influência da Índia nos jardins Portugueses. Babel.

Castel-Branco, C. (Coord.). (2010). A água nos jardins portugueses. Scribe.

Castel-Branco, C., & Rego, F. C. (1998). O livro verde da Expo'98. Parque Expo.

Castel-Branco, C., Soares, Ana Luísa, & Chambel, T. (1999). O mundo das plantas e a Ciência. In C. Castel-Branco (Coord.), Jardim Botânico da Ajuda. Livros Horizonte/ Associação dos Amigos do Jardim Botânico da Ajuda.

Castilho, J. de. (1884). Lisboa antiga: Vol. I. Impr. da Universidade.

Correia, A. B., & Costa, F. (2009). Jardim Botânico: Palmeiras. Textype.

Correia, A. M. P. P. A. A. (1984). Jardins de Lisboa: Subsídio para a sua gestão [Relatório final do curso livre de Arquitetura Paisagista]. Instituto superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa.

Correia, C. P., & Castel-Branco, C. (1994). Os quatro rios do paraíso. Dom Quixote.

Cunha, A. R. F. G. (2014). Os planos de urbanização dos bairros da Encarnação e Olivais. O modernismo, a expansão da cidade de Lisboa e a Arquitetura Paisagista [Dissertação de Mestrado em Arquitetura Paisagista]. Instituto Superior de Agronomia, Universidade de Lisboa. https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/6776

Ficalho, Conde (1878). Escola polytecnica (1877-1878) Botanica 75-87 [Relatório do Lente substituto da 9a cadeira, Conde de Ficalho]. Escola polytecnica.

França, J. A. (2005). Lisboa: Urbanismo e arquitectura (5a ed.). Livros Horizonte.

França, J. A. (2008). Lisboa, História física e moral. Livros Horizonte.

Isidro, E., Silva, I., & Soares, Ana Luísa. (2010). Os melhores jardins de Lisboa: Alameda D. Afonso Henriques – O eixo verde monumental do Estado Novo. In Revista Jardins, n.º 88, pp. 12–15.

Joest, T. Von (1991). Haussmann's Paris: A Green Metropolis? In M. Mosser & G. Teyssot (Eds.), The history of garden design (pp. 387–398). Thames & Hudson.

Jones, S. B., & Luchsinger, A. E. (1987). Plant systematics. McGraw Hill Book Company.

Lamas, J. M. R. G. (2007). Morfologia urbana e desenho da cidade (4a ed). Fundação Calouste Gulbenkian Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Lamas, J. R. G. (1988). Morfologia urbana e desenho da cidade [Tese de doutoramento em Planeamento Urbanístico]. Faculdade de Arquitetura, Universidade Técnica de Lisboa.

Marques, T. D. P. (2009). Dos jardineiros paisagistas e horticultores do Porto de oitocentos ao modernismo na arquitectura paisagista em Portugal [Tese de Doutoramento em Arquitetura Paisagista]. Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa. https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/2509

Palhinha, R. T. (1955). As estufas do Jardim Botânico de Lisboa - cartas de Dr. Goeze ao Conde Ficalho. In Revista Brotéria, Vol. XXIV.

Pessoa, F. (1997). LISBOA: O que o Turista deve ver/What the Tourist should see. Livros horizonte.

Proença, R., & Dionísio, S. (1981). Guia de Portugal: Generalidades Lisboa e arredores: Vol. I. Fundação Calouste Gulbenkian.

Rodrigo, J. J. C. (1943). O Parque Florestal de Monsanto: Subsídios para a sua história [Relatório final de curso de Engenheiro Silvicultor]. Instituto Superior Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa.

Santos, M., Cruz, C. S., Alves, F. L., Metelo, I., Bogalho, V., Pereira, H. M. & Henriques, D. (2015). Biodiversidade na Cidade de Lisboa: uma estratégia para 2020, Documento técnico. Câmara Municipal de Lisboa.

Soares, A. L., & Castel-Branco, C. (2007). As árvores da cidade de Lisboa. In Sande Silva (Coord.), Floresta e Sociedade (Vol. 7, pp. 289–334). Edição FLAD & Público.

Tavares, C. (1967). Jardim Botânico da Faculdade de Ciências de Lisboa: Guia. Imprensa Portuguesa.

Tostões, A. (1992). Monsanto, Parque Eduardo VII, Campo Grande: Keil do Amaral, arquitecto dos espaços verdes de Lisboa. Salamandra.

Tostões, A. (1997). Os verdes anos na arquitectura portuguesa dos anos 50 (2a ed). Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

Tostões, A. (2003). Lisboa, Arquitectura e Urbanismo, Do Passeio Público ao Jardim da Fundação Calouste Gulbenkian. In T. Andresen (Coord.), Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian: Francisco Caldeira Cabral e a primeira geração de arquitectos paisagistas (1940-1970) (pp. 98–113). Fundação Calouste Gulbenkian.

Viterbo, S. (1906). A jardinagem em Portugal: Apontamentos para a sua história. Imp. da Universidade.

II. Mais memórias da cidade: as árvores nas ruas de Lisboa em 1981

Andresen, M. T. L. M. B. (1982). Árvores de arruamento de Lisboa, contribuição para a sua classificação [Relatório Final do Curso Livre de Arquitectura Paisagista]. Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa.

CML (1929). Inventário do arvoredo existente nos vários logradouros públicos da cidade de Lisboa e nos viveiros municipais: relativamente a Setembro de 1929. Câmara Municipal de Lisboa.

III. O Turismo cultural europeu e os jardins históricos

Benfield, R. W. (2013). Garden Tourism. CABI.

Connell, J. (2005). Managing gardens for visitors in Great Britain: A story of continuity and change. Tourism Management, 26(2), 185–201.

Fornaris, A., Devecchi, M., & Larcher, F. (2013). A new approach for the valorisation of the historical garden heritage: The case of the biella province in Italy. Acta Horticulturae, 999, 153–157. https://doi.org/10.17660/ActaHortic.2013.999.21

Francis, M., & Hester, R. T. (1990). The Meaning of Gardens: Idea, Place, and Action. MIT Press.

Harrison, R. P. (2008). Gardens: An Essay on the Human Condition. University of Chicago Press.

ICOMOS. (1982). The Florence Charter on the Preservation of Historic Gardens. Adaptada por ICOMOS em dezembro 1982.

Krippner, U., Brüning, A., Jacobs, P., Kühn, N., Lička, L., & Seliger, A. (2012). Transnational methodology for garden and open-space heritage assessment. Disponível em <www.culttour.eu/nc/en/knowledge-base/scientific-texts>, acedido a 3/07/2016.

Leask, A., & Yeoman, I. (Eds.). (1999). Heritage Visitor Attractions: An Operations Management Perspective. Cengage Learning.

V. Os jardins e os parques de Lisboa

Alphand, A. (1867-1873). Les Promenades de Paris. J. Rothschild.

Andresen, T. (Coord.). (2003). From the National Stadium to the Gulbenkian Garden: Francisco Caldeira Cabral and the First Generation of Portuguese Landscape Architects, 1940-1970. Calouste Gulbenkian Foundation, Fine Arts Department.

Caetano, J. O. (Coord.). (2003). A utopia e os pés na terra: Gonçalo Ribeiro Telles. Instituto Português de Museus.

Carapinha, A. (Coord.). (2006). O jardim: Fundação Calouste Gulbenkian. Fundação Calouste Gulbenkian.

Carita, H. (1990). Portuguese Gardens. Antique Collectors' Club.

Castel-Branco, C. (Coord.). (1999). Botanic Gardens of Ajuda. Livros Horizonte/ Associação dos amigos do Jardim Botânico da Ajuda.

Castel-Branco, C. (Coord.). (2014). Jardins de Portugal. Clube do Colecionador dos Correios.

Tostões, A., & Rossa, W. (Eds.). (2008). Lisboa 1758: The Baixa Plan Today. Lisbon Municipal Council.

VI. LX Gardens – Metodologia do inventário do património paisagístico de Lisboa

Andresen, T. & Marques, T. P. (2001). Jardins Históricos do Porto. Edições Inapa.

Araújo, I. A. (1962). Arte Paisagista e Arte dos Jardins em Portugal. Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização.

Arte Paisagista no Norte de Portugal - Inventário de Sítios de Interesse, http://www.artepaisagista.utad.pt/

Associação Portuguesa dos Jardins Históricos (AJH), [website], <www.jardinshistoricos.pt/>, acedido a 24/05/2021.

Carapinha, A. (1985). Inventário da Arte Paisagista em Portugal [Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica]. Departamento de Planeamento Biofísico e Paisagístico da Universidade de Évora.

Catálogo General del Patrimonio Histórico Andaluz [website], < www. juntadeandalucia.es/cultura/web/areas/bbcc/catalogo>, acedido a 17/10/2012.

Catena - Digital Archive of Historic Gardens and Landscapes [website], <http://catena.bgc.bard.edu/>, acedido a 17/10/2012.

Direção-Geral do Património Cultural [website], <www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/>, acedido a 17/05/2021.

English Heritage [website], <www.english-heritage.org.uk/ >, acedido a 17/10/2012.

França, J. A. (2008). Lisboa, História Física e Moral. Livros Horizonte.

ICOMOS (1982). The Florence Charter - Historic Gardens. Adaptada por ICOMOS em dezembro 1982.

ICOMOS (1999). International Cultural Tourism Charter. Adotada pelo ICOMOS na 12ª Assembleia Geral no México, outubro de 1999.

ICOMOS [website], <www.icomos.org/landscapes/index2engl.htm>, acedido a 17/10/2012.

Institut Européen des Jardins & Paysages (IEJ&P) [website], http://europeangardens.eu/inventories/pt/, acedido a 24/05/2021.

Inventário do Património Arquitetónico (IPA) [website], www.monumentos.gov.pt/>, acedido a 24/05/2021.

National Trust [website], <www.nationaltrust.org.uk/>, acedido a 17/10/2012.

Parcs et Jardins de France [website], <www.parcsetjardins.fr/>, acedido a 17/10/2012.

Parks & Gardens UK [website], <www.parksandgardens.org/>, acedido a 17/10/2012.

U.S. National Park Service [website], <www.nps.gov/findapark/index.htm/>, acedido a 17/10/2012.

Vasconcelos, T., Cunha, A. R., Forte, P., & Soares, A. L. (Eds) (2017). Levantamento arbóreo dos Jardins e Parques Históricos de Lisboa. ISA Press. https://www.isa.ulisboa.pt/files/ceabn/pub/docs/documentos/ebook_lxgarden.pdf

VII. LX Gardens – 60 jardins e parques históricos de Lisboa

VII.2. Jardins Botânicos

Abreu, A. C. de, Correia, T., Oliveira, R., Simões, P., Fonseca, A., & Machado, J. (2004). Contributos para a identificação e caracterização da paisagem em Portugal Continental: Vol. 4o. Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.

Alarcão-e-Silva, M.L.M.M. & Alarcão-e-Silva, A. E. (2013). A Real Tapada D' Alcântara/Ajuda. Algumas nótulas históricas. Junta de Freguesia de Alcântara.

Almeida, J. de. (1927). Ensino Agrícola-Colonial no Instituto Superior de Agronomia - O Jardim Colonial de Lisboa. In Revista Brotéria, Vol. V, pp. 89–92. Biblioteca do Instituto Superior de Agronomia.

Alves, A. M., Estácio, F. L., & Sousa, E. (2007). O Instituto Superior de Agronomia na segunda metade do Século XX. ISA Press. Biblioteca do Instituto Superior de Agronomia.

Ataíde, M. M. (Coord.), Gonçalves, A. M., Castelo Branco, F., Bonifácio, H., Moita, I., Rodrigues, M. J. M., & Serrão, V. (1962). Monumentos e edifícios notáveis do distrito de Lisboa: Vol. V, 3.o Tomo. Junta Distrital.

Azambuja, S. T. (2017). A Arquitetura Paisagista e a Conservação e Restauro do Jardim Botânico da Ajuda. In Pedra & Cal, Conservação e Reabilitação, O Projeto - Intervir em Património, n.º 63, pp. 51–53. Editor GECoRPA – Grémio do Património (ISSN 1645-4863). http://www.gecorpa.pt/Upload/Revistas/PC63_50.pdf

Barreto, A. V. (1952). O Parque de Monsanto e a cidade de Lisboa [Relatório Final dos Cursos de Engenheiro Silvicultor e Arquitetura Paisagista]. Instituto Superior de Agronomia. Biblioteca do Instituto Superior de Agronomia.

Brigola, J. C. (2003a). Colecções, gabinetes e museus em Portugal no século XVIII. Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Brigola, J. C. (2003b). A aclimatação de plantas do Oriente e do Brasil no Real Jardim Botânico da Ajuda (1768-1808). In Revista portuguesa de história, Tomo XXXVI, Vol. 2. Universidade de Coimbra, Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos.

Brotero, F. de A. (1811-1828). «Catálogo geral de todas as plantas do Real Jardim Botanico d'Ajuda distribuidas segundo o systema de Linneo da edicao do D. Wildennow. Feito com assiduas observacoes de muitos annos athe ao presente» [Manuscrito]. Biblioteca do Instituto Superior de Agronomia.

Cabral, F. C. (1936). Jardim Botânico da Ajuda [Relatório do Tirocínio do Curso de Engenheiro Agrónomo]. Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa. Biblioteca do Instituto Superior de Agronomia.

Cabral, F. C. (1936). Parque Nacional da Ajuda [Relatório final de curso de Engenheiro Agrónomo]. Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa. Biblioteca do Instituto Superior de Agronomia.

Caixinhas, M. L. (1991). História dos Jardins botânicos em Portugal. In Botânica, Vol. 2. Círculo de Leitores.

Câmara, P. P. da. (1839). Descripção geral de Lisboa em 1839 ou ensaio histórico de tudo quanto esta capital contém de mais notável, e sua história política e literária até o tempo presente. Tip. da Academia das Bellas Artes.

Cardoso, A. M. (1992). Os edifícios da Tapada da Ajuda. Instituto Superior de Agronomia

Cardoso, C. C. (2013). O Jardim Botânico Tropical — IICT e seus espaços construídos: Uma proposta de reprogramação funcional e museológica integrada [Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Museologia e museografia]. Faculdade de Belas Artes, Universidade de Lisboa.

Carvalho, A. de. (1979). Os três arquitectos da Ajuda: Do «rocaille» ao neoclássico. Academia Nacional de Belas-Artes.

Castel-Branco, C. (Coord.). (1999). Jardim Botânico da Ajuda. Livros Horizonte/ Associação dos Amigos do Jardim Botânico da Ajuda.

Castel-Branco, C. (2007). Félix de Avelar Brotero: Botânico português (1744-1828) uma história natural. Livros Horizonte/ Imprensa da Universidade de Coimbra.

Costa, A. L. B. (2004). Métodos de classificação de património paisagístico – caso de estudo da Tapada da Ajuda [Relatório final do curso de Arquitetura Paisagista, Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa]. Biblioteca do Instituto Superior de Agronomia.

Coutinho, M. A. (1948). O Jardim Botânico da Ajuda [Relatório de Fim de Curso de Arquitetura Paisagista]. Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa. Biblioteca do Instituto Superior de Agronomia.

Coutinho, M. P. (1956). A Tapada da Ajuda— De Tapada Real a Parque Botânico. In Agros, n.º 3.

Coutinho, V. M. S. (2014). Tapada da Ajuda: Contributo para o seu plano de ordenamento e gestão [Dissertação de Mestrado em Arquitetura Paisagista, Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa]. Biblioteca do Instituto Superior de Agronomia.

Cunha, N. S. C. da. (2000). Ordenamento da Tapada da Ajuda – Morfologia e vegetação [Relatório final do curso de Arquitetura Paisagista]. Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa.

Duarte, M. C., Moura, I., Pinheiro, M., Nunes, M. C., & Palminha, A. (2016). Plantas do Jardim Botânico Tropical. Instituto de Investigação Científica Tropical, Universidade de Lisboa.

Duarte, M. C., Pinheiro M., Machado G., & Moura I. (2013). Jardim de Macau – espaço de simbolismo e ciência no Jardim Botânico Tropical. In Proceedings of the International Conference "Science in the Tropics: Glimpsing the past, projecting the future. 75 years after the foundation of the Board for Geographic Missions and Colonial Research" (14p.). IICT.

Felismino, D. (2014). Saberes, natureza e poder: Colecções científicas da Antiga Casa Real portuguesa. Museus da Universidade de Lisboa.

Ferreira, C. A. (1987). Tapada da Ajuda, O Palácio de Exposições. PP-Passado/Presente.

Fragateiro, B. de O. (1935). Jardim Colonial (Belém). In M. Costa Ramalho (Coord.), Guia de Portugal artístico: Jardins Parques e Tapadas: Vol. II (pp. 23–32). Of. Gráficas da Casa Portuguesa.

Frias, C. de. (1935). Jardim Botânico da Ajuda. In M. C. Ramalho (Coord.), Guia de Portugal artístico: Jardins Parques e Tapadas: Vol. II (pp. 9–14). Of. Gráficas da Casa Portuguesa.

Gamito, D. (2014). O ensino e a investigação em Zoologia e em Botânica na Escola Politécnica de Lisboa (1837-1911) [Tese de Doutoramento]. Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências e Tecnologia.

Gil, F. B., & Canelhas, M. G. S. (Eds.). (1987). Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa: Passado - presente : perspectivas futuras. Museu de Ciência da Universidade de Lisboa.

Gomes, M. A. (1935). Notícias sobre a Tapada da Ajuda. In Agros, n.º 2 e 3.

IICT (2007). O Jardim Botânico: Origem e História. Disponível em <http://www2.iict.pt/jbt/?idc=204>, acedido a 03/07/2014.

Julião, R. P., Silva, C. P. da, & Souto, H. (1998). Atlas de Lisboa e Vale do Tejo. Dep. de Geografia e Planeamento Regional da Univ. Nova.

Liberato, M. C., & Moura, I. (2003). Zamiaceae no Jardim – Museu Agrícola Tropical. Anais do Instituto Superior de Agronomia, 49, 51–62.

Lourenço, M. (2016). Universidade de Lisboa — Museus, Coleções e Património. Imprensa da Universidade de Lisboa.

Lourenço, M., & Neto, M. J. (Coord.). (2010). Património da Universidade de Lisboa. Ciência e Arte. Tinta da China.

Matos, I. N. de. (1994). Tapada da Ajuda: Evolução da Paisagem [Relatório de Final do Curso de Arquitetura Paisagista]. Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa. Biblioteca do Instituto Superior de Agronomia.

Mendonça, I. M. G. (2008). O Real Jardim Botânico da Ajuda entre o Barroco e o Iluminismo. In J. E. Franco & A. C. da C. Gomes (Eds.), Jardins do Mundo – Discursos e Práticas (pp. 423–436). Gradiva.

Morembert, M. T. de. (1965). M. Henri Navel (1878-1963) [em linha]. In I-Revues. Disponível em<http://documents.irevues.inist.fr/bitstream/handle/2042/34102/ANM_1963-1964_1.pdf?sequence=1> acedido a 04/04/2016.

Palhinha, R. T. (1935). Jardim Botânico da Faculdade de Ciências. In M. C. Ramalho (Coord.), Guia de Portugal artístico: Jardins Parques e Tapadas: Vol. II (pp. 15–22). Of. Gráficas da Casa Portuguesa.

Palhinha, R. T. (1944). Félix de Avelar Brotero: O mestre. In Anuário da Sociedade Broteriana. Sociedade Broteriana.

Proença, R., & Dionísio, S. (1981). Guia de Portugal: Generalidades Lisboa e arredores: Vol. 1o. Fundação Calouste Gulbenkian.

Ramalho, R. de S. L. (Coord.). (1935). Guia de Portugal Artístico: Jardins, Parques e Tapadas: Vol. II. Of. Gráficas da Casa Portuguesa.

Rodrigues, A. D. (2016). A linguagem do Império nas esculturas do Jardim Botânico Tropical em Lisboa. In Revista Brasileira de História da Mídia, 5 (1), pp. 61–84.

Roque, M. S. (2011). Tapada da Ajuda – Análise e proposta de sistema de percursos e vistas [Dissertação para a obtenção do grau de Mestre do curso de Arquitetura Paisagista]. Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa.

Silva, I.C. (2009). Belém: Monografia histórica. Junta de Freguesia de Santa Maria de Belém.

Soares, A. L., & Chambel, T. (1995). Jardim Botânico da Ajuda – História / Inventariação / Proposta de Recuperação do Material Vegetal [Relatório do Trabalho de Fim de Curso de Arquitectura Paisagista]. Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa. Biblioteca do Instituto Superior de Agronomia.

Soares, A. L., & Espírito-Santo, D. (2008). A colecção botânica do Jardim Botânico da Ajuda: Educação, conservação e recreio. In Actas de Horticultura no 52, I Simpósio Ibero-americano - IV Jornadas Ibéricas de Horticultura Ornamental, (pp. 263–267).

Soares, A. L., Arsénio, P., Rosado, N., & Machado, S. (2021). Plano de desenvolvimento do Campus da Tapada da Ajuda. Programa estratégico: Um campus universitário com impacte nos estudantes e na sociedade [Relatório Técnico]. Instituto Superior de Agronomia, Universidade de Lisboa.

Soares, A. L., Chambel, T., Castro Rego, F., & Carvalho, P. (1999). Restauro e recuperação do Jardim Botânico no final do século XX. In C. Castel-Branco (Coord.), Jardim Botânico da Ajuda (pp. 174–204). Livros Horizonte/ Associação dos Amigos do Jardim Botânico da Ajuda.

Tavares, C. N. (1967). Jardim Botânico da Faculdade de Ciências de Lisboa: Guia. Imprensa Portuguesa.

Vandelli, D. (1768). «Relação da origem, estudo presente do Real Jardim Botânico, Laboratório Chimico, Musêo de Historia Natural e Caza do Risco» [Manuscrito]. Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Vandelli, D. (1771). «Hortus Olisiponensis exhibens plantas exoticas horti regii specimenque Historiae Naturalis Lusitaniae cum novis generibus et specibus» [Manuscrito]. Biblioteca Nacional de Portugal.

Vandelli, D. (1788). «Diccionario dos termos technicos de História Natural: Extrahidos das Obras de Linnéo, com a sua explicaçaõ, e estampas abertas em cobre, para facilitar a intelligencia dos mesmos e a Memoria sobre a utilidade dos jardins botanicos que offerece a Raynha D. Maria I. Nossa Senhora». Real Officina da Universidade; Biblioteca Nacional de Portugal.

Vasconcellos, J. C. (1956). Reserva Botânica Natural "D. António Xavier Pereira Coutinho". In Agros, n.º 3.

Vasconcelos, T., Cunha, A. R., Forte, P., & Soares, A. L. (Coords.) (2017). Levantamento arbóreo dos Jardins e Parques Históricos de Lisboa. ISA Press. https://www.isa.ulisboa.pt/files/ceabn/pub/docs/documentos/ebook_lxgarden.pdf

VII.3. Jardins

A alma e a gente: Palácio de São Bento e os Parlamentos (n.º 13). (2006, Abril 16). [Vídeo]. In A alma e a gente IV (História Contemporânea). RTP Arquivos. Disponível em <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/historia-contemporanea/>, acedido a 27/01/2021.

A Nação: n.º 874. (1850, Agosto 31)

Aguiar, A. (1999), & Vieira, J. (2013). Jardim do Campo de Santana/ Jardim do Campo Mártires da Pátria/Jardim Braamcamp Freire - IPA.00007001 [em linha]. In Sistema de Informação para o Património Arquitectónico – Forte de Sacavém. Disponível em: <http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=7001>, acedido a 2014.

Albergaria, M. I. W. T. S. (2010). Jardins Públicos Históricos. In Boletim do Núcleo Cultural da Horta, 19, (pp. 355-366).

Alberto, E., & Mégre, R. (2019). Mosteiro de São Bento da Saúde – LXConv025 [em linha]. In Projecto LXConventos – Base de dados. Disponível em <http://patrimoniocultural.cm-lisboa.pt/lxconventos/ficha.aspx?t=i&id=602&lang=pt>, acedido a 27/01/2021.

Almeida, Á. D. de, & Belo, D. (Coord.). (2008). Portugal património: Guia-inventário: Vol. VII (1ª ed.). Círculo de Leitores.

Almeida, A. L. B. dos S. de S. S. L. de. (2006). O valor das árvores: Árvores e floresta urbana de Lisboa [Dissertação para obtenção do Grau de Doutor em Arquitetura Paisagista]. Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa. https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/469

Almeida, I. C. (2000). Breve historial da Torre de Belém. In Torre de Belém – Intervenção de conservação exterior, Cadernos II, Série 1 (pp. 37-43). IPPAR.

Andresen, T. (Coord.) (2003). Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian: Francisco Caldeira Cabral e a Primeira Geração de Arquitectos Paisagistas (1940-1970). Fundação Calouste Gulbenkian.

Andresen, T. (2003). Três Décadas de Arquitetura Paisagista em Portugal: 1940-1970. In T. Andresen (coord.), Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian. Francisco Caldeira Cabral e a primeira geração de arquitetos paisagistas (1940-1970). (pp. 18-97). Fundação Calouste Gulbenkian.

Andresen, T., Câmara, T. B., & Carvalho, L. G. (2003). Lugares da Arquitectura Paisagista Portuguesa: 1940-1970. In T. Andresen (Coord.), Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian: Francisco Caldeira Cabral e a primeira geração de arquitectos paisagistas (1940-1970) (pp. 144–317). Fundação Calouste Gulbenkian.

Araújo, F. D. A. (ed.) (1854). Flora e Pomona: Jornal da Agricultura e jardinagem em Portugal: Nº 1, Dezembro. Sociedade de Flora e Pomona.

Araújo, I. A. (1962). Arte Paisagista e Arte dos Jardins em Portugal. Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização.

Araújo, N. (1950). Inventário de Lisboa: Monumentos históricos. Câmara Municipal.

Araújo, N. (1992). Peregrinações em Lisboa: Vol. IV (2.ª Ed.). Vega.

Araújo, N. de (1944). Monumentos Nacionais: Torre de Belém. In Inventário de Lisboa, (Fascículo I). Publicações culturais da Câmara Municipal de Lisboa.

Araújo, N. de. (1944). Palácios Municipais: Távora-Galveias. In Inventário de Lisboa, (Fascículo V). Câmara Municipal.

Araújo, N. de. (1950). Palácios Particulares: Palácio dos Galvões Mexias. In Inventário de Lisboa, (Fascículo VIII). Câmara Municipal de Lisboa.

Assessoria para os Assuntos Culturais do Gabinete do Primeiro-Ministro (2001). O Palacete de São Bento: Residência Oficial do Primeiro-Ministro. Gabinete do Primeiro-Ministro.

Ataíde, M., & Gonçalves, A. M. (1962). Monumentos e edifícios notáveis do distrito de Lisboa: Vol. V, 4o tomo, 1a parte. Junta Distrital.

Aurélio, D. P. (2004). Biblioteca Nacional: Apresentação. In A. Tostões (Ed. Lit.), Biblioteca Nacional: exterior - interior (pp. 4–7). BN.

Azambuja, S. T. (2001). Real Quinta das Necessidades: Um Fio Condutor na Arte dos Jardins em Portugal. In C. Castel-Branco (Coord.), Necessidades: Jardins e Cerca (pp. 129-151). Livros Horizonte/Jardim Botânico da Ajuda.

Azevedo, C. de (1969). Solares Portugueses, introdução ao estudo da casa nobre. Livros Horizonte.

Bandeira, F., Castro-Caldas, L., & Câmara, T. (2011). Biblioteca Nacional de Lisboa/ Biblioteca Nacional de Portugal - IPA.00007085 [em linha]. In Sistema de Informação para o Património Arquitetónico – Forte de Sacavém. Disponível em <http://www.monumentos.pt/site/app_pagesuser/sipa.aspx?id=7085>, acedido a 16/05/2014.

Baptista, M. R. P. (2008). Arquitectura como instrumento na construção de uma imagem do Estado Novo [Dissertação para obtenção do Grau de Licenciado em Arquitetura]. Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

Barreto, A. F. V. (1955). Ante-projecto para o ajardinamento dos terrenos da Biblioteca Nacional (AVB NP.85). Espólio do Arquiteto Paisagista António Vianna Barreto, Forte de Sacavém.

Barreto, A. F. V. (1956). Memória Descritiva do projecto para o ajardinamento dos terrenos da Biblioteca Nacional (AVB NP.85). Espólio do Arquiteto Paisagista António Vianna Barreto, Forte de Sacavém.

Barreto, A. F. V. (1956). O Enquadramento da Torre de Belém. Oficinas Gráficas da C.M.L.

Barreto, A. F. V. (1964). Biblioteca Nacional: resposta ao Ofício no 583 referente ao ajardinamento dos terrenos da Biblioteca Nacional (AVB NP.84). Espólio do Arquiteto Paisagista António Vianna Barreto, Forte de Sacavém.

Barreto, A. F. V. (2003). Os Jardins da Fundação Calouste Gulbenkian. In G. Ribeiro Telles & A. Cancela de Abreu (Coord.), A utopia e os pés na terra, (pp. 213-215). Instituto Português de Museus.

Barreto, A. F. V. (s.d.). Execução da 2a fase do projecto de ajardinamento dos terrenos da Biblioteca Nacional (AVB NP.84). Espólio do Arquiteto Paisagista António Vianna Barreto, Forte de Sacavém.

Barreto, F. S. (2011). Contributo para a História da Arquitectura Paisagista em Portugal – Arquitecto Paisagista António Facco Vianna Barreto [Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura Paisagista]. Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa. http://hdl.handle.net/10400.5/4146

Bonnard, J. B. (1854). «Theoria da Acclimação dos Vegetaes, Ensaios sobre a Habitação das Familias Vegetaes, e suas regiões de Acclimação». In F. D. de Almeida Araújo (Ed.) (1854), Flora e Pomona: Jornal da Agricultura e jardinagem em Portugal, n.º 1 (Dezembro). Sociedade de Flora e Pomona.

Bowe, P., & Sapieha, N. (1989). Jardins de Portugal. Quetzal.

Calado, M., & Ferreira, V. M. (1991). Lisboa: freguesia de Carnide. Contexto Editora.

Calçada, M. (2001); Jácome, M., & Vieira, J. (2014). Jardim da Estrela/Jardim Guerra Junqueiro - IPA.00009888 [em linha]. In Sistema de Informação para o Património Arquitectónico – Forte de Sacavém. Disponível em <http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=9888>, acedido a 2014.

Câmara, A. (2009). O Futuro Inventa-se: a formação de cidadãos criativos e empreendedores e o papel da nova universidade. Objectiva.

Câmara, M. de S. da (s.d.). Curriculum vitae de Manuel Pereira da Nóbrega de Sousa da Câmara. [s.n.].

Câmara, M. T. (2015). Contributos da Arquitetura Paisagista para o espaço público de Lisboa (1940-1970) [Tese de Doutoramento para obtenção do Grau de Doutor em Arquitetura Paisagista e Ecologia Urbana]. Faculdade de Ciências, Universidade do Porto.

Câmara, T. (2008). Jardim Avelar Brotero - IPA.00027052 [em linha]. In Sistema de Informação para o Património Arquitetónico – Forte de Sacavém. Disponível em <http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=27052>, acedido a 31/01/2017.

Câmara, T. (2008). Jardins da Alameda Dom Afonso Henriques - IPA.00027035 [em linha]. In Sistema de Informação para o Património Arquitetónico – Forte de Sacavém. Disponível em <http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=27035>, acedido a 2014.

Câmara, T. B. (2000). Do Passeio Público ao Alto do Parque [Trabalho de Fim de Curso da Licenciatura em Arquitetura Paisagista]. Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa.

Carapinha, A., & Corte-Real, P. (sem data). História do Jardim, a propriedade agrícola nos sécs. XIII e XIX [em linha]. In Fundação Calouste Gulbenkian. Disponível em <http://www.gulbenkian.pt/Jardins/historia.html>, acedido a 16/01/2016.

Carapinha, A., & Treib, M. (2006). O jardim: Fundação Calouste Gulbenkian. Fundação Calouste Gulbenkian.

Carita, H. (1987). Tratado da grandeza dos jardins em Portugal. Edição de Autores.

Carita, H. (1994). Cais do Sodré: Praça Duque da Terceira. In A. Tostões & J. A. França (Coord.), A Sétima Colina: roteiro histórico-artístico. Livros Horizonte.

Carvalho, A. (1962). D. João V e a arte do seu tempo: Vol. 2. Edição de Autor.

Carvalho, A. de. (1979). Os três arquitectos da Ajuda: Do «rocaille» ao neoclássico. Academia Nacional de Belas-Artes.

Carvalho, J. E. (2014). Campo de Ourique: a aldeia de Lisboa história do bairro escrita nas ruas (2.ª Ed.). Quimera.

Carvalho, J. S. (1987). Carnide e o seu património edificado: Um percurso de Sete Rios à Pontinha. Junta de Freguesia de Carnide.

Castel-Branco, C. (2005). Jardins. Do Palácio de Belém. In D. Gaspar (Coord.), Jardins e escultura do Palácio de Belém. Museu da Presidência da República.

Castel-Branco, C. (2007). Félix de Avelar Brotero: Botânico português (1744-1828) uma história natural. Livros Horizonte/ Imprensa da Universidade de Coimbra.

Castilho, J. de, & Macedo, L. P. de. (1940). A Ribeira de Lisboa: descrição histórica da margem do Tejo desde a Madre-de-Deus até Santos-o-Velho (2.ª Ed., Vol. 4). Câmara Municipal.

Cerejo, J. A. (2010). Árvores classificadas condicionam intervenção no Jardim de Santos. In Jornal Público de 28 Janeiro de 2010 (p. 14).

Cício, M. L. da S. (2009). Perspectivas abertas por Mies van der Rohe na utilização de metais metálicos [Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Arquitectura]. Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa.

CML (1881). Regulamento do mercado de gado e feira da luz em Carnide: Adoptado pela câmara em 19 de maio de 1881. Typ. Belenense.

CML (1889). Sessão de 16 e edital de 21 de fevereiro de 1889. Câmara Municipal de Lisboa.

CML (1898). Atas da Câmara Municipal de Lisboa (AL 71), ata da sessão de câmara de 18 de agosto de 1898, p. 372.

CML (1926). Atas da Câmara Municipal de Lisboa (AL 20), ata da sessão de câmara de 14 de outubro de 1926, pp.698-699.

CML (1929). Inventário do arvoredo existente nos vários logradouros públicos da cidade de Lisboa e nos viveiros municipais: relativamente a Setembro de 1929. Câmara Municipal.

CML (1935). Anuário da CML: Vol. I. Câmara Municipal de Lisboa.

CML (1939). Parques e Jardins de Lisboa. In Revista Municipal: Ano I, número 2 (pp. 65-66). Câmara Municipal de Lisboa.

CML (1941). O Jardim Guerra Junqueiro: Jardim da Estrêla – e a sua remodelação. In Revista Municipal: Ano II, n.º 10, 4.º trimestre (pp. 39-40). Câmara Municipal de Lisboa.

CML (2010). Relatório síntese de Caracterização Biofísica de Lisboa no âmbito da Revisão do Plano Director Municipal de Lisboa [Relatório técnico, em linha]. In Câmara Municipal de Lisboa. Disponível em <www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/planeamento/pdm/docs/revisao/estudos/Relatorio_sintese_Caracterizacao_Biofisica.pdf>, acedido a 2014.

CML (2014). Jardim da Alameda Dom Afonso Henriques [em linha]. In Câmara Municipal de Lisboa – espaços verdes. Disponível em <http://www.cm-lisboa.pt/zonas/centro/espacos-verdes/info/jardim-da-alameda-dom-afonso-henriques>, acedido a 2014.

CML (2014). Jardim da Estrela (Jardim Guerra Junqueiro) [em linha]. In Câmara Municipal de Lisboa – Equipamentos. Disponível em <http://www.cm-lisboa.pt/equipamentos/equipamento/info/jardim-da-estrela-jardim-guerra-junqueiro>.

CML (2014). Jardim das Amoreiras – Jardim Marcelino Mesquita [em linha]. In Câmara Municipal de Lisboa – espaços verdes. Disponível em <http://www.cm-lisboa.pt/zonas/centro/espacos-verdes/info/jardim-das-amoreiras-jardim-marcelino-de-mesquita>, acedido a 2014.

CML (2014). Jardim do Campo Santana – Jardim Braamcamp Freire [em linha]. In Câmara Municipal de Lisboa – espaços verdes. Disponível em <http://www.cm-lisboa.pt/zonas/centro/espacos-verdes/info/jardim-do-campo-de-santana-jardim-braamcamp-freire>, acedido a 2014.

CML (2016). Palácio Burnay [em linha]. In Câmara Municipal de Lisboa – Equipamentos. Disponível Disponível em <http://www.cm-lisboa.pt/equipamentos/equipamento/info/palacio-burnay>.

CML (2017). Jardim Avelar Brotero [em linha]. In Câmara Municipal de Lisboa – espaços verdes. Disponível em <http://www.cm-lisboa.pt/equipamentos/equipamento/info/jardim-da-praca-do-imperio>, acedido a 31/01/2017.

Coelho, F. J. (1878) Contemporaneos Illustres – D. Fernando II de Portugal. Imprensa Nacional.
Consiglieri, C. (1993). Pelas freguesias de Lisboa. O termo de Lisboa: Benfica, Carnide, Lumiar, Ameixoeira, Charneca (1.ª ed., Vol. 1). Câmara Municipal de Lisboa.

Cordeiro, G. Í., Garcia, J., & Lopes, A. (1993). Lisboa: freguesia de S. Paulo. Contexto.

Costa, M. (1950). A Feira das Amoreiras. In Feiras e Outros Divertimentos Populares de Lisboa (pp. 121-136). Câmara Municipal de Lisboa.

Costa, M. (1950). Feiras e outros divertimentos populares de Lisboa: história, figuras, usos e costumes. [s.n.].

Costa, M. (1959). A Patriarcal Queimada: uma síntese da sua história (conclusão). In Revista Municipal: Ano XX, número 81, 2.º trimestre (pp. 43 – 61). Câmara Municipal de Lisboa.

Costa, M. (1959). A Patriarcal Queimada: uma síntese da sua história. In Revista Municipal: Ano XX, número 80, 1.º trimestre (pp. 25-33 e 53-62). Câmara Municipal de Lisboa.

Costa, M. (1967). O Jardim Constantino e o seu titular, o "Rei dos Floristas". Câmara Municipal de Lisboa.

Coutinho, M. A. (1952). Jardim da Estrela: 3 de Abril de 1952. In Revista Municipal: Ano XIII, número 53, 2.º trimestre (pp. 31-32). Câmara Municipal de Lisboa.

Cunha, A. R. F. G. (2014). Os planos de urbanização dos bairros da Encarnação e Olivais. O modernismo, a expansão da cidade de Lisboa e a Arquitetura Paisagista [Dissertação de Mestrado em Arquitetura Paisagista]. Instituto Superior de Agronomia, Universidade de Lisboa. https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/6776

Decreto-lei nº 250/2010 de 28 de Dezembro do Ministério da Cultura. Diário da República: I Série, nº 250 (2010). Disponível em <www.dre.pt>.

DGPC – Avenida da Liberdade [em linha]. In Direção-Geral do Património Cultural (DGPC), 2021. Disponível em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/71712>, acedido a 03/2021.

Dias, L. C., Matos, J. S. de, & Pavão, L. (2010). Lisboa à beira Tejo, 1860-2010. EGEA.

Dias, M. T. (1987). Lisboa desaparecida: Vol. 6. Quimera.

Elias, H. (2010). Arte pública nas ditaduras: a fonte monumental de Lisboa [em linha]. In On the waterfront - the online magazine on waterfronts, public space, public art and civic participation. Disponível em <http://www.ub.edu/escult/Water/water15/onthewaterfront15.pdf.>.

Estadão, L. (2005). Jardim do Palácio Burnay - IPA.00023930 [em linha]. In Sistema de Informação para o Património Arquitetónico – Forte de Sacavém. Disponível em <http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=23930>.

Estadão, L. (2007). Jardim das Amoreiras/Jardim Marcelino Mesquita/Jardim da Praça das Amoreiras - IPA.00023907 [em linha]. In Sistema de Informação para o Património Arquitectónico – Forte de Sacavém. Disponível em <http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=23907>, acedido a 2014.

Ferreira, F. C. G., Carvalho, J. S., & Ponte, T. N. (Ed. lit.). (1987). Guia urbanístico e arquitectónico de Lisboa. Associação de Arquitectos Portugueses.

Fortes, M. (1988). Estudo Prévio: Recuperação do Jardim das Damas [Relatório Técnico]. IPPAR e APAP.

Fortes, M. (1989). Projeto de Recuperação do Jardim das Damas [Relatório Técnico]. IPPAR e APAP.

Fortes, M. (1999). O Jardim Económico das Reais Quintas do Paço de Nossa Senhora da Ajuda. In Gabinete de Curiosidades. Centro Interdisciplinar de Ciência, Tecnologia e Sociedade da Universidade de Lisboa (CICTSUL).

Fortes, M. (2016). Jardim das Damas [em linha]. In DGPC – Direcção Geral do Património Cultural. Disponível em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/itinerarios/jardins-da-cultura/palacio-nacional-da-ajuda-o-jardim-das-damas>, acedido a 20/05/2016.

Fortes, M., & Seoane, M. (2010). Reais Jardins Botânicos: curiosidades e virtudes, recursos e potencialidades. In Professora Doutora M. F. Trindade Medeiros (Coord.), Aspectos Históricos na Pesquisa Etnobiológica: Série Estudos & Avanços, Vol. 5 (pp. 105-134). NUPPEA.

França, J. A. (1980). Lisboa: urbanismo e arquitectura (1.ª ed.). Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.

França, J. A. (1981). A Arte em Portugal no Século XIX (2.ª Ed.). Bertrand Editora.

França, J. A. (1999). O Palácio de S. Bento. Assembleia da República.

França, J. A. (2004). História da Arte em Portugal: O Pombalismo e o Romantismo. Editorial Presença.

França, J. A. (2008). Lisboa, História Física e Moral. Livros Horizonte.

França, J. A., Silva, R. H., & Fernandes, J. M. (1989). Lisboa de Frederico Ressano Garcia 1874-1909. [Catálogo de exposição]. CML.

Galante, Z. (1999). Os Palácios de Lisboa: da propriedade privada ao edifício municipal. In Cadernos do Arquivo Municipal, 1a série, nº3, pp. 192–215.

Gaspar, D. (Coord.). (2005). Vivências, sítio e iconografia do Palácio de Belém. Museu da Presidência da República.

Gil, J., & Calvet, N. (1998). Os mais belos palácios de Portugal (3.ª Ed). Verbo.

Gomes, C., & Vale, T. (1994); Figueiredo, P. (2007); Palácio Burnay / Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa - IPA.00006535 [em linha]. In Sistema de Informação para o Património Arquitetónico – Forte de Sacavém. Disponível em <http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6535>.

Gonçalves, V. M. (2014). Jardim da Estrela/Jardim Guerra Junqueiro, um espaço diferente e emblemático com 159 anos de história [em linha]. In Portal do Jardim. Disponível em <http://www.portaldojardim.com/pdj/2014/04/21/jardim-da-estrela-jardim-guerra-junqueiro-um-espaco-diferente-e-emblematico-com-159-anos-de-historia/>.

Inventário de extinção do convento de Santa Ana de Lisboa (s.d.) [em linha]. In Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Disponível em <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=4224418>, acedido a 2014.

Isidro, E. (2009). Metodologia de Caracterização e Classificação de Jardins Públicos de Interesse Patrimonial – Aplicação à cidade de Lisboa [Relatório do Trabalho de Fim de Curso em Arquitectura Paisagista]. Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa.

Isidro, E., Silva, I., & Soares, A. L. (2009). Os melhores jardins de Lisboa: Jardim Braamcamp Freire - diversidade botânica em colina histórica. In Revista Jardins, n.º 84, pp. 10-15.

Isidro, E., Silva, I., & Soares, A. L. (2009). Os melhores Jardins de Lisboa: Amoreiras – o jardim que promoveu a indústria da seda. In Revista Jardins, n.º 86, pp. 18-21.

Isidro, E., Silva, I., & Soares, A. L. (2010). Os melhores jardins de Lisboa: Jardim do Príncipe Real – estilo romântico em ambiente histórico. In Revista Jardins, n.º 92, pp. 16-19.

Isidro, E., Silva, I., & Soares, A. L. (2010). Os melhores jardins de Lisboa: Jardim da Estrela/Jardim Guerra Junqueiro – mais de um século e meio de diversidade botânica. In Revista Jardins, n.º 93, pp. 16-20.

Isidro, E., Silva, I.,& Soares, A. L. (2010). Os melhores Jardins de Lisboa: Alameda D. Afonso Henriques – o eixo verde monumental do Estado Novo. In Revista Jardins, n.º 88, pp. 12–15.

Jackson, C. C. L. (1877). A formosa Lusitânia. Livraria Portuense.

Jardim da Estrela – Lisboa (s.d.) [em linha]. Disponível em <http://www.jardimestrela.com/>.

Jornal do Comércio do Rio de Janeiro: Vol. III, (p. 253). (1845).

Jornal Público (2003, Março 8). Gonçalo Ribeiro Telles, o Homem que rouba ideias aos pássaros. In Jornal Público Online. Disponível em <http://www.publico.pt/noticias/jornal/goncalo-ribeiro-telles-198934>, acedido a 17/02/2017.

Lalanda, M. M. (2000). Clarissas (Ordem de Santa Clara). In C. Moreira de Azevedo (Dir.), Dicionário de História Religiosa de Portugal: Vol. I. Círculo de Leitores.

Lamas, J. M. R. G. (2007). Morfologia Urbana e Desenho da Cidade (4ª Ed.). Fundação Calouste Gulbenkian/ Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Lamas, M. (1935). Jardim da Estrêla (Guerra Junqueiro). In M. Costa Ramalho (Coord.), Guia de Portugal Artístico – Jardins, Parques e Tapadas de Lisboa: Vol. II (pp. 33-40). Of. Gráficas da Casa Portuguesa.

Leal, J. C. (2006). Às Portas de Lisboa: O Palacete de J. M. Eugénio de Almeida em São Sebastião. In Revista de história da arte, n.o2, 106-125. Instituto de História da Arte – Faculdades de Ciências Sociais e Humanas – UNL.

Leitão, J. (1942). Para a história do Palácio de S. Bento. In Olisipo: boletim do Grupo «Amigos de Lisboa», 5(19), pp. 129–134. Hemeroteca Digital.

Leite, A. C. (1996). Os Jardins. Monumentos. DGEMN.

Lima, D. P. de. (1950). História dos mosteiros, conventos e casas religiosas de Lisboa: Tomo II. Câmara Municipal de Lisboa.

Magalhães, F. (Coord.) (1998). Jardins e Miradouros de Lisboa: roteiro dos principais espaços verdes e miradouros de Lisboa. Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo.

Marques, M. V. M. (2011). Determinação do valor económico do Parque Urbano da Quinta das Conchas e dos Lilases. Aplicação do método de avaliação contingente [Dissertação de Mestrado em Arquitectura Paisagista]. Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa. https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/3999

Martins, F. A. (1904). Lisboa—Palácio das Cortes (Parlement). F.A.Martins.

Martins, F. A. O. (1977). O convento de São João da Cruz, de Carmelitas Descalços, de Carnide, na historiografia portuguesa. Tip. Barbosa & Xavier.

Martins, R. (ed.) (1938). A Capela de Monserrate e a protecção à indústria da sêda em Portugal. In Arquivo Nacional – Arquivo de história antiga e de crónicas contemporâneas: Ano VII, n.º 328 (pp. 246-247). Empresa Nacional de Publicidade.

Matos, A. C. (1987). Imagens do Portugal Queirosiano (2.ª Ed.). Imprensa Nacional-Casa da Moeda. Matos, A., & Portugal, F. (1974). Lisboa em 1758: Memórias Paroquiais de Lisboa. Câmara Municipal de Lisboa.

Moita, I. (1994). Museu da Cidade. In Dicionário da história de Lisboa (pp. 598–599). Carlos Quintas & Associados.

Moita, I. (1994). O livro de Lisboa. Livros Horizonte.

Moita, I., Rafael, A. & Marques, J. (1991). Guia do Museu da Cidade (Pelouro da Cultura Departamento de Património Cultural Divisão de Museus). Lit. Tejo Lisboa.

Monsalve, M. (2020). O Azulejo na Ornamentação da Arquitectura nas Avenidas de Ressano Garcia [Dissertação de Mestrado em Conservação e Reabilitação de Interiores]. Escola Superior de Artes Decorativas. https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/22270.

Moreira, A. M. (1993). Breve História das Clarissas em Portugal. In Las Clarisas en España y Portugal: Congreso Internacional, Actas, Vol. I. Junta de Castilla y León. Disponível em <https://dialnet.unirioja.es/servlet/libro?codigo=508486>.

Moreira, M. E. (1998). Estudo Fitogeográfico do Jardim Braamcamp Freire (Lisboa). Finisterra, 33 (66), Article 66. https://doi.org/10.18055/Finis1697

Mourão, C. (2015). O Mosteiro de São Bento da Saúde de Casa Religiosa a Sede do Parlamento: Comemorações dos 400 anos do edifício-sede da Assembleia da República [em linha]. In Assembleia da República. Disponível em < https://www.parlamento.pt/ArquivoDocumentacao/Documents/brochura_mosteiro.pdf>.

Mourisca, F. de M. (1966). Capuchinhas. In Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura: Vol. IV. Editorial Verbo.

Museu da Água da EPAL (s.d.). O Aqueduto das Águas Livres. Museu da Água nas escolas [em linha]. Disponível em <http://www.servicoaguaslivres.com/pdfs/museu_da_agua_vai_a_escola.pdf>, acedido a 2014.

Neves, S. (2009). Ainda há farpas junto ao Rio. In Revista Inatel – Tempo Livre: n.º 208, pp. 42-43.

O Palácio de Belém na Arquitectura da sua Época [em linha]. (sem data). In Presidência da República Portuguesa. Disponível em <http://jorgesampaio.arquivo.presidencia.pt/pt/palacio/historia/arquitectura/pbelem_arquitectura.html>, acedido a 30/06/2014.

Orsenna, E. (2003). O jardineiro do Rei-sol, retrato de um homem feliz (trad. Alice Mattirolo e Cristina Castel-Branco). Livros horizonte.

Paixão, R. A. G. (s.d.). Vida e obra do engenheiro Pedro José Pezerat e sua actividade na liderança da Repartição Técnica da Câmara Municipal de Lisboa (1852-1872) [em linha]. Disponível em <http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/fotos/editor2/94.pdf>.

Pereira de Lima (2005); Câmara, T. (2016). Jardim do Campo Grande / Jardim do Campo 28 de Maio - IPA.00023904 [em linha]. In Sistema de Informação para o Património Arquitectónico – Forte de Sacavém. Disponível em <http://www.monumentos.gov.pt/site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=23904>, acedido a 2021.

Pereira, G. (1910). Pelos subúrbios e visinhanças de Lisboa. Livraria Clássica.

Pereira, J. B. (1914). Memórias de Carnide. In O Instituto: Revista Scientifica e Literaria, 61 (7), pp. 337-353.

Pereira, S. C. (2020). Som e paisagem: uma etnografia sonora do Jardim do Campo Grande [Dissertação de mestrado Ciências Musicais, Especialização em Etnomusicologia]. Faculdade

de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. https://run.unl.pt/handle/10362/101585?locale=en.

Pinho Leal, A. S. A. B. (1874). Portugal, Antigo e Moderno: Vol. 4. Livraria Editora Tavares Cardoso & Irmão.

Portugal, F., & Matos, A. (1974). Lisboa em 1758: Memórias Paroquiais de Lisboa. Câmara Municipal de Lisboa

Proença, A. (1964). Benfica Através dos Tempos. União Gráfica.

Proença, R. (1924). Guia de Portugal: Lisboa e Arredores: Vol. I (2.ª ed.). Fundação Calouste Gulbenkian.

Quadros, L. (1943). As grandes obras citadinas – Campo grande. In Revista Municipal, n.º 36 (pp. 12-18). Disponível em <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/RevMunicipal/N36/N36_master/N36.pdf>.

Quantidade dos espaços verdes urbanos – Jardim Guerra Junqueiro (s.d.) [em linha]. Disponível em <http://www.espacosverdes.pt/docs/Indicadores%20J_Guerra_J.pdf>.

Quaresma, P. (Ed. lit.). (2005). Freguesia de Carnide: um lugar único e mágico. Junta de Freguesia de Carnide.

Queiróz, M. R. M. R. (2013). O Arquiteto Mateus Vicente de Oliveira (1706-1785): Uma Práxis original na Arquitetura Portuguesa Setecentista [Tese de Doutoramento em Belas Artes na especialidade de Ciências da Arte]. Faculdade de Belas Artes, Universidade de Lisboa.

Ramalho, R. de S. L. (1940). Guia de Portugal artístico: monografia de propaganda. Editorial Império.

Ramos, C. (1989). Campo de Ourique [Episódio]. Bairros Populares de Lisboa. Lisboa: RTP 1. Disponível em <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/campo-de-ourique/>, acedido a 14/03/2017.

Rêgo, M. (1996). Um passeio à volta do Campo Grande. Contexto.

Relvas, E., & Braga, P. B. (1991). Coretos em Lisboa: 1790-1990. Editorial Fragmentos, Lda.

Ribeiro, M. S. (1953). No centenário do Jardim da Estrela. In Revista Municipal: Ano XIII, n.º 53, 2.º trimestre (pp. 25-30). Câmara Municipal de Lisboa.

Rodrigues, E. G. (Ed. lit.). (2002). Guia de Carnide 2002=2002. Junta de Freguesia de Carnide.

Rosa, M. E. F. (2013). As árvores ornamentais introduzidas nos jardins de Lisboa: uma perspectiva histórica (séc. 18-19) [Dissertação de Mestrado em Arquitetura Paisagista]. Instituto Superior de Agronomia. https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/5661

Rossa, W. (1998). Além da Baixa, Indícios de Planeamento Urbano na Lisboa Setecentista. IPPAR.

Rossa, W. (2009). Da fábrica urbanística do bairro das Águas Livres. In H. Barranha (Coord.), Património e biografia: Vieira da Silva e o Jardim das Amoreiras. Fundação Arpad Szenes-Vieira da Silva.

Sá, A., Johanson, K., Timóteo, M. I., & Ferreira, S. (2013). Biblioteca Nacional – "Ciclo de Cultura" [Trabalho apresentado no âmbito da disciplina de recuperação e Gestão da Paisagem Cultural, Mestrado de Arquitectura Paisagista]. Instituto Superior de Agronomia, Universidade de Lisboa.

Salema, R. (2003). A Ermida de São Jerónimo Ver e Ocultar. In G. Ribeiro Telles & T. Andresen (Coord.), A utopia e os pés na terra (pp. 183–191). Instituto Português de Museus.

Santana, F., & Sucena, E. (1994). Dicionário da história de Lisboa. Carlos Quintas.

Santana, F., & Sucena, E. (1994). Galveias (Palácio de). In Dicionário da história de Lisboa. Carlos Quintas.

Sequeira, G. de M. (1924). Tempo Passado (Crónicas Alfacinhas). Portugália.

Sequeira, G. de M. (1925). Palácios e Solares Portuguezes. Lello.

Silva, I. C. da (2009). Torre de Belém. In I. C. da Silva & M. Seixas (Coord.), Belém: monografia histórica (pp. 42-48). Junta de Freguesia de Santa Maria de Belém.

Silva, I. C. da. (2009). Ermida de São Jerónimo. In I. C. da Silva & M. M. de Seixas (Coord.), Belém: monografia histórica (p.41). Junta de Freguesia de Santa Maria de Belém.

Silva, L. C. da. (1935). Projecto da zona de protecção do Palácio da Assembleia Nacional, Lisboa [Memória Descritiva] (FCG – Ref LCS.51). Fundação Calouste Gulbenkian – Biblioteca de Arte e Arquivos.

Silva, L. C. da. (1936). Projecto da zona de protecção do Palácio da Assembleia Nacional, Lisboa [Memórias descritivas: 1936-1947; Ante-projecto, projecto, variante; 9 documentos; 36 f.] (FCG – Ref 51.2.1-51.2.6; LCS 51.2.9-51.2.11). Fundação Calouste Gulbenkian – Biblioteca de Arte e Arquivos.

Silva, L. C. da. (1936). Projeto de reconstrução da zona do Palácio da Assembleia Nacional (AML – Ref PT/AMLSB/CMLSBAH/PURB/002/04042; Fólio 65). Arquivo Municipal de Lisboa. https://arquivomunicipal3.cm-lisboa.pt/xarqdigitalizacaocontent/Documento.aspx?DocumentoID=95909&AplicacaoID=1&Value=d1dbc77cb119201a29ad3e25353667e2641ef718dc2e2ba4&view=1

Silva, R. H. (1994). O Passeio Público e a Avenida da Liberdade. In I. Moita (Coord.), O Livro de Lisboa (pp. 425-434). Livros Horizonte.

Simões, P. (1999); & Lima, P. (2007). Jardim do Príncipe Real/Jardim França Borges/Praça do Rio de Janeiro - IPA.00006998 [em linha]. In Sistema de Informação para o Património Arquitectónico – Forte de Sacavém. Disponível em <http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6998>, acedido a 2014.

Soares, A. L., Talhé Azambuja, S., Marques, T., Azambuja, J., & Arsénio, P. (2014). Historic Gardens of Lisbon—A Landscape Heritage Inventory Model. Peer Reviewed Proceedings of the ECLAS 2014 Conference, Landscape: a Place of Cultivation, 413–416.

Sociedade dos Arquitetos Portugueses (1905-1910). Anuário da Sociedade dos Arquitetos Portugueses, 1907-1908. Sociedade dos Arquitetos Portugueses

Soromenho, M. (2009). Palácio de São Bento, escadaria exterior e jardim confinante com a residência do Primeiro-Ministro. In DGPC - Direcção-Geral do Património Cultural. Disponível em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/70140>.

Souto, A. M. M. (sem data). Jardim do Alto de Santo Amaro. In Olisipo: II série, no16 (pp. 10–13).

Sucena, E., & Santana, F. (1994). Cais do Sodré. In Dicionário da História de Lisboa: Vol. 1o, (pp. 195–196). [s.n.]

Teixeira, J. (1986). D. Fernando II: rei-artista, artista-rei. Fundação da Casa de Bragança.

Telles, G. P. R. (1956a). Projeto de Ordenamento Paisagístico (1ª fase) da Encosta do Restelo (2ª fase de urbanização) [Nota Justificativa] (AML - Ref PT/AMLSB/CMLSB/UROB/EV/0674; Fólio 1 e 2). Arquivo Municipal de Lisboa.

Telles, G. P. R. (1956b). Projeto de Ordenamento Paisagístico (1ª fase) da Encosta do Restelo (2ª fase de urbanização) [Plano de Plantação da Zona da Capela de S. Jerónimo] (AML - Ref PT/AMLSB/CMLSB/UROB/EV/0674; Fólio 27). Arquivo Municipal de Lisboa.

Telles, G. R. (1997). Plano verde de Lisboa (1.ª Ed.). Colibri.

Tostões, A. (1992). Monsanto, Parque Eduardo VII, Campo Grande: Keil do Amaral, arquitecto dos espaços verdes de Lisboa. Ed. Salamandra.

Tostões, A. (2003). Lisboa, Arquitectura e Urbanismo, Do Passeio Público ao Jardim da Fundação Calouste Gulbenkian. In T. Andresen (Coord.), Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian: Francisco Caldeira Cabral e a primeira geração de arquitectos paisagistas (1940-1970) (pp. 98–113). Fundação Calouste Gulbenkian.

Tostões, A. (2004). Biblioteca Nacional: Ensaios. In A. Tostões (Ed. Lit.), Biblioteca Nacional: exterior - interior (pp. 12-17). BN.

Tostões, A. (2006). Em direcção a uma nova monumentalidade: A obra da Sede e Museu da Fundação Calouste Gulbenkian. Revista de história da arte, n.º2, pp. 191-206. Instituto de História da Arte – Faculdades de Ciências Sociais e Humanas – UNL.

Travassos, D. (Coord.) (2009). Guia dos Parques, Jardins e Geomonumentos de Lisboa. Câmara Municipal de Lisboa.

UNESCO/ICOMOS (1994). Documento de Nara sobre Autenticidade – tradução [em linha]. Disponível em <http://5cidade.files.wordpress.com/2008/03/documento-de-nara-sobre-a-autenticidade.pdf>.

Vairo, G. R. (2003). Origem e formação da Coleção Burnay. In Catálogo «Henri Burnay - de banqueiro a colecionador. C.M.D.A.G.

Vale, T. L. M., (1992). O Beau Séjour: Uma Quinta Romântica de Lisboa (Coleção Cidade de Lisboa). Pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Lisboa.

Vale, T., Gomes, C. (1996); Matias, C. (1999). Avenida da Liberdade - IPA.00005972 [em linha]. In Sistema de Informação para o Património Arquitetónico – Forte de Sacavém. Disponível em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5972>.

Vale, T., Gomes, C., & Ferreira (1996); Elias, M. (2015). Mosteiro de São Bento da Saúde / Palácio de São Bento / Palácio das Cortes / Assembleia da República - IPA.00004305 [em linha]. In Sistema de Informação para o Património Arquitectónico – Forte de Sacavém. Disponível em <http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4305>, acedido a 21/05/2021.

Vasconcelos, T., Cunha, A. R., Forte, P., & Soares, A. L. (Coords.) (2017). Levantamento arbóreo dos Jardins e Parques Históricos de Lisboa. ISA Press. https://www.isa.ulisboa.pt/files/ceabn/pub/docs/documentos/ebook_lxgarden.pdf

Viegas, I. M., & Martins, M. G. (1998). Do Passeio à Avenida: os originais do arquivo municipal de Lisboa. Câmara Municipal de Lisboa.

Viterbo, F. S. (1906). A jardinagem em Portugal: Apontamentos para a sua história. Imp. da Universidade.

VII.4. Praças

A Avenida 24 de Julho de 1833 [em linha]. (2013, Julho 24). In Toponímia de Lisboa. Disponível em <https://toponimialisboa.wordpress.com/2013/07/24/a-avenida-24-de-julho-de-1833/>, acedido a 23/03/2016.

Aguiar, A. (1999). Jardim Alfredo Keil /Jardim da Praça da Alegria – IPA.00007000 [em linha]. In Sistema de Informação para o Património Arquitetónico – Forte de Sacavém. Disponível em <http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=7000>.

Almeida, Á. D. de, & Belo, D. (Coord.). (2008). Portugal património: Guia-inventário: Vol. VII (1ª ed.). Círculo de Leitores.

Almeida, F. de. (1923). Figuras de destaque: Livro póstumo. Livraria Clássica.

Andresen, T. (2003). Três Décadas de Arquitetura Paisagista em Portugal: 1940-1970. In T Andresen (coord.), Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian. Francisco Caldeira Cabral e a primeira geração de arquitetos paisagistas (1940-1970). (pp. 18-97). Fundação Calouste Gulbenkian.

Atas da Câmara Municipal de Lisboa (AL 5), ata da sessão de câmara de 5 de março de 1914, p.144.

Bandeira, F. (2007); & Costa, A. (2013). Praça do Império e Fonte Luminosa – IPA.00026420 [em linha]. In Sistema de Informação para o Património Arquitetónico – Forte de Sacavém. Disponível em <http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=26420>.

Boaventura, I. (2015). Há um documentário que desvenda parte da Lisboa romana por debaixo dos nossos pés [em linha]. PÚBLICO. Disponível em <https://www.publico.pt/2015/11/29/local/noticia/ha-um-documentario-que-quer-desvendar-a-lisboa-romana-por-debaixo-dos-nossos-pes-1715785>, acedido a 28/03/2017.

Burnay, M. J. & Portugal, M. (2010). A Família Real na Ajuda no Século XIX e o gosto pela Natureza – 1ª parte [em linha]. In Palácio Nacional da Ajuda – Artigos em Linha nº 3. Disponível em <http://palacioajuda.pt/Data/Documents/Familia%20Real%20e%20o%20Gosto%20pela%20Natureza.pdf>.

Câmara, M. T. (2015). Contributos da Arquitetura Paisagista para o espaço público de Lisboa (1940-1970) [Tese de Doutoramento para obtenção do Grau de Doutor em Arquitetura Paisagista e Ecologia Urbana]. Faculdade de Ciências, Universidade do Porto.

Castro, A. de (1940). A Exposição do Mundo Português e a sua finalidade nacional. Empresa Nacional de Publicidade.

Caula, B. de. (sem data). «Lisboa: Vista e perspectiva da Barra Costa e Cidade de Lisboa Capitale do Reino de Portugal, Situada na borda do Rio Tejo em 38 graos 42 minutos e 50 Segundos de latitude e em 8 graos 26 minutos e 15 Segundos de longitude. Ainda que por causa do memoravel terremoto do 1o Novembro 1755 esteja muito desfigurada da nobreza que teve e acabada de redificar não cederá à melhor da Europa» (D. 177 R.). Biblioteca Nacional de Portugal. Disponível em < http://purl.pt/13906>.

CEC (1939). A Exposição do Mundo Português será uma afirmação de técnica nacional. In Revista dos Centenários, ano I, nº 6 (pp. 11–17). Comissão Executiva dos Centenários.

CML (1914). Atas da Câmara Municipal de Lisboa (AL 5), ata da sessão de câmara de 5 de março de 1914, p.144.

CML (1929). Inventário do arvoredo existente nos vários logradouros públicos da cidade de Lisboa e nos viveiros municipais (relativamente a Setembro de 1929). Tipografia Municipal.

CML (1963). A fonte luminosa da Praça do Império, Nova maravilha de Lisboa. In Revista Municipal, ano XXIV, n.º 99, 4.º trimestre (pp. 31 – 33). Câmara Municipal de Lisboa.

CML (2009). Jardim Alfredo Keil /Jardim da Praça da Alegria - À sombra dos metrosíderos. In Guia dos Parques, Jardins e Geomonumentos de Lisboa. Câmara Municipal de Lisboa.

CML (2014). Jardim da Praça do Império. In Câmara Municipal de Lisboa – espaços verdes. Disponível em <http://www.cm-lisboa.pt/equipamentos/equipamento/info/jardim-da-praca-do-imperio>.

Costa, M. (1950). Feiras e outros divertimentos populares de Lisboa: Histórias, figuras, usos e costumes. [s.n.].

Coutinho, M. A. (1950). Memória Descritiva e Justificativa do Projecto para o Jardim da Praça de Londres (AML - Ref. PT/AMLSB/CMLSB/UROB/EV/1518; Fólio 4). Arquivo Municipal de Lisboa.

Cunha, A. R. F. G. (2014). Os planos de urbanização dos bairros da Encarnação e Olivais. O modernismo, a expansão da cidade de Lisboa e a Arquitetura Paisagista [Dissertação de Mestrado em Arquitetura Paisagista]. Instituto Superior de Agronomia, Universidade de Lisboa. https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/6776

Elías, H. (2004). A emergência de um espaço de representação: arte pública e transformações urbanas na zona ribeirinha de Belém. In On the waterfront - the online magazine on waterfronts, public space, public art and civic participation, nº6 (pp.43-134). Disponível em <http://www.ub.edu/escult/Water/waterf_06/W06_03.pdf>.

França, J. A. (1983). Lisboa pombalina e o iluminismo (3.ª Ed.). Bertrand.

Franco, A. C. (2002). O essencial sobre Fialho de Almeida. Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

Freitas, E., Calado, M. & Ferreira, V. M. (1993). Lisboa: Freguesia de Belém - Guias contexto: 32. Contexto.

Gaspar, D. (Coord.) (2005). Vivências, sítio e iconografia do Palácio de Belém. Museu da Presidência da República.

Gomes, A. I. A. (2014). O Caes do sítio da Boavista no século XVIII: estudo arqueológico de estruturas portuárias [Dissertação de Mestrado para obtenção do grau de Mestre em Arqueologia]. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidades Nova de Lisboa. https://run.unl.pt/handle/10362/14453.

Isidro, E., Silva, I. & Soares, A. L. (2010). Os melhores jardins de Lisboa: Praça do Império – o ícone verde da Exposição do Mundo Português. In Revista Jardins, nº 89, p. 10-14.

JFM (2020, Novembro 2). Que lindo está o lago da Praça das Flores [em linha]. In Junta de Freguesia da Misericórdia. https://www.jf-misericordia.pt/post/que-lindo-está-o-lago-da-praça-das-flores

Macedo, L. P. de. (1940). Lisboa de lés a lés: Subsídios para a história das vias públicas da cidade: Vol. III. Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa.

Machado, J., & Figueiredo, P. (2007). Chafariz na Rua do Monte Olivete / Chafariz da Praça das Flores - IPA.00004031 [em linha]. In Sistema de Informação para o Património Arquitetónico – Forte de Sacavém. Disponível em <http://www.monumentos.gov.pt/site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4031>.

Magalhães, F. (Coord.) (1998). Jardins e Miradouros de Lisboa: roteiro dos principais espaços verdes e miradouros de Lisboa. Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo.
Martins, J. P. (2016). Exposição do Mundo Português, Lisboa, 1940. In M. M. Ramalho, M.M. & M. C. Belém (Coord.) Exposição do Mundo Português explicação de um lugar. Fundação Centro Cultural de Belém.

Matos, A. C. (1987). Imagens do Portugal Queirosiano (2.ª Ed.). Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Meco, I. (2019). Jardins de Lisboa – Histórias de espaços, plantas e pessoas. Arteplural edições.

Nobre, P. A. B. R. N. (2010). Belém e a Exposição do Mundo Português: cidade, urbanidade e património urbano [Dissertação para a obtenção do Grau de Mestre em Património Urbano]. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

O grande aterro - Em Lisboa, à descoberta da Ciência e da Tecnologia. (sem data). Disponível em <http://www.pavconhecimento.pt/roteiro1_vagueando/pt/aterro.html>, acedido a 27/02/2016.

O Monumento ao Marquez Sá da Bandeira. (1884). In O Occidente: Revista ilustrada de Portugal e do estrangeiro: Vol. VII, n.º 204, pp. 202–203. http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/Ocidente/Ocidente_1884.html

Pessoa, F. S. (2021). Gonçalo Ribeiro Telles, o Homem e a Obra. Argumentum Edições.

Proença, R. (1924). Guia de Portugal: Lisboa e Arredores: Vol. I. Fundação Calouste Gulbenkian. Que lindo está o lago da Praça das Flores. (2020, Novembro 2). Junta de Freguesia da Misericórdia. Disponível em https://www.jf-misericordia.pt/post/que-lindo-está-o-lago-da-praça-das-flores (consultado a 11 de julho de 2021).

Relvas, E. & Braga, P. B. (1991). Coretos em Lisboa: 1790-1990. Editorial Fragmentos, Lda.

Sanches, J. D. (1970). Belém do passado e do presente. [s.n.].

Santana, F. & Sucena, E. (1994). Dicionário da História de Lisboa. Carlos Quintas.

Sequeira, G. de M. (1917). Depois do Terramoto: Subsídios para a História dos Bairros Ocidentais de Lisboa: Vol II. Academia das Sciências de Lisboa.

Sequeira, M. (1940). A acção da Câmara Municipal de Lisboa na Exposição do Mundo Português. In Revista Municipal, ano II, nº 6, pp. 24-26. Câmara Municipal de Lisboa.

Silva, I. C. da. (2009). Monumento a Afonso de Albuquerque. In I. C. da Silva & M. M. de Seixas (Coord.), Belém: monografia histórica (pp. 259–61). Lisboa: Junta de Freguesia de Santa Maria de Belém.

Simões, J. M. (2005). "A Casa das Varandas da Praça da Alegria". [s.n.].

Vasconcelos, T., Cunha, A. R., Forte, P., & Soares, A. L. (Coords.) (2017). Levantamento arbóreo dos Jardins e Parques Históricos de Lisboa. ISA Press. https://www.isa.ulisboa.pt/files/ceabn/pub/docs/documentos/ebook_lxgarden.pdf

VII.5. Miradouros

Aguiar, A. (1999); Figueiredo, P. (2007). Jardim Miradouro de São Pedro de Alcântara/Jardim António Nobre/Alameda Eduardo Coelho - IPA.00007003 [em linha]. In Sistema de Informação para o Património Arquitetónico – Forte de Sacavém. Disponível em <http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=7003>.

Aguiar, A. (1999); Lima, P. (2007). Jardim Miradouro do Torel – IPA.00006999 [em linha]. In Sistema de Informação para o Património Arquitetónico – Forte de Sacavém. Disponível em <http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6999>.

Albuquerque, J., Azambuja, S. T., Castel-Branco, C. (2020). Tapada das Necessidades [em linha]. In AJH (Coord.). Inventário de Jardins Históricos de Portugal. Associação Portuguesa dos Jardins Históricos (AJH), https://www.jardinshistoricos.pt/ad/707.

Almeida, Á. D. de, & Belo, D. (Coord.). (2007). Portugal património: Guia-inventário: Vol. VII (1ª Ed.). Círculo de Leitores.

APP (2011). Viajando pela história do Porto de Lisboa [em linha]. Associação dos Portos de Portugal (APP). Disponível em <http://www.portosdeportugal.pt/sartigo/index.php?x=6823>, acedido a 2014.

Araújo, N. de. (1938). Capítulo III: Campo de Santa Clara. In Peregrinações em Lisboa (pp. 71 – 80).

Araújo, N. de. (1939). Monumentos Nacionais: Castelo. In Inventário de Lisboa: (Fascículo I). Câmara Municipal.

Azambuja, S. T. (2001). Real Quinta das Necessidades: Um Fio Condutor na Arte dos Jardins em Portugal. In C. Castel-Branco (Coord.), Necessidades: Jardins e Cerca (pp. 129-151). Livros Horizonte/Jardim Botânico da Ajuda.

Bispo, M. (s.d.). Obelisco Aquático [em linha]. In Arte Pública – peças. Disponível em <http://www.lisboapatrimoniocultural.pt/artepublica/eescultura/pecas/Paginas/Obelisco-Aquatico.aspx>.

Braun, G., & Hogenberg, F. (1593). Olisipo, sive ut persetustae lapidum inscriptiones habent, Ulysipo... (C.C. 797 V.) [Mapa]. Apud Auctores; Biblioteca Nacional de Portugal. http://purl.

pt/30762.

Caetano, J. O. (1991). Chafarizes de Lisboa. Distri.

Câmara, T. (2008). Jardim Nove de Abril/Jardim das Albertas - IPA.00027045 [em linha]. In Sistema de Informação para o Património Arquitetónico – Forte de Sacavém. Disponível em <http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=27045/>, acedido a 2014.

Carreiras, J. A. (2001). As Origens e a Construção das Necessidades. In C. Castel-Branco (Coord.), Necessidades: Jardins e Cerca (pp. 47-65). Livros Horizonte/Jardim Botânico da Ajuda.

Castel-Branco, C. (2013). Lisbonne en ses jardins. In L. Braz de Oliveira (Coord.), Lisbonne – Histoire, Promenades, Anthologie et Dictionnaire. Éditions Robert Laffont.

Castel-Branco, C. (Coord.) (2001). Necessidades: Jardins e Cerca. Livros Horizonte/Jardim Botânico da Ajuda.

Castel-Branco, C. (Coord.). (2014). Jardins de Portugal. CCT Correios de Portugal.

Castilho, J. de. (1884). Lisboa antiga: Vol. I. Impr. da Universidade.

Castro, J. B. de. (1763). Mappa de Portugal antigo, e moderno: Tomo III e IV. Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno.

CML (1957). A homenagem da Câmara Municipal de Lisboa a Mestre Viana da Mota. In Revista Municipal: Ano XVIII, n.º 73, 2.º trimestre (pp. 32-34). Câmara Municipal de Lisboa.

CML (1997). Jardim 9 de Abril/Jardim da Rocha do Conde de Óbidos. In Jardins de Lisboa. No coração da cidade. Bem no coração dos lisboetas. Câmara Municipal de Lisboa/Departamento de Ambiente e Espaços Verdes.

CML (2010). Relatório síntese de Caracterização Biofísica de Lisboa no âmbito da Revisão do Plano Director Municipal de Lisboa [Relatório técnico, em linha]. In Câmara Municipal de Lisboa. Disponível em <www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/planeamento/pdm/docs/revisao/estudos/Relatorio_sintese_Caracterizacao_Biofisica.pdf>, acedido a 2014.

CML (2014). Jardim de Santa Clara/Jardim Botto Machado [em linha]. In Câmara Municipal de Lisboa – espaços verdes. Disponível em <http://www.cm-lisboa.pt/zonas/centro-historico/espacos-verdes/info/jardim-de-santa-clara-jardim-botto-machado>.

CML (2014). O Jardim da Batalha de La Lys [em linha]. In CML - Toponímia de Lisboa. Disponível em <http://toponimialisboa.wordpress.com/2014/04/09/o-jardim-da-batalha-de-la-lys/>, acedido a 2014.

CML (2014). Miradouro da Rocha de Conde de Óbidos [em linha]. In CML - Equipamentos. Disponível em <http://www.cm-lisboa.pt/equipamentos/equipamento/info/miradouro-da-rocha-de-conde-de-obidos/>, acedido a 2014.

CML (2014). Quiosque do Jardim/Miradouro Botto Machado [em linha]. In Câmara Municipal de Lisboa – espaços verdes. Disponível em <http://www.cm-lisboa.pt/equipamentos/equipamento/info/quiosque-do-jardim-miradouro-botto-machado>.

CML (2021). Chafariz das Necessidades [em linha]). In Câmara Municipal de Lisboa – equipamentos. Disponível em <https://informacoeseservicos.lisboa.pt/contactos/diretorio-da-cidade/chafariz-das-necessidades>.

CML (2021). Jardim Olavo Bilac [em linha]. In Câmara Municipal de Lisboa – equipamentos. Disponível em <https://informacoeseservicos.lisboa.pt/contactos/diretorio-da-cidade/jardim-olavo-bilac>.

Conde, D. J. A. (1844). «Historia de la dominacion de los árabes en España: Sacada de varios manuscritos y memorias arábigas (Tomo I)» [em linha]. In Europeana Collections. Disponível em <https://www.europeana.eu/pt/item/545/bib_CYL20090058040>.

Côrte-Real, M. (2020). Palácio das Necessidades, Necessidades Palace. By the Book.

Costa, F. da (1958). Estudo de arranjo do Miradouro da Penha de França e da zona imediata, Memória Descritiva e Justificativa (AML - Ref PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/10/254; Fólios 14 a 16). Arquivo Municipal de Lisboa.

Costa, M. (1959). A Patriarcal Queimada: uma síntese da sua história. In Revista Municipal: Ano XX, n.º 80, 1.º trimestre (pp.60-61). Câmara Municipal de Lisboa.

Cruz Vermelha Portuguesa (s.d.). Palácio do Conde d'Óbidos [em linha]. In Cruz Vermelha Portuguesa. Disponível em <http://www.cruzvermelha.pt/images/stories/pdf/brochura%20palcio.pdf>, acedido a 2014.

Dias, M. T. (1987). Lisboa desaparecida: Vol. I. Quimera.

Figueiredo, P. (2007). Jardim e Miradouro no Largo das Necessidades / Jardim Olavo Bilac - IPA.00025587 (em linha). In Sistema de Informação para o Património Arquitetónico – Forte de Sacavém. Disponível em <http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=25587>.

Flores, A. M., & Canhão, C. (1999). Chafarizes de Lisboa. Edições INAPA.

França, J. A. (2008). Lisboa, História Física e Moral. Livros Horizonte.

Gonçalo Ribeiro Telles, o Homem que rouba ideias aos pássaros [entrevista]. (2003, Março 8). Jornal Público Online. Disponível em <http://www.publico.pt/noticias/jornal/goncalo-ribeiro-telles-198934>, acedido a 30/03/2017.

Guia de Portugal: Generalidades Lisboa e arredores: Vol. I. (1979). Fundação Calouste Gulbenkian.

Isidro, E. (2009). Metodologia de Caracterização e Classificação de Jardins Públicos de Interesse Patrimonial — Aplicação à cidade de Lisboa [Relatório do Trabalho de Fim de Curso em Arquitectura Paisagista]. Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa.

Isidro, E., Silva, I., & Soares, A. L. (2009). Os melhores jardins de Lisboa: Jardim do Torel - um anfiteatro verde com vista sobre a cidade. In Revista Jardins, n.º 85, pp. 12–15.

Isidro, E., Silva, I., & Soares, A. L. (2010). Os melhores Jardins de Lisboa: Jardim 9 de Abril - Homenagem à presença de Portugal na 1.a Guerra Mundial. In Revista Jardins, n.º 91, pp. 16–19.

Isidro, E., Silva, I., & Soares, A. L. (2010). Os melhores jardins de Lisboa: São Pedro de Alcântara/Jardim António Nobre – um ícone da Lisboa romântica do séc. XIX. In Revista Jardins, n.º 90, pp. 14-17.

Jackson, C. C. L. (1877). A Formosa Lusitania. Livraria Portuense.

Júdice, N., & Serra, S. (2010). 100 anos - Monumento nacional: Castelo de S. Jorge (A. M. Hudson, Trad.). EGEAC Castelo de S. Jorge.

Leal, J. J. da S. M. (1860). Descripção Historica da Ermida de Nossa Senhora do Monte de São Gens, Lisboa. Typ. Commercial – Poço do Borralem 3.

Magalhães, F. (Coord.) (1998). Jardins e Miradouros de Lisboa: roteiro dos principais espaços verdes e miradouros de Lisboa. Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo.

Miguel, S. (1940). O Campo de Santa Clara. In Olisipo: Boletim do Grupo «Amigos de Lisboa», n.º 9-11.

Noé, P. (1990); Vale, T., Gomes, C. (1995); Figueiredo, P. (2008). Mosteiro de Santo Alberto/Palácio Alvor/Museu Nacional de Arte Antiga - IPA.00003153 [em linha]. In Sistema de Informação para o Património Arquitectónico – Forte de Sacavém. Disponível em <http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3153>, acedido a 2014.

Norberto de Araújo (1992). Peregrinações em Lisboa: Vol. IX (2a Ed.). Veja.

Nunes, J. S. (2012). O coreto na cidade de Lisboa: reintegração do equipamento no espaço público urbano [Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Design de Equipamento – especialização em Design Urbano e de Interiores]. Faculdade de Belas-Artes, Universidade de Lisboa.

Pessoa, F. (2006). Lisboa: O que o Turista deve ver/ Lisbon: What the Tourist should see Livros horizonte.

Pinheiro, J. G. (1905). Roteiro de Lisboa: histórico, hydrographico, chorographico, archeologico e estatistico. [s.n.].

Quartau, O. (1958). Aguarelas de Lisboa: Jardim da Rocha. In Revista Municipal: Ano XIX, n.º 76, 1.o trimestre (pp. 55–56). Câmara Municipal de Lisboa.

Relvas, E., & Braga, P. B. (1991). Coretos em Lisboa: 1790-1990. Editorial Fragmentos, Lda.

Ribeiro Telles, G. (1997). Lisboa: O Sítio e a Região. In G. Ribeiro Telles (Ed. Lit.), Plano Verde de Lisboa. Colibri.

Ribeiro Telles, G. (1951). Memória Justificativa: Esquema de drenagem da encosta da Praça do Ultramar (AML - Ref PT/AMLSB/CMLSB/UROB/EV/0734; Fólio 4). Arquivo Municipal de Lisboa.

Rodrigues, M. J. M., Moita, I., Athayde, M. M., Silva, J. H. P. da, Rio-Carvalho, M., & Gonçalves, A. M. (1975). Monumentos e edifícios notáveis do distrito de Lisboa. Junta Distrital de Lisboa.

Santos, I. M. (2009). A vida do jardim do Castelo de São Jorge recomeça aos 50. Jornal Público online. Disponível em <https://www.publico.pt/2009/11/23/local/noticia/a-vida-do-jardim-do-castelo-de-sao-jorge-recomeca-aos-50-1410992>, acedido a 30/03/2017.

Serol, M. E. G. (2012). O Campo de Santa Clara, em Lisboa: cidade, história e memória – um roteiro cultura [Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Estudos do Património]. Universidade Aberta.

Soromenho, P. C. (1983). Lembranças de Lisboa: sexto roteiro fraseológico de Lisboa, o castelo de S. Jorge, os pátios de Lisboa. [s.n.].

UNESCO/ICOMOS (1994). Documento de Nara sobre Autenticidade – tradução [em linha]. Disponível em <http://5cidade.files.wordpress.com/2008/03/documento-de-nara-sobre-a-autenticidade.pdf>.

Vale, T., Gomes, C. (1994); Correia, P. (2001); Figueiredo, P. (2008). Palácio do Conde de Óbidos/Cruz Vermelha Portuguesa - IPA.00004901 [em linha]. In Sistema de Informação para o Património Arquitectónico – Forte de Sacavém. Disponível em < http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4901>, acedido a 2014.

Vasconcelos, T., Cunha, A. R., Forte, P., & Soares, A. L. (Coords.) (2017). Levantamento arbóreo dos Jardins e Parques Históricos de Lisboa. ISA Press. https://www.isa.ulisboa.pt/files/ceabn/pub/docs/documentos/ebook_lxgarden.pdf

Velasco, E. M. (1992). Mercado de Santa Clara. Câmara Municipal de Lisboa – Direcção Municipal de Abastecimento e Consumo.

Vidal, A. (1994). Lisboa Antiga e Lisboa Moderna: elementos históricos da sua evolução. Veja.

Vidal, J. P. (1961). Miradouros de Lisboa. In Revista Municipal: Ano XXII, n.º 88, 1.º trimestre (pp. 41-46). Câmara Municipal de Lisboa.

Viterbo, F. S. (1922). Dicionário Histórico e Documental dos Arquitetos e Construtores portugueses ou ao serviço de Portugal: Tomo III. Imprensa Nacional Casa da Moeda.

VII.6. Parques

Agronomia Artística – A Quinta da Duqueza no Paço do Lumiar (1912, 24 Agosto). In O Século Agrícola, nº4, 1º ano.

Almeida, A. L. B. dos S. de S. S. L. de. (2006). O valor das árvores: Árvores e floresta urbana de Lisboa [Dissertação para obtenção do Grau de Doutor em Arquitetura Paisagista]. Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa. https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/469

Alves, F. L. (1983). Aspectos de fitodinâmica no Parque Florestal de Monsanto [Relatório Final de curso de Engenheiro Sivicultor]. Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa.

Alves, F. L. (1990). Plano de Ordenamento e Revitalização do Parque Florestal de Monsanto. Câmara Municipal de Lisboa, Departamento de Ambiente.

Amaral, K. (1945). Arranjo do Parque Eduardo VII com a localização de edifícios públicos (AML - Ref PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/10/143/06). Arquivo Municipal de Lisboa.

Amaral, K., Taínha, M., Ramos, C. M. O., Ramalho, R. C., Godinho, J., & Andresen, J. (1960). Ante-Projecto da remodelação da Alameda Central do Parque Eduardo VII: Plano de conjunto do Palácio da Justiça (AML – Ref PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/10/325/01). Arquivo Municipal de Lisboa.

Andresen, T. (2003). Três Décadas de Arquitectura Paisagista em Portugal: 1940-1970. In T.

Andresen (Coord.), Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian: Francisco Caldeira Cabral e a primeira geração de arquitectos paisagistas (1940-1970). (pp. 18–97). Fundação Calouste Gulbenkian.

Andresen, T., Câmara, T. B., & Carvalho, L. G. (2003). Lugares da Arquitectura Paisagista Portuguesa: 1940-1970. In T. Andresen (Coord.), Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian: Francisco Caldeira Cabral e a primeira geração de arquitectos paisagistas (1940-1970) (pp. 144–317). Fundação Calouste Gulbenkian.

Arquivo Municipal de Lisboa (s.d.). Keil do Amaral [em linha]. In Acervo – Espólios de Arquitetura. Disponível em <http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/pt/acervo/espolios-de-arquitetura/keil-do-amaral/>.

Associação dos Arqueólogos Portugueses (1947). Lisboa e seu termo: estudos e documentos. [s.n.].

Ataíde, M., & Gonçalves, A. M. (1962). Monumentos e edifícios notáveis do distrito de Lisboa: Vol. V, 4o Tomo. Junta Distrital.

Augusto, C., & Ribeiro, J. (1993). Lisboa: Reabilitação urbana núcleos históricos. C.M. -P.R.U.N.H.

Azambuja, S. T. (2001). Real Quinta das Necessidades: Um Fio Condutor na Arte dos Jardins em Portugal. In C. Castel-Branco (Coord.), Necessidades: Jardins e Cerca (pp. 129-151). Livros Horizonte/Jardim Botânico da Ajuda.

Bandeirinha, J. O (2010). Keil do Amaral Obras da Arquitetura na Beira: Regionalismo e Modernidade. Argumentum.

Barbosa, V. (1863). Fragmentos de um roteiro de Lisboa. In Archivo Pitoresco: Vol. VI.

Beirão, C. (1944). D. Maria I, 1777-1792: subsídios para a revisão da história do seu reinado (3ª Ed., aditamentos e correcções). Empr. Nacional de Publicidade.

Bowe, P., & Sapieha, N. (1989). Jardins de Portugal. Quetzal.

Cabral, L. V. (2003). A Expansão da Cidade de Lisboa e a Mata de Alvalade (1951-1955). In G. Ribeiro Telles & A. Cancela de Abreu, A utopia e os pés na terra (pp. 177-181). Instituto Português de Museus.

Caetano, J. O. (1991). Chafarizes de Lisboa. Distri.

Caixinhas, M. L. C. L. (1994). Flora da Estufa Fria de Lisboa. Verbo.

Calado, M., & Ferreira, V. M. (1991). Lisboa: freguesia de S. Sebastião da Pedreira. Contexto.

Câmara, A. (2009). O Futuro Inventa-se: a formação de cidadãos criativos e empreendedores e o papel da nova universidade. Objectiva.

Câmara, M. de S. da (s.d.). Curriculum vitae de Manuel Pereira da Nóbrega de Sousa da Câmara. [s.n.].

Câmara, M. de S. da, & Ferreira, M. J. A. (1985, Março). As Zonas Verdes de Olivais Sul: descrição e crítica de uma experiência. Revista Arquitectura Paisagista - Associação Portuguesa de Arquitectos Paisagistas, 1 , 7-14.

Câmara, M. T. (2015). Contributos da Arquitetura Paisagista para o espaço público de Lisboa (1940-1970) [Tese de Doutoramento para obtenção do Grau de Doutor em Arquitetura Paisagista e Ecologia Urbana]. Faculdade de Ciências, Universidade do Porto.

Câmara, T. (2012); Jácome, M. (2013). Parque Florestal de Monsanto - IPA.00034085 [em linha]. In Sistema de Informação para o Património Arquitectónico – Forte de Sacavém. Disponível em <http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=34085>.

Câmara, T. B. (2000). Do Passeio Público ao Alto do Parque [Trabalho de Fim de Curso da Licenciatura em Arquitetura Paisagista]. Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa.

Câncio, F. (1953). Arrabaldes d'Outrora. In Arquivo Alfacinha: Vol. I., Caderno I e II. Instituto de Arqueologia, História e Etnografia.

Carapinha, A. (1995). Da Essência do Jardim Português [Tese doutoramento em Artes Técnicas da Paisagem, especialização em Arquitectura Paisagista e Arte dos Jardins]. Universidade de Évora.

Carita, H., Cardoso, A. H., & Cardoso, M. E. (1990). Tratado da grandeza dos jardins em Portugal ou da originalidade e desaires desta arte. Círculo de Leitores.

Carvalho, M. A. V. de (1898). Vida do Duque de Palmela D. Pedro de Sousa e Holstein: Vol. 3. Imprensa Nacional.

Castel-Branco, C. (2003, Fevereiro). O Vale do Silêncio de Sousa da Câmara: Prioridade à Ecologia. In Revista Jardins, n.º 5, pp. 4-18.

Castel-Branco, C. (Ed.). (1999). Jardim Botânico da Ajuda. Livros Horizonte e Associação dos Amigos do Jardim Botânico da Ajuda.

Castel-Branco, C., Soares, A. L., & Chambel, T. (1999). O aparecimento do jardim: Domingos Vandelli. In C. Castelo Branco (Ed.), Jardim Botânico da Ajuda (pp. 55–90). Livros Horizonte/Associação dos Amigos do Jardim Botânico da Ajuda.

Chabloz, J. P. (1964). Estufa fria. Câmara Municipal de Lisboa.

Cício, M. L. da S. (2009). Perspectivas abertas por Mies van der Rohe na utilização de metais metálicos [Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Arquitectura]. Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa.

CML (1948). A Urbanização do Sítio de Alvalade. Câmara Municipal de Lisboa.

CML (1963). Olivais-Sul. In Revista Municipal – Publicação Cultural da Câmara Municipal de Lisboa: Ano XXIV, n.º 97 (pp. 70 – 99).

CML (1967a). Carta de Solos e de Capacidade de Uso - Parque de Olivais Sul. In Plano de arborização, tratamento e exploração do Parque dos Olivais Sul e dos Parques Oriental e de Vale Fundão em Chelas. Câmara Municipal de Lisboa.

CML (1967b). Plano de arborização, tratamento e exploração do Parque dos Olivais Sul e dos Parques Oriental e de Vale Fundão em Chelas. Câmara Municipal de Lisboa.

CML (1998). Keil do Amaral, O Arquitecto e o Humanista. Lisboa

CML (2010). Plano de Gestão Florestal do Parque Florestal de Monsanto [em linha]. In Câmara Municipal de Lisboa. Disponível em <http://www.icnf.pt/portal/florestas/gf/pgf/resource/doc/2011/monsanto/PGF-PFM-Monsanto-v2011MAR.pdf>.

CML (2010). Relatório síntese de Caracterização Biofísica de Lisboa no âmbito da Revisão do Plano Director Municipal de Lisboa [Relatório técnico, em linha]. In Câmara Municipal de Lisboa. Disponível em <www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/planeamento/pdm/docs/revisao/estudos/Relatorio_sintese_Caracterizacao_Biofisica.pdf>, acedido a 2014.

CML (s.d.). Corredor Verde de Monsanto [em linha]. In Câmara Municipal de Lisboa – Ambiente. Disponível em <http://www.cm-lisboa.pt/viver/ambiente/corredor-verde-de-monsanto>.

CML (s.d.). Parque Urbano do Vale do Silêncio – Lisboa Verde: Câmara Municipal de Lisboa [em linha]. Disponível em <http://archive.today/LUU4>.

Correia Guedes, N. (1993). A múmia ptolemaica do Museu Nacional de Arqueologia, memória do Museu de História Natural do Marquês de Angeja. In O Arqueólogo Português (Série IV, Vol. 11/12). Museu Nacional de Arqueologia.

Costa, A., & Nunes, J. J. (1930). Diccionario chorographico de Portugal Continental e Insular: hydrografico, historico, orographico, biographico, archeologico, heraldico, etymologico (Vol. 2). Civilização.

Costa, M. (1950). Feiras e outros divertimentos populares de Lisboa: Histórias, figuras, usos e costumes. [s.n.].

Cunca, R., Augusto, C., & Ribeiro, J. (1993). Lisboa: reabilitação urbana núcleos históricos. Câmara Municipal de Lisboa.

Cunha, A. F. F. G. (2015). Análise e interpretação de obras de arquitectura paisagista de Manuel de Sousa da Câmara (1929-1992.) [Dissertação de Mestrado em Arquitetura Paisagista]. Instituto Superior de Agronomia, Universidade de Lisboa. https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/8499

Cunha, A. R. F. G. (2014). Os planos de urbanização dos bairros da Encarnação e Olivais. O modernismo, a expansão da cidade de Lisboa e a Arquitetura Paisagista [Dissertação de Mestrado em Arquitetura Paisagista]. Instituto Superior de Agronomia, Universidade de Lisboa. https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/6776

DGPC | Património Cultural [Website], <http://www.patrimoniocultural.pt/>, acedido a 30/06/2014.

Dias, M. T. (1987). Lisboa desaparecida (1.ª Ed.). Quimera.

Dias, M. T., & Rodrigues, I. (1989). Photographias de Lisboa 1900. Quimera.

Do Central Park ao Parque Eduardo VII - A cidade inventa os seus parques [em linha]. (sem data). Disponível em <http://www.sidoniopardal.com/3_sidoniopardal(plural2).pdf>, acedido a 05/06/2014.

Dolezal, H. (1974). Friedrich Welwitsch: vida e obra. Junta de Investigação Científica do Ultramar. Estufa Fria: História [em linha]. (sem data). Disponível em <http://estufafria.cm-lisboa.pt/a-estufa/historia.html>, acedido a 04/06/2014.

Fadigas, L. (1972). Arranjo Paisagístico da Mata de Alvalade [Memória descritiva]. Arquivo Municipal de Lisboa.

Ferreira, M. J. (1986). Espaços Verdes, Espaços de Recreio. In Boletim GTH – Gabinete Técnico da Habitação da Câmara Municipal de Lisboa: Volume 7, n.º 50 e 51 (pp. 322 – 326).

Ferreira, M. J. B. A. (1984). Evolução das Zonas Verdes do Bairro dos Olivais Sul [Relatório final do curso livre de Arquitectura Paisagista]. Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa. Biblioteca do Instituto Superior de Agronomia.

Ferreira, R. M.T. C., & Lemos, F. A. A. (2008). Nova monografia do Lumiar (1ª Ed.). Junta de Freguesia.

Fontes, E. S. F. (1951). A vinha na paisagem do Minho [Relatório final dos cursos de Engenheiro Agrónomo e Arquitecto Paisagista]. Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa. Biblioteca do Instituto Superior de Agronomia.

Garcia, P., & Fontes, E. S. (1994). Breve Notícia Histórica. In M. L. Caixinhas (Coord.), Flora da Estufa Fria de Lisboa. Verbo.

Grilo, T. C. O. (2014). O Parque Florestal de Monsanto – Evolução Histórica e Contributo para a Sua Gestão [Dissertação de Mestrado em Arquitetura Paisagista]. Instituto Superior Agronomia da Universidade de Lisboa.

GTH/CML (1964a, Setembro-Outubro). Notas e Índice: Breve Cronologia do G.T.H. In Boletim GTH – Gabinete Técnico da Habitação da Câmara Municipal de Lisboa: Volume 1, n.º 2.

GTH/CML (1964b, Julho). Urbanização de Olivais Sul: Serviço de Planeamento. In Boletim GTH – Gabinete Técnico da Habitação da Câmara Municipal de Lisboa: Volume 1, n.º 1 (pp. 11 – 27).

Guimarães, H. T., & Rodrigues, E. C. (1986). Olivais e Chelas: um percurso. In Boletim GTH – Gabinete Técnico da Habitação da Câmara Municipal de Lisboa. Volume 7, n.º 50/51 (pp. 209 – 220).

Henriques da Silva, R. (1989). Lisboa de Frederico Ressano Garcia 1874-1909. Câmara Municipal de Lisboa.

ICNF (s.d.). Perímetros Florestais. ICNF: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas [em linha]. Disponível em <http://www.icnf.pt/portal/florestas/gf/regflo/perim-flor>.

Júnior, O. (1873). Notícias sobre as araucárias cultivadas em Portugal. Typ. De Freitas Fortuna.

Lamas, J. M. R. G. (2004). Morfologia urbana e desenho da cidade (3ª Ed). Fundação Calouste Gulbenkian Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Lamas, J. M. R. G. (2007). Morfologia Urbana e Desenho da Cidade (4ª Ed). Fundação Calouste Gulbenkian.

Lara, L. F. S. (1977). MONTEIRO – MOR PARK, relação das árvores e arbustos mais notáveis do Parque do Monteiro-Mor. Museu Nacional do Traje.

Lara, L. F. S. (1984). Recuperação do Parque Botânico do Monteiro-Mor (séc.XVIII) 1976-1984. Instituto Português do Património Cultural, Museu Nacional do Traje.

Le Cunff, F. (2000). Parques e jardins de Lisboa, 1764-1932: do Passeio Público ao Parque Eduardo VII. [Dissertação de Mestrado de História de Arte Contemporânea]. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

Leal, P., & Ferreira, P. A. (1990). Portugal antigo e moderno: diccionário geográphico, estatístico, chorographico, heraldico, archeologico, historico, biographico e etymologico de todas as cidades, villas e freguesias de Portugal e grande n.º de aldeias. Cota d'Armas.

Loureiro, J. M. (Ed.) (1870). Jornal de Horticultura Prática (Vol. I). Tipografia Cruz Coutinho.

Marques, I. A. (2013, Outubro). Dois artistas e o espaço público de Olivais Sul, uma experiência singular. In Rossio – Estudos de Lisboa: N.º 2 (pp. 142 – 151).

Matoso, I. (2002/2003). O Projecto "Bosque de Lisboa". Espólio Mac-Bride, Gabinete de Estudos Olisiponenses, CML, Lisboa.

Mendes, A. R. (1984). O naturalista Domingos Vandelli: novos elementos para a sua biografia. In Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa, Vol. 5.

Moita, I. (1994). O livro de Lisboa. Livros Horizonte.

Morais, J. S., Roseta, F. M. S., & Araújo, A. (2005). Os planos da avenida da Liberdade e o seu prolongamento (1.ª Ed.). Livros Horizonte.

Museu Nacional do Teatro [Website], <http://www.museudoteatro.pt/>, acedido 02/02/2014.

Neves, J. G. (1993). Paço do Lumiar – Valores Patrimoniais, Interpretação da Paisagem e Proposta de Revitalização [Dissertação para obtenção do grau mestre em Arquitectura Paisagista]. Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa.

Oliveira, M. (2012). Obras de reabilitação: Estufa Fria de Lisboa reabre ao público no final de Janeiro [em linha]. In iOnline. Disponível em <http://www.ionline.pt/artigos/portugal/obras-reabilitacao-estufa-fria-lisboa-reabre-ao-publico-no-final-janeiro/pag/-1>, acedido a 17/06/2014

Peres, D., Cerdeira, E., & Nogueira, F. (1928). História de Portugal (Ed. monumental). Portucalense.

Pinto, C.V. (Coord.) (2018). Guia do Parque Botânico do Monteiro-Mor: Museu Nacional do Traje. By The Book.

Proença, R. (1924). Guia de Portugal: Lisboa e Arredores: Vol. I (2.ª Ed.). Fundação Calouste Gulbenkian.

Proença, R., & Dionísio, S. (1982). Guia de Portugal: Vol. I. Fundação Calouste Gulbenkian.

Queirós, E. de. (1999). Os Maias (6a Ed.). Europa-América.

Ramos, T. L. B. (2012). Bairros Planeados de Lisboa e Novos modos de Vida: Olivais e Telheiras. Caleidoscópio.

Revista universal lisbonense: jornal dos interesses physicos, moraes, e litterarios (1844). Imprensa Nacional.

Ribeiro, L. P. F. (1992). Quintas do concelho de Lisboa: Inventário, caracterização e salvaguarda [Relatório de provas de aptidão pedagógica e de capacidade cientifica em Arquitetura Paisagista]. Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa.

Rodolfo, J. de S. (2002). Luís Cristino da Silva e a arquitectura moderna em Portugal (1a ed). Dom Quixote.

Rodrigo, J. J. (1952). O Parque Florestal de Monsanto. Câmara Municipal de Lisboa.

Rodrigo, J. J. C. (1939). A Arborização do Parque Florestal de Monsanto. [s.n.].

Rodrigo, J. J. C. (1943). O Parque Florestal de Monsanto: Subsídios para a sua história [Relatório final de curso de Engenheiro Silvicultor]. Instituto Superior Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa.

Rodrigues, F. (1986). Habitação Social: um percurso. In Boletim GTH – Gabinete Técnico da Habitação da Câmara Municipal de Lisboa: Volume 7, n.º 50/51 (pp. 221 – 242).

Santana, F., & Sucena, E. (1994). Dicionário da História de Lisboa. Carlos Quintas.

Santos, L. D. (2005). Biografia: António Alfredo. In R. Ribeiro (ed.) Um Tempo e Um Lugar: dos anos quartenta aos anos sessenta - dez exposições gerais de artes plásticas (pp. 38 – 39). Museu do Neo-Realismo.

Semenzato, P., Sievänen, T., de Oliveira, E. S., Soares, A. L., & Spaeth, R. (2011). Natural Elements and Physical Activity in Urban Green Space Planning and Design. In K. Nilsson, M. Sangster, C. Gallis, T. Hartig, S. de Vries, K. Seeland, & J. Schipperijn (Eds.), Forests, Trees and Human Health (pp. 245–282). Springer Netherlands. https://doi.org/10.1007/978-90-481-9806-1_9

Silva, I. M. R. da. (2000). Prédios de rendimento das avenidas de Ressano Garcia 1889-1926: caracterização construtiva [Dissertação de Mestrado]. Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa.

Soares, A. L., & Castel-Branco, C. (2007). As árvores da cidade de Lisboa. In J. Sande Silva (Coord.), Floresta e Sociedade (Vol. 7, pp. 289–334). Edição FLAD & Público.

Souto Cruz, C. (1988). Algumas Considerações sobre o Parque Florestal de Monsanto. In Revista Florestal.

Stoop, A. de, & Abreu, M. (1986). Quintas e palácios nos arredores de Lisboa. Civilização.

Teixeira, M. B. (2005). Roteiro: Museu Nacional do Traje Parque do Monteiro-Mor (1.ª ed.). Ministério da Cultura, Instituto Português de Museus, Museu Nacional do Traje.

Teixeira, M. B. (2011). Dos Museus do Vaticano aos Parques de Museu. In Cadernos de Sociomuseologia, n.º 41 (pp. 187-210).

Tostões, A. (1992). Monsanto, Parque Eduardo VII, Campo Grande: Keil do Amaral, arquitecto dos espaços verdes de Lisboa. Salamandra.

Tostões, A. (1997). Os Verdes Anos na Arquitectura Portuguesa dos Anos 50 (2.ª ed.). Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

Tostões, A. (2003). Lisboa, Arquitectura e Urbanismo, Do Passeio Público ao Jardim da Fundação Calouste Gulbenkian. In T. Andresen (Coord.), Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian: Francisco Caldeira Cabral e a primeira geração de arquitectos paisagistas (1940-1970) (pp. 98–113). Fundação Calouste Gulbenkian.

Tostões, A., & Guimarães, M. (2013). Francisco Keil do Amaral, 1910-1975. Verso da História.

Tostões, A., Moita, I., & Amaral, F. P. K. do. (1999). Keil do Amaral, o arquitecto e o humanista. Câmara Municipal de Lisboa.

Travassos, D. (Coord.) (2009). Guia dos Parques, Jardins e Geomonumentos de Lisboa. Câmara Municipal de Lisboa.

Urbano, P. (2008). A casa de Palmela. Livros Horizonte.

Vianna Barreto, F. (1952). O Parque de Monsanto e a cidade de Lisboa. [Relatório Final de Curso de Engenheiro Silvicultor e Arquiteto Paisagista]. Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa.

Viegas, I. M., & Martins, M. G. (1998). Do Passeio à Avenida: os originais do arquivo municipal de Lisboa. Câmara Municipal de Lisboa.

Viterbo, S. (1906). A jardinagem em Portugal: Apontamentos para a sua história. Imp. da Universidade.

VII.7. Quintas de Recreio

Albuquerque, J., Azambuja, S. T., Castel-Branco, C. (2020). Tapada das Necessidades [em linha]. In AJH (Coord.). Inventário de Jardins Históricos de Portugal. Associação Portuguesa dos Jardins Históricos (AJH), https://www.jardinshistoricos.pt/ad/707.

Almeida, Á. D. de, & Belo, D. (Coord.). (2008). Portugal património: Guia-inventário: Vol. VII (1ª ed.). Círculo de Leitores.

Almeida, J. de. (1927). Ensino Agrícola-Colonial no Instituto Superior de Agronomia – O Jardim Colonial de Lisboa. In Revista Brotéria, Vol. V, pp. 89-92. Biblioteca do Instituto Superior de Agronomia.

ANTT (1855). Mercê a João Baptista Bonard de o nomear «Cavaleiro da Ordem de Cristo», Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Registo Geral das Mercês, D. Pedro V, Livro 5, Fólios 111 a 112, Microfilme 2170.

APAP (2008). Francisco Caldeira Cabral: Memórias do Mestre. APAP - Associação Portuguesa dos Arquitectos Paisagista.

Araújo, F. D. A. (ed.) (1854). Flora e Pomona: Jornal da Agricultura e jardinagem em Portugal: Nº 1, Dezembro. Sociedade de Flora e Pomona.

Araújo, I. A. (1962). Arte Paisagista e Arte dos Jardins em Portugal. Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização.

Araújo, N. (1939). Peregrinações em Lisboa: Vol. III. Parceria A. M. Pereira.

Araújo, N. (1939). Peregrinações em Lisboa: Vol. XI. Parceria A.M. Pereira.

Araújo, N. (1944). Inventário de Lisboa: Monumentos históricos. Câmara Municipal.

Ataíde, M., & Gonçalves, A. M. (1962). Monumentos e edifícios notáveis do distrito de Lisboa: Vol. V, 4o tomo, 1a parte. Junta Distrital.

Ayres de Carvalho (1962). D. João V e a Arte do Seu Tempo: Vol. II. Ed. de autor.

Azambuja, S. T, Carreiras, J. A. (2001). Lista de Plantas [682 espécies] que vieram para a Real Quinta das Necessidades entre 1841-1867, segundo facturas do Arquivo da Casa de Bragança. In C. Castel-Branco (Coord.), Necessidades: Jardins e Cerca (pp. 172-177). Livros Horizonte/Jardim Botânico da Ajuda.

Azambuja, S. T. (2001). Real Quinta das Necessidades: Um Fio Condutor na Arte dos Jardins em Portugal. In C. Castel-Branco (Coord.), Necessidades: Jardins e Cerca (pp. 129-151). Livros Horizonte/Jardim Botânico da Ajuda.

Azambuja, S. T. (2021). Plantas, Animais e Paisagem. Da Iconografia à Iconologia na Pintura dos Séculos XV e XVI em Portugal. Scribe, ARTIS-IHA da FL/ULisboa e CML.

Azevedo Gomes, M. (1960). Monografia do Parque da Pena: estudo dendrológico-florestal. [s.n.].

Azevedo, C. M. (Dir.) (2000-2001). Dicionário de História Religiosa de Portugal: Vol. IV. Círculo de Leitores e Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa.

Barbosa, I. de V. (1863). Fragmentos de um roteiro de Lisboa (inédito), Arrabaldes de Lisboa, Quinta das Laranjeiras. In Archivo Pittoresco: semanário ilustrado (Tomo VI, no 11).

Barreto, A. F. V. (1979). Quinta das Conchas e dos Lilazes: anteprojecto [memória descritiva] (AVB NP.263; 5 p.). Espólio do Arquiteto Paisagista António Vianna Barreto, Forte de Sacavém.

Bastos, F. M. (1863). Memórias para a História de El-Rey Fidelíssimo O Senhor D. Pedro V e de seus Augustos Irmãos. Typographia Universal.

Bastos, S. (1994). Diccionario do Theatro Portuguez. Minerva.

Bolas, G. (2011). Um olhar sobre a História do Palácio e Quinta Bensaúde. In Revista IGDN (pp. 8-19). IGDN Inspecção-Geral da Defesa Nacional.

Bonnard, J. B. (1854). «Theoria da Acclimação dos Vegetaes, Ensaios sobre a Habitação das Familias Vegetaes, e suas regiões de Acclimação». In F. D. de Almeida Araújo (Ed.) (1854), Flora e Pomona: Jornal da Agricultura e jardinagem em Portugal, n.º 1 (Dezembro). Sociedade de Flora e Pomona.

Breyner, T. M. (1930-1934). Memórias do professor Thomaz de Mello Breyner — 4.º Conde de Mafra (1869-1880): Vol. I. Parceria António Maria Pereira.

Cal, P. S. (2021). Jardineiros-Botânicos em Lisboa (1764-1919). Contributos para a história dos seus jardins. [Dissertação para obtenção do grau de mestre em arquitectura paisagista]. Instituto Superior de Agronomia, Universidade de Lisboa.

CAMÕES IP (2016). Carlos Ramos, por Bárbara Coutinho [em Linha]. In Centro Virtual Camões – Camões IP. Disponível em <http://cvc.instituto-camoes.pt/seculo-xx/carlos-ramos.html#.WKWSZnetFE4>, acedido a 01/2016.

Carita, H. (1990). Tratado da Grandeza dos Jardins em Portugal ou da Originalidade e Desaires desta Arte. Círculo de Leitores.

Carreiras, J. A. (2001a). As Origens e a Construção das Necessidades. In C. Castel-Branco (Coord.), Necessidades: Jardins e Cerca (pp. 47-65). Livros Horizonte/Jardim Botânico da Ajuda.

Carreiras, J. A. (2001b) – A Evolução das Necessidades: do Barroco ao Paisagismo. In C. Castel-Branco (Coord.) Necessidades: Jardins e Cerca (pp. 97-127). Livros Horizonte/Jardim Botânico da Ajuda.

Carvalho, J. M. (1944). A Tapada das Necessidades: Antiga Quinta Real. In 5ª Exposição Nacional de Floricultura. Câmara Municipal de Lisboa.

Castel-Branco, C. (Coord.) (2001). Necessidades: Jardins e Cerca. Livros Horizonte/Jardim Botânico da Ajuda.

Castel-Branco, C. (Coord.). (2014). Jardins de Portugal. Clube do Colecionador dos Correios.

Castel-Branco, C. (2019). Quinta dos Azulejos [em linha]. In AJH - (Coord.). Inventário de Jardins Históricos de Portugal - Rota da Grande Lisboa. Associação Portuguesa dos Jardins Históricos (AJH). https://www.jardinshistoricos.pt/ad/705.

Castilho, J. (1881). Memórias de Castilho: Tomo I. Academia Real das Ciências.

Castro, F. (1959). Jardins de Lisboa. In Lisboa e os seus encantos. Câmara Municipal de Lisboa.

Chaves, J. J. (Ed.). (1928). Quinta das Laranjeiras. In Illustração portugueza.

CML (2010). Relatório síntese de Caracterização Biofísica de Lisboa no âmbito da Revisão do Plano Director Municipal de Lisboa [em linha]. In Câmara Municipal de Lisboa. Disponível em <http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/planeamento/pdm/docs/revisao/estudos/Relatorio_sintese_Caracterizacao_Biofisica.pdf, acedido a 2014.

CML (2016). Jardim da Quinta dos Azulejos [em linha]. In Câmara Municipal de Lisboa – Equipamentos. Disponível em http://www.cm-lisboa.pt/equipamentos/equipamento/info/jardim-da-quinta-dos-azulejos.

CML (2016). Parque Bensaúde [em linha]. In Câmara Municipal de Lisboa, 2016. Disponível em <http://www.cm-lisboa.pt/equipamentos/equipamento/info/parque-bensaude>, acedido a 02/2016.

Côrte-Real, M. (2020). Palácio das Necessidades, Necessidades Palace. By the Book.

DGLAB (2014). Biografia Raul Lino [em linha]. In DGLAB, 2007 – 2014. Disponível em <http://www.dglb.pt/sites/DGLB/Portugues/autores/Paginas/PesquisaAutores1.aspx?AutorId=9183>, acedido a 01/2016.

DGPC (2016). Atlas do Património Classificado e em Vias de Classificação [em linha]. In DGPC, 2001-2016. Disponível em <http://geo.patrimoniocultural.pt/flexviewers/Atlas_Patrimonio/default.htm>, acedido a 01/2016.

Estadão, L. (2007). Tapada das Necessidades – IPA.00023154 [em linha]. In Sistema de Informação para o Património Arquitetónico – Forte de Sacavém. Disponível em <http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=23154>, acedido a 03/2021.

Faro, J. de C. A. M. (1872). Quinta e Jardim das Laranjeiras. In Jornal de Horticultura Prática (Vol. III). Tipografia Cruz Coutinho.

Ferreira, R., & Lemos, F. (2008). Nova monografia do Lumiar (2.ª Ed.). Junta de Freguesia do Lumiar.

França, J. A. (2004). História da Arte em Portugal: O Pombalismo e o Romantismo. Editorial Presença.

França, J. A. (2008). Lisboa, História Física e Moral. Livros Horizonte.

Goeze, E. (1876). Jardins Notáveis em Portugal: Palácio das Necessidades. In José Marques Loureiro (ed.), Jornal de Horticultura Pratica, vol. VII. Tipografia Cruz Coutinho.

Gomes, B. A. (1855). Da Aclimatação em Portugal do Cycas revolutas, uma das árvores do Sagu. In Flora e Pomona, n.º 2, Janeiro.

Gothein, M. L. (1928). History of Garden Art: Originally published in two volumes (Vol. I–II). Hacker Art Books, [ed. orig. alemã 1913].

ICNF (2016). Arvoredo de Interesse Público [em Linha]. In Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, 2016. Disponível em <http://www.icnf.pt/portal/florestas/Arvores.qry?Distrito=11&Concelho=6&Freguesia=&Processo=&template%3Amethod=Pesquisar>, acedido a 02/2016.

Isidro, E., Silva, I., & Soares, Ana Luísa. (2010). Os melhores jardins de Lisboa: Alameda D. Afonso Henriques – O eixo verde monumental do Estado Novo. In Revista Jardins, n.º 88, pp. 12–15.

Jardim Botânico Tropical [em linha]. (2015). In Museu Nacional de História Natural e da Ciência. Disponível em <https://museus.ulisboa.pt/pt-pt/jardim-botanico-tropical>, acedido a 13/07/2021.

Jellicoe, G., & Jellicoe, S. (1995). The Landscape of Man: Shaping the Environment from Prehistory to the Present Day. Thames and Hudson.

JFSDB - Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica (2016). Parque Bensaúde [em Linha]. In Junta Freguesia de São Domingos de Benfica, 2016. Disponível em < https://jf-sdomingosbenfica.pt/parque-bensaude/>, acedido a 01/2016.

Leal, M. M (s.d.). A Pintura a Fresco entre Dois Séculos: Pereira Cão (1841-1921) e a Pintura Decorativa em Portugal. In Sociedade Nacional de Belas Artes. Disponível em<http://www.snba.pt/index.php?project=490>.

Leal, M. M. (s.d.). José Maria Pereira Júnior (1841-1921) [Em linha]. Az Infinitum - Sistema de Referência e Indexação de Azulejo. Disponível na http://redeazulejo.fl.ul.pt/pesquisa-az/autor_ficha.aspx?id=20

Loureiro, J. M. (Ed.). (1870-1892). Jornal de Horticultura Practica (Vols. I–XXIII). Tipografia Cruz Coutinho.

Magalhães, F. (Coord.) (1998). Jardins e Miradouros de Lisboa: roteiro dos principais espaços verdes e miradouros de Lisboa. Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo.

Marques, M. V. M. (2011). Determinação do valor económico do Parque Urbano da Quinta das Conchas e dos Lilases. Aplicação do método de avaliação contingente [Dissertação de Mestrado em Arquitectura Paisagista]. Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa. https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/3999

Marques, R. (2014). 1914, Portugal no ano da Grande Guerra (1.ª Ed.). Oficina do Livro.

Meco, J. (1984). Azulejos de Lisboa. In Catálogo da Exposição do Museu da Cidade. CML.

Melo, L. (2003). Quintas das Conchas e dos Lilases: Lazer e desporto ao ar livre. In Revista Jardins, n.º 7, pp. 18-21.

Moita, I. (Coord.) (1994). Livro de Lisboa. Livros Horizonte.

Morembert, M. T. de. (1965). M. Henri Navel (1878-1963) [em linha]. In I-Revues. Disponível em <http://documents.irevues.inist.fr/bitstream/handle/2042/34102/ANM_1963-1964_1.pdf?sequence=1> acedido a 04/04/2016.

Nardy Père, M. (1889). La Végétation en Portugal. Deux Arbres Exotiques Uniques en Europe. In Société nationale d'acclimatation de France - Revue des sciences naturelles appliquées: bulletin bimensuel de la Société nationale d'acclimatation de France (Vol. 36).

Pereira de Lima (2005). Jardim, Parque e Quinta do Palácio do Bensaúde - IPA.00007862 [em linha]. In Sistema de Informação para o Património Arquitetónico – Forte de Sacavém. Disponível em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=7862>, acedido 2021.

Pereira de Lima, & Jácome, M. (2013). Jardim da Quinta de Santa Clara/ Parque de Santa Clara –IPA.00023906 [em linha]. In Sistema de Informação para o Património Arquitetónico – Forte de Sacavém. Disponível em <www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=23906>, acedido a 15/07/2021.

Pereira, P. (Dir.) (1995). História da Arte Portuguesa: Vol. III. Círculo de Leitores.

Pinho Leal, A. S. A. B. (1874). Portugal, Antigo e Moderno: Vol. 4. Livraria Editora Tavares Cardoso & Irmão.

Proença, R. (1924). Guia de Portugal: Lisboa e Arredores: Vol. I (2.ª Ed.). Fundação Calouste Gulbenkian.

Ramalho Ortigão (1944). Costumes e Perfis. Livraria Clássica Editora.

Rego, F. C. (2001). Tapadas Reais e Cercas de Conventos. In C. Castel-Branco (Coord.), Necessidades: Jardins e Cerca (pp.35-45). Livros Horizonte/Jardim Botânico da Ajuda.

Ribeiro, L. P. (1992). Quintas do concelho de Lisboa: inventário, caracterização e salvaguarda [Relatório de provas de aptidão pedagógica e de capacidade cientifica em Arquitetura Paisagista]. Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa.

Rocha, P. J. B. F. (2004). A Quinta dos Azulejos no Paço do Lumiar em Lisboa [Dissertação de Mestrado em Museologia e Património]. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

Rosa, M. E. F. (2013). As árvores ornamentais introduzidas nos jardins de Lisboa: uma perspectiva histórica (séc. 18-19) [Dissertação de Mestrado em Arquitetura Paisagista]. Instituto Superior de Agronomia. https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/5661

Santana, F., & Sucena, E. (1994). Dicionário da História de Lisboa. Carlos Quintas.

Sequeira, G. M. (1980). Palácios e Solares Portugueses. Lello & Irmão.

Serrão, V. (2003). História da Arte em Portugal: O Barroco. Editorial Presença.

Silvestre, S. (2012). O Conde do Farrobo: a ação e o mecenato no século XIX. [Tese apresentada para obtenção do grau de Doutor em História e Teoria das Ideias]. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

Simões, J. M. S. (1979). Azulejaria em Portugal no Século XVIII. Fundação Calouste Gulbenkian.

Simões, P., Andrade, S.,& Estadão L. (1997-2004). Jardins da Quinta dos Azulejos / Jardins da Quinta dos Embrechados - IPA.00003145 [em linha]. In Sistema de Informação para o Património Arquitetónico – Forte de Sacavém. Disponível em <http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3145>.

Soares, A. L., Talhé Azambuja, S., Marques, T., Azambuja, J., & Arsénio, P. (2014). Historic Gardens of Lisbon—A Landscape Heritage Inventory Model. Peer Reviewed Proceedings of the ECLAS 2014 Conference, Landscape: a Place of Cultivation, 413–416.

Stoop, A. (1986). Quintas e Palácios nos Arredores de Lisboa. Civilização.

Tavares, C. N. (1967). Jardim Botânico da Faculdade de Ciências de Lisboa: Guia. Imprensa Portuguesa.

Teixeira, J. (1986). D. Fernando: Rei-Artista, Artista-Rei. Fundação da Casa de Bragança.

Travassos, D. (Coord.) (2009). Guia dos Parques, Jardins e Geomonumentos de Lisboa. Câmara Municipal de Lisboa.

Vale, T., & Gomes, C. (1993). Palácio e Quinta das Laranjeiras - IPA.00003183 [em linha]. In Sistema de Informação para o Património Arquitetónico – Forte de Sacavém. Disponível em < http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3183>, acedido a 25/05/2014.

Vale, T., Gomes, C. (1994); Cortesão, L. (2006); Tereno, P. (2016). Convento de Nossa Senhora das Necessidades / Palácio das Necessidades - IPA.00006541 [em linha]. Sistema de Informação para o Património Arquitetónico – Forte de Sacavém. Disponível em <http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6541>, acedido a 03/2021.

Vale, T., Gomes, C., & Ferreira, J. (1996); Figueiredo, P. (2008). Palácio Bensaúde - IPA.00004913 [em linha]. In Sistema de Informação para o Património Arquitetónico – Forte de Sacavém. Disponível em <http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4913>, acedido 2021.

Viterbo, F. S. (1906). A Jardinagem em Portugal: Apontamentos para a sua História. Imprensa da Universidade.

Viterbo, S. (1909). A Jardinagem em Portugal: Série II. Imprensa da Universidade.

Viterbo, S. (1988). Dicionário de Arquitectos: Vol. II. Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

VIII. A diversidade do arvoredo dos jardins históricos de Lisboa

Bailey, L.H. & Bailey, E.Z. (1976). Hortus-Third A Concise Dictionary of Plants Cultivated in The United States and Canada. Macmillan Publishing Company.

Bailey, L.H. (1975). Manual of Cultivated Plants. Macmillan Publishing Company.

Brummitt, R. K. & Powell, C.E. (1992). Authors of plans names. Royal Botanic Gardens.

Brummitt, R. K. (2001). World Geographical Scheme for Recording Plant Distributions (2ª Edição). Plant Taxonomic Database Standards, Nº 2. Hunt Institute for Botanical Documentation, Carnegie Mellon University.

Eggli, U. (coord.). (2003). Illustrated Handbook of Succulent Plants: Monocotyledons. Springer-Verlag.

Franco, J.A. & Afonso, M.L.R. (1994). Nova Flora de Portugal (Continente e Açores). Alismataceae–Iridaceae: Vol. III, Fasc. I. Escolar Editora, Lisboa.

Franco, J.A. & Afonso, M.L.R. (1998). Nova Flora de Portugal (Continente e Açores), Gramineae: Vol. III, Fasc. II. Escolar Editora.

Franco, J.A. & Afonso, M.L.R. (2003). Nova Flora de Portugal (Continente e Açores), Juncaceae-Orchidaceae: Vol. III, Fasc. III. Escolar Editora.

Huxley, A., Griffiths, M. & Levy, M. (eds.) (1992). The New Royal Horticultural Society Dictionary of Gardening, 1-4. The Macmillan Press Limited.

IUCN Red List of Threatened Species [website], <https://www.iucnredlist.org.>, acedido a 12/07/2020.

Kubitzki, K. (coord.) (1990). The Families and Genera of Vascular Plants: Vol. I. Heidelberg, Springer Verlag.

Kubitzki, K. (coord.) (1993). The Families and Genera of Vascular Plants: Vol. II. Heidelberg, Springer Verlag.

Kubitzki, K. (coord.) (1998a). The Families and Genera of Vascular Plants: Vol. III. Heidelberg, Springer Verlag.

Kubitzki, K. (coord.) (1998b). The Families and Genera of Vascular Plants: Vol. IV. Heidelberg, Springer Verlag.

Saraiva, G. A. N., & de Almeida, A. F. (2016). Árvores na Cidade Roteiro das Árvores Classificadas de Lisboa. By The Book.

The Plant List – a working list of all species [website], <www.theplantlist.org. >, acedido a 12/07/2020.

Vasconcelos, T., Cunha, A. R., Forte, P., & Soares, A. L. (Eds) (2017). Levantamento arbóreo dos Jardins e Parques Históricos de Lisboa. ISA Press. https://www.isa.ulisboa.pt/files/ceabn/pub/docs/documentos/ebook_lxgarden.pdf

Walters, S.M., Brady, A. et al. (1984). The European Garden Flora: Vol. II. Cambridge University Press.

Walters, S.M., Brady, A. et al. (1986). The European Garden Flora: Vol. I. Cambridge University Press.

Walters, S.M., Brady, A. et al. (1989). The European Garden Flora: Vol. III. Cambridge University Press.

Walters, S.M., Brady, A. et al. (1995). The European Garden Flora: Vol. IV. Cambridge University Press.

Walters, S.M., Brady, A. et al. (1997). The European Garden Flora: Vol. V. Cambridge University Press.

Walters, S.M., Brady, A. et al. (2000). The European Garden Flora: Vol. VI. Cambridge University Press.

X. Considerações finais

Soares, A. L., Rego, F. C., McPherson, E. G., Simpson, J. R., Peper, P. J., & Xiao, Q. (2011). Benefits and costs of street trees in Lisbon, Portugal. Urban Forestry & Urban Greening, 10(2), 69–78. https://doi.org/10.1016/j.ufug.2010.12.001



EDIÇÕES **LISBOA CAPITAL VERDE EUROPEIA** 2020

COLEÇÃO **LISBOA**

LISBOA
CÂMARA MUNICIPAL

LISBOA
Verdejar 2020
CAPITAL VERDE
EUROPEIA
Uma iniciativa da Comissão Europeia

U LISBOA | UNIVERSIDADE DE LISBOA

INSTITUTO SUPERIOR DE AGRONOMIA

Centro Ecologia Aplicada Prof. Baeta Neves

InBIO
Biodiversity and Evolutionary Biology

CIBIO